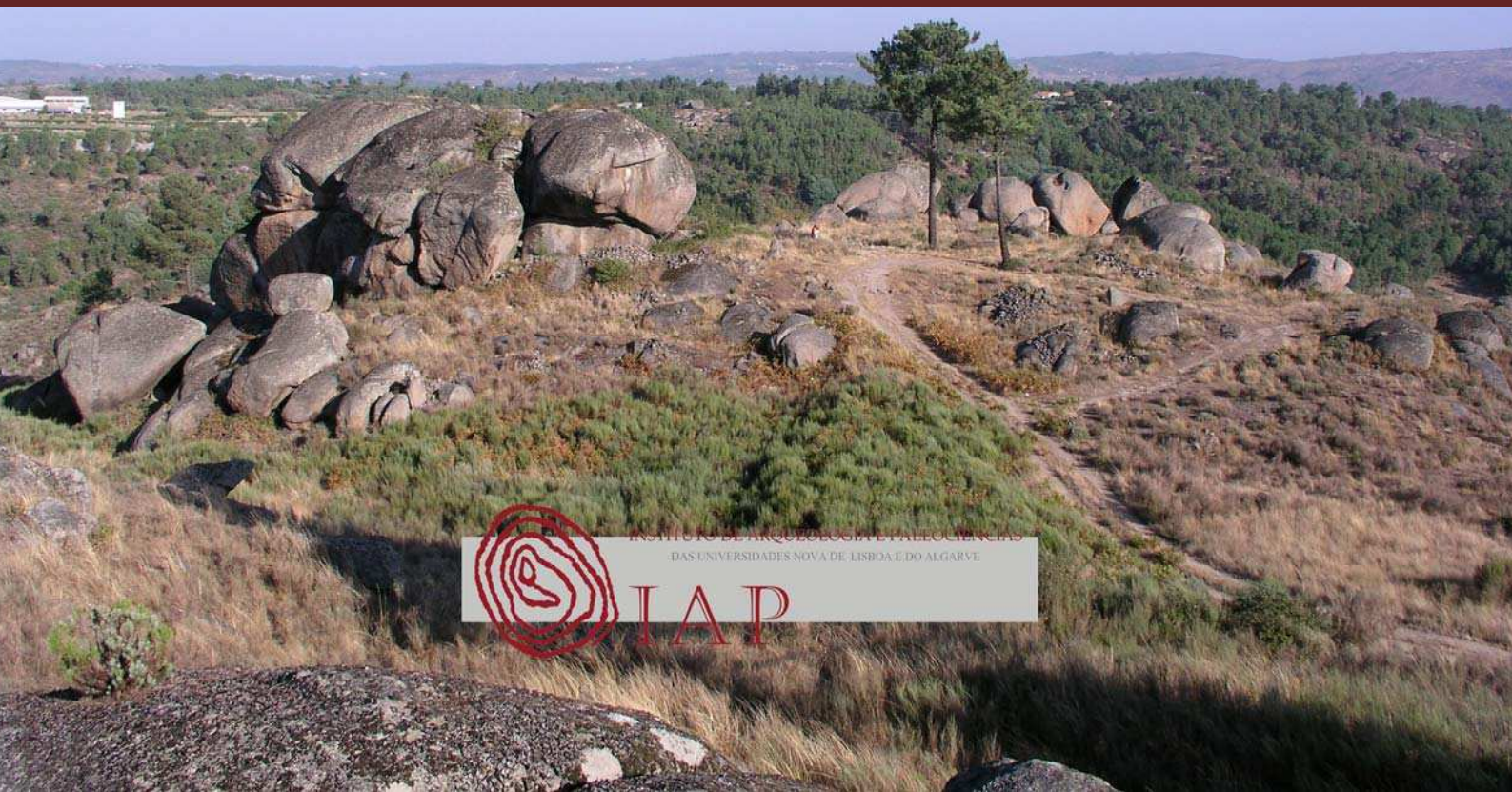




# CRISTÃOS E MUÇULMANOS NA IDADE MÉDIA PENINSULAR ENCONTROS E DESENCONTROS



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA  
DAS UNIVERSIDADES NOVA DE LISBOA E DO ALGARVE

IAP



# **CRI STÃOS E MUÇULMANOS NA IDADE MÉDIA PENINSULAR ENCONTROS E DESENCONTROS**

2011







## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO:

Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros

### RESPONSÁVEIS CIENTÍFICOS:

Rosa Varela Gomes, Mário Varela Gomes e Catarina Tente

### AUTORES:

Adriaan De Man	José Custódio Vieira da Silva
Alberto Garcia Porras	Juan Antonio Quirós Castillo
André Bazzana	Julio Navarro Palazón
António Luís Pereira	Luís Miguel Cabrita
Antonio Malpica Cuello	Mário Varela Gomes
Carmen Barceló	Miguel Telles Antunes
Catarina Tente	Pedro Callapez
Christophe Picard	Pedro Jiménez Castillo
Gregoria Caveró Domínguez	Pierre Guichard
Iñaki Martín Viso	Rafael Azuar Ruiz
Jorge Rodrigues	Rodrigo Banha da Silva
José Avelino Gutiérrez González	Rosa Varela Gomes

### DESIGN GRÁFICO:

Mário Varela Gomes e Joana Gonçalves  
(capa: Sector 2 do *ribāt* da Arrifana e vista do Penedo dos Mouros)

### TRADUÇÃO DE TEXTOS:

Mário Varela Gomes, Catarina Tente e Tânia Casimiro

### IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Tiragem:

ISBN:

Depósito Legal:

© Instituto de Arqueologia e Paleociências e Autores

### Patrocínios:

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Fundação para a Ciência e Tecnologia

Fundação Calouste Gulbenkian

Câmara Municipal de Aljezur

Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio

**FCSH**

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

**aljezur**  
Município de Aljezur



**CA**  
Crédito Agrícola  
S. Teotónio



## APRESENTAÇÃO

O presente volume corresponde às actas do colóquio internacional que teve lugar, de 9 a 12 de Setembro de 2009, em Aljezur, subordinado ao tema “Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros”.

Aquele evento inseriu-se no projecto PTDC/HAH/69806/2006, subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, tendo sido apoiado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal de Aljezur, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio, instituições a que nos cabe publicamente agradecer.

Sete sessões de trabalho permitiram a apresentação e, por vezes, animada discussão de 24 comunicações e proporcionaram duas visitas de estudo; uma ao *ribāt* da Arrifana (Vale da Telha) e outra à aldeia islâmica de pescadores da Ponta do Castelo, na Carrapateira, tal como à cidade de Silves (Museu, Medina e Castelo).

Entre os autores de comunicações agora publicadas contam-se onze investigadores portugueses, dez espanhóis e três franceses, que trataram temáticas variadas, desde a Alta Idade Média aos alvares da Idade Moderna e, designadamente, problemáticas relativas às convivências e exclusões, entre Cristãos e Muçulmanos, naquele período.

Talvez pela primeira vez foi possível confrontar, através de documentação arqueológica, as materialidades e as ideologias das populações do Norte com as do Sul da Península Ibérica, em tempos sincrónicos, e as interacções ocorridas. Todavia, as ideias expandidas no presente volume são da responsabilidade dos seus autores, a quem devemos agradecer a disponibilidade, não só em se terem deslocado a Aljezur, em nos propiciarem ideias e/ou testemunhos inéditos, intelectualmente estimulantes como em fornecerem, atempadamente, os textos das suas comunicações constituindo conjunto de importantes contribuições que, porventura, marcará momento específico na abertura de novas vias de investigação.

Rosa Varela Gomes, Mário Varela Gomes e Catarina Tente

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve)





## ÍNDICE

---

O CASTELO DE SILVES – DO TEMPLO CRISTÃO À MAIS ANTIGA FORTIFICAÇÃO ISLÂMICA Rosa Varela Gomes	9
O BAIRRO ISLÂMICO DA PRAÇA DA FIGUEIRA (LISBOA) Rodrigo Banha da Silva, Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes	17
LA CIUDAD ANDALUSÍ DE ILBĪRA. SU FORMACIÓN E DESARROLLO Antonio Malpica Cuello	27
QUELQUES RÉFLEXIONS SUR LES CARACTÈRES DE L'ESPACE DOMESTIQUE DANS AL-ANDALUS, ET SON ÉVOLUTION DES MUSULMANS AUX CHRÉTIENS André Bazzana	51
DE PALACIO A CONVENTO. EL CUARTO REAL DE SANTO DOMINGO Y LAS TRANSFORMACIONES EN LA CIUDAD DE GRANADA Alberto Garcia Porras	67
LA PARTICIÓN DE FINCAS COMO SÍNTOMA DE SATURACIÓN EN LA CIUDAD ANDALUSÍ: LOS EJEMPLO DE SIYASA Y MURCIA Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo	79
CONVIVÊNCIA E CONFLITO NO CALIFADO DE CÓRDOVA: DO INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA GRANDE MESQUITA À EXPEDIÇÃO DE AL-MANSUR (IBN AMIR) Jorge Rodrigues	95
CONQUISTA E OCUPACIÓN ISLÂMICA DEL NORTE PENINSULAR José Avelino Gutiérrez González	105
<i>RIBATS</i> ET ÉDIFICES RELIGIEUX DE L'ISLAM SUR LES CÔTES DU PORTUGAL À L'ÉPOQUE MUSULMANE MÉDIÉVALE : ISLAMISATION ET <i>JIHAD</i> DANS LE <i>GHARB</i> AL-ANDALUS Christophe Picard	121
<i>O RIBĀT</i> DA ARRIFANA – ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS NO <i>GHARB</i> Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes	137
ESTELA FUNERÁRIA EPIGRAFADA, DO <i>RIBĀT</i> DA ARRIFANA (ALJEZUR) Carmen Barceló, Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes	147
<i>RIBĀT</i> DA ARRIFANA (ALJEZUR) – ARQUEOZOOLOGIA, ESTUDO COMPLEMENTAR Miguel Telles Antunes	157

---

---

ESTUDO ZOOARQUEOLÓGICO DOS INVERTEBRADOS DO <i>RIBÁT</i> DA ARRIFANA (ALJEZUR, PORTUGAL). SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES MARINHAS LITORAIS E COM HÁBITOS ALIMENTARES NO ALGARVE MUÇULMANO DO SÉCULO XII Pedro Manuel Callapez	165
INSCRIPCIONES, SÍMBOLOS Y USOS CRISTIANOS DE LA CULTURA MATERIAL ISLÁMICA EN AL-ANDALUS (S. X-XI D.C.) Rafael Azuar Ruiz	187
TOLÉRANCE ET CONNAISSANCE INTERRELIGIEUSES AU MOYEN AGE Pierre Guichard	199
HABITATS CAMPONESES NO ALTO MONDEGO NOS SÉCULOS IX E X: UM ENSAIO DE ETNOARQUEOLOGIA Catarina Tente	209
A TRANSFORMAÇÃO DE CONDEIXA: ESPAÇOS E FUNÇÕES ALTO-MEDIEVAIS Adriaan De Man	219
LA ORGANIZACIÓN SOCIAL DE LOS ESPACIOS FUNERARIOS ALTOMEDIEVALES EN LOS TERRITORIOS AL SUR DEL DUERO Iñaki Martin Viso	225
CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO POVOAMENTO RURAL ALTO-MEDIEVAL DE SILVES Luís Miguel Cabrita	239
PAISAJES ALTOMEDIEVALES EN EL NORTE PENINSULAR. MUSULMANES Y FEUDALES EN EL ALTO VALLE DEL EBRO E SU ENTORNO Juan Antonio Quirós Castillo	255
SANTIDAD Y REALEZA: THOMAS BECKET EN LA CORTE CASTELLANA DE ALFONSO VIII (1158-1214) Gregoria Caveró Domínguez	269
INSÍGNIAS DE PEREGRINAÇÃO ENCONTRADAS EM PORTUGAL Mário Varela Gomes	281
O CASTELO DE ANSIÃES: CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA IDADE MÉDIA NO VALE DO DOURO António Luís Pereira	297
O MUDEJARISMO EM PORTUGAL – O ESTADO DA QUESTÃO José Custódio Vieira da Silva	309

---

# O CASTELO DE SILVES – DO TEMPLO CRISTÃO À MAIS ANTIGA FORTIFICAÇÃO ISLÂMICA

Rosa Varela Gomes\*

## Resumo

Referem-se as mais antigas estruturas detectadas no interior do Castelo de Silves, correspondendo a restos, muito alterados, de templo cristão e de palácio fortificado omíada. Elementos arquitectónicos daquele primeiro edifício, dispersos e reutilizados em edificações ulteriores ao século XI, indicam tratar-se de construção fundada nos séculos VI-VII, mas que terá pervivido até tarde, coexistindo com forte estrutura omíada, representativa da administração islâmica.

## Abstract

The most ancient building structures found inside the Castle of Silves are presented, corresponding to the remains of a Christian temple and an Ommiad fortified palace. Architectural remains of the church, scattered and reused in buildings constructed after the 11<sup>th</sup> century, show that it was built in the 6<sup>th</sup> or 7<sup>th</sup> centuries, surviving until the Ommiad period and coexisting with the palace, symbol of the Islamic political administration.

## 1. Introdução

A musealização do Castelo de Silves, implementada pela Câmara Municipal, no âmbito do Programa Silves Polis, permitiu-nos efectuar, entre 2003 e 2007, o acompanhamento arqueológico daquela obra que decorreu, em grande parte, em sectores que, ainda, não tínhamos investigado, possibilitando-nos a obtenção de distinta e nova informação, em particular no que respeita aos testemunhos das suas mais antigas ocupações (Gomes, 2009).

As intervenções realizadas no interior daquele dispositivo defensivo, até 2001, estavam circunscritas ao seu sector nascente e, em função dos dados arqueológicos disponíveis, considerámos que *“A longa história deste arqueossítio começou, senão antes, pelo menos no Período Romano, conforme alguns testemunhos dispersos indicam. Todavia, a sequência estratigráfica por ora observada, evidenciou que a sua ocupação se iniciou apenas no século VIII ...”* (Gomes, 2003, p. 507). Esta interpretação relacionava-se com o espólio recolhido, nomeadamente alguns elementos arquitectónicos reutilizados nos espaços habitacionais islâmicos, dos séculos XII e inícios do século XIII, e, também, com a existência de pequenos fragmentos de cerâmica, procedentes da camada islâmica mais antiga ali identificada (C8).

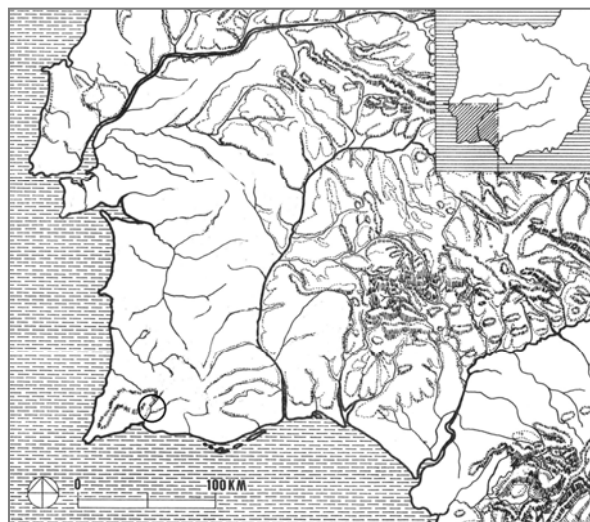


Figura 1. Localização de Silves, no Sudoeste Peninsular.

Aqueles foram produzidos com pastas de cor cinzenta e possuíam decoração, incisa, em ziguezague, que classificámos nos séculos VI-VII e considerámos como pertencentes ao fundo cultural peninsular, de tradição tardo-romana ou visigótico-bizantina, coexistindo com conjunto de peças islâmicas exógenas (Gomes, 2003, pp. 467-506). Trata-se de camada que atribuímos ao início da ocupação muçulmana, através da sequência estratigráfica identificada, do espólio e para a qual obtivemos, ulteriormente, confirmação de tal cronologia através de duas análises de  $^{14}\text{C}$ . Estas, após aplicação de tabela dendrocronológica indicam intervalos situados entre 670 e 890 cal. d.C. (Ly -4167) e entre 687-788 cal. d.C., para 1 *sigma*, e entre 672-

\* Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, rv.gomes@fch.unl.pt).

881 cal. d.C. para 2 *sigma* (ICEN -569). Ambas amostras indicam cronologias muito próximas, correspondendo a pleno século VIII ou aos inícios da centúria seguinte.

Cerâmicas, também de produção autóctone, atribuídas aos séculos VI-VII, foram exumadas nas escavações arqueológicas que realizámos, com M. V. Gomes, junto do Poço-Cisterna e no pátio anexo àquele monumento, sob a mais antiga muralha muçulmana ali reconhecida (Gomes, 2002, pp. 106-110; Gomes e Gomes, 2003, pp. 23-47).

Na cidade de Silves conhecia-se daqueles tempos, além dos espólios de cerâmica referidos, parte de placa de mármore, com inscrição funerária, descoberta em local indeterminado, fragmento de ábaco e capitel, ambos visigóticos e de mármore cinzento, que se encontram em exibição no seu Museu Municipal de Arqueologia (Dias e Gomes, 1992, p. 180; Gomes,

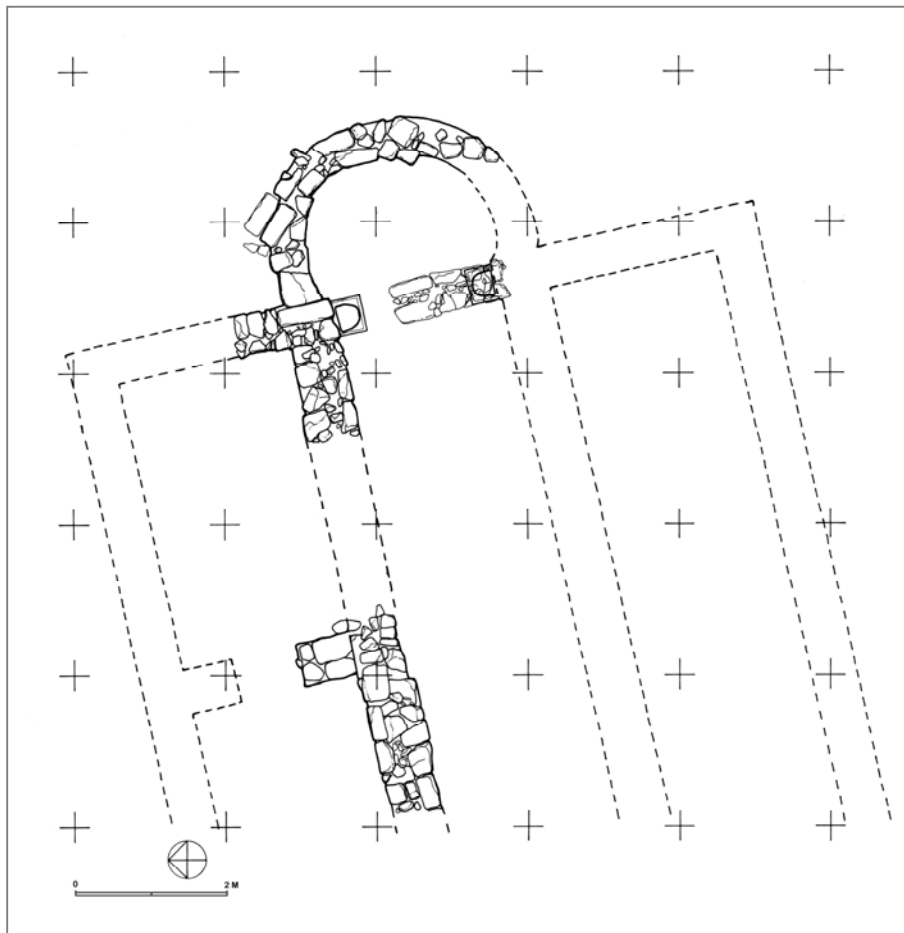
2002, pp. 104-110). Aquele último terá sido encontrado nas proximidades da Sé.

O espólio mencionado testemunha a continuidade de ocupação humana, tanto na área urbana como no Castelo, entre os últimos tempos cristãos e os inícios da islamização.

## 2. Evidência arqueológica

### 2.1. A ocupação cristã

Os mais recuados testemunhos arquitectónicos, por ora, identificados no Castelo de Silves localizavam-se no seu sector norte, sob pavimento de espaço habitacional almoada. Assentavam sobre o substrato rochoso e estão documentados através de restos, muito deteriorados, de pequeno templo. Este, encontrava-se reduzido a sectores dos seus alicerces, dado o seu desmantelamento e sobreposição pelas edificações muçulmanas ou por silos (Fig. 2).



**Figura 2.** Castelo de Silves. Planta de estrutura religiosa cristã (seg. R. V. Gomes).

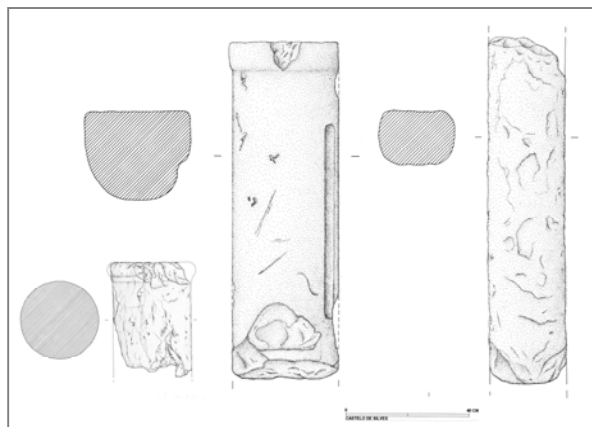


Reconhecemos parte da abside daquela estrutura, com planta em forma de arco ultrapassado, e troços das paredes das naves. O seu eixo maior encontrava-se orientado nascente-poente, mas não nos foi possível identificar o comprimento total daquele, dado que não nos permitiram alargar a área investigada.

Os alicerces da abside, construídos com blocos de grés vermelho, ligados com terra, media 3,60 m de diâmetro no exterior, 1,60 m de profundidade no interior e o vão de entrada 2,16 m. Parte do solo da abside encontrava-se ainda revestido com massa de cal e areia. Do lado norte do arranque da parede da abside subsistia troço de parede. Fazendo ângulo recto com aquela estrutura encontrámos restos de alicerce de parede que mediria pelo menos 6,40 m de comprimento e 0,70 m de largura, que deveria delimitar a nave central do templo.

Por certo que pertenceram àquele edifício elementos arquitectónicos, encontrados nas proximidades, como grande pedaço de coluna de adossar (Q1420/C2-2), ou reutilizados nos espaços habitacionais islâmicos do Castelo, nomeadamente capitel, diversos fragmentos de colunas e as suas bases, ábacos e, ainda, lajes de mármore de diferentes dimensões (Fig. 3).

No sector nascente da alcáçova exumámos fragmento de coluna (Q173/C2-1), reutilizada como soleira de porta na área palatina, de sienito de Monchique, que apresentava primitivamente secção circular.



**Figura 3.** Castelo de Silves. Elementos arquitectónicos dos séculos VI-VII (des. de S. Costa).

No pavimento do pátio de palácio almoada pusemos à vista vários fragmentos de lajes de mármore que foram ali, de igual modo, reutilizadas (Gomes, 2003, p. 55, fig. 57).

No sector noroeste recolhemos, em uma das paredes de área residencial identificada, base de coluna (Q617/C2-1), de mármore, possuindo corpo de forma cilíndrica e base quadrangular. Mede 0,232 m de altura e 0,400m de largura máxima.

Também no sector poente recuperámos dois fragmentos de fustes de colunas, ambos de calcário e com forma cilíndrica. Um deles (Q.1202/C1B-5), oferece remate com gola pronunciada.

A coluna de adossar poderia pertencer ao arco triunfal, da abside, conforme ocorre em templos coevos do de Silves. Todavia, preparamos trabalho onde constará a inventariação e estudo do material construtivo visigótico/moçárabe exumado no Castelo de Silves, tendo em vista melhor abordarmos a criptoarquitectura do seu templo cristão.

## 2.2. Os mais antigos testemunhos muçulmanos

Foram identificados no sector noroeste do Castelo e assentavam, directamente, no substrato rochoso.

Ali reconhecemos dois longos troços de paredes, construídos em taipa militar, perpendiculares entre si, um deles orientado no sentido nascente-poente e o outro, no sentido norte-sul. Os muros referidos, medem 13,12 m e 11,20 m de comprimento, 0,70 m de largura média e parece que terão sido propositalmente demolidos até ao nível em que se encontram os pisos das edificações pertencentes à última ocupação islâmica do local (C2). A largura dos muros mencionados indica que poderiam ter mais de 4,00 m de altura.

Pertenciam àquele estrutura quatro fortes pilares, oferecendo secção rectangular, orientados, sensivelmente, no sentido norte-sul, distando entre si entre 2,08 m e 2,40 m. Foram construídos com blocos de arenito vermelho, bem aparelhados, ligados com massa de terra e cal.

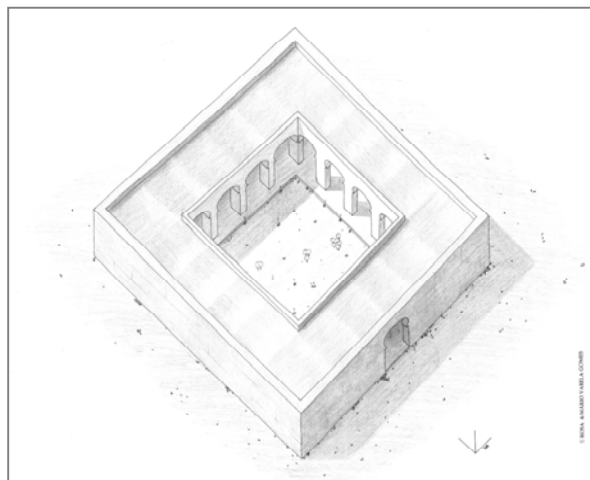
O primeiro pilar (Q. 598), encontra-se muito destruído por muro de compartimento (comp. 5) de espaço habitacional islâmico ulterior (Casa C) e mede 0,64 m de largura. O segundo (Qs 583 e 566), mostra

largura igual ao anterior e 1,12 m de comprimento. O terceiro (Qs 549 e 550), oferece 0,72 m de largura e 1,04 m de comprimento. Por fim, o último pilar (Qs 515 e 516), mede igualmente 0,64 m de largura e 0,88 m de comprimento. Verifica-se que três deles mostram idêntica largura sendo, apenas, um algo mais largo e apresentando, também, menor comprimento.

As estruturas descritas indicam ter pertencido a grande construção com pátio central porticado, que interpretamos como palácio fortificado (Fig. 4).

Pensamos que será contemporâneo daquele, conjunto de cerâmicas (Qs. 1 e 3) que exumámos nas intervenções arqueológicas efectuadas em 1985 e 1989 e, em particular, as peças importadas do Médio Oriente, possivelmente fabricadas nas oficinas de Susa, Sirjan ou Khurasan, tal como outras magrebins, representadas por exemplares produzidos com pastas de boa qualidade, decoradas através de bandas reticuladas ou de conjuntos de ziguezagues pintados, e ainda recipientes de produção autóctone, anteriormente estudados (Gomes, 2003, pp. 467-506). Trata-se de cerâmicas que integravam, conforme mencionámos, a camada mais profunda (C8) do Castelo de Silves, cuja cronologia, tanto relativa como absoluta, indica corresponder a pleno século VIII ou aos inícios da centúria seguinte.

O espólio mencionado foi encontrado a cerca de 6 m de profundidade em relação ao nível almoadado. Na altura interpretámos aquela ocorrência como sendo “o resultado de entulhos, com materiais vários, utilizados



**Figura 4.** Castelo de Silves. Reconstituição gráfica de palácio fortificado islâmico (des. J. Gonçalves, seg. R. e M. V. Gomes).

*em nivelamento que regularizasse zona de encosta, criando-se esplanada e possibilitando a edificação de construções, durante os finais do século IX e os começos da centúria seguinte (C6)”*(Gomes, 2003, p. 480).

No exterior do “palácio almoadado” encontrámos capitel (Q. 293/C2) assente sobre coluna, ambos de mármore, em local ainda não intervencionado em profundidade. No entanto, a temática decorativa empregue no capitel poderá relacioná-lo, conforme veremos, com os primeiros tempos da islamização do Algarve.

Aquele elemento arquitectónico, de mármore, oferece decoração, em estilo coríntio, constituída na coroa inferior por conjunto de folhas de acanto. Estas, algo fracturadas superiormente, são largas, com nervura central marcada por três sulcos e a partir das quais se desenvolvem quatro outras folhas angulares, neles assentando igual número de volutas. O espaço disponível entre aquelas mostra dois enrolamentos assimétricos que ladeiam friso, em relevo, rematado, no ábaco, por elemento fitomórfico de carácter geométrico. Este constitui motivo central do friso superior, ladeado por semi-ovais e duplos enrolamentos em forma de S. A utilização pontual do trépano, tantos nos motivos vegetalista como geométricos, permite a obtenção de contraste e de jogos de sombra-luz, que valorizam plasticamente a peça. Mede 0,22 m de altura. A coluna em que assentava, completa, atingia 2,20 m de altura (Figs 5, 6).

### 3. Integração cultural

Os testemunhos agora apresentados, com cronologias distintas, constituem as únicas evidências arquitectónicas que denunciam a presença tanto de comunidade cristã como da mais antiga, muçulmana, no Castelo de Silves.

O templo identificado no sector norte do Castelo de Silves, apesar da sucessiva reutilização e reaproveitamento dos seus materiais construtivos ao longo dos séculos, permite considerar que possuiu abside, com planta em forma de arco ultrapassado, e, possivelmente, três naves.

Tais vestígios poderão corresponder a igreja de modelo singelo, com afinidades em exemplares como o de Valdecebadar de Olivença (Badajoz) (Godoy

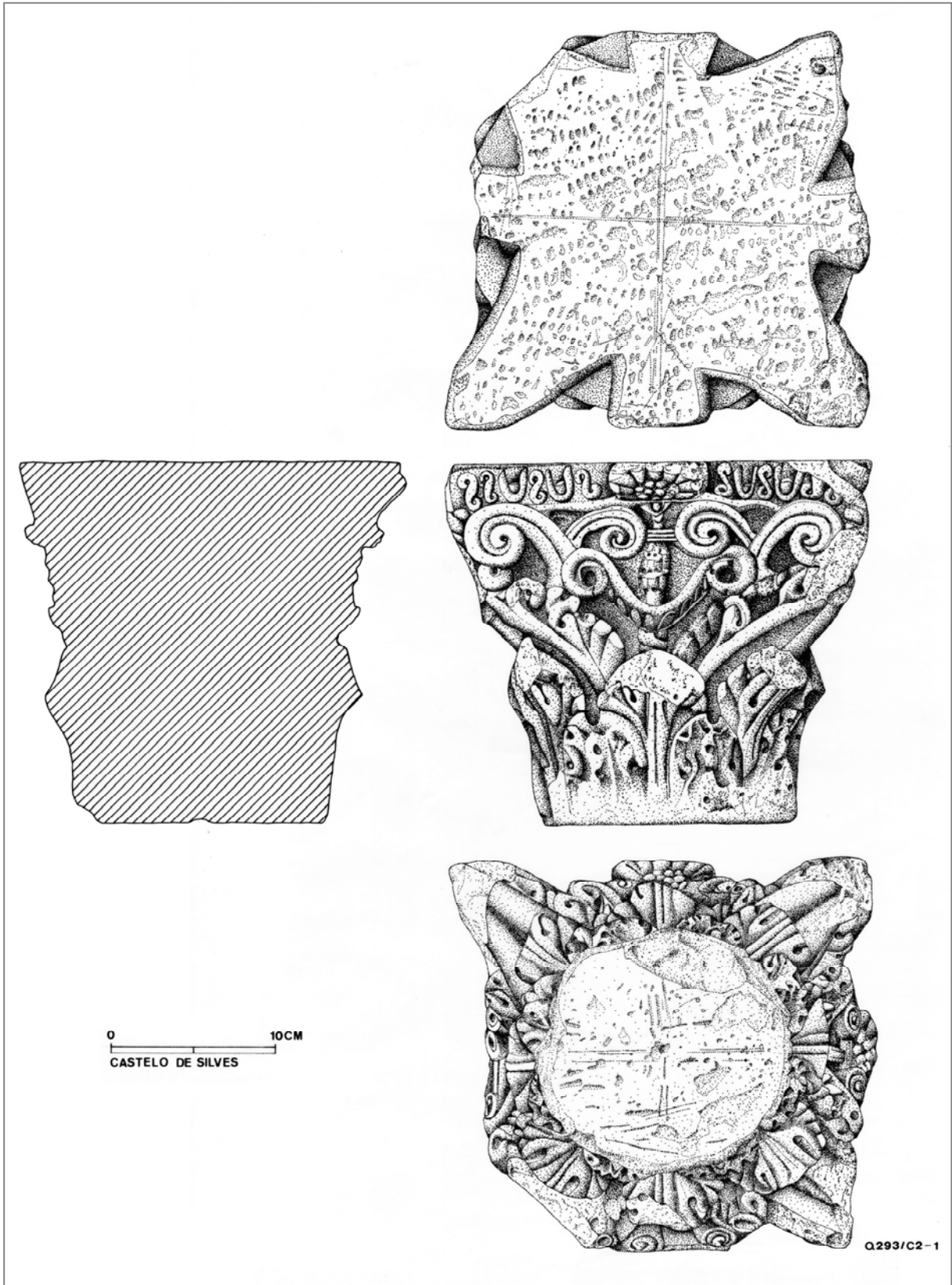


Figura 5. Castelo de Silves. Capitel islâmico (omíada) (des. de A. Machado).

Fernández, 1995, pp. 303-305) com abside do mesmo tipo, ou o de El Gatillo de Arriba (Mataplana, Cáceres), no que respeita às suas fases mais antigas de edificação (Godoy Fernández, 1995, pp. 318-321). No Norte Peninsular documentam-se paralelos na igreja de Marialba de la Ribera (León), cuja primeira etapa construtiva foi atribuída aos finais do século IV ou aos inícios do século V, sendo o baptistério considerado do século VII, muito embora tendo pervivido, com distintas alterações, durante boa parte da Idade Média (Martínez Peñin, 2010, pp. 72, 73; 225-241, fig. 237).

Também a igreja de Santa Maria de Mijangos (Burgos), consagrada, segundo epígrafe fundacional, entre 591 e 602, mostra longa planta rectangular, subdividida em três naves, encimada por abside de planta em forma de arco ultrapassado (Quirós Castillo, 2010, pp. 252-254, 261).

Pequeno templo possivelmente com características similares ao que identificámos em Silves, foi encontrado, muito destruído, devido a ulterior ocupação islâmica, em Monastil, no Sueste Peninsular. Trata-se de testemunho de estrutura cuja primeira fase de construção foi atribuída aos séculos IV e V, tendo a abside, com planta em forma de arco ultrapassado, sido construída a partir do século VI (Vizcaíno Sánchez, 2009, pp.463-465).

Os poucos elementos disponíveis não deixam de podermos classificar a igreja do Castelo de Silves como edificada nos séculos VI-VII, embora tenha subsistido até aos primeiros tempos de administração islâmica.



**Figura 6.** Castelo de Silves. Capitel islâmico (omíada) (foto M. V. Gomes).

A reutilização/readaptação de antigos edifícios religiosos conduz, por vezes, em locais densamente povoados, à sua completa desactivação e desmantelamento, o que impede a análise estratigráfica, em altura, através da designada Arqueologia da Arquitectura. Apesar de reduzidos, os resultados obtidos na intervenção arqueológica, na alcáçova de Silves, eles permitiram detectar o mais antigo edifício cristão, por ora reconhecido naquela cidade.

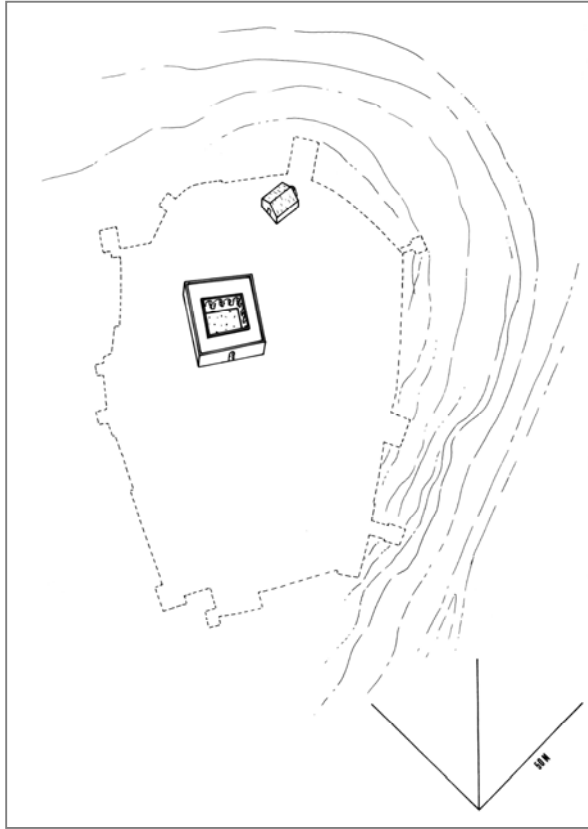
O palácio islâmico identificado no Castelo de Silves, atrás referido, era similar a outros designados por “palácio” ou “castelo”, identificados na região oriental da Jordânia. Também estes oferecem planta subquadrangular, com uma única porta de entrada e pátio interior em torno do qual se desenvolvem compartimentos (Helms, 1990, p. 95). Entre outros, podemos referir o de Qasr al-Sawab, com 51 m de lado, Qusayr ‘Amra e a estrutura C reconhecida em ar-Risha, ambos com 32 m de lado, atribuídos aos séculos VII-VIII (Helms, 1990, pp. 92-95). O complexo de Qusayr ‘Amra é, normalmente, mais conhecido pelas pinturas existentes, em particular, no *hamman* e no palácio, mas será interessante referir que se trata de obra de Walid I (705-715), no poder durante a conquista da Península Ibérica.

O califa referido mandou representar, no salão principal daquele seu palácio, os reis que venceu e, entre eles, o rei visigodo Rodrigo, cujo nome foi escrito, em grego, em uma das paredes (Almagro *et alii*, 1975, p.9).

A localização de tais construções, no deserto, poderia relacionar-se com o controlo militar de importantes vias de comunicação, de territórios ricos, que se encontravam nas proximidades, e quiçá com um certo tipo de gosto próprio de comunidades com ancestral ligação àquele ambiente.

O capitel que encontrámos no exterior do palácio almoada do Castelo de Silves é similar a outros existentes na Grande Mesquita omíada de Damasco, mandada construir, também, por Walid I (Stierlin, 1997, p. 53) e que constitui importante referência na arquitectura muçulmana. Eles encontram-se tanto no interior como sob capela octogonal, designada por pequeno tesouro, e assentam em colunas mais antigas que ali foram reutilizadas.





**Figura 7.** Castelo de Silves. Templo cristão e palácio islâmico sub-contemporâneo (des. J. Gonçalves, seg. R. e M. V. Gomes).

Nos capitéis de Damasco não é visível decoração no ábaco devido, eventualmente, ao facto de a base da capela que suportam oferecer já friso geométrico. Todavia, ábacos com decoração de carácter geométrico pertencem, normalmente, a exemplares mais antigos, conforme documenta, por exemplo, capitel encontrado na igreja de Bāfetīn, datada do século VI (Sodini *et alii*, 1980, p. 230, fig. 297).

O capitel que encontrámos no Castelo de Silves pode ser importado, do Médio Oriente, e contemporâneo das mais antigas cerâmicas islâmicas ali exumadas, algumas das quais igualmente exógenas.

Muito embora do mais antigo palácio fortificado, identificado em Silves, só tenha subsistido sector, muito destruído por construções posteriores, pensamos tratar-se de construção com clara influência oriental que, a nosso ver, tentava reproduzir, em território recentemente ocupado por comunidade muçulmana, os palácios fortificados omíadas, erguidos nos inícios

do século VIII, tanto na Síria como na Jordânia, verdadeiros símbolos de poder, denunciando influências da arquitectura militar tardo-romana e bizantina.

#### 4. Síntese

As últimas intervenções arqueológicas efectuadas no Castelo de Silves, entre outros importantes resultados, permitiram identificar testemunhos arquitectónicos que, apesar de muito fragmentados, contribuem para distinta compreensão deste arqueossítio. Entre eles encontram-se os vestígios da igreja e do palácio fortificado islâmico, agora dados a conhecer.

A implantação daquelas estruturas conduz a reconhecermos que o cerro, onde hoje se ergue o Castelo de Silves, teria diferente configuração e até acentuadas diferenças de cotas que devem ter sido ultrapassadas através de vários aterros. De facto, entre a estrutura religiosa e a palatina mencionada existe diferença de cota com cerca de 1,50m, assentando ambas no substrato rochoso.

É possível que no início da permanência muçulmana se tenham mantido aqueles dois edifícios, correspondendo um ao novo poder instituído, enquanto o outro simbolizava a religiosidade das comunidades autóctones, representando, eventualmente, certa coexistência pacífica (Fig. 7).

A destruição daquelas edificações poderá ter ocorrido com as grandes obras efectuadas nos finais do século IX e inícios do século X, tendo em vista alargar a plataforma onde hoje se ergue a alcáçova, de modo a se erguerem tanto novas áreas palatinas, como maior dispositivo defensivo, originando, apesar das sucessivas transformações daquele espaço, o magnífico monumento hoje ali existente.

#### Bibliografia

- ALMAGRO, M., CABALLERO, L.; ZOZAYA, J.; ALMAGRO, A. (1975) – *Qusayr'Amra. Residencia y Baños Omeyas en el Deserto de Jordania*, Ministerio de Cultura, Madrid.
- GODOY FERNÁNDEZ, C. (1995) – *Arqueología y Liturgia. Iglesias Hispánicas (siglos IV al VIII)*, Universitat de Barcelona, Barcelona.
- GOMES, M. V.; DIAS, M. M. A. (1992) – Fragmento de inscrição funerária paleocristã (Silves), *Ficheiro Epigráfico*, nº 40, pp. 180, 181.

- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2003) – Cerâmicas alto-medievais de Silves, *Actas das 3<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, pp. 23-47, Câmara Municipal de Tondela, Tondela.
- GOMES, R. V. (2002) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*, Trabalhos de Arqueologia nº 23, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb) - Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia, nº 35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GOMES, R. V. (2009) – O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente, *Xelb*, vol. 9, pp. 477-488.
- HELMS, S. (1990) – *Early Islamic Architecture of the Desert. A Bedouin Station in Eastern Jordan*, Edinburgh University Press, Edinburgh.
- MARTÍNEZ PEÑIN, R. (2010) – *La Cerámica en la Ciudad de León y su Alfoz (Siglos X-XV). Estudio Arqueológico y Documental*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de León, León.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2010) – Arqueologia funeraria y arqueologia de la arquitectura de época medieval, *Arqueología III. Arqueología Medieval y Posmedieval*, pp. 215-287, Universidade Nacional de Educación a Distancia, Madrid.
- SODINI, J.-P.; TATE, G.; BAVANT, B.; BAVANT, S.; BISCOP, J.-L.; ORSSAUD, D. (1980) – *Déhès (Syrie du Nord). Campagnes I-III (1976-1978). Recherches sur l'Habitat Rural*, Institut Français d'Archéologie du Proche-Orient, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris.
- STIERLIN, H. (1997) – *Islão, de Bagdade a Córdoba. A Arquitectura Primitiva do Século VII ao Século XIII*, Taschen, Lisboa.
- VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2009) – *La Presencia Bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La Documentación Arqueológica, Antigüedad y Cristianismo*, Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía, vol. XXIV, Universidad de Murcia, Murcia.

# O BAIRO ISLÂMICO DA PRAÇA DA FIGUEIRA ( LISBOA )

Rodrigo Banha da Silva\*, Rosa Varela Gomes\*\* e Mário Varela Gomes\*\*\*

## Resumo

Dá-se a conhecer conjunto de quarteirões, constituídos por cerca de duas dezenas de pequenas unidades habitacionais, localizado em área excêntrica (arrabalde) em relação à cidade islâmica amuralhada (medina). A arquitectura e os processos construtivos observados, tal como o espólio recolhido, permitem concluir tratar-se de bairro, muito possivelmente edificado aquando da chegada a *Al-Ushbuna* das populações deslocadas dos territórios situados nos arredores, devido à progressão da conquista cristã.

## Abstract

A neighborhood of about two dozens of small houses, located in the suburbs (arrabalde) of Lisbon, separated from the Islamic walled city (medina) is presented. The architecture, construction processes and material culture, reveal that this block of houses was probably built when the Muslim populations arrived at *Al-Ushbuna*, fleeing from surrounding territories, subjugated by the Christian conquest.

## Introdução

A intervenção arqueológica da Praça da Figueira dirigida por um de nós (R. B. S.), entre 1999 e 2001, resultou de programa de iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em vista a reabilitação dos espaços públicos daquela e do Rossio, incluindo o quarteirão setecentista localizado entre ambos.

Os trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos em três momentos distintos: em Abril decorreu a peritagem da execução das sondagens geotécnicas, que forneceram indicações sobre a potência estratigráfica presente no subsolo; a peritagem em obra da execução dos muros de contenção destinados a parqueamento automóvel subterrâneo; por fim, a escavação que se pretendeu integral de todo o espaço a afectar por este último equipamento urbano, terminada em Março de 2001.

O espaço aberto, denominado Praça da Figueira, foi gerado em 1773-1775, como consequência da

decisão, tomada em 1770 pelo Marquês de Pombal, de demolir o remanescente do Hospital Real de Todos-Os-Santos, primitivamente considerado nos planos de reconstrução da cidade que se seguiram ao cataclismo de 1755 (Leite, 1993). Gerou-se, assim, área ampla, destinada a mercado abastecedor de Lisboa, carácter que manteve até meados do século XX (Gomes, 1994).

A origem do topónimo daquele espaço, particularmente do seu epíteto “da Figueira” é, no entanto, problemática. Como vem sendo sublinhado pelos historiadores de Lisboa, considera-se bastante sugestiva a sua grande proximidade a um dos principais pontos de abastecimento de água daquela zona da cidade desde época medieval, o “Poço do Borratém”, dada a origem árabe deste topónimo, *bir-ut-tin*, isto é, “Poço da Figueira”. Não existem, porém, fundamentos sólidos que estabeleçam um nexo de relação entre ambas as designações (Moita, 1964-66).

## Trabalhos arqueológicos. Antecedentes e campanha de 1999-2001

O espaço da Praça da Figueira é um dos locais mais conhecidos da arqueologia da capital portuguesa.

Ali, Irisalva Moita, do Museu da Cidade, haveria de exumar, em 1960, restos arquitectónicos e espólios do Hospital Real de Todos-Os-Santos, dependências do vizinho Convento de São Domingos e restos da ermida de Nossa Senhora do Amparo, numa acção pioneira,

\* Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa). Técnico Superior da Câmara Municipal de Lisboa.

\*\* Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, rv.gomes@fcsh.unl.pt).

\*\*\* Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, mv.gomes@fcsh.unl.pt).

tanto para a arqueologia da cidade como para a Arqueologia Moderna, com enorme alcance e impacte público assinalável (Moita, 1964-66; 1993). Foi este capital de conhecimento que conduziu ao entendimento de que deveria ser o Museu da Cidade a coordenar cientificamente os trabalhos acima mencionados, tarefa que cometeu a um dos signatários (R. B. S.).

A escavação de 1960, motivada pela instalação da rede de Metropolitano, teve depois sequência pelas mesmas razões, em 1961, noutros pontos do casco histórico e, já bem adiantado o ano, nas recolhas dos espólios funerários romanos reconhecidos no subsolo da Praça da Figueira (Moita, 1968), que despoletaram a escavação dirigida por Fernando Bandeira Ferreira em 1962 (Branco, 1961).

A acção de Irisalva Moita, como a de Bandeira Ferreira, corresponde contudo a níveis bem distintos, observados sincopadamente, equivalentes às ocupações de idades Baixo Medieval e Moderna e, três metros abaixo, Romana. O espaço entre ambas as entidades correspondia, portanto, a um vazio informativo equivalente ao lapso de tempo entre a Antiguidade Tardia e, genericamente, o século XIV. Por esta razão, um dos objectivos estratégicos da escavação de 1999-2001 foi o do possível esclarecimento das dinâmicas com aquelas cronologias.

Com o conhecimento de dois grandes horizontes ocupacionais importantes no espaço a afectar pelo estacionamento subterrâneo, recorde-se, o correspondente ao Hospital Real de Todos-Os-Santos e a necrópole e via romanas, o planeamento dos trabalhos considerou a intenção de expor num mesmo momento os diferentes níveis "sincrónicos". Esta intenção foi contudo gorada por condicionantes construtivos, de engenharia e segurança do edificado envolvente, tendo resultado numa tensão permanente entre o dono de obra e a componente arqueológica. Às estruturas da Câmara Municipal de Lisboa, por um lado, e às do extinto Instituto Português de Arqueologia, por outro, se deve em muito a possibilidade de escavar a totalidade da área e o mérito de limitar o número e amplitude dos impactes patrimoniais negativos verificados.

Contudo, a estratégia de exumar os níveis "sincrónicos" só foi possível para os primeiros horizontes ocupacionais dos séculos XIV-XVIII. Quer a ocupação

romana, quer a importante ocupação de origem islâmica, entretanto detectada e objecto do presente trabalho, teve de se acondicionar em sectores sucessivos nunca simultaneamente observados, o que hoje impõe óbvias limitações ao seu estudo e acarreta um acréscimo de elaboração a partir dos registos produzidos.



**Figura 1.** Localização do bairro islâmico da Praça da Figueira.

### Localização

A denominada Praça da Figueira situa-se actualmente na Zona Oriental da cidade de Lisboa, ocupando área na base da encosta poente do cerro do Castelo, outrora no fundo de esteiro do Tejo, onde confluíam linha de água, que corria onde hoje é a Avenida Almirante Reis e a Rua da Palma e curso, provindo do vale onde agora existe a Avenida da Liberdade e a Rua Eugénio dos Santos.

Aquele espaço integra a extensa remodelação urbanística ocorrida, na chamada Baixa de Lisboa, após a terrível catástrofe de 1755, constituindo um dos seus limites do lado nordeste.

Zona baixa, oscilando entre 3 m a 11 m de cota, conforme referimos, próxima de linhas de água, não deixou de ser ocupada desde tempos antigos, conforme denuncia a presença de extensa necrópole romana, junto de importante via ou a presença do casario, de época islâmica, que damos a conhecer e que integrava o arrabalde ocidental da grande cidade, existindo outro a oriente e ambos registados na crónica dita de Osberno ou Osberto.

O esteiro referido, entre a colina do Castelo e a de São Francisco, encontra-se mencionado na crónica



da conquista de Lisboa, de 1147, ali existindo praia (Oliveira, 1936, p. 61; 1938, p. 26). Através dele atracou lendariamente na actual Mouraria, em 1173, o navio que transportou, desde o Cabo de São Vicente, as relíquias daquele santo (Oliveira, 1938, pp. 24, 25).

### Estruturas e estratigrafia

A área intervencionada, situada na zona este da Praça da Figueira, encontrava-se limitada a nascente e a sul por edificações setecentistas, abrangeu aproximadamente 1400 m<sup>2</sup>, dado medir cerca de 43 m, no sentido norte-sul e 46 m no sentido perpendicular àquele, embora na zona poente, uma faixa com 16 m de largura ficasse quase por escavar, devido à presença de edifícios.

Para melhor registo das estruturas e dos espólios identificados, aquela foi quadriculada a partir de retícula, orientada em função do edificado actual, medindo 5 m de lado.

As estruturas islâmicas encontravam-se a cerca de 5 m de profundidade, em relação ao piso actual, e eram constituídas por sectores de paredes, formadas por pedras ligadas com barro, mas muito fragmentados, pavimentos empedrados, áreas de combustão, poços negros e restos de taipa. Também foi descoberto poço (Qs S10 e T10), cuja boca apresentava pequeno diâmetro, que se atribuiu aos séculos XIII-XIV (R. B. S.).

Os restos das paredes correspondem aos seus alicerces e bases, medem 0,60 m de largura e estariam levantadas em taipa, sendo possivelmente baixas.

Na zona nascente da escavação, as orientações dominantes daqueles testemunhos são nordeste-sudoeste e noroeste-sudeste, enquanto na pequena zona explorada a poente eles apresentam-se dispostos nas direcções nascente-poente ou norte-sul. Este facto sugere a presença de dois programas diferentes de edificação, aspecto que também as variadas dimensões das casas que as paredes definiam parecem sublinhar. Restos de uma outra habitação, possuindo morfologia distinta das anteriormente mencionadas, constituem pré-existência em relação àquelas.

Detectaram-se restos de cinco alinhamentos de habitações unifamiliares, ou vivendas, medindo cada um cerca de 8 m de largura.

Aquelas eram providas apenas de piso térreo, encontrando-se separadas por ruas estreitas, com as fachadas, anterior e posterior, para elas voltadas.

No alinhamento situado mais a norte perviveram pequenos sectores de muros e de pavimentos, que se adossam à vivenda de construção anterior (Casa 1). Esta conserva restos do salão principal e do pátio, ligados por vão, talvez possuindo duplo arco assente em coluna central. No espaço correspondente ao pátio central foram exumados três elementos de mós. Esta unidade habitacional teria as coberturas em telhado.

A casa (Casa 2) que se encosta a poente da acima descrita, teria átrio, com o solo empedrado, onde se identificou base de talha, desconhecendo-se como seria a restante constituição.

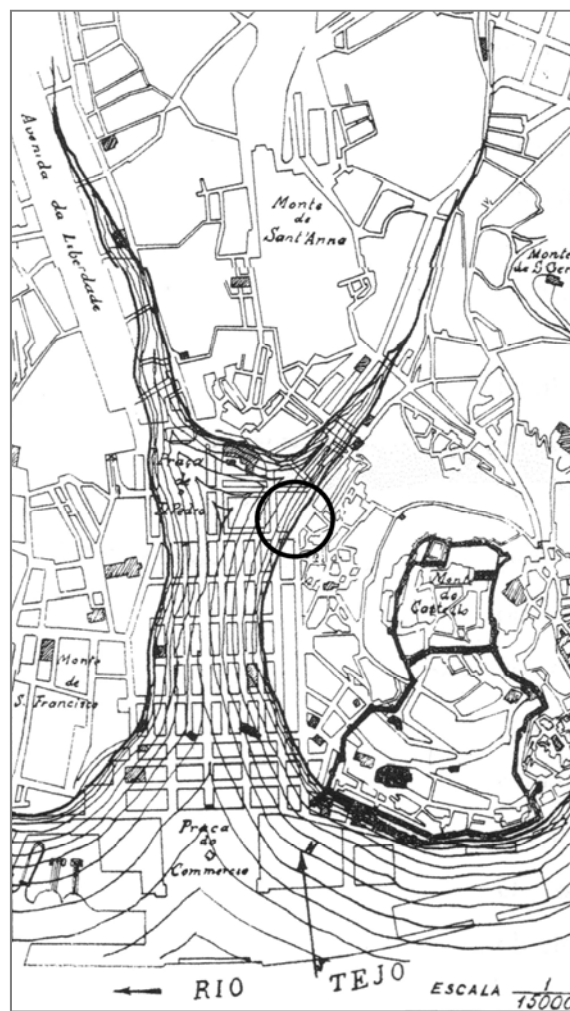


Figura 2. Planta do esteiro que alcançaria o bairro islâmico da Praça da Figueira (seg. J. A. de Oliveira, 1938, fig. 1). No século XII, o esteiro seria menos largo.



**Figura 3.** Planta das estruturas islâmicas exumadas na Praça da Figueira e restituição das plantas das casas a que pertenciam (lev. R. B. S.).

Imediatamente a sudeste, do outro lado da rua (Via A) identificaram-se restos de cinco outras unidades (Casas 3, 4, 5, 6 e 7), no alinhamento seguinte, restos de cinco casas (Casas 8, 9, 10, 11 e 12) no seguinte, de seis casas (Casas 13, 14, 15, 16, 17 e 18), detectando-se ainda indícios de duas outras, no quinto alinhamento (Casas 19 e 20).

A Casa 3 apresenta restos de três das paredes que a delimitavam, com vão de entrada situado na fachada principal, voltada para sudeste. No seu interior

conservava-se parte dos alicerces de parede, que separava o salão principal de possível pátio central e de compartimento lateral. Bancada de pedra, que estaria adossada ao interior da parede da fachada principal indica, muito possivelmente, a presença de talha com água, conforme é comum a muitas outras habitações islâmicas.

A Casa 4, encostada à anteriormente mencionada, teria área idêntica à daquela, embora não se tivessem encontrado vestígios de sua compartimenta-

ção. O mesmo podemos dizer para a Casa 5 que se junto ao exterior da sua parede norte mostra poço negro.

A Casa 6 conservava, para além de sectores das paredes envolventes, restos de compartimentação interior, designadamente da parede de ligação entre o salão e o pátio, sendo este empedrado e ocupando posição lateral. Compartimento anexo ao pátio, a poente, continha restos de estrutura de combustão, talvez forno de argila (*tannur*), reduzido a massa informe de barro cozido. A entrada nesta habitação far-se-ia através de via que corria a sudeste, dando passagem ao saguão, ou átrio, e este ao pátio.

Da Casa 7 conservam-se pequenos troços de paredes do seu lado poente, adossados à vivenda anteriormente referida (Casa 6).

No segundo alinhamento de vivendas, a primeira delas (Casa 8) conservava apenas parte da fachada principal e do vão de entrada. A casa que se lhe encosta a nordeste (Casa 9) revelou somente restos de uma das paredes laterais e da compartimentação do átrio.

Encontra-se algo melhor definida a casa seguinte (Casa 10), com restos de paredes laterais e de compartimentação definidora do salão.

A Casa 11, que se encosta àquela, apresentava três fachadas, a anterior ou principal, outra ulterior e uma lateral, voltada para nordeste e para larga rua empedrada (Via F). Conserva restos de compartimentação interior, tanto do átrio, como do salão e de pátio lateral.

Ainda no segundo alinhamento, mas pertencendo a quarteirão distinto, visto encontrar-se separada das casas anteriormente descritas, detectaram-se os testemunhos de outra Casa (12), também possuindo três fachadas, definidas por restos das paredes laterais e da compartimentação interna, onde nos apercebemos da existência do átrio, a sudeste, do pátio central, do salão e da nave lateral.

Além dos restos de possível Casa, na terceira fiada identificou-se Casa (13), de muito pequenas dimensões, a partir das paredes laterais e de restos de parede que separaria o salão de pátio excêntrico, com vão de comunicação quase central.

	forma	comp.	larg.	área	PC/ PL
<b>Casa 1</b>	rectangular ?	8	?	?	?
<b>Casa 2</b>	quadrangular ?	8	?	?	?
<b>Casa 3</b>	quadrangular	8	8	64	PC
<b>Casa 4</b>	quadrangular	8	8	64	PC ?
<b>Casa 5</b>	rectangular	6	7	42	?
<b>Casa 6</b>	rectangular	6	7	42	PL
<b>Casa 7</b>	?	?	7	?	?
<b>Casa 8</b>	?	?	8	?	?
<b>Casa 9</b>	rectangular	6	8	48	?
<b>Casa 10</b>	rectangular	5	8	40	?
<b>Casa 11</b>	trapezoidal	8	8	64	PL
<b>Casa 12</b>	trapezoidal	?	9	?	PC
<b>Casa 13</b>	rectangular	5	?	?	PL
<b>Casa 14</b>	rectangular	9	6	54	PC
<b>Casa 15</b>	trapezoidal	5	6	30	PC
<b>Casa 16</b>	trapezoidal	6	7	42	?
<b>Casa 17</b>	trapezoidal	6	8	48	?
<b>Casa 18</b>	quadrangular ?	?	8	?	PC

**Quadro I.** Casas islâmicas do bairro da Praça da Figueira (PC = com pátio central; PL = com pátio lateral) (todas as medidas são em metros e aproximadas).

A casa que se lhe adossa a nascente (Casa 14) apresentava a planta típica com pátio central e quatro naves, correspondendo a do lado norte ao salão. No compartimento situado a sudeste detectou-se estrutura de combustão, devendo, portanto, tratar-se de cozinha.

A casa seguinte (Casa 15) apresentava a mesma estrutura da anterior, conservando-se troços de paredes e lareira que indica a existência da cozinha, ainda ocupando localização idêntica à da Casa 14. Descobriu-se, ainda, o vão de entrada, ao centro da fachada sul.

Das duas vivendas (Casas 16 e 17) que também integravam, a nascente, o mesmo quarteirão, pouco chegou até nós, embora possamos presumir tratar-se de edificações do mesmo tipo das anteriormente descritas.

Estreita via (G) separava a última Casa (17), do quarteirão acima referido, de Casa (18) de que se conservava parte da parede exterior do lado norte, o arranque da parede do lado poente e algo das paredes internas, podendo-se hipotizar a presença de mais

uma habitação, provida de pátio central e de quatro naves.

No canto sudeste da escavação surgiram, ainda, restos de paredes que indicam a existência de um quarto alinhamento de casas, constituindo dois quarteirões separados por estreita via (G), que também corria entre os dois quarteirões da fiada de vivendas anteriormente referidas e conforme descrevemos.

A rede viária detectada, definida pelos quarteirões, apresenta vestígios de cinco longas ruas, paralelas, com larguras que variam entre pouco mais de 1 m e 2,8 m, orientadas nordeste-sudeste. Em algumas ainda se encontraram áreas pavimentadas, com pequenas pedras, e um poço negro.

Uma das ruas (Via A), a situada mais a norte, não apresentava saída em um dos lados, dado ali se erguer edificação, talvez pré-existente aquando da sua abertura.

Sistema de ruas menores, perpendiculares àquelas, uniam-nas, conforme duas, quase contínuas (Vias F e G) que se escavaram, embora uma delas fosse excepcionalmente ampla (Via F), medindo cerca de 3 m de largura.

### Espólio

O acervo arqueológico recuperado é constituído por cerâmicas, a maioria das quais muito fragmentada. Identificaram-se frigideiras ou pratos de cozer pão (*tābaq*), panelas, púcaros, taças e lucernas, grande parte correspondendo a cerâmica comum, não vidrada. Um fragmento de taça mostrava vidrado, de cor castanha amarelada, e cartela em forma de coroa circular, que evidenciava o interior do fundo, encontrando-se decorada através de estampilhagem, conforme é comum em peças afins almoadas.

Foi possível atribuir à cozinha da Casa 6 (U.E.2233/2236) grande taça carenada com as superfícies vidradas, de aspecto melado, algumas frigideiras, uma delas oferecendo pintura, de carácter geométrico, de cor branca, no interior do fundo, pequeno púcaro, provido de asa e diversos fragmentos de panelas.

Os fragmentos de lucernas mostram morfologia que indica cronologia dos séculos X a XII.



Figura 4. Garrafa de cerâmica comum (alt. = 0,160 m).



Figura 5. Fragmento de lucerna, vidrada de cor amarela, com aspecto melado (comp. = 0,110 m).

### Comentário

Apesar do estado fragmentário dos testemunhos arquitectónicos islâmicos da Praça da Figueira, chegados até nós, sobretudo devido ao tipo de construção

daqueles, aos processos “tafonómicos” e à intensa ocupação ulterior da zona, eles permitem algumas considerações julgadas pertinentes, segundo diversas vertentes.

A primeira daquelas respeita à própria presença do bairro, na base da encosta poente de colina da alcáçova, em zona muito próxima de duas linhas de água e dos respectivos leitos de cheia, como significativamente afastada da Medina, bem amuralhada.

Por outro lado, o bairro detectado em nada tem a ver com o crescimento orgânico de cidade islâmica, antes bem pelo contrário, ele denuncia, embora sugerindo dois programas algo diversos, planeamento urbano preciso, constituído por fiadas de quarteirões providos da mesma largura e separadas por longas mas estreitas vias longitudinais, ligadas por outras transversais.

As dimensões das casas, de carácter familiar e traduzindo a base da estrutura social muçulmana, mas também dos quarteirões e das vias, reflectem ocupação intensiva do solo disponível. Não obstante, os processos construtivos mostram grande economia de meios, dado quase não se registarem elementos arquitectónicos de pedra aparelhada ou o uso de cal nas argamassas, estuques de revestimento, etc., embora a presença de coberturas em telhado fosse uma quase constante.

Reconhecemos grande liberdade na edificação das casas, variando as suas dimensões totais e o número de compartimentos, embora obedecendo a dois modelos essenciais; a vivenda com pátio central e quatro naves laterais, ou com pátio lateral e apenas três naves.

As áreas totais daquelas oscilam entre 30 m<sup>2</sup> e 64 m<sup>2</sup>, embora a média se situe nos 48 m<sup>2</sup>, mas demonstrando pertencerem a famílias nucleares, com membros pouco numerosos e com posses reduzidas. Se cada indivíduo necessitasse de, pelo menos 10 m<sup>2</sup>, conforme paralelos etnográficos, com sociedades possuindo economia e nível de desenvolvimento tecnológico semelhantes, podemos deduzir que em cada habitação viveriam entre quatro a seis ou sete pessoas. No entanto, é possível que, dado o contexto que presumimos, ter causado a edificação do bairro em estudo, aquela densidade habitacional poderia atingir o dobro, ou seja, cada pessoa disporia, em média, de

5 m<sup>2</sup>.

Nas vinte casas cujos restos foram identificados acolher-se-iam normalmente cerca de uma centena e meia de indivíduos, mas podendo, em tempos de crise como os que suspeitamos terem então existido, aquele número duplicar.

Testemunhos de casas, postos a descoberto no Castelo de Salir, dispostas em alinhamento, quase adossado ao paramento interior da muralha, mostrando áreas semelhantes, apresentavam igualmente pequenas dimensões, sendo constituídas por átrio, pátio lateral, salão e um outro compartimento.

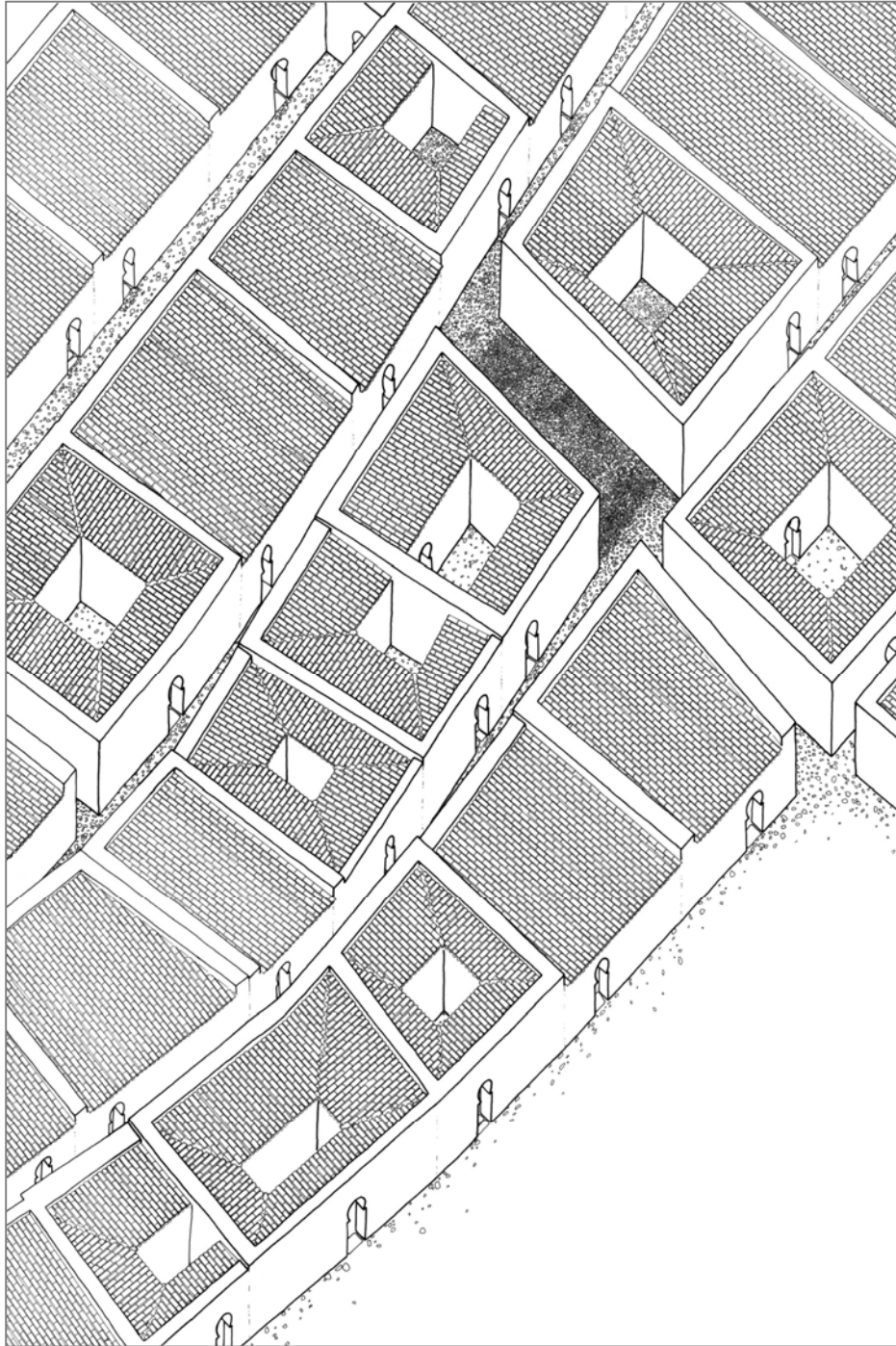
A orientação das fachadas principais das casas do bairro da Praça da Figueira é canónica, encontrando-se voltadas para Sudeste ou para Meca, enquanto no seu interior, além do pátio que é o centro da casa, o salão, onde se desenrola parte da vida quotidiana estava sempre localizado, conforme acontece na generalidade das casas islâmicas peninsulares, no lado oposto à fachada principal, onde se abre a entrada, ou seja, no presente caso, lado noroeste. A parede que separa o salão da rua seria sempre cega.

No interior das casas, além as áreas referidas existia a cozinha, identificada em pelo menos em três delas, ocupando compartimento lateral. Ali se observava o forno ou lareira, próximos da parede da fachada principal e, portanto, em zona afastada do salão.

Em nenhuma daquelas foi reconhecida latrina. Pelo menos um poço negro foi identificado, junto às paredes traseiras de duas casas e ali seriam recebidos os despejos. A localização daquela estrutura subterrânea é a que normalmente se encontra em outras áreas urbanas.

No átrio de uma das casas (Casa 3) descobriu-se pequena bancada, que poderá ter suportado talha contendo água, mobiliário comum a muitas outras casas islâmicas do *Gharb*. Em outro espaço, também correspondente a átrio, encontrou-se igualmente a coroa de sustentação de talha (Casa 2).

Certamente poucos eram os vãos que comunicavam com o exterior, para além da porta de ingresso em cada unidade habitacional, sempre estreitas e, talvez, baixas.



**Figura 6.** Reconstituição, em perspectiva, do bairro islâmico da Praça da Figueira (des. J. Gonçalves).

No espaço correspondente ao pátio central da Casa 10 detectou-se zona contendo aglomerado de escórias de ferro e na cozinha da Casa 6, abundantes restos de recipientes cerâmicos, de mesa ou de ir ao fogo, conforme anteriormente referimos.

A moagem de cereais encontra-se denunciada pela presença de dormentes ou de moventes de mós

rotativas manuais, de que se exumaram cinco exemplares, próximos uns dos outros, embora em espaços cuja funcionalidade específica foi impossível determinar

Importa, no entanto, registar a inexistência de silos, para armazenamento de cereais ou de frutos secos, consumidos ao longo do ano, aspecto bem

característico da economia doméstica tardo-medieval do Sul da Península Ibérica, designadamente dos contextos islâmicos. A constante humidade do terreno, onde se ergueu o bairro que temos vindo a tratar, pode ter impedido a edificação daquelas estruturas negativas. E é o cronista Osberno que, em 1147, diz existirem na encosta poente do cerro do Castelo de Lisboa, numerosos silos, contendo grande quantidade de trigo, cevada, milho e leguminosas, o que não acontecia no arrabalde próximo, devido à presença de águas subterrâneas "*Inventum est dehinc in nostra parte suburbii in fossis, in proclivo montis and centrum fere milia summarum tritici et ordeii et milii et leguminum, subsistia scilicet maximae partis urbis. Nam infra muros, loci quantitas et rerum familiarum copia rupisque solidae durities, infra vallem aquarum copia fossas fieri prohibebant.*" (Oliveira, 1936, p. 81; 1938, pp. 140, 141).

Podemos concluir, relacionando os testemunhos do bairro islâmico agora dado a conhecer com as informações proporcionadas no relato da conquista de Lisboa, em Outubro de 1147, da autoria do cruzado ou eclesiástico Osberno, que regista a existência naquela urbe de 60.000 famílias, onde se incluíam as muitas vindas de Santarém, conquistada por D. Afonso Henriques em 15 de Março de 1147, Sintra, Almada e Palmela, devido ao avanço cristão, e de muralhas que envolviam a cidade, embora existissem arrabaldes, com densos aglomerados de edifícios, onde se diz que "(...) *dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura*" (Oliveira, 1936, pp. 60, 61).

E foi ainda Osberno que nos transmite ter o arrabalde ocidental as casas ligadas umas às outras, como se fossem muralhas, ou seja, com poucas passagens, encostando-se à escarpa do monte do Castelo ("*Nostris subinde paulatim arma cepientibus, infra suburbium se hostes concludunt, prohibentes nostros ab introitu jactu lapidum a tectis domorum quae ad instar muri circumquaque septa erant. Nostris vero undique patulos, si qua forent, querentes, aditus, usque ad medium suburbii, quo in devexo montis muro cingebatur, los perturbant.*" (Oliveira, 1936, p. 78).

Outras escavações arqueológicas em zona situada a sul da Praça da Figueira, têm revelado a presença tanto de restos de estruturas habitacionais, como de fornos destinados à produção de cerâmica (Mandarim Chinês e rua dos Correeiros/BCP), que

integram o enorme arrabalde ocidental da Lisboa islâmica. Estes bairros, não muralhados, têm sido interpretados como reflexo de expansão urbana ocorrida a partir dos finais do século IX e durante a centúria seguinte (Bugalhão e Folgado, 2001, p. 124), embora, quanto a nós, a densidade populacional daqueles, pelos motivos acima mencionados, se deva ter adensado durante o século XII, o que pode explicar a laboração de olarias ali identificadas, através de fornos e entulheiras, até aos inícios do século XII (Bugalhão e Folgado, 2001, p. 125), momento em que rápido aumento populacional deixou de permitir tal actividade. No entanto, Lisboa seria então não só cidade muito populosa como economicamente florescente, tornando-se apetecível às estratégias expansionistas cristãs.

## Bibliografia

- BRANCO, F. C. (1961) – Problemas da Lisboa Romana. Vestígios de um cais ou de uma necrópole?, *Revista Municipal*, nº 91, pp. 61-75.
- BUGALHÃO, J.; FOLGADO, D. (2001) – O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira, *Arqueologia Medieval*, vol. 7, pp. 115-145.
- GOMES, F. (1994) – Mercados, *Dicionário da História de Lisboa*, pp. 575, 576, Carlos Quintas & Associados, Mem Martins.
- LEITE, A. C. (1993) – O Hospital Real de Todos-Os-Santos, *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*, pp. 5-15, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa.
- MOITA, I. (1964-1966) – Hospital Real de Todos-os-Santos (relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de Agosto a 24 de Setembro 1960), *Revista Municipal*, nºs 101/102, pp. 76-100; 104/105, pp. 25-103; 106/107, pp. 10-57; 108/109, pp. 5-55; 110/111, pp. 39-59.
- MOITA, I. (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa, *Revista Municipal*, nºs 116-117, pp. 33-71.
- MOITA, I. (1993) – As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos, *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*, pp. 20-22, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa.
- OLIVEIRA, J. A. de (1936) – *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhos Presenciais do Cêrco*, 2ª ed., Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- OLIVEIRA, J. A. de (1938) – *O Cêrco de Lisboa em 1147. Narrativa do Glorioso Feito Conforme os Documentos Coevos*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.





# LA CIUDAD ANDALUSÍ DE ILBĪRA. SU FORMACIÓN Y DESARROLLO

Antonio Malpica Cuello\*

## Resumo

As intervenções arqueológicas que temos vindo a desenvolver na cidade andaluz de Madīnat Ilbīra (Atarfe e Pinos Puente, Espanha) permitiu conhecermos os elementos fundamentais da organização deste espaço urbano e do seu território imediato. Os problemas de preservação e conservação, deste importante sítio arqueológico, têm sido identificados e estudados.

## Abstract

The archaeological works developed in the islamic city of Madīnat Ilbīra (Atarfe and Pinos Puente, Spain) has enabled us to know the most important elements in the urban space organization and its adjoining territory. The preservation problems underwent by this important site have been also make clear and studied.

## Introducción

En julio de 2009 comenzó la tercera campaña de excavación sistemática en el yacimiento de Madīnat Ilbīra (Atarfe y Pinos Puente, provincia de Granada, España). Tenemos ya, pues, suficientes testimonios, aunque no todos procesados, para establecer unas líneas generales sobre cómo surgió y se configuró esta importante ciudad en los tres primeros siglos de al-Andalus.

Hablar de la tercera campaña de intervención no es del todo correcto, especialmente porque antes de comenzar los trabajos más puramente arqueológicos se ha desarrollado una investigación en fases precedentes a la puesta en marcha del proyecto en el que ahora trabajamos, titulado *La ciudad de Madīnat Ilbīra*, que sigue su curso<sup>1</sup>.

Hubo excavaciones de urgencia, denominadas así con mayor o menor propiedad, y se llevó a cabo una prospección general para proceder a delimitar el yacimiento con el fin de proceder a su declaración como Bien de Interés Cultural (B.I.C.).

Estas actuaciones llevadas a cabo en los inicios del presente siglo, ponían fin a una larguísima etapa de olvido del asentamiento urbano de Ilbīra. En efecto, en el siglo XIX comenzó a ser conocido, con todos sus problemas. Fue entonces cuando se documentaron restos arqueológicos, destacando en esos momentos

los materiales que fueron recuperados, que hoy se custodian en el Museo Arqueológico Provincial de Granada<sup>2</sup>, que quedaron como un referente de lo que fue Madīnat Ilbīra, una de las ciudades primeras y más famosa de al-Andalus. De todo ello tenemos referencias en obras eruditas del siglo XIX, la más importante de las cuales, no sólo por sus textos, concisos, pero reveladoras de la actividad que allí se desarrolló en tales fechas, sino también por sus representaciones gráficas, fue la de Manuel Gómez Moreno (1888) (Hay una reedición fotostática casi un siglo después, con estudio introductorio de Manuel Barrios Aguilera, 1986, Granada).

Posteriormente a este impulso, como queda dicho, la ciudad se sumió en un olvido que no se ha podido explicar hasta ahora. No obstante, vieron la luz algunos trabajos (Espinar Moreno, Amezcua Pretel y Quesada Gómez, 1994, pp. 149-164; Espinar Moreno, Quesada Gómez y Amezcua Pretel, 1994, pp. 121-156; Espinar Moreno, Quesada Gómez y Amezcua Pretel, 1985, pp. 9-38) que no son fruto de una investigación

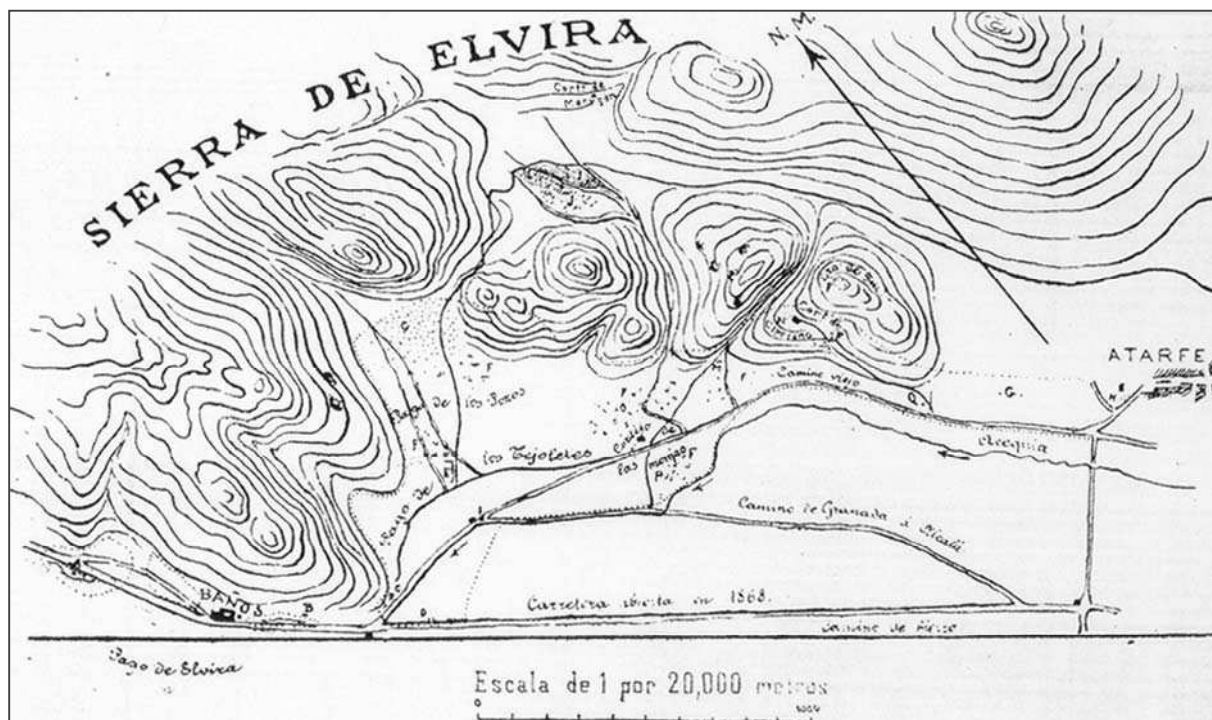
---

<sup>2</sup> Los restos encontrados en el siglo XIX y guardados en el Museo de Granada han sido analizados muy posteriormente a su recuperación. Así, los materiales cerámicos han sido estudiados por Cano Piedra, Carlos, «Estudio sistemático de la cerámica de Madīnat Ilbīra», *Cuadernos de la Alhambra*, vol. 26 (1987), pp. 25-68. Las famosas lámparas han sido objeto de un análisis en el que se incluyen estudios que inciden sobre el conjunto del yacimiento: Vílchez Vílchez, Carlos (ed.), *Las Lámparas de Medina Elvira*, Granada, 2003. Esta obra fue el resultado de un ciclo de conferencias llevado a cabo en ese año de 2003. con motivo de una exposición que se realizó sobre dichas lámparas en el Museo de Granada y de la que nos da cuenta Vílchez Vílchez, Carlos, «Las lámparas de Medina Elvira», *Mus-A, Revista de las Instituciones del Patrimonio de Andalucía*, vol. 3 (2004), pp. 198, 199.

---

\* Universidad de Granada.

<sup>1</sup> Este proyecto general de investigación ha sido aprobado y financiado por la Dirección General de Bienes Culturales de la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.



**Figura 1.** Mapa de Gómez Moreno en donde se recogen los espacios que se conocían como integrantes de la ciudad de Ibīra.

programada ni siquiera de actuaciones concretas, sino más bien consecuencia de hallazgos casuales, por no llamarlos de otra manera.

Asimismo, como ya se ha dicho, hay que tener en cuenta que se llevaron a cabo dos intervenciones arqueológicas denominadas impropia-mente de urgencia, al menos en un caso (Rodríguez Aguilera, 2001, pp. 63-69.). En el otro, tras las graves alteraciones que se hicieron en el llamado Cerro de El Sombrerete, se identificó la alcazaba de Madīnat Ibīra (Malpica Cuello, Gómez Becerra, García Porras y Cañavate Toribio, 2001). Hasta entonces no se había hablado de ella ni aparecía en ninguno de los trabajos llevados a cabo. Como ejemplo digamos que en los mapas, publicado uno por Gómez Moreno (Fig. 1) y el otro, fechado en 1875, que ha sido editado más recientemente con motivo de la exposición de las lámparas de la mezquita, no se encuentra situada.

Por otra parte, las fuentes escritas no dejaban lugar a muchas dudas<sup>3</sup>. Madīnat Ibīra fue un centro

urbano de gran importancia, no ya para el control de un amplio territorio, agrupado en la kūra de Ibīra, sino para la obra de los omeyas en al-Andalus.

Todos los precedentes que estamos citando han sido fundamentales para nuestro propósito. Merece la pena hacer un balance de los conocimientos de que partíamos, como también nos parece necesario reflexionar sobre otras cuestiones que nos sugiere el examen del propio yacimiento.

### Los conocimientos precedentes al proyecto sistemático de investigación

#### *Las actuaciones del siglo XIX*

Los trabajos o inspecciones arqueológicas llevados a cabo en el siglo XIX se recogen básicamente en la ya citada obra de M. Gómez Moreno (1888). El mapa que se incluye en ella, que aparece mencionado anteriormente en este presente estudio, permite saber el conocimiento que se tenía de la ciudad. El texto del pequeño libro que publicó lo vertimos en otro topográfico, en donde se pueden leer los hallazgos realizados en aquellas fechas (Malpica Cuello, 2006, pp. 227-242, especialmente p. 234). Ahora los recogemos en una fotografía aérea (Fig. 2). Lo que

<sup>3</sup> Queda por realizar un análisis de los textos escritos en profundidad, pero han sido analizados de manera inicial por Sarr Marroco, 2008, La Granada Zirí. Análisis de una Taifa Andalusí, Granada, en [http://adrastea.ugr.es/search~S1\\*spi?/aSarr+Marroco/asarr+marroco/1,1,2,B/1856~b1795105&FF=asarr+marroco+bilal+j+i&1,2,1,0](http://adrastea.ugr.es/search~S1*spi?/aSarr+Marroco/asarr+marroco/1,1,2,B/1856~b1795105&FF=asarr+marroco+bilal+j+i&1,2,1,0)



**Figura 2.** Foto aérea en la que se incluyen los hallazgos romanos, según Gómez Moreno, y las áreas de intervención hasta 2009.

aparece son las áreas bajas, cercanas a la carretera de Granada a Córdoba, que se abrió entonces, destacando el entorno de los Baños de Sierra Elvira y estos mismos, el llamado Secano de la Mezquita, el cortijo de las Monjas, hasta llegar al mismo núcleo de Atarfe, en aquellos momentos menos extendido hacia el oeste que lo está en la actualidad. También se mencionan las situadas en la parte alta cerca del cortijo de Marugán, en la parte derecha de la llamada cañada del Tesorillo.

No hay que olvidar que quedaron fuera de esta, llamémosla, investigación, extensas áreas, pese a que los restos arqueológicos son significativos y abundantes. Es evidente que no se hizo un análisis del conjunto territorial, que estaba muy alejado de los intereses de aquellos años, y se insistió sobre todo en los hallazgos, sobre todo de carácter arquitectónico, aunque aparezcan desdibujados, y, especialmente cerámicos y metálicos. Sobre todos ellos se argumentó el estudio de Madinat Ilibra. No obstante, sería faltar a la

verdad no reconocer el valor de la información que Gómez Moreno recoge, incluso de tipo más arqueológico. En efecto, nos informa a veces de los rellenos existentes y su espesor, así como de los restos que se fueron encontrando en las exploraciones, que no propiamente excavaciones, arqueológicas. Su obra es, pues, un salto adelante con respecto a otros artículos que vieron la luz en aquellas fechas y está desprovista en primera instancia de una fuerte carga ideológica que animó la discusión sobre la ciudad andalusí en aquellas fechas, más atenta a los orígenes de Granada y su papel en el mundo romano, que al valor de Ilbīra. De ahí que la polarización de una discusión entre los llamados «alcazabistas» y los «elviristas» (Rodríguez Berlanga, 1899, pp. 129-144; 1899a, pp.193-208; 1899b, pp. 217-235; 1899c, pp. 282-297; 1900, pp. 329-342; 1900a, pp.505-521; 1900b, pp. 601-608), dejaron al margen una investigación seria sobre los restos que fueron apareciendo, excepción hecha del tantas veces citado Gómez Moreno.

En el conjunto que nos describe el citado autor se identificaron vestigios de dos periodos el romano y el árabe. Ahora bien, no sabemos cuándo acaba éste en algunas áreas y empieza aquél, máxime si tenemos en cuenta que una población mozárabe, confirmada por las fuentes escritas y recientemente por la arqueología, continuó viviendo tras la llegada de estos últimos e incluso cuando la ciudad se configuró como tal más de un siglo y medio después.

Hay alguna cuestión más que se deriva del examen de los hallazgos analizados por el erudito granadino. Tal vez la presencia romana fue importante, pero que no se puede precisar. Tenemos, eso sí, una necrópolis de tradición cristiana con tumbas muy numerosas, quizás más de lo que puso de relieve el citado Gómez Moreno, en tanto que los restos del asentamiento del período romano no se han identificado claramente.

El problema está, pues, en la diferencia que se percibe entre los espacios funerarios y los habitación propiamente dichos. Esa evidente desproporción la ha intentado solucionar recientemente Manuel Ramos Lizana (2003, pp. 14-47). Para él, habría dos villae, «una en los Baños de Sierra Elvira, y otra en el Cortijo de las Monjas. Esta última evolucionará hasta convertirse en el vicus de Castela». El argumento que le hace pensar que fuesen simples villae, al menos en época

imperial, es que la población era escasa. Se pone de manifiesto, al menos en su opinión, por: las pocas sepulturas de este tiempo, la ausencia — al menos falta de documentación — de edificaciones de envergadura y de inscripciones propiamente urbanas, ya que las aparecidas son precisamente un miliario y un mojón de separación de propiedades rurales (o de una cañada) de la época de Domiciano (Ramos Lizana, 2003, p. 25).

Sin embargo, en la necrópolis identificada en el siglo XIX había no menos de 1.700 sepulturas. Si se adscriben todas a una época precedente a la llegada de los árabes, es decir, en los 300 años de existencia del núcleo (o núcleos) anterior(es) al siglo VIII, hay que considerarlo muy elevado en el caso de se tratara de un(os) asentamiento(s) de tipo rural, tal como Ramos han indicaba. La solución que esboza precisamente es que se trata de una necrópolis usada en tiempos preárabes y seguramente con los árabes, pero, desde luego, por población cristiana. Es lo más razonable y lógico; además, se inscribe en la realidad de la época andalusí, cuando sabemos, tanto por la arqueología como por las fuentes escritas, que una población mozárabe vivía en Ilbīra. En cualquier caso, sigue pendiente los antecedentes romanos. Los restos hallados hasta el presente no permiten hablar de una estructura urbana plenamente conformada. La verdad que se ha excavado relativamente poco, pero hasta ahora los materiales encontrados y que se pueden fechar antes del siglo VIII son muy escasos y se encontraron en posición secundaria<sup>4</sup>. A la espera de integrar algunas intervenciones muy recientes en nuestro conocimiento del yacimiento, aplazamos nuestras conclusiones. Tan sólo diremos que en tiempos romanos y tardoantiguos la parte llana y, en cierta medida, las colinas del arco oriental estaban ocupadas, en tanto que ya en fechas posteriores la población de adscripción cristiana pudo asentarse casi exclusivamente en estas últimas.

Lo único que podemos decir hasta ahora es que

---

<sup>4</sup> Queda por determinar lo que se excavó, sin contar con el permiso preceptivo y en base a una argucia, en el área oriental del B.I.C. Pese a ser obligatorio hacerlo bajo el control científico de la dirección del proyecto y declarar en reiteradas ocasiones que se realizó así, aún no disponemos, pese a solicitarla repetidamente, de la preceptiva memoria de una actividad arqueológica, considerada como «seguimiento y limpieza de perfiles» tras la excavación anterior de una zanja a la que sólo se exigió permiso de seguimiento.

la ciudad árabe no es heredera del poblamiento tardorromano y tampoco sabemos si en esta zona hubo una estructura urbana de tiempos romanos, la que las fuentes denominan Elvira. Por el momento nada parece indicarlo.

### *Intervenciones contemporáneas y anteriores al proyecto sistemático de investigación*

Continuemos con las intervenciones arqueológicas más próximas a nosotros en el tiempo. La de urgencia conducida por A. Rodríguez, aunque la visitamos personalmente, nos ceñiremos a un breve resumen que él mismo hizo en un artículo ya mencionado (Rodríguez Aguilera, 2001). Se situó a los pies del cerro de los Cigarrones, cerca de la Autovía del 92, entre el Cortijo de las Monjas y el pueblo actual de Atarfe. En sus cercanías, incomprensiblemente se autorizó una zanja para la conducción de gas sólo con seguimiento arqueológico, lo que destruyó una parte importante de esta área.

En la excavación de A. Rodríguez se hallaron: los restos de varias viviendas y de un posible espacio de calle..., identificando un espacio de cocina y los restos de otras estancias cuya cronología se centra en el siglo IX y perdura hasta finales del X (Rodríguez Aguilera, 2001, p. 67).

Es un interpretación de la planta que nos presenta (Rodríguez Aguilera, 2001, p. 68) y que necesitaría, en nuestra opinión, una mayor explicación.

Nos dice que estamos ante viviendas de una parte extrema de la ciudad fundada por el emir de Córdoba, cuando el conjunto se configuró como una verdadera madīna tanto bajo el impulso de la población de la zona, como del poder estatal omeya.

Tales afirmaciones, que son fruto indudablemente de su experiencia, pero también de las discusiones que mantuvimos ambos en las visitas allí realizadas, y son quizás demasiado genéricas. Seguramente en tales fechas no podían ser de otra manera.

El informe presentado tras su realización (Rodríguez Aguilera, 2002) nos permite contar con más información. Gracias a él se puede decir que se descubrieron una serie de estructuras que configuraban una vivienda de cierta complejidad, CE 001, fechada en el siglo IX por la cerámica que se halló. Estaba formada

por un patio, dos habitaciones techadas, como se demuestra por derrumbe de tejas, UEN/s 003 y 004, y sobre cuya función nada se dice, pero deben ser consideradas como dormitorios, así como una cocina, que pudo ser identificada como tal por los restos de ceniza encontrados y por el abundante ajuar cerámico. Se hallaron también los restos de otra vivienda y de tal vez una calle.

Un tema tan importante como la existencia de restos precedentes sólo se ha podido establecer con ocasión de la actuación que intentó «solucionar» el problema generado al hacerse la zanja<sup>5</sup>. Sin embargo, algunas cosas sabemos. La necrópolis que se ha identificado en esa intervención (Salvago Soto, 2008) ha sido fechada por los arqueólogos en el periodo tardorromano o visigodo, sin muchas más precisiones. No se han abierto las numerosas sepulturas identificadas. Únicamente se han dejado a la vista sus cubiertas, si bien se han retirado los restos que había en osarios, sobre el nivel de enterramiento. Aunque la superficie que ha sido excavada es muy pequeña, el hecho de que presente una alta concentración de enterramientos, además de los ya mencionados osarios, hace pensar en una gran necrópolis, alejada de la del Marugán según todos los indicios. De este modo, habría que considerar que el núcleo romano y cristiano allí existente era de gran importancia. Es, desde luego, una cuestión pendiente que la investigación posterior del yacimiento tendrá que aclarar, cuando por fin se ordene y no repose sobre intereses contrapuestos.

La verdad es que estos resultados se obtuvieron más arriba de la citada zanja, cuando se decidió seguir actuando para rectificar el trazado y salvar el gran obstáculo que presentaban los hallazgos de la anterior. La valoración que hace la propia arqueóloga que dirigió el trabajo en la zanja primera nos da una idea de la importancia de esta área (González Escudero, 2008) y confirma los resultados de la excavación de 1999 ya comentada. Será objeto de un examen posterior.

Sólo añadiremos ahora que la intervención de 2008 ha reafirmado la importancia de esta área oriental del yacimiento, densamente ocupada en época andalusí, sobre todo a partir del siglo IX y durante el resto de pervivencia de la ciudad. Asimismo ha puesto

---

<sup>5</sup> Se hizo con medios mecánicos. Toda esta extraña operación tiene responsables, pero dejamos para otra ocasión relatarla y examinarla como merece.

de relieve la importancia que tiene para entender el mantenimiento de una población de origen tardorromano y religión cristiana, así como la instalación de gente nueva de creencias distintas. Pero estas cuestiones quedan aplazadas hasta que no se investigue más a fondo.

La excavación llevada a cabo en 2001 (Malpica Cuello, Gómez Becerra, García Porras y Cañavate Toribio, 2001) tuvo como fin examinar los daños causados en el Cerro de «El Sombrerete» por unos furtivos. Afectaron de manera importante al trazado superior de la muralla y en menor medida a las construcciones que había en su cumbre.

Se trazaron dos sondeos. El 1000 se ubicó en el espacio afectado más y que puso al descubierto la muralla de la que se identificó a partir de ese momento como la alcazaba de Madīnat Ilbīra. El otro sondeo, el 2000 se realizó en la parte superior del cerro, en donde la afectación había sido mucho menor.

Gracias al primer sondeo, se pudo estudiar la muralla, que presenta unas características que se repiten en todo su trazado de una u otra forma. Fue construida partiendo de una base de mampostería que, en esta área, la 1000, de la zona I, se apoya directamente en la roca, mientras que en otros que se excavaron posteriormente, como más adelante se verá, había una plataforma construida con mortero con escasa cal. Se entiende que encima de este zócalo se levantaría obra de tapial, quedando restos en algunos puntos, según se documentó en la campaña de 2005, ya dentro del proyecto sistemático. Toda esta base de mampostería esta realizada con dos líneas de piedras, mientras que en su interior hay abundante ripio (técnica a saco). En la intervención de 2001, llama la atención que, a partir de cierto punto, conforme descendiendo el zócalo de la muralla se ensancha por la construcción de plataformas en forma de «U», en vez de formar un muro continuo.

Gran parte del material cerámico y de otro tipo que se recuperó estaba en posición secundaria y procedía del sondeo 2000, en donde se pudieron identificar restos de una vivienda.

Se puede diferenciar del resto de las existentes en la alcazaba, que ya se apreciaron en ese año 2001 y que, posteriormente, fueron excavadas en 2005, según se verá. Es distinta tanto por su ubicación en la

cumbre de la evasión en cuyas faldas se sitúan las demás, como por la calidad de su construcción y el ajuar que se el asocia. Está hecha a partir de unas bases de mampostería y unos muros de tapial que descansa sobre ellas, aunque éstos no se han conservado y sólo se pueden deducir de los derrumbes excavados (tierra arenosa con bastante cal y que presenta fragmentos de cerámica y de materiales de construcción muy pequeños, que sin duda servían para darle consistencia al propio tapial).

La excavación sacó a la luz un patio, tal vez precedido de un zaguán, y una habitación al oeste de él, enlosada, que se interpretó como dormitorio, pues apenas había cerámica en ella, mientras que en aquél era notable su presencia.

Todas estas intervenciones arqueológicas, tanto las del siglo XIX, como las más recientes, ponían de manifiesto la importancia del yacimiento de Ilbīra y señalaban la necesidad de documentar su perímetro para protegerlo y estudiarlo. Esa obligación, que se estaba convirtiendo en perentoria por las amenazas de urbanización de una parte de la zona, condujeron a la realización de una prospección sistemática. Bajo los auspicios de la por entonces Delegada de Cultura en Granada de la Junta de Andalucía. D<sup>a</sup> María Escudero<sup>6</sup>, y con el permiso preceptivo y la financiación correspondiente de la Dirección General de Bienes Culturales de la Consejería de Cultura, se llevó a cabo la prospección sistemática del territorio de Madīnat Ilbīra.

Queda constancia de la memoria en su día entregada (Malpica Cuello, Álvarez García, Martín Civantos y Carvajal López, 2004). Un resumen de lo que se hizo y de lo que se pudo entender a partir de ella lo realizamos a continuación, si bien se puede hallar más extensamente en algunos otros trabajos (Carvajal López, 2008; Malpica Cuello, 2008).

Como planteamiento inicial para dicha prospección se dividió todo el conjunto, integrado por la Sierra El vira y su cara sur, aunque se examinó también de forma aleatoria su vertiente septentrional, en áreas diferenciadas, pero contiguas. Con ello se quería llevar a cabo una prospección intensiva.

La superficie a examinar en cada una de ellas

---

<sup>6</sup> Desde aquí queremos reconocer su valentía para encarar un problema que se estaba convirtiendo en importante y la confianza que nos prestó a todos los miembros del equipo que realizamos esta intervención arqueológica.

variaba. En efecto, se hizo la división de acuerdo con la topografía, el uso de los suelos, pero sobre todo atendiendo al uso que se había hecho de los mismos y, por tanto, también de acuerdo con el grado de alteración que habían sufrido. Sobre todo se tuvieron en cuenta las acciones antrópicas, algunas de las cuales habían sido muy relevantes. Asimismo, la intensidad empleada en el trabajo de campo se adaptó a las condiciones que había. Cuando las áreas eran, por ejemplo, de cultivo, mayoritariamente un olivar, el recorrido se hizo siguiendo las calles entre los árboles. De ese modo se facilitaba la tarea y era posible una ubicación inmediata y muy fidedigna incluso teniendo en cuenta la dispersión de los materiales hallados. En el caso de los cultivos herbáceos, en realidad una parte mínima del conjunto, hubo que esperar a la cosecha, retrasando la prospección hasta un momento idóneo de visibilidad. Teniendo en cuenta que se detectó desde el primer momento una fuerte antropización, se limitó la actuación arqueológica a un reconocimiento, siempre que fue posible, de los taludes en el caso de que existieran vaciados de tierra. Las áreas en las que el monte bajo era casi exclusivo y e aquellas otras en que había pinar, generalmente de repoblación, fueron examinadas pese a las dificultades que planteaban.

El material cerámico y de construcción estaba concentrado especialmente en cuatro áreas, apareciendo en su entorno una menor cantidad o bien alteraciones importantes de origen antrópico. Esas cuatro eran: 1. Cerro de «El Sombrero», en donde se actuó en 2001 (Área de prospección 029); 2. el espacio llano que hay en el conjunto territorial, o sea los denominados pagos de los Pozos, de los Tejoletes, entre las áreas 017 y 018, al este del Cortijo de las Monjas (Área 33), y su prolongación hacia el sureste, en dirección a Atarfe (Área 32); 3. el Cerro del Almirez y proximidades (Áreas 009, 023, 034 y 025), y, finalmente, 4. aquellas otras áreas que bajan con una pendiente más o menos suave del norte al este del conjunto (Áreas 004 y 011).

Hacia la Sierra Elvira propiamente dicha, en la parte septentrional del conjunto, aunque disminuyen los materiales, hay algunas estructuras que nos permiten hablar de una ocupación en determinados puntos. Son importantes aquellas identificadas en las Áreas 003 y 012. En la primera se halló una construcción de forma cuadrangular que no ha podido ser

definida al estar muy enrasada, aunque hay restos de materiales cerámicos asociados. En el Área 012 se identificó una estructura defensiva. Se trata de los vestigios que hay en la cima del Tajo Colorao, orientados hacia el este, en donde se evidenció una muralla de piedra seca y un posible foso, en tanto que en la parte más elevada se pudieron recoger materiales de distinta entidad, que salieron a la luz por acción de los furtivos. Aparecieron tejas y abundante cerámica que ponen de manifiesto la existencia de un hábitat más o menos permanente, aunque tuviese un carácter defensivo.

En la parte nororiental se hallaron diferentes estructuras hidráulicas. Eso pone de relieve que en tales áreas es posible el aprovisionamiento de agua. Desde aquí es precisamente de donde partía la necesaria para abastecer la localidad de Atarfe. Es donde se creyó identificar un acueducto en 1842.

Aparte de los restos documentados en El Sombrero y al pie del Cerro de los Cigarrones, en donde, se intervino en 2001 y 1999, respectivamente, se identificaron numerosos pozos, muchos de los cuales eran conocidos por los vecinos y otros han ido apareciendo al tiempo que actuamos en el conjunto. Posiblemente forman de *qanāt/s* que no se han inspeccionado hasta el momento. Abundan en la parte llana, constituyendo una red compleja de abastecimiento hidráulico, que, como se ha podido confirmar al compás de las excavaciones arqueológicas llevadas a cabo, servía en un primer momento para fines agrícolas y, con la constitución y desarrollo de la ciudad, se utilizaron para un destino artesanal e incluso para viviendas particulares en algunos casos.

Por lo demás, aquellas áreas ya documentadas en el siglo XIX se han visto, posteriormente a su identificación en tales fechas, muy alteradas por la acción humana, como se pudo comprobar en la puesta en marcha del proyecto de investigación.

La lectura inmediata que nos ofreció la prospección indicaba una concentración de la población en áreas, a veces separadas entre sí, lo que daría una ocupación discontinua. Esta hipótesis es más plausible si observamos las estructuras hidráulicas detectadas. Aparecen numerosos pozos a lo largo de la parte llana del yacimiento. No se ha podido determinar si están o no conectados entre sí. En un caso, en la excavación de urgencia de 2006 en el pago de los Tejoletes, el

pozo que apareció, integrado según todos los indicios en un alfar, anteriormente parece que formaba parte de un conjunto, por lo que habría que relacionarlo con galerías drenantes subterráneas, tipo *qanāt/s*. Las posibles galerías se afloraban parcialmente el agua de la gran reserva que tiene en su interior Sierra Elvira, como lo ponen de manifiesto la gruta denominada Raja Santa y el nacimiento termal de los Baños.

Estaríamos hablando, pues, de microsistemas separados los unos de los otros. Tendrían como fin abastecer a poblaciones allí instaladas de forma segmentaria y poder irrigar sus campos de cultivo. De ese modo, estaríamos hablando de pequeños agroecosistemas de regadío, con toda probabilidad creados por los árabes.

Es cierto que aún hoy en día hay un tramo de la Acequia Gorda del Genil que riega una parte de la vega cercana a Ilbīra, en concreto al este del conjunto. Se trata con toda probabilidad de un abastecimiento posterior a la creación de la ciudad. La presencia de pequeños sistemas en la Vega de Granada está comprobada en otros puntos de la misma y todo hace pensar que el gran sistema, o conjunto de sistemas, que representa la mencionada Acequia Gorda es más tardío (Malpica Cuello, 1997; Jiménez Puertas, 2008).

Inicialmente se ha detectado una cierta correspondencia entre las líneas de pozos, aún no determinadas en su globalidad, y las áreas en donde se encontró una mayor concentración de cerámicas. No obstante, habrá que hacer precisiones cuando la investigación avance, como confirmar la comunicación entre unos pozos y otros para establecer definitivamente si se trata, como parece por ahora, de galerías drenantes con pozos de aireación, o no. El hecho de que en su mayoría hayan sido cegados para evitar caídas de ganado y personas, complica la situación.

La prospección llevada a cabo en 2003 fue la base esencial para delimitar el BIC y para establecer los principios de análisis del conjunto arqueológico que se iba a estudiar.

### **La situación en que se encontraba el yacimiento al comenzar la investigación**

La primera cuestión a considerar tras estas actuaciones es el tiempo que ha pasado desde que se

hicieron las primeras intervenciones, en el siglo XIX, y la puesta en marcha de un proyecto sistemático de investigación.

Puede haber muchas explicaciones, pero todas ellas son posteriores al hecho indiscutible de que el yacimiento, tras un primer momento, no despertó un gran interés. Sólo los grandes monumentos andalusíes suscitaban suficiente curiosidad como para ser estudiados desde una perspectiva más o menos coherente y de forma constante. No nos atrevemos a decir si el debate sobre los orígenes de Granada hubiera tomado otro rumbo de haberse intervenido con cierta regularidad e intensidad en Ilbīra, o si la búsqueda de un pasado glorioso para la propia ciudad granadina apagó las posibilidades de ser conocida la madīna enterrada a los pies de Sierra Elvira.

Es cierto, por lo demás, que los recursos humanos y económicos por entonces existentes no se emplearon en una arqueología que, además, necesitaba de una fuerte dosis de objetividad y no de la gran tramoya ideológica que surgió. Definitivamente al-Andalus, aunque denominado con sumo cuidado España musulmana, no era un tema a considerar.

La segunda cuestión que hay que destacar es que, pese a haberse llevado a cabo obras de infraestructura de gran impacto en el medio y, por tanto, en el yacimiento mismo, por no hablar de la urbanización de un amplio sector, en concreto el oriental, que no fue incluido en el BIC, teniendo en cuenta que ya estaba construido o a punto de serlo, pese a todo ello, las actuaciones de emergencia se habían reducido a un espacio próximo al área de expansión, nunca en su interior, y en el cerro de «El Sombrerete». Puede servir para entender la llamada «arqueología involuntaria», en este caso reducida a la mínima expresión y que en buena medida no fue ni involuntaria ni preventiva.

Así, ninguna de las actuaciones emprendidas tampoco tenía como fin inmediato no ya la salvaguarda del importante yacimiento de Ilbīra, sino ni siquiera su identificación y valoración general.

Todo indica que la presión urbanística fue tan fuerte que todas las señales de alarma se encendieron en un determinado momento. De ese modo, se consideró absolutamente imprescindible actuar con los medios legales que estaban al alcance de la mano. La



voluntad política de D<sup>a</sup> María Escudero, delegada de Cultura de la Junta de Andalucía, y la actuación de algunos de los técnicos de la Delegación, puso en marcha un proceso que comenzó con la delimitación del BIC, que ha continuado con el proyecto sistemático de investigación y que ha de proseguir con la elaboración de un Plan Director. Pero estas cuestiones las dejamos para otra ocasión; ahora nos concentraremos en los resultados de la investigación.

Y eso nos obliga a entrar en un tercer problema. Se trata del grado de validez de los trabajos realizados antes de la puesta en marcha en 2005 del proyecto de investigación.

Por lo que respecta a los hallazgos del siglo XIX, pues hay que calificarlos de tales y no de otro modo, como se entenderá por la manera en que se practicaba la arqueología en esas fechas, permiten tener una visión variada, pero en muchos puntos inconexa, y eso pese al esfuerzo de Gómez Moreno [González]. Gracias a él se han podido documentar con ciertas garantías los puntos en los que aparecieron vestigios y la «calidad» de los mismos, al menos en una primera valoración. En cierto modo han hecho posible trazar un marco de referencia inicial, indispensable sobre todo cuando se aprecia el estado del yacimiento.

Ahora bien, no deja de ser curioso que los únicos restos visibles en superficie, los de «El Sombrerete», no aparecen recogidos en la literatura de la época, mientras que en otros puntos las obras que se hicieron en esas fechas y las actuaciones llamémoslas arqueológicas, muchas veces consecuencia de las primeras, pusieron en evidencia la presencia de vestigios importantes que incluso llegaron a ser identificados con espacios urbanos concretos (mezquita, necrópolis cristiana).

Es evidente que el yacimiento ha ido sufriendo transformaciones importantes de muy diferente tipo. Queda por valorarlas y cuantificarlas en el conjunto del registro arqueológico, lo que, una vez hecho, permitirá establecer unas pautas que permitan valorar los resultados hasta ahora obtenidos y hacer extrapolaciones con mayor fiabilidad. De momento hay que señalar algunas de ellas, las más importantes. Así, a la expansión urbana de Atarfe, aún no consolidada del todo por lo que respecta al BIC, y a una obra de la envergadura de la autovía del 92 (A-92), que nada han aportado al conocimiento de Madīnat Ilbīra, hay que

sumar otras que han tenido, por paradójico que pueda parecer, un doble valor, el negativo inherente a toda alteración del medio, pero también el positivo de permitir examinar el subsuelo e incluso de haber preservado los restos arqueológicos en ciertos casos.

Destacaremos tres actividades. De un lado hay que señalar las labores extractivas en las numerosas canteras, hoy en día detenidas de manera definitiva o provisional. En segundo lugar ponemos de relieve la existencia de balsas de alpechín que son profundas heridas en el terreno, en cuyos perfiles podemos leer la secuencia estratigráfica. Finalmente, las labores agrícolas, que han sido ambivalentes.

En cuanto a las canteras, podemos decir que las situadas en «El Sombrerete», en su mayor parte y amortizadas, han afectado al trazado este de la muralla. En la foto aérea de 1956 se puede ver cómo apenas habían comenzado (Figs 3 y 4) Su extensión ha sido, pues, posterior y, por tanto, su acción negativa sobre los vestigios. Sin embargo, la cantera que por ahora está detenida, de continuar su progresión, podría significar la destrucción de una pequeña estructura defensiva que existe en una de las cumbres, más al sur de la alcazaba propiamente dicha. Por su parte las que hubo hasta hace relativamente poco tiempo, concretamente hasta 2001, en el Tajo Colorao, no han alterado los restos que hay en su cima.

Las balsas de alpechín han tenido una incidencia muy marcada en el territorio. La situada junto a la cantera de yeso, por encima de la parte llana y por debajo de Marugán, no ha alterado, por lo que hemos podido apreciar, registro arqueológico ninguno. No ocurre lo mismo con las situadas en la antigua propiedad de Jimena, en donde se sitúan además las instalaciones de una fábrica de aceite. En los perfiles de ellas se ha documentado la necrópolis islámica de Madīnat Ilbīra, lo que nos permite no sólo situarla, sino apreciar la magnitud y extensión de la misma. La parte situada más al oeste, donde estaba la antigua azucarera, es una incógnita, pero cabe sospechar que una parte de la citada necrópolis se encontrase también en ella.

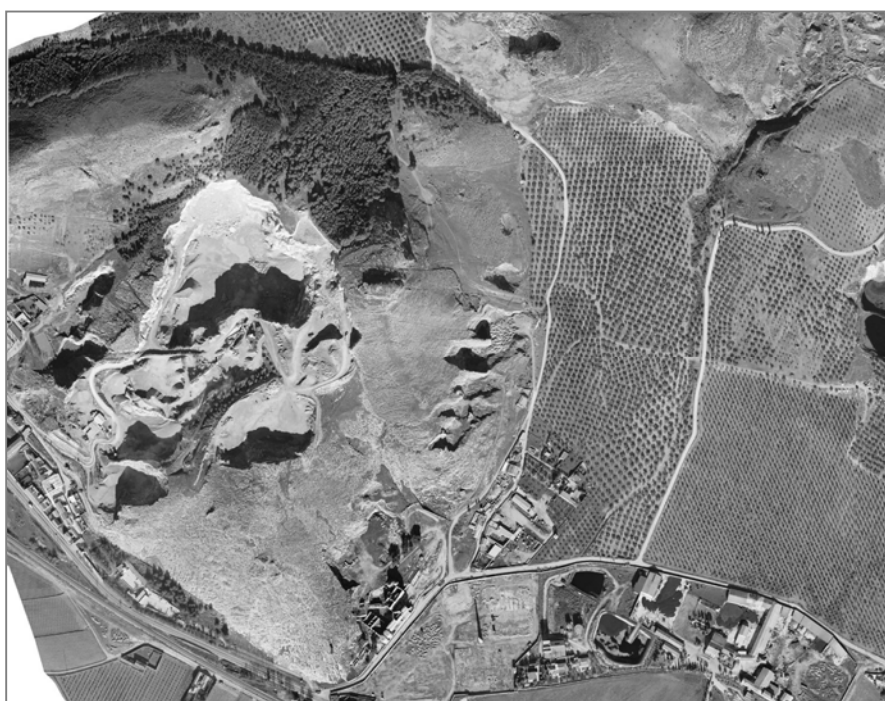
En cuanto a las labores agrícolas, podemos decir que en algunos puntos, como se ha podido comprobar en la zona II, área 2000, en la campaña de 2009, los trabajos de arado han destruido parcialmente los muros y pavimentos de las viviendas. Eso nos da una idea de la profundidad a que se encontraban cuando

se realizaron. Tal vez por ello en otras partes, como en las áreas 1000 y 3000 de la citada zona II, es decir, en los espacios más bajos del conjunto, se hallan identificado potentes rellenos par crear un área de cultivo en la que pudieran arraigar los olivos allí existentes. De ese modo, si, por una parte, ha habido destrucción, eso sí, poco importante, de otra, se han preservado las estructuras con tales aportes de tierra.

Hay que agradecer que esa propiedad tuviese un destino agrícola y se mantuviese en manos de un único propietario, porque en algunas otras partes, como en la zona III, la de las colinas, en el borde nororiental del yacimiento, la alteración ha sido espantosa, como lo pone de manifiesto la construcción de conjuntos industriales de un gran impacto no sólo arqueológico, sino también paisajístico.



**Figura 3.** Foto aérea del área de «El Sombrero» del año 1956.



**Figura 4.** Foto aérea del área de «El Sombrero» en la actualidad.

En suma Madīnat Ilbīra había sufrido importantes alteraciones, que en su momento habrá que medir con mayor precisión, pero la extensión del yacimiento y el mantenimiento de actividades tradicionales, como la agricultura extensiva, ahora en proceso de transformación, ha hecho posible que la ciudad andalusí pueda ser estudiada y analizada con ciertas garantías.

### La formación y configuración de la madīna

El proyecto sistemático de investigación se inició en 2005 y ha desarrollado tres campañas de excavación, cada una de ellas en diferentes áreas y aún zonas del yacimiento. Éste quedó dividido para su estudio arqueológico en tres grandes zonas. La primera es la I, que integra la alcazaba y espacios aledaños. La zona II abarca la amplia llanura que desciende suavemente hacia el río Genil, pero que se detiene en la carretera de Córdoba. Finalmente, la zona III es la de las colinas que hay entre la sierra propiamente dicha y el espacio llano (Fig. 5).

Esta división atendía a la necesidad de identificar conjuntos más o menos diferenciados. Para hacerla se optó por seguir lo que se sabía precedentemente al comienzo del proyecto, sobre todo por la literatura científica del siglo XIX y por las actuaciones llevadas a cabo en 1999, 2001 y 2003. En tal sentido, la excavación de urgencia de 2001 en «El Sombrero», que ponía de manifiesto la existencia de una alcazaba en esa elevación, y la prospección de 2003 han permitido trazar esa división.

De manera inmediata se tuvo que optar por diseñar una estrategia, dado que la extensión del yacimiento era muy grande (por encima de las 300 ha). Se decidió actuar en la alcazaba, para poder determinar con mayor precisión su configuración apenas entrevista, pero iniciada en 2001, y en aquellas partes en que se habían documentado restos en el siglo XIX. Como había una cierta dispersión, se prefirió conocer la llanura, en donde estaban las partes principales, según se había examinado en aquellas lejanas fechas de 1800, de la ciudad islámica. Éramos conscientes que una zona, la III, esencial para conocer el paso del asentamiento tardorromano a la madīna, habría que dejarla para más adelante. De ese modo, teníamos asegurado el conocimiento del origen y desarrollo de Madīnat Ilbīra, aunque quedaran problemas sin resol-

ver. Se podía, según pensamos, establecer una cronología sobre la ciudad y sobre la cultura material, sobre todo la cerámica, que se recuperara. Los resultados obtenidos han puesto de manifiesto que, pese a desconfianzas y dudas, cuando no críticas malintencionadas y claramente interesadas, la estrategia era la correcta. Hoy sabemos, por ejemplo, cómo se organizó la ciudad islámica, podemos decir que no lo hizo a partir de una estructura urbana anterior, así como es posible establecer unas primeras pautas sobre el impacto que tuvo en el territorio de la Vega granadina (Malpica Cuello y Jiménez Puertas, 2009).

No vamos a recoger ahora todo lo que se ha hecho en las citadas campañas, que se puede consultar en sus respectivos informes y memorias, con la excepción de la de 2009. Nos limitaremos a poner de manifiesto algunas cuestiones que permitan establecer los elementos sustanciales de la ciudad de Ilbīra, para lo que es imprescindible un resumen mínimo de las actuaciones emprendidas.



**Figura 5.** El yacimiento de Madīnat Ilbīra y los espacios en los que se ha actuado hasta el inicio de la campaña de 2009.

#### *Campaña de 2005. La alcazaba de Madīnat Ilbīra*

Se centró, como queda dicho, en el cerro de «El Sombrero», o sea en la alcazaba de la ciudad. En ella se procedió a dividir el espacio en distintas áreas, todas ellas con cuatro dígitos, en tanto que los sondeos se numeraron correlativamente, siempre con el dígito del área en primer lugar. El área 1000 es donde estaba el

sondeo I de la excavación del año 2001; el área 2000 es la cumbre del cerro, en la que situó el sondeo II en esa intervención. Todas las demás se trazaron de nuevo en 2005. La 3000, que fue la primera que se señaló, era un conjunto de estructuras entre dos vías de comunicación de arriba hasta abajo y que servían como ejes interiores de paso. La 4000 se fijó en la parte sureste de «El Sombrerete», en donde había también restos de cierta importancia, separada de la anterior por un espacio vacío. La 5000 estaba al pie de la elevación, en el contacto con el llano, antes de llegar al camino que conduce desde la ciudad a la alcazaba. Finalmente, el área 6000 delimitaba el acceso a la misma alcazaba,

Una vez que ya se vio lo que se encontró en las áreas 1000 y 2000, señalaremos los resultados obtenidos en las otras.

Así, en el área 3000 se excavó una gran superficie, en donde, de manera resumida, diremos que se identificaron al menos dos estructuras habitacionales, que no podemos considerar propiamente casas, ya que no estaban articuladas en torno a un patio y no tenían un relación total entre ellas. La situada más al norte forma el CE-1 (Complejo Estructural-1). Es un espacio rectangular de 6,75 m x 4,85 m, delimitado por muros perimetrales, que tienen una anchura que oscila entre los 0,45 m y los 0,31 m. Aunque su estado de conservación es malo, se puede observar cómo se han construido en mampostería, siguiendo la técnica de muro a saco, o sea, dos hiladas y un relleno de ripio entre ellas. El acceso hasta célula se hacía por el este, como prueban los restos que quedan de un pequeño escalón muy arrasado.

Al sur de esta construcción se identificó otra de similares características, el CE-2, de 8,20 m de largo por 4,90 m de ancho, o sea, de mayores dimensiones que el anterior. Se construyó de la misma manera que la célula conformada por el CE-1: muros con base de mampostería que tendrían un alzado de tapial,

Al oeste de ambas se ha documentado un adarve, cerrado por los muros perimetrales de los dos edificios a oriente, y por la roca a occidente. Estaba techado, como prueba la existencia de derrumbes de tejas.

El acceso a este adarve se hacía por el norte, utilizando unas escaleras excavadas en la roca. Se

construyeron aprovechando que la roca se rompe de tal manera que se fractura regularmente. Se regularizó su superficie con un relleno rojizo, general a todo los sondeos, que procede de la descomposición de la roca madre. Sirve para descender desde la parte alta de la alcazaba y relacionar las estructura de este conjunto.

Entre estos dos CE/s no hay relación de continuidad. Sólo sirve para tal fin el citado adarve. Hay, además, un espacio vacío entre los dos que, sin embargo, permite un acceso hacia la parte baja.

En todo este conjunto hay espacios públicos, como la citada escalera y el que se halla al este de los dos complejos estructurales ya mencionados.

Es verdad que la pendiente existentes muy fuerte, de en torno al 50%, lo que ha supuesto una destrucción importante de los depósitos arqueológicos, pero de todas maneras, se puede decir que gran parte del material cerámico, a excepción de lo que se encontró en el citado adarve, hay que relacionarlo con el que se empleaba en la construcción de los tapiales. No hay indicios de que tales células rectangulares cumplieran una función polivalente, sino más bien sólo se utilizasen como alcobas. Pero este extremo es por ahora algo que habrá que revisar cuando se excave más en la alcazaba.

Algo similar es lo que se advierte en el sondeo 4100, en el área 4000. Se halló una célula rectangular de 9,30 m x 3,80 m, con un grosor de los muros entre 0,22 m y 0,50 m, siendo la primera medida consecuencia de la erosión. Por lo común son de 0,48 m de ancho. En su interior no se apreciaron divisiones internas, sino tres espacios formados por el nivel de roca. En la esquina noreste de la misma apareció un punto de fuego que no nos atrevemos a denominarlo hogar. Tal vez sirviese para calentar algún líquido o comida. Sin embargo, la cerámica hallada es muy escasa y cabe atribuirle a la destrucción del tapial, en donde se encontraba para favorecer su resistencia. Cabe destacar asimismo que diferentes células rectangulares están en el entorno de la que hemos señalado, pero no se han excavado.

Se intervino en la misma área, pero ya cerca de la muralla que descendía desde casi la cima del cerro, en donde se identificaron diferentes estructuras. En la que se actuó, el CE-1, en el sondeo 4200, se pudo entender que no era una célula rectangular aislada,

sino que presentaba una complejidad mayor. En realidad se trataba de un estructura organizada en crujías paralelas. Se excavó totalmente la situada más al sur y sólo de forma parcial la precedente a ella, más al norte. La dimensiones de la primera crujía era de 10,80 m x 4 m de ancho en el lado oeste y 3,80 m en el este. Un muro interno la dividía en dos ámbitos. El único vano se hallaba en el muro septentrional, lo que la comunicaba con la siguiente crujía. Por tanto, para acceder a aquélla era preciso pasar por ésta. Eso nos indicaba que, pese a no excavarse nada más que de forma parcial, había que considerar patio la segunda crujía. En el extremo oeste se halló un hogar y no se pudo identificar el cierre del espacio por el este.

Pese a alteraciones producidas por furtivos, algunas de ellas graves hasta el punto de destruir no sólo derrumbes, sino pavimentos y rellenos de nivelación hasta llegar a la roca, se pudo interpretar la función de la primera crujía como almacén y lugar de preparación de los alimentos, que en su fase final eran cocinados en la segunda crujía, seguramente en un patio abierto. Aunque hay una tercera crujía más al norte, que quedó intacta, sin excavar, la interpretación que se ha hecho de este CE-1 es que se trata de un edificio destinado a guardar alimentos y servirlos a los ocupantes de las otras células vecinas. El fácil acceso a este patio, sin cierre por uno de sus lados, lo avala.

El otro complejo estructural, CE-2, separado del anterior por un espacio de tránsito, una vía de comunicación protegida por la muralla, era precisamente la de la alcazaba.

Presentaba un ancho de 2 m, habiéndose excavado a lo largo de 8 m de longitud, pues continuaba por arriba y hacia abajo. Como se observó ya en la intervención de 2001, en la parte superior del cerro, para poder salvar el desnivel y ahorrar material, se construyeron unas plataformas en forma de «U». Cada una estaba integrada por tres muros de mampostería, de ellos el que está en el lado corto es el más ancho, para así soportar mejor la pendiente. En el presente caso, además, se conservó parte del tapial.

Al contrario que en los sondeos 3100 y 4100, en el 4200 se recuperó material cerámico que no está asociado a la construcción de los muros de tapial, pudiéndose identificar una serie de piezas de cocina y de almacenamiento que confirman la función de este CE-1.

En el área 5000 debajo del cerro, antes de llegar al camino que lleva a la alcazaba, se situaron dos sondeos. El 5100 se ubicó más al norte, en tanto que al sur de éste se realizó el 5200.

En el primero de los dos, el 5100, se identificó un complejo estructural, el CE-1, que puede identificarse como una vivienda o bien un taller con un patio y una habitación. Un muro con base de mampostería y alzado de tapial separaba ambos ámbitos. El patio tenía un pavimento de tierra apisonada y algo de cal. En la parte norte del patio se identificó un espacio destinado al fuego y en cuyas proximidades se recuperó un dedal de talabartero. El material cerámico era escaso.

En el sondeo 5200 se encontró parte de un posible taller parcialmente excavado en la roca, CE-1. De grandes dimensiones no se excavó completamente, pero es que, además, su extremo este había sido destruido por labores agrícolas. La dedicación de este taller está por determinar, porque no había un material específico que se le pudiera atribuir. No obstante, la existencia de unos pozos integrados en el mismo, nos advierten que sería necesario el uso de agua. Es uno de los ejemplos que tenemos en la ciudad de cambio en el uso de estas estructuras hidráulicas, que primero servirían para la vida agrícola y, posteriormente, para uso artesanal.

El área 6000 es la que se halla en la entrada de la alcazaba de Ibīra. Los resultados de los sondeos que se hicieron lo pusieron claramente de manifiesto.

Así es, en el 6100 apareció un tramo de la muralla de la alcazaba. Era una estructura única. Se ha conservado sólo la base de la muralla, hecha en mampostería no concertada, con la técnica de muro a saco. Se ha exhumado un paño de 20 m de longitud, continuando por ambos lados, donde no se excavó, y una anchura de 1 m, con una altura máxima conservada de 0,65 m. A diferencia de los tramos documentados en el sondeo 1000, de la campaña de 2001 y en el sondeo 4200, de la de 2005, la muralla se levantó sobre una plataforma, homogénea y en ligera pendiente, de hormigón.

El sondeo 6200 sacó a la luz la puerta de entrada, de acceso directo, pero protegida con dos torres. Se trazó a 18 m más al este del anterior, sin que hubiese continuidad con el 6100, puesto que un pino lo impedía. La técnica constructiva es igual, si bien la

estructura está muy alterada, hasta el extremo que la torre oriental no se puede reconocer en su integridad, lo que es posible en la otra. Se debe seguramente a que en este punto se accedía, una vez sepultada la estructura, al interior. Como el relleno no era muy grande, el paso de vehículos ha afectado mucho a la construcción.

En suma, la campaña de 2005 permitió tener una idea general de la alcazaba de Ibira, no sólo de sus mecanismos defensivos, a partir de ella bien conocidos (muralla y puerta de acceso, probablemente la única del recinto), sino de las viviendas, que son claramente distintas de las que se hallaron posteriormente en la zona llana (zona II), en la campaña de 2007. Por otra parte, fuera del recinto amurallado, al pie de la alcazaba se identificaron espacios artesanales, tal vez relacionados con el posible camino principal que iba de la madina a la alcazaba. No lejos del área 5000 de la zona I, se pudo identificar, en una excavación de urgencia realizada dentro del proyecto<sup>7</sup>, en la zona II, hacia el noreste, un taller que puede considerarse un alfar. De esta actuación trataremos más adelante.

Los estudios de la cerámica (Carvajal López, 2005; 2008; 2008a) sirven asimismo para entender la organización del espacio de la alcazaba. Destaca la inexistencia de piezas de almacenamiento, lo que quiere decir dos cosas a nuestro entender. La primera es que no se acumulaba excedente arrancado a la población que vivía fuera del recinto amurallado; la otra es que, a falta de esa acumulación, hay que pensar en una relación fluida y constate con el exterior del mismo, ya que en él no se han detectado actividades productivas, ni siquiera ganaderas. Tampoco era fácil el aprovisionamiento de agua en ese espacio, por lo que necesariamente se acudiría a conseguirla fuera de él, al no haberse encontrado aljibes en todo el espacio de la Alcazaba.

Las series cerámicas son esencialmente las que conforman un ajuar para el ejercicio de las tareas normales en un núcleo de población, en principio alejado de un uso de lujo en la mayor parte del conjunto defensivo, que no en su totalidad. Destacan las

---

<sup>7</sup> Fue director de la misma José M<sup>a</sup> Martín Civantos y actuó como técnico Luca Mattei, ambos integrados en aquellas fechas en el proyecto sistemático. Sin embargo, el informe inicial, que es el que seguimos, ya que nos lo suministró amablemente él mismo, aparece firmado sólo por el director (Martín Civantos, 2006).

ollas que marcan la evolución de la tradición anterior a la plenamente islámica, así como los vidriados monocromos en las piezas de servicio de mesa. Todo ello marca una datación del siglo IX hasta el X, con acusadas diferencias, como se verá con las cerámicas de otras partes del yacimiento, esencialmente de la zona II o espacio llano donde se situaba la madina propiamente dicha. Una atención especial, que hasta ahora no se le ha concedido, merecería la cerámica de agua, que es abundante y variada, seguramente por la necesidad de consumir el líquido en una zona en la que no lo había.

Con todo, la imagen de una población que consumía una cerámica de escasa entidad, no es correcta. Hay piezas que proceden de una importación oriental, como un fragmento vidriado en blanco opaco monocromo, procedente de Samarra, donde se fabricaba antes de mediados del siglo IX y poco después, aunque se ignora cuando cesó (Carvajal López, 2008, p. 287 y nota). En esto hay una concordancia con los vidrios que se hallaron en la excavación de 2001, en proceso de estudio, en donde se ha identificado un fragmento con pan de oro en el interior, que tiene paralelos en Siria.

Es posible, pues, que haya que diferenciar dos ajuares; uno, de carácter general, propio de la generalidad de los ocupantes del espacio amurallado; otro, de más entidad y que contiene elementos procedentes de una importación y que le confiere un carácter de lujo, que se puede centrar fundamentalmente en la cima del cerro, en donde hay restos de una vivienda principal, excavada (sondeo 2000 de la intervención de 2001) parcialmente, y que probablemente fuera la vivienda de la autoridad principal de la ciudad e incluso de la kūra.

Hay que señalar finalmente que la cerámica hallada en la citada alcazaba muestra una fase de ocupación anterior a su fundación, como se ve en algunas de las construcciones y en su bases. Es posible que no procedan de edificios anteriores de aquella zona I, sino de la zona llana, en donde, como veremos, hay ciertos indicios de que existiesen pequeños asentamientos precedentes a la creación de Madinat Ibira. Es una cuestión que habrá que volver a tratar.

### *Excavación de urgencia en los Tejoletes (2006)*

El resultado que dio la excavación fue un gran edificio formado por diversas unidades integradas en él. Un gran muro (E 1) que recorría gran parte de la superficie excavada en dirección oeste-este, articulaba una serie de ámbitos al norte y sur. Se prolongaba por el oeste más allá del perfil resultante de la intervención. Una zanja, realizada en ese mismo año para llevar una conducción de agua para el riego, había destruido parcialmente el escaso relleno que allí había. Se contabilizaron al menos nueve ámbitos distintos. Muchos de ellos techados, según se pudo apreciar en los derrumbes de tejas que se recuperaron. En la parte central hacia el norte del sondeo se identificó un pozo, que una vez reconocido se consideró que formaba parte de una galería subterránea.

En el extremo este aparece un espacio de paso (CE-1), pavimentado con guijarros, lo que nos hace pensar que fuese frecuentado por bestias de carga. En él no se ha identificado ningún derrumbe de tejas, lo que nos confirma que estaba sin techar. A continuación, al sur del gran muro E-1, se identifican uno al lado de otros, de este a oeste, los siguientes ámbitos: CE-2, techado; CE-2, igualmente cubierto; CE-3, también techado; CE-4, que estaba asimismo cerrado; CE-5, también techado; al sur de éste, el CE-6, con techo, y al este del mismo y al sur de CE-4, el CE-7, cubierto.

Al norte de E-1 hay otros CE/s. El CE-8, en el extremo oriental presenta un estrecho vano a la calle mencionada. Al oeste del anterior encontramos el CE-9, que es de forma rectangular y de cierta extensión; en él hay dos plataformas posiblemente de carga. Se han identificado dos pozos, uno, al sur del muro E 1 y otro al norte, y una estructura excavada en la roca con anterioridad a la construcción.

Todo este edificio, del que sólo se conoce una parte, podría interpretarse como un taller de alfarero, sobre todo en su parte de almacén y obtención del agua de los pozos, con un espacio de carga y descarga en el extremo este del conjunto. De nuevo se observa cómo los pozos de agua para uso agrícola fueron integrados en una estructura artesanal.

En todo caso, el análisis de la cerámica (Carvajal López, 2006; 2008) recuperada en esta intervención es sumamente reveladora.

Este espacio de la zona II ha mostrado que hay una evolución en la cerámica. Ante todo, se aprecia una importante novedad, cual es la introducción de atafiores vidriados, lo que implica una mayor cantidad de cerámica vidriada que la que aparece en la alcazaba. Destaca la decoración con trazos de manganeso en las piezas meladas, mientras que las piezas en verde y manganeso son muy escasas, lo que parece indicar que hay que considerarlas importaciones y no producciones locales.

Igualmente se advierte una mayor presencia de tinajas, lebrillos y discos, lo que determina que la cerámica a mano sea más abundante que en la zona I. No es que haya una transformación de las fabricaciones, sino que ha habido una mayor diversidad y complejidad de las producciones de Ilbira.

Se aprecia también una disminución de las ollas con piqueta y un asa, o sea, las de borde en «S», pasando a ser las dominantes las que tienen dos asas y boca circular. No obstante, no se puede individualizar un tipo propio de otros yacimientos granadinos.

Finalmente hay que destacar otros cambios de menor entidad, como la disminución de los jarros y/o jarritos con piqueta y la desaparición prácticamente total de los candiles vidriados.

Como características generales se pueden señalar tres, que consideramos muy importantes. En primer lugar, se observa una homogeneización de los tipos morfológicos, disminuyendo los tipos, lo que puede ponerse en relación con una concentración de la producción en pocos talleres, aunque puede ser que estemos en uno de ellos, el edificio excavado en los Tejoletes. Así se puede explicar esa homogeneidad.

De todos modos, se aprecia una variación tecnológica importante, siendo el más destacado la aparición de las bases convexas y espatuladas, en tanto que en la alcazaba se daban las planas. Finalmente, se observa una difusión mayor de los vidriados, apareciendo los atafiores en melado con decoración en manganeso.

Sin duda, tenemos una referencia de primera mano que nos habla de la generalización de un consumo de cerámica en la propia ciudad, siguiendo ya un estándar más o menos consolidado en al-Andalus en el siglo X, fecha a la que cabe adscribir ese edificio excavado en la zona II en 2006.

Las cuestiones que hemos ido recogiendo y planteando se amplifican en la campaña de 2007, la segunda realizada en el marco del proyecto sistemático de investigación, de la que pasamos a dar cuenta a continuación.

### *Campaña de 2007. Zona II: Pago de la Mezquita y aledaños*

Se sitúa en la zona II, en la parte más llana de la ciudad, al sureste de la alcazaba, en las proximidades de la carretera interior que viene desde Atarfe hasta los Baños de Sierra Elvira, pasando por el cortijo de las Monjas. Un torrente se ubica allí, recorriendo de norte a sur el olivar que hay y que lo parte en dos. Se eligió excavar en ese punto por varios motivos. Ante todo porque en el siglo XIX Gómez Moreno (1888, pp. 7, 8) situó allí la mezquita principal de la ciudad, hablándonos de restos de indudable importancia.

Determinar el espacio de ocupación de la aljama es fundamental para conocer la organización de la ciudad y cómo surgió.

La cuestión que dilucidaba no era tanto identificar el edificio, que también, sino conocer si el área en la que se estableció se había ocupado con anterioridad o no. En el primer caso, podríamos estar ante la ocupación de un espacio de culto previo, fundado en el siglo VIII, que incluso hubiera podido ser de un pequeño núcleo precedente. En el segundo, cabía la posibilidad de que hubiera condicionado el urbanismo de toda esta área.

Por eso mismo, los sondeos que se trazaron se hicieron siguiendo un mismo eje. En total fueron cuatro, tres de los cuales se llevaron a cabo al este del Secano de la Mezquita, mientras que uno se hizo en ésta.

En todos ellos se pudo comprobar lo que el propio Gómez Moreno [González] habían señalado y los vecinos del lugar habían advertido. Los rellenos contemporáneos eran muy espesos. Superaban con creces los 2 m, como se comprobó en la excavación. Fue un obstáculo importante, aunque lo era más la disposición de los olivos, que impedían una intervención en gran extensión. Por eso, los resultados fueron parciales.

En el espacio oriental del Secano de la Mezquita se hallaron restos de viviendas. En el sondeo situado

más al sur, el 1200, se identificaron dos complejos estructurales. El primero, CE-1, era una casa de grandes dimensiones que sólo se exhumó en su parte oeste, mientras que el CE-2 estaba a occidente, con una calle entre ambos. Un gran muro perimetral la cerraba por occidente. No se descubrió completamente; su cierre por el norte se pudo evidenciar al realizar una zanja para unir este sondeo 1200 con el 1300, más al norte del anterior, en tanto que por el sur, no, ya que continuaba por el perfil meridional. Tres ámbitos se diferenciaron interiormente. El más septentrional de todos se consideró una cocina, tanto por los restos de cerámica hallados, como por la presencia de un hogar y la existencia de cenizas en todo el suelo, que era de tierra apisonada con cal. El muro que separaba este primer ámbito del inmediatamente situado al sur montaba, variando la dirección ligeramente, sobre otro anterior. Sin duda, era una reestructuración en un momento determinado, sin que supiera una transformación, al menos por lo que se ha podido ver en la intervención muy importante, puesto que la desviación no es muy destacable. Al sur está el tercer ámbito, separado del anterior por otro muro.

Podemos decir algunas cosas de esta vivienda. Ante todo que tiene una extensión considerable, pues se excavó apenas un quinto o un poco más de la misma. La parte occidental de la misma, que es la que se ha exhumado, está dividida en por lo menos tres ámbitos; seguramente son de servicio, pues no sólo se ubica allí la cocina, sino que los otros dos más al sur no deben tener una extensión muy grande — se comprueba que es así en el situado en medio de los otros dos, pues se documentó totalmente en su dirección norte-sur—. Eso quiere decir que no cabe considerarlos como alcobas. Si el espacio de servicio se hallaba en esa ala occidental y en el muro perimetral oeste no se ha hallado en todo el trazado evidenciado un acceso al interior, o estaba en la parte meridional no excavaba, o en la septentrional. En ese último caso sería más fácil un acceso directo a la cocina, tras pasar seguramente al patio. Probablemente la crujía paralela a esta que sólo hemos exhumado de forma parcial, fuese el patio, porque la otra estaba, toda ella techada, como se puso de manifiesto en los derrumbes de tejas que se identificaron en la excavación. A modo de hipótesis podemos proponer la existencia de una gran vivienda con un patio central, zaguán de entrada y habitaciones en los lados sur y este. Pero sólo con



una excavación del conjunto entero, por ahora imposible sin destruir el olivar en parte, resolvería estas dudas.

De lo que no cabe duda es de que esta vivienda estaba inserta en un conjunto bien urbanizado. En la esquina noroeste del edificio exhumado (CE-1), en la zanja 1500, se identificó un pozo ciego. Además, la casa lindaba al oeste con una calle que quedaba delimitada también por el CE-2 y que descendía de norte a sur suavemente. El pavimento de la misma parece que estaba hecho con un mortero de abundante cal. En ella se identificó un grueso estrato de tierra negra con abundante material de todo tipo, del que luego hablaremos, y que ha de considerarse parte de desechos allí depositados y no retirados en el momento del abandono de este conjunto.

El CE-2 apenas ha sido exhumado, porque continúa por el perfil oeste y sólo se aprecia un muro, el oriental del edificio, que como todos es de mampostería no concertada, funcionando como la base de los alzados de tapial. Pero en este caso concreto los mampuestos están mejor trabajados, hasta el punto de parecer algunos de ellos sillarejos. Se ha exhumado asimismo una pequeña parte del cierre meridional del edificio. La cerámica que se puede asociar a este CE-2 ha hecho pensar que en una primera fase tuviese una función hidráulica, pues han aparecido numerosos cangilones.

El sondeo 1300 se planteó al norte del sondeo 1200, en línea con él. Apareció allí la parte oriental de una vivienda, que no seguía la misma orientación que la del sondeo 1200. Se articula a partir de un muro que parece cerrar por el sur, pero no por el norte, al menos en la superficie excavada. Dos muros que apoyan en la cara interior de aquél crean un ámbito, sobre cuya función nada sabemos, puesto que no hay huellas especiales en él. Más al norte se encuentra otro espacio, al que se accede desde el exterior por un vano que sólo queda definido en su parte meridional por la presencia de una quicalera, ya que la septentrional queda dentro del perfil norte. Un pequeño parapeto exterior parece proteger tanto otra posible entrada por el sur y el trazado de la calle, según se identificó al excavar la zanja (sondeo 1500) que unió ambos sondeos referidos.

No podemos decir mucho más de esta segunda vivienda, aunque sus dimensiones también parecen

notables y la articulación a partir de una primera crujía de acceso parecen asimilarla a la otra ya mencionada.

En el Secano de la Mezquita, separado del anterior conjunto por un torrente que se mostró problemático cuando llovió copiosamente durante la campaña, se excavó una extensión mucho menor. Se debió principalmente a la poca anchura de las calles del olivar y a un mayor espesor del relleno contemporáneo. El sondeo 1400 sacó a la luz estructuras diferentes. La que denominamos CE-2, posterior a los enterramientos que se descubrieron, uno de ellos de cierta monumentalidad, está formada por un muro en dirección noreste-suroeste, y tenía tejado, como lo prueban los derrumbes de tejas que se han documentado. Este muro sería el límite oriental del edificio en el que se integraba. Sólo ha aparecido una pequeña parte, pues queda dentro en su mayor parte del perfil oeste. Su factura es mucho más cuidada que las de los demás de esta zona II, área 1000, y de cualquier otra parte del yacimiento. Se puede decir que está hecho con sillarejos,

Fuera de este posible edificio, hacia oriente, se hallaron dos enterramientos (CEF-1, el más al oeste de los dos, que tiene una cierta monumentalidad, y el CEF-2, al este). En el primero, CEF-1, se observa un primer enterramiento con cubierta de tejas y una posterior monumentalización del mismo, como queriendo ensalzar al personaje allí enterrado. Los restos humanos, de un varón adulto, son de finales del siglo IX o principios del siglo X. Los análisis de C<sup>14</sup> dan como fecha entre los años 857 y 993 (81,2% a 1 sigma).

A su lado, pero separadamente, el CEF-2 es una sepultura que presentaba una fosa excavada en la tierra natural y reforzadas sus paredes interiores por mampuestos unidos con tierra. En ella se hallaban los restos de un niño. La asociación de enterramientos de un adulto y un infante destaca la pureza del primero, que además se considera un personaje de cierta entidad por la construcción de su tumba.

La proximidad de estos CEF/s al CE-2 puede entenderse como que éste era un panteón, si que es estuviéramos en la necrópolis islámica de Ilbira, o se integraba en un complejo religioso. En apoyo de esta última posibilidad tenemos el hecho comprobado que la cerámica hallada en este sondeo prueba una frecuentación posterior al abandono de la ciudad. Al ser posterior, algo que no es normal, puede indicar que se

continuaba un culto en ese espacio, referente a los restos humanos y/o al edificio allí existente.

En ningún caso se han hallado huellas de destrucción, como Gómez Moreno [González] señaló que había encontrado al recuperar las famosas lámparas. Pero no queremos decir que estemos en la mezquita ni cerca de ella. La extensión excavada es pequeña para poder hacer más precisiones.

Los restos cerámicos que se han recuperado nos ofrecen informaciones muy interesantes, como hemos ido desvelando antes. La cerámica de la campaña de 2007 ha permitido hacer precisiones importantes no sólo para los puntos excavados, sino para la evolución general de la misma en todo el yacimiento, al menos de acuerdo con lo que conocemos hasta el presente (Malpica Cuello, Jiménez Puertas y Carvajal López, 2009 (en prensa)).

Así, los materiales cerámicos más antiguos prueban una continuidad con los de la última fase de los recuperados en «El Sombrerete». Presentan prácticamente las mismas características que en ese momento anterior, aunque se observa en la zona II, área 1000, sondeo 1200, la particularidad de que las bases convexas en las formas cerradas de agua (jarras y variantes) están muy generalizadas. Por tanto se han de adscribir al momento final de esta la segunda fase de la alcazaba, que se ha de datar en torno al primer cuarto del siglo X. Rasgo importante a señalar es que los materiales de las UE/s recuperadas en el sondeo 1200, interpretadas como unos depósitos vertidos en la calle, en una gran medida son fragmentos de jarritas/os y arcaduces. Cabe sospechar que proceden de un vertido asociado a una noria cercana (arcaduces), que indicaría un uso agrícola de estos espacios antes de su urbanización, sin descartar que luego pasaran a ser una zona de abastecimiento de agua para la población a partir de un pozo y su noria, como sugiere la presencia de jarritas/os. Es un índice más de una expansión urbana en un medio precedentemente rural y en explotación. Además, quiere decir que este espacio se organizó como parte urbana en el primer cuarto del siglo X.

Una tercera fase, que se percibió en sus momentos iniciales, o sea, en el segundo y tercer cuarto del siglo X, en la excavación de los Tejoletes, llevada a cabo en 2007, se ha documentado también en la campaña de 2007. Concretamente se ve en los rellenos de

la calle y estructuras del sondeo 1300. De ese modo, es posible datar en tales fechas la edificación de este sector. Asimismo, en las tierras donde luego serán excavadas las tumbas del sondeo 1400, se observa la presencia de un material correspondiente a esta fase, por lo que también cabe datarlas en este momento. En este sentido, la datación por C<sup>14</sup>, calibrada, hecha de los restos humanos hallados en el CEF-1, lo confirma.

Las características que se observan son claras. Son mayoritarias las bases convexas en las formas cerradas de agua. Aunque hay también bases planas, pueden interpretarse como residuos de épocas anteriores, o bien que aún no todos los productores han introducido este cambio. Por su parte en las piezas de cocina se produce la introducción de este tipo de bases, pero aún siguen siendo mayoritarias las planas, que además tienen huellas de torzal, y las ollas con piquera (tipo S), si bien seguramente ya se han introducido otras variantes asociadas a las bases convexas. No obstante, la presencia de materiales residuales impide un análisis más afinado a partir de los contextos documentados en esta campaña. Por otra parte, se produce una progresiva introducción de los ataifores, muy significativa, aunque aún no parecen alcanzar el volumen de la etapa posterior. Dada la escasez del muestreo, no es posible afirmar rotundamente la existencia de una tipología concreta de ataifores, incluso tampoco hay datos concluyentes sobre un inicial predominio de bases convexas frente al posterior desarrollo del repié anular.

El momento final de esta tercera fase (último cuarto del siglo X-primer cuarto del siglo XI, cuando se produjo el abandono de la ciudad andalusí), está caracterizado por la generalización de las bases convexas tanto en jarritas o jarritos como en ollas. Incluso cabe pensar que las bases planas con huellas de torzal que se documentan en estos contextos son de materiales residuales de épocas anteriores. Se impone el nuevo tipo de olla (E) y tal vez deja de producirse la característica del momento anterior, la de piquera. Un aspecto importante es que el porcentaje de ataifores vidriados alcanza ya unos valores muy altos. Sin embargo, todavía no se documenta cerámica de cocina vidriada.

Se han documentado tales materiales en derrumbes de las estructuras que se exhumaron en el sondeo 1300. No obstante, deben contener mucho

material residual, al igual que parece suceder en los derrumbes del sondeo 1200. Así pues, es preciso señalar que en los derrumbes se mezclan materiales que forman parte de los muros, y cuya cronología responde al momento de su construcción, con cerámicas correspondientes a la época del abandono y derrumbe de los edificios. De ese modo, es complicado señalar una cronología más o menos ajustada.

Una cuarta fase se puede considerar a partir de los materiales del Secano de la Mezquita. Viene caracterizada, además de por la existencia de las bases convexas en formas de agua y cocina, por una nueva tipología de olla de borde recto entrante, que normalmente presenta escotadura en la unión entre el borde y el cuerpo (tipo C). Es habitual en la ciudad de Granada en contextos del siglo XI y primera mitad del XII (Rodríguez Aguilera, 1999). En algunos casos, quizás en los ejemplares más tardíos, tienen vidriado al interior. Esta tímida introducción del vidriado en la cerámica de cocina constituye una novedad. Por otra parte siguen siendo abundantes los ataífores vidriados melados, decorados con trazos de manganeso, aunque se documenta alguna nueva variante productiva (cuerda seca). El material de esta fase aparece asociado a niveles de arrastre o de tierras de cultivo y debe estar mezclado con un grupo mayoritario de producciones de la fase anterior. Por ello, es escaso y está muy fragmentado.

La presencia o no de cerámica de cocina vidriada podría distinguir un momento inicial, en donde no existe, que ha de ser datado a partir del segundo cuarto del siglo XI, y un momento final, en el que ya está presente, y que es de la primera mitad del siglo XII. Pero esta diferenciación cronológica no es, en modo alguno, segura, por las dificultades señaladas.

Esta fase se documenta en los niveles que se forman sobre los derrumbes de las estructuras de los sondeos 1200 y 1300, que surgen por aportaciones naturales (arrastres o riadas) y antrópicas (tierras de cultivo). Sin duda estos contextos deben contener una amplia variedad de materiales, la mayor parte del siglo X y comienzos del XI, dado que proceden de la erosión o extracción de tierras de otras zonas del yacimiento, pero destacan por la presencia de algunas producciones más tardías. Se puede decir, por tanto, que a lo largo del siglo XI y primera mitad del XII el asentamiento de Madīnat Ilbīra, no ya como madna,

continuó ocupado, aunque de forma residual, o en todo caso frecuentado.

La presencia de cerámica vidriada de cocina en el pavimento de la estructura localizada en el sondeo 1400, construida sobre las tumbas, indica que el derrumbe de las cubiertas y muros de este edificio debió producirse probablemente en la primera mitad del siglo XII, pero no después, dada la ausencia de materiales datables a partir de mediados del siglo XII.

Esta la última fase documentada en el yacimiento, que prolonga el uso agrícola o de otro tipo en la ciudad precedente.

Tras la campaña de 2007 se apuntan dos actuaciones, la excavación de urgencia, que no se denominó así, y la tercera campaña del proyecto sistemático, iniciada en julio de 2009 y que seguramente terminará en febrero de 2010. De la primera podemos decir algunas cosas, de la segunda preferimos dejar la mayor parte de la información para cuando se redacte el informe final de campaña.

#### *Excavación de urgencia de 2008. Zanja para aprovisionamiento del gas*

Ya hemos señalado anteriormente que esta zona, la III, no se ha actuado de forma programada. Con ocasión de la obra, admitida sin las salvaguardas que consideramos mínimas en estos casos, para conducción del gas, aparecieron restos importantes, en un primer momento no valorados como tales, hasta que se dio la voz de alarma. Acerca de lo que ocurrió, es preferible no entrar en juicios en esta ocasión. Lo dejamos para más adelante, cuando hagamos un análisis detenido de la situación y evolución del yacimiento, que tenemos pensado realizar. Ahora nos limitaremos a reseñar la actuación que se llevó a cabo tras la aparición de vestigios notables.

La zanja se hizo en una zona de contacto entre el cerro de los Cigarrones, no demasiado elevado aunque sí escarpado, en la parte oriental de la ciudad andalusí.

Al actuar en una pequeña extensión, es difícil encontrar una explicación no ya que señale las relaciones y funciones de cada una de las estructuras individualizadas, sino de la caracterización de las mismas. Por eso mismo, no es aconsejable describir detalladamente las estructuras.

En su mayoría, los muros que aparecieron presentan iguales características que los hallados en todos los sondeos llevados a cabo hasta ahora en el yacimiento. Suelen aparecer las bases de los mismos. Se trata de obras en mampostería no concertada. Los mampuestos están unidos por un mortero con abundante tierra, poco compactos. Esos mampuestos son de tamaño mediano y pequeño. Los exteriores, los que dan cara suelen estar trabajados o acondicionados para tal función. Se configuran así dos líneas rellenas interiormente con ripios. Se han hecho, pues, con la técnica denominada a «saco». Se entiende que encima de ese zócalo de nivelación y cimentación de la estructura mural en cuestión, se levantaba una obra en tapial.

Las dimensiones de los muros hallados, aunque no se dan en el informe, pudimos comprobar personalmente que su anchura estaba en torno a los 50 cm.

A tales características responden las UEM/s<sup>8</sup> 4, 7, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 30, 31, 32. Hay que destacar entre todas ellas la UEM-7, que presenta una dirección este oeste. En su cara norte conserva un enlucido de gran calidad, con una alta proporción de cal y que tiene una gran compacidad.

Igualmente mencionaremos la UEM-17, que parece ser una refacción de la UEM-21. Tiene como singularidad unos mampuestos dispuestos diagonalmente.

Por otra parte, mencionaremos la existencia de una estructura de muy difícil comprensión, que fue localizada en una de las catas. Se halla en la parte media de la zanja, allá donde el terreno presenta una superficie más llana. Es donde están precisamente las UEM 23 y 24, o sea, sendos muros, hechos en mampostería, y que forman una «T». En la esquina que forman se encaja una nueva estructura de mampostería, la UEM-022. Todas estructuras sirven de plataforma a la UEM-026 que es un suelo de lajas de caliza y pizarra, escuadradas, de gran calidad. En su centro se ve un rebaje que tal vez funcionara como una pileta, con muy poco fondo y de dimensiones muy reducidas.

---

<sup>8</sup> Prueba evidente de que la arqueóloga no sigue la denominación empleada en el proyecto sistemático es que denomina UEM a lo que nosotros llamamos UEC. Pero es una discordancia poco relevante en cuanto a la valoración global.

Más al sur se pudo documentar un suelo, UEM-031 de losas de piedra caliza y pizarra, de dimensiones más pequeñas y que no llegó a excavar en mayor extensión.

Por último, se debe mencionar la existencia de un pozo (UEM-013) excavado en la roca (UE-012). Solo se ha documentado su boca, ya que ha aparecido completamente colmatado. Llama la atención la forma, rectangular, con las esquinas redondeadas, como los exhumados en los sondeos 5200, en la campaña de 2005, en el 1100, en la intervención del año 2006, y similar a otros muchos identificados en la prospección y reconocimiento del terreno.

\*\*\*

Toda la información que hemos obtenido y el análisis de lo que se ha realizado, nos permite trazar una visión general sobre los orígenes, desarrollo y organización de la ciudad de Ilbīra. Necesariamente mostrará una investigación en marcha no finalizada, pero con suficientes garantías. Asimismo, intentaremos mostrar los principales problemas y las cuestiones más importantes para que continúe con garantías el trabajo y redunde en el mejor conocimiento y conservación de la ciudad andalusí. Dejamos en esta ocasión a un lado el debate de la gestación de la madīna andalusí. Ya lo hemos hecho en dos trabajos en curso de publicación (Malpica Cuello, 2009; 2009a) y, más adelante, en otros volveremos sobre el tema.

Hasta el momento, con la salvedad hecha de los restos exhumados en la intervención de 2008, todas las excavaciones realizadas han incidido sobre la ciudad andalusí. Es verdad que la prospección ha confirmado lo que se sabía desde el siglo XIX, que hay un precedente de época romana. Esta es una cuestión que habrá que investigar más a fondo, ya que las áreas en las que se han identificado huellas parecen reducirse a los extremos sur, sureste, suroeste y este, sin que quepa dejar a un lado la hipótesis de una continuidad de poblaciones anteriores a partir del siglo VIII y en adelante, pero ya integradas en la madīna.

En las campañas llevadas a cabo se ha podido distinguir una evolución que parte de la creación de la alcazaba, en el cerro de «El Sombrerete», en el siglo IX, quizás cuando se fundó (o refundó) la mezquita aljama, en tiempos del emir Muḥammad I (852-886),

hijo y sucesor de 'Abd al-Raḥmān II. Ahora bien hay datos que nos obligan a plantearnos algunas cuestiones de interés. Así, por ejemplo, en las intervenciones llevadas a cabo en la mencionada alcazaba han aparecido materiales que se pueden considerar anteriores a la fundación de las estructuras. Es muy posible que procedan de algún punto de la llanura o incluso del otro lado de la Sierra Elvira, de su cara norte, en donde se han descubierto yacimientos precedentes (Malpica Cuello y Jiménez Puertas, 2009). Lo que sucede es que en el mismo espacio en el que se haya la ciudad de Ilbīra, no se ha identificado ninguna estructura andalusí anterior al siglo IX. Sin embargo, los textos hacen menciones que han de tenerse en cuenta. Así, sabemos que el abuelo de Sawwār había nacido en Caparacena, en la parte norte de Sierra Elvira, según recoge Ibn al-Jaṭīb. Este mismo autor, en otra biografía de un personaje de la zona, nos ofrece una información importante. V. Martínez Enamorado (2003, p. 325) ha traducido el texto:

[‘Abd al-Maʿyīd b. Mūsā b. ‘Afān al-Balawī al-Ilbīrī] Se instaló su abuelo en la alquería (*qarya*) de *Afiluh* (?), que es conocida como alquería (*qarya*) de *Qasṭīla*, capital de Ilbīra (*ḥādirat Ilbīra*), y su barrio (*ḥāra*) es conocido hoy por barrio de *Balāwī* (*ḥārat Balāwī*)» (Martínez Enamorado, 2003, p. 325).

Atendiendo a la fecha de la muerte del personaje biografiado (823-824) queda claro que la transformación de alquería (*qarya*) en barrio (*ḥāra*) tuvo lugar en el lapso de tiempo que va desde la instalación de su abuelo, sin duda uno de los primeros árabes que llegaron a al-Andalus, sin que podamos precisar si anterior al yund de Damasco o perteneciente a él, pero en cualquier caso del siglo VIII), hasta la fecha de su muerte. Así, se puede ver cómo una antigua *qarya* con denominación tribal, adquirida por la instalación de un antepasado del biografiado, ...se integra más tarde en un entramado urbano consolidado, como es el de la ciudad de Ilbīra (Martínez Enamorado, 2003, p. 325).

Tenemos, pues, que la ciudad parece surgir por la creación de la alcazaba, aunque contando con gente que vivía al menos en sus alrededores. Llegados a este punto hay que plantear si la creación urbana se debió a una decisión del poder omeya cordobés, por la acción en concreto del emir Muḥammad I, o fue un proceso en el que la decisión final la tiene éste, pero con

el apoyo de las poblaciones del espacio territorial en el que se fundó.

Hay una tendencia que se ha desarrollado en la investigación que hace responsable al Estado cordobés de la función de ciudades para controlar territorios más o menos extensos. El yacimiento excavado por Philippe Sénac en Huesca, en concreto el de Las Sillas en Marcén, le ha llevado a plantear esa posibilidad (Senac, 2009). Creemos que una cosa es la plasmación política de la instauración de una madīna, y otra muy distinta es el proceso que termina con su instauración.

No parece probable que se pueda crear una ciudad en al-Andalus sin una serie de condiciones anteriores. Ante todo, la organización de un territorio y la jerarquización del mundo campesino. En tal sentido la madīna es la expresión de la formación social tributario-mercantil de al-Andalus y surge en su seno.

Ahora bien, las modalidades que se dieron para alumbrarlas pueden ser diversas. Entre ellas se encuentra la evolución a partir de una fortificación, de un *ḥiṣn*. Es lo que parece que sucedió en Loja y Guadix, en la misma *kūra* de Ilbīra. Pero no es el caso de la ciudad que estudiamos ahora. Más bien hay que pensar es que surgiera a partir de los asentamientos rurales previos, como sabemos que ocurrió en Pechina.

Que la alcazaba signifique el arranque de la ciudad es lógico, pero no lo es menos que se creara contando también con la construcción de la mezquita aljama. Ésta representa un espacio neutral, en el sentido de que no se puede violar ni tampoco es propiedad de nadie. En sus alrededores se configura el espacio artesanal y comercial, favorecido por esa neutralidad, que atrae a los habitantes de ella y de su territorio más inmediato.

Así, en la disposición de Ilbīra que venimos descubriendo se aprecia cómo en la mezquita principal se da esa condición, además de su proximidad a la alcazaba. Más aún, al sur de ella encontramos la gran necrópolis islámica, pero no es la única, porque existe otra cristiana en un extremo de la ciudad, así como se han encontrado restos de enterramientos de tradición islámica algo alejados de aquélla.

La densificación urbana es un hecho comprobado en el conjunto que hemos excavado hasta ahora. Se hace, además, a costa de los espacios agrarios y de

los sistemas hidráulicos destinados a ellos. La integración de pozos de galerías en estructuras artesanales y urbanas se ha podido documentar. La pérdida de la capacidad productiva agraria se debió de compensar con la aparición de alquerías en las proximidades, tal como hemos visto en la cara norte de la Sierra Elvira (Malpica Cuello, Jiménez Puertas, 2009).

Se ha detectado asimismo la existencia de un barrio cristiano, que perdura como mozárabe en el extremo oriental del yacimiento. Es posible que, como otros pequeños asentamientos, pasara a integrarse en la ciudad y formara parte de ella.

Muchas cuestiones que restan por comprobar y por dilucidar, pero todas ellas están formuladas en la concepción de nuestro proyecto sistemático de investigación. Esperemos que se puedan ir resolviendo en el futuro.

## Bibliografía

- CANO PIEDRA, C. (1987) – Estudio sistemático de la cerámica de Madinat Ilbira, *Cuadernos de la Alhambra*, vol. 26, pp. 25-68.
- CARVAJAL LÓPEZ, J. C. (s.d.) – Introducción a la cerámica de "El Sombrerete", Madinat Ilbira», en <http://www.arqueologia.medieval.com/articulos/70/>
- CARVAJAL LÓPEZ, J. C. (2005) – La cerámica islámica del Sombrerete (Madinat Ilbira, Granada). Primera aproximación, *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 12(1), pp. 133-173.
- CARVAJAL LÓPEZ, J. C. (2008) – Nuevas aportaciones al estudio de la cerámica islámica el cerro del Sombrerete (Madinat Ilbira, Atarfe, Granada), *Estudios de Cerámica Tardorromana y Altomedieval*, pp. 405-465, Granada.
- CARVAJAL LÓPEZ, J. C. (2008a) – La cerámica de Madinat Ilbira (Atarfe) y el poblamiento altomedieval de la Vega de Granada, *Estudios de Cerámica Tardorromana y Altomedieval*, pp. 269-275, Granada.
- CARVAJAL LÓPEZ, J. C.; JIMÉNEZ PUERTAS, M. (2006) – La cerámica de Madinat Ilbira: Pago de los Tejoletes (2006), en <http://www.biblioarqueologia.com/doc/080428JIMENEZ2008.pdf>.
- ESPINAR MORENO, M. (2003) – *Medina Elvira: Ciudad para la Arqueología Granadina*, Granada.
- ESPINAR MORENO, M.; AMEZCUA PRETEL, J.; QUESADA GÓMEZ, J. J. (1994) – Medina Elvira. 4. Anillos romanos y visigodos de la necrópolis de Marugán y alrededores, *Cuadernos de Arte de la Universidad de Granada*, vol. 25, pp. 149-164.
- ESPINAR MORENO, M.; QUESADA GÓMEZ, J. J.; AMEZCUA PRETEL, J. (1985) – Medina Elvira. Los primeros descubrimientos de Sierra Elvira. Materiales para el estudio de la arqueología granadina, *España Medieval*, vol. 18, pp. 9-38.
- ESPINAR MORENO, M.; QUESADA GÓMEZ, J. J.; AMEZCUA PRETEL, J. (1994) – Medina Elvira. 1. Nuevos materiales cerámicos y de metal, *Al-Andalus Magreb: Estudios Árabes e Islámicos*, vol. 2, pp. 121-156.
- GÓMEZ MORENO, M. (1888) – *Medina Elvira*, Granada.
- GONZÁLEZ ESCUDERO, Á. (2008) – *Las técnicas constructivas en la primera época de al-Andalus: el caso de Madinat Ilbira*, Granada.
- JIMÉNEZ PUERTAS, M. (2008) – Agricultura y arqueología: problemas metodológicos. Ejemplos de transformaciones de los regadíos en la Vega de Granada, *Arqueología de la Producción y Arqueología Medieval*, Granada (en prensa).
- MALPICA CUELLO, A. (1997) – Arqueología hidráulica y poblamiento medieval en la Vega de Granada, *Fundamentos de Antropología*, vols 6-7, pp. 208-231.
- MALPICA CUELLO, A. (2006) – El paisaje rural medieval en la Vega de Granada y la ciudad de Ilbira, *Arqueología Espacial* vol. 26, pp. 227-242.
- MALPICA CUELLO, A. (2008) – La prospección arqueológica y la delimitación de yacimientos arqueológicos: Madinat Ilbira y El Castillejo de Nívar, Granada, *La Prospección i el Territori*, Lleida.
- MALPICA CUELLO, A. (2009) – La formazione della città in al-Andalus. Riflessione storica e archeologica, *Italia, 888-962: Una Svolta?*, Poggibonsi.
- MALPICA CUELLO, A. (2009a) – La vida urbana en al-Andalus y su papel en la estructura del poblamiento y en la organización social, *Imago Temporis*, vol. 3.
- MALPICA CUELLO, A.; ÁLVAREZ GARCÍA, J. J.; MARTÍN CIVANTOS, J. M.; CARVAJAL LÓPEZ, J. C. (2004) – *Prospección arqueológica en el conjunto de Madinat Ilbira (Atarfe, provincia de Granada)*, en formato digital en la siguiente dirección: <http://www.medinaelvira.org/doc/MALPICAetalii2004ProspeccionarqueologicaenelconjuntodeMadinatIlbiraAtarfeProvinciaGranada.pdf>
- MALPICA CUELLO, A.; GÓMEZ BECERRA, A.; GARCÍA PORRAS, A.; CAÑAVATE TORIBIO, J. (2001) – Intervención arqueológica de urgencia en el Cerro de El Sombrerete, en formato digital: <http://www.medinaelvira.org/doc/Informe2001.pdf>
- MALPICA CUELLO, A.; JIMÉNEZ PUERTAS, M. (2009) – Campo y ciudad en el mundo andalusí: Madinat Ilbira y su territorio, *Ciudad y Mundo Rural en Época Medieval. La Influencia de los Procesos de Aculturación en la Formación y Evolución de los Paisajes Culturales*, Granada.
- MALPICA CUELLO, A.; JIMÉNEZ PUERTAS, M.; CARVAJAL LÓPEZ, J. C. (2009) – La cerámica de Madinat Ilbira. El Pago de la Mezquita (campana de 2007), *Cerámica Medieval e Historia Económica y Social: Problemas de Método y Casos de Estudio. II Taller de Cerámica*, Granada.
- MARTÍN CIVANTOS, J. M. (2006) – *Informe preliminar de la actuación arqueológica de urgencia en el pago de los Tejoletes. Madinat Ilbira. Atarfe (Granada)*.
- MARTÍNEZ ENAMORADO, V. (2003) – *Al-Andalus desde la periferia. La formación de una Sociedad Musulmana en Tierras Malagueñas (siglos VIII-X)*, Málaga.
- RAMOS LIZANA, M. (2003) – Los antecedentes de Medina

- Elvira. Poblamiento y territorio en la Vega de Granada durante la antigüedad tardía, *Las Lámparas de Medina Elvira*, pp. 14-47, Granada.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, Á. (2001) – El yacimiento arqueológico de Madina Ilbira (Atarfe), *Bibataubin*, vol. 2, pp. 63-69.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, Á. (1999) – Estudio de las producciones postcalifales del alfar de la Casa de los Tiros (Granada). Siglos XI-XII, *Arqueología Medieval*, vol. 6, pp. 101-121.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, Á. (2002) – *Memoria científica de la excavación de urgencia en el Cerro de «Los Cigarrones». Yacimiento de Madinat Ilbira. Atarfe, Granada*, Granada.
- RODRÍGUEZ BERLANGA, M. (1899) – Estudios epigráficos (Ilíberis-Granada), *Revista de la Asociación Artístico-Arqueológica Barcelonesa*, año III, núm. 13, pp. 129-144.
- RODRÍGUEZ BERLANGA, M. (1899a) – Estudios epigráficos (Ilíberis-Granada), *Revista de la Asociación Artístico-Arqueológica Barcelonesa*, año III, núm. 14, pp.193-208.
- RODRÍGUEZ BERLANGA, M. (1899b) – Estudios epigráficos (Ilíberis-Granada), *Revista de la Asociación Artístico-Arqueológica Barcelonesa*, año III, núm. 15, pp. 217-235.
- RODRÍGUEZ BERLANGA, M. (1899c) – Estudios epigráficos (Ilíberis-Granada), *Revista de la Asociación Artístico-Arqueológica Barcelonesa*, año III, núm. 16, pp. 282-297.
- RODRÍGUEZ BERLANGA, M. (1900) – Estudios epigráficos (Ilíberis-Granada), *Revista de la Asociación Artístico-Arqueológica Barcelonesa*, año IV, núm. 17, pp. 329-342.
- RODRÍGUEZ BERLANGA, M. (1900a) – Estudios epigráficos (Ilíberis-Granada), *Revista de la Asociación Artístico-Arqueológica Barcelonesa*, año IV, núm. 19, pp.505-521.
- RODRÍGUEZ BERLANGA, M. (1900b) – Estudios epigráficos (Ilíberis-Granada), *Revista de la Asociación Artístico-Arqueológica Barcelonesa*, año IV, núm. 20, pp. 601-608.
- SALVAGO SOTO, L. (dir.) (2008) – *Informe preliminar de la Actividad arqueológica de urgencia. Intervención en los perfiles de la zanja del gaseoducto (transporte secundario, Albolote-Pinos Puente) sita en el camino de las Monjas, Zona arqueológica de Medina Elvira (Atarfe, Granada)*.
- SARR MARROCO, B. (2008) – La Granada Zirí. Análisis de una Taifa Andalusí, Granada, en [http://adrastea.uqr.es/search~S1\\*spi?/aSarr+Marroco/asarr+marroco/1,1,2,B/l856~b1795105&FF=asarr+marroco+bilal+j+j&1,,2,1,0](http://adrastea.uqr.es/search~S1*spi?/aSarr+Marroco/asarr+marroco/1,1,2,B/l856~b1795105&FF=asarr+marroco+bilal+j+j&1,,2,1,0)
- SENAC, P. (2009) – *Un «village» d'Al-Andalus aux Alentours de l'An Mil. Las Sillas (Marcén, Province de Huesca)*, Toulouse.
- VÍLchez VÍLchez, C. (ed.) (2003) – *Las Lámparas de Medina Elvira*, Granada.
- VÍLchez VÍLchez, C. (2004) – Las Lámparas de Medina Elvira, *Mus-A, Revista de las Instituciones del Patrimonio de Andalucía*, vol. 3, pp. 198, 199.





# QUELQUES RÉFLEXIONS SUR LES CARACTÈRES DE L'ESPACE DOMESTIQUE DANS L'ANDALUS, ET SON ÉVOLUTION DES MUSULMANS AUX CHRÉTIENS

André Bazzana\*

## Resumo

O autor apresenta reflexão sobre os espaços habitacionais, urbanos e rurais, no al-Andalus, designadamente no que concerne às suas funções, económicas, sociais e simbólicas, até à presença das primeiras comunidades cristãs.

## Abstract

Urban and rural households in al-Andalus, bearing in mind its economic, social and symbolic functions are considered, from Muslim times to the first Christian presence.

L'étude des habitats et, en particulier, des habitats urbains est bien dans la tradition "orientaliste" qu'ont illustrés en France des noms comme Maurice Lombard, André Miquel ou Jacques Sauvaget; ces chercheurs comme ceux, archéologues compris, qui leur ont succédé ne faisaient que mettre en pratique la formule célèbre de Ibn Khaldûn, «L'homme, politique par nature, ne peut se passer d'organisation sociale, ce que les philosophes appellent *madîna*». Pourtant, dans les années 1960/70, la toute jeune archéologie médiévale a d'abord été attirée par le monde rural de l'Occident musulman; après de nombreuses enquêtes archéologiques touchant les structures villageoises, les châteaux "ruraux" et les modes d'exploitation des espaces cultivés, on s'est intéressé à montrer, dans une optique d'histoire sociale, comment fonctionnaient ces espaces non urbains. Cependant, dans le même temps, les progrès méthodologiques de cette archéologie rurale rendaient possible un renouveau de l'histoire urbaine, dont les travaux d'Antonio Malpica sur Grenade ou, pour des villes moyennes, de Santiago Macías sur Mértola, sont de bons exemples.

Depuis près d'une trentaine d'années, les archéologues se sont souvent consacrés à l'étude des particularités – si elles existent – de ce que l'on a appelé la "maison hispano-musulmane". C'était là une évolution thématique considérable par rapport aux travaux antérieurs – ainsi, ceux de don Leopoldo Torres Balbás (1934; 1945), à Grenade ou à Malaga, qui s'étaient intéressés à l'habitat palatial ou à l'habitat urbain. Cet intérêt pour la «construction ordinaire»,

comme disait Jean-Marie Pesez était nouveau et nécessaire, ainsi que le rappelait en ces termes, en 1990, Guillermo Rosselló-Bordoy (1990, p. 13):

*«Dans les dernières années, les recherches développées autour du thème de la maison "andalousine", sa typologie et, tout spécialement son évolution tout au long des temps qui nous conduisent du X<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle ont tenues une importance particulière. Pour la première fois, on a prêté attention à la maison humble, simple, celle pour laquelle nous disposions de quelques informations à partir des études réalisées, depuis des années déjà, dans les citadelles de Malaga et de la Alhambra de Grenade, alors même que l'attention s'était concentrée sur les grands ensembles auliques comme al-Zahrâ' et la Alhambra, dédaignant de ce seul fait les autres manifestations [architecturales] de caractère plus populaire».*

Pour notre part, Pierre Guichard et moi-même, avons commencé ce type de recherche, dès les années 70 du siècle passé, avec un ensemble de sondages et de fouilles, dont le résultat fut de procurer – en plus de la céramique, indice culturel de première importance et, en même temps, indispensable outil de chronologie – des données sur le bâti et l'organisation de l'espace domestique. Depuis, les recherches se sont multipliées et cela non seulement pour la péninsule Ibérique, mais aussi pour le Maghreb, la Sicile et l'Italie byzantine (Bazzana et Bermúdez López, 1990; Bazzana, 1992; Delaigue, 1988; 1995; Fentress, 1987; 1990; Missoum, 1995) elles fournissent un catalogue important de renseignements archéologiques, que viennent compléter les récentes données que procure

---

\* Centre National de la Recherche Scientifique, França.

la démarche ethnoarchéologique (Bazzana et Delaigue, 1995).

Dans cet exposé, plusieurs points devront être abordés, dans la perspective d'une réflexion sur les approches archéologiques de la maison médiévale de Méditerranée occidentale, d'époque musulmane puis d'époque chrétienne. Mais, soyons francs, la première sera surtout développée ici, la seconde n'ayant guère fait partie de mes préoccupations.

### 1. Quels sont les caractères principaux de l'habitat domestique, dans al-Andalus, entre le 9<sup>e</sup> et le 15<sup>e</sup> siècle ?

On s'est longtemps accroché au concept de "maison hispano-musulmane", ou de "maison islamique", bien que l'on sache aujourd'hui qu'il n'est, sans doute, qu'une «abstraction»; de façon plus nuancée, peut-être pourrait-on dire qu'il a, cependant un double sens: géographique et historique, ce que recouvre parfaitement l'emploi classique du terme "al-Andalus". On a parfois voulu y voir une référence religieuse mais, par exemple, Élisabeth Fentress a contribué à rejeter l'idée, fautive à l'évidence, que ce type d'habitat dérivait du plan originel de la «maison du Prophète»; pour ce qui est l'Occident musulman, si l'on fait abstraction du mobilier (en particulier vestimentaire, car les mobiliers céramiques sont les mêmes), je défie quiconque, placé devant les seules données d'une fouille archéologique, de dire si telle ou telle maison rassemblait une famille juive, chrétienne ou musulmane...

Car, pour la péninsule Ibérique, on a trop tôt et trop vite qualifiée de "musulmane" une "maison" destinée à l'habitat domestique et organisée autour d'un patio central – ce que montraient bien, quelques décennies plus tôt, les fouilles de Leopoldo Torres Balbás –, en négligeant le fait que notre connaissance archéologique était encore – je parle des années 50 et 60 du 20<sup>e</sup> siècle – très insuffisante et qu'elle ne s'intéressait guère au monde rural, c'est-à-dire celui des villages (*qûra*) et des petits bourgs castraux (*husûn*). En fait, l'analyse – architecturale plus qu'archéologique – s'occupait presque exclusivement de la maison et des palais urbains, donc de l'habitat des détenteurs du pouvoir et de la richesse: l'exemple des innombrables études consacrées à l'*iwân*, d'origine

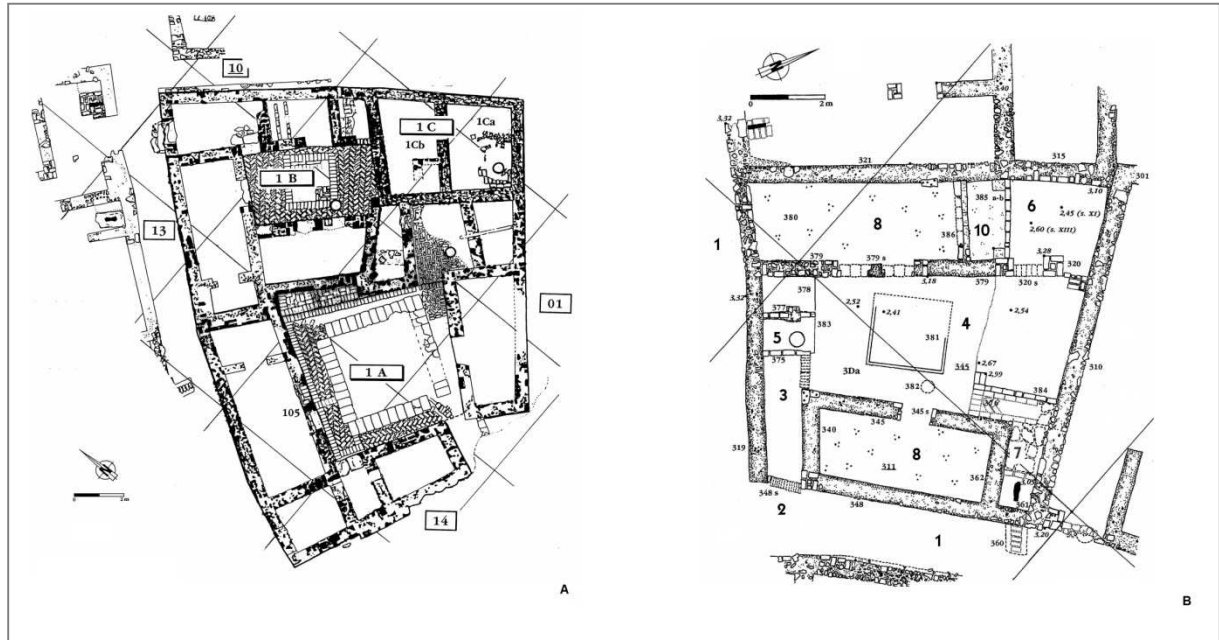
perse puis adapté aux palais islamiques aussi bien en Occident qu'en Orient, le montre assez bien; de même, si le *wast al-dâr* exprime bien les fonctions sociologiques de la maison musulmane, pôle et cadre des activités familiales, la variété des situations révélées par l'archéologie montre qu'il existe des manières différentes de le concevoir et de le bâtir. S'agissant de la maison, la recherche de constances valables dans l'ensemble du monde musulman s'est révélée une source de simplifications stéréotypées.

Après ce préambule, reprenons notre réflexion en l'étayant d'une série d'observations s'appuyant sur quelques exemples, auxquels on se limitera par manque de temps, mais qui invitent – pour l'avenir – à des enquêtes complémentaires.

#### a) La "maison hispano-musulmane" d'époque almoravide

Déjà connu au 10<sup>e</sup> siècle, par exemple à Cordoue, le plan classique de la maison à patio semble se diffuser en époque almoravide – mais on connaît encore fort mal cette période – pour se généraliser, bien daté par la céramique, dans la plupart des sites occupés au 12<sup>e</sup> siècle et dans les débuts du 13<sup>e</sup>. Aussi est-il facile, aujourd'hui, de caractériser cet habitat d'époque almoravide, ainsi que son évolution postérieure, aux époques nasride et mérinide, à travers de nombreuses fouilles couvrant une bonne partie d'al-Andalus. De Saragosse à Murcie et Grenade, de l'ensemble Valence-Alicante – avec, ici, les fouilles d'Orihuela et de Denia, celles de Mértola et Silves, les exemples seraient nombreux et, en même temps, assez répétitifs. On se contentera donc de celui de Saltés (Huelva), fouillé de 1988 à 2002, par une équipe belge, espagnole, française et marocaine (Bazzana et Bedia García, 2005; 2009).

Saltés, la *Madînat Shaltîsh* des textes arabes, est aujourd'hui une île, dont la localisation ne pose aucune difficulté: les terres sablonneuses, en partie consolidées, dépassent de quelques mètres le niveau des *marismas* de l'embouchure des Ríos Tinto et Odiel. Un habitat médiéval y est attesté, par les textes comme par l'archéologie, entre le 9<sup>e</sup> siècle et le milieu du 13<sup>e</sup>: pour la haute époque, on ne dispose que de la mention que font les géographes et chroniqueurs arabes de la prise et du pillage de la ville par les Normands, à la fin du 9<sup>e</sup> siècle; à l'autre extrémité de son histoire,



**Figure 1. A :** Modifications structurelles et réaménagements successifs du schéma initial apparaissent clairement à Saltés, dans le groupe des trois maisons qui constituent un îlot d'habitat (*manzana* 1, maisons 1A, 1B et 1C, 12<sup>e</sup>-13<sup>e</sup> siècles); **B :** Saltés (Huelva), plan de la maison 3D. 1 - Rue. 2 - Entrée. 3 - *Zaguán*. 4 - Patio. 5 - Puits. 6 - Cuisine. 7 - Latrines. 8 - *Salón*. 9 - *Salón*. 10 - Alcôve.

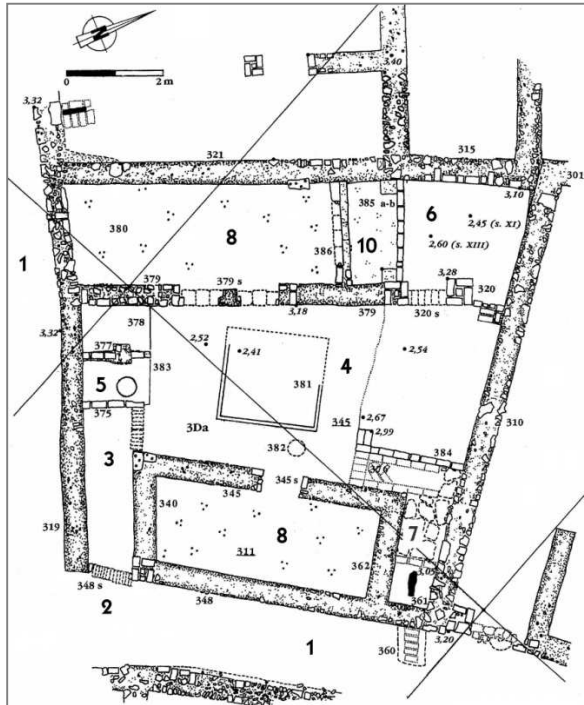
on a découvert que la ville conservait, après les destructions consécutives au raid portugais de 1179, un important niveau almohade portant les traces d'un urbanisme raisonné et cohérent. En effet, une organisation spatiale qui n'est pas liée au hasard mais montre, soit une répartition sub-orthogonale de grandes maisons inscrites dans un carré ou se disposant en léger arc de cercle, le long du rivage de l'époque; elles se groupent par trois, quatre ou, plus rarement, six. Les maisons correspondent toutes au schéma classique de la maison à patio central ou latéral, mais présentent de nombreuses traces de modifications et de réaménagements successifs (Fig. 1). Partout, on note l'importance du patio, qui représente jusqu'à un peu moins du tiers (28,9 %) de l'espace domestique.

maison (n°)	superficie du patio (en m <sup>2</sup> )	pourcentage de la superficie totale
1B	14,80	19,3 %
5N	18,40	24,2 %
3F	19,60	18,3 %
1A	37,82	26,5 %
3L	55,25	28,9 %

Le patio de la maison à Saltés: superficies comparées de quelques maisons et de leur patio.

Retenons un exemple, assez caractéristique de l'habitat almohade: la maison 3D (Fig. 2) présente une forme trapézoïdale, assez régulière cependant, la déformation du plan étant due à l'incurvation d'un schéma urbain qui tend à suivre la courbe du littoral, sans doute pour des raisons d'accessibilité au fleuve. La cour centrale (*wast al-dâr*) est entourée d'un ensemble de pièces d'habitations et de compartiments annexes; on y accède par un long et étroit couloir, prolongé – au-delà de la porte qui, sur la droite, donne accès au patio – par l'étroit compartiment protégeant le puits domestique et un espace pour les ablutions. Deux grands "salons" se font face, l'un à l'est (sans particularités architecturales), l'autre à l'ouest, de forme rectangulaire très allongée et disposant – au nord-est – d'une alcôve où un couchage était aménagé au-dessus d'une réserve à grains<sup>1</sup>. La face nord/nord-est de la maison comprenait une cuisine, un espace de rangement et de stockage et, au nord-est, des latrines à accès coudé.

<sup>1</sup> Sorte de silo maçonné, disposant d'un trappe verticale d'accès et, dans les angles, de petits piliers engagés permettant de supporter le lit.



**Figure 2. A:** Les eaux dans la maison: un double réseau d'évacuation. 1 - Puits domestique d'eau douce. 2 - Canal d'évacuation. 3 - Puits perdu. 4 - Vers un puits perdu situé dans la maison voisine. 5 - Latrines. 6 - Fosse pour les eaux usées (latrines).

Dans ce contexte, les maisons sont occupées et, en conséquence subissent des modifications et des adaptations continues, jusque vers 1250, date de l'abandon de la ville. L'intérêt du site de Saltés est, en effet, de permettre une étude *in situ* d'un habitat urbain médiéval avec, certes, des difficultés de lecture des indices archéologiques mais qui, cependant, s'avèrent moindres que dans le contexte d'un urbanisme toujours vivant et destructeur jusqu'à l'époque contemporaine. Les données archéologiques sont donc nombreuses mais toujours insuffisantes sur quelques points touchant à la structure des habitations: lorsque la fouille met au jour des alignements de pierres, s'agit-il de véritables murs ou seulement de soubassements? La réponse n'est pas aisée. De même, comment savoir avec précision la hauteur et les caractères constructifs des élévations, des portes... et que dire de la décoration? Enfin, pour s'en tenir à ces exemples, quel était l'aspect des toitures: planes ou en terrasse, avec ou sans *algorfa*?

#### b) La vision du sociologue

Tout cela rappelle la description que fait le sociologue, pour qui la maison, avec sa cour intérieure, conditionne et reflète un mode de vie:

[La cour] «est, en quelque sorte, un espace commun à toute la famille, dans lequel les femmes circulent librement et se sentent réellement chez elles. Cour ouverte sur le ciel, parfois agrémentée d'un jet d'eau, d'arbres et de fleurs, et où tout semble inviter à la réunion familiale, donc à un dialogue détendu entre les occupants» (Boughali, 1974).

Ce qui frappe l'observateur, c'est donc bien cette maison à cour fermée, sans ouvertures sur l'extérieur, véritable «blockhaus familial», comme dit le géographe P. Deffontaines (1972, p. 166), où le souci de protection rejoint les impératifs sociaux et religieux. En somme, «une maison sans cour n'en est pas une» (Boughali, 1974, p. 58). Ce schéma, certes mythique, est bien en place. Il l'était déjà un siècle plus tôt, quand le maréchal Lyautey décrivait ainsi, en avril 1883, la maison marocaine:

«Rien dans la rue ne laisse soupçonner l'habitation, pas de fenêtres, des meurtrières grillagées, une porte dissimulée au fond d'une impasse, donnant sur un vestibule étroit et en chicane; mais alors, le débouché sur la vraie maison, la cour intérieure, la lumière, l'eau, tout le luxe, toute la vie».

Cela rejoint ce que, déjà, rapportait al-Maqqarî, né vers 1591, dans son ouvrage intitulé *Le souffle du parfum de la branche verte de l'Andalousie et de ses monuments...*, c'est-à-dire que la plupart des maisons de Séville avaient un patio, avec une fontaine, des orangers et des citronniers... Au-delà de la référence au paradis perdu andalou, nous sommes là dans un contexte urbain, auquel appartiennent les maisons de Saltés comme celles de beaucoup d'autres villes d'al-Andalus ou comme celles que perpétue l'architecture marocaine. Ce sont bien là les «jardins magnifiques», «fleuris et toujours verts», dont parlent les auteurs arabes du Moyen Âge; autrement dit, c'est là une vision romantique, qui n'est qu'en faible partie exacte. Quant à l'histoire de cette forme d'habitat, trois aspects sont désormais bien clairs:

- d'une part, il n'est pas le dérivé – ou l'avatar médiéval – de la *villa* romaine: comme cela a été clairement démontré à propos de l'habitat algérien de Sétif

(Fentress, 1987; 1990), au-delà d'une certaine ressemblance morphologique, il en est très différent dans ses fonctions et dans le type de vie domestique qu'elles impliquent;

- d'autre part, il se révèle plus méditerranéen qu'islamique, avec des antécédents qui nous remonteraient à l'Anatolie des 5<sup>e</sup> et 4<sup>e</sup> millénaires avant notre ère, mais il est devenu une sorte d'archétype, quelque peu irréel;

- enfin, il n'est pas le seul modèle que suit un habitat somme toute très varié, comme nous allons le voir, et cela assez logiquement en raison des origines diverses des populations andalouses.

J'avais tenté, il y a quelques années et dans un souci de clarté typologique, de séparer la maison élémentaire – à pièce unique puis à deux compartiments – de la "maison à compartiments multiples, ce qui cachait mal une conception évolutionniste (du simple au complexe) que je crois fautive, aujourd'hui; la maison médiévale n'est pas le résultat d'une juxtaposition progressive d'une, puis d'autres pièces rectangulaires allongées, disposant d'une seule ouverture sur la "cour". En fait, si l'on s'inspire des travaux de l'École allemande d'architecture (Heinrich, 1934; Schmidt, 1963; Christensen, 1967), on constate que le seul problème est celui des rapports spatiaux qu'entretiennent la "maison" proprement dite – élément fondamental de l'habitat – et cet espace négatif, appelé cour ou patio ou *wast al-dâr...*, absolument nécessaire aux activités quotidiennes, qui la complète. Les deux éléments (bâti et *extera*), complémentaires on vient de le dire, sont intimement liés, sinon par l'architecture, du moins par leurs fonctions sociales dans la vie du groupe familial.

#### *b) Maisons des villes et maisons des champs*

Quels sont, sur l'exemple de Saltés et celui de fouilles récentes effectuées à Valence, Murcie, Grenade..., les éléments principaux qui signalent un habitat de type urbain?

- C'est, d'abord et alors que l'habitat rural se définit souvent par la généralisation de pièces uniques à fonctions multiples, l'importance des "salons" à alcôves: il s'agit, comme on le sait, de pièces d'habitation à larges baies d'accès, proposant une certaine qualité des aménagements et destinées à la vie quotidienne,

diurne et nocturne. De forme rectangulaire allongée, ces pièces auxquelles on accède le plus souvent en leur centre se terminent à l'une de leurs extrémités (ou aux deux, de façon identique) en alcôve légèrement surélevée et très soigneusement maçonnée.

- Ensuite, on doit remarquer l'apparition d'espaces spécialisés: ce sont, tout spécialement, les cuisines, souvent accompagnées de compartiments destinés à conserver les réserves alimentaires de la famille; ces espaces disposent d'aménagements spécifiques (plates-formes de travail à foyer intégré, niches à provisions...) et on les reconnaît souvent à la présence de zones de foyers à feu ouvert, disposés au sol. Parmi les pièces à usage particulier figurent aussi le *zaguán*, ou entrée coudée interdisant une vision directe de l'intérieur familial depuis la rue, et les latrines (souvent adossées à un petit espace réservé aux ablutions).

- Il faudrait aussi faire intervenir la qualité du bâti, en particulier pour tout ce qui concerne les sols et les revêtements muraux; à Saltés, la plupart des sols intérieurs reçoivent, soit une chape de mortier de chaux ou de plâtre (*diss*), soit un pavement de briques posées à plat et dessinant des jeux de chevrons. Les patios eux-mêmes, s'ils comportent bien un espace "jardiné" et vert – ce que souligne, au 12<sup>e</sup> siècle, al-Idrîsî –, sont le plus souvent revêtus de carreaux de terre cuite ou de briques, en particulier si l'on y a installé un puits à usage domestique.

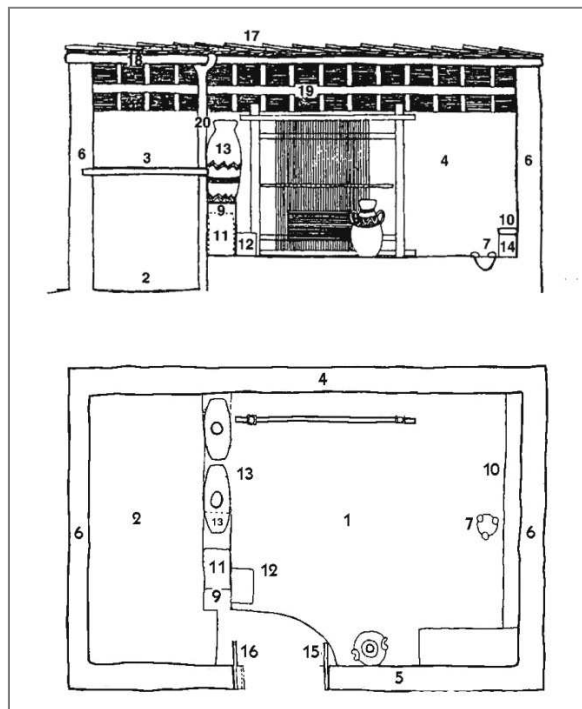
- Plus généralement, la maison urbaine dispose d'aménagements à l'étage: terrasses utilisables, constructions légères ou véritables pièces maçonnées, comme sont les *algorfas...*, qui servent de chambre complémentaire ou de chambre d'été, voire plus simplement de resserre domestique. À Saltés, si deux types de toitures peuvent être distingués, l'une en appentis recouvert de tuiles, l'autre en terrasse horizontale de terre (disposée sur de simples branchages) et de *launa*, matériau argileux provenant de la décomposition de schistes, imperméable lorsqu'il est humide, employé pour constituer la couche supérieure des toitures en terrasse (Delaigue, 1988, pp. 17, 69, 74 et 289) destinée à en assurer l'étanchéité. On ne peut savoir si ces terrasses recevaient un aménagement particulier.

- Enfin et très spécifiques du milieu urbain et des impératifs sanitaires qu'il impose, les dispositifs d'adduction d'eau et, surtout, de traitement des eaux

usées sont présents dans toutes les maisons almohades. L'eau d'usage domestique est obtenue à l'aide de puits installés au cœur de la maison, dans le patio: à 3 ou 4 m, on atteint une nappe d'une eau sinon douce), du moins quelque peu saumâtre mais utilisable pour la consommation humaine; du puits, dans la cour carrée et pavée, un canal d'évacuation conduit hors les murs ou vers des puits perdus le trop-plein et, sans doute aussi, les eaux de pluie. De leur côté, les latrines, disposées le plus souvent dans l'un des angles de la maison, disposent d'une évacuation directe, à travers l'un des murs porteurs, vers la rue où se trouve la fosse de réception<sup>2</sup>; on voit ainsi se constituer un double réseau de drainage des eaux usées (Fig. 3).

Le milieu rural, en revanche, s'il dispose de moins d'éléments de confort, offre des maisons plus vastes, largement étalées au sol, sans beaucoup d'élévations en hauteur. Surtout, le monde rural laisse apparaître une extraordinaire variété des situations, avec des types d'habitat divers, ne répondant pas aux schémas classiques: les influences sont locales (dans les traditions ibériques), maghrébines et, parfois, plus lointaines.

De l'ordre du "commun", la maison ibéro-médiévale n'appartient pas à l'architecture savante, c'est-à-dire palatiale ou édilitaire; elle défie toute réelle typologie car elle découle de réalités techniques et de contraintes locales. Au 19<sup>e</sup> siècle déjà, A. Quatremère de Quincy récusait les termes de "type" ou de "modèle", défini comme «un objet qui doit se répéter tel quel», ce qui supposerait l'existence d'un ensemble de règles constructives et de caractères concrets de la bâtisse. Or, par exemple, le matériau ne conditionne en rien le mode d'utilisation du bâti<sup>3</sup>. C'est tout le fond du débat sur le déterminisme local. Très marquée par le poids des coutumes et des usages populaires, la maison médiévale est, comme le disait E. Viollet-le-Duc, l'expression d'un monde pauvre mais bien intégré dans un milieu souvent difficile, où la recherche de



**Figure 3.** La maison monocellulaire ou *akkam* de la maison berbère, d'après S. Missoum (1995, p. 130). 1 - *Taq'ath*, espace dédié à la vie familiale. 2 - *Addaynin*, espace à pavement de sol. 3 - *Tha'rishth*, soupente au-dessus de l'*addayni*. 4 - *Tesga*, "mur de la lumière". 5 - *Thinebdathin*, "mur de l'obscurité". 6 - *Thagrafth*, mur-pignon. 7 - *Kanûn*, foyer creusé dans le sol. 8 - *Srîr*, banquette contre le mur de façade. 9 - *Tadekwanth*, muret de pierres. 10 - *Adekwant*, banc-étagères. 11 - *Imedwed*, mangeoire. 12 - *Taseddarth*, siège et marche d'accès à la soupente. 13 - *Akufi* (pl. *ikufan*), jarre pour réserves alimentaires. 14 - *Tihnacîn*, niches. 15 - *Thabburth*, porte d'entrée (unique). 16 - *Tazulyih*, canal d'évacuation des eaux usées. 17 - *Sqef*, toit. 18 - *Assalas alemmas*, poutre centrale. 19 - *Issulas iderfiyen*, poutres latérales. 20 - *Tagwejdjith*, pilier principal. Au fond de la pièce, se trouve le métier à tisser.

l'économie des moyens est permanente; d'où la sobriété et une certaine rudesse de la construction. Une conséquence étroite en est le mimétisme avec le paysage environnant. On notera que, dans le domaine de la construction "ordinaire", les déterminismes culturels sont souvent plus forts que le déterminisme purement géographique: on connaît cet exemple des petites vallées parallèles qui descendent des montagnes du Rif marocain vers la mer toute proche et où l'habitat est tributaire des possibilités géologiques locales; pourtant, la présence tantôt de toits pentus recouverts de tuiles, tantôt de toitures plates édifiées en terre, souligne la force des particularismes socioculturels. Il en est de même dans d'autres régions du Maroc sub-

<sup>2</sup> On sait que, dans la ville hispano-musulmane, celle-ci est vidée périodiquement, ses "produits" étant utilisés pour amender les jardins maraîchers disposés à la périphérie de la ville.

<sup>3</sup> Lorsque L. Torres Balbás oppose, pour ce qu'il appelle «l'Espagne aride», la maison de terre à la maison de briques et à la maison à structure de bois, il tourne en réalité le problème et différencie des modes de construction (matériaux et techniques de mise en œuvre), mais ne parvient pas à définir des zones culturelles particulières.

contemporain (Dezuari, 1999; Adam, 1950). Ainsi, plans-types et modèles – pour autant qu'ils existent! – sont très différents selon les régions concernées, de même que les schémas de l'organisation interne de la maison. Un catalogue des sites serait le bienvenu; malheureusement, il n'existe pas encore et il faudra se contenter ici de quelques exemples, sans multiplier l'illustration car la place manque et en renvoyant à quelques publications récentes. Il nous faudra, plus bas, reprendre une tentative de classification inspirée par les travaux de chercheurs ayant travaillé sur la péninsule Ibérique et sur le Maghreb al-Aqsâ et qui propose de distinguer, à partir de leur organisation au sol, la maison-bloc (de plans divers), la maison par éléments juxtaposés et la maison inscrite dans un cadre géométrique. Comment y voir clair? D'abord en dressant la liste des problèmes qui se posent si l'on veut, à terme, tenter une synthèse: matériaux, espace domestique, modes de conception et, enfin, modalités d'une incessante évolution.

## 2. Les problèmes posés par l'étude de la maison médiévale

Bien que les techniques médiévales de la "construction ordinaire" soient encore très insuffisamment maîtrisées par les archéologues – et à l'inverse de ce qui se passe pour les édifices religieux –, quelques «traits déterminants», comme le dit Jean-Marie Pesez (2000, p. 5), apparaissent en Méditerranée. Pour une bonne compréhension des problèmes, le recours à l'ethnoarchéologie s'impose (Bazzana et Delaigue, 1995; Bazzana, 2002; 2006), qui permet des comparaisons éclairantes; aussi nous faudra-t-il rechercher parfois des éléments d'interprétation provenant de recherches effectuées au Maghreb al-Aqsâ.

### a) Les matériaux

Le premier tient aux matériaux employés à la construction (pierre, terre et brique); on ne remarque que très rarement l'emploi d'un matériau unique, la règle est la mixité. Omniprésents sur tous les sites sont la pierre et la terre. On a dit, parfois mais avec insistance, que la maison méditerranéenne faisait la part

belle à la pierre<sup>4</sup>; c'est aller un peu en besogne... En effet, si la pierre est présente dans les soubassements, où elle constitue à la fois les fondations et le solin devant supporter les élévations, elle n'a guère d'autres utilisations (au moins jusqu'au 13<sup>e</sup> siècle) sauf à des emplois particuliers en besaces d'angle ou sous forme de piédroits et de linteaux couvrant les ouvertures. Pour les murs porteurs, c'est la terre compactée – ou *tâbiya*, si l'on retient l'appellation arabo-berbère employée au Maghreb – qui est le matériau habituel, même en ville (Bazzana, 1996; 1999; 2000); les qualités en sont diverses et le matériau reste fragile, ce qui impose des réparations, avec des reprises en sous-œuvre pour lesquelles sont employés, à Saltés, des blocs de minerai ou des scories métalliques, plus généralement des fragments de tuiles (voire de céramique) et, enfin, la brique: on sait que celle-ci est encore assez peu employée en haute époque et sert surtout, jusqu'au 13<sup>e</sup> siècle, pour les sols, les seuils, les jambages de portes et toutes sortes de reprises de maçonnerie. Quant aux modes de liaisonnement, on doit distinguer les liants à la terre argileuse, d'abord, qui consolident les appareils de pierre dite "sèche"; puis vient la chaux, intégrée en proportions plus ou moins fortes dans les *tâbiya* de terre compactée, ensuite les mortiers de chaux, si présents en Sicile comme en Espagne, alors qu'ils sont rares plus au nord.

Les couvertures utilisent généralement la pierre (sous forme de lauzes), le végétal et, surtout, la terre, sous la forme de toitures débordantes ou de toitures en terrasse qui, délimitée par un muret prolongeant le mur porteur, domine largement en Méditerranée et dans les îles, ainsi que dans tout le Maghreb; quant à la tuile ronde (sans doute dérivée de l'ancien *imbrex* antique), elle ne couvre pas en milieu urbain les espaces destinés directement à l'habitation familiale mais, plutôt, les appentis, cuisines et latrines...

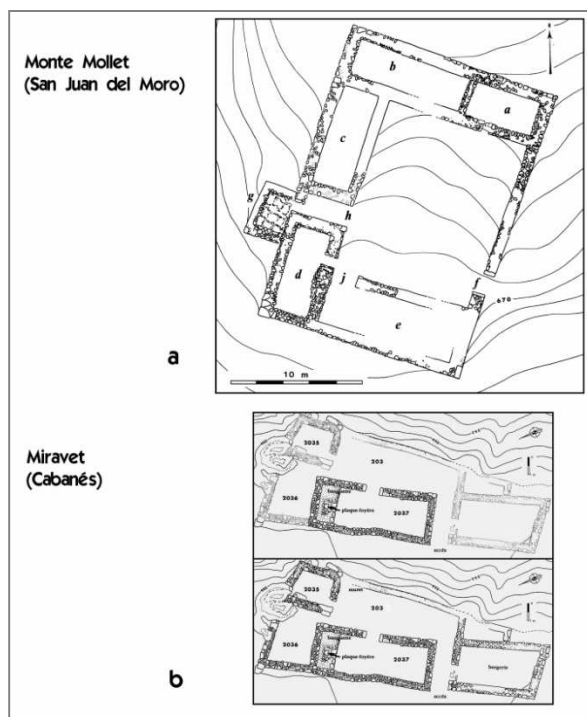
### b) L'organisation de l'espace domestique

Les plans à patio central ou latéral mettent bien en évidence le rôle social du *wast al-dâr*. Mais on ne saurait limiter ce mode de fonctionnement de la vie

---

<sup>4</sup> Par opposition, par exemple, aux régions du Nord de l'Europe, qui seraient le domaine du bois, du clayonnage et des divers torchis d'argile.

familiale à la présence d'une cour ouverte dotée, selon la représentation classique, d'un puits et de fleurs; «la lumière, l'eau, tout le luxe, toute la vie...» disait Lyautey! L'ethnoarchéologie démontre que les maisons dont le plan s'éloigne, parfois fortement, du schéma habituel fonctionnent selon les mêmes principes: la famille élargie, dont les composantes (couples et enfants) se répartissent dans les grandes pièces périphériques à la cour, se retrouve dans celle-ci pour les activités communes et, éventuellement, pour des travaux communs (tissage, vannerie...). Il existe donc, en particulier dans les montagnes marocaines, des maisons s'organisant en pièces distribuées autour d'un espace central, l'ensemble étant couvert d'une seul et même toit – le plus souvent en terre, selon une technique identique à celle de la *launa* andalouse – soutenu par des piliers de bois. Dans le toit, une ouverture carrée, obstruée en hiver, laisse pénétrer un peu de lumière: c'est la *taznunt* (Bazzana, 1992, I, pp. 112, 198-201; II, pl. XXXVII).



**Figure 4.** Deux conceptions différentes de l'organisation spatiale de l'espace domestique: maison-bloc (a) et maison agglutinante (b): a - au Monte Mollet (8<sup>e</sup>-9<sup>e</sup> siècles), on voit, avec l'exemple de la maison U-71/72, comment le bâti s'inscrit dans un rectangle parfait, le bâtiment *g* venant fermer un premier accès antérieur à la porte *f*; *a*, *b*, *c*, et *d*: pièces d'habitation, disposant chacune d'un foyer; *e*, étable. b - au Miravet (Cabanés, 12<sup>e</sup>-13<sup>e</sup> siècles), états 1 et 4 de la maison 20.

Mais, d'autres formes de maisons rurales existent, encore plus éloignées du schéma à patio; c'est l'habitat monocellulaire, attesté dans toute la Méditerranée et, particulièrement, en péninsule Ibérique et au Maghreb, jusqu'en Libye; à Uxó, on a pu mesurer, sur un lot de sept maisons du secteur 4500, dont le mobilier céramique correspondait aux 9<sup>e</sup> et 10<sup>e</sup> siècles, un rapport longueur/largeur allant de 1,25 à 2,06. Si le bâti principal affecte bien une forme rectangulaire allongée, l'espace intérieur est, le plus souvent, découpé en plusieurs cellules aux fonctions complémentaires. Ce type de maison, sans doute d'origine nord-africaine, si l'on suit les résultats des travaux de René Maunier et de Sakina Missoum, est désormais bien connu: il comporte trois volumes parmi lesquels la *taq'ath* – le plus vaste – est consacré à la vie familiale (Maunier, 1926, pp. 11-13; Missoum, 1995) (Fig. 4). Sur le site de haute époque du Monte Mollet, à San Juan del Moro, la maison monocellulaire V-73 mesure 8,15 sur 4,35 m – ce qui donne un rapport longueur / largeur de 1,87 – tandis que la maison A-31 mesure 8,15 sur 4,40 m (rapport L/l = 1,85); certaines bâtissent sont nettement plus allongées, comme la structure M-52/61, de 10,45 sur 3,75 m (rapport L/l = 2,79), mais elle est divisée par une cloison médiane en deux compartiments (Bazzana, 1992, I, pp. 273-278; II, pls CCLXV à CCLXXII). À Vall de Uxó, des maisons de conception assez fruste comportent une unique pièce (Bazzana, 1998, pp. 47, 48), dont le tableau ci-dessous donne une idée des dimensions.

maison n°	longueur	largeur	rapport L / l
4511	4,65	3,73	1,25
4535	4,57	3,40	1,34
4501	5,61	3,55	1,58
4502	4,95	3,02	1,64
4515	5,45	3,33	1,94

Dimensions et rapport longueur/largeur à Uxó II (11<sup>e</sup>-12<sup>e</sup> siècles).

#### c) Conception et mise en place de l'espace bâti

Plaidoyer pour une ethnoarchéologie de l'habitat: la maison médiévale se comprend si l'on examine le bâti ancien et celui qui est présenté comme "traditionnel", dans al-Andalus bien sûr mais aussi au Maroc et en Algérie, en Jordanie et en Syrie-Palestine, au Yémen enfin et aussi – mais c'est plus difficile – en Arabie.



On en retire, d'abord, l'impression d'une organisation serrée et, en quelque sorte, maillée, de la ville, alors que le village prend l'aspect d'une nébuleuse semi organisée à maisons isolées; bien sûr, cette dichotomie se révèle imparfaite dans la mesure où existent aussi, en particulier dans les bourgs castraux, des villages de hauteur à habitat dense de maisons groupées. Ensuite, de la comparaison de multiples plans d'installations, tant urbaines que rurales, s'impose une distinction morphologique entre deux conceptions distinctes de la maison:

1- La maison-bloc s'inscrit en une seule phase, dans un espace géométrique régulier, qui n'est pas un véritable cadastre mais correspond davantage à une répartition par lots; son origine est peut-être agraire, à moins qu'elle ne découle d'une répartition familiale des terrains. On connaît le mode de fonctionnement du *mitâl* maghrébin: il s'agit d'une sorte de modèle ou de plan à l'échelle 1/1, que le *mu'Allem* – mot à mot, "celui qui sait" – dessine au sol, grâce à huit piquets: quatre matérialisent l'emprise future des murs porteurs, les autres marquant les limites du *wast al-dâr* ou l'emplacement des piliers de bois soutenant le toit à *taznunt*. On sait qu'au Maroc subcontemporain, le propriétaire des lieux intervient pour déterminer, d'une part l'emprise totale de la maison, d'autre part la taille du *wast al-dâr*. C'est ce procédé qui est à l'origine de la maison 5N, à Saltés (12<sup>e</sup>-13<sup>e</sup> siècle) (Bazzana et Bedia, 2009, pp. 178-188), donc en milieu urbain ou, antérieurement, vers le 9<sup>e</sup> siècle, des grandes maisons du Monte Mollet, où il s'agit de vastes bâtisses à vocation agricole : la maison U-71/72 offre une superficie totale de près de 280 m<sup>2</sup>, dont 156 m<sup>2</sup> pour la cour (Bazzana, 1998, pp. 56, 57); la disposition générale est, dans ce cas, celle d'un plan "en U", l'emprise au sol s'inscrivant dans un quadrilatère de 16,10 sur 16,40 m (Fig. 5a).

2- La maison agglutinante (concept développé par les ethnologues allemands) est un habitat construit par étapes à partir d'un bâtiment initial, l'ensemble tendant à dessiner, petit à petit, une cour intérieure: un exemple simple nous est proposé au Miravet (Cabanes), l'ordre des transformations n'étant, dans ce cas, pas exactement connu (Fig. 5b); on voit cependant que, après la construction d'une maison monocellulaire classique (structure 2037), disposant devant elle (et avant la falaise) d'un espace enclos formant

cour (203), on édifie dans le prolongement du bâti initial un second compartiment à fonction indéterminée (2036); puis, la "cour" est fermée, au nord-est par une petite pièce (2035) servant de cuisine; enfin, l'espace triangulaire disponible est bloqué, au sud, par l'édification tardive d'une bergerie. On sait que, au Maghreb, chez les Tsoul de l'Anti-Atlas, mais aussi à Djerba, Gabès ou dans le Mزاب, la maison – constituée initialement d'une cellule unique – s'agrandit « par bourgeonnement de constructions annexes», selon une formule expressive; dans le contexte de la famille élargie, ce ne sont pas seulement les étables, réserves et resserres qui sont concernées, mais aussi le *bayt* lui-même (c'est-à-dire l'habitation élémentaire), qui se dédouble ou se détriplexe... selon l'évolution des besoins du groupe familial (Bonete et Bonete, 1959). La densification du bâti entraîne une augmentation du nombre des cellules destinées à l'habitat – la "maison" proprement dite –, mais il va aussi de soi que le bâti doit s'adapter aux nécessités économiques, d'où la multiplication des annexes, à vocation rurale, bien sûr, ou liées à un contexte urbain: ainsi à Siyâsa, Julio Navarro a bien mis en évidence la présence fréquente d'une écurie et d'une mangeoire pour ânes et mulets, comme cela apparaît bien sur le plan général des fouilles (Navarro et Jiménez, 1990, pp. 190, 191; 2007, encart entre les pp. 116 et 117).

	dimensions	superficie	fonction
<b>pièce a</b>	5,50x2,60 m	14,30 m <sup>2</sup>	habitation
<b>pièce b</b>	8,30x2,75 m	22,80 m <sup>2</sup>	habitation
<b>pièce c</b>	7,60x2,65 m	20,90 m <sup>2</sup>	habitation
<b>pièce d</b>	6,45x2,60 m	16,80 m <sup>2</sup>	habitation
<b>pièce e</b>	11,25x3,40 m	38,25 m <sup>2</sup>	étable
<b>pièce g</b>	2,60x2,05 m	5,30 m <sup>2</sup>	resserre
<b>pièce h</b>	1,60x3,25 m	5,20 m <sup>2</sup>	passage
<b>enclos</b>	11,80x13,25 m	156,35 m <sup>2</sup>	cour

Dimensions, superficie et fonction des pièces de la maison U-71/72 au Monte Mollet (9<sup>e</sup> siècle).

#### d) Un habitat en perpétuelle évolution

Les recherches archéologiques menées tant au Maghreb que dans la péninsule Ibérique attirent l'attention sur un caractère fondamental de la maison médiévale ou moderne: c'est un habitat, en ville comme en campagne, en perpétuelle évolution. Cette

aptitude à évoluer au cours des temps, à se transformer dans sa structure et son organisation spatiale peut rendre difficile la mise en évidence du schéma constructif initial mais il est clair que ce mode d'évolution touche aussi bien la maison-bloc que la maison agglutinante. Les motifs les plus habituels tiennent aux modifications de la densité du groupe familial ou à des

changements dans les activités économiques de celui-ci; ils font que, pour l'observateur actuel, le squelette de maison que l'archéologue parvient à mettre au jour, la plupart du temps réduit à la base des murs (solins et fondations) est une sorte de palimpseste dont l'interprétation reste délicate.

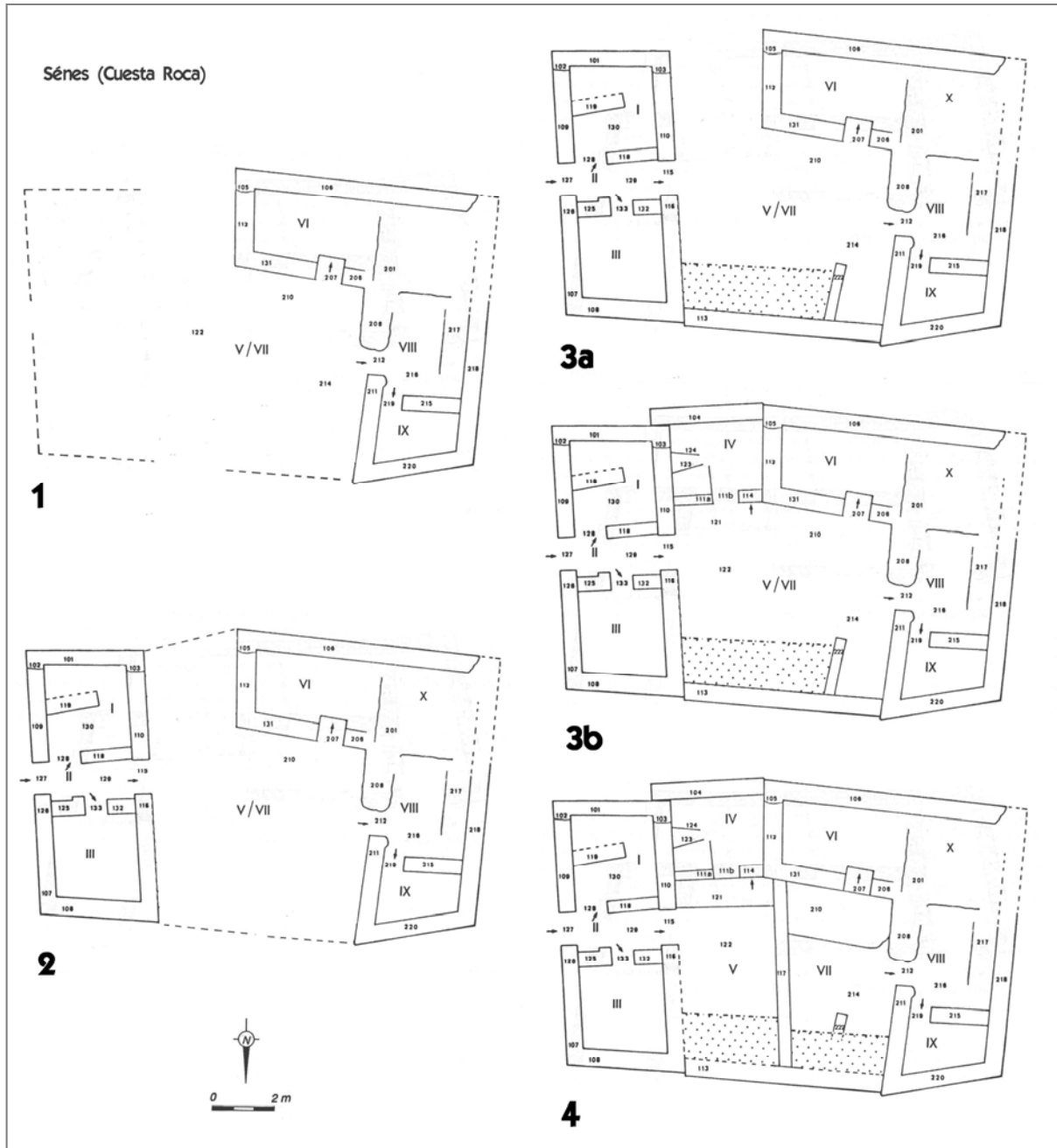
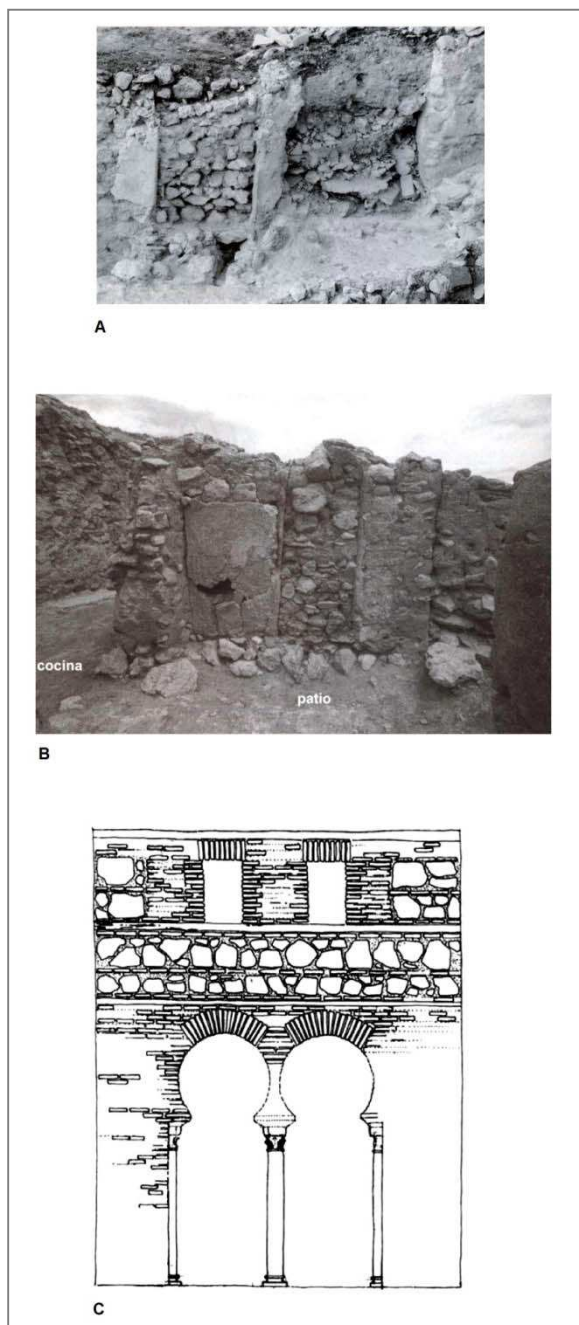


Figure 5. Á Sésnes (Sierra de los Filabres), évolution du plan de la maison, d'après M.-Chr. Delaigue, 1995, p. 61, fig. 6.



**Figure 6. A et B:** Deux exemples d'une reprise architecturale avec obstructions d'anciens passages, à Siyâsa, d'après J. Navarro et P. Jiménez, 2007, p. 112, fig. 55 (a, dans la rue ouest, et b, maison 13); **C:** Traces d'une architecture de qualité dans une maison du n°3 de la Bajada al Pozo Amargo, à Tolède, d'après J. Passini & J.-P. Molénat, 1995, p. 99 (relevé de Jean Passini).

Dans le premier cas, comment s'y retrouver, par exemple et pour la haute époque des 8<sup>e</sup> et 9<sup>e</sup> siècles, dans l'apparente anarchie des habitats de Peñafior (Salvatierra et Castillo, 1995), à Jaén, ou du Monte Mollet, à Castelló? Sur la belle fouille de Francisco Castillo et Rafael Martínez, à Badjdjana (Pechina), l'irrégularité apparente que montre l'état ultime du bâtiment fouillé provient de diverses mutations successives: l'ensemble V4/V5 révèle le plan régulier d'une première maison qui a, peu à peu, évolué en trois maisons grâce à des ajouts de bâtiments (Castillo Galdano et Martínez Madrid, 1990). Il en est de même à Saltés mais, sur ce site, on constate aussi que les transformations peuvent être dues, soit à une sorte de rivalité spatiale – en réalité, sans doute s'agit-il plutôt d'une rivalité démographique, les espaces évoluant en fonction des nécessités, plus ou moins fortes, des habitants –, soit à des impératifs économiques poussant, par exemple, à la construction de boutiques qui n'hésitent pas à empiéter sur la rue. C'est ce que l'on voit, à Saltés avec la maison 1A (Fig. 1): là, au sud-ouest, trois compartiments – deux boutiques et le passage d'accès – empiètent sur la rue 14.

Dans le second cas, les comparaisons que l'on peut établir entre des bâtiments sub-contemporains étudiés, d'une part dans les Jbala-Ghomara, au Maroc du Nord, d'autre part dans la péninsule Ibérique, montrent les mêmes types d'évolution (pour des exemples marocains, voir A. Bazzana *et alii*, sous presse). En Andalousie orientale, un excellent exemple ethnoarchéologique nous est fourni par l'étude d'une maison de Cuesta Roca, petite *alquería* qui, dans la Sierra de los Filabres (Andalousie occidentale), fait face au village de Sénes. Pour cette maison, Marie-Christine Delaigue montre une évolution en quatre temps principaux (Fig. 5):

1 - Une première phase voit la construction, selon un plan en L", des ailes ouest et sud-ouest, qui comportent chacune une pièce à alcôve (VIII-IX-X) et une pièce annexe (VI), la cour (V-VII) contribuant à la déserte des deux espaces;

2 - Quelques temps plus tard – la chronologie absolue ne peut, évidemment, pas être établie – est édifié, en face, un bâtiment sans doute destinée au bétail (I) et à l'exploitation agricole (III), avec une entrée rectiligne (II), tout à fait traditionnelle, si nous étions au Maroc, dans ce genre de construction;

3a - Ensuite, sont aménagés en deux temps, au nord de la cour V/VII, un petit compartiment et une banquette (peut-être à fonctions domestiques);

3b - Dans une phase ultérieure, à l'opposé des deux éléments précédents, une annexe (IV) est ajoutée entre les pièces I et VI;

4 - Enfin, la cour est séparée par le muret 117 en deux parties (V et VII), c'est dire que l'on assiste à une division de la maison entre deux propriétaires distincts; chacun d'eux réaménage à son goût l'espace servant de cour intérieure.

### 3. Les mutations du début de l'époque chrétienne

Si l'on procède en suivant la démarche employée pour le château, trois cas de figure se présentent: d'abord – le plus simple –, celui où, après la conquête chrétienne, on assiste à un abandon total de l'habitat musulman, celui où, de façon partielle et, surtout, temporaire, une réoccupation limitée est attestée, pendant quelques années ou quelques décennies, celui enfin où la réoccupation chrétienne est totale, ce qui ne manque pas d'entraîner d'importantes et décisives modifications structurelles.

#### *a) Un cas d'abandon total : retour à Saltés (Huelva)*

Quand se produit-il? Vers 1250, sans autre précision, à l'exception du château, qui est réoccupé quelques temps – pendant une dizaine d'années, semble-t-il – par les Templiers, puis abandonné et, enfin, définitivement détruit, le 1<sup>er</sup> novembre 1755, par le tremblement de terre dit "de Lisbonne": on sait que, en réalité, celui-ci a très fortement touché le littoral sud d'al-Andalus et, encore plus avec un épicode centré au large du cap de San Vicente, le littoral portugais.

Il s'agit bien, à Saltés, d'un abandon immédiat et total: à l'examen des vestiges, on ne remarque aucune transformation post-conquête, ce qui pose le difficile problème des raisons d'un l'abandon qui, de plus, n'est pas consécutif à une brutale occupation. En effet, si l'on retrouve parfois des traces de destruction violente, ce sont celles consécutives au raid portugais de 1179; mais on voit bien que, après épandage horizontal des débris, les maisons ont été reconstruites exactement

au même emplacement. La fouille montre que la ville s'est vidée de ses habitants, qu'elle ne connaît aucune sans aucune réoccupation chrétienne et que, par manque d'entretien, les maisons se sont ensuite effondrées sur elles-mêmes. Les indices archéologiques de cet état de fait sont nombreux: sur les pavements d'époque almohade (ou immédiatement postérieure), on remarque la présence d'une fine couche de sables fins, d'origine éolienne, qui sont directement recouverts par les divers produits constructifs provenant de l'effondrement des toitures (tuile ou terre argileuse, selon les cas, pointes de charpente), blocs et coulées de terres compactes provenant de la destruction de la *tâbiya*; minés par les infiltrations d'eau, les murs de terre se sont effondrés vers l'intérieur des pièces d'habitations, dans une sorte d'implosion brutale; la plupart du temps, les solins de pierre sont, quant à eux, restés en place.

Les indices recueillis suggèrent un départ des populations musulmanes, emportant avec elles l'ensemble de ce qui pouvait être facilement transporté, donc en abandonnant, par exemple, les grandes jarres à provision (*al-habia*) ou les margelles de puits (*brocales*). Aucune présence postérieure aux années de milieu de siècle n'est perceptible: les maisons n'ont été ni occupées, ni simplement visitées, même dans le but d'en extraire et récupérer des matériaux de la construction. Quelques documents nous font penser que la ville disparaît du paysage en quelques décennies. En effet, après différents changements de propriétaire aux 13<sup>e</sup> et 14<sup>e</sup> siècles, l'île est rattachée définitivement à Huelva. En 1380, Isabel de la Cerda, comtesse de Medinaceli reçoit de Juan 1<sup>er</sup> les territoires de Gibraleón et Huelva; en décembre de cette même année, lorsqu'elle fait établir par son représentant sur place Juan Alonso, celui-ci décrit un paysage totalement rural: il ne parle que de pins, de vignes, d'oliviers, d'amandiers et de terres de culture; ce témoignage est confirmé dans un document de 1404 (Pardo Rodríguez, 1980, pp. 143, 144).

Quelles causes avancer pour tenter d'expliquer un abandon aussi total et définitif? Peu d'hypothèses se présentent, la plus vraisemblable consistant à souligner que la ville, dont les activités métallurgiques (Bazzana et Trauth, 1998; 2005; 2008) – et, à un degré moindre, les produits de la pêche – assuraient l'essentiel du dynamique économique, ne pouvait pas

survivre à la rupture des relations commerciales consecutive à la conquête chrétienne; en particulier, Saltés se trouvait désormais coupée de ses clientèles maghrébines et méditerranéennes, intéressées par les métaux en provenance de péninsule Ibérique.

*b) Second cas: une réoccupation partielle et temporaire*

Le thème de la présence conjointe d'habitants chrétiens et musulmans dans un même espace d'habitat, ne peut être que difficilement abordé par l'archéologie, dans la mesure où les vestiges sont rares, qui permettraient de saisir une transition s'accompagnant d'une évolution des caractères de l'habitat, urbain ou rural. De plus, en raison même de cette rareté et à l'inverse de ce qui se passe pour les châteaux, ce thème n'a pas été souvent retenu et étudié. Voilà pourtant, je crois, l'une des situations les plus délicates mais aussi l'une des plus intéressantes à étudier. Je ne multiplierai pas les exemples – toutes les villes et la plupart des bourgs ruraux sont concernés – mais, puisque Julio Navarro est des nôtres, nous irons à Murcie dans la allée du Río Segura, prendre celui de Siyâsa, ville almohade et post-almohade, dont la qualité architecturale a souvent été soulignée (Navarro et Jiménez, 2007). On sait que la ville est conquise par les chrétiens en 1243, mais qu'elle conserve un certain dynamisme démographique jusqu'au terme de la rébellion mudéjare de 1264/66. Quand se produit l'abandon? À Siyâsa, il semble que, contrairement à ce que l'on a constaté à Saltés, il s'étale sur une assez longue période; c'est un départ plus ou moins volontaire d'une population musulmane remplacée par un repeuplement de colonisation. La fouille révèle, en effet, après les années 1250/60, quelques indices d'une présence chrétienne que je qualifierai de partielle et de très incomplète, mais dont il ne faudrait, cependant, pas trop minimiser l'importance, dans la mesure où les indices retrouvés par l'archéologie montrent souvent de sensibles modifications du bâti antérieur.

De quels indices s'agit-il? D'abord, de quelques données numismatiques: six monnaies chrétiennes ont été identifiées, datant la plupart du règne d'Alphonse X (1252-1284), l'une étant plus récente, frappée sous le règne de Sanche IV, en 1295. Ensuite, la poterie retrouvée montre de beaux exemples de ce que l'on a pu

qualifier de *cerámica de repoblación* (Navarro et Jiménez, 2007, p. 106, fig. 50) – ce type de fabrication couvrant la seconde moitié du 13<sup>e</sup> siècle – tandis que des graffitis dessinés sur des enduits muraux représentent des personnages de chevaliers, ainsi dans les maisons n 2, 6 et 9<sup>5</sup>. Plus difficiles à interpréter, des ossements de porcs – à moins qu'il ne s'agisse de sangliers, ce qui enlève tout son poids à l'argument – proviennent de plusieurs puits domestiques. Comme Julio Navarro, je crois que, dans cette démonstration, il faut surtout tenir compte de la présence de travaux de maçonnerie remontant à l'époque chrétienne: ceux-ci montrent d'importants changements dans l'affectation des pièces d'habitation<sup>6</sup>, ce qui se traduit souvent par une modification des circulations internes: le "modèle" de la maison à *wast al-dâr* ne convenant manifestement pas aux nouveaux occupants, on observe des passages anciens (Fig. 6) au profit de nouvelles portes permettant de faire communiquer les pièces entre elles.

On ne sait pas si un groupe réduit de musulmans a pu se maintenir dans la ville et, si oui, pendant combien de temps. On sait, en revanche, que la réoccupation temporaire par des colons chrétiens ne dure sans doute guère plus d'une dizaine d'années: le site ancien de Siyâsa se dépeuple au profit de l'actuelle Cieza, située sur l'autre rive du Río Segura, à l'emplacement d'une petite *alquería* musulmane; or, les deux habitats portent le même nom, ce qui montre habituellement que le second a remplacé rapidement – disons, en quelques années – le premier, désormais abandonné et livré à la ruine ou à la quête de matériaux réutilisables.

*c) Une réoccupation avec restructuration complète*

À l'évidence, les exemples seraient nombreux et pourraient concerner la quasi totalité de l'espace andalou; malheureusement, peu d'études sont disponibles et, si des fouilles ont bien mis au jour des vestiges de maisons à Grenade, Alicante, Murcie, Huesca, Mértola,

<sup>5</sup> Dans la maison n° 2, le mur sud du salon principal offre, dans sa partie orientale, le graffiti d'un cavalier et de son cheval.

<sup>6</sup> Dans le cas de la maison n° 19, un ensemble de trois pièces, sans doute d'usage annexe, sont réaménagées en boulangerie et l'une d'elles est divisée en deux, de manière à permettre la construction du four à pain (Navarro et Jiménez, 2007, pp. 113, 116, figs 57 et 60).

etc., toutes attestent une occupation chrétienne, mais avec remodelage de l'espace domestique, ainsi à Séville, au 16<sup>e</sup> siècle; l'habitat n'est donc pas le prolongement d'un modèle médiéval, mais il est modifié pour s'adapter aux usages sociaux de l'époque chrétienne. Voyons ce que l'on disait alors de la maison sévillane du *Barrio de Santa Cruz*.

«*Les patios des maisons – et presque toutes en ont un – ont des sols de briques rugueuses (...) ou en faïence, avec des piliers de marbre soutenant la galerie de l'étage (...). Au milieu du patio, se trouvent des bassins et fontaines qui, toute l'année, rafraîchissent autant les yeux que les oreilles. Dans ces maisons, où il n'est pas possible d'avoir des jardins et des sources, on dispose dans presque toutes de l'eau fraîche du puits. De nombreux pots forment au printemps, avec leurs mille sortes d'herbes odorantes et de fleurs, un jardin fleurissant*» (Morgado, 1887).

Mais, contrairement aux apparences, lorsque le schéma de la maison à patio apparaît, il est détourné de son état médiéval et reflète les mentalités chrétiennes: par exemple, la maison est désormais ouverte sur la rue voisine, d'où les regards peuvent pénétrer vers un patio qui est conçu pour être vu et admiré. On a donc oublié que, dans la maison musulmane antérieure, le patio n'avait aucun contact direct avec la rue: le *zaguán* y faisait office de sas protecteur.

L'exemple de Tolède, avec le Barrio de los Canónigos, expression pratique et traditionnelle pour désigner un quartier proche de la cathédrale; il est, aux 14<sup>e</sup> et 15<sup>e</sup> siècle, caractérisé par une assez forte densité d'ecclésiastiques – dont beaucoup sont membres du chapitre – mais aussi de notaires et de juges, de commerçants italiens (génois et florentins) venus remplacer les Francs, nombreux au 13<sup>e</sup> siècle. Les travaux de Jean Passini et de Jean-Pierre Molénat (1995) se sont, depuis une trentaine d'années, appuyés sur un document daté de 1492, qui donne une description, assez précise des maisons, y compris leurs mesures indiquées en *varas* (*Libro de las casas mesones e bodegas tiendas almacerías corrales...*, Archivo de la Catedral de Toledo, Obras y Fábrica, 356). Parfois, il suffit de nettoyer les façades ouvrant sur la rue pour voir apparaître des traces architecturales antérieures à 1085; dans le meilleur des cas, on observe – parfois, pour plusieurs maisons voisines – une remar-

quable permanence des lignes principales de l'habitat et une ressemblance formelle avec les plans connus en époque musulmane (Passini et Molénat, 1995). C'est ce qui apparaît dans l'exemple du n 3 de la Bajada al Pozo Amargo, où deux maisons conservent leur plan originel, l'une ayant perdu un salon et ayant vu son patio rétréci, l'autre ayant été sensiblement agrandie par divers pièces, dont un sous-sol où des arcs de briques datables du 15<sup>e</sup> siècle soutiennent un grand salon. La maison principale est connue par un document daté de 1162: dans ce quartier qui, alors, s'appelait "Santa Ana", furent vendues une maison et un *corral* qui étaient contigus

«...*al este, con una casa del caid Don Sahib, al oeste con la calle grande que baja desde la catedral al Pozo Amargo, hacia la entrada por sus costados a donde da la puerta del sotano cuyo tercio entra también en la venta...*» (González Palencia, 1926-1930, I, p. 46, doc. 67).

Dans d'autres cas – ainsi, au n 9 de la rue du Cardinal Cisneros –, rien ne subsiste de l'ancien plan, à l'exception des limites du patio; mais, une observation attentive des murs conservés permet de retrouver les détails de l'architecture des 10<sup>e</sup>-11<sup>e</sup> siècles; il en est de même, au n 12 de la Calle Cardenal Cisneros, où le sous-sol recélait, bien cachée sous les enduits modernes, une arcature califale du 10<sup>e</sup> siècle.

\*  
\* \*

Est-il possible de conclure? Sans doute non, dans l'immédiat, puisque que cette communication voulait surtout démontrer qu'une enquête plus globale devrait être engagée, à la lumière des progrès réalisés dans ces vingt dernières années.

«Caractères de l'espace domestique...». J'ai bien conscience de n'avoir répondu qu'en partie au titre annoncé. Aller plus loin nécessiterait de mettre en œuvre plusieurs démarches complémentaires. Il faudrait, d'abord, établir un catalogue complet des maisons mises au jour depuis une bonne soixantaine d'années et appartenant à l'époque médiévale, bien sûr, mais aussi à l'Antiquité, en particulier à toute l'époque ibérique. Car, connaît-on vraiment les villages ou l'habitat intercalaire de toute la haute époque? Ensuite, il conviendrait d'élargir les recherches ethnoarchéologiques,

dont les prémices sont encourageants mais dont les résultats ne sont pas assez nombreux pour que l'on puisse attendre le stade d'un essai de synthèse. Enfin, sans doute serait-il indispensable d'ouvrir largement notre réflexion aux autres régions qui nous offrent, d'une part et d'ouest en est, les pays riverains de la Méditerranée, d'autre part et en acceptant de regarder davantage vers le sud – comme nous y invite un colloque récent – les terres lointaines des pays de la Boucle du Niger et de l'Afrique de l'Ouest; certes, on le sait, «comparaison n'est pas raison...» mais, pour ce qui est de l'habitat plus que dans d'autres domaines, on trouverait là, je crois, d'utiles et multiples éléments de comparaison..

## Bibliographie

- ADAM, A. (1950) – La maison et le village dans quelques tribus de l'Anti-Atlas, *Hespéris*, vol. XXXIII, pp. 289-362.
- BAZZANA, A. (1996) – La terre, un matériau millénaire dans les pays du pourtour méditerranéen, *Méditerranée*, n° 8/9: *Architecture de Terra*, pp. 41-88.
- BAZZANA, A. (1992) – *Maisons d'al-Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne orientale*, Casa de Velázquez (Collection de la Casa de Velázquez, 37), 2 vols, Madrid.
- BAZZANA, A. (1998) – Maison-bloc, maison-enclos et maison agglutinante. Caractères de l'habitat rural dans al-Andalus (IX<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles), *Mélanges en l'Honneur de Jean-Marie Pesez*, pp. 43-66, Paris.
- BAZZANA, A. (1999) – L'architecture de terre au Moyen Âge. Considérations générales et exemples andalous, *Colloque international sur l'architecture de Terre en Méditerranée. Histoire et Perspectives*, pp. 169-202, Rabat.
- BAZZANA, A. (2000) – Matériaux et techniques de construction. Quelques réflexions à propos de l'habitat villageois dans al-Andalus, *Castrum 6. La Maison Villageoise dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge: Approches Archéologiques, Historiques et Géographiques*, pp. 53-74, Rome.
- BAZZANA, A. (2002) – La maison rurale dans la péninsule Ibérique: un atelier d'ethno-archéologie, *Ruralia IV. The Rural House from the Migration Period to the Oldest Still Standing Buildings*, pp. 216-231, Académie des Sciences de la République Tchèque, Institut d'Archéologie, Prague.
- BAZZANA, A. (2006) – Espace privé / espace public: maisons, ruelles et jardins dans l'habitat andalou, *Cadres de Vie et Manières d'Habiter (XI<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles), VIII<sup>e</sup> Congrès International de la Société Française d'Archéologie Médiévale*, pp. 293-306, Paris.
- BAZZANA, A.; BEDIA GARCÍA, J. (2005) – *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva), 1988-2001*, Monografías de Arqueología – 22, Junta de Andalucía, Sevilla.
- BAZZANA, A.; BEDIA GARCÍA, J. (2009) – *Saltés. Un asentamiento islámico en les Marismas del Odiel (siglos IX-XIII)*, *Huelva Arqueológica*, vol. 21.
- BAZZANA, A.; BERMÚDEZ LÓPEZ, J. (eds.) (1990) – *La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueología / La Maison Hispano-Musulmane. Apports de l'Archéologie*, Publicaciones del Patronato de la Alhambra, Granada.
- BAZZANA, A.; DELAIGUE, M.-Chr. (eds.) (1995) – *Ethnoarchéologie Méditerranéenne. Finalités, Démarche et Résultats*, Casa de Velázquez, Madrid.
- BAZZANA, A.; HUBERT, E. (Éds.) (2000) – *Castrum 6. Maisons et Espaces Domestiques dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge*, Casa de Velázquez, Rome.
- BAZZANA, A.; TRAUTH, N. (1998) – Mines et métallurgie dans la ville islamique de Shaltish, à Huelva (X<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles), *L'Innovation Technique au Moyen Âge. Actes du VI<sup>e</sup> Congrès International d'Archéologie Médiévale*, pp. 118-122, Paris.
- BAZZANA, A.; TRAUTH, N. (2005) – 3.5. El sector 7: los talleres y los vestigios de una metalurgia medieval, *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva), 1988-2001*, pp. 199-211, Monografías de Arqueología – 22, Junta de Andalucía, Sevilla.
- BAZZANA, A.; TRAUTH, N. (2008) – Minéralurgie et métallurgie à Saltés et dans son arrière-pays (Huelva), *Minas y Metalurgia en al-Andalus y Magreb Occidental. Explotación y Poblamiento*, pp. 209-243, Casa de Velázquez, Madrid.
- BAZZANA, A.; DELAIGUE, M.-Chr.; ELHRAIKI, R.; MONTMESSIN, Y. – Villages et bourgs ruraux des Jbala-Ghomara: les structures d'habitat, *Mélanges d'Archéologie Islamique en l'Honneur de M<sup>me</sup> Joudia Benslimane*, sous presse.
- BONETE, Y.; BONETE, Y. (1959) – Contribution à l'étude de l'habitat au Mzab, *Cahiers des arts et techniques d'Afrique du Nord*, vol. 5, pp. 37-46.
- BOONES, J. (1993) – The third seasons of excavations at Alcaria Longa, *Arqueologia Medieval*, vol. 2, pp. 111-125.
- BOUGHALI, M. (1974) – *La Représentation de l'Espace Chez le Marocain Illettré*, Casablanca.
- CASTILLO GALDEANO, F.; MARTÍNEZ MADRID, R. (1990) – La vivienda hispano-musulmana en Bayyana-Pechina (Almería), *La Casa Hispano-Musulmana*, Aportaciones de la Arqueología, pp. 111-127, Publicaciones del Patronato de la Alhambra, Granada.
- CHRISTENSEN, N. (1967) – Haustypen und Gehöftbildung in Westpersien, *Anthropos*, vol. 62, pp. 89-138.
- DEFFONTAINES, P. (1972) – *L'Homme et sa Maison*, Paris.
- DELAIGUE, M.-Chr. (1988) – *Capileira, Village Andalou. Un habitat montagnard à toits plats dans l'Alpujarra*, British Archaeological Reports, International Series, n° 466, Oxford.
- DELAIGUE, M.-Chr. (1995) – Ethnoarchéologie et habitat en Andalousie orientale, *Ethnoarchéologie Méditerranéenne. Finalités, Démarche et Résultats*, pp. 53-68, Casa de Velázquez, Madrid.

- DEZUARI, E. (1999) – Le Haut-Atlas central d'Imilchil. Étude autour de l'habitat, *L'Architecture de Terre en Méditerranée*, pp. 499-504, Rabat.
- FENTRESS, E. (1987) – The house of the Prophet: North-African islamic housing, *Archeologia Medievale*, vol. XIV, pp. 47-68.
- FENTRESS, E. (1990) – Sétif: évolution d'un quartier, *La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueologia*, pp. 163-176, Publicaciones del Patronato de la Alhambra, Granada.
- GONZÁLEZ PALENCIA, Á. (1926-1930) – *Los Mozárabes de Toledo en los Siglos XI y XIII*, 4 vols, Madrid.
- HEINRICH, E. (1934) – *Schiff und Lehm*, Verlag für Kunstwissen-schaft, Berlin.
- MAUNIER, R. (1926) – *La Construction Collective de la Maison en Kabylie*, Institut d'Ethnologie, III, Paris.
- MISSOUM, S., (1995) – Une maison berbère au village de Aït-Lahcen (Algérie), *Ethnoarchéologie Méditerranéenne. Finalités, Démarche et Résultats*, pp. 121-134, Casa de Velázquez, Madrid.
- MORGADO, A. de (1887) – *Historia de Sevilla*, 1<sup>e</sup> ed. 1587, Séville.
- NAVARRO PALAZÓN J.; JIMÉNEZ CASTILLO P. (2007) – *Siyâsa. Estudio Arqueológico del Despoblado Andalúsí (Siglos XI-XIII)*, Murcia.
- PARDO RODRÍGUEZ, M. L. (1980) – *Huelva y Gibraleón (1282-1495). Documentos para su Historia*, Huelva.
- PASSINI, J.; MOLENAT, J.-P. (1992) – Persistance parcellaire et évolution diachronique à Tolède. *El Callejón Sin Salida de la Bajada del Pozo Amargo et sa mosquée, Mélanges de la Casa de Velázquez*, vol. XVIII(1), pp. 181-198.
- PASSINI, J.; MOLENAT, J.-P. (1995) – *Toledo a Finales de la Edad Media*, Colegio Oficial de Arquitectos de Castilla-La Mancha, Tolède.
- Pesez, J. M. (2000) – Tout ce qu'on sait sur la maison villageoise au Moyen Âge dans l'aire méditerranéenne et tout ce qu'on voudrait savoir, *Maisons et Espaces Domestiques dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge, Castrum*, vol. 6, pp. 1-11, Casa de Velázquez, Madrid.
- ROSSELLÓ-BORDOY, G., (1990) – Introducción al coloquio, *La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueologia*, p. 13, Publicaciones del Patronato de la Alhambra, Granada.
- SALVATIERRA CUENCA, V.; CASTILLO ARMENTEROS, J. C. (1995) – Peñafior, un établissement rural d'époque émirale dans la Campiña de Jaén, *Archéologie Islamique*, vol. 5, pp. 11-24.
- SCHMIDT, J. (1963) – *Die agglutinierende Bauweise im Zweistromland und in Syrien*, Fakultät für Architektur der Technischen, Berlin.
- TORRES BALBÁS, L. (1934) – Plantas de casas árabes en la Alhambra, *Al-Andalus*, vol. IX, pp. 380-387.
- TORRES BALBÁS, L. (1945) – El barrio de casas de la Alcazaba malagueña, *Al-Andalus*, vol. X, pp. 396-409.



# DE PALACIO A CONVENTO. EL CUARTO REAL DE SANTO DOMINGO Y LAS TRANSFORMACIONES EN LA CIUDAD DE GRANADA

Alberto García Porras\*

## Resumo

O Cuarto Real de Santo Domingo é um dos monumentos nazarís mais destacados da cidade e encontra-se localizado no seu centro. Após a conquista castelhana (1492) passou para as mãos da Ordem dos Predicadores de Santo Domingo, que aí fundaram o Mosteiro de Santa Cruz la Real. Tal permitiu que este amplo espaço urbano se tenha preservado e que o seu registo arqueológicos esteja bem conservado. As últimas escavações arqueológicas (2002, 2005 e 2006) realizadas pelo Grupo de investigação "Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada", da Universidade de Granada, têm possibilitado a recuperação de novos dados sobre este monumento, permitindo conhecer-se a evolução desta área em particular e da própria cidade de Granada, quer em época medieval quer após a conquista castelhana do Reino Nazarí.

## Abstract

The Cuarto Real de Santo Domingo site is one of the most notorious nazarís in the city and it is located in its centre. After the Castilian conquest (1492) it has passed to the hands of the Ordem dos Predicadores de Santo Domingo, who funded there the Santa Cruz la Real monastery. Such event permitted the preservation of this vast urban space and of an archaeological record also well preserved. The last archaeological excavations (2002, 2005, and 2006), lead by the research group "*Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada*" from the University of Granada, have been allowing the recovery of new data on the monument, which has permitted to gain knowledge on the evolution of this particular area and of the very city of Granada, both in medieval times and after the Castilian conquest of the *Nazarí* Kingdom.

## Introducción

En el presente trabajo queremos presentar los resultados de las últimas intervenciones arqueológicas realizadas en el denominado Cuarto Real de Santo Domingo. Es éste un espacio singular de la ciudad de Granada. Su singularidad reside, en gran medida, en haber quedado resguardado de intervenciones urbanísticas y constructivas importantes desde el siglo XVI en adelante. A pesar de que ha sufrido segregaciones que han desvirtuado, e incluso mutilado, gravemente su imagen original, algunas de ellas no hace muchos años, ha logrado conservar la gran torre residencial, la *qubba*, de reconocido interés histórico y artístico, así como de su entorno más inmediato. Este gran espacio milagrosamente preservado en una ciudad constreñida entre la montaña y su vega, nos ha legado en buen estado de conservación un rico patrimonio arqueológico, tal y como han mostrado las diversas intervenciones de este tipo que allí se han emprendido. El potencial informativo es altísimo, tanto para aclarar la organización y función de esta gran torre y su espacios aledaños, como para conocer el

pasado medieval de esta ciudad, especialmente en período de cambios como los situados entre la etapa final del mundo almohade y los inicios del reino nazarí, o tras la conquista castellana de este reino.

## El Cuarto Real de Santo Domingo. De conjunto palacial nazarí a convento dominico.

### *Los estudios sobre el Cuarto Real de Santo Domingo*

Con el nombre de Cuarto Real de Santo Domingo se conoce a uno de edificios medievales más interesantes conservados en la ciudad de Granada. Una construcción paradójicamente desconocida por los granadinos, aunque ha sido objeto de múltiples estudios detallados desde antiguo. El desconocimiento que ha afectado a este edificio ha estado motivado por varias razones, todas ellas generadas por el tratamiento histórico que ha recibido. En contrapartida, esta situación ha permitido que el espacio en el que está ubicado, a pesar de encontrarse en el corazón de la actual ciudad de Granada, haya quedado en gran parte inalterado, casi fosilizado, convirtiéndose con ello en un área arqueológica de especial interés por la importancia de los restos allí enterrados, en donde una intervención

---

\* Universidad de Granada.

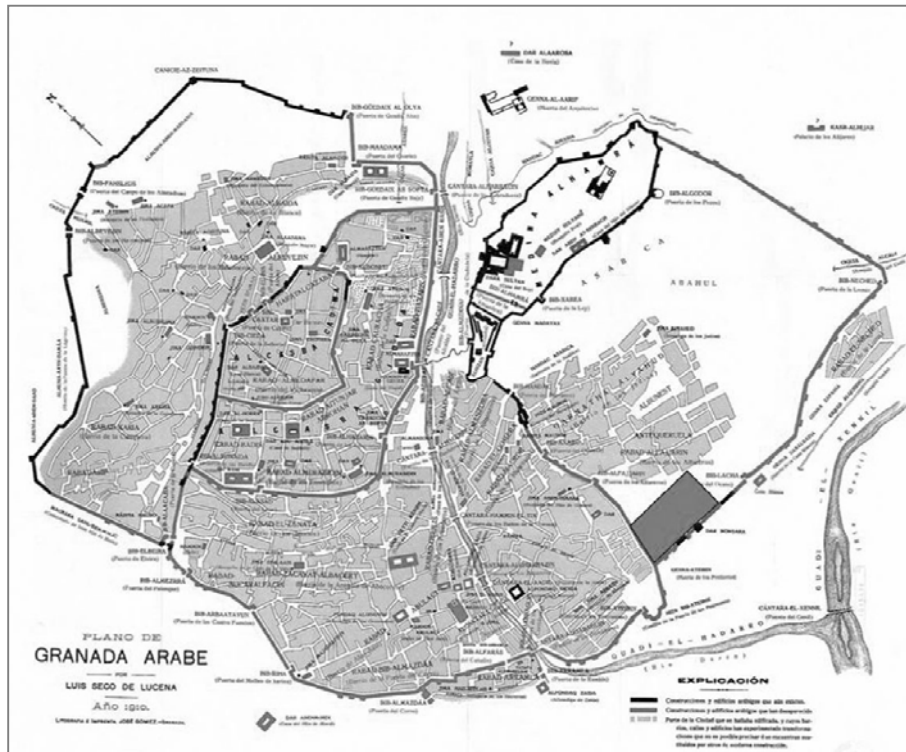


Figura 1. Ubicación del Cuarto Real de Santo Domingo en la ciudad de Granada.

global se hacía, y aún se hace hoy día, inexcusable (Fig. 1).

El edificio y el espacio del que nos ocupamos, el Cuarto Real de Santo Domingo, formaba parte de la *Yannat al-Manyara al-Kubrā* (Huerta Grande de la Almanjarra), propiedad de la familia real nazarí a finales de la Edad Media. Estaba rodeado por otros espacios similares, denominados todos ellos *Yannat* (huertas), y se asentaba sobre la cerca meridional de la ciudad. Actualmente queda en pie una robusta torre de tapial, apoyada en la línea de muralla, ocupada en su interior por una gran sala con habitaciones laterales. Se trataba de una torre residencial o *qubba*. Esta torre debió construirse en el mismo momento en que se levantó la muralla sobre la que reposa. Manuel Gómez Moreno a finales del siglo XIX aún pudo ver una de las puertas que jalonaban esta muralla, próxima al Cuarto Real de Santo Domingo, la conocida como Puerta del Pescado (*Bāb al-Ḥaḡar*), poco antes de que fuera derruida. Fue él quien nos ha trasladado el momento en que fue levantada ésta y la cerca en la que quedó abierta, ya que en uno de sus frentes existía una placa en donde se podía leer que fue Muḥammad II (1273-1302), el segundo monarca na-

zarí, quien la edificó a finales del siglo XIII o principios del XIV (Gómez Moreno, 1892, pp. 213, 214). La puerta, la muralla y la *qubba* del Cuarto Real de Santo Domingo parecen ser obras tempranas dentro del período nazarí, anteriores al momento de esplendor de la dinastía a mediados del siglo XIV, cuando se construyeron los palacios mejor conocidos de la Alhambra. Un estudio detallado del edificio (Pavón Maldonado, 1995) y los análisis dendrocronológicos realizados sobre muestras sacadas de las maderas de la armadura confirman este período como momento de edificación<sup>1</sup>.

Ya en la época de M. Gómez Moreno el único resto medieval que quedaba en pie era el de la imponente *qubba*. En estos momentos ya se había convertido en propiedad privada como resultado de la desamortización de los bienes eclesiásticos llevada a cabo en el siglo XIX. Como resultado de esta transferencia, los nuevos propietarios construyeron un palacete en donde quedaba integrada la citada *qubba*. Su estado

<sup>1</sup> El análisis dendrocronológico "ha permitido avanzar provisionalmente una fecha de que abundaría en la antigüedad del edificio que se dataría en el tercer cuarto del siglo XIII" (Almagro Gorbea, 2002, p. 179).

era lamentable, según nos trasladan los testigos que pudieron visitar el edificio. Recordemos, por ejemplo, las palabras de E. Lafuente Alcántara, quien, al estudiar en 1859 los letreros epigráficos de su interior, señalaba que la torre había caído "... en el mayor olvido y abandono. Gran parte de las labores que cubrían sus paredes han desaparecido completamente..." (Lafuente Alcántara, 1859, pp. 194, 195); opinión compartida por A. Almagro Cárdenas (Almagro Cárdenas, 1877, p. 175) e incluso, ya avanzado el siglo XX, por Manuel Gómez Moreno Martínez, quien nos trasladaba las siguientes impresiones: "*Queda pues el salón, pero él sólo es suficiente para dejarnos satisfechos, aunque su estado de ruina y abandono sea deplorable. La impresión de luz y color que su conjunto ofreciese ya se perdió en las encaladuras de sus yeserías, así como por haberse cerrado las más de sus ventanillas altas y huecos laterales, así como fue arrancada la solería de mármol y está ennegrecida la techumbre*" (Gómez Moreno Martínez, 1966, p. 27). De su estado de conservación queda además testimonio gráfico gracias a los grabados elaborados por dos viajeros, Murphy y Girault de Prangey.

Estos dos grabados, muy idealizados, como era habitual en el romanticismo, nos ofrecen, sin embargo, imágenes contradictorias, cuando no errores de cierta importancia. El plano de Murphy (1816) parece en principio más exhaustivo. Tanto el alzado como la planta acusan cierto rigor, pero el mismo autor confunde en la leyenda inferior este edificio con otros del Generalife. Por otro lado en el alzado aparece la fachada de la *qubba* con un pórtico delantero apoyado sobre varias columnas y una arcada decorada con yeserías caladas, que en el de Girault de Prangey (1836-1839), fue sustituido, por lo que parece adivinarse, por una galería superior que complicaría la existencia de un pórtico similar al mostrado por Murphy. Éste último, en cualquier caso, parece más historiado, menos explícito y seguramente más confuso. En definitiva, la fiabilidad de estos grabados, siguiendo en parte lo señalado por M. Gómez Moreno, no es absoluta; es más, deben someterse a una severa crítica.

Lo cierto es que en el siglo XIX el elemento más destacado en este espacio era, sin duda, la torre residencial, la *qubba*, que quedó integrada dentro de una amplia construcción privada. Analizando el pasado de este espacio, queda claro que esta imagen, donde la

torre ocupa un lugar preeminente, vino heredada de una etapa anterior, bastante lejana. En efecto, por lo que sabemos, especialmente a partir de otros planos históricos<sup>2</sup>, ya desde finales del siglo XVI o principios del XVII, la torre era el elemento predominante del denominado Cuarto Real de Santo Domingo. Documentos gráficos de gran interés, como la plataforma de Ambrosio Vico, impresa a principios del siglo XVII sobre diseños de finales de la centuria anterior, refleja una realidad en muchos casos semejante a la que mostraba a mediados del XIX. En este momento, ya en propiedad de la orden dominica, nuevamente destaca, tal y como aparece en el grabado citado, la torre, junto a la muralla de la ciudad, rodeada de un espacio destinado por los monjes a labores agrícolas, el huerto del monasterio, en donde también parecen observarse, en una posición secundaria, otras edificaciones.

La cuestión sería dilucidar si esta imagen, en donde la torre residencial ocupa un lugar central, rector del espacio de las huertas del Cuarto Real de Santo Domingo, responde al concepto constructivo inicial de época medieval, o si se trata de una nueva concepción del espacio resultado de la fuerte transformación sufrida por esta zona de la ciudad tras la conquista castellana.

La escasa documentación escrita de época medieval con la que contamos no nos ofrece información sólida al respecto (Seco de Lucena Paredes, 1951; Peinado Santaella, 1978-79; Espinar Moreno, 1979). Sabemos que el Cuarto Real pertenecía a una de las "huertas" allí ubicadas a finales del período nazarí y que era propiedad de la familia real. Tras la conquista estos bienes pasaron a patrimonio de la corona castellana, de los que se desprendió poco después otorgándose los a la Orden de Predicadores de Santo Domingo, para que levantaran allí el Convento de Santa Cruz la Real. En la carta de donación se dan vagas informaciones, que no han pasado inadvertidas a los investigadores (Seco de Lucena Paredes, 1975, pp. 154-156). Se habla de "*la guerta del Almanjarra mayor, que era de la Reyna Horra, madre del rey Muley, con la casa que en la dicha guerta esta...*" (Seco de Lucena Paredes, 1951, p. 57), indicando la existencia de edificios de carácter residencial, más allá de la torre aludida.

---

<sup>2</sup> Sobre los la documentación gráfica de la ciudad de Granada, contamos con una obra reciente (Calatrava-Ruiz, 2005).

Un análisis exclusivamente arquitectónico, como el emprendido hace algunas décadas, tampoco ha permitido llegar a conclusiones definitivas acerca de la existencia de otros edificios además de la *qubba*. En efecto, cuando estos trabajos se han abordado desde esta perspectiva, como es el caso del excelente libro de B. Pavón Maldonado (Pavón Maldonado, 1995, pp. 36-47), donde se rastrean los orígenes de edificios como el que ahora está en pie, han servido, en cierta medida, para consolidar esta imagen, que no sabemos si realmente correspondería con lo que allí hubo originariamente o por el contrario es resultado de ciertas transformaciones que acabaron privilegiando este elemento arquitectónico sobre el resto, dando la impresión de un espacio tipificado como "pabellón" o "jardín nazarí". Es muy probable que la torre fuera conservada, más que por su indudable valor artístico, porque resultara de gran utilidad a los monjes, sus nuevos propietarios. No faltan autores que auxiliados por algunas noticias documentales (Osorio Pérez, 1991, p. 168) señalan que los monjes la utilizaron como capilla mientras se construía la iglesia de Santo Domingo (Cañavate Toribio, 2006, p. 288).

Sólo una serie estructuradas de campañas arqueológicas en el subsuelo de este espacio nos podría ofrecer información fidedigna sobre la estructura original del edificio, solventando todas estas cuestiones. Y éstas sólo pudieron emprenderse después de que el monumento pasara a manos del Ayuntamiento de Granada en 1990.

#### *Intervenciones arqueológicas realizadas en el Cuarto Real de Santo Domingo*

Las primeras intervenciones arqueológicas comenzaron a realizarse algunos años más tarde. Un equipo dirigido por A. Almagro Gorbea y A. Orihuela Uzal, con la colaboración del entonces "Proyecto Arqueológico Urbano de la ciudad de Granada", realizó, además de un exhaustivo análisis que incluía levantamientos planimétricos precisos, lectura de paramentos y estudios de la decoración arquitectónica, una serie de sondeos arqueológicos dentro y fuera del edificio. Entre los objetivos que se planteaban en esta intervención, se enunciaban la relación entre la *qubba* y el circuito amurallado; los elementos y espacios constitutivos de la *qubba*, de su espacio inmediato así como su distribución y existencia previsible de un sótano, y, final-

mente, las características del complejo palatino a que perteneciera la *qubba* (Almagro y Orihuela, 1997, p. 24). Posteriormente se centraría en los dos primeros apartados, prestando especial atención a la posible existencia o no de un pórtico delantero a la *qubba*.

Los resultados de las excavaciones permitieron constatar, en cualquier caso, la existencia de varios elementos pertenecientes al edificio nazarí: un espacio antepuesto a la torre abarcando todo su ancho; la plataforma de una alberca octogonal delantera, la existencia de andén lateral, un jardín y la presencia de varias bóvedas al N de la gran torre (García Granados, 1991, pp. 38, 39).

Como resultado de las intervenciones arqueológicas referidas, se concluyó que el Cuarto Real de Santo Domingo estaba formado por un gran espacio ajardinado presidido por la imponente torre-*qubba* (Orihuela Uzal, 2004, p. 116) acompañada por algunas construcciones de diferente tipo (alberca, pabellones laterales, etc.). Esta estructura entraría dentro del tipo de palacio compuesto por *qubba*, pórtico y alberca central (Orihuela Uzal, 1996, p. 333). Aunque como señalaban los investigadores, "*la aparición de la alberca, cimentación del hipotético pórtico y andenes del jardín, han satisfecho sobradamente las expectativas iniciales*" (Almagro y Orihuela, 1997, p. 25), los resultados de la intervención arqueológica parece que no fueron totalmente concluyentes al respecto, dejando abierta la posibilidad de que se tratara de un edificio algo más complejo (García Granados, 1992, p. 37).

Algunos años más tarde, en 2000-2001, se retomaron nuevamente las excavaciones arqueológicas en la zona, con el fin de profundizar en algunos aspectos que la intervención precedente no había aclarado suficientemente. En esta ocasión la intervención arqueológica afectó en mayor grado el espacio externo a la *qubba*, pues se buscaba "*reconocer la naturaleza de los espacios perimetrales, identificar recorridos, accesos y otras construcciones accesorias*"<sup>3</sup>.

Se trazaron varios sondeos de diferentes magnitudes y morfología en cuatro zonas externas a la *qubba*, y de los resultados obtenidos en éstos se ex-

---

<sup>3</sup> Recientemente ha sido publicado un texto que parece corresponder, con algunas notas adicionales, con el informe final entregado por el equipo arqueológico al final de la intervención de 2000-2001, de donde extraemos esta frase (García Granados, 2009, p. 3).

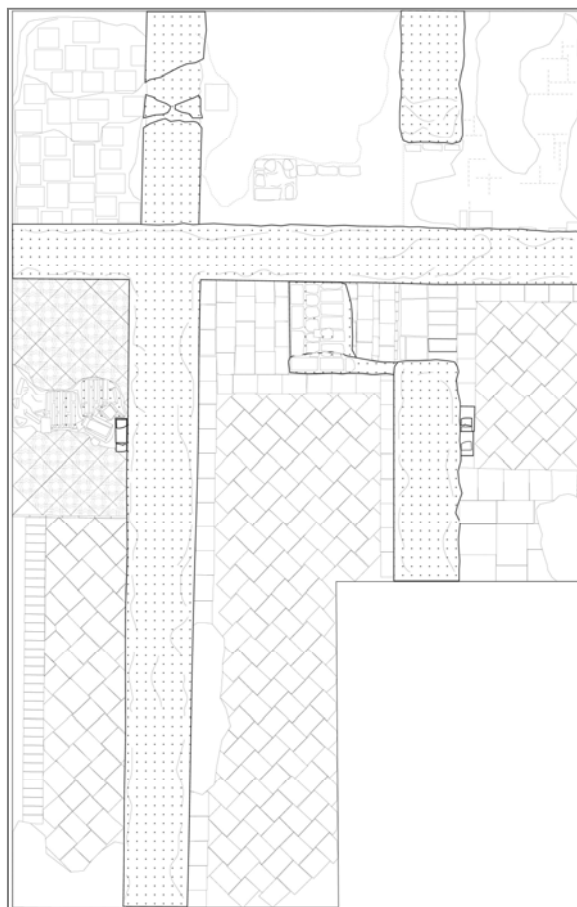
trajeron conclusiones generales sobre la evolución de este espacio desde época medieval hasta nuestros días. Así pues, se concluyó que “*lo que hoy sabemos del Cuarto Real a través de las excavaciones y análisis arqueológicos realizados y de los grabados y descripciones anteriores a la edificación del edificio moderno es que la qubba tuvo delante un pórtico, quizás rehecho en época post-medieval, que éste contaba con cinco arcos sobre columnas pareadas y que estaba decorado con yeserías. Por otro lado, sabemos que la qubba ocupaba el frente de un jardín con alberca, andenes y tapias de cerramiento cuya ubicación se ha localizado, y que se encontraba a su vez rodeado de huertas. Un modelo muy semejante al del Generalife*” (Almagro Gorbea, 2002, pp. 184, 185). Sin embargo, en el Informe de la excavación arqueológica se hace mención a la posible existencia de un edificio en el extremo NE del conjunto, frente a la *qubba*, aunque de características y límites imprecisos debido a lo limitado de los sondeos trazados<sup>4</sup>.

Hubo de esperarse algunos años más, para poder constatar con claridad la verdadera complejidad que presentaba el Cuarto Real de Santo Domingo, una vez se retomaron las intervenciones arqueológicas durante 2002 en los alrededores de la *qubba*<sup>5</sup>, como paso previo a la realización de un parque en el barrio de El Realejo, donde se encuentra ubicado. En esta ocasión se volvieron a realizar un total de 4 sondeos arqueológicos (Malpica *et alii*, 2003).

Todos ellos mostraron la existencia de estructuras de carácter residencial a cierta profundidad, bajo los niveles de huerta, en consonancia con algunas intervenciones previas realizadas en la zona (Álvarez García, 1995; 2000). Los sondeos 1, 2 y 3, ubicados en la zona Norte y Este, próximos a los planteados en 2000-2001, mostraron nuevamente restos de estructuras pertenecientes a un edificio de cierto porte. Pero fue el sondeo 4, el más próximo a la *qubba*, el que más información ha deparado al respecto (Fig. 2). En este sondeo, de amplias dimensiones (11x11m.) aparecieron, según el equipo de arqueólogos que inter-

vino, las estructuras, todas ellas bajo los niveles de huerta, de un edificio de cierta importancia que parecía tener continuidad hacia N, es decir hacia el palacete del XIX donde estaba instalada la *qubba*.

El edificio excavado apoyaba sobre la muralla de la ciudad y fue construido con muros de tapial enlucidos conformando distintos espacios pavimentados en su mayoría con losas de barro rectangulares de formatos variables. Destaca entre estos pavimentos el hallado en el extremo S, cubierto con azulejos esmaltados y decorados con un motivo de lazo estrellado con bandas azules sobre fondo blanco. Fue localizada también la base de una escalera, lo que indicaba la existencia de una planta superior. Tras el análisis minucioso de las estructuras halladas, se llegó a la conclusión de que fueron levantadas en el mismo momento en que fue construida la *qubba* y se mantuvieron en funcionamiento de manera coetánea,



**Figura 2.** Planta final del sondeo 4 practicado durante la intervención arqueológica de 2002 (tomado de Malpica *et alii*, 2002).

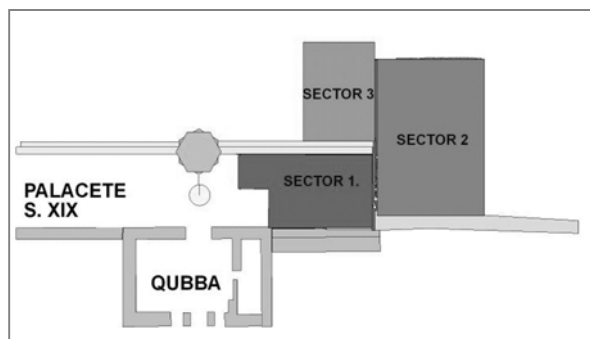
<sup>4</sup> Las estructuras atribuidas a este edificio aparecieron en los dos “cortes” abiertos en la zona de intervención 2 (García Granados, 2009, pp. 12-17).

<sup>5</sup> Excavaciones dirigidas por F. de Luque Martínez y realizadas en el marco del Grupo de Investigación “Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada” (HUM-162), dirigido por A. Malpica Cuello.

prolongándose su ocupación tras la conquista castellana (Malpica *et alii*, 2003, pp. 19-25).

En definitiva, y siguiendo las palabras del citado equipo de arqueólogos: *"Este sondeo, tan próximo a la qubba, pone de manifiesto, en nuestra opinión, que esta última construcción no puede ser considerada la única del conjunto del Cuarto Real. Un análisis del mismo obligaría a profundizar en esta línea, poniendo de manifiesto asimismo los cambios que parecen advertirse en la globalidad y de los que son responsables los castellanos. El edificio que se ha exhumado parcialmente en el Sondeo 4 fue destruido para encima crear un espacio de huerta como pone de manifiesto la estratigrafía. Previamente se recuperaron algunos de los materiales nobles que tenía, como se percibe, por ejemplo, en los revocos de las paredes"*, para señalar algo más adelante que *"La intervención llevada a cabo en las huertas del Cuarto Real de Santo Domingo ha puesto de manifiesto, como ya se ha señalado, que se trata de un complejo muy distinto al que hoy vemos"* (Malpica *et alii*, 2003, p. 24). Lo cierto es que estos resultados obligaban a reconsiderar la hipótesis que hasta el momento se habían manejado sobre el Cuarto Real de Santo Domingo, de la *qubba* y su entorno.

Ello obligaba a continuar los trabajos arqueológicos en esta dirección. Y así ha sido. Las intervenciones realizadas en los últimos años han completado y aportado solidez a esta nueva visión de la zona. Las intervenciones arqueológicas a las que nos referimos se llevaron a cabo en 2005 y 2006, e intentaron integrar los datos extraídos en la campaña de 2002 con los conocidos referidos a la *qubba*. Así pues, en 2005, se trazaron tres áreas de intervención: la primera en el ala oriental del edificio del XIX, el que abraza a la *qubba*, la segunda en el solar que ocupaba un edificio



**Figura 3.** Distribución de las áreas o sectores de excavación en la intervención de 2005.

anexo al citado palacete, utilizado como garaje del mismo, y la tercera en el espacio ajardinado entre uno y otro. En 2006 ampliamos el espacio explorado, incluyendo una porción de terreno al E de lo excavado el año anterior. Los resultados de estas intervenciones arqueológicas y permitieron otorgar explicación a los restos aparecidos en 2003 y revisar las hipótesis planteadas anteriormente (García y Muñoz, s.d; García *et alii*, s.d.).

#### *Las intervenciones arqueológicas realizadas durante los años 2005 y 2006*

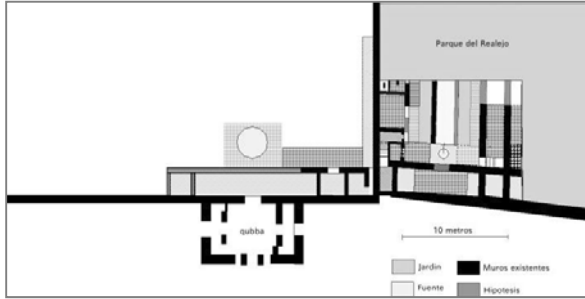
Las excavaciones desarrolladas en 2005 y 2006 se centraron en el espacio al S de la gran torre, entre ésta y los sondeos realizados en 2002. El objetivo con que se plantearon estas excavaciones fue precisamente el de obtener una lectura completa de esta zona. Se excavó un amplio espacio dividido en tres áreas en 2005 (Fig. 3), que se vieron ampliados con uno nuevo sondeo en 2006. Con ellos pudimos obtener una visión bastante completa de la zona.

#### *El Cuarto Real de Santo Domingo a finales de la Edad Media*

De los resultados de las excavaciones se deduce claramente que al final de la Edad Media, el espacio del Cuarto Real de Santo Domingo estaba ocupado por un complejo de edificios de carácter palacial. Por lo que sabemos, se trataba de un espacio complejo pero bien articulado, compuesto por diversos edificios apoyados sobre la cerca meridional, recién construida, de la ciudad. Un complejo palacial construido en la etapa inicial del reino nazarí.

Contaba con un edificio central o dominante, la gran torre o *qubba* que ha llegado hasta nosotros gracias a la intervención de los monjes dominicos (Fig. 4). Se trata de un imponente edificio destinado, al parecer, a actividades de carácter oficial, por parte de la familia real nazarí. A la celebración de determinados actos de protocolo, a la recepción y audiencia, etc. La decoración que cubre sus paredes, con un carácter religioso destacado, parece querer mostrar los vínculos de la nueva dinastía con el Islam.

Por lo que nos han mostrado estas intervenciones arqueológicas, junto a la *qubba*, hacia el sur, se dispuso un pabellón alargado, de dos plantas,



**Figura 4.** Reconstrucción hipotética de los edificios medievales del Cuarto Real de Santo Domingo a partir de las excavaciones desde 1995 a 2005.

acompañado de un andén delantero pavimentado con losas colocadas a cartabón (Almagro Gorbea, 2002, pp. 179, 180). Parte de este andén apareció, muy alterado por tuberías modernas, en la excavación arqueológica de 2005 (área 1). Éste bordeaba, al parecer, un gran espacio ajardinado que ocupaba el área central de todo este espacio (área 3). Este andén, muy bien construido, continuaba frente a la *qubba* y debía quedar vinculado con la fuente octogonal, instalada frente a la gran torre, aparecida en intervenciones precedentes (*ibid.*). Cerraba este jardín por el S, otro edificio orientado E-W, desde la cerca hacia el interior del barrio. Gran parte de este edificio ha salido a la luz con las excavaciones realizadas en 2005-2006. La zona que hemos excavado es la más próxima a la cerca urbana, aunque el edificio encontrado se desarrollaba más hacia el E, hacia el interior de la ciudad (área 2).

Sin detenernos en los detalles de esta construcción, debemos señalar que los muros perimetrales del edificio, entre lo que debemos incluir la cerca de la ciudad, fueron construidos con tapial hormigonado muy duro. Los que sirvieron para realizar las divisiones internas también se levantaron con tapiería, pero más pobre en cal, y con un acabado externo enlucido muy blanco. Destaca también el uso frecuente del ladrillo como material para realizar determinadas estructuras, como pilares portantes (en los pórticos), jambas (al final de los muros de tapial) y algunos tabiques separadores, y las losetas de barro para los pavimentos, con diferentes formatos, dimensiones y colocación<sup>6</sup>.

Se accedía a este edificio, de doble planta, desde

<sup>6</sup> Queremos destacar, igualmente, el recurso frecuente a la cerámica esmaltada para decorar los suelos y paredes del palacio. Hemos documentado la existencia de paños realizados con aliceres, mamperlanes y azulejos esmaltados con diversos colores.

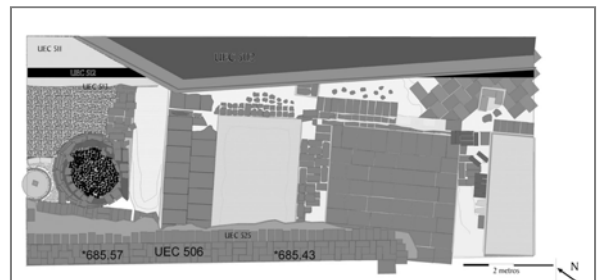
la zona ajardinada ya citada, desde el N. Presentaba una planta rectangular con un modelo arquitectónico posteriormente repetido en otros palacios granadinos: un patio central a cielo abierto con alberca alargada bordeada por sendos jardines bajos y andenes de circulación laterales.

El lado menor W, apoyado sobre la muralla, disponía de una gran sala con dos alcobas laterales, todas ellas pavimentadas con losas de barro, aunque el tipo de losa empleada y la presencia de un pequeño escalón diferenciaba la zona central de la estancia central de las dos que se encontraban a su lado.

Precede esta sala un pórtico abierto al patio. Éste debió apoyar, como se constató posteriormente, sobre pilares de ladrillo. En el centro del pórtico se dispuso una fuente circular circundada por un cuadrado de ladrillos esmaltados cuyo interior apareció decorado con aliceres romboidales en distintos colores (Fig. 5). Al otro lado menor del edificio, que se encontraba enfrente, se accedía desde el patio con alberca y parece guardar simetría con el anteriormente descrito. En la



**Figura 5.** Fuente hallada en la zona central del Pórtico W del palacio al S de la *qubba*.



**Figura 6.** Planta final de la excavación realizada en 2006. Restos del palacio medieval (pórtico E y cocina).



**Figura 7.** Fotografía cenital de los restos medievales hallados durante la excavación de 2006.

intervención arqueológica de 2006 (Fig. 6) pudimos documentar el pórtico, apoyado en pilares de ladrillo y pavimentado con losas de barro cocido idénticas a las empleadas en el otro pórtico (García *et alii*, 2006).

El umbral que separaba el pórtico y la sala estaba pavimentado con alicatados esmaltados formando una composición a base de dos gamas cromática (negro y blanco) y dos formas geométricas, una estrella de ocho puntas, los negros, y cruces de lados apuntados las blancas.

En ambos costados del patio (N y S) se instalaron dos pabellones alargados que cerraban el conjunto formando una planta rectangular. El lado N lo conocemos mejor tras la excavaciones de 2005 y 2006. Estaba ocupado por un amplio zaguán que servía de acceso al patio desde el jardín central. En la esquina W del zaguán aparecieron unas escaleras de acceso a la planta superior, gemelas a las halladas en el sondeo 4 de 2002 y que permitirían, ambas, el acceso a la planta superior del edificio. La mitad oriental de este pabellón N estuvo ocupado por una letrina, a la que se entraba desde el patio central por medio de un pasillo en zig-zag, y la cocina (Fig. 7). Ésta apareció durante la campaña de excavación de 2006 y estaba provista de un horno de ladrillo y un pozo que seguramente aprovechaba la misma canalización de suministro de agua que servía a la letrina contigua. En el interior del horno encontramos un conjunto muy interesante, tanto por las formas como por la cronología, de materiales cerámicos dedicados a las labores de cocina.

La mayor parte de las estructuras conocidas del pabellón S, el otro lado mayor del edificio, fueron excavadas en 2002, en el sondeo 4. Entonces sólo se pudo sospechar su pertenencia a un edificio de gran porte ligado a la *qubba* (Malpica *et alii*, 2003, p. 18),

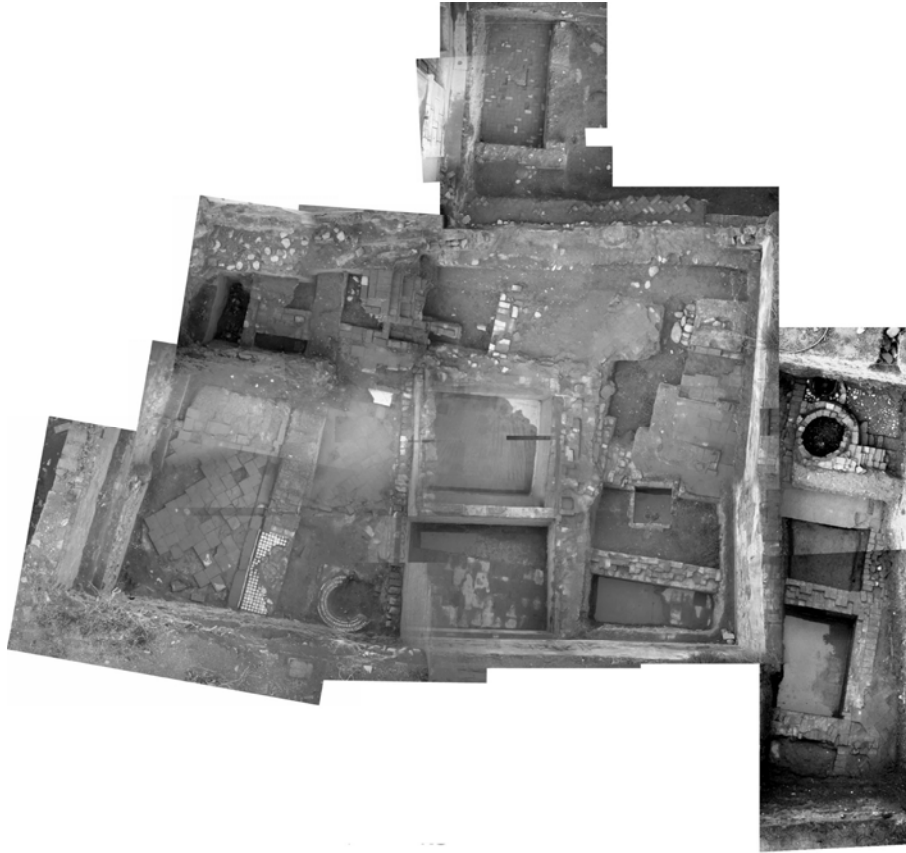
ahora sabemos al tipo de edificio al que pertenecían aunque seguimos desconociendo la función precisa de las estancias documentadas. No se ha localizado el acceso a éste pabellón. Cabría suponerse, en buena lógica un acceso desde el patio, pero lo cierto es que el único hueco documentado en éste, abierto al pórtico W, da acceso a unas escaleras que ascendían a la segunda planta del edificio. El pabellón constaba, por lo que sabemos, de dos habitaciones paralelas dispuestas E-W. La primera con otro pavimento de losas de barro a cartabón, y la segunda con un suelo parecido pero acompañado de una zona con azulejos esmaltados y decorados con un motivo de lazo estrellado con bandas azules sobre fondo blanco, al que ya hicimos referencia<sup>7</sup>.

Debido a lo limitado de la intervención arqueológica, como hemos señalado, no conocemos las funciones precisas de estos espacios, aunque bien podrían tratarse de grandes salas. Lo que sí parece claro, es que a diferencia de la *qubba*, más vinculada al ejercicio del poder por parte de la familia nazarí, el edificio que se levantó junto a ella, perteneciente al mismo conjunto palacial, presenta un carácter más reservado, destinado seguramente a ser la residencia de los monarcas y su familia.

Como puede verse (Fig. 8), el modelo arquitectónico acometido aquí por los nazaríes en una etapa inicial del reino, puede ser considerado un anticipo del desarrollado inmediatamente después en la Alhambra, durante el gobierno de Muḥammad III y sobre todo con los reyes Yūsuf I y Muḥammad V, mediando el siglo XIV.

<sup>7</sup> Un suelo similar de azulejos apareció en el extremo N del pórtico occidental del edificio.





**Figura 8.** Fotografía cenital de los restos hallados en las áreas 2 y 3 de las excavaciones de 2005 y las exhumadas en 2006.

#### *Las transformaciones posteriores a la conquista castellana*

Las intervenciones arqueológicas nos han ofrecido cierta información sobre lo que ocurrió en el Cuarto Real de Santo Domingo tras la conquista castellana de la ciudad, y con el paso de este espacio a manos de la orden de Santo Domingo. Esta orden recibió un amplio espacio con la exigencia de *"fazer i edificar una casa de la Orden de los Predicadores de Santo Domingo de observancia que se llame S. Cruz la Real"*<sup>8</sup>. Con esta condición ocuparon la mayor parte de los edificios.

Sin embargo, en un momento determinado, seguramente a lo largo del siglo XVI o principios del XVII, fue destruido, demolido el edificio meridional, el exhumado en el sondeo 4 del año 2002 y en las áreas 3 de 2005 y 5 de 2006. De este proceso de transformación nos han quedado tres potentes estratos de relleno con abundante material de construcción en su interior, que nos evidencian este proceso. A falta de un estudio exhaustivo del material cerámico extraído,

subscribimos las conclusiones expresadas tras la campaña de 2002 cuando se señalaba que *"la formación del área de cultivo se produjo a través del aporte de un volumen de tierra con la que se amortiza las construcciones existentes. Este proceso que se produjo en el siglo XVI está apoyado por el material cerámico localizado en los niveles inferiores e intermedios de dicho estrato. La presencia de escudillas de perfil quebrado, platos de ala y loza decorada en azul y blanco, en lo que respecta a la vajilla de mesa, así como de cazuelas de labio bífido y ollas de cuello alto con acanaladuras o resaltes, así o atestiguar"* (Martínez *et alii*, 2003, p. 29).

Para la creación de este espacio de huerta, fue necesario levantar dos muros de mampostería en el extremo meridional del área intervenida, el que recorre en sentido N-S la mayor parte del área del Cuarto Real, y el que se construyó sobre la muralla medieval, que sirvieron para contener los rellenos empleados para la formalización de esta área de cultivo.

Así pues, es claro que se produjo un proceso de demolición selectiva de toda una serie de edificios y la implantación en el mismo espacio de una huerta; por

<sup>8</sup> Real Cédula de 5 de abril de 1492. Archivo Histórico Nacional, Clero, 3672.

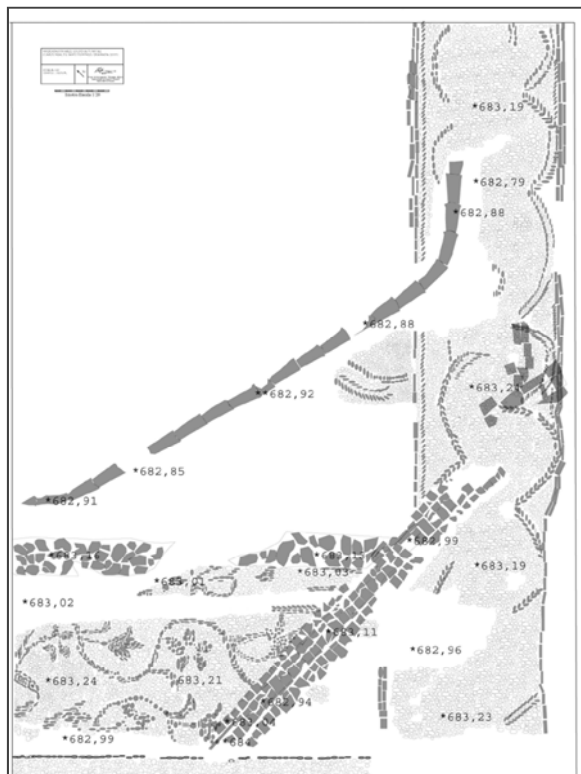
tanto, produciéndose un cambio radical de funciones en un corto espacio de tiempo. Además, sospechamos que este proceso de destrucción de parte de los edificios que conformaban el complejo palacial nazarí, se llevó a cabo recuperando algunos materiales preciados, como la taza de la fuente surtidor o las placas de la letrina, que bien pudieron ser de mármol (Fig. 5).

En la plataforma de Ambrosio Vico, que refleja con cierta certidumbre la Granada de finales del siglo XVI, y donde aparece el espacio del Cuarto Real de Santo Domingo, parece observarse ya el vacío estructural al que hacemos referencia, apareciendo este espacio cultivado, e incluso pudiéndose observar la existencia de un muro transversal al espacio objeto de estudio, que bien podría coincidir con el muro de mampostería ya descrito más arriba.

Probablemente a este momento de reestructuración general del espacio del Cuarto Real correspondan algunas otras modificaciones documentadas en el registro arqueológico. Estas transformaciones tuvieron lugar esencialmente en los pabellones laterales a la *qubba*.

El pabellón meridional es el que mejor conocemos, ya que pudimos intervenir en él durante la excavación desarrollada en 2005. A pesar de poseer una potencia arqueológica limitada, ya que el edificio implantado en el siglo XIX alteró en gran medida el registro arqueológico, pudimos constatar la existencia de una serie de elementos pertenecientes a un horizonte cronológico posterior a la conquista castellana. Dos tipos de estructuras pueden diferenciarse en este contexto:

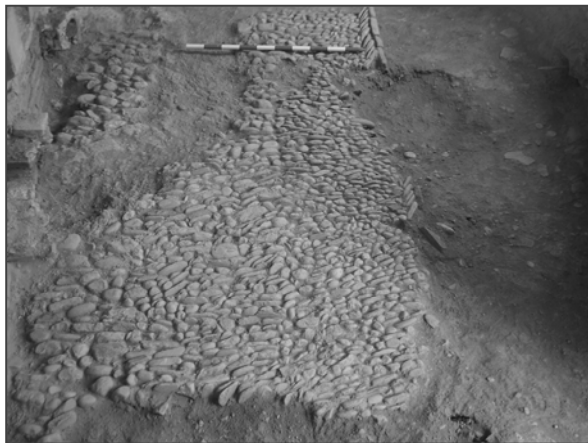
1. Por un lado una serie de pavimentos empedrados. El primero de ellos, el de mejor factura, se encontró en el exterior del palacio del siglo XIX (área 3) y formaba una L, conformando un nuevo recorrido vinculado al jardín del monasterio (Figs 9 y 10). Se realizó con cantos de río de color blanco con líneas en gris formando un motivo decorativo vegetal. El segundo, apareció en el interior del palacete decimonónico (área 1). Seguramente estaría vinculado con el anterior ya que, a pesar de que no tenemos una confrontación estratigráfica (Fig. 11), comparten algunas técnicas constructivas como la presencia de hiladas de ladrillo delimitando las fajas empedradas. El primero quedó en un espacio abierto. Del segundo no tenemos constancia precisa debido a las alteraciones



**Figura 9.** Planta de los restos posteriores a la conquista castellana hallados en el área 3 de 2005.



**Figura 10.** Fotografía del pavimento empedrado moderno hallado en el área 3 del año 2005.



**Figura 11.** Empedrado moderna en el interior del palacete del siglo XIX (área 2).

estratigráficas generadas por la construcción del palacio del siglo XIX y todas sus instalaciones propias del área de cocina;

2. El segundo elemento que cabe diferenciar es un pavimento realizado con ladrillos de factura tosca colocados a sardinel. Este pavimento parece estar vinculado con una serie de estructuras que debieron estar cubiertas y cerradas. Aunque no conocemos con exactitud la función que pudieron desempeñar estas estructuras, por su factura y las analogías constructivas con otras edificaciones granadinas, podrían estar asociadas a la explotación agrícola o ganadera del convento.

Así pues, el cambio en las técnicas constructivas, en la factura y en la calidad de los materiales empleados es patente al poco de producirse la conquista de Granada. Las funciones de estos nuevos espacios junto a la *qubba* también debieron cambiar. Aunque no podemos concluir de manera definitiva cuáles fueron éstas, sí que parecen mucho más humildes de las que desempeñaron en época medieval.

Respecto al pabellón septentrional, poco podemos decir, ya que no hemos intervenido en esta zona. Nos llama la atención, especialmente, la diferencia de tratamiento arquitectónico existente entre uno y otro pabellón. La presencia de dos bóvedas soterradas en éste último lugar llama poderosamente la atención. Cabría, en principio, aclarar el momento en que fueron construidas y la función que pudieron cumplir. Es probable que se trate de transformaciones operadas con posterioridad a la conquista castellana, alterando

la organización original del conjunto, que podría ser similar al documentado, para esta época, en el pabellón meridional.

### Consideraciones finales

Las últimas campañas de excavación realizadas en el Cuarto Real de Santo Domingo (2002, 2005 y 2006) nos han colocado ante un edificio de indudable importancia para conocer los inicios del reino nazarí, y aún entre el período final almohade y la fundación del reino nazarí<sup>9</sup>. No es objeto del presente trabajo el análisis en profundidad de esta cuestión, aunque sí que queremos subrayar que este edificio debió desempeñar un papel de cierta importancia en el proceso de constitución del reino, durante el gobierno de sus primeros reyes nazaríes, siendo una residencia habitual de los monarcas y donde se desarrollarían tareas protocolarias. Algunas inscripciones presentes en la *qubba*, además de asociar claramente la nueva dinastía al Islam, podrían indicarnos esta realidad. Así, ya nos señalaba en su día B. Pavón Maldonado (1995, p. 100) que en las inscripciones cerámicas de ambos paños del intradós del arco de entrada a la *qubba*, seguía la lectura de E. Lafuente Alcántara: "*Te hemos abierto una puerta manifiesta para que te perdone Dios tus faltas antiguas y modernas; para que te conceda su cumplida gracia; para que te dirija por el camino recto, y te ampare con su poderoso auxilio. El es el que hizo bajar la paz a los corazones de los musulmes*" (Lafuente Alcántara, 1989, p. 195). Texto del Corán que era costumbre colocarlo sobre las puertas de algunas fachadas de la Alhambra – Puerta del Vino –, significándose con él la importancia de las puertas honoríficas o laudatorias.

Así pues, se trata de un edificio vinculado al poder, expresión del mismo, de modo que muchas de las manifestaciones materiales que allí se realizan deben de considerarse relevantes en ese sentido. Junto a la gran torre existieron una serie de edificio de carácter residencial, como el palacio con alberca central adyacente a la torre y excavado durante 2005 y 2006.

El conjunto palacial, construido de manera unita-

<sup>9</sup> Al igual que en las intervenciones precedentes (1995 y 2000-2001), en las últimas intervenciones se ha constatado la existencia de estructuras de época almohade anteriores a la construcción de todo el conjunto palatino.

ria, fue objeto de múltiples transformaciones en un momento, aún por determinar, tras la conquista de la ciudad por los castellanos. En un principio la mayor parte de los edificios fueron reutilizados por sus nuevos ocupantes, pero tras un periodo de tiempo no excesivamente amplio, se operaron una serie de transformaciones que afectaron de manera global a todo el espacio. Algunos edificios del conjunto, en concreto el palacio al S de la *qubba*, fueron eliminados, sacrificados con el objetivo de constituir las huertas del convento. Algunos materiales nobles de estos edificios fueron recuperados y seguramente reutilizados. Otras construcciones debieron mantenerse en pie, aunque modificando su estructura y organización, ajustándose así a nuevas funciones, seguramente menos nobles de las desempañadas hasta entonces (pabellón S adjunto a la gran torre). De las modificaciones ejecutadas en el área septentrional a la torre, nada sabemos. Aunque es probable que muchas de las estructuras, altamente transformadoras, allí existentes tengan su origen en éste período posterior a la conquista castellana.

## Bibliografía

- ALMAGRO CÁRDENAS, A. (1877) – *Estudio Sobre las Inscripciones Árabes de Granada*, Granada.
- ALMAGRO GORBEA, A. (2002) – El análisis arqueológico como base de dos propuestas: el Cuarto Real de Santo Domingo (Granada) y el Patio del Crucero (Alcázar de Sevilla), *Arqueología de la Arquitectura*, I, pp. 175-192, Actas del Seminario Internacional de Arqueología de la Arquitectura, Vitoria-Gasteiz.
- ALMAGRO GORBEA, A.; ORIHUELA UZAL, A. (1997) – Propuesta de intervención en el Cuarto Real de Santo Domingo (Granada), *Loggia. Arquitectura & Restauración*, pp. 22-29.
- ÁLVAREZ GARCÍA, J. J. (1995) – Actuación arqueológica de urgencia realizada en la calle Cuarto Real de Santo Domingo en junio de 1992, *Anuario Arqueológico de Andalucía/1992*, t. III, pp. 263-269.
- ÁLVAREZ GARCÍA, J. J. (2000) – Aproximación a la configuración urbana de los arrabales de al-Fajjarín y del Naʿyḍ (actual barrio del Realejo) en época nazarí, *Ciudad y Territorio Medieval*, pp. 86-110, Granada.
- CALATRAVA, J.; RUIZ MORALES, M. (2005) – *Planos De Granada - 1500-1909: Cartografía Urbana e Imagen de la Ciudad*, Granada.
- CAÑAVATE TORIBIO, J. (2006) – *Granada, de la Madina Nazarí a la Ciudad Cristiana*, Granada.
- ESPINAR MORENO, M. (1979) – Convento de Santo Domingo (monasterio de Santa Cruz la Real, 1492-1512), *Cuadernos de Estudios Medievales*, vols IV-V, pp. 73-88.
- MALPICA CUELLO, A.; ÁLVAREZ GARCÍA, J. J.; LUQUE MARTÍNEZ, F. (2003) – *Informe preliminar de la intervención arqueológica de apoyo a la restauración del Cuarto Real de Santo Domingo, sus huertas y jardines*. Granada, s/p, informe inédito depositado en la Delegación Provincial de Cultura de la Junta de Andalucía en Granada.
- GARCÍA GRANADOS, J. A. (1991) – Informe sobre los resultados de la excavación arqueológica realizada en el Cuarto Real de Santo Domingo, en ALMAGRO, A.; ORIHUELA, A.: *Informe final sobre los trabajos de investigación en el Cuarto Real de Santo Domingo*. Informe presentado en la Delegación de Cultura de la Junta de Andalucía, Granada.
- GARCÍA GRANADOS, J. A. (2000-2001) – Actuación arqueológica en el Cuarto Real de Santo Domingo (Granada), [http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/114/actuacion-arqueologica-en-el-cuarto-real-de-santo-domingo-\(granada\)-\(2000-2001\)](http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/114/actuacion-arqueologica-en-el-cuarto-real-de-santo-domingo-(granada)-(2000-2001)), pp. 1-25.
- GARCÍA PORRAS, A.; MUÑOZ WAISSSEN, E. (S.D.) – Un espacio singular de la ciudad nazarí de Granada. El Cuarto Real de Santo Domingo, *La Ciudad Nazarí. Nuevas Aportaciones desde la Arqueología*, Granada, (en prensa).
- GARCÍA PORRAS, A.; MUÑOZ WAISSSEN, E., NARVÁEZ SÁNCHEZ, J. A. (2006) – *Informe preliminar de la intervención arqueológica en el Parque del Realejo. Cuarto Real de Santo Domingo de Granada. Año 2006*, Informe inédito depositado en la Delegación Provincial de Cultura de la Junta de Andalucía en Granada.
- GARCÍA PORRAS, A.; MUÑOZ WAISSSEN, E., NARVÁEZ SÁNCHEZ, J. A. (S.D.) – El contexto histórico y arqueológico del Cuarto Real de Santo Domingo. Barrio de San Matías-Realejo, *Anuario Arqueológico de Andalucía/05* (en prensa).
- GÓMEZ MORENO, M. (1892) – *Guía de Granada*. Granada.
- GÓMEZ MORENO MARTÍNEZ, M. (1966) – Granada en el s. XIII. *Cuadernos de la Alhambra*, vol. 2, pp. 26-34.
- LAFUENTE ALCÁNTARA, E. (2000) – *Inscripciones árabes de Granada*. Madrid, 1859 (Edic. facsímil con estudio preliminar a cargo de M. J. Rubiera Mata), Granada.
- ORIHUELA UZAL, A. (2004) – Los salones de recepción de tipo *qubba* en la Granada y Sevilla medievales, *Obras Singulares de la Arquitectura y la Ingeniería en España*, pp. 115-121, Madrid.
- ORIHUELA UZAL, A. (1996) – *Casas y Palacios Nazaríes. Siglos XIII-XV*, Barcelona.
- OSORIO PÉREZ, M. J. (1991) – *Colección de Documentos Reales del Archivo Municipal de Granada*, Granada.
- PEINADO SANTAELLA, R. G. (1978-1979) – La Orden de Santiago en Granada, 1494-1508, *Cuadernos de Estudios Medievales*, vols VI-VIII, pp. 179-228.
- PAVÓN MALDONADO, B. (1995) – *El Cuarto Real de Santo Domingo de Granada*, Granada.
- SECO DE LUCENA PAREDES, L. (1951) – De toponimia granadina, *Al-Andalus*, vol. XVI, pp. 49-86.
- SECO DE LUCENA PAREDES, L. (1975) – *La Granada Nazarí del Siglo XV*, Granada.

# LA PARTICIÓN DE FINCAS COMO SÍNTOMA DE SATURACIÓN EN LA CIUDAD ANDALUSÍ: LOS EJEMPLO DE SIYASA Y MURCIA

Julio Navarro Palazón\* y Pedro Jiménez Castillo\*

## Resumo

Entre os fenómenos que acompañam a saturação do espaço urbano na cidade andaluza, encontram-se a ocupação dos espaços não construídos, a deslocação para a periferia das actividades artesanais, que requerem amplas superfícies, a invasão dos arruamentos, o crescimento das vivendas em altura e a divisão de lotes urbanos. Deste último ocupamo-nos no presente trabalho, analisando-o a partir de uma série de exemplos arqueológicos documentados na cidade de Múrcia e no povoado de Siyāsa (Cieza, Múrcia). De modo muito geral, podemos diferenciar pelo menos dois tipos de fraccionamento segundo a organização espacial do lote inicial. O primeiro tipo ocorre em edifícios, normalmente de grandes dimensões, constituídos desde a sua construção por dois ou mais núcleos residenciais que, com o passar do tempo, acabam transformando-se em vários lotes autónomos. O segundo tipo acontece em parcelas mais reduzidas que só dispõem de um núcleo residencial de quatro naves laterais, dispostas em torno de pátio amplo; nelas a subdivisão do lote obtém-se construindo muro de divisão que a atravessa de norte a sul, cortando os salões principais e o pátio.

## Abstract

Among the phenomena that signal the saturation of the urban space in the Andalusi town we find the occupation of building-free spaces, the displacement to the periphery of those artisanal workshops that need ample spaces, the invasion of streets, the growth of the housing in height and the partition of urban lots. It is with the latter one that we deal in the present article, discussing a number of archaeological examples documented in the city of Murcia and in the site of Siyāsa (Cieza, Murcia). We can distinguish at least two types of division according to the spatial organization of the underlying lot. The first one always takes place in huge buildings, compounds of two or more residential areas that, after a time, finally become individual lots. The second one is found in more limited plots that only have a residential core of four aisles around a central court; in them, the subdivision is obtained by means of a partition wall that crosses it from north to south, cutting simultaneously the main halls and the court.

Todo crecimiento urbano en el interior de una ciudad medieval, circunscrita por una muralla, hay que ponerlo en estrecha relación con los procesos de saturación que en ella se generaban, producidos conforme a unos complejos mecanismos que daban como resultado la transformación de la ciudad, afectando indistintamente a los espacios privados y a los comunitarios (Navarro y Jiménez, 2007b, p. 95).

Entre los primeros síntomas de saturación se encuentra la edificación de los espacios no construidos, cultivados o no, que solían ser abundantes dentro de las murallas de las ciudades más tempranas. Este crecimiento se puede dividir en dos categorías: el que se realizaba sobre las grandes áreas perimetrales de reserva destinadas al futuro desarrollo urbano en la fase fundacional (expansión) y el que se llevaba a cabo sobre los pequeños espacios vacíos que había en el interior de los diferentes núcleos de caserío (densificación) (Navarro y Jiménez, 2007b, pp. 96-100).

---

\* Escuela de Estudios Árabes de Granada (CSIC).

Este trabajo ha sido hecho en el marco del Proyecto de Investigación del VI Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica 2008-2011, titulado "Los palacios en la Baja Edad Media peninsular: intercambios e influencias entre Al-Andalus y los Reinos Cristianos" (HAR2008-01941). Queremos agradecer la ayuda prestada por nuestros compañeros en el grupo de investigación: el Dr. Antonio Orihuela por su revisión del manuscrito y D. Fidel Garrido por su dedicación y ayuda en la elaboración de la documentación gráfica.

Otros síntomas de saturación son la disminución de los espacios intramuros dedicados a tenerías, alfares y a otras actividades artesanales que necesitaban amplias superficies (En muchos casos, terminaron siendo trasladados a los arrabales: Navarro y Jiménez, 2007b, p. 102); la ocupación de cementerios, que ocasionalmente eran invadidos por viviendas, parcial o totalmente; la paulatina mengua de las áreas cultiva-

das en el interior de la ciudad y la reducción de la anchura de calles y plazas que en algunas ocasiones llegaban a desaparecer.

El parcelario es, sin duda, el elemento urbano más sensible en estos procesos de saturación, pues con su fragmentación y subdivisión la imagen de la ciudad cambia, pasando de un paisaje urbano de grandes fincas, con escaso desarrollo vertical, a otro en el que las parcelas son más pequeñas<sup>1</sup>. Obviamente, toda partición de una parcela matriz supone una disminución de la superficie media de las resultantes, compensándose esta pérdida mediante diversas modalidades de construcción en altura: algarfas, almaceras, saledizos y cobertizos (sabats) (Navarro y Jiménez, 1996; 2007b, pp. 117-119). El fraccionamiento del parcelario está estrechamente relacionado con el "sistema de donaciones y herencias islámicas que, lejos de mantener el bien inmueble heredable indiviso para su máxima rentabilidad, desarrolla un sofisticado cálculo aritmético de particiones fraccionarias y quebrados según las relaciones familiares de primero o segundo grados de descendencia patrilineal agnaticia, colateralidad, sexo y número de mujeres e hijos/as, bajo el principio de que cada uno de los hijos y mujeres, tíos y sobrinos debían percibir una parte proporcional de la herencia..." (García-Bellido y García de Diego, 2000, p. 258).

Conviene aclarar que algunas subdivisiones se producen en momentos muy iniciales del desarrollo de un asentamiento, debido a simples repartos hereditarios ajenos a cualquier problema de falta de espacio, por lo que no van acompañadas de un crecimiento en altura de las nuevas viviendas. En estos casos, la disponibilidad de superficie edificable alrededor de la antigua casa posibilita la construcción de nuevas habitaciones que se agregan a las primitivas, compensando la superficie perdida en la subdivisión, por lo que podemos afirmar que en ciertas ocasiones la fragmentación parcelaria se produce al mismo tiempo que se densifica el tejido urbano, mediante la ocupa-

ción de los espacios baldíos inmediatos a la finca subdividida<sup>2</sup>. En este momento el crecimiento horizontal es posible hacerlo gracias a que la red viaria está todavía sin formar. Este caso lo podremos analizar más adelante en relación a los ejemplos de Siyāsa.

Con frecuencia, las subdivisiones llevaban consigo la necesidad de crear accesos a las nuevas parcelas surgidas en el interior de la vieja, lo que generó eventualmente la creación de nuevos viales y en otros casos la formación de calles sin salida que podemos denominar adarves. No obstante, conocemos ejemplos de estos últimos que nada tuvieron que ver con la partición de fincas, pues su formación se debe a la densificación del tejido urbano, es decir, a la progresiva ocupación de los espacios vacíos que rodeaban las parcelas más antiguas (Navarro y Jiménez, 2007b, pp. 114, 115). Más adelante podremos estudiar uno de estos ejemplos, concretamente el adarve que hay entre las casas nº 5 y 6 de Siyāsa (Fig. 1). Tanto en unos casos como en otros la presencia de adarves suele ser un síntoma inequívoco de saturación del tejido urbano, por lo que no debe ser considerado como un elemento consustancial del urbanismo islámico.



**Figura 1.** Siyāsa. Planta del barrio excavado con indicación de las parcelas antiguas.

<sup>1</sup> En un estudio sobre Alepo durante los siglos XVII y XVIII se llega a la misma conclusión: "*Cette parcellisation des bâtiments a dû aussi être accélérée par la disparition progressive des espaces libres a l'intérieur des murs de la ville.*" (Abdel Nour, 1982, p. 90). Datos más precisos sobre este fenómeno de crecimiento y subdivisión son los siguientes: "*entre 1570 et 1683, le quartier d'el-Mar'achi passe de 42 à 220 maisons, celui des Jardiniers (el-Basâtné) de 42 à 214, celui d'el-Almadji de 89 à 161...*" (Sauvaget, 1941, p. 225, nota 841).

<sup>2</sup> Así lo documenta Bertrand en la alquería de Jolopos perteneciente al municipio granadino de La Peza: "*Esta casa primitiva habría sido dividida posteriormente por un muro medianero, entrañando la adición, en los laterales del antiguo patio, de diversas habitaciones destinadas a completar las nuevas viviendas....construidas hacia el exterior, donde existía visiblemente espacio disponible*" (1998, p. 64).

## I. Tipos de partición

De manera muy general podemos diferenciar al menos dos tipos de fraccionamiento según la organización espacial de la finca matriz (Navarro y Jiménez, 2007b, pp. 104-108). Conviene aclarar que en este trabajo nos estamos refiriendo en la mayoría de los casos a fincas construidas, mayoritariamente de carácter residencial, cuya realidad fue muy diferente a aquellas que eran simples huertos o espacios sin edificar dentro de la ciudad.

El primer tipo de fraccionamiento siempre se efectúa en edificios, normalmente de grandes dimensiones, compuestos desde su construcción por dos o más núcleos residenciales que, pasado el tiempo, terminan transformándose en varias fincas autónomas. En la ciudad de Murcia se han podido documentar varias de estas viviendas polinucleares, cuyo número es proporcionalmente mucho más numeroso para época califal y taifa que para periodos posteriores (siglos XII y XIII), en los que predominan de forma abrumadora las mononucleares. Resulta tentador asociar estas transformaciones del tamaño de las casas con cambios en el modelo familiar; sin embargo, debemos recordar que el contexto urbano en el que se sitúan ambos fenómenos es muy distinto pues las primeras se inscriben en una ciudad en expansión, con una urbanización semidispersa, mientras que las segundas forman parte de una urbe saturada, con todos los fenómenos de escasez de superficie disponible que ello conlleva. La fragmentación de este tipo de finca matriz se conseguía mediante tres soluciones. La primera es la más sencilla y suponía la reutilización, en su mayor parte, de la fábrica del edificio preexistente y de su organización espacial, por lo que sólo era necesario cerrar los vanos que comunicaban los diversos núcleos residenciales, procediéndose después a efectuar pequeñas reformas encaminadas a dotar a cada uno de ellos de acceso propio. Es frecuente que las nuevas casas, al ser más reducidas, pierdan en este proceso una de las cuatro crujías que delimitan habitualmente los patios. La segunda, presupone por un lado la eliminación del viejo edificio y por otro la reutilización de su organización espacial, por lo que es frecuente comprobar que los patios de las nuevas casas se superponen habitualmente a los del edificio precedente. La tercera excluye tanto la reutilización de las fábricas del inmueble antiguo como su organización espacial, por lo que el nuevo parcelario surge como

fruto de un rediseño radicalmente diferente del preexistente; es oportuno resaltar que esta tercera opción es la menos frecuente.

El segundo tipo se da en parcelas más reducidas que sólo disponen de un núcleo residencial de cuatro crujías dispuestas en torno a un patio amplio. La subdivisión de la finca, se obtiene construyendo un muro de partición que la recorre de norte a sur, cortando a la vez los salones principales y el patio. Al igual que sucede con los ejemplos del primer tipo, la subdivisión se puede producir reutilizando el viejo inmueble o, una vez demolido, construyendo dos o tres casas más pequeñas en el interior de la vieja parcela. Tanto en un caso como en otro la planta de las nuevas viviendas suelen ser muy similares, debido a las escasas posibilidades que ofrecen unas parcelas tan constreñidas por la falta de espacio y por la necesidad de mantener siempre la presencia del patio. Estos condicionamientos conforman casas "incompletas" a las que les suele faltar una o dos de las cuatro crujías habituales, obligando al nuevo patio a perder su centralidad y situarse necesariamente en uno de los lados de la nueva parcela. Es frecuente que la partición del viejo inmueble en dos mitades, en las que el antiguo patio queda también subdividido por el que será el muro medianero de las nuevas fincas, dé lugar a una aparente simetría especular que nunca estuvo en la mente de sus constructores.

A continuación vamos a presentar varios ejemplos, la mayoría de ellos excavados por nosotros mismos y exhumados en dos de los yacimientos en los que más hemos trabajado. Se trata del despoblado de Siyâsa (Cieza) y de la ciudad de Murcia.

## II. Siyâsa

Este asentamiento andalusí está enclavado sobre el "Monte del Castillo", en la margen derecha del río Segura y frente a la actual ciudad de Cieza<sup>3</sup>. Se trata de uno de esos núcleos de población secundarios que no parecen haber alcanzado la denominación de madîna, pues en las escasísimas fuentes árabes que

---

<sup>3</sup> Para este singular yacimiento, recomendamos consultar la única monografía que hemos realizado, pues en ella se da cumplida cuenta de sus aspectos más significativos, a la vez que se ofrece una exhaustiva bibliografía del mismo (Navarro y Jiménez, 2007a, pp. 104-108).

mencionan el lugar sólo se le cita como hisn, si bien es cierto que éstas son un siglo anteriores a la conquista castellana. En 1243 capituló frente a Castilla como lugar "señoreado sobre sí", entrando con todo el Reino de Murcia a formar parte de la corona de Castilla. Tras la sublevación de los mudéjares de 1264 fue reconquistada en 1266 para pocos años después convertirse en un despoblado, debido a que los escasos repobladores cristianos que allí llegaron terminaron bajándose al llano, al lugar en el que hoy día se encuentra la actual ciudad de Cieza.

Los trabajos arqueológicos han permitido delimitar las diferentes partes que componen este yacimiento: la fortaleza situada en la cima con su habitual aljibe y el caserío que se extiende por dos de sus laderas encerrado por una muralla que parte de la fortaleza.

Las excavaciones realizadas por nosotros pusieron al descubierto una pequeña parte de su caserío en la ladera meridional, con un total de 19 casas excavadas completamente que se han convertido en un exponente sin parangón de la arquitectura doméstica andalusí de los siglos XII y primera mitad del XIII (Fig. 1). Todas ellas tienen patio central y cuentan con las tradicionales soluciones arquitectónicas que salvaguardan la intimidad doméstica característica de la cultura arabo-islámica.

Las investigaciones que efectuamos en el barrio nos han proporcionado algunos datos que permiten hacer un intento de reconstrucción del hipotético proceso de formación de su parcelario, desde las primeras implantaciones producidas, probablemente, durante la segunda mitad del siglo XI (Fig. 1), hasta el momento de su abandono a mediados del siglo XIII, pasando por un variado panorama de particiones y expansiones de las fincas antiguas, junto al establecimiento de otras nuevas.

La información que tenemos acerca de las primeras parcelas es muy escasa debido, en gran medida, a que decidimos no desmontar las estructuras más recientes ni excavar bajo sus pavimentos con el fin de conservar los edificios en las mejores condiciones. No obstante, todo parece indicar que aquéllas fueron de grandes dimensiones y de planta sensiblemente rectangular, a juzgar por los escasos ejemplos identificados. Se trata de tres antiguas fincas formadas

respectivamente por las casas 3 y 4, por las 5 y 10 y por las 9, 15 y 18 (Fig. 1).

Para intentar reconstruir su primitiva forma debemos aproximarnos al momento en que se produce su primera implantación y para ello debemos acudir a ciertos ejemplos arqueológicos que por su estado de conservación y evolución nos pueden ilustrar al respecto.

Uno de ellos es la alquería de Jolopos, cuyo abandono debió de producirse a principios del siglo XII. Se trata de un pequeño asentamiento rural en el que se han contabilizado entre 30 y 35 viviendas. Este corto periodo de vida permite conocer cómo se formó "a partir de un pequeño número de grandes casas, aisladas unas de otras por importantes espacios no construidos, invadidos progresivamente por las construcciones asociadas posteriormente a cada núcleo, delimitando así una serie de calles y pequeñas plazas en recodo, como espacio prácticamente «residual» de circulación" (Bertrand *et alii*, 1998, p. 64).

Un segundo caso, muy distante en el tiempo y en el espacio, es Umm al-Yimal (Jordania) (De Vries, 1985, pp. 249-256). Su interés reside en que estamos ante uno de los escasos ejemplos de ciudad desierta, fosilizada en un momento temprano, cuando comenzaban a formarse algunas de las calles por aproximación de las diferentes agrupaciones de casas, aunque aún predominaban los grandes espacios abiertos (Fig. 2). En la planimetría se distinguen perfectamente tres núcleos de poblamiento con sus correspondientes manzanas, cuyos habitantes debieron de estar vinculados por lazos tribales o clánicos. También se aprecia la presencia de grandes viviendas aisladas que fueron creciendo por yuxtaposición de unidades domésticas cuando aún sobraba espacio en sus inmediaciones. A pesar de que su despoblación se produjo en época omeya, los restos conservados datan en su mayor parte del periodo tardo-bizantino.

Aunque podríamos traer a colación otros ejemplos, creemos que los dos que acabamos de comentar, unidos a los datos extraídos en Siyâsa, son suficientes a la hora de defender la hipótesis de que las parcelas de las primeras casas, en cierto tipo de asentamiento medieval, fueron de grandes dimensiones y estaban aisladas, sin que podamos considerar los espacios que las rodeaban como auténticas calles; más bien se trataría de áreas baldías por las que sin duda se circu-



laba. En zonas con abundancia de agua muchos de estos espacios serían huertos.

A continuación trataremos solamente dos de los tres ejemplos siyasíes mencionados más arriba, extendiéndonos especialmente en el caso de la parcela formada por las viviendas nº 5 y 10.



**Figura 2.** Umm al-Jimal (Jordania). Asentamiento bizantino despoblado en época omeya. Obsérvense las amplias zonas libre de construcciones y las calles en proceso de formación en aquellas áreas en las que el caserío comienza a densificarse.

### II.1. Casas nº 5 y 10

El análisis de este caso es sin duda el más sugerente, pues además de permitirnos reconstruir la hipotética finca antigua nos va a informar de cómo se produjo la primera subdivisión que puso en marcha la vida autónoma de la casa nº 5 al norte y la de la 10 al sur<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Un testimonio arqueológico que parece pertenecer al periodo en el que ambas viviendas fueron una sola, es la atarjea que evacuaba las aguas pluviales del patio de la casa nº 5. Su imbornal se sitúa en el ángulo suroeste del patio, mientras que el primer tramo de la atarjea atraviesa el extremo occidental de la antigua crujía meridional, para una vez superado el desnivel que existe entre esta y la cocina de la casa nº 10, recorra esta última casa, atravesando en diagonal su cocina con el fin de alcanzar el patio, para a continuación salir por el zaguán al adarve. Conviene advertir

Tras la partición, ambas compensaron la pérdida de superficie sufrida mediante la incorporación de ciertos espacios sin edificar, existentes en sus inmediaciones, especialmente en su frente oriental; se trata de un buen ejemplo de partición sin que se produzca una respuesta de crecimiento en altura, que sólo se dará en una fase más tardía cuando se efectúe una nueva subdivisión (Fig. 1).

Para conocer cómo fue la parcela en un estado mucho más antiguo que el de mediados del siglo XIII es necesario hacer un esfuerzo de deconstrucción, pues la planta que hoy conocemos corresponde a la fase final de su evolución, en la que se ocuparon los espacios vacíos que la rodeaban. El primer paso en esta tarea de desmontaje se refiere a su primitivo frente oriental, en el que se construyó el actual núcleo oriental de la casa 5, inmediato a la cocina de la vivienda nº 4<sup>5</sup>, además de las viviendas 12 y 14; todo ello edificado sobre la amplia franja vacía que delimitaba la primitiva finca por este flanco. El segundo afectaría a su frente meridional, en el que las viviendas 13, 16 y 17 no existían, además de la calle que las flanquea por el sur; todo ello formaría otra amplia zona sin edificar aún más ancha que la primera. El tercero incumbe a su frente oeste, en el que debió de existir otra franja vacía similar a las anteriores, en la que posteriormente se edificará, muy probablemente, la crujía oriental de la casa nº 9 y el establo de la 5, anexo a esta última. El cuarto atañe a su frente norte en el que creemos hubo otro espacio vacío, pues la vivienda nº 6 es una construcción más tardía, de época almohade, ganada en parte al farallón rocoso en el que se construyó su salón septentrional.

En principio podríamos pensar que la partición de la finca antigua no generó más transformaciones que no fueran las derivadas de intentar conquistar algunos de los espacios no edificados que rodeaban las nuevas parcelas, con el fin de compensar la pérdida de super-

que más adelante se verá cómo esta cocina formó parte del patio antes de la partición.

<sup>5</sup> Testimonio irrefutable de que en este lugar existió un espacio abierto, sin edificar, son los dos vanos que aparecen cerrados en el muro occidental de la cocina de la casa nº 4. En principio todo apunta que esta casa tuvo su entrada por uno de los dos (el otro quizás comunicaba con el establo). Otro dato es el pozo negro que hay bajo el salón meridional del núcleo oriental de la casa nº 5; su anómala ubicación se explica perfectamente si defendemos que fue excavado cuando este espacio era un lugar abierto.

ficie. La realidad arqueológica evidencia que la conquista de estos espacios circundantes rompió el equilibrio urbanístico existente, afectando muy directamente a los vecinos inmediatos, por ejemplo al quedar inutilizado el primitivo acceso a la casa 4, así como a los intereses de todo el barrio pues desaparecería un espacio de circulación, por lo que cabe suponer que todos estos cambios se consensuaron dentro de la comunidad.

Tras la primera segregación, el primitivo núcleo septentrional se ha conservado sin grandes modificaciones dentro de la casa nº 5, pues de sus cuatro crujías sólo la sur pasó a formar parte de la parcela meridional<sup>6</sup>. La compensación por la superficie perdida se consiguió aquí mediante la incorporación del tramo septentrional de la franja vacía que había en su flanco oriental y construyendo la crujía del establo al oeste.

Por el contrario la partición fue más traumática para el núcleo meridional pues, además de la segregación, la nueva parcela se desplazó hacia el este, por la superficie de lo que después fueron las casa 12 y 14, y el norte para lo que fue necesario eliminar la mayor parte del viejo edificio. En este proceso se pierde la mayor parte de la antigua crujía occidental, que pasa a formar parte de la casa nº 11<sup>7</sup>, por otro se transforma completamente el frente septentrional al incorporarse a esta nueva parcela el espacio que ocupaba la antigua crujía meridional del núcleo norte, mientras que la oriental desaparece en este corrimiento. Una vez incorporada a la nueva parcela la mitad meridional de la antigua franja vacía a oriente, la finca resultante adopta la forma de un rectángulo bastante regular dispuesto su eje mayor en dirección este-oeste. De la configuración interna de esta nueva parcela nada sabemos, pues la distribución que nos ha llegado corresponde a su última fase, una vez que se ha pro-

ducido su fraccionamiento en tres casas diferentes (nos 10, 12 y 14).

## II.2. Casas nº 9, 15 y 18

Una primera aproximación a la planta muestra la fuerte imbricación e interconexión que existe entre las tres viviendas. La presencia de un simple muro separando los patios de las casas 9 y 18 es quizás la "anomalía" que mejor evidencia que ambas residencias formaron parte de un mismo núcleo en una fase anterior.

Los sondeos arqueológicos que realizamos en el frente norte de los patios de ambas casas confirmaron que existió allí un patio más antiguo y de mayores dimensiones, recorrido por un andén o banco perimetral de unos 65 cm de ancho y 50 cm de altura que circundaba la zona deprimida (Fig. 3). Posteriormente, este andén se amplió 1,50 m, alcanzando una anchura total de 2,15 m. En una tercera fase es cuando se produce la partición, pues pudimos comprobar cómo el muro divisorio aparecía cabalgando sobre ambas estructuras, amortizándolas. Para obtener dos patios donde sólo hubo uno, fue necesario colmatar la zona deprimida de jardín con el fin de conseguir una superficie plana en el caso de la vivienda nº 18, mientras que en la nº 9, al ser más amplio el suyo, se pudo reconstruir un alcorque cuadrado evidentemente mucho menor que el antiguo. La datación tardía que le venimos dando al muro divisor obliga a fechar la partición de la casa en la primera mitad del siglo XIII.

Tanto el antiguo patio como su área deprimida fueron espacios rectangulares, pero en vez de estar desarrollados en la dirección del eje habitualmente dominante en esta arquitectura, el norte-sur, lo estaban en dirección este-oeste. Ello se debe a las limitaciones impuestas por la pendiente de la ladera, dado que las terrazas sobre las que se alzan las casas son necesariamente angostas.

El origen común de ambas viviendas explica la utilización de la atarjea de la casa 9 para evacuar el agua recogida en el patio de la 18, cuando no existe razón alguna para que esta última no contara con su propia infraestructura. Tampoco hemos hallado en la casa 18 resto alguno de su letrina ni del pozo negro a ella asociado, lo que nos ha inducido a pensar que debieron de servirse de la existente en la casa nº 9. Si

---

<sup>6</sup> De la primitiva crujía meridional de la casa nº 5 solamente nos ha llegado su extremo occidental, conservado entre la cocina y el salón septentrional de la casa nº 10. Observando la planta se puede apreciar que su límite meridional es el mismo que el de la cocina, pues ambos formaron parte de un antiguo muro de contención. El fragmento en cuestión se salvó gracias a que en ese lugar hubo una escalera que daba acceso a la algarfa que debió de haber sobre la cocina de la vivienda nº 5.

<sup>7</sup> La pequeña habitación en la que se encuentra el pozo negro de la letrina de la casa nº 10 aunque formó parte de esta antigua crujía oriental nunca pasó a formar parte de la casa nº 11.

este uso compartido se dio, es evidente que sólo pudo producirse si ambas viviendas estuvieron habitadas por miembros muy próximos de una misma familia. Otro indicio de la estrecha relación familiar que hubo entre ambas casas es el hecho anómalo de que ambos patios estuvieron separados solamente por un muro. Aunque este tipo de barrera arquitectónica impedía la comunicación visual no garantizaba el adecuado aislamiento, al menos acústico, que debe existir entre casas diferentes.

Ya comentamos al analizar el frente oeste de la anterior parcela (5 y 10) que era muy probable que la crujía oriental de la casa nº 9 se construyera sobre el espacio vacío que debió de existir con anterioridad entre esta vivienda y la 5. La desigual anchura entre las casas 9 y 18 apunta en esta dirección, pues lo más probable es que la división de la primitiva parcela se hiciera en dos partes iguales, aunque con posterioridad sólo la 9 pudo compensar la superficie perdida ampliando su perímetro mediante la invasión de parte del espacio que había en su frente oriental.

La casa nº 15, que limita con las dos anteriores por el sur, presenta en su implantación una serie de particularidades que creemos se deben a que estamos también ante una parte segregada de la gran vivienda original. Así lo demuestra la crujía norte, que se prolongaba por el espacio que después fue crujía oriental, constituyendo de esta manera una impresionante nave con un grosor de muros difícil de explicar. Resulta especialmente sorprendente la solidez del muro que limita dicha nave por el sur, tanto por su grosor inusual (60 cm), como por su factura compacta a base de tapias de hormigón en el zócalo y de tierra con breccas de hormigón en alzado<sup>8</sup>. Tanto las dimensiones de la nave como la naturaleza de su construcción se deben, a nuestro juicio, a que estamos ante una crujía que debió de sostener en altura el salón meridional del núcleo doméstico compuesto por las casas 9 y 18. La planta baja acogería, probablemente, al establo, tal y como sucede en las casas nº 1, 3 y 4. Posteriormente las dependencias de la 15 se segregaron del núcleo principal para constituir una propiedad independiente, lo que conllevó la destrucción del ex-

<sup>8</sup> La técnica del "tapial con breccas" consiste en reforzar con un material más sólido la parte de la caja inmediata a la jamba, mientras que en el resto de la caja se utilizará el material empleado habitualmente en el resto del muro.

tremo oriental de la gran crujía, con el fin de construir allí una nueva dependencia que hizo más habitable, en la medida de lo posible, la nueva casa.



**Figura 3.** Siyâsa. Casa nº 18. Vista del patio desde el sur. Al fondo la cocina. En el patio se pueden apreciar los restos de un antiguo andén, sobre el que se construyó el muro que separa los patios de las casas 9 y 18.

### III. Murcia

Murcia, conocida en las fuentes árabes como madīnat Mursiya, fue erigida en un lugar llano, en la margen izquierda del río Segura, por orden del omeya Abd al-Rahman II en el año 825 como sede del gobernador y de las tropas destacadas en la kūra de Tudmir. Su desarrollo urbano como asentamiento islámico quedó truncado definitivamente en 1266, fecha en la que fueron expulsados los musulmanes del interior de su medina, aunque la conquista cristiana aconteciera años antes en 1243<sup>9</sup>. Las numerosas excavaciones realizadas desde los años 80<sup>10</sup>, han hecho posible uno de los primeros intentos precisos y fiables de aproximación a una madīna medieval del Occidente musulmán<sup>11</sup>, aportando a la vez importantes noveda-

<sup>9</sup> Para Murcia no existe una monografía similar a la dedicada a Siyâsa, por lo que recomendamos la lectura de cuatro de nuestros artículos en los que hemos tratado ampliamente el yacimiento: Navarro y Jiménez, 1994, 2000, 2001 y 2009a.

<sup>10</sup> Para una información más detallada de cuantas intervenciones se han efectuado desde 1984, recomendamos consultar los catorce volúmenes publicados de *Memorias de Arqueología*. Excepcional en el panorama español de la época fue la excavación realizada en la muralla de la ciudad entre los años 1963 y 65 (Jorge Aragoneses, 1966).

<sup>11</sup> Navarro y Jiménez, 1994 y 2000. La primera planimetría de la ciudad en la que se recogen los restos arqueológicos a escala fue publicada en 1993; véase J. Navarro Palazón, "Murcia en el siglo XIII. Plano arqueológico", en J. García Antón, 1993. Recientemente hemos publicado una nueva

des sobre el urbanismo islámico (Navarro y Jiménez, 2003; 2007b). Sus más de cuatrocientos años de vida como población andalusí han permitido estudiar ciertos fenómenos urbanísticos poco conocidos, especialmente los que hacen referencia a las transformaciones de su tejido urbano en general y de su parcelario en particular. El cambio traumático que supuso la conquista del siglo XIII al transformarla en villa cristiana también ha podido ser estudiado (Navarro y Jiménez, 2001; 2009a).

A diferencia de Siyâsa, Murcia es un asentamiento en el que nunca se ha dejado de vivir desde su fundación en el siglo IX, lo que justifica que actualmente el yacimiento arqueológico se encuentre bajo una de las ciudades españolas más dinámicas. Este condicionante ha impedido excavar amplias superficies, pues las intervenciones arqueológicas hasta ahora realizadas se han limitado a las parcelas del casco antiguo pendientes de renovación y en las que estaba previsto construir un nuevo inmueble dotado de aparcamiento subterráneo. Todo ello ha dificultado el estudio de la evolución de su parcelario en época islámica; a pesar de lo cual, podemos presentar algunos casos bien documentados de fraccionamiento de fincas.

Siguiendo los criterios establecidos al clasificar los tipos de fraccionamiento del parcelario mencionaremos sucintamente los ejemplos que conocemos, agrupándolos según su pertenencia al primer o segundo tipo. Del primero hemos identificado cuatro casos<sup>12</sup>. Uno es el llamado "palacio" de calle Fuensanta (Bernabé y López, 1993), seguramente de época califal, compuesto por cuatro patios fuertemente jerarquizados que se transformaron en residencias independientes en la primera mitad del siglo XIII. Otro ejemplo es el de calle Platería 14, en donde excavamos dos núcleos, que formaban parte, en su fase fundacional, de una sola casa (Jiménez y Navarro, 1997, pp. 33-39). Un tercero es el descubierto en el solar del Garaje Villar (Manzano Martínez, 1995) compuesto por tres o

cuatro patios que a fines del siglo XII se segregaron formando otras tantas viviendas, para lo cual fue necesario habilitar un adarve sobre el espacio anteriormente ocupado por la crujía de uno de esos núcleos. Por último contamos con el caso estudiado en calle Organistas en el que otra propiedad polinuclear es fragmentada, construyéndose en su solar al menos dos viviendas menores. Al segundo tipo pertenecen los casos aparecidos en las calles San Patricio y Montijo de Murcia (fig. 4).

A continuación trataremos solamente tres de los siete ejemplos mencionados, extendiéndonos especialmente en el de calle Organistas debido a su carácter inédito.



**Figura 4.** Murcia. Plano de situación de las casas halladas en las calles Organistas (1), y San Patricio (2).

### III.1. Casa nº 2 de calle San Patricio

Se trata de una de las cuatro viviendas exhumadas en 1994 en este solar que se abría a las calles Frenería y San Patricio y a la plaza de Belluga (Fig. 4). Todo ello en pleno centro de la antigua medina andalusí de Murcia (Jiménez y Navarro, 2002a). En el frente norte se documentaron varias tiendas medievales que daban

versión del plano (Navarro y Jiménez, 2009b, pp. 738 y 739).

<sup>12</sup> Además de estos cuatro ejemplos de viviendas polinucleares, conocemos al menos otros dos en la ciudad de Murcia: el de la casa situada bajo el cementerio de S. Nicolás (Jiménez y Navarro, 2001, pp. 141, 145); y el de la casa de calle Pinares (Manzano Martínez *et alii*, 1993), aunque no trataremos aquí ninguna de las dos porque no se detectaron en ellas evidencias de partición.

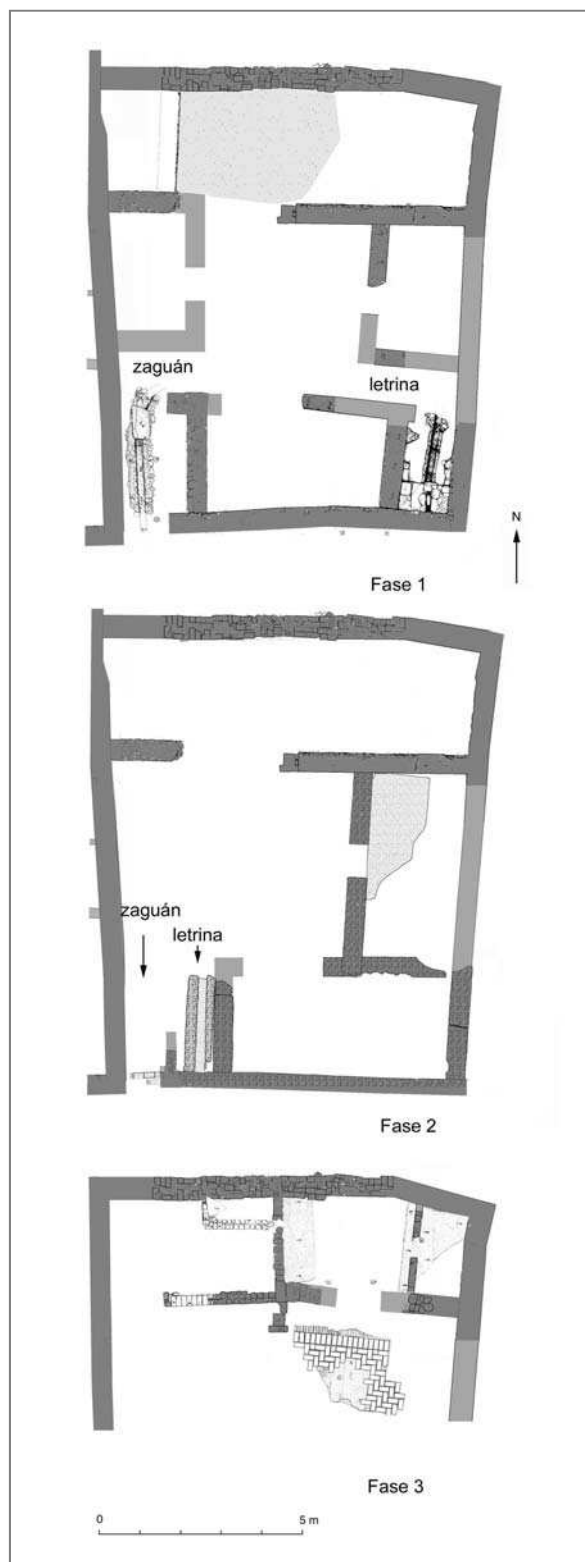
a la actual calle Frenería que es un tramo de la arteria principal de la ciudad islámica, mientras que la casa en la que ahora nos vamos a detener lindaba con las tiendas por el norte pero se abría a una calle menor situada al sur, la actual calle San Patricio.

En el momento de la construcción de esta vivienda, sus cuatro crujías se articulaban en torno al patio central (Fig. 5). La norte estaba ocupada enteramente por una sola dependencia rectangular que debemos identificar como el salón principal. Siguiendo los esquemas habituales en este tipo de arquitectura, la crujía norte es la dominante, lo que excluye la posibilidad de compartirla con cualquier otra dependencia; es decir, el salón con su alhanía, o alhanías, se extendían por la totalidad de la crujía.

En una fase ya tardía esta casa fue dividida por su eje longitudinal (N-S) en dos núcleos diferentes. Esta interpretación es hipotética teniendo en cuenta que los datos disponibles son muy escasos debido a las numerosas alteraciones sufridas; no obstante, expondremos a continuación las razones que nos permiten defender dicha partición. En primer lugar, sabemos sin lugar a dudas que el salón norte fue dividido en dos habitaciones iguales mediante un muro cuya hipotética prolongación hacia el sur estaría completamente destruida por una fosa moderna de grandes dimensiones. El muro conservado es una obra de ladrillo que tiene una anchura de 20 cm. Esta partición supuso la reorganización completa de las dos piezas resultantes de las cuales sabemos, sin duda, que la oriental continuó funcionando como salón. De hecho, de los dos núcleos en que quedó dividida la vivienda sólo tenemos alguna información del situado al este, pues el del oeste estaba casi totalmente arrasado por un desfonde del siglo XVII.

Del núcleo occidental sólo sabemos que el muro que separaba su patio del salón fue reconstruido, desplazándolo ligeramente hacia el norte, con la misma fábrica de ladrillo que el de partición. La habitación resultante se pavimentó con mortero de cal.

De la casa oriental pudimos documentar su patio solado con ladrillos a rafa, bordeado por una banda perimetral también de ladrillos. En el lado norte se conserva también una banda de ladrillos a sardinel que creemos podría ser simplemente decorativa o, tal vez, reflejar la existencia de una galería volada; no parece,



**Figura 5.** Murcia. Calle San Patricio. Planta de las sucesivas fases de la casa.

a juzgar por lo conservado, que existiera en dicho frente un pórtico.

Si el límite oriental de la vivienda coincide con el de fases anteriores y el occidental estaba situado en el eje de simetría del antiguo patio, tal y como sucede en el salón norte, podemos afirmar, gracias a lo que se ha conservado del pavimento del patio, que no contó con crujías en los flancos este y oeste. Sin duda esta circunstancia dificultaba su habitabilidad pero no la hacía imposible, puesto que conocemos numerosos ejemplos andalusíes, tanto de Siyâsa como de Murcia, que disponían de sólo dos crujías en planta baja. Parece lógico pensar, no obstante, que la superficie doméstica se completaría con algunas dependencias situadas en la planta alta.

El salón norte ocupaba la misma posición que en la fase fundacional aunque, lógicamente, su longitud se vio reducida a la mitad. También se estrechó, dado que el muro que lo separaba del patio era una obra nueva, de ladrillo, que estaba desplazada 60 cm hacia el norte con respecto al original. Presentaba un pavimento de mortero de cal, situado a una cota de -1,75 con respecto al nivel actual de la calle. En el extremo oriental aparece un tabique de ladrillo, enlucido sólo al exterior, que quizás servía de apoyo para una tarima de madera de las que se utilizaban como lecho. Gracias a la presencia de este murete sabemos que la alhania tenía una profundidad de 1,30 m.

La entrada a la casa primigenia quedó en la propiedad occidental, por lo que fue necesario habilitar otra para la oriental. En el ángulo SE apareció una atarjea de ladrillo que seguramente hay que identificar con el nuevo ingreso, también abierto a la calle pública que hoy denominamos San Patricio.

La partición de la casa 2 y la fase constructiva que hemos descrito creemos que deben fecharse en la primera mitad del siglo XIII, poco antes de la conquista castellana. Basamos dicha cronología en razones constructivas e históricas: por un lado, los pavimentos de ladrillos como el del patio se generalizan en la arquitectura doméstica andalusí a principios del siglo XIII; por otro, el fenómeno de partición de la propiedad es más propio de la ciudad saturada anterior a la conquista. Menos probable nos parece la hipótesis de asociar la partición al reparto de inmuebles andalusíes entre la población cristiana tras la definitiva conquista de la ciudad en 1266 debido a la escasez de repobla-

dores. Además, sabemos que la población cristiana recién llegada encontraba las viviendas de los musulmanes, por regla general, excesivamente angostas, por lo que no parece probable atribuir a los repartidores cristianos la subdivisión estudiada<sup>13</sup>. Más bien creemos, por tanto, que las modificaciones del parcelario islámico tras la conquista cristiana fueron al contrario, pues a juzgar por la documentación parece que lo habitual fue conceder a un solo repoblador varias casas andalusíes de pequeño tamaño.

### III.2. Casa de calle Montijo

El ejemplo que nos interesa, identificado con el nº 1, fue exhumado en un solar situado dentro de la antigua medina de Murcia (Pujante Martínez, 2004). La parcela en la que se inscribe alcanza los 191 m<sup>2</sup> y está delimitada por la calle Montijo al norte y por la calle Alejandro Séiquer al este. Según la arqueóloga directora de la excavación, la vivienda en cuestión pertenece al primer nivel de urbanización fechado en época califal. Linda por el este con la casa 2; por el sur la medianera coincide con la actual, lo que no deja de ser un curioso fenómeno de perduración tras más de mil años; finalmente, por el oeste linda con un jardín o huerto que sólo se urbanizó posteriormente. Su abandono se sitúa en un periodo impreciso que se puede datar a fines del s. XI o comienzos del XII y que está caracterizado por un horizonte de destrucción en el que se aprecian diversas huellas de incendio y la ruina de la propia casa documentada por los restos del vano de la puerta de acceso al salón septentrional y de su arco.

Fue construida con la típica técnica de basamentos de mampostería alternando con tongadas de cal y alzados de tapial de tierra, todo ello con refuerzos de sillería a sogá y tizón en las jambas de los vanos. El alzado de tierra de la medianera presenta reparaciones con bataches de ladrillo y de sillarejos reutilizados.

Se trata de una vivienda de patio central con tres crujías y jardín rectangular en hondo. La oriental está

---

<sup>13</sup> Así, en 1494 Münzer refiere lo siguiente acerca de las granadinas: "Las casas de los moros son casi todas pequeñas, con habitaciones reducidísimas... Una casa de cristianos ocupa más lugar que cuatro o cinco de moros, las cuales son tan intrincadas y laberínticas que parecen nidos de golondrinas" (Torres Balbás, 1949, p. 148)

ocupada por dos habitaciones, mientras que en la occidental se sitúa otra pieza y al norte el zaguán acodado en el que debió de estar la letrina. Del ángulo noroccidental del jardín parte el canalillo de desagüe que tras dirigirse al zaguán quebraba hacia el norte, para buscar el albolón de la calle. Los andenes tienen una anchura de 0'60 m excepto el meridional, que mide 1'20 m. A la sala norte se accedía mediante un vano único cerrado con arco, según se desprende de los fragmentos recogidos procedentes de su desplome. No se conserva el pavimento de los andenes que, al parecer eran losas de arenisca, que después aparecen reutilizadas en la reparación de los muros.

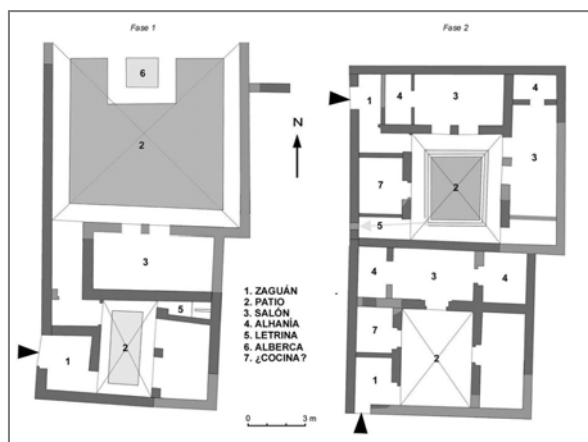
Probablemente en el siglo XII fue partida por la mitad mediante la construcción de un muro que recorre todo el patio de norte a sur generando dos casas independientes. Desde el punto de vista técnico, los nuevos muros están contruidos con tapial sobre una hilada de mampostería; las jambas son de ladrillo, sobre una cimentación de sillares, probablemente reutilizados.

### III.3. Casa de calle Organistas

Los restos hallados aparecieron en un solar irregular de 270 m<sup>2</sup>, delimitado por las calles Organistas y Polo de Medina (Fig. 4). El sector que daba a la primera es el más regular y extenso y de él procede la mayor parte de la información que a continuación vamos a presentar. Se encontraba en el interior de la medina muy próximo a la mezquita aljama (actual catedral), al Alcázar Mayor y al zoco. La información arqueológica obtenida en esta zona a lo largo de los últimos 30 años parece indicar que ya en los siglos X y XI el callejero principal y el zoco estaban consolidados, aunque seguramente no se había configurado aún la red de callejones menores y adarves que permiten acceder a las viviendas situadas en el interior de las manzanas.

El aspecto más interesante de esta intervención arqueológica ha sido la posibilidad de documentar el proceso de sustitución de una casa multicelular por varias más pequeñas e independientes (Fig. 6). Si la parcela más antigua la podemos fechar en época califal, su partición habría que situarla a comienzos del siglo XII, lo que pone de manifiesto la saturación del tejido urbano que en ese momento se estaba produciendo en ciertos barrios de Murcia. A diferencia de los

casos más frecuentes, el que ahora vamos a estudiar no fue un reparto del edificio preexistente mediante el cierre de algunos vanos y/o construyendo algún muro de partición, sino que se derribó por completo la antigua residencia dividiéndose su parcela, aunque para la distribución equitativa de la superficie se tuvo en cuenta la organización previa, según muestra lo ocurrido con el salón sur de la casa califal. Estamos por tanto ante un claro ejemplo de nuestro primer tipo de partición.



**Figura 6.** Murcia. Calle Organistas. Croquis de la evolución constructiva del solar. En la fase 1 (s. X) hay una sola casa compuesta por, al menos, dos patios: al norte el principal y al sur el de servicio e ingreso desde el exterior. En la fase 2 (s. XII) la finca fue dividida en dos viviendas independientes.

#### A) La vivienda califal.

En la zona occidental del solar exhumamos una casa incompleta de época califal organizada en torno a dos patios desiguales, alineados de norte a sur y separados por una crujía. El septentrional parece haber ocupado el lugar jerárquicamente más destacado de la propiedad, en cuanto a dimensiones y elementos de ostentación se refiere, mientras que el meridional, mucho más pequeño, desempañaba un papel subordinado, sirviendo como zona intermedia entre la parte principal de la vivienda y la calle.

No pudimos averiguar si el edificio dispuso de más núcleos domésticos debido a que las limitaciones espaciales del solar impidieron identificar su perímetro. Por la misma razón, desconocemos si las casas resultantes de la partición sufrida por la vivienda califal fueron sólo las dos que documentamos o si hubo más.

Existe, no obstante, un indicio que apuntaría a que su número fue mayor: el muro que cerraba la sala norte de la casa tardía que se construyó sobre el patio principal de la califal se situó sobre el andén de ésta última, lo que significa que el espacio ocupado por la sala norte primigenia fue segregado e integrado en alguna otra propiedad ubicada más al norte de la que nada sabemos. Este tipo de reordenación de espacios era mucho más factible dentro de los límites de una misma propiedad que entre dos parcelas con propietario diferente, por lo que suponemos, con todas las precauciones lógicas, que al norte del núcleo principal de la residencia califal la finca continuaba, probablemente mediante un huerto o jardín anexo.

La casi completa exhumación del muro occidental del patio principal sin que en él se viera puerta alguna permite sospechar que no contó con una crujía occidental abierta al patio. Tal ausencia podría inducirnos a pensar que este muro fue el límite de la finca califal y posible fachada de la casa a una calle, antecedente de la actual Organistas; la misma puerta principal de ingreso que se abre al patio pequeño, situada en el extremo meridional de ese frente, podría ser otro indicio a favor de la existencia de la mencionada calle. No obstante, hay que advertir que el extremo septentrional del muro en cuestión nunca fue excavado por lo que no podemos descartar que allí, a la altura del pórtico, hubiera un vano que lo comunicara con un núcleo secundario, tal y como sucede en otro edificio califal hallado en la calle Fuensanta de Murcia, compuesto por cuatro patios (Bernabé y López, 1993, fig. 5). Es difícil imaginar una residencia, de la envergadura de la que ahora damos a conocer, cuyo patio estuviera separado de la calle por una simple tapia; tal propuesta solamente podríamos aceptarla si la vía de comunicación anexa estuviera cubierta por un cobertizo, tal y como se pudo estudiar en varios ejemplos tardíos de Siyâsa en los que comprobamos que los cobertizos se construyeron para compensar en planta alta la escasa superficie de la parcela (se trata de las viviendas nº 13, 16 y 17: Navarro y Jiménez, 2007a, p. 144, figs 61 y 62 secciones B-B y C-C), limitación que en principio no parece que existiera en la residencia califal que ahora nos ocupa, por lo que nos inclinamos por la hipótesis de una gran vivienda con más de dos patios.

Las propuestas que estamos planteando sobre cómo fue la parcela de esta casa sin duda condicionan

las que hagamos sobre la red viaria, pues ya comentamos anteriormente que la fragmentación del parcelario está estrechamente relacionada con la formación del callejero, especialmente en todo lo referido a la creación de ciertos adarves. Proponer una gran parcela invadiendo la actual calle Organistas para la finca califal supone afirmar que esta calle en el siglo X fue un simple adarve que desde el sur sólo penetraría en la manzana hasta la puerta de la casa. Admitir la existencia de un adarve de estas características conlleva aceptar que el proceso de saturación se está produciendo ya en una fecha muy temprana. Desde la conformación inicial de las primeras parcelas, datadas en el siglo IX, en la que no habría adarve alguno, tendríamos un segundo momento en el que la constitución de la finca califal que ahora estudiamos haría necesario trazar un primer adarve para dar acceso a la nueva finca; el tercer momento, datado en el siglo XII, corresponde con la división de la finca califal en otras menores, lo que obligaría a prolongar el anterior adarve hacia el norte para dar acceso a las fincas nuevas resultantes de la división. De todo ello se deduce que la actual calle Organistas es el resultado de una larga historia formativa que parte de un parcelario disperso en el que todavía el callejero es una realidad difusa en vías de formación hasta la definición de la calle en ángulo recto que conocemos, pasando por un estadio intermedio en forma de adarve.

El núcleo meridional tenía la particularidad de carecer de crujías en los frentes norte y sur, lo que se explica por la peculiar función a que estaba destinado como espacio recibidor y de transición entre el patio principal y la calle (Fig. 6). La crujía occidental acogía un amplio zaguán y el primer tramo del corredor en recodo que comunicaba ambos patios. En la oriental se situaba una dependencia ampliamente abierta al patio que podríamos denominar cenador y una letrina. Similar solución de acceso con patinillo lo encontramos en la casa descubierta bajo el cementerio de San Nicolás.

El patio, de planta sensiblemente rectangular (4,85 x 2,80 m), comprendía una zona central más deprimida, con solería de piezas cerámicas<sup>14</sup>, circun-

---

<sup>14</sup> En Madīnat al-Zahrâ' está generalizado el empleo de estas solerías lo que no significa que se reservaran para los edificios palatinos: en las excavaciones de Cercadilla (Córdoba) se han documentado pavimentos de este tipo asociados a edificios aristocráticos y a simples casas. En Murcia se documentó una



dada por andenes de 50-55 cm de ancho pavimentados con lajas de calcarenita. Estaba comunicado con el patio principal por medio de un corredor acodado situado en el ángulo noroccidental.

El zaguán era una pieza rectangular, de 2,80 x 2,10 m situado en el ángulo suroeste. Los dos vanos con que contaba, el que daba a la calle y el que comunicaba con el patio, se hallaban descentrados, de manera que cuando se abriera el primero no se pudiera ver el interior de la casa; preservándose la intimidad visual de la misma y generándose así un ingreso en recodo.

La habitación que ocupaba casi toda la crujía oriental también era de planta rectangular, en este caso de 3,95 x 2,30 m. Se abría al patio mediante dos amplios vanos separados por un pilar central hecho con sillares de calcarenita. En este caso y dado que estamos ante un patio singular que funcionaba como patio de servicio y recepción más que propiamente doméstico, nos inclinamos por suponer que la pieza estaba destinada a sala de espera de aquellas visitas que no se consideraba oportuno conducir al interior de la vivienda.

El núcleo principal se articulaba en torno a un patio rectangular. Sus dimensiones exactas las desconocemos aunque sabemos que su eje norte-sur fue mayor que el este-oeste. Este último ha podido ser restituido gracias a los restos de andenes que se localizaron a ambos lados del patio lo que ha dado un ancho de 9,80 m. El eje norte-sur sobrepasó los 10,20 m pues esta medida no incluye elementos que sin duda tuvo en su frente norte como son el andén y el pórtico y que no fueron documentados al quedar fuera de la finca objeto de excavación, bajo el edificio colindante. El patio contaba con un jardín en hondo rodeado por andenes presidido por una alberca rectangular situada en su frente norte.

Ya comentamos que el frente norte debió de contar con un salón precedido de un pórtico, que no pudo ser estudiado por quedar fuera de los límites de la parcela actual. Igual inconveniente impidió exhumar el muro que delimitaba el patio por el este por lo que nunca sabremos con seguridad si allí hubo o no una crujía abierta al patio. La única dependencia excavada

---

solería de este tipo en una habitación semiabierta de la casa 3 de calle Zarandona (Jiménez y Navarro, 2002b).

comunicada con el patio fue el salón meridional, aunque tampoco se documentó en su totalidad pues sus cierres septentrional y oriental fueron destruidos por intrusiones posteriores.

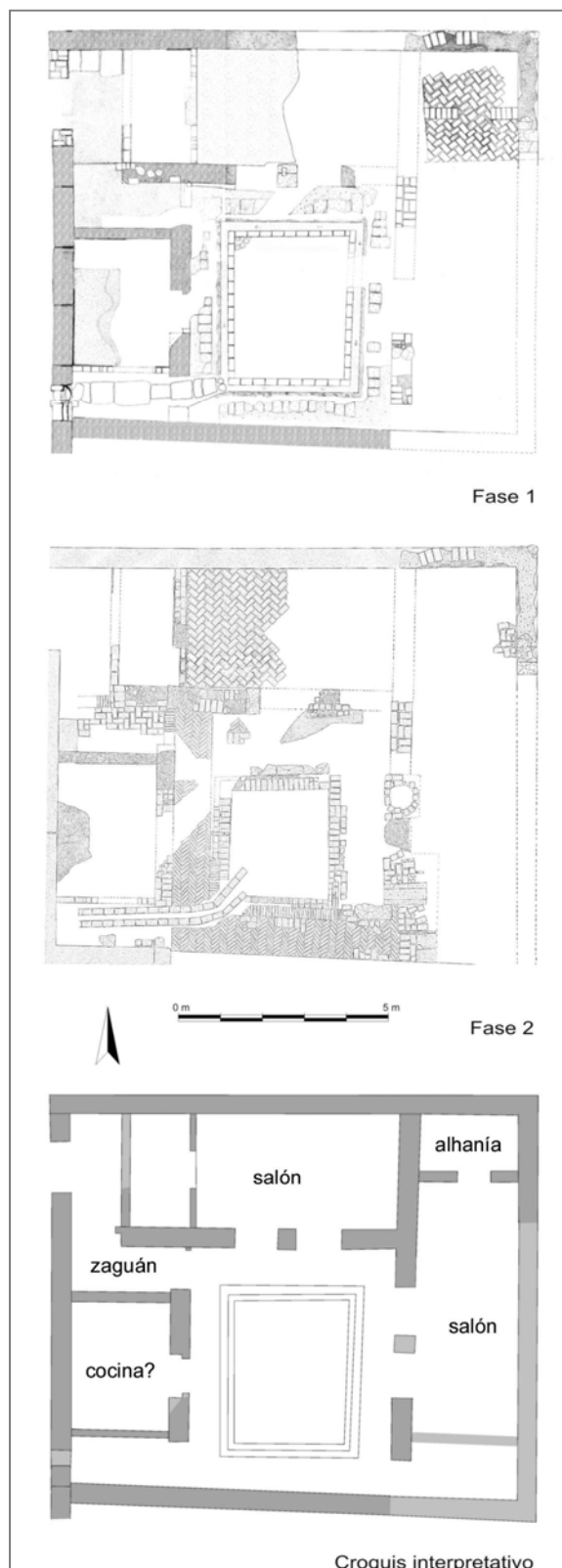
Tanto los muros de crujía como los de compartimentación son fábricas que disponen de un basamento compuesto por hiladas de mampostería en espiga alternando con tongadas de mortero de cal que, parcialmente enterrado, conforma una cimentación sobre la que se levanta la obra de tierra. Los vanos presentaban jambas construidas con sillares de calcarenita blanca, dispuestos a soga y tizón, en los que se tallaban las mochetas. En otros trabajos hemos analizado la cronología de este tipo de fábrica a partir de ejemplos bien fechados que podemos situar en época califal.

## B) Las viviendas tardías

La gran vivienda califal fue subdividida en el siglo XII, al menos, en otras dos absolutamente independientes, teniendo como base los dos patios de la vieja residencia. Dado que desconocemos la extensión completa del edificio califal no es posible asegurar si las dos casas resultantes de la partición fueron las únicas o si por el contrario hubo más. A la meridional se le incorporó el salón sur del patio principal, de manera que las parcelas resultantes quedaron más equilibradas en cuanto a superficie se refiere (Fig. 6). Ambas cuentan con tres crujías y las dos carecen de la meridional.

Ambas casas, en su fase fundacional, presentan idénticos materiales y técnicas constructivas. El tapial de hormigón se empleó para el fundamento de los muros, mientras que en el resto del alzado se debió utilizar el tapial de tierra. Las tapias de hormigón tenían unos 45 cm de ancho y unos 85 cm de alto; de ellas, dos terceras parte eran cimentación mientras que la parte superior ya formaba parte del alzado, a modo de zócalo.

La vivienda norte era ligeramente más grande que la Sur y su parcela medía 10 m en el eje norte-sur por 11,40 m en el este-oeste. Como es habitual, se organizaba en torno a un patio interior y al no contar con crujía meridional, su límite por este frente era el muro de la casa anexa. Se levantó de nueva planta justo sobre la superficie del patio principal de la vivienda califal (Fig. 7), dejando fuera su salón norte y



**Figura 7.** Murcia. Calle Organistas. Casa norte: fases 1 y 2 y croquis interpretativo.

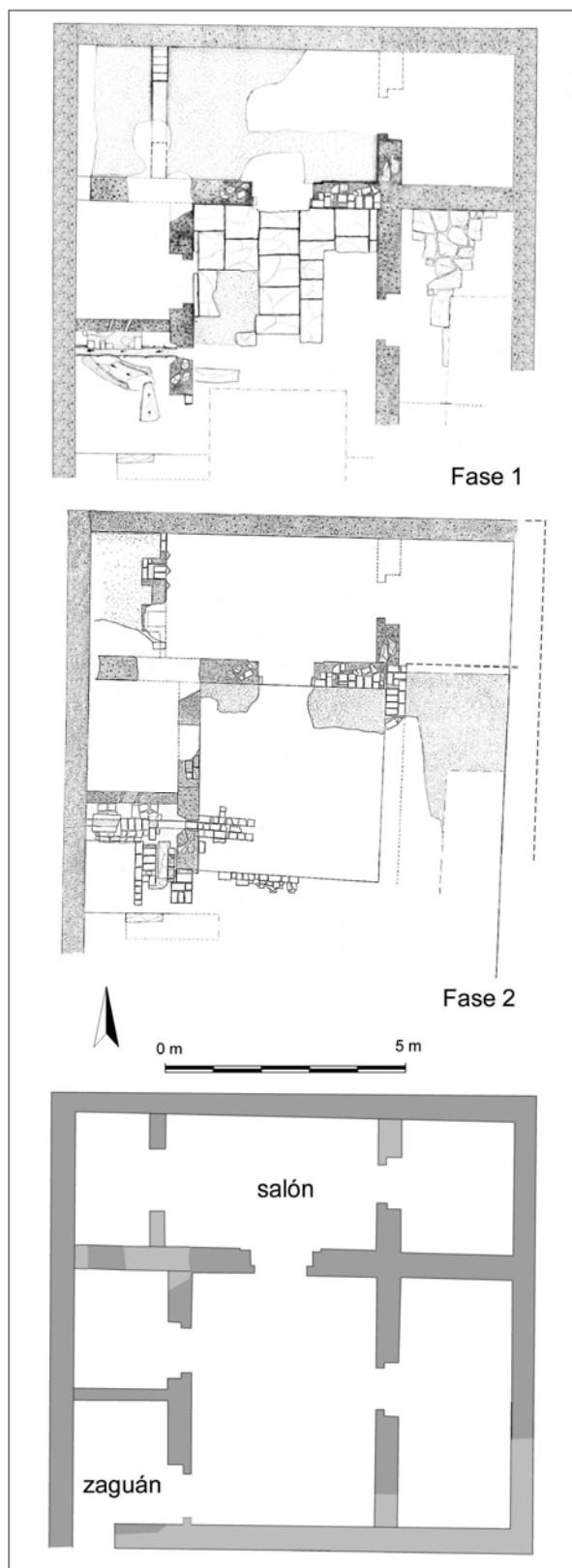
el pórtico.

El patio era de planta rectangular (5,60 x 4,75 m) con un mayor desarrollo del eje norte-sur. Contaba con un jardín en hondo de 3,30 x 2,60 m, flanqueado por andenes de 70 cm de ancho. Éstos se hallaban pavimentados con losas de calcarenita, con toda probabilidad recuperadas de la casa califal subyacente, cuyos materiales constructivos habían sido saqueados. Contaba con un canalillo perimetral de desagüe fabricado con ladrillos y que se situaba unos 20 cm por debajo de la cota del andén.

La crujía septentrional estaba ocupada por un tramo del zaguán y por un salón. El primero, en forma de pasillo acodado, tenía la puerta en el extremo noroccidental de la vivienda y finalizaba su trayectoria en el ángulo del patio más inmediato. Al salón se accedía a través de una puerta geminada, cuyos vanos medían 1 m de luz. Contaba con una sola alcoba situada en su extremo oeste, separada del resto del espacio por un tabique de ladrillo y comunicada mediante una puerta de 88 cm. de ancho. Este tipo de salón principal, con una o dos alcobas o alhanías, solía ser la dependencia más larga y ancha, por lo que era frecuente que se extendiera por todo el ancho de la parcela. Es necesario subrayar el hecho anómalo de que aquí no ocupe la totalidad de ese frente, pues lo comparte por el oeste con el zaguán y por el este con la alcoba de un segundo salón.

La crujía occidental se subdivide en tres espacios separados por tabiques. Al norte encontramos uno de los tramos del pasillo del zaguán. En el centro hay una habitación de 3 x 2,25 m que se comunicaba con el patio mediante un vano de 80 cm. de luz y que debió de ser la cocina. En el extremo sur hay una angosta dependencia de 2,20 de profundidad por tan sólo 1,10 de anchura recorrida por la atarjea que viene del patio; no tenemos elementos que nos permitan asegurar la función a que estaba destinada pero, teniendo en cuenta su tamaño, ubicación, existencia de la atarjea y ausencia de comunicación con la calle, nos inclinamos por suponer que albergara la letrina.

La mayor parte de la crujía oriental no pudo ser excavada debido a que se internaba en la finca colindante; sin embargo conocemos su extremo septentrional, así como el trazado más meridional del muro que la separaba del patio. Con estos datos podemos afirmar que albergaba al salón secundario cuyo acceso no



**Figura 8.** Murcia. Calle Organistas. Casa sur: fases 1 y 2 y croquis interpretativo.

se ha conservado. En el extremo sur debió de existir una pequeña dependencia separada del resto, pues allí pudimos documentar un vano de sólo 80 cm; probablemente acogió la escalera que permitía el acceso a la planta alta, extendida por las crujías oriental y occidental comunicadas por una galería volada emplazada en el frente meridional del patio.

La casa Sur se organizaba en torno a un patio y contaba con crujías en todos sus lados excepto en su frente meridional (Fig. 8). Se levantaba sobre la zona de servicio de la casa califal. Su patio conformaba un espacio rectangular cuyo eje norte-sur es el principal como es habitual. El ingreso se efectuaba a través de un vano emplazado en el extremo occidental del muro que cerraba la vivienda por el sur. Desde aquí se accedía a un zaguán situado en el extremo sur de la crujía occidental al que también se abría la letrina. El resto de la crujía estaba ocupado por una pieza rectangular de 2,40 x 1,90 m, comunicada con el patio a través de un vano de 90 cm de luz, de función incierta. La crujía oriental albergaba una dependencia de 3,90 x 2,80 m, solada con un pavimento de mortero de cal y que muy probablemente fuera un salón secundario. La crujía norte estaba ocupada por el salón principal, que acogía en sus extremos dos alcobas desiguales. Su acceso desde el patio se efectuaba a través de un vano de 1 m de anchura.

### Bibliografía

- ABDEL NOUR, A. (1982) – Habitat et structures sociales a Alep aux XVII et XVIII siècles, *La Ville arabe dans l'Islam. Histoire et Mutations*, pp. 69-102, Túnez-Paris.
- BERNABÉ GUILLAMÓN, M.; LÓPEZ MARTÍNEZ, J. D. (1993) – *El Palacio Islámico de la Calle Fuensanta. Murcia*, Murcia.
- BERTRAND, M. et alii (1998) – Poblamiento y explotación del territorio en la región de Guadix-Baza durante la época medieval, *Anuario Arqueológico de Andalucía*, vol. II, pp. 56-67.
- DE VRIES, B. (1985) – Urbanization in the Basalt Region of North Jordan in Late Antiquity: the Case of Umm al-Jimal, *Studies in the History and Archaeology of Jordan*, vol. II, pp. 249-256.
- GARCÍA ANTÓN, J. (1993) – *Las Murallas Medievales de Murcia*, Murcia.
- GARCÍA-BELLIDO, J.; GARCÍA DE DIEGO, J. (2000) – Morfogénesis de la ciudad islámica: algunas cuestiones abiertas y ciertas propuestas explicativas, *L'Urbanisme dans l'Occident Musulman au Moyen Âge. Aspects Juridiques*, pp. 243-283, Madrid.

- JIMÉNEZ CASTILLO, P.; NAVARRO PALAZON, J. (1997) – *Platería 14. Sobre Cuatro Casas Andalusíes y su Evolución (siglos X-XIII)*, Murcia.
- JIMÉNEZ CASTILLO, P.; NAVARRO PALAZON, J. (2001) – Murcia omeya, *El Esplendor de los Omeyas Cordobeses: la Civilización Musulmana de Europa Occidental: Estudios*, pp. 132-151, El Legado Andalusi, Granada.
- JIMÉNEZ CASTILLO, P.; NAVARRO PALAZON, J. (2002a) – Casas y tiendas en la Murcia andalusí. Excavación en el solar municipal de plaza de Belluga, *Memorias de Arqueología*, vol. 10, pp. 489-532.
- JIMÉNEZ CASTILLO, P.; NAVARRO PALAZON, J. (2002b) – Casas califales en Murcia. Excavación en un solar de calles Puxmarina-Zarandona, *Memorias de Arqueología. Región de Murcia*, vol. 11, pp. 469-500.
- JORGE ARAGONESES, M. (1966) – *Museo de la Muralla Árabe de Murcia*, Madrid.
- MANZANO MARTÍNEZ, J.; LÓPEZ MARTÍNEZ, J. D.; FERNANDEZ GONZALEZ, F. V. (1993) – Una vivienda islámica en la calle Pinares de Murcia, *Memorias de Arqueología*, vol. 4, pp. 404-416.
- MANZANO MARTÍNEZ, J. (1995) – Trabajos arqueológicos en el subsuelo de la Plaza de Europa (antiguo Garaje Villar). Ciudad de Murcia, *Memorias de Arqueología*, vol. 3, pp. 354-397.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (1994) – Una nueva propuesta de investigación y gestión de yacimientos urbanos: la ciudad de Murcia, *Paisajes Rurales y Paisajes Urbanos: Métodos de Análisis en Historia Medieval*, pp. 157-203, Zaragoza.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (1996) – Plantas altas en edificios andalusíes: la aportación de la arqueología, *Arqueología Medieval*, nº 4, pp. 107-137.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2000) – Génesis y evolución urbana de Murcia en la Edad Media, *Murcia Ayer y Hoy*, pp. 40-130, Murcia.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2001) – El urbanismo islámico y su transformación: el caso de Murcia, *La Ciudad Medieval: de la Casa al Tejido Urbano*, pp. 71-129, Cuenca.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2003) – Sobre la ciudad islámica y su evolución, *Estudios de Arqueología Dedicados a la Profesora Ana María Muñoz Amilibia*, pp. 319-381, Universidad de Murcia, Murcia.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2004) – Evolución del paisaje urbano andalusí. De la medina dispersa a la saturada, *Paisaje y Naturaleza en Al-Andalus*, pp. 232-267, Fundación El Legado Andalusi, Granada.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2007a) – *Siyāsa. Estudio Arqueológico del Despoblado Andalusi (ss. XI-XIII)*, Murcia.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2007b) – *Las Ciudades de Alandalús. Nuevas perspectivas*, Instituto de Estudios Islámicos y del Próximo Oriente, Zaragoza.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2009a) – De la medina a la villa: las transformaciones urbanísticas de la ciudad de Murcia tras la conquista cristiana, *Simposio Internacional Ciudad sobre Ciudad. Interferencias entre Pasado y Presente Urbano en Europa*, pp. 235-290, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid.
- NAVARRO PALAZON, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P. (2009b) – El poblamiento andalusí tras la conquista castellana, *Alfonso X y su Época. Catalogo de la Exposición Celebrada en Murcia*, pp. 726-739, Murcia.
- PUJANTE MARTINEZ, A. (2004) – Excavación en el solar C/ Montijo esquina C/ Alejandro Séiquer (Murcia). Un grupo de viviendas islámicas y su evolución en época medieval, *Memorias de Arqueología. Región de Murcia*, vol. 12, pp. 451-480.
- SAUVAGET, J. (1941) – Alep. *Essai sur le Développement d'une Grande Ville Syrienne des Origines au Milieu du XIXe Siècle*, Paris.
- TORRES BALBÁS, L. (1949) – Arte almohade, arte nazari, arte mudéjar, *Ars Hispaniae*, tomo IV, Madrid.

# CONVIVÊNCIA E CONFLITO NO CALIFADO DE CÓRDOVA: DO INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA GRANDE MESQUITA À EXPEDIÇÃO DE *AL-MANSUR (IBN AMIR)*

Jorge Rodrigues\*

## Resumo

A ascensão de al-Mansur como político astuto e comandante militar capaz, foi contemporânea da última ampliação da Grande Mesquita de Córdoba, que atingiu paradigma monumental e artístico nunca antes visto no Al-Andalus e com poucos paralelos no mundo muçulmano do século X. O tamanho e o significado simbólico do edifício religioso vão a par das proezas de homem que se sobrepôs aos reinos cristãos emergentes - pelo menos durante duas décadas - e conseguiu eliminar toda a resistência política interna, atingindo um estatuto no Califado que era, na realidade, um sem igual, “servindo” um Califa, Hirshâm II, que apenas manteve o seu título mas nenhum do poder correspondente. Como primeiro-ministro, juiz e comandante do exército califal, “vitorioso por desejo de Allá”, e, finalmente, desde 996 como “Nobre Rei”, o governo de al-Mansur coloca-nos perante algumas das ideias sobre a luta religiosa, entre Cristãos e Muçulmanos, e perante as suas motivações para atacar o mais importante local santo dos Cristãos: a catedral de S. Tiago de Compostela em 997. Por exemplo, entre os mercenários do seu profissional e altamente eficiente exército havia cristãos, e estes, bem como outros aliados cristãos, tomam parte da destruição e do saque a Compostela. Um acto de fundamentalismo religioso ou simplesmente como uma forma de atrasar o que parecia ser a inevitável “reconquista” cristã da Península Ibérica do Sul e dos domínios do Califa, que os Cristãos julgavam seu “por direito” (desde que tinham sido cristianizados por um dos Apóstolos de Cristo, nem mais nem menos do que S. Tiago, considerado um dos pilares da Igreja). Contudo, ao não destruir as relíquias do santo, al-Mansur falha e permite que as forças cristãs cresçam revigoradas pela protecção de seu Santo protector. Pouco depois da morte de al-Mansur, em 1002, o Califado está em estado de caos, a braços com uma guerra civil e com a revolta de berberes do Norte de África, o que precipitará o seu fim em 1031. Al-Mansur acaba por falhar a sua tarefa impossível, e o futuro acabaria por testemunhar a ascensão dos Reinos Cristãos que haveriam de dominar a Península – durante um curto período, no século XVI, quando Carlos V constrói a nova Catedral no interior da Grande Mesquita – e também o Mundo.

## Abstract

The rise of al-Mansur, as a shrewd political man and a effective military commander, was accompanied by the last architectonical expansion of the Great Mosque of Cordoba, reaching an artistic and monumental paradigm never seen before in the Al-Andalus and with very little parallels in the Muslim world of the tenth century. The size and symbolic meaning of the religious building went along with the feats of a man that overpowered the rising Christian Reigns – at least for two decades – and managed to wipe out all the internal political resistance, reaching a status in the Caliphate that was, in fact, second to none, “serving” a Caliph, Hirshâm II, that only kept his title but none of the power associated do it. As prime-minister, judge, chief-in-command of the caliphate’s armies, “victorious by the will of Allah” and, finally, from 996, as “Noble King”, the ruling of al-Mansur makes us put into perspective some given ideas about the fights of religion, between Christians and Muslims, and his own motivations for what now seems a last and desperate attempt to undermine the Christians morale, by attacking the most important of their local sanctorum: the Cathedral and shrine of St. James (Santiago) of Compostela, in 997. For example, Christians were amongst the mercenaries that formed his professionalized and highly efficient army, and these same mercenaries – along with other Christian allies – took part in the destruction and looting of Compostela. An act of religious fundamentalism or simply a way to delay what seemed to be the unavoidable march of the Christian “re-conquest” of the Iberian Peninsula, towards the south and the domains of the Caliphate, regaining for the Christian faith the territories that were theirs “by right” (since they had been Christianized by one of the Apostles of Christ, none the less than James, meant to be one of the “pillars” of the Church), the fact is that the al-Mansur failed, when he chose not to destroy the saint’s shrine, and the Christians grew stronger than before, revigorated by the potentia of their Saint protector. Shortly after his death, in 1002, the Caliphate was the stage of chaos, with civil war and the revolt of the berberians, from North Africa, that would in fact speed its fatal end, in 1031. The al-Mansur had failed, in his impossible task, and the future would witness the rise of the Christian States that would dominate the Peninsula and – for a short period, in the XVIth century, when Charles V built the new Cathedral inside the Great Mosque – also the World.

---

\* Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A Grande Mesquita de Córdoba (*Qurbat al-wali al-Kabir*), no coração da Andaluzia, em pleno Sul de Espanha, é uma das mais notáveis construções religiosas jamais empreendidas por qualquer cultura, com impacto artístico e cultural que ultrapassa em muito os contextos medieval e islâmico, exercendo um fascínio que influenciaria depois as construções dos conquistadores cristãos do século XIV (Crespi, 1982, p. 25; Viguera, 2006, pp. 164, 398), que levaria Carlos V a conservar o essencial da edificação quando nela ergue a “sua” Catedral cristã no século XVI (Fig. 1) e continuaria a constituir uma referência de exuberância e excelência artística ao longo de todo o período Moderno, no eclético e romântico século XIX, chegando aos nossos dias como testemunho do Património da Humanidade da UNESCO.

Marca do poder do futuro Califado e do Islão no Ocidente entre os séculos VIII e X, a Grande Mesquita é igualmente uma referência da permanência dos Omíadas após a sangrenta derrota em Damasco, face aos Abássidas, em 750: Abd al-Rahman I, o emigrado, conquista Córdoba em 755 e aqui funda um emirado independente do poder Omíada em 756 (Stirlin, 1997, p. 88). A consolidação do seu poder é rápida: derrotados logo após o desembarque de Tariq em 711, os

senhores godos tinham fugido para Norte, fixando-se nas Astúrias onde, em 722 Pelágio conseguira finalmente travar o avanço muçulmano em Covadonga, sendo esta data geralmente aceite como a da formação do Reino cristão que iniciará o processo de reconquista do território peninsular. Por outro lado, a vitória de Carlos Martel sobre as hostes de Abd al-Rahman na Batalha de Poitiers (ou de Tours), em 732, tinha igualmente marcado os limites da expansão e domínio islâmico: era na Península Ibérica, no essencial, que se decidiria a sorte da afirmação muçulmana na Europa.

Aliás, o primeiro espaço religioso islâmico da cidade, testemunho da tolerância e do pragmatismo dos primeiros senhores muçulmanos, instalar-se-ia numa parte da igreja de San Vicente (Gómez-Moreno, 1959, p. 19), dividida de modo a servir os dois cultos, cristão e muçulmano (Dodds, 1992, p. 11). Solução que não se revelaria eficaz durante muito tempo, face ao crescimento da população islâmica e à necessidade de albergar condignamente num templo de dimensão adequada à oração, sobretudo à oração de sexta-feira e às dos dias solenes e festivos (Yarza, 1981, p. 28). Foi assim que Abd al-Rahman I terá comprado aos cristãos a parte que ainda lhes pertencia, por volta de 784, sendo a igreja demolida e iniciada, em 785, a



**Figura 1.** Grande Mesquita e Catedral de Córdoba: vista geral, do lado sul do Guadalquivir, vendo-se a massa da Catedral erguendo-se acima do edifício, de aparência fortificada, da Mesquita.

construção da Mesquita, ainda modesta então, mas já a Grande – ou principal – Mesquita da medina de Córdoba, assumindo plenamente o seu papel de “matriz” e de templo califal, sendo concluída em pouco tempo (Dodds, 1992, p. 12), uma vez que estaria já aberta ao culto no ano seguinte embora ainda incompleta à data da morte do Emir, em 788.

Separavam-se assim de forma irredutível os caminhos de muçulmanos e cristãos, embora a tolerância, como veremos mais abaixo, continuasse a marcar a prática política e religiosa dos senhores islâmicos; tolerância intermediada por alguns períodos de fundamentalismo religioso que marcaria o conflito entre os dois campos da barricada. Os cristãos, no entanto, continuaram a viver em números consideráveis e talvez mesmo maioritários (Grabar, 2008, p. 34) nas terras do Al-andalus, sendo o seu culto tolerado desde que respeitasse algumas regras fundamentais do culto religioso islâmico, quer quanto à estrutura dos edifícios (em boa medida inspirados nos protótipos da arquitectura visigótica), quer quanto à “proibição” – na prática – da utilização de imagens e ícones na sua liturgia. A par da tolerância vinha, no entanto, o pragmatismo dos primeiros governantes islâmicos, pouco habituados à complexa gestão de grandes cidades e das suas populações, e desesperadamente carenciados dos impostos que os infieis cristãos pagavam; aliás, mais do que basearem o seu governo e o desenho das suas cidades no das suas precedentes godas (virtualmente inexistentes como tal), os muçulmanos recuaram até às mais vincadas evidências organizativas e estruturantes do território, herdadas do período da ocupação romana (Grabar, 2008, pp. 33, 34), assumidas no entanto com o individualismo que os caracterizava.

A construção original da mesquita, constituída pelas onze naves perpendiculares à desaparecida *qibla* original, que foi sendo “empurrada” pelas adições posteriores, conserva ainda vestígios arqueológicos da primitiva basílica de San Vicente, bem como a única porta original da construção – a de San Esteban –, em arco de ferradura inscrito num alfiz, que marca o modelo da alternância cromática que caracterizará depois todo o edifício, fruto também dos restauros de Abd al-Rahman II em 855 (Gómez-Moreno, 1959, p. 58).

Nos emirados de Hishâm I (788-796) e de al-Hakam (796-822) nada de significativo foi acrescentado ao conjunto religioso que tenha sobrevivido. Só cerca de 832-3 a 848 (Yarza, 1981, p. 35) Abd al-Rahman II adiciona mais oito tramos ao conjunto inicial, prosseguindo a ampliação na direcção do rio, procedendo à destruição da *qibla* original e à construção de uma outra a cerca de 26 metros da primeira, aumentando o número de colunas para 200 (Stirlin, 1997, p. 90) e quase duplicando a área do edifício original. Terá sido no decurso do emirado de Abd al-Rahman II que se terá construído a primeira *maqsura* (Dodds, 1992, p. 16) ainda sem a dimensão ou exuberância decorativa da actual, que terá marcado uma – rara, no mundo islâmico – hierarquia de espaços dentro do edifício religioso.

Nas duas primeiras fases da construção é visível a irregularidade quer dos capitéis, com alguns jónicos mas maioritariamente de inspiração coríntia, muito desiguais entre si e juntando claramente materiais de aproveitamento romano e visigótico (nomeadamente da primitiva igreja de San Vicente), quer dos fustes, igualmente muito diferenciados, no talhe como nos materiais. A estes elementos estruturantes juntam-se outros, de feitura já islâmica, que se tornarão dominantes conforme se vão sucedendo as ampliações do edifício, conforme o Al-Andalus vai consolidando a sua riqueza e também conforme vão, naturalmente, escasseando os materiais de aproveitamento...

Com Abd al-Rahman III atinge-se, por um lado, um nível de riqueza ímpar para o califado (Crespi, 1982, pp. 182-186) e, por outro lado, novo patamar político com a auto-proclamação pelo Emir do título Califal, em 929 (Stirlin, 1997, p. 90), facto que, aliado à construção da cidade palatina de *Madinat al-Zahra*, lhe permitirá afirmar um poder ímpar no contexto político e económico do século X. A construção da cidadela palatina, aliás, marcará um novo patamar de esplendor e sofisticação, funcionando como uma estrutura diplomática – para a adequada recepção das embaixadas estrangeiras, islâmicas ou cristãs – com arquitectura áulica de extrema eficácia. Situada a escassa meia dúzia de quilómetros de Córdoba, a cidade ergue-se a meia encosta, dominando a planície que acede à capital do Califado, permitindo assim fugir quer ao seu calor sufocante, como às intrigas palacianas que levariam a tantos assassinatos políticos no mundo islâmico. Estrutura auto-contida, muralhada e

com a sua própria mesquita, a cidade teria espaços para uma significativa guarnição militar – de defesa e aparato – para os órgãos políticos e administrativos do Califado, que para ali muda a sua corte em 945, bem como para a própria corte e para o Califa, o mais notável dos quais seria o Salão de Abd al-Rahman III, uma espécie de Sala do Trono de representação do seu Poder perante os seus súbditos e as embaixadas estrangeiras.

A *Madinat al-Zahra* apresenta estrutura urbana e intrincada decoração que remetem para os modelos orientais de Bagdad e Samarra dos séculos VIII e IX (Grabar, 208, pp. 203, 208; Hernandez, 1985; Vallejo Triano, 1995), características que, no período da sua construção – em meados do século X – se destacavam pela imponência no Califado. Facto que poderá estar ligado, por um lado, à assunção das origens do Califa, ligando-o à original expansão palestina, mesopotâmica e síria do Islão e, por outro lado, à necessidade de ostentação que uma estrutura de função diplomática sempre implica: retórica do Poder Político e da Força Militar aqui associadas de forma exemplar. Os embaixadores, muitas vezes cansados após longa e perigosa viagem, seriam acolhidos junto ao grande Pórtico oriental (Fig. 2), na estrada que vinha de Córdoba, realizando depois estudado percurso que passava pelo Edifício Basilical Superior e pelas sumptuosas ruas e fachadas da cidade, antes de chegarem à presença do Califa, onde seriam como que “esmagados” pela magnificência do seu Salão (Fig. 3).

A acção do primeiro Califa cordovês não teria a mesma expressão nas obras da Grande Mesquita, modificando e ampliando, em 951, o pátio ou *sahn* na direcção norte, onde faz erguer o minarete ou alminar com quase 35 metros de altura que não só substituiu a pequena construção de Hishâm I, como se tornou no primeiro minarete a funcionar com o sentido simbólico de afirmação da presença islâmica no ocidente, reproduzindo também aqui os modelos vistos na Síria, na Mesquita Grande de Damasco, em Samarra ou em Bagdad; junto a este rasga-se ainda hoje a Porta do Perdão que, tal como o minarete (hoje torre sineira), seria muito modificada no século XVI por Carlos V, mantendo ambos, no entanto, significativos vestígios do período da construção original.

Na segunda metade do século X, após a subida ao trono de al-Hakam II, filho de Abd al-Rahman III,

em 964 (consagrando assim uma efectiva sucessão dinástica no novo Califado), é empreendida a mais notável e sumptuosa renovação ornamental da Mesquita, atingindo o seu ponto culminante quer do ponto de vista arquitectónico como decorativo. Uma nova ampliação do conjunto, sempre mantendo a largura das onze naves originais, “empurra” de novo a *qibla* na direcção do rio Guadalquivir, desta vez em cerca de 46 metros (Gómez-Moreno, 1959, p. 91), ampliando de forma significativa o espaço da sala de orações, que quase duplica, contando agora com 320 colunas (Stirlin, 1997, p. 90). É, no entanto, com a construção da nova *maqsura* e do *mihrab*, alinhado com aquela, que se atinge o paroxismo na arte da arquitectura fantástica (quer nos arcos da *maqsura* como nas cúpulas do *mihrab*, só com paralelo no Alhambra de Granada), da escultura, do estuque, da pintura e – sobretudo – do mosaico, de tradição – e mão-de-obra – bizantinas (Segundo o cronista árabe Ibn Idhari, citado por Yarza, 1981, p. 78 e Crespi, 1982, p. 168) que, com os seus tons dominantes de dourado e azul (combinados com preto, verde e amarelo, e com inscrições corânicas), dão à parede da *qibla* uma monumentalidade ímpar, “podendo interpretar-se [toda esta intervenção artística] como intrusões da arte palatina num santuário” (Grabar, 2008, p. 162).

Finalmente a última ampliação – e aquela que particularmente nos interessa para nos ajudar a compreender o seu encomendante – foi empreendida em 987 por Ibn Amir, o al-Mansur (Stirlin, 1997, p. 91). Pela primeira vez a ampliação dá-se no sentido da largura, e não do comprimento (tornada impossível pela proximidade do rio), com mais oito naves acrescentadas às onze originais no lado leste, obra executada de tal forma que foi mantida a evidente unidade espacial da sala de orações (Fig. 4). Com a sua área quase duplicada (de novo), a sala ostenta agora 44 pilares interiores e o extraordinário número de 554 colunas, com arcos de diversas tipologias – ultrapassados, de volta perfeita, quebrados, abatidos – mas todos unificados pelo sistema de decoração cromática, alternando aduelas (verdadeiras ou simuladas) em branco com outras em tijolo (ou pintadas dessa cor), dando ao edifício uma variedade e animação únicas (depois copiada até pela arte cristã do românico, em Tournus ou Vézelay, por exemplo). Uma outra característica interessante é a adopção de um arco de descarga ou duplo arco, solução que uma vez mais remete





**Figura 2.** Grande Mesquita e Catedral de Córdoba: vista geral do interior e da “floresta de colunas” – 554 no total – que dão ao colossal edifício uma grande unidade espacial, quase “diluindo” no seu interior a Catedral de Carlos V.



**Figura 3.** *Madinat al-Zahra*: vista da entrada dos Embaixadores, o grande Pórtico que seria coroado por uma torre e que se destinaria a impressionar os visitantes, simbolizando o poder e magnificência do Califa.

para a tradição da antiguidade clássica, bem evidente para os conquistadores muçulmanos nessa obra maior que é o imponente aqueduto de Segóvia.

Esta última ampliação revela, de forma particularmente eloquente, a visão do mundo de Almansor, bem como a forma como ele se coloca em manifesta relevância nesse mesmo mundo: por um lado a construção respeita a tradição e influências das construções “históricas” dos Omíadas da Síria (sobretudo da Grande Mesquita de Damasco), Palestina e Norte de África (sobretudo de Kairouan), colocando-se Almansor na linhagem simbólica da tradição e como herdeiro dessa mesma tradição, uma vez que a sua (grande)

ampliação não desvirtua a obra herdada; por outro lado, e graças ao seu mecenato, a obra alarga-se num espaço que abarca agora – simbolicamente –, sob a alçada do Islão, a imensidão do Mundo que o seu poder político e militar domina, resultando as colunas, multiplicadas à exaustão (numa aproximação simbólica a um espaço sem fim) como uma aproximação à ideia de um Califado sem limites, onnipresente e onipotente, uma *opera omnia* que integra, completa e suplanta a dos Califas cordoveses que o “precederam”, transformando o Almansor (em termos simbólicos), naquele que realiza o grande desígnio do Islão em terras do al-Andaluz, aquele que – apesar de não ter sido Califa – suplantou os próprios califas pelas suas obras, de que a Grande Mesquita será o testemunho mais perene.

Al-Mansur – ou Almansor – era oriundo de uma velha família Árabe de proprietários de terras de Algeciras, sendo filho de um académico com alguma fama na cidade, que o envia para Córdoba para estudar sob a tutoria de seu irmão, tio de Almansor, logo aí revelando as ambições quanto ao futuro do jovem, com mais possibilidades de singrar politicamente junto à corte califal do que retirado numa cidade secundária. De facto, desde cedo que Almansor se insinua nos meios políticos cordoveses entrando, graças à influência de al-Mushafi, então Vizir, na corte de al-Hakam II – como tutor de seu filho, o futuro Hishâm II – facto que, como veremos, se revelará decisivo para a fortuna da carreira política e militar do futuro *qādi*. Pouco tempo depois começa a acumular cargos que marcarão a sua ascensão no Califado: director da Casa da Moeda, em 967; Tesoureiro, em 968; *qādi* (ou juiz) para Sevilha e Niebla, no ano seguinte e, finalmente, inspector das tropas mercenárias de Córdoba em 976, o que terá decerto inspirado as reformas militares que irá depois empreender (Reilly, 1993, p. 86).

O ano de 976 fica marcado pela morte, em Outubro, do Califa al-Hakam II, numa altura em que o seu filho tinha apenas dez anos. Com a colaboração da viúva do Califa, Subh, e do Vizir al-Mushafi, é montado um verdadeiro golpe palaciano que marcará não só o fraco califado de Hishâm II – sobre o qual Almansor, como seu tutor, tinha um evidente ascendente – mas também a meteórica ascensão ao poder de facto do Almansor: al-Mushafi é nomeado *hajib* (ou primeiro-ministro) e Ibn Amir torna-se conselheiro de Estado, suprimindo de forma efectiva toda a oposição na corte

e administração do Califado. Então com 36 anos, terá ganho a “afeição” de Subh (de quem se terá provavelmente tornado amante), tendo chefiado a polícia califal e as tropas que derrotam a rebelião marroquina. Educado e hábil, Almansor ganha rapidamente fama como político inteligente, astuto e diplomático mas também impiedoso e sem escrúpulos (Callaghan, 1983, p. 126).

Como chefe militar, faceta sob a qual melhor o conhecemos, Almansor não descuraria uma boa preparação política do terreno insinuando-se, com a sua reconhecida habilidade, nas cúpulas da hierarquia dos exércitos califais. Assim, começa por casar, em 975, com a irmã do general Ghalib, comandante das tropas de Medinaceli e um dos mais respeitados comandantes militares do califado (Reilly, 1993, p. 87). A sua ambição leva-o a querer fugir à dependência quer da hierarquia militar, que utiliza na sua ascensão (como veremos), quer da hierarquia política, representada pelo al-Mushafi - não só como servidor público mas também como comandante militar - assumindo, em Fevereiro de 977, o comando da sua primeira campanha que devasta a cidade de Salamanca. Aqui acumula um grande saque que distribui de forma liberal entre as suas tropas, facto que se tornará decisivo para o aumento da sua popularidade em Córdova (Callaghan, 1983, p. 127).

Numa primeira fase desta sua afirmação política e militar irá contar com o apoio de Ghalib e de Subh para aprisionar e depor, em Março de 978, o *hajib* al-Mushafi, tornando-se ele próprio *hajib*, agora com os recursos do califado à sua disposição (Callaghan, 1983, p. 127). Embora não tivesse formação militar organizou um exército de grande eficiência, abolindo a organização tribal e assentando a sua estrutura em mercenários, berberes e cristãos, profissionalizados e pagos sobretudo com os ricos saques que foi conseguindo com as suas 52 expedições contra os Estados Cristãos (Callaghan, 1983, p. 127). Esta estrutura assumia características de grande modernidade, isentando, ao mesmo tempo, os cidadãos da obrigação de cumprir um “serviço militar” (pagando para isso) e os chefes militares dos constrangimentos que os conflitos tribais sempre originavam: formado por mercenários, profissionalizado e eficaz, o exército de Almansor – sobretudo uma força de cavalaria, rápida e mortífera – torna-se arma temível nas lutas que empreenderá nos 24 anos do seu “reinado” (Callaghan, 1983, p. 149). A modernidade deste modelo organizativo pode ser aquilatada pela comparação com os reinos Cristãos, que apenas começarão a ter exércitos profissionais algumas centenas de anos depois, a partir do período Moderno...



**Figura 4.** *Madinat al-Zahra*: interior do Salão de Abd al-Rahman III, a verdadeira “Sala do Trono”, última etapa do percurso dos Embaixadores e sala de recepções do Califa. A sumptuosa decoração, em estuque e pintura, está há vários anos a ser reconstituída a partir dos milhões de fragmentos recuperados pelos arqueólogos, que montam um verdadeiro *puzzle* à escala natural.

Logo nesta fase, de aparente sucesso político e militar, numa altura em que inspirava o temor e respeito dos seus adversários cristãos, os objectivos conseguidos pelo Almansor podem ser considerados como – no mínimo – limitados, uma vez que não conseguiu alargar as fronteiras do Califado nem destruir nenhum dos Estados Cristãos em consolidação. As suas campanhas mantiveram, internamente, um evidente favor popular não só devido aos ricos saques que trazia para Córdova – e ao orgulho da cidade e do Califado nas suas vitórias sobre os infiéis – mas sobretudo pelo facto de ter imprimido às suas constantes campanhas o cunho de uma Guerra Santa permanente, fazendo com que (através da hábil manipulação da corte califal e da opinião pública) os Estados Cristãos surgissem aos olhos dos cordoveses como uma ameaça ao Islão, concitando o apoio popular para as suas iniciativas militares e relegando para segundo plano a sua efectiva usurpação do poder califal.

Dos seus sucessos militares alguns são internos, como o que o oporá a Ghalib, apoiado pelo Conde Garcia Fernandez de Castela e pelo Rei Sancho Garcia II de Pamplona/Navarra, travando batalha junto a Medinaceli em Julho de 981, que se cifrará na vitória definitiva de Almansor e na morte de Ghalib (Reilly, 1993, p. 87). Em seguida sucedem-se campanhas contra Ramiro III de Leão, derrotado em Simancas; contra o Conde Borrell II, culminando na queda e incêndio da cidade de Barcelona em 985; contra a abadia de Sahagún e Leão em 988, reagindo à expulsão dos seus mercenários em 987; logo depois ataca Coimbra, Zamora e S. Pedro de Eslonza; finalmente em 989 ataca Castela e sitia Osma (Collins, 1995, p. 195; Reilly, 1993, p. 88; Callaghan, 1983, p. 129).

O seu filho Abd Allah deserta e foge para Castela, sendo depois entregue ao Almansor que o manda decapitar. Consegue também provocar uma revolta de Sancho contra o pai, Conde Garcia de Castela, derrotado perto de Medinaceli e feito prisioneiro, sendo levado para Córdova onde morrerá. Nesta altura, quer Sancho Garcia, que sucede ao pai como Conde de Castela, quer Vermudo II de Leão ou Sancho II de Navarra estão de alguma forma submetidos ao poder do *hajib* cordovês - ostentando o título de al-Mansur *billah* ou vitorioso graças a Alá após a sua vitória sobre Ghalib, o ditador obriga-os a pagar um tributo anual a Córdova ou, como no caso do Navarro, a oferecer-lhe a sua filha em casamento: convertida ao islamismo,

será a mãe do seu filho Abd al-Rahman (ou Sanjul, em memória do avô) (Callaghan, 1983, p. 128, 129).

Prosseguindo a sua ascensão política no Califado consegue, em 991, que o título de *hajib* seja outorgado a um seu outro filho, Abd al-Malik, procurando tornar o cargo hereditário. Em 996 assume ele próprio o título de Malik Karim ou nobre Rei, confirmado por Hishâm II, evitando porém a tentação – e o erro – de se auto-proclamar Califa, apesar de ser o verdadeiro soberano de Córdova (e apesar de Subh se ter afastado dele), mantendo uma corte – na *Madinat al-Zahira*, construída em 979 (Reilly, 1993, p. 88) (que “replicava” a cidadela califal da *Madinat al-Zahra*) – e um poder em tudo idênticos aos do Califa, excepto no título. Uma citação de Abdul Walid al-Himyari, do século XI, descreve de forma exemplar a relação de poderes entre o (fraco) Califa e o (poderoso) ditador:

*Negou ao Califa qualquer participação nos assuntos do governo (...) Logo que a sede do poder foi transferida para o palácio de al-Zahira, o Califa foi deixado sozinho e ignorado. As pessoas deixaram de falar nele; a sua porta permaneceu fechada e não voltou a aparecer em público. Ninguém receava qualquer mal dele nem esperava o menor benefício. Dos atributos de soberano reteve apenas o direito de inscrever o seu nome nas moedas, de ser celebrado nas orações de Sexta-feira, e de usar o título de Califa. (Reilly, 1993, p. 126, trad. do autor)*

Chegamos então aos pontos fulcrais da nossa discussão, numa problemática que mantém toda a actualidade e foi frequentemente “contaminada” pela postura ideológica de quem a conduz, a saber:

- Era a Península Ibérica do século X, com o Califado de Córdova como o grande potentado islâmico e os reinos peninsulares em progressiva afirmação (de avanços e recuos) política, militar e territorial, um campo de combate exclusivamente entre mouros e cristãos?

- Era o Almansor, com a sua formação política e diplomática, hábil e astuto, um mero fundamentalista islâmico, procurando destruir esses reinos cristãos que ameaçavam as suas fronteiras, ou antes um político pragmático que procurava assegurar a sobrevivência e permanência do Califado de Córdova, fortalecendo-o graças ao enfraquecimento dos inimigos que ameaçavam as suas fronteiras?

Para ensaiar uma resposta a estas questões, que nos ocupam já há algum tempo (Cfr. Rodrigues, 1995, p. 188, onde propusemos explicação um pouco diferente daquela que aqui ensaiamos para as razias de Almansor, particularmente para a que atingirá Santiago de Compostela em 997), teremos que considerar o que sabemos acerca da política de tolerância e assimilação dos cristãos e outros grupos (como os judeus, estes claramente minoritários), promovida pelos dois primeiros Califas, e continuadas pelo Almansor que incluíam:

- A aceitação dos *muwalladum* (cristãos convertidos ao Islão) nos órgãos da administração e do governo (muito “personalizado” na figura do Califa e dos seus próximos);

- A tolerância para com os moçárabes, que não parecem terem sido perseguidos;

- A inclusão, como vimos, dos cristãos nos seus exércitos (inclusivamente em posições de chefia), a quem era permitida a prática dos seus ritos.

Apesar desta aparente prática de tolerância, e para obter os favores dos teólogos rigoristas de Córdova, mandou queimar muitos livros de filosofia e ciência da biblioteca de al-Hakam II (Callaghan, 1983, p. 127). E na Primavera de 997 teve início a sua maior campanha que, avançando através do território que é hoje português, passa por cidades e mosteiros que destrói ou danifica, como Coimbra, Braga, Cête ou Ganfei, para se lançar depois por terras galegas e chegar a Santiago de Compostela (Fig. 5) em 11 de Agosto de 997, onde saqueia a cidade e destrói a igreja erguida por Afonso III entre 879 e 896 (substituindo a primitiva construção de Afonso II) (Collins, 1995, p. 233). As portas da igreja foram usadas para construir navios e os sinos foram levados para Córdova, onde foram colocados na Grande Mesquita como despojo da vitória. Cativos muçulmanos serão depois obrigados e levar os sinos de volta para a Catedral de Santiago de Compostela, após a conquista de Córdova por Fernando II, em 1236 (Callaghan, 1983, p. 130); o saque da campanha terá sido importante mas Almansor não perturba os sepulcros do apóstolo Tiago Maior e dos seus dois companheiros, numa atitude de respeito religioso que levanta algumas questões:

*“A catedral [de Santiago de Compostela] erigida por Afonso III foi destruída mas as relíquias do Apóstolo não foram perturbadas, uma decisão surpreendente da*

*parte de al-Mansur se, como é habitualmente aceite, ele era motivado pelo fanatismo religioso e pretendia a completa destruição dos estados cristãos. Vermudo II começou o trabalho de restauro e uma nova igreja foi consagrada em 1003, mas por essa altura o Rei estava morto, deixando um filho de 3 anos como seu sucessor.”* (Collins, 1995, p. 241)

Mais chocante é ainda o facto reportado por Roger Collins (1995, p. 197) relativo à expedição do Almansor, que contribuiu para a discussão em torno das duas questões que enunciámos antes:

*“Portanto al-Mansur, na sua expedição de 997 que culminou no saque de Santiago e na destruição da catedral que albergava o reputado corpo de Santiago, era acompanhado de nobres cristãos, os quais receberam todos uma parcela dos despojos no final da campanha.”*

Assim, não estávamos em presença de uma guerra que se movia exclusivamente por motivos religiosos, sendo frequente que se gerassem, como vimos antes, alianças aparentemente contra-natura, entre muçulmanos e cristãos, em busca de interesses mais comezinhos que se ligavam aos seus poderes pessoais e a complicado equilíbrio geoestratégico numa Península Ibérica em mutação.

Parece também claro que Almansor não se terá movido por razões de fundamentalismo religioso quando atacou Compostela, apesar de estarmos então perto do ano 1000 e de ser um período em que o



**Figura 5.** Catedral de Santiago de Compostela: aspecto da fachada principal, dando para a Praça do Obradoiro, que nada tem a ver com a fachada da igreja, de muito menores dimensões, que o Almansor encontrou em 11 de Agosto de 997; a actual é produto dos séculos XII, XIII, mas sobretudo XVII e XVIII, que determinaram a exuberante decoração barroca exterior.

próprio fundamentalismo cristão se encontrava exacerbado pelas práticas milenaristas que se generalizam em toda a Cristandade. As razões da acção do Almanzor devem ser encontradas, porém na tal complexa situação que se vive na Península, e que procuraremos agora explicitar.

Em primeiro lugar a questão de Santiago de Compostela enquanto lugar de peregrinação, desde a miraculosa descoberta – graças a prodígios e manifestações celestes – do túmulo do Apóstolo pelos anos de 813 ou 814. Numa altura, diga-se, em que as coisas não corriam bem para os Asturianos e para o seu esforço de reconquista... Após a descoberta, ou invenção [Acerca do sentido do termo invenção – o *inventio* do latim – veja-se o *Thesaurus Linguae Latinae* (1956-70), vol. VII, parte II, pp. 152, 153] das suas relíquias, porém, o panorama altera-se de forma significativa: vários Papas proclamaram a cruzada do Ocidente, que começou a trazer para as terras peninsulares não só os peregrinos que faziam um Caminho de Fé, mas também os filhos segundos da nobreza e os camponeses pobres que buscavam aqui uma segunda oportunidade – para os primeiros era a possibilidade de conseguirem o título e o domínio que não tinham na sua terra natal; para os segundos a perspectiva do saque e de uma vida melhor. E se as coisas corresse mal, a garantia da salvação – através da boa morte - porque travavam uma Guerra Santa, contra os “infiéis”.

Também a aventura era uma componente importante deste caminho, cuja importância assentava desde logo na própria relevância da figura do Apóstolo, um dos que havia sido designado – com Pedro – como um dos pilares da Igreja, missão que a sua morte prematura acabaria por não tornar possível. E também no local onde é descoberto o seu corpo, no Noroeste Peninsular, facto que comprovava que ele teria percorrido – e evangelizado – todo o território peninsular, e que a guerra que os cristãos travavam era justa porque se limitavam a reclamar uma terra que já tinha sido cristã, antes da usurpação islâmica: reconquista, portanto, e não conquista. O Caminho de Santiago era, então, Rota de Fé, rota de aventura e de cruzada mas também de comércio, de circulação de ideias e de pessoas, de lazer e descoberta, verdadeiramente a primeira rota internacional relativamente segura aberta, na Europa da viragem do milénio, graças à protecção concedida aos peregrinos, que muitos outros aproveitam. Não faltaria sequer um guia para os via-

jantes, o livro V do *Codex Calixtinus*, escrito na primeira metade do século XI em homenagem ao Papa Calixto II, verdadeiro antepassado dos guias turísticos que se vulgarizariam a partir do século XIX.

Certo é que, com o afluxo de cruzados de regiões mais centrais da Europa, o panorama militar começa a alterar-se, com a consolidação da linha do Douro, colocando uma nova pressão sobre o Califado. Também Burgos e Navarra se rebelam, sendo atacadas no ano 1000 por Almanzor, naquela que será a sua última grande expedição militar.

Factos que nos levam a pensar que a expedição empreendida contra Compostela terá sido mais uma tentativa de comprometer o inexorável avanço cristão para Sul, atacando aquele que era o seu principal centro religioso e símbolo e justificação do espírito de cruzada cristão. Com esta acção o Almanzor pretendia minar o moral dos cristãos, desmoralizando-os e comprometendo a eficácia da sua acção militar. Não parece ser crível, por isso, que visasse, com esta campanha, obter uma definitiva vitória militar, ou tentar uma conquista impossível de territórios que estavam demasiado longe da sua base de apoio, no al-Andaluz – pondo problemas de logística insuperáveis para os meios à disposição do ditador cordovês. Mais do que derrotar os cristãos - o que, como vimos, não tinha conseguido antes, no apogeu da sua capacidade militar - Almanzor parece ter querido atrasar o seu avanço para o Califado, através da desmoralização religiosa e da destruição e desorganização provocadas pela sua ousada campanha, facto que se pode associar à sua obra da Grande Mesquita: o principal centro religioso do Islão crescia, como vimos, até atingir uma dimensão e esplendor insuperáveis, enquanto os cristãos viam o seu *loca sanctorum* arrasado pela acção do Malik Karim.

Ao não destruir os túmulo do Apóstolo, porém, esta sua acção acabará por ter um resultado perverso uma vez que os cristãos vêem reforçada a sua Fé no Apóstolo, de tal forma poderoso que nem o Almanzor tinha conseguido – ou ousado – destruir o seu túmulo, as suas relíquias que são, para os cristãos, a sua presença viva e os seu santuário um dos locais privilegiados onde o Céu e a Terra se encontram, caminho simbólico para a Salvação (Brown, 1982, pp. 10, 11, 50). Aliás, tal facto testemunha a *potentia* do Santo Apóstolo, a clara manifestação da sua vontade, já que

os Santos – sobretudo os da magnitude de Tiago Maior – manifestavam de forma miraculosa a sua vontade, e esta teria “impedido” o Almansor de destruir o seu sepulcro, venerado por toda a cristandade (Geart, 1990, p. 133).

As consequências deste “fracasso” do Almanor são conhecidas: o ditador morre em Medinaceli, em 1002, quando regressava do ataque a Burgos, em Castela, e de uma expedição na Rioja. Apesar do seu filho Abd al-Malik ter sido confirmado por Hishâm II como *hajib*, e apesar de ter conduzido campanhas vitoriosas contra Navarra, Castela e Catalunha, as suas vitórias revelam-se mais difíceis e menos proveitosas do que as de seu pai, com quem é desfavoravelmente comparado, até à sua morte, em 1008 (Callaghan, 1983, pp. 130, 131).

O declínio era inevitável, com a revolta dos berberes de 1009, ano em que o Califa abdica, seguindo-se um complexo período de guerra civil, com a “vingança” dos cristãos – Castelhanos e, sobretudo, Catalães – que, aliados a Suleimão, neto de Abd al-Rahman III, entram na própria cidade de Córdoba, que saqueiam em 1010 (Callaghan, 1983, p. 131). Com a estruturação dos Reinos Cristãos – sobretudo de Leão e, depois, Castela – e a pressão militar sobre o Califado, Córdoba entrará num período de declínio rápido e acentuado, sendo governada por nada menos que seis califas entre 1018 e 1031, ano que marca definitivamente a queda do Califado (Callaghan, 1983, p. 132).

A jogada desesperada do Almansor falhara não só porque a relação de forças lhe era já, na segunda metade do século X, claramente desfavorável (facto que ele consegue disfarçar durante algum tempo com a sua astúcia política e habilidade militar), mas também porque nunca conseguiu resolver verdadeiramente as tensões internas, sociais e políticas, no seio do Califado, entre árabes, berberes e cristãos convertidos, que acabariam por originar o caos final e dariam origem às verdadeiras “cidades-estado” em que as Taifas se converteriam. Sintomático é o facto da revolta berbere ter arrasado a sua cidadela “real”, marcando de forma definitiva o fim de uma era.

## Bibliografia

- BROWN, P. (1982) – *The Cult of the Saints*, The University of Chicago Press, Chicago.
- CALLAGHAN, J. F. (1983) – *A History of Medieval Spain*, Cornell University Press, New York.
- COLLINS, R. (1995) – *Early Medieval Spain. Unity in Diversity 400-1000*, Palgrave Macmillan, 2ª ed., London.
- CRESPI, G. (1982) – *Los Arabes en Europe*, Ediciones Encuentro, Madrid.
- DODDS, J. D. (ed) (1992) – *Al-Andalus: the Art of Islamic Spain*, The Metropolitan Museum of Art, New York.
- GEARY, P. J. (1990) – *Furta Sacra. Thefts of Relics in the Central Middle Ages*, Princeton University Press, New Jersey.
- GÓMEZ-MORENO, M. (1959) – *El arte árabe español hasta los almohades; Arte mozárabe, Historia Universal del Arte Hispánico*, vol. 3, Plus-Ultra, Madrid.
- GRABAR, O. (2008) – *La Formación del Arte Islámico*, Cátedra, Madrid.
- HERNANDEZ, G. (1985) – *Madinat al-Zahra*, Padroado de Allambra y Generalife, Granada.
- REILLY, B. F. (1993) – *The Medieval Spains*, Cambridge Medieval Textbooks, Cambridge.
- RODRIGUES, J. (1995) – O Mundo Românico, *História da Arte Portuguesa*, Círculo de Leitores, vol. I, Lisboa.
- STIRLIN, H. (1997) – *Islão de Bagdade a Córdoba – A Arquitectura Primitiva do Século VII ao Século XIII*, Taschen, Colónia.
- Thesaurus Linguae Latinae* (1956-70) – G. B. Taubner, Vol. VII, parte II, Leipzig.
- VALLEJO TRIANO, A. (1995) – *Madinat al-Zahra; el salón de Abd al-Rahman III*, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, Córdoba.
- VIGUERA, M. J. (ed.) (2006) – *Ibn Jaldún. El Mediterráneo en el Siglo XIV*, Fundación El Legado Andalusi, Sevilla.
- YARZA, J. (1981) – *Arte y Arquitectura en España. 500/1250*, Cátedra, Madrid.

# CONQUISTA E OCUPACIÓN ISLÁMICA DEL NORTE PENINSULAR

José Avelino Gutiérrez González\*

## Resumo

Recientes descubiertas arqueológicas têm vindo a mostrar novas evidências materiais relacionadas com o processo de conquista e ocupação islâmica do território Norte Peninsular (Astúrias, Leão e Zamora) num momento precoce (ca 711-722). Estes novos dados vêm renovar completamente o conhecimento sobre esta temática. A evidência arqueológica consiste em defesas lineares implementadas nas portelas de montanha e em sistemas de comunicação visual conseguidos através de atalaias e de guarnições militares instaladas na Meseta e no sopé das Montanhas Cantábricas. A contundência de tais vestígios mostra, para além do mais, o forte impacto que a conquista islâmica teve junto da população e da organização estatal hispano-visigoda. Os consideráveis esforços de fortificação e defesa dos núcleos urbanos, das vias e das portelas de montanha, levados a cabo quer por Muçulmanos quer por Cristão evidenciam a importância destes acontecimentos, não obstante o curto espaço de tempo em que ocorreram e a importância que a historiografia cristã deu fundamentalmente à resistência e empreendimento conquistador dos caudillos asturianos.

## Abstract

Recent archaeological discoveries show evidences about the islamic conquest and settlement in northern of Spain (Asturias, León, Zamora), in early times (c. 711-722), updating some aspects of this matter. Evidences are walls blocking the way in the Cantabrian mountain passes, beacons along the military routes and garrison towns on the plateau. In addition, these categorical evidences prove that the islamic conquest had a strong impact on local people and visigothic state. The considerable effort made by Muslim as well as Christian forces to fortify and defend towns, routes and mountain passes, show the importance of these events despite their short term and the greater significance of the Asturian rebellion in the Christian Chronicles.

## Introducción

Recientes descubrimientos arqueológicos están mostrando evidencias materiales sobre el proceso de conquista y ocupación islámica del territorio norteño peninsular (Asturias, León, Zamora), en un momento muy temprano (c. 711-722), que renuevan completamente el conocimiento que hasta ahora existía sobre esta cuestión. A partir de las fuentes escritas, básicamente las crónicas cristianas y los relatos musulmanes, los historiadores venían describiendo un proceso reducido a una ocupación episódica, sin apenas trascendencia en el territorio y la población del norte peninsular. Las escuetas noticias cronísticas, teñidas de providencialismo y rodeadas de un mistificado hálito legendario, permitían sustentar la idea de una ocupación casi anecdótica, reducida a unos pocos años y acontecimientos. Los cronistas de finales del siglo noveno, al

servicio de la monarquía astur, estaban más interesados en destacar la mayor trascendencia de las gestas cristianas que se suceden al poco tiempo, como la batalla de Covadonga, las campañas de Alfonso I y Fruela, la expulsión de los musulmanes del norte y valle del Duero y la resistencia del núcleo cristiano que se constituiría desde entonces en el reino de Asturias. Se sustentaba en ello, además, la idea de una "Reconquista" como empresa nacional origen de la propia Nación Española (Sánchez-Albornoz, 1972-1975). Esta línea interpretativa ha sido dominante en la concepción de la Historia de España, a pesar de las debilidades y contradicciones de las premisas originarias, en las que no vamos a detenernos ahora, en beneficio de la atención a las evidencias materiales del tema aquí enunciado.

En efecto, a pesar del corto intervalo temporal, las primeras acciones bélicas de conquista y ocupación islámica de los territorios norteños dejaron unas huellas de gran calado que – sin embargo – no habían sido detectadas hasta ahora. La contundencia de tales restos arqueológicos, como son las defensas lineales en los pasos de montaña, el sistema de comunicacio-

---

\* Universidad de Oviedo. Este trabajo ha sido realizado en el marco de los proyectos de investigación I+D: *Elaboración de un SIG para el estudio de las fortificaciones medievales asturianas* (PCTI FICYT, ref. IB08-172) y *Las estructuras de poder en la primera Edad Media asturiana* (DGI).

nes ópticas mediante almenaras o las guarniciones militares en la meseta y piedemonte de las montañas cantábricas, muestran además el fuerte impacto que la conquista islámica produjo en la población local e incluso en la organización estatal hispanovisigoda. Los grandes esfuerzos en fortificación y defensa de núcleos urbanos, vías y pasos de montaña, tanto por unos como otros contendientes obligan a no soslayar la importancia y trascendencia de estos acontecimientos por su corta duración temporal y por la mayor trascendencia que la crónica y la historiografía cristiana han otorgado a la reacción y éxito de la empresa conquistadora de los caudillos astures.

### La Conquista Islámica

La narración de los acontecimientos de la conquista musulmana de la Península Ibérica ha sido ya ampliamente trazada a partir tanto de los relatos crónicos cristianos como musulmanes (v. Sánchez-Albornoz, 1972, especialmente pp. 173-190, 413-484; Collins, 1991; Chalmeta, 1994, con importantes divergencias interpretativas). Por consiguiente no nos detendremos en su reiteración más que para aclarar o explicar mejor algunos de los elementos arqueológicos que aquí trataremos.

La conquista árabe del extremo norte-noroeste de la Península Ibérica debió producirse en las primeras campañas por capitulación y pacto con los gobernantes locales, coincidiendo las fuentes árabes y cristianas en la aceptación de la sumisión y pago de tributos, sin alusiones a acciones bélicas concretas. Aunque las primeras mencionan la campaña de Tariq el 711 hasta *Gilliqiya* y *Asturqa* (Sánchez-Albornoz 1972, pp. 431-435; Chalmeta, 1994, p. 158; Maíllo, 1990; 2002), sin más detalles, el hecho de que Tariq dejara a Munuza como gobernador (*prefectus*) en la ciudad de Gijón apoya la idea de una rápida capitulación. En 713-714 la campaña de Muza se dirige desde Astorga hacia Lugo, tomando las fortalezas de *hisn Baru* (¿Bergido?) y *hisn Lukk* (Lugo) (Chalmeta 1994, p. 195). Desde allí, o más bien desde Astorga, envió exploradores y destacamentos por toda la zona, uno de los cuales alcanzó la *Peña de Belay* (Pelayo) "sobre el Océano, lugar elevado y muy fuerte/bien defendido" (Ibn al-Atir, *Kamil*, IV, Al-Maqqari, *Nafh*, I, 276 en *Ibidem*, pp. 194, 195). Fuentes arábigas más tardías y poco funda-

das<sup>1</sup> relatan que:

"no quedó iglesia que no fuese quemada, ni campana que no fuese rota. Los cristianos prestaron obediencia, se avinieron a la paz y al pago del tributo personal, y los árabes se establecieron en los pasos más difíciles. Los árabes y los berberiscos, cuando pasaban por un pasaje que les parecía bien, fundaban allí un pueblo y se establecían en él" (Al-Maqqari, *Nafh*, I, en Sánchez-Albornoz, 1972, p. 475).

Con estas acciones habrían conseguido una sumisión pactada:

...[A diferencia de lo que hiciera con las zonas conquistadas por fuerza de armas] Musa b. Nusayr dejó a los otros cristianos – aquellos que estaban en refugios inaccesibles y altas peñas – sus bienes y religión a cambio del pago de la *gizya*. Éstos son los que conservaron el dominio de sus bienes en el territorio norte. Porque pactaron el quedárselos, tanto campos de frutales como tierras de sembradura, a cambio de entregar parte de su producto como tributo... (*al-Razi*, *Apud Rsiala*, p. 112, en Chalmeta, 1994, p. 194).

El reconocimiento de la nueva autoridad y el pago de impuestos no supondrían, inicialmente, para las élites locales una situación *de facto* diferente de la anterior sumisión y pacto con el estado toledano (Collins, 1991; Chalmeta, 1994; Ruiz de la Peña, 1995). Los poderosos locales que, como Pelayo, poseían importantes bienes en la región, volverían a encontrar con su intermediación una nueva ocasión de revalidar sus propiedades y su estatus ante sus dependientes (y contribuyentes) al tiempo que negociar una ventajosa posición ante el poder musulmán. Así pues, tanto las fuentes árabes como las cristianas coinciden en la ausencia de resistencia astur ante la conquista en las campañas iniciales.

Sería en los años siguientes cuando los gobernadores musulmanes inician una política más intensa de ocupación y asentamientos en el norte peninsular, instalando guarniciones militares en las ciudades y realizando más actividades bélicas en Galicia, Asturias y Septimania (*Cr. 754*, en López Pereira ed., 1980, pp. 69, 84, 85), para completar la conquista de todo el

---

<sup>1</sup> La propia naturaleza de este tipo de fuentes impide aceptar literalmente sus narraciones (Maíllo, 2002; 2009), si bien es posible intentar contrastar su contenido con la información procedente de otras fuentes, como las arqueológicas.



reino goda y afianzar el dominio político y fiscal (Collins, 1991, pp. 46-77; Chalmeta, 1994, pp. 23, 245-254). Desde 721 el gobernador musulmán ataca *ciuitates uel castella* de los francos, reprimiendo duramente a los cristianos y duplicando los impuestos (*Cr. 754*, en López Pereira ed., 1980, pp. 74, 88; Chalmeta, 1994, pp. 267, 268). Esta subida de impuestos motivó rebeliones en otras regiones (Egipto, Tánger...) y así mismo en Asturias y Septimania (Collins, 1991, pp. 76-78).

Las rápidas y poco contestadas campañas iniciales de conquista, con Tariq y Muza, no parecen haber sido objeto de respuesta y reacción, ni central ni local, en los territorios norteños como Asturias. Sin embargo, las algaras de 721-722 parecen haber tenido un carácter más agresivo, en pos tanto de un mayor afianzamiento de la dominación e imposición fiscal como de ocupación y asentamiento. Sería éste el momento de mayor presión desde las guarniciones militares en ciudades como *Legio* o *Asturica*, las principales plazas fortificadas del territorio astur, ante las montañas cantábricas, y de las cuales tenemos testimonios literarios y arqueológicos. Las reacciones y rebeliones locales se generalizan en las regiones conquistadas; entre ellas, la insumisión y rebelión de los astures, con Pelayo al frente, fue la más exitosa, aunque no sin dificultades. Soslayadas, casi despreciadas, éstas por los escritores árabes, son los cronistas cristianos quienes las refieren, si bien destacando naturalmente el éxito de la rebelión en Covadonga más que los efectos de las campañas militares árabes. Los cronistas se limitan a apuntar que, una vez conocida la rebelión de Pelayo, el gobernador envió un gran ejército con Alkama y el obispo Oppa, quienes persiguieron a Pelayo hasta la cueva del monte Auseva<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> *...hoste innumeruilem ex omni Spania exire... Uenientes-que cum omni exercitu CLXXXVII ferre milia armatorum Asturias sunt ingressi* (*Cr. rot. 8*, ed. Gil 1985, p. 124). Sorprendentemente, la *Crónica de 754* silencia la rebelión astur, relatando en cambio – con gran paralelismo entre ambas batallas en las montañas – la de los francos en el 733. En opinión de Chalmeta (1994, pp. 291-293) ésta sería la primera rebelión exitosa, anterior a la astur; los cronistas alfonsíes habrían trasladado aquella a las cumbres cantábricas, y no al contrario como pensaba Sánchez-Albornoz, quien consideraba un simple error de las fuentes árabes que sitúan las campañas contra los rebeldes del noroeste en tiempos de 'Uqba (734-739); en opinión de Chalmeta (1994, p. 297) éstas tendrían lugar como preámbulo de las revueltas bereberes:

... et allego mui grant poder, et fue sobre Galicia et ganóla, et fue luego sobre Pamplona et ganóla et entróla por

Tanto en las montañas pirenaicas como en las cantábricas los escritores árabes y cristianos resaltaron las dificultades militares de los ejércitos árabes – a pesar de su mayor número – para someter a los rebeldes, pertrechados en angostos desfiladeros y pasos de montaña. Este “dominio altimétrico” (Chalmeta, 1994, pp. 238, 291, ss.) de los locales, conocedores del terreno y de sus ventajas tácticas, bien pudo apoyarse en defensas de interceptación o clausuras lineales como las documentadas arqueológicamente en las montañas pirenaicas y cantábricas, como a continuación exponremos.

## Evidencias de Época de Conquista

### *Guarniciones militares*

En distintas fuentes escritas árabes y cristianas se

---

fuerza, et partióse dende et vinosse para Navarra, et ganóla, et ganó a Lupo (Álava) et ... ganó otras muchas tierras que aún tenían los christianos. (*Ahbar*, p. 28; *Bayan*, II, 29; *Moro Rasis*, p. 87, en Chalmeta (1994, p. 297).

...sin que quedase en *Gilliqiya* caserío (*qarya*) por conquistar, excepto la Peña. Se había refugiado allí un rey al que llamaban Pelayo con 300 hombres. Los musulmanes no cesaron de combatirlos y acosar hasta que muchos de los compañeros de Pelayo murieron de inanición, mientras otro grupo optó por someterse. Siguió menguando su número hasta no quedar más de 30 hombres, que no tenían ni 10 mujeres – según se dice. Se sustentaban de miel silvestre y se guarnecían en la peña. Continuaron alimentándose con la miel de las abejas cuyos enjambres vivían en las hendiduras de la peña hasta que los musulmanes, no logrando acabar con ellos, les dejaron, diciendo: ‘treinta bárbaros no pueden hacer gran cosa’. Les tuvieron en poco y marcharon, pero aquel asunto terminó por convertirse en grave problema” (*Ahbar*, p. 28; *Bayan*, II, 29; *Nafñ*, IV, 351, en Chalmeta, 1994, p. 298; también en Sánchez-Albornoz, 1974, II, pp. 140, 141).

La narración árabe de esta resistencia se ha localizado siempre en Covadonga, asimilándola a la geografía descrita en las crónicas cristianas, por la alusión a Pelayo, a pesar de que no se menciona el episodio rupestre sino “la Peña” defendida por 300 hombres. Lógicamente este número es exagerado para la pequeña gruta de Covadonga, pero coincidiría perfectamente con el número adecuado y suficiente para defender una de las clausuras documentadas en los puertos cantábricos de La Mesa o La Carisa (v. *infra*), cuyas brechas y minas evidencian un denodado asedio; además, la localización de los arsenales o depósitos de cantos para hondas y *fundíbalos* al interior de la muralla lineal y la torre de Busián se corresponden con las armas descritas en la narración (*fundíuali, lapides*, *Cr. Rot.*, ed. Gil, 1985, p. 10). Igualmente, la resistencia situada por las crónicas alfonsíes en Covadonga presenta múltiples problemas de aceptación como es el acceso a una cueva colgada, el escaso espacio interior, la poca verosimilitud de los itinerarios, etc. Los cronistas podrían haber rehecho los sucesos fundiendo diversos relatos míticos con otros reales, situándolos en el paraje de Covadonga que, por razones políticas y teológicas, convenía más a la reafirmación ideológica.

relata la ocupación de las principales ciudades del norte-noroeste peninsular: Lugo, Astorga, León, Zamora, Gijón, y quizás también *Bergido*. Se trata de los principales núcleos urbanos de época antigua, amurallados con fuertes defensas desde época tardorromana y dotados con infraestructuras urbanas y aparato administrativo; constituyen, pues, los principales objetivos militares de unas campañas dirigidas a tomar el control del reino visigodo. En ellas quedarían acantonadas guarniciones, incluso parece segura la instalación en Gijón del gobernador Munnuza<sup>3</sup>. El momento de asentamiento de contingentes pudo ser gradual, desde las primeras campañas de Tariq y Muza (711-714) y años siguientes de intensificación militar (718-721) hasta la crisis de mediados de siglo, cuando las rebeliones bereberes y las expediciones cristianas de Alfonso I y Fruela provocan el desalojo militar y gubernativo de las ciudades ocupadas<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> *in ciuitate Ieione* (Cr. Rot., 8, ed. Gil 1985, p. 122), *ex ciuitate idem Iegionem maritimam* (*Ibidem*, p. 130), *in ciuitate Gegione* (Cr. Ad Seb., 11, ed. Gil 1985, p. 131), *in Iegione cibitate* (Cr. Alb., XV,1, ed. Gil 1985, p. 173); la grafía de algunas versiones de la Crónica de Alfonso III indujo a pensar a algunos autores en la ciudad de *Legione* (León) como sede del gobernador musulmán, frente a *Gegione* (Gijón); no obstante, la expresión *ciuitate maritimam* despeja dudas del lugar al que los cronistas se refieren. Sin embargo, es en León y no en Gijón donde conocemos, por ahora, huellas materiales de la instalación militar musulmana, lo que invita a no descartar la identificación con León de las referencias cronísticas.

<sup>4</sup> La Cr. Anónima del *Ajbar maymu'a* relata la sublevación bereber y las campañas cristianas en el valle del Duero, si bien atribuyéndolas a Pelayo y a Alfonso I:

"El año 132 (749-750) envió Dios un gran hambre y sequía, que fue general en todo al-Andalus, los gallegos se sublevaron contra los musulimes, y creciendo el poder del cristiano llamado Pelayo, ...salió de la sierra y se hizo dueño del distrito de Asturias. Los musulimes de Galicia y Astorga se resistieron largo tiempo, hasta que surgió la guerra civil de Abu l-Jattar y Tuwaba. En el año [1]33 (750-751) fueron vencidos y arrojados (los musulimes de Galicia), volviéndose a hacer cristianos todos aquellos que estaban dudosos de su religión, y dejando de pagar los tributos. De los restantes, unos fueron muertos y otros huyeron tras de los montes hacia Astorga. Mas cuando el hambre cundió, arrojaron también a los musulimes de Astorga y otras poblaciones y fueron replegando detrás de las gargantas de la otra cordillera, y hacia Coria y Mérida, en el año [1]36 (753-754). Siguió apretando el hambre, y la gente de al-Andalus salió en busca de víveres para Tánger, Asila y el Rif berberisco... (Cr. Anónima, *Ajbar maymu'a*, ed. y tr. Lafuente y Alcántara, 1867, pp. 61, 62, trad.: 66, 67) (Maillo, 1990, p. 245; 2002, p. 239).

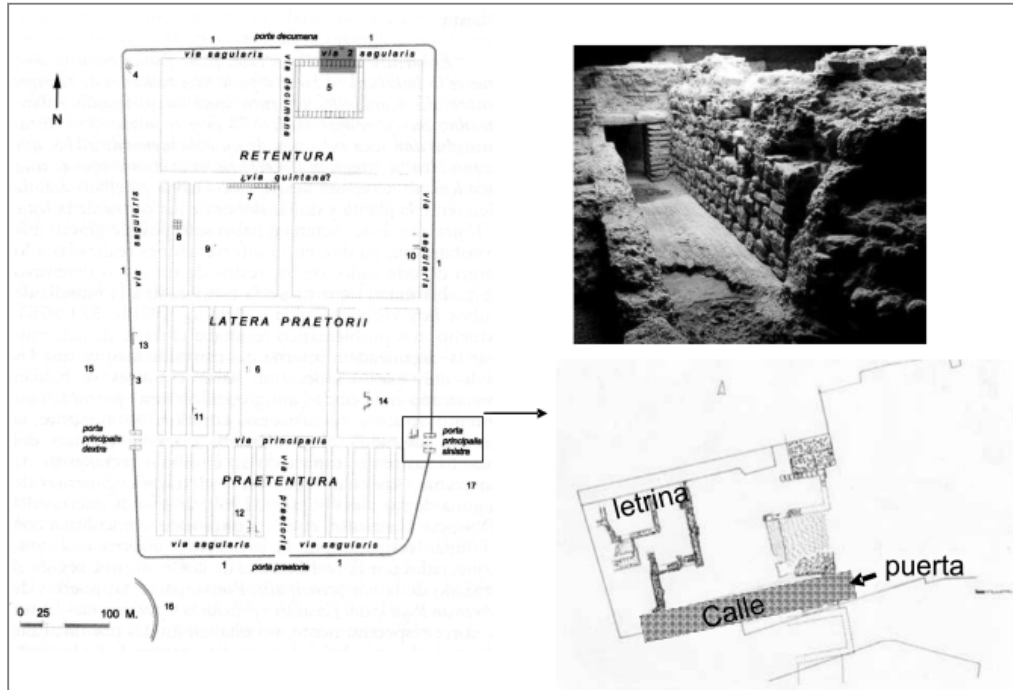
Son bien conocidos los relatos cristianos de las expediciones de Alfonso I tomando las ciudades aún en poder de los musulmanes, a quienes mata y expulsa. Entre la exagerada nómina de la crónica de Alfonso III se encuentran en el noroeste Lugo, Tuy, Porto, Aneya, Braga, Viseu, Chaves,

La magnitud de la ocupación e instalaciones militares en esos años está siendo constatada arqueológicamente en las áreas meseteñas al sur de la cordillera Cantábrica. Algunas de esas guarniciones bereberes mencionadas en los textos encuentran refrendo en recientes investigaciones arqueológicas.

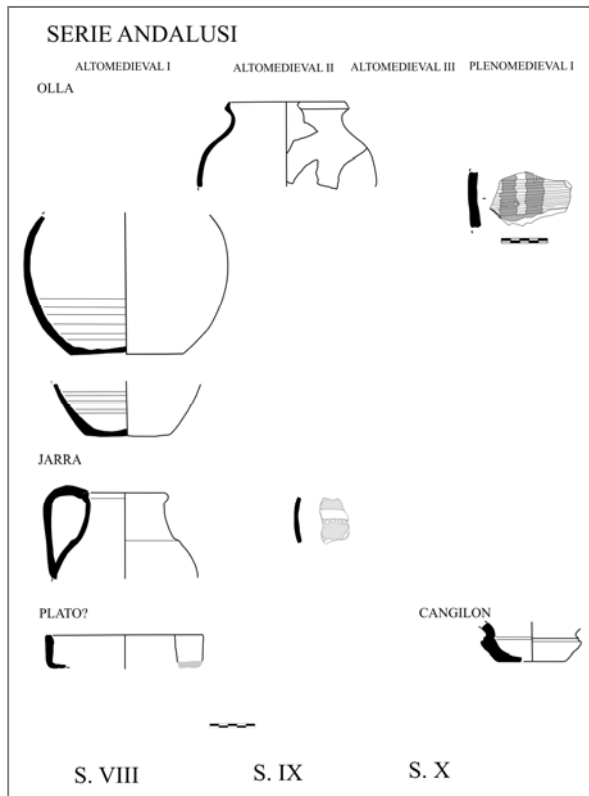
En el caso de León, se ha documentado la ocupación árabo-bereber en la zona más preeminente del antiguo campamento legionario y ciudad tardorromana al interior del recinto amurallado: el área de los antiguos *principia*, las letrinas de las termas y la *porta principalis sinistra*. En esa época se había ido modificando sustancialmente la trama del primitivo campamento militar; la mayor parte de los barracones legionarios habían sido desmantelados o transformados en viviendas y otras construcciones; la trama viaria había ido siendo alterada con construcciones, hoyos u otros elementos; tan sólo algunos tramos cercanos a las puertas, como es el caso de la *via principalis* fueron reparados en época tardoantigua. Las termas, anfiteatro, *principia* y otros edificios militares habían sido igualmente objeto de diferentes modificaciones y adaptaciones (Muñoz Villarejo *et alii*, 2002; García Marcos *et alii*, 2004; San Román *et alii*, 2004; Gutiérrez *et alii*, 2010). Únicamente el poderoso recinto amurallado, a pesar de deterioros y reformas en muros y puertas, mantenía el aspecto y carácter de una ciudad fortificada (Gutiérrez y Miguel Hernández, 1999; Gutiérrez, 2006).

Los hallazgos de la primera mitad del siglo VIII consisten básicamente en amplios lotes de cerámicas de factura y procedencia meridional, localizadas en depósitos y hoyos que cubren o cortan la última calle y niveles tardoantiguos. Se trata de cerámicas bien torneadas, con pastas alóctonas y formas bien diferenciadas de las simples ollas globulares locales: ollas de bases ligeramente convexas y borde moldurado, jarras con un asa, cuencos, etc. (Gutiérrez y Miguel Hernández, 2009). No se constatan, en cambio, obras de fortificación o asentamiento, por lo que debieron limitarse a reparar y reutilizar las defensas e infraestructuras existentes.

Zamora, Astorga, León, Saldaña, Amaya, etc (ed. J. Gil et al, 1985, pp. 131-133). La más mesurada Crónica de Albelda refiere sólo *Hurbes quoque Legionem atque Asturicam ab inimicos possessas uictor inuasit* (*Ibidem*, p. 173). Según Ibn al-Atir sería en tiempos de Fruela I cuando los cristianos recobran las ciudades del norte (Maillo, 1990, p. 245).



**Figura 1.** León. Excavaciones arqueológicas en Puerta Obispo (porta principalis sinistra del campamento militar romano). Fase altomedieval I (siglo VIII). Área de ocupación islámica en torno a la puerta y letrinas.

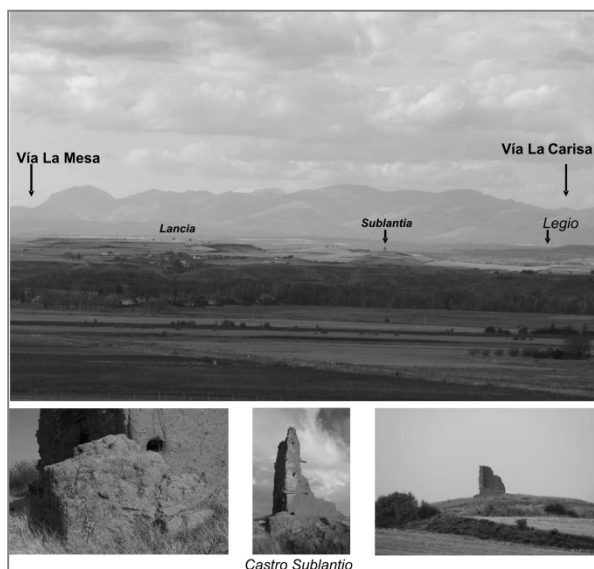


**Figura 2.** León. Cerámicas islámicas de las excavaciones de Puerta Obispo.

En otras de esas ciudades no tenemos aún evidencias arqueológicas de ocupación islámica de esta época, aunque diversos testimonios literarios e indicios arqueológicos permiten también asegurarla.

En Astorga, *Asturqa* en fuentes arábicas, hasta ahora sólo han sido documentadas cerámicas andalusíes de época califal, pero no aún del periodo de la conquista islámica. Sin embargo es mencionada habitualmente en los textos junto a León como ciudades en poder musulmán en esa época (v. *supra*). Al igual que León, su poderoso recinto amurallado con torres constituía ahora un bastión de primer orden en la estrategia militar de la conquista (Gutiérrez, 1995).

La antigua ciudad romana de *Lancia*, 15 km al sureste de *Legio*, había sufrido una gran decadencia desde época tardorromana, aunque no un total abandono, a juzgar por algunos hallazgos de época visigoda (Gutiérrez y Benítez, 1996). Tampoco aquí se han producido aún hallazgos de estos momentos, si bien conocemos varios indicios que apuntan hacia una utilización militar islámica, bien constatada en la Crónica Albeldense al narrar las campañas emirales de 878-883. Las noticias de castramentación de ejércitos emirales y cristianos en el *castro Sublantio* sí cuentan



**Figura 3.** Situación del Castro Sublantio en la meseta leonesa, frente a las Montañas Cantábricas.

en cambio con su confirmación arqueológica<sup>5</sup>. En las proximidades de la antigua ciudad de *Lancia*, sobre una colina circundada por terraplenes terreros, se conservan los cimientos de una torre de planta rectangular construida con grandes sillares, de probable cronología romana. Los hallazgos materiales de esa época nos han permitido identificar aquí el mencionado *castro Sublantio* y su relación con los acontecimientos bélicos (Gutiérrez, 1995, pp. 323-324). Desde la torre, posiblemente aún funcional como almenara en esta época, es perfectamente visible el entorno de León, así como las vías de aproximación hacia la cordillera, visible desde aquí en toda la línea de horizonte hacia el norte.

En Zamora, igualmente han sido documentados contextos y materiales de cronología emiral en el área de la catedral y castillo, además de los arrabales y vegas del Duero, que permiten afirmar la importancia y extensión de la ocupación islámica en la ciudad en

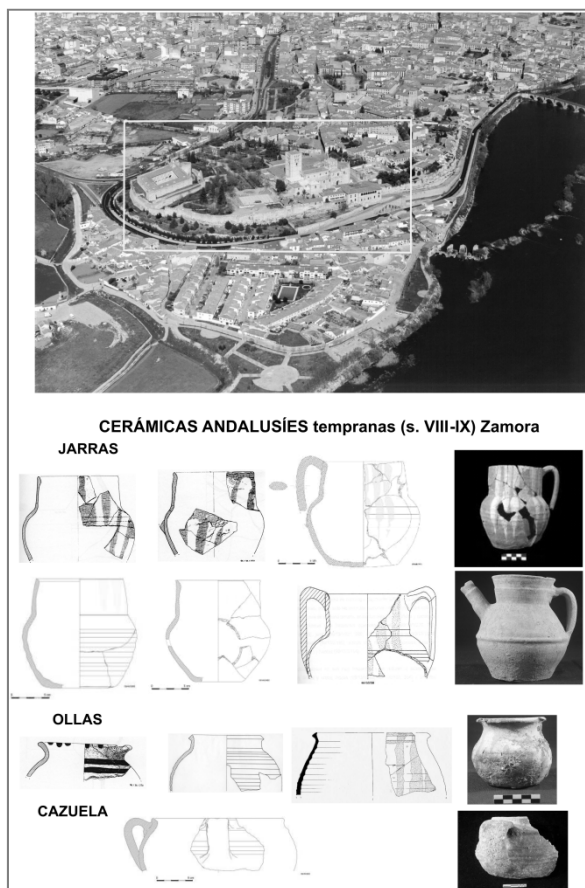
<sup>5</sup> La Crónica de Albelda relata ampliamente las diversas campañas de Almundir contra las fortificaciones leonesas en época de Alfonso III, en las que el *castro Sublantio* desempeña siempre un importante papel militar en la castramentación y preparación de contiendas ante las algaras emirales. En 878 Almundir se dirige allí pero se le adelanta el rey Alfonso disponiendo su ejército para la batalla y obligando así a retirarse a las huestes agarenas. En 883 se adelanta Almundir y se asienta en el *Sublantio castro*, pero en esa ocasión el rey dispone la batalla ante la misma ciudad de León (Cr. Alb., XV, 12 y 13, ed. Gil, 1995, pp. 177-180). Para la identificación arqueológica del *castro Sublantio* v. Gutiérrez (1995, pp. 323-324).

un amplio periodo temporal (Larrén y Nuño, 2006, Zozaya *et alii*, 2010).

No disponemos aún de información arqueológica de este proceso en Lugo, Gijón, *Bergido* u otras ciudades del norte y noroeste peninsular, aunque no debe excluirse su posible aparición ahora que vamos conociendo mejor el registro material, sobre todo cerámico, de esta época.

#### *Itinerario de conquista y ocupación islámica: vías y comunicaciones*

Desde estas guarniciones de León, Astorga, Zamora, *castro Sublantio*..., partirían los destacamentos militares hacia las Montañas Cantábricas<sup>6</sup>, reiterando un patrón de asentamientos campamentales e itinerario



**Figura 4.** Zamora. Situación de las áreas con ocupación islámica temprana y selección de materiales cerámicos (a partir de Larrén y Nuño, 2006; Zozaya *et alii*, 2010).

<sup>6</sup> Así consta en campañas emirales posteriores (v. nota siguiente).

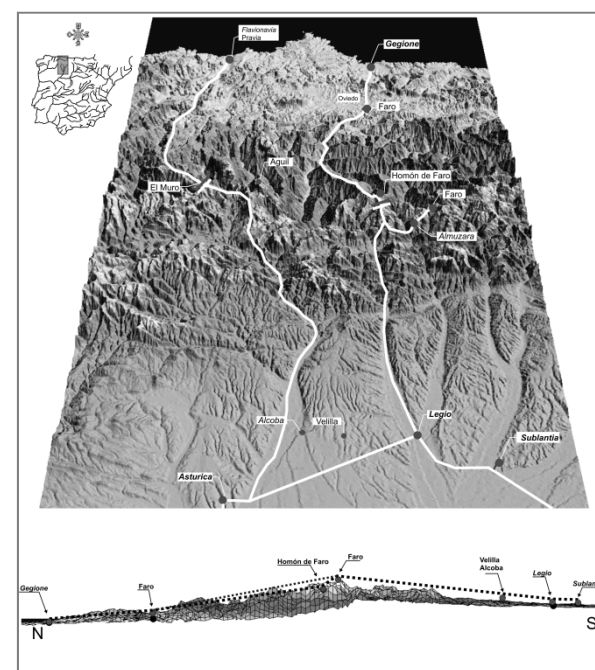
similar al de la conquista romana. Precisamente las vías de La Carisa y La Mesa, creadas por las legiones romanas en su conquista del solar astur trasmontano, seguían siendo los itinerarios con mejores condiciones tácticas para el avance de tropas procedentes del sur, por discurrir a gran altitud (1800-1600 m) por las cumbres o cordales de las sierras que de sur a norte se extienden desde los puertos de la cordillera hasta el interior de Asturias, sin descender a los encajados valles y evitando así los dificultosos escobios y vadeos, más propicios además a emboscadas (Uría Riu, 1971; Sánchez-Albornoz, 1972).

El avance hacia Asturias debía asegurarse con otros destacamentos o puestos de comunicaciones intermedios entre la meseta y la divisoria de la cordillera, jalonando las vías militares. Aunque aún no disponemos de una completa documentación arqueológica, algunos restos materiales, noticias cronísticas e indicios toponímicos permiten apuntalar estas hipótesis sobre el proceso de avance y ocupación militar. Partiendo de Astorga<sup>7</sup>, el itinerario hacia Asturias (*Flavio-navia*, Pravia, González, 1979) por la vía de La Mesa (Uría Riu, 1971; Sánchez-Albornoz, 1972) remonta el valle del Órbigo, desde la mansión de *Vallata* en las proximidades del puente de Hospital de Órbigo. A 12 km (26 km desde Astorga) se encuentran los expresivos topónimos de Velilla y Alcoba de la Ribera<sup>8</sup>, donde

hemos localizado un asentamiento castreño con restos cerámicos altomedievales. Más al norte, otras fortificaciones medievales situadas en colinas, alturas y peñones (torre de Ordás, Garaño, Barrios de Luna, Mallo de Luna, Sena de Luna, San Emiliano, Torrebarrio, Torrestío, v. Uría Riu 1971, pp. 475, 502-503; Gutiérrez, 1985; 1995) jalonan la vía hasta la divisoria del puerto de La Mesa antes de encontrarse con la barrera de El Muro (v. *infra*)<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Desde Astorga, ocupada desde los tiempos de Tariq y Muza, salieron varias expediciones posteriores, como las de Hixem I en 794 y 795 (Uría Riu, 1971) relatadas por los escritores árabes Ibn Adari e Ibn al-Atir con más detalle que las crónicas asturianas. En la primera de ellas el ejército árabe no debió encontrar ningún obstáculo, llegando hasta Oviedo, destruyendo iglesias y obteniendo gran botín (*Ibidem*, pp. 487, 488), aunque a su regreso por la misma vía de la Mesa fueron emboscados en *Lutos* (*Ibidem*, pp. 490, 491). En 795, partiendo de nuevo de Astorga por el mismo recorrido, se encuentran con las tropas cristianas acampadas en un lugar entre la *Galikia* y *EçCakhra* (La Sierra) con ayuda de los vascones y los francos (*Ibidem*, pp. 491-493, identifica el encuentro en el valle de Torrebarrio, aunque la descripción podría corresponder y ajustarse más bien a la clausura de El Muro de la Mesa). Los escritores árabes señalan que Abd al-Karim estaba bien informado de los movimientos de tropas cristianas, seguramente debido a las comunicaciones de los exploradores (*Ibidem*, p. 495), lo que confirma el empleo de instalaciones como las que hemos identificado bajo los topónimos Faro y derivados (v. *infra*). En esta ocasión el ejército musulmán derrota a los cristianos, que huyen a refugiarse en castillos del interior asturiano junto al río Nalón, regresando con mucho botín (*Ibidem*, pp. 494-499).

<sup>8</sup> Documentado en 885 como *Castro Alcoba* (Gómez Moreno, 1919, p. 120). En las campañas de Almundir de 882, dirigiéndose desde Castilla a León y conociendo que Alfonso III



**Figura 5.** Itinerario de la conquista islámica del norte peninsular: vías, almenaras bases y guarniciones, así como clausuras astures de montaña.

espera con su ejército en la ciudad, el ejército árabe lo evita, cruzando el río Esla, incendiando castillos hasta llegar a Alcoba, desde donde envía emisarios al rey, sin duda sintiéndose seguro en el campo (¿campamento?) de Alcoba (*...ipsa hostis trans flumen Estora perrexit, castella munita succendit et de campo Alcope ad flubium Urbicum missos regi nostro direxit...*, Cr. Alb., ed. Gil, 1995, p. 178). Los topónimos formados a partir de *qubba*, con significado de torre o fortificación temprana andalusí han sido ya señalados en el norte peninsular por J. Zozaya (2002, p. 57; 2005, pp. 35, ss.) y R. Martí y S. Selma (2002, p. 101).

<sup>9</sup> Uría Riu (1971) reconoció y describió ya el itinerario; igualmente intuyó ya el carácter defensivo de El Muro de La Mesa (*Ibidem*, pp. 476, 477, 503, 504), aunque no pudo relacionarlo con estos momentos, a falta de cronologías precisas.

Desde *Sublantio* y León hacia el norte cantábrico (Oviedo, Gijón) se dirige la vía Carisa, el camino militar más directo hacia el centro astur y la ciudad de Gijón. A lo largo del camino se escalonan varias fortificaciones altomedievales encaramadas en los picos más altos del trayecto (castillos de Alba, Gordón, Barrio de la Tercia). Cerca de la divisoria cantábrica se encuentran varios lugares con topónimos significativos: Las Peñas de Faro (2112 m), Puerta de Faro (2025), Portilla de Faro (1852 m), Collado de Faro (1712 m), en torno al puerto de Vegarada, y el lugar de Almuzara (mun. Cármenes), en las vegas del alto valle del río Torío, al pie meridional del puerto de Piedrafitá (1683) y justo en la bifurcación hacia este puerto y hacia los de Vegarada y Puerta de Faro. El lugar, llano y abierto al pie del último escalón de los puertos montañosos, reúne buenas condiciones para alojar un campamento de concentración de tropas, especialmente de caballería, como indica el topónimo Almuzara<sup>10</sup>. Una posición y condiciones semejantes reúnen las vegas de Genestosa, entre Torrebarrio, el Castro Lutarieto y el castillo de San Emiliano (Gutiérrez, 1985, pp. 45-47), al pie de los puertos de la Mesa y Ventana.

Sobre ese escenario constan diversas campañas y enfrentamientos entre tropas árabes y cristianas a lo largo del siglo VIII, tanto en los primeros momentos de la conquista (711-714), como en las campañas del 722 ó las de 794-795, donde – a pesar de la mayor resistencia y organización cristiana – los ejércitos musulmanes derrotan, destruyen y superan en ambos casos las defensas de los pasos montañosos locales, quienes deben refugiarse en las montañas y castillos del interior de la región y aprovechar la fragosidad y el conocimiento del terreno para realizar emboscadas.

### ***Faros de interior***

A lo largo de ese itinerario de conquista, como en otras zonas del noroeste y nordeste hispano, contamos

<sup>10</sup> En 742, a la vuelta de la campaña de represión contra el alzamiento en Mérida, el gobernador sirio Talaba llega a Córdoba, acampando en sus afueras, en la *almuzara* (*Ajbar maymú'a*, p. 45, cf Chalmeta, 1994, p. 326). Sobre el topónimo Almuzara v. J. Oliver Asín (1962) quien lo interpreta como "hipódromo", "estadio", "lugar de entrenamiento de los caballos", "lugar de alardes, concentraciones y desfiles militares", aunque también como "tierra de labor", que cree más apropiado para los lugares rurales del noroeste (León, Zamora, Galicia), donde es frecuente, relacionado con inmigrantes mozárabes.

con abundantes indicios de localización de puestos de vigilancia y comunicaciones que apoyarían el avance y ocupación militar andalusí<sup>11</sup>. Se trata de torres, almenaras o atalayas ("faros") de transmisión de señales mediante el fuego, instaladas en promontorios elevados, con gran visibilidad sobre grandes distancias y especialmente sobre los caminos que cruzan de la meseta a la cordillera, así como en otras zonas más próximas a la costa, formando un complejo sistema de alerta y comunicaciones<sup>12</sup>. Ya hemos referido la torre del *castro Sublantio*, con amplia visibilidad sobre las vías de *Legio* hacia la cordillera y de la que consta su utilización en la aproximación y castramentación en las campañas emirales.

Con el término *Faro* no sólo se designan, pues, los faros costeros<sup>13</sup>, sino también los faros del interior, incluso en zonas montañosas como las altas cumbres cantábricas próximas a las principales vías militares. Uno de estos faros de interior se localiza en la vía Carisa, cercano a la divisoria de la cordillera, en un lugar con amplia visibilidad sobre todo el centro de Asturias y precisamente, ante la defensa lineal que intercepta el camino (v. *infra*). Este muro o clausura de La Carisa se construyó entre el promontorio denominado El Homón de Faro, a 1660 m, y otro resalte menor, al otro lado de la vía, el Portichu o cantu Bu-

<sup>11</sup> Recuérdese el empleo de exploradores y destacamentos avanzados desde Astorga o Lugo ya en la campaña de Muza (v. *supra*). Igualmente cumplió esa función de atalaya Gibraltar, el *Gabal Tariq*, en el desembarco de 711 (Chalmeta, 1994, pp. 129-131).

<sup>12</sup> Aunque han sido localizadas en diversas áreas peninsulares y mediterráneas de la conquista árabe, es notable su concentración en el nordeste y noroeste, con topónimos tan significativos como Faro, Haro, Alfaró, Almenara, Torre, Vellilla, entre otros. Recientemente, corresponde a R. Martí (2008) la identificación y relación de estos sistemas de comunicaciones con la conquista y ocupación árabe de la Península, realizando así mismo una primera aproximación arqueológica y toponímica a su catalogación y definición. El empleo del fuego (ahumadas diurnas y fuegos nocturnos) motivaría la equiparación de las *menaras* árabes con su equivalente latino, faro, como son descritos ya por Orosio en el siglo V (*pharum*), San Isidoro refiriéndose a los faros costeros (*Farum turris est ... eo quod flammaram indicio longe videatur a navigantibus... Etym. XV.2.37*) o en glosarios francos del siglo VIII alusivos a las torres de señales (*farus... turris speculatoria*, cf en Martí 2008).

<sup>13</sup> Como la la Torre de Hércules en La Coruña, que jugó un importante papel en el avistamiento y defensa ante los normandos en época de Ramino I, el 843 (... *Nordomanorum gens... nabali exercitu nostris peruenerunt in partibus. Renimirus... ad eorum aduentum magnum congregavit exercitum et in locum cui nomen est Farum Brecentium eis intulit uellum... Cr. Rot.*, ed. Gil, 1985, p. 142).

sián, donde se construyó una torre de gran visibilidad sobre la vía militar. Sin embargo, el Homón de Faro se encuentra al norte de la línea amurallada, es decir al otro lado de la teórica línea enemiga y, además, no es el pico con mejores posibilidades visuales, obstaculizado por otras cumbres más altas; las prospecciones en el lugar no han dado resultados, si bien una ahumada no precisaría necesariamente la construcción de grandes estructuras<sup>14</sup>. En cambio, el cercano monte Curriechos o Picu Boya<sup>15</sup>, a 1728 m, donde se emplazó un campamento militar romano siglos atrás, y situado precisamente frente a la muralla lineal (Camino *et alii*, 2005), reúne mejores condiciones visuales. Desde la explanada superior del monte es visible la mayor parte de la vía militar, desde el paso de la cordillera (4 km al sur) hasta las inmediaciones de Ujo, donde la sierra descende al valle de Lena. Además desde ese punto se avistan otros posibles "faros" que cubren gran parte del centro de la región, así como otros caminos militares: hacia el este se encuentran las Peñas de Faro (2112 m), sobre el puerto de Vegarada y el collado de Faro, al inicio de la Sierra de Conforcos y el Cordal de Murias, que descende también hacia Ujo por el valle del río Aller. Hacia el oeste el Pico del Aguil (1875 m) se encuentra sobre la vía de La Mesa, unos cientos de metros al este del collado del Muru donde se levantó la otra defensa lineal (Camino *et alii*, 2007a, p. 253). Aunque en ninguno de estos picos se han producido hallazgos o estructuras que pudieran relacionarse con las almenaras de la conquista árabe, no cabe descartar instalaciones muy someras (hogueras), sin estructuras construidas o conservadas, habida cuenta del corto margen temporal en que se supone que pudieron utilizarse. Por el contrario, sí tenemos constancia de algún tipo de construcción en la cima del monte de la Grandota, en término de Faro, sobre Oviedo, visible también desde el Picu Boya y con óptimas condiciones de comunicación óptica<sup>16</sup>. Desde ahí es igualmente visible la costa y concretamente Gijón, cubriendo, pues, el tramo más meridional de la vía Carisa desde el centro de la región astur hasta el mar.

<sup>14</sup> Es posible, también, pensar en un desplazamiento toponímico del "faro" hacia el Homón, indicativo de mojón (amontonamiento de piedras con cierto aspecto antropomorfo) al asumir la función de límite territorial entre los concejos de Aller y Lena.

<sup>15</sup> También topónimo expresivo de su función como señal visual.

<sup>16</sup> Las cuales se evidencian en tiempos actuales con la instalación de varias antenas de transmisiones.

Otros topónimos de Faros sobre montes del interior o en sierras prelitorales, dejando aparte naturalmente los faros costeros, se extienden por Asturias y Galicia; pudieron también ser utilizados en este contexto histórico, si bien aún no disponemos de la pertinente comprobación arqueológica<sup>17</sup>. A lo largo de los itinerarios militares que hemos reseñado debieron instalarse algunas almenaras o faros más, para cubrir distancias apropiadas para las comunicaciones ópticas mediante fuegos y ahumadas (en torno a 30 ó 40 km) así como para evitar puntos ciegos sin visibilidad. Aunque en las prospecciones realizadas en algunos promontorios propicios, como pueden ser los castillos altomedievales mencionados, no hemos localizado indicadores arqueológicos de estos momentos, es posible que futuras investigaciones proporcionen nuevas evidencias.

#### *La defensa autóctona del territorio astur: Defensas lineales y clausuras*

El avance musulmán desde la meseta hacia Asturias y la costa cantábrica se encontró con resistencia organizada mediante defensas lineales, a modo de *clausurae*, en pasos de montaña, como son los casos de El Muru de la vía de La Mesa y El Homón de Faro sobre la vía de La Carisa (Camino *et alii*, 2007a; 2007b).

En época tardoantigua se documentan frecuentemente *clausurae* y *claustra*, en pasos de montaña y desfiladeros pirenaicos, alpinos, ilíricos o norteafricanos<sup>18</sup>, con los que guardan ciertas semejanzas las

<sup>17</sup> Tales son Faro en Peranzanes, cerca del puerto del Trayecto, Faro, en Barrantes (Lugo), el monte Faro (Sabugo, Otur, conc. Valdés), Pico Faro (Tapia de Casariego), el Faro (Biedes) o Faro (Ribadesella) (Martí, 2008). Igualmente presenta un emplazamiento apropiado el Monte Rodiles (Villaviciosa), donde hemos documentado una defensa amurallada de época tardoantigua que debió desempeñar una función destacada en la vigilancia costera.

<sup>18</sup> Historiadores aquitanos del siglo V como Próspero de Aquitania (*Epit. Chr. I*) mencionan *clausurae* en los Alpes; Orosio (*Hist. adv. pag.*, VII, 40, 6-9; en Grosse ed., 1947, p. 30) relata *ad Pyrenaei claustra* que defendían las tropas reclutadas entre sus siervos por Dídimos y Veriniano en 407 y por donde los *honoriaci*, auxiliares bárbaros, franquearon el paso a los germanos en 409. Autores de los siglos VI y VII (Procopio, *De edificis*; Cassiodoro, *Variae epistolae*; Cód. Justiniano I; Nov. Teodosio; Theophylact Simocatta, *Hist. Emp. Mauricio* cf. Napoli y Rebuffat, 1993, 35-39) las incluyen entre las fortificaciones lineales, en desfiladeros y montañas. Así, Procopio describe las *kleisourae* como gargantas y desfiladeros en los que se construían fortines bizantinos (*oxuroma*),

defensas astures en los puertos de La Carisa y La Mesa. No se trata en estos casos de barreras fronterizas de grandes extensiones, al modo de la muralla de Adriano en el *limes* británico o en tiempos altomedievales el *limes saxonicus*, el *Offa's Dyke* o el *Danevirke* (Brather, 2001; Curta ed., 2005; De Meulemeester y O'Connor, 2007, pp. 318, 319), sino de muros o barreras lineales, de unos 500 m de longitud en el primero y 120 m en el segundo, compuestos por una muralla y un escarpe o foso, además de otros elementos como una torre en el extremo occidental del Homón de Faro, cerca de la angostura del camino, interpuestos transversalmente en caminos que discurren a gran altura (por encima de los 1600 m.s.n.m.) por largos y tendidos cordales en dirección sur – norte desde la cordillera Cantábrica hasta el interior de la región asturiana sin descender a los encajados valles. Estas barreras se sitúan no en la divisoria de la cordillera, sino unos km más al norte (5 y 4 km respectivamente), en zonas estrechas de los cordales, donde las vías se encajan además entre resaltes rocosos, interceptando así el paso en puntos de alto valor táctico y estratégico, de modo que un pequeño número de defensores puede frenar el avance de una tropa mucho más numerosa y

---

denominando *diateixisma* a las defensas lineales. Cassiodoro (*V. ep.* II, 5) menciona las *clausurae augustanae*, identificadas con barreras lineales en los Alpes (Lauterborn, 1926; Schmidt, 1927), siguiendo la crónica del 455 de Próspero de Aquitania (*Epit. Chr.* I). Desde el siglo V y VI (cf Cód. Justiniano 1, 31-4 en 443 y 1, 27-2-4 en 534; Nov. Teodosio 24, 1 en Napoli y Rebuffat, 1993, 37-38), aparece en los *limites* con *duces* al cargo una jerarquía entre campamentos o *castra*, *clausurae* – fortines en desfiladeros guarnecidos por sesenta soldados (*sexaginta milibus in augustanis clusuris iugiter constitutis annonas...* cf Cassiodoro, *V. ep.* II, 5,1) – y *burgi*, pequeños fortines o torres de vigilancia (*custodes*). La *Historia Wambae*, al narrar la campaña septimana contra el rebelde *dux* Paulo en 673, enumera los *castra Pirineica* de los que se apoderó Wamba: *...Nam in castrum quod uocatur Clausuras* (Grosse ed., 1947, p. 330). Los *itineraria* compilados en la *Crónica Albeldense* señalan la distancia de 40 millas entre Gerona y *Clausulas* (*Cr. Alb.* XI, ed. Gil, 1985, p. 157). Napoli y Rebuffat (1993, pp. 35-43) rechazan que las *clausurae* fueran defensas lineales, inclinándose por su significado como fortines en desfiladeros y pasos de montaña, que son los que realmente denominan *klausourae* los autores justinianos. Las defensas lineales recibieron de los autores antiguos otros nombres (*murus*, *uallum* – empalizada –, *claustra*, *fossatum*, *bracchium*...) (*Ibidem*, pp. 40-43). Sin embargo, a veces romanos y bizantinos emplearon también el término *clausurae* para definir las defensas de cierre de esos pasos estrechos y montañosos o para torres y fortines en muros fronterizos (*Ibidem*, p. 39). Así define también Whittaker (1989) las defensas del *limes* magrebí en Túnez y Libia, destinadas a controlar el paso de pastores y rebaños, más que a impedir el paso de tropas.

poderosa con un empleo de fuerza mucho menor (Camino *et alii*, 2007a; 2007b).

La muralla del Homón de Faro, de 6,5 m de anchura, está construida con paramentos de mampostería mal careada de lajas de arenisca local cogidas con barro y relleno interior de cascotes con tierra, compartimentado con muros transversales a modo de cajones<sup>19</sup>. Ante ella un andén de 4,5 m la separa de un escarpe tallado de 4 m altura. En el sector central la muralla estaba construida con vigas y postes de madera encofrando un relleno de bloques, que recuerda la técnica centroeuropea de las *pfostenschlitzmauer* coetáneas (Brather, 2001). Cerrando el extremo occidental del paso, en el cantu Busián, se edificó una torre cuadrangular de 7 m de lado y dos o tres alturas, que constituiría, sin duda, una torre vigía de gran dominio visual sobre el camino y el entorno a lo largo de varios kilómetros. Junto a ella y en la plataforma interior de la muralla se hallaron varias acumulaciones de centenares de guijarros (con una media de 10 cm de diámetro y 0, 61 kg de peso medio) dispuestos, al parecer, como arsenal para hondas y *fustibalos* (Camino *et alii*, 2007a, pp. 230-246). Las múltiples evidencias de zapas de minado, derrumbes masivos e intensos incendios muestran una rápida acción destructiva, acaecida en un tiempo muy cercano a su construcción, como constatan las dataciones radiocarbónicas obtenidas (*Ibidem*, pp. 250-252).

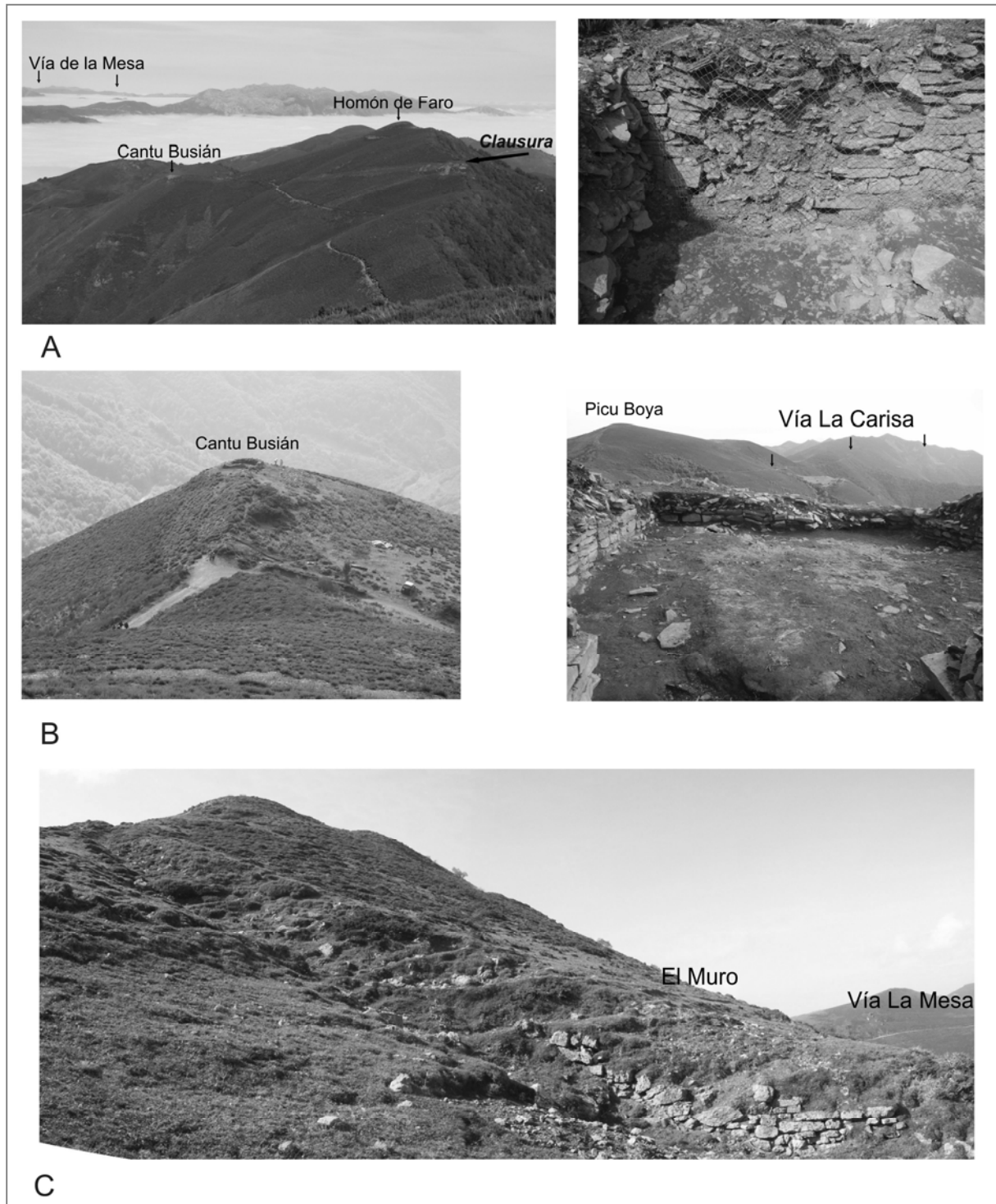
La muralla de El Muru, en el Cordal de la Mesa, presenta una coincidente situación (4 km al N del puerto) y emplazamiento táctico, en el estrechamiento del camino a su paso entre un resalte rocoso y el fondo de valle, con un amplio control visual del camino y puerto de La Mesa. Ante un pequeño foso (1 m de profundidad y 3 m de anchura) se elevó una muralla de 5 m ancho, con bloques mampostería irregular tomada con tierra. Las muestras de destrucción rápida y el arco cronológico (660-710) es también coincidente con las dataciones de la muralla del Homón de Faro (*Ibidem*, pp. 246-248).

Otras barreras o *clausuras* semejantes se han localizado en pasos cantábricos y pirenaicos, como la de Arteketa-Campaita (Uhart-Cize), junto a la vía romana

---

<sup>19</sup> Esta técnica de compartimentación constructiva en "cajones" guarda una estrecha similitud con las murallas de "módulos" de tradición antigua en la región (Camino, 2000; Camino *et alii*, 2007a).





**Figura 6.** Defensas lineales de El Homón de Faro en la vía de la Carisa (A y B) y de El Muro en la vía de La Mesa (C).

de Burdeos a Astorga en su travesía de los Pirineos por los puertos de Cize (cols de Bentarte, de Lepoeder y de Ibañeta), entre Saint-Jean-le-Vieux y Roncesvalles.

El promontorio de Arteketa<sup>20</sup> domina el paso culminante de la vía, así como el santuario de Campaita y otros

<sup>20</sup> En vasco "paso estrecho".

asentamientos romanos a lo largo de la vía (Gaudel y Tobie, 1988, p. 36; Buffières y Desbordes, 2006, pp. 68, 69; Tobie, 1997, pp. 134-136). Desde su cima hasta el camino se extiende una muralla de bloques de piedra encajando un parapeto de tierra. En las laderas se han hallado diversos objetos de hierro y bronce, destacando algunas armas (hachas disimétricas y franciscas; puntas de lanza, jabalina), fíbulas cruciformes y apliques decorados, piezas todas ellas de tipo germánico (Gaudel y Tobie, 1988, p. 36; Tobie, 1997, p. 130)<sup>21</sup>. Todo ello prueba la importancia estratégica del control de los pasos de montaña por el ejército romano a comienzos del siglo V, mediante *clausurae* y *burgi* (pequeños puestos militares en elevaciones sobre las vías, sin funciones ni estructuras propias de asentamientos permanentes) (Tobie, 1997, pp. 134-136). Aunque se ha supuesto el abandono de estos puestos desde entonces, diversos indicios muestran el mantenimiento y uso militar en tiempos tardoantiguos y altomedievales: expediciones visigodas contra los vascos (Suintila en 621, Wamba en 672, Rodrigo en 711), campañas musulmanas a través de los Pirineos<sup>22</sup>; tránsito del ejército de Carlomagno en el 778 en el que – regresando de su fracasada campaña contra Pamplona – es objeto de una emboscada musulmana en estos Puertos de Cize<sup>23</sup>, en un paso estrecho y boscoso entre el Col de Ibañeta y Roncesvalles, que bien puede tratarse de esta clausura, y especialmente el hallazgo de varios dirhams de finales del siglo VIII en las inmediaciones<sup>24</sup>.

Otras murallas y fuertes dominando vías romanas en pasos angostos han sido igualmente documentadas en los puertos de Perthus y Panissars, sobre la *via Domitia* (Tobie, 1997, p. 129). Recientemente se han identificado algunas murallas de tierra y fosos transversales a caminos antiguos en otros pasos

---

<sup>21</sup> Armamento y adornos de este tipo son propios de la infantería auxiliar germana desde la segunda mitad del siglo IV al siglo V, con abundantes ejemplos en tumbas militares del *limes* belga y renano, si bien perduran armas similares en época merovingia (Tobie, 1997, pp. 130, 131).

<sup>22</sup> La campaña de Abd al-Rahman al-Gafiqi del 732, desde Pamplona hacia Burdeos y Poitiers se realizaría por los puertos de Cize (Chalmeta, 1994, pp. 284-287).

<sup>23</sup> V. *Cr. Rot.* 17a (Gil *et alii*, ed., 1985, p. 136).

<sup>24</sup> Dos dirham de Abd-al-Rahman I (756-788) acuñados en al-Andalus en 767 y 770, hallados cerca de la vía en Orisson, al pie de Arteketa (Buffières y Desbordes, 2006, p. 111), un dirham de Hisham (788-796) (*Ibidem*, p. 130). Un dirham omeya, acuñado en Córdoba, 793 (Gaudel y Tobie, 1988, p. 38; Fabre, 1994, pp. 52, 182).

cantábricos, como en el puerto del Escudo, que carecen aún de la pertinente comprobación arqueológica<sup>25</sup>.

En todo caso, es evidente la reiteración de defensas lineales y clausuras interpuestas en el camino de pasos de montaña cantábricos y pirenaicos, construidas con técnicas y emplazamientos muy semejantes y, asimismo, en cronologías similares<sup>26</sup>. Esto muestra un proceso común de defensa y resistencia, quizás organizada y planificada por un poder central más que de forma aislada e independiente por comunidades locales.

En el caso de las defensas lineales o clausuras del Homón de Faro en la vía de La Carisa y el Muru en la vía de La Mesa se ha planteado la cuestión de la posible atribución a la defensa local astur frente a las campañas militares visigodas de época de Sisebuto (612-621) y Wamba (680), o bien de la defensa organizada por el poder visigodo ante las campañas musulmanas (711-714, 721-722, 794-795), habida cuenta del arco cronológico que las dataciones radiocarbónicas ofrecen (650-710 AD cal. 1  $\sigma$ , 620-790 AD cal. 2  $\sigma$ , en Camino *et alii*, 2007a, pp. 250-253). La calibración de estas dataciones a 1  $\sigma$  apunta más bien a los momentos en que se producen las primeras campañas árabes entre el 711 y el 714, si bien la calibración a 2  $\sigma$  extiende la horquilla cronológica desde 620 a 790, abarcando por tanto desde las campañas visigodas del 680 hasta fechas próximas a las campañas de Hixem I.

Las rebeliones locales contra el poder central toledano, subyugadas sucesivamente por Sisebuto y Wamba aparecen mencionadas en las crónicas visigodas y asturianas<sup>27</sup>. A tales acontecimientos podrían responder las murallas de La Carisa y La Mesa, levantadas con materiales y técnicas constructivas de tradición local y por buenos conocedores del terreno y de sus ventajas tácticas. Así mismo, la inmediata y rápida

---

<sup>25</sup> Información oral de E. Peralta y J. Camino, a quien agradecemos sus numerosas y generosas indicaciones y sugerencias sobre estas cuestiones.

<sup>26</sup> Se documentan, como hemos mostrado, a lo largo de toda la época tardoantigua, si bien con especial concentración de defensas lineales y clausuras hacia el siglo VIII.

<sup>27</sup> v.g. Isid., *Hist. Goth.*, 60-62, en ed. R. Grosse, 1947, pp. 243, 254, 255; las campañas de Wamba contra las rebeliones astures se relatan en las crónicas asturianas (*Cr. Rot.*, 1, *Alb.* XIV, 24, ed. Gil *et alii*, 1985, pp. 114, 115, 169, 170; Diego Santos, 1979) pero no en la *Historia Wambae*, lo que ha hecho dudar de su autenticidad (Besga, 2000).

destrucción encajaría igualmente con las noticias del sometimiento a cargo de los ejércitos visigodos. Sin embargo, existen varios argumentos en contra de esta interpretación. En primer lugar, aunque es posible que los poderosos locales tuvieran la capacidad suficiente y necesaria para organizar y dirigir una rebelión frente al poder central, en defensa de sus intereses y rompiendo los pactos de sumisión y tributación que sin duda establecieron con el reino toledano, más difícil resultaría la movilización conjunta y simultánea para construir y defender un sistema más complejo de clausuras de montaña que se extienden, como todo parece indicar, por los principales puertos y vías de uso militar a lo largo de la Cordillera Cantábrica. Además, la reiteración de clausuras similares en otros pasos pirenaicos parece contradecir la idea de construcciones y usos locales, a menos que supongamos contactos entre las élites astures y vasconas e igualmente respuestas similares en la resistencia y defensa de pasos montañosos. Sin embargo, como hemos señalado, es más frecuente, desde los tiempos antiguos, que la organización defensiva de este tipo de clausuras corresponda a una iniciativa de fuertes poderes centrales, los únicos con la suficiente capacidad para imponer un modelo de control territorial a gran escala y común en regiones periféricas bien lejanas unas de otras. La semejanza, en cuanto a planteamiento táctico, de estas clausuras cantábricas no sólo con las pirenaicas sino con otras romanas y bizantinas en zonas alpinas, ilíricas, dacias, etc. aboga por una ordenación estatal más que por iniciativas locales y autónomas.

Existen también otras coincidencias técnicas entre las grandes y las menores defensas lineales coetáneas (ca 700-800) en ámbitos continentales y britanos, y es que, a pesar de la común tradición romana en su concepción limitánea, recurren a técnicas, materiales y usos locales, como son las murallas terreras, los cajones, encofrados o entramados de palos o *pfostenschlitzmauer*, diferentes pero emparentados entre sí.

Además, tanto las dataciones de las clausuras cantábricas como los hallazgos de dirhams cordobeses (de finales del siglo VIII) en las pirenaicas apoyan la idea de una resistencia semejante, y quizás organizada en común, frente a otro poder militar fuerte, procedente del sur y ante el cual resultaría mejor cerrar los pasos de montaña que presentar batalla en campo abierto. La resistencia ante la conquista islámica en ambas zonas de las montañas cantábricas y pirenaicas

está igualmente constatada en fuentes escritas cristianas y musulmanas, tanto en los primeros años de la conquista (ca 714-722) como en las sucesivas campañas de castigo y de intentos de sumisión (ca 760-795)<sup>28</sup>. Estos acontecimientos, especialmente los de comienzos del siglo VIII, parecen encontrar una mejor correlación con las defensas lineales cantábrico-pirenaicas, tanto por las dataciones radiocarbónicas de las primeras como por las semejanzas tácticas y constructivas, como venimos exponiendo.

Sin embargo, resulta difícil admitir simplemente que tales obras fueran levantadas por el propio ejército visigodo ante la invasión musulmana, precisamente en su momento más crítico, derrotado, debilitado, dividido y teniendo que atender además a rebeliones internas. Habida cuenta de que el ejército visigodo, más que componerse de compactos y numerosos cuerpos legionarios estaba integrado por tropas privadas de la nobleza territorial, que prestaba su apoyo al poder central a cambio de privilegios y reforzamiento de su poder local (Pérez Sánchez, 1989), cabe pensar que la construcción y defensa de las clausuras fuera encomendada a los poderosos locales de los respectivos territorios. Bajo la teórica dirección y planteamiento poliorcético de los estrategas militares centrales, lo que explica las similitudes tácticas y constructivas entre unas y otras, los trabajos, intendencia y defensa pudieron correr a cargo de las élites locales, quienes contarían con una capacidad de organización y exigencia de prestaciones laborales y militares entre la población, suficiente para atender las necesidades de cada clausura.

En el caso astur, los poderosos locales, quienes habían anteriormente pactado y sucesivamente se habían rebelado contra el estado toledano, también habrían aceptado inicialmente la sumisión y el pago de tributos a los conquistadores musulmanes. Sin embargo, disputas de diversa índole (según las crónicas Pelayo, que había sido enviado en embajada a Córdoba, se enfrenta a Munnuza por desposar a su hermana, otra muestra de alianza entre élites) o insumisión fiscal ante la elevación tributaria llevaron a la ruptura y rebelión de los caudillos astures. En ese contexto, previo a la escaramuza de Covadonga y el triunfo de la resistencia local, se explica perfectamente la construc-

---

<sup>28</sup> V. Uría Riu (1971, pp. 469-515) para las campañas omeyas del 794-795.

ción de las clausuras, con la confluencia de intereses entre las élites locales y los jefes militares visigodos<sup>29</sup>.

Varios argumentos históricos y arqueológicos permiten establecer y contextualizar la construcción de las *clausuras* de las vías de La Carisa y La Mesa en esta época y con estos acontecimientos.

En primer lugar, las campañas iniciales (711-714) no parecen haber ido acompañadas de importantes acciones bélicas hacia Asturias, cuyos gobernantes locales pactaron y asumieron sin resistencia el dominio árabe, aceptando el pago de tributos. Ni los ejércitos de Tariq ni los de Muza debieron entrar en Asturias; desde Astorga o Lugo enviaron exploradores y algún destacamento, suficientes para lograr de los gobernantes en Asturias una rápida sumisión que poco cambiaba o incluso pudo mejorar las condiciones fiscales pactadas con los toledanos. De haber ofrecido resistencia se habrían expuesto a una acción militar que conllevaba la destrucción de sus lugares y la confiscación de sus bienes, así como el paso por las armas y la esclavitud, como ocurrió en otras zonas resistentes. Sin embargo, la rápida instalación del gobernador musulmán designado por Tariq y el alto estatus que muestra Pelayo ante el poder cordobés en los años siguientes evidencian la existencia de un pacto. No parece, pues, que las clausuras cantábricas fueran construidas en estos momentos iniciales de la dominación árabe, aunque no debe excluirse un conato de resistencia fácilmente frustrado, como podrían indicar la primera fase del muro del Homón de Faro o la inmediata zapa y minado (Camino *et alii*, 2007a, pp. 235-237).

Sin embargo, es más probable que se deban a la reacción ante la política cordobesa de los años veinte, dispuesta a completar e intensificar la conquista y dominación de todas las regiones pertenecientes al reino goda, aumentando las instalaciones y sobre todo la exigencia tributaria. La rebelión de las poblaciones aquitanas y cantábricas, en las cuales se habían refugiado algunos nobles godos con sus tropas y clientelas, proporcionando así un mayor apoyo militar a la resistencia local, se inscribe en un proceso general y

extendido de oposición y rebeliones no sólo en las regiones periféricas de al-Andalus sino en otras peninsulares y norteafricanas. En esos momentos pudieron levantarse o reactivarse defensas lineales de interceptación (*clausurae* o *claustrae*) en los principales pasos militares de la cordillera Cantábrica y los Pirineos, construidas de una manera precipitada pero siguiendo un patrón común de localización, táctica defensiva, planteamiento poliorcético y morfología constructiva (foso, berma, muralla modular). Las evidencias de zapa, incendio y destrucción, sin mayores signos de batalla (Camino *et alii*, 2007, pp. 235-237) encuentran igualmente correspondencia con el éxito en el avance árabe, que motivan el repliegue cristiano hacia el interior montañoso oriental (monte Auseva y Covadonga). Allí se producirá el primer éxito cristiano frente a los musulmanes, originando un foco de resistencia que acabará con el dominio islámico en la región astur-cántabra.

En conclusión, las evidencias arqueológicas de las acciones bélicas de la conquista musulmana muestran un proceso sistemático, eficaz y bien organizado en tácticas militares, con una sistemática ocupación de las principales plazas hispanas, donde instalan sus guarniciones, y un sistema de comunicaciones ampliamente extendido incluso por las zonas más montañosas del norte peninsular. A pesar de su corta duración, algunas de sus huellas físicas e incluso toponímicas son contundentes, permitiendo recomponer, en cierta medida, los itinerarios del avance. La instalación militar en las ciudades norteñas también ha dejado testimonios materiales, a pesar de las sucesivas construcciones urbanas. Una vez que vamos conociendo mejor indicadores de la presencia árabe temprana, como es el repertorio cerámico, será posible identificar más elementos y estructuras, por residuales y exiguos que sean. Además de las guarniciones urbanas y las almenaras viarias, futuras búsquedas de campamentos militares y asentamientos rurales, ahora sólo conocidos por fuentes escritas y toponimia, irán completando el conocimiento de este proceso.

Igualmente, constituye una importante aportación y renovación histórica el estudio de las defensas lineales construidas por la población local y el estado visigodo en los pasos de montaña cantábricos (Camino *et alii*, 2005; 2007a; 2007b). Estas *clausuras ástures*,

---

<sup>29</sup> Alianza que se materializa inmediatamente después con la unión matrimonial entre Alfonso, hijo del *dux* de Cantabria con la hija del caudillo de Cangas, fortaleciendo mutuamente su preeminencia en la región y posibilitando las primeras campañas militares fuera de los montes.

semejantes a otras pirenaicas, muestran que además de las primeras capitulaciones y pactos, los hispanos presentaron una fuerte resistencia en el terreno más favorable. Pese a la inicial superioridad militar musulmana, que llegó a minar y superar la muralla interpuesta en la vía de La Carisa, la rebelión norteña terminaría alcanzando un éxito imprevisto, iniciando un proceso de conquista y dominio progresivo lento aunque imparparable.

## Bibliografía

- BESGA MARROQUÍN, A. (2000) – *Orígenes Hispanogodos del Reino de Asturias*, Real Instituto de Estudios Asturianos, Oviedo.
- BRATHER, S. (2001) – *Archäologie der westlichen Slawen. Siedlung, Wirtschaft und Gesellschaft im frühund hochmittelalterlichen Ostmitteleuropa*. Ergänzungsbände zum Reallexikon der Germanischen Altertumskunde 30, Berlin-New York.
- BUFFIERES, L. de; DESBORDES, J. M. (2006) – *De la Voie Romaine au Chemin de Saint-Jacques: Le Franchissement du Port de Cize*, SVP – Andorre, Limoges.
- CAMINO MAYOR, J. (2000) – Las murallas compartimentadas en los castros asturianos: bases para un debate, *Archivo Español de Arqueología*, vol. 73, pp. 27-42.
- CAMINO MAYOR, J.; ESTRADA GARCÍA, R.; VINIEGRA PACHECO, Y. (2005) – *La Carisa. Ástures y Romanos Frente a Frente*, Oviedo.
- CAMINO MAYOR, J.; ESTRADA GARCÍA, R.; VINIEGRA PACHECO, Y. (2007a) – Un sistema de fortificaciones lineales ástures en la Cordillera Cantábrica a finales del reino visigodo, *Boletín de Arqueología Medieval*, vol. 13, pp. 229-256.
- CAMINO MAYOR, J.; ESTRADA GARCÍA, R.; VINIEGRA PACHECO, Y. (2007b) – A propósito de las fortificaciones lineales ástures de El Homón de Faro (La Carisa) y El Muro (La Mesa), *Territorio, Sociedad y Poder*, vol. 2, pp. 53-64.
- CHALMETA, P. (1994) – *Invasión e Islamización. La Sumisión de Hispania y la Formación de al-Andalus*, Madrid.
- COLLINS, R. (1991) – *La Conquista Árabe: 710-797*, Ed. Crítica, Barcelona.
- COLLINS, R. (2000) – *La Europa de la Alta Edad Media, 300-1000*, Ed. Akal, Madrid.
- CR. ANÓNIMA (1867) – *Ajbar maymu'a*, ed. y tr. E. Lafuente y Alcántara, Madrid.
- DE MEULEMEESTER, J.; O'CONNOR, K. (2007) – Fortifications, *The Archaeology of Medieval Europe, vol 1. Eighth to Twelfth Centuries AD*, pp. 316-341, Aarhus University, Aarhus.
- DIEGO SANTOS, F. (1979) – De la Asturias sueva y visigoda, *Asturiensia Medievalia*, vol. 3, pp. 17-73.
- FABRE, G. (1994) – *Carte Archéologique de la Gaule, 64. Pyrénées Atlantiques*, Paris.
- GARCIA MARCOS, V.; CAMPOMANES ALVAREDO E.; MIGUEL HERNANDEZ, F., (2004) – El solar y entorno urbano de Santa María de Regla (siglos I-XV), *Actas del Congreso Internacional La Catedral de León en la Edad Media*, Universidad de León, León.
- GARCÍA MORENO, L. (1974) – Estudios sobre la administración del reino Visigodo de Toledo, *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. XLIV, pp. 5-155.
- GAUDEL, FR.; TOBIE, J. L. (1988) – Arteketa-Campaita. Un site de la fin de l'Antiquité sur la voie des "Ports de Cize", *Bulletin de la société des Sciences, Lettres et Arts de Bayonne*, nº 144, pp. 19-51.
- GIL FERNANDEZ, J.; MORALEJO, J.L.; RUIZ DE LA PEÑA, J.I. (1985) – *Crónicas Asturianas*, Oviedo.
- GOMEZ MORENO, M. (1919) – *Iglesias Mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, Madrid.
- GONZÁLEZ Y FERNÁNDEZ-VALLES, J. M. (1979) – Pravia, capital del reino asturiano, *Asturiensia Medievalia*, vol. 3, pp. 87-104.
- GROSSE, R., Ed. (1947) – *Las Fuentes de la Época Visigoda y Bizantina*, Fontes Hispaniae Antiquae, fasc. IX, Barcelona.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (1985) – *Poblamiento Antiguo y Medieval en la Montaña Central Leonesa*, León.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (1995) – *Fortificaciones y Feudalismo en la Formación y Desarrollo del Reino de León. Siglos IX-XIII*, Valladolid.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (2006) – Las fuentes arqueológicas informadoras del espacio urbano medieval: la ciudad de León como ejemplo, *El espacio urbano en la Europa medieval*, pp. 77-145, Estudios Riojanos, Nájera.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (2007) – La formación del territorio de Asturias en el periodo de la monarquía asturiana, *Enciclopedia del Prerrománico en Asturias*, pp. 17-56, vol. I, Fundación Santa María La Real, Aguilar de Campoo.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A.; BENÉITEZ GONZÁLEZ, C. (1996) – Los tiempos oscuros: la transición a la Edad Media en tierras leonesas, *ArqueoLeón. Historia de León a través de la Arqueología*, pp. 107-122, León.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A.; MIGUEL HERNÁNDEZ, F. (1999) – Génesis del urbanismo en la ciudad de León y su transformación en la Edad Media, *La Península Ibérica y el Mediterráneo entre los siglos XI y XII. III. El urbanismo en los Estados Cristianos Peninsulares*, pp. 43-90, Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real, Aguilar de Campoo.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A.; MIGUEL HERNÁNDEZ, F. (2009) – La cerámica altomedieval en León: Producciones locales y andalusíes de Puerta Obispo, *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, t. I, pp. 443-462, Ciudad Real.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. et alii (2010) – *Legio (León) en época visigoda: la ciudad y su territorio, I Congreso Internacional. Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (ss. VI-VIII)*, Toledo.
- LAFUENTE Y ALCÁNTARA, E. (1867) – Cr. Anónima, *Ajbar maymu'a*, Madrid.

- LARRÉN IZQUIERDO, H.; NUÑO GONZÁLEZ, J. (2006) – Cerámicas pintadas andalusíes en la ciudad de Zamora, *Al-Ándalus. Espaço de mudança*, pp. 244-255, Mértola.
- LAUTERBORN, H. (1926) – Die clusurae augustanae des Kassiodor als gotische Grenzsperre am Alpenrhein, *Germania*, vol. X.
- LÓPEZ PEREIRA, J. E. (ed.) (1980) – *Crónica mozárabe de 754. Edición Crítica y Traducción*, Zaragoza.
- MAÍLLO SALGADO, F. (1990) – Los árabes en la Meseta Norte en el período emiral y califal, *Las Tres Culturas en la Corona de Castilla y los Sefardíes*, pp. 243-253, Junta de Castilla y León, Madrid.
- MAÍLLO SALGADO, F. (2002) – El Reino de Asturias desde la perspectiva de las fuentes árabes, *La época de la Monarquía Asturiana*, pp. 229-249, Oviedo.
- MAÍLLO SALGADO, F. (2009) – *De Historiografía Árabe*, Madrid.
- MARTÍ CASTELLÓ, R. (2008) – Los faros en al-Andalus: un sistema original de transmisión de señales, *Fars de l'Islam. Antiques Alimares d'al-Andalus*, pp. 119-217, Barcelona.
- MARTÍ CASTELLÓ, R.; SELMA CASTELL, S. (2002) – Fortificaciones y toponimia omeya en el Este de al-Andalus, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, pp. 93-104, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- MUÑOZ VILLAREJO, F.; CAMPOMANES ALVAREDO, E.; ALVAREZ ORDÁS, J. C. (2002) – El periodo tardoantiguo en la ciudad de León. Reformas en algunas estructuras altoimperiales, *Gladius Anejos*, pp. 651-659.
- NAPOLI, J.; REBUFFAT, R. (1993) – Clausurae, *La Frontière*, vol. 21, pp. 35-43, Lyon.
- OLIVER ASÍN J. (1962) – Las dos almazaras, *Al-Andalus*, vol. 27, pp. 155-179.
- PASTOR DÍAZ DE GARAYO, E. (1996) – *Castilla en el Tránsito de la Antigüedad al Feudalismo. Poblamiento, Poder Político y Estructura Social. Del Arlanza al Duero (siglos VII-XI)*, Junta de Castilla-León, Valladolid.
- PÉREZ SÁNCHEZ, D. (1989) – *El Ejército en la Sociedad Visigoda*, Salamanca.
- POHL, W. Y H. R. (1998) – *Strategies of Distinction. The construction of Ethnic Communities 300-800*, Leiden.
- RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, J. I. (1995) – *La Monarquía Asturiana (718-910)*, León.
- SAN ROMÁN FERNÁNDEZ, F.; MARTÍN DEL OTERO, P.; CAMPOMANES ALVAREDO, E.; MUÑOZ VILLAREJO, F. (2004) – Novedades en el campamento de la *legio VII Gemina*, *II Congreso de Arqueología Militar en Hispania. Producción y Abastecimiento en el Ambito Militar*, pp. 733-745, León.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C. (1972-1975) – *Orígenes de la Nación Española: el Reino de Asturias*, 3 vols, Oviedo.
- SCHMIDT, L. (1927) – Die clausurae augustanae, *Germania*, vol. XI.
- TOBIE, J.-L. (1997) – Deux nouveaux sites de l'antiquité tardive en Basse Navarre: Gazteluzahar à Lantabat/Larceveau et Arteketa/Campaita à Uhart-Cize, *La romanización en Euskal Herria*, vol. 8, pp. 125-136, Isturitz.
- URÍA RIU, J. (1971) – Las campañas enviadas por Hixem I contra Asturias (794-795) y su probable geografía, *Estudios sobre la Monarquía Asturiana*, pp. 469-515, Oviedo.
- WHITTAKER, C. R. (1989) – *Les Frontières de l'Empire Romain*, Annales Littéraires de l'Université de Besançon, Besançon.
- WHITTAKER, C. R. (1994) – *Frontiers of the Roman Empire: A Social and Economic Study*, Baltimore.
- ZOZAYA, J. (2002) – Fortificaciones tempranas en al-Andalus ss. VIII-X, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, pp. 45-58, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- ZOZAYA, J. (2005) – Toponimia árabe en el valle del Duero, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, pp. 17-42, Palmela.
- ZOZAYA, J.; LARRÉN, H.; GUTIÉRREZ, J. A.; MIGUEL, F. (2010) – Primeros asentamientos andalusíes en el "yermo" del Valle del Duero: el registro cerámico, *IX Congreso Internacional de la AIECM2*, Venecia.

# RI BATS ET ÉDI FICES RELI GI EUX DE L'ISLAM SUR LES CÔTES DU PORTUGAL À L'ÉPOQUE MUSULMANE MÉDI ÉVALE: I SLAMI SATI ON ET JI HAD DANS LE GHARB AL-ÁNDALUS

Christophe Picard\*

## Resumo

O autor apresenta, esteado do cruzamento da informação literária com os testemunhos arqueológicos, reflexão sobre a existência de ribats, como complexos edificadas e instituição, ligada à islamização e à jihad, numa perspectiva diacrónica. Aborda a problemática que relaciona o sufismo com a presença de ribats, a partir do século XII, tal como as solidariedades religiosas entre Cristãos e Muçulmanos, evidenciadas pelos centros de peregrinação comuns, a que a conquista cristã haveria de pôr fim.

## Abstract

Crossing written sources with archaeological evidences, the author reflects about the existence of ribats, as buildings and institutions, connected with the Islamization and jihad, in a diachronic perspective. Refers to the relation between the Sufism and the presence of ribats, since the 12<sup>th</sup> century, as well as the religious solidarity between Christian and Muslims, substantiate by common pilgrimage centres, ending with the Christian conquest.

La découverte du ribat d'Arrifana, sur la côte portugaise à une vingtaine de kilomètres au nord du Cap Saint-Vincent, constitue un apport très important à la connaissance de cette institution propre à l'islam médiéval; la présence de cellules à mihrab regardant l'océan au bord de la falaise, à plus de quarante mètres au dessus des flots, comme l'absence de fortifications rappellent l'autre ribat dont l'architecture a été révélée récemment, à l'embouchure du rio Segura, le ribat de Dunas de Guardama (Azuar Ruiz *et alii*, 1989; Azuar Ruiz, 1991).

Ces édifices présentent une morphologie bien différente de celles des ribats de Sousse et Monastir en Tunisie, considérés pourtant comme le modèle type d'une architecture de ribat, avec le sentiment longtemps affirmé d'une uniformité de ce genre de construction (Lezine, 1971; Marçais, 1957. Sur les problèmes de l'étude des ribats et le rapport à l'architecture voir la mise au point dans Picard et Borrut, 2003, avec une bibliographie récente sur les ribats).

Ces variations d'une architecture dont les exemples se multiplient autour de la Méditerranée avec Ashdod sur la côte orientale, et Rabat au Maroc (Sharon, 1997, pp. 124, 125; Erbati, 2004), indiquent combien il est difficile, voire risqué de s'attacher à l'étude du ribat en partant d'un modèle architectural,

au lieu de considérer le phénomène sous l'angle d'une pratique religieuse.

Les textes arabes qui nous apportent, à côté de ces quelques exemples architecturaux, l'essentiel de notre connaissance sur les ribats, compliquent encore beaucoup plus le problème en montrant que cet exercice religieux et guerrier à la fois, recouvre une notion à la fois complexe, rattaché à l'attitude des individus qui le pratiquent, et mouvante tout au long de l'époque de l'islam médiéval. Il faudrait ajouter que le ribat, tel qu'on le conçoit généralement, est probablement né entre l'Iran et la Transoxiane et qu'il lui a beaucoup emprunté, ce qui pose d'autres problèmes, en particulier sur son origine, sa définition et sa morphologie [*E.I.*<sup>2</sup>, «Ribât» (J. Chabbi), VIII, pp. 510-523; Rhoné, 2003].

Cette nécessaire mesure du phénomène qui s'étendit d'emblée d'un bout à l'autre du monde musulman à partir de la conquête arabe, doit nous conduire à envisager l'étude du ribat avec un grand recul, recouvrant l'ensemble de l'empire islamique. En effet, le récent travail mené par Michaël Bonner sur la frontière séparant la Syrie de Byzance aux premiers temps de l'islam (Bonner, 1996; 2004), montre que notre connaissance de cette pratique religieuse passe par une approche élargie à l'échelle de la Méditerranée, dans la mesure où cette région fut celle où apparut le phénomène du ribat tel qu'on le connaît dans un contexte de guerre de frontière qui succéda aux conquêtes arabes à partir du VIII<sup>e</sup> siècle et de

---

\* Universidade de Paris – Sorbone.

l'établissement des marches frontalières (*thughûr*) délimitant le domaine de l'Islam face à l'ennemi chrétien. Par la suite, l'organisation de la frontière et avec, la pratique du ribat, s'étendirent à l'ensemble du littoral musulman.

Postérieurement, le succès que connut cet exercice pieux ne se démentit pas, en particulier en al-Andalus. Sur les frontières et les côtes de la péninsule, le mouvement est d'abord indissociable de la guerre, c'est-à-dire du jihad, mené contre les chrétiens ou les Majus/Vikings. A ce titre, la politique émirale et califale sur les frontières, dont les souverains sont en charge, tient une place essentielle dans son évolution, au même titre que l'attitude des volontaires qui fournissent les contingents de *murâbitûn*. Ainsi, le cadre qui donne une certaine consistance à ce que nous appelons le ribat, et son évolution, sont tout autant de nature politique que religieuse. Cette double identité explique en grande partie la nature des informations et leurs limites, en particulier pour les premiers siècles de l'Islam. Les sources littéraires sont toutes postérieures aux deux premiers siècles de l'Islam. Les premières à nous être parvenues sont écrites par et pour le califat pour lequel les chronographes arabes utilisent des écrits antérieurs, disparus depuis ; dans ces conditions, ces informations fournies par des écrits plus anciens, sont passées au filtre des intérêts califaux (Martinez Gros, 1992); plus grave encore, celles-ci sont largement connues au travers des seuls écrits du XI<sup>e</sup> siècle et des décennies postérieures; or, un auteur aussi important pour l'histoire d'al-Andalus qu'Ibn Hayyân (996-1076), utilise lui-même la chronographie califale, particulièrement celle des deux al-Râzî, pour exposer ses propres théories sur l'évolution d'al-Andalus entre le temps califal et celui, dramatique à ses yeux, des rois de taifas (Viguera et Menendez Pidal, 1995; Martinez Gros, 1997). A ce moment, la pratique religieuse et la conception du jihad comme celle du ribat ont elles-mêmes largement évolué. Les biographies ou *tabâqât* constituent l'autre gisement essentiel de notre information textuelle dans la mesure où elles fournissent des informations majeures au travers de la mention du volontariat des combattants qui s'engagent à pratiquer le ribat (*râbata*); or, là encore, comme l'a montré Cristina De la Puente (1999), c'est à partir du X<sup>e</sup> siècle que les renseignements affluent, alors que nous ne savons presque rien des siècles précédents. Le problème est encore plus grave pour le Gharb al-

Andalus, région qui a le moins intéressé les biographes, presque tous originaires du centre ou du Sharq al-Andalus (Urvoy, 1978. L'exception la plus notable, mais qui concerne la période qui commence au XI<sup>e</sup> siècle, est constituée par l'anthologie d'Ibn Bassâm al-Shantarin). Pour le moment, l'archéologie demeure en grande partie aveugle sur les deux premiers siècles de la présence arabe.

Malgré ces obstacles, plusieurs institutions ayant trait à la religion musulmane apparaissent au travers des sources ou de la toponymie, dans le paysage du littoral d'al-Andalus: le ribat, mais aussi la mosquée et, par le toponyme «*azoiâ*», une forme primitive de la *zâwiya*. Des pratiques religieuses comme certains pèlerinages, liées à ces lieux chargés de sacralité, sont également évoquées. Cette relative densité de la sacralité sur certains sites à vocation religieuse, en particulier sur les côtes du Gharb al-Andalus, montre que l'apparition et le succès des ribats sont étroitement reliés au problème de l'islamisation de ces régions. Dans le même sens, le développement du soufisme, à partir du XII<sup>e</sup> siècle, agit largement sur l'évolution du ribat et sa fonction. C'est particulièrement vrai dans le cas d'Arrifana.

Ainsi, c'est en prenant en considération ces paramètres que nous pouvons étudier l'évolution du phénomène du ribat dans la région occidentale d'al-Andalus, en nous arrêtant d'abord à la période allant de la conquête au XI<sup>e</sup> siècle, avant de se pencher sur les évolutions visibles à partir du XII<sup>e</sup> siècle.

### **L'apparition du ribat dans le paysage des frontières sur les côtes atlantiques d'al-Andalus**

L'apparition d'une première génération de ribats est reliée directement à la défense de la côte et de la frontière face à la chrétienté. Dans le Gharb, la mention la plus ancienne provient d'al-Râzî, chroniqueur officiel du calife al-Hakam II (961-976) et concerne la région actuelle d'Arrábida, dans la presqu'île de Setubal au sud de Lisbonne. Dans la description de la partie géographique de son œuvre qui nous est parvenue, il évoque la région de la «*râbita*», connue aujourd'hui sous le toponyme Arrábida, site où se retiraient les combattants du ribat, les *murâbitûn*, sans spécification d'un édifice particulier construit à cet effet. Il l'évoque lorsqu'à la fin du IX<sup>e</sup> siècle, les Banû Matâr, selon



l'identification faite par Abdallah Khawli, s'y établirent à l'occasion des désordres de la période (Al-Râzî, 1953 ; Lévi-Provençal, 1953, p. 90; Picard, 2000). Tout aussi imprécise est la mention fournie par Ibn Hayyân, à l'occasion de la lutte menée par le dissident Ibn Marwân al-Jillîqî, lorsqu'il se réfugia, durant les dernières années du règne de Muhammad (852-886), dans la région de Porto: il indique la présence de husûn, châteaux-forts, dans la zone de la Râbita, sur la partie du Douro qu'il appelle Barbâriyya (Ibn Hayyân, 1973, p. 384; Picard, 2001).

Ainsi, vers la fin du IX<sup>e</sup> siècle, deux régions sont connues comme des zones de ribats, c'est-à-dire des régions où les murâbitûn viennent se retirer. Toutes deux sont des rivages exposés: Arrábida, littoral escarpé entre l'estuaire du Tage et celui du Sado est un secteur stratégique, en relation avec les deux cités de Lisbonne et d'Alcácer do Sal, cette dernière ne prenant de l'importance qu'à partir du X<sup>e</sup> siècle (Picard et Ferreira Fernandes, 1999). L'autre, qui a également conservé le toponyme d'Arrábida, à Porto même, correspond à la région frontalière établie dès la fin du VIII<sup>e</sup> siècle sur la vallée du Douro, face à la Galice et aux rois asturo-léonais, dans la région de l'embouchure du fleuve, sur le site actuel de Porto. Ces deux emplacements correspondent à des sites classiques de râbita, connus autour de la Méditerranée. Les deux mentions concernent une époque similaire, celle de la fitna qui prit de l'ampleur durant le dernier quart du IX<sup>e</sup> siècle, mais elles laissent entendre que ces râbitas existaient déjà au moment où se déroule l'événement qui révèle leur existence. Toutefois, ce ne sont que des termes, dont l'un nous est parvenu sous sa transcription latine, même si le texte est fiable. La question est de savoir à quel moment ces lieux sont devenus des zones de ribat et ce qui fut leur raison d'être. Il est également question d'autres ribats, sur la rive orientale d'al-Andalus ou au Maghreb al-Aqsâ, pour le IX<sup>e</sup> siècle. Ainsi, les fouilles menées à Dunas de Guardamar ont permis de révéler une première occupation, également datée du dernier quart du IX<sup>e</sup> siècle (Azuar Ruiz, 2004). C'est bien une période clé puisque les autres lieux de ribat pour lesquels nous avons des précisions sont également datés de cette période. C'est en particulier le cas de celui qui occupait le site de la ville d'Almería, fondée par 'Abd al-Rahmân en 935. Ce furent des Arabes yéménites, les Banû Qudâ'i, appartenant au clan des Banû Sirâj, qui édifièrent le

ribat, décrit par al-'Udhri comme des tours de guet: «*dans les temps anciens, Almería ne connaissait pas la prospérité matérielle sans population nombreuse jusqu'à ce que les Arabes l'utilise comme ribât et y construisent des tours de vigie (mahâris)*» (Al-'Udhri, 1975-1976, p. 45). Néanmoins les propos d'al-'Udhri, originaire d'Almería, manquent de précision: aucune date n'est donnée et la seule certitude concerne l'antériorité de sa fondation, par rapport à celle de Pechina, datée de 881 ou 883.

Selon Rafael Azuar Ruiz, qui a fouillé Dunas de Guardamar, l'apparition des ribats en al-Andalus date de cette période de la fitna du dernier quart du IX<sup>e</sup> siècle et est à associer à l'essor de la navigation et du commerce, sous l'impulsion des marins de Pechina et des autres ports activés sur la côte entre le détroit de Gibraltar et Valence, à partir de la fin du IX<sup>e</sup> siècle. Il considère que la présence des ribats facilitait le commerce et que leur apparition s'explique par la complémentarité entre la présence d'édifices dédiés au ribat et la fondation de comptoirs de la part de ces marins extrêmement actifs. De fait, la description d'al-Muqaddasî des ribats de la côte palestinienne, montre que ces établissements avaient d'autres fonctions que celles défensives et servaient de relais aux marins, commerçant avec les Byzantins, comme les Andalous avec les Berbères à Ténès et sur les autres littoraux du Maghreb (Azuar Ruiz, 2004, pp. 28, 29; 2005). Néanmoins, le géographe oriental attribue leur apparition à leur fonction de gardien face à l'ennemi byzantin; c'est donc bien la fonction militaire qui est la cause fondamentale de leur fondation sur le sâhil du bilâd al-Shâm :

*«De la capitale (al-qasaba) [al-Ramla], relèvent plusieurs ribâts côtiers, toujours sur le pied de guerre, vers lesquels cinglent les barges et les galères des Rûm, chargées de prisonniers musulmans, qui sont remis à raison de 100 dinars les trois. Il y a, dans chaque ribât, des gens qui connaissent la langue des Rûm et que l'on envoie vers eux en ambassade. On fournit aux gens des ribâts toutes sortes de nourritures. Quand les bateaux des Rûm apparaissent, on crie l'alarme; si c'est de nuit, on allume [le signal] à la tour du ribât; si c'est de jour, on fait de la fumée. Chaque ribât est relié à la capitale par une série de tours élevées, avec un personnel spécial. On allume [le signal] à la tour du ribât, puis à la suivante et ainsi de suite, en sorte qu'il ne s'écoule pas une heure que*

*l'alarme ne soit donnée dans la capitale. Alors le tambour bat sur la tour [de la ville], l'on exhorte [les habitants à se rendre] au ribât, et ils partent en force et en armes, pendant que la jeunesse des campagnes se rassemble ; et puis, l'on paie les rançons: l'un rachète un homme, l'autre sacrifie un dirham ou une petite pièce, tant qu'à la fin tous les prisonniers amenés sont rachetés. Les ribâts de ce district où s'opèrent les rachats sont à : Gaza, Mîmâs, Ascalon, le port d'Ashdod, celui de Yubnâ, Jaffa, Arsûf» (Ibid., éd. p. 177; trad., pp. 209, 210).*

Si l'activité des marins d'al-Andalus joua un rôle essentiel dans le développement de la navigation en Méditerranée occidentale et qu'ils fondèrent et animèrent un réseau de comptoirs, à Tenès et Oran en particulier, et de ribats, comme l'explique al-Bakrî à propos d'Arzila, il paraît plus contestable d'associer la fondation des ribats à une entreprise commerciale. En effet quelques sources nous permettent de mieux comprendre le processus de fondation de ces établissements en terre occidentale. Deux types de témoignages sont en jeu: le premier concerne la fondation mieux documentée de certains de ces établissements au Maghreb; le second se rapporte à l'origine même des ribats et à la raison de leur apparition en Occident.

Nous avons peu de récits de ces fondations, mais ceux que nous possédons sont tous liés au jihad et à des impératifs militaires, tout comme le montre le texte d'al-Muqaddasî. L'exemple d'Arzila, sur la côte atlantique du Maroc, est à ce titre explicite : al-Bakrî rapporte que c'est lors d'une deuxième incursion des Vikings, soit au retour de l'expédition de 229/844, soit lors de leur deuxième incursion en 244/858-9, que les habitants berbères de la région prirent l'initiative de fortifier la côte en fondant un ribat à Arzila:

*«La seconde fois qu'ils débarquèrent au port d'Asîla (Arzila), leur flotte venait d'être chassée des parages d'al-Andalus par un fort coup de vent. Plusieurs de leurs navires sombrèrent à l'entrée occidentale du port, au lieu qui s'appelle encore Bâb al-Mâjûs. Les habitants s'empressèrent alors de bâtir un ribât sur l'emplacement d'Asîla, et d'y installer une garnison qui devait se renouveler régulièrement, au moyen de volontaires fournis par toutes les villes du voisinage. On y tenait une grande foire aux trois époques de l'année que l'on avaient fixées pour le renouvellement de la garnison... Des habitants d'al-Andalus et d'autres con-*

*trées, ayant entendu parler de cet établissement, y apportèrent, aux époques déjà indiquées, diverses espèces de marchandises et y dressèrent leurs tentes. Alors on commença à construire des maisons et on finit par y former une ville.» (Al-Bakrî, 1965, p. 112, trad. p. 220).*

Le propos indique sans ambiguïté que la vocation militaire de l'établissement et le processus de rotation des garnisons de «volontaires» berbères, précédèrent largement la venue des Andalous et la vocation maritime et commerciale d'Arzila. La construction du ribat de Nakûr est simplement mentionnée, sans datation. En revanche, la cité subit, en 244/858-9, l'attaque et le sac de la part des Vikings et Sa'îd b. Idrîs qui récupéra la ville pourrait également avoir fondé un tel édifice (Il existe de nombreuses incertitudes chronologiques sur les règnes des souverains de Nakûr, d'autant plus qu'ils sont plusieurs à porter le même nom au IX<sup>e</sup> siècle, selon les auteurs arabes: Al-Bakrî, éd. p. 91, trad. p. 182; Ibn Idhârî, I, éd. p. 179, trad. p. 248, Ibn Khaldûn, *Ibar*, éd. I p. 282, trad. II p. 138. Seul le premier signale la présence du ribat). La seule certitude concerne la raison de la fondation, toujours liée à une préoccupation de surveillance et de défense. Les autres exemples évoquent des fondations qui se rapportent également à des préoccupations militaires: à Salé, Ibn Hawqal évoque le fait que *«les ribats entouraient la ville. Le nombre des défenseurs de la foi qui se réunissent en ce point se monte à 10000 hommes, plus ou moins selon les circonstances. Leurs ribats sont destinés à la lutte contre les Barghâwata»* (Ibn Hawqal, 1938-1939; tr. G.H. Kramers et G. Wiet, 1964, pp. 81, 82, trad. p. 78); il y a tout lieu de penser que l'institution remonterait également au IX<sup>e</sup> siècle, fondée sous l'impulsion des Berbères Ifranides (Erbati, 2004). Plus à l'est, l'Ifrîqiya permet de préciser également les conditions de fondation. Les deux ribats de Sousse et Monastir sont fondés à la fin du VIII<sup>e</sup> siècle par des gouverneurs abbassides, là aussi pour des raisons militaires, suivi par un développement du commerce soutenu par l'afflux des volontaires et des pèlerins dans les deux villes très prestigieuses d'Ifrîqiya et par l'essor de l'économie maritime dans la région. A partir du IX<sup>e</sup> siècle, ce sont les Aghlabides qui instrumentalisent le ribat dans le cadre de leur lutte contre les chrétiens, spécialement les Byzantins, et de la conquête de la Sicile (Lezine, 1956; Kreswell, 1966). D'une manière générale, sur cette côte comme

en Sicile, ce sont les raisons militaires qui sont toujours invoquées comme raison d'être primordiale des ribats; à la fin du IX<sup>e</sup> siècle, al-Ya'qûbî associe étroitement la «ligne de défense» côtière, probable héritage byzantin, et le mouvement de ribat: «*De Sfax à Bizerte il y a huit jours de marche. A chaque relais, il y a des forts (husûn) proches les uns des autres, dans lesquels des hommes pieux et des murâbitûn tenaient garnison*» (Al-Ya'qûbî, 1892, p. 350). Al-Bakrî ne dit pas autre chose: «*les châteaux (qilâ') de Bizerte sont des forts (husûn) où s'abritent les habitants de cette localité, toutes les fois que les Rûm essaient d'opérer une descente sur la côte et ce sont aussi des ribâts pour ceux qui s'adonnent à la religion*» (Al-Bakrî, 1965, p. 57, trad. pp. 121, 122).

Il ne fait donc aucun doute que les origines du ribat sont à associer, dans l'esprit des auteurs du X<sup>e</sup> siècle et des périodes postérieures, à des raisons militaires. En al-Andalus comme au Maghreb, leur apparition est reliée aux offensives vikings, premières attaques venues de l'ouest par la mer, en Ifrîqiya, à la guerre avec les Byzantins. Toutefois, se pose toujours le problème de l'origine des ribats dans cette région, dans la mesure où les sources concernant al-Andalus ne donnent aucune indication explicite en la matière.

C'est au Proche-Orient et en particulier sur la frontière du Taurus, à Tarse et sur la côte syrienne, que la réponse semble se trouver. Les travaux de C.E. Bosworth et surtout de Michaël Bonner et Hugh Kennedy à propos de l'écriture de l'histoire sous les Abbassides, permettent de mieux comprendre le processus qui a conduit à l'apparition des ribats sur la zone occidentale du monde musulman (Bosworth, 1992; Bonner, 1996; Kennedy, 2003). Michaël Bonner, dans son étude de la frontière byzantine, et Hugh Kennedy à propos de l'écriture des chroniques abbassides ont montré que la marche du Taurus séparant Byzance de l'Islam devint, après l'arrêt des conquêtes et le reflux des musulmans qui suivit l'échec de 99/717-718 contre Constantinople et le changement de politique de 'Umar II, la principale zone de guerre entre musulmans et chrétiens, et, à la fin de l'époque omeyyade jusqu'en 750 et surtout sous le gouvernement des premiers califes 'abbassides, l'objet de mesures qui fixèrent les conditions de défense du dâr al-Islâm; cette réorganisation de la conduite de la guerre affecta deux aspects de l'organisation militaire arabe.

En premier lieu, l'organisation de la marche frontière, attribuée pour l'essentiel à Hârûn al-Rashîd (786-809), sous l'appellation nouvelle d'al-'Awâsim, consista en un redéploiement des jundî syriens, contingents issus de l'établissement des tribus kalbites et kaysites en Syrie au moment ou après la conquête et qui avaient soutenu le régime Omeyyade. Ils furent placés sous le commandement d'hommes choisis parmi les officiers de l'armée centrale, composée des gens du Khurâsân qui avaient permis la victoire des Abbassides en 749, et qui formaient depuis le fer de lance de la force militaire abbasside. Cette organisation s'appuyait sur les forteresses qui gardaient les débouchés du Taurus, en particulier Qinnasrîn et Malâtya, comme la ville-port de Tarse, étudiée par C.E. Bosworth.

Cette réforme, adaptation à la nouvelle situation militaire de l'empire qui avait cessé de s'étendre et qui devait conserver l'immense ensemble placé sous le commandement des califes, est indissociable de l'effort soutenu des derniers califes omeyyades et les premiers Abbassides pour faire du jihâd la base de leur légitimité de chef de guerre. La mise en forme du jihâd, reposant sur une définition fournie par les fuqahâ/s et sur une propagande portée par les chronographies et les autres écrits de l'entourage princier, tend à faire du jihad, défini comme la seule forme de guerre légale par le Coran, un domaine réservé du calife qui, avec Hârûn al-Rashîd, est présenté comme un «ghâzî-calife», combattant de la foi, menant le jihad dont il diffuse le sens par le biais de ses scribes, en en faisant un attribut du pouvoir califal et une source de la légitimité du souverain.

Du coup, une fois achevée la phase de la conquête, c'est la frontière qui est devenue la zone de la guerre légale par excellence et qui concentre désormais l'ensemble des vertus qui sont liées à la pratique du jihad, en particulier par ce qu'il est convenu d'appeler une sacralisation des marches (thughûr): dans la mesure où, dès l'époque omeyyade, les littoraux d'Égypte et de Syrie, comme la frontière du Taurus, devinrent la zone du combat juste contre les chrétiens, elle attira très tôt les combattants du jihâd (mujâhidûn) qui s'inspiraient des exploits des compagnons du Prophète pour mener le combat qui conduisait au martyr (shahîd) (*E.I.*<sup>2</sup>, «Ribât» *op. cit.*). Si les troupes régulières étaient rémunérées par une solde et des concessions terriennes, la rétribution divine représentait la seule récompense qui distinguait le combat-

tant volontaire du simple soldat. A la fin du VIII<sup>e</sup> siècle les pieux combattants affluent sur la frontière. Les combattants volontaires ou «savants-ascètes» qui peuplent les ribats, en particulier à Tarse, deviennent le symbole par excellence de cette présence du religieux sur la frontière, en relation avec le jihad, et pratiqué par les volontaires (ghâzî, mujâhidûn, murâbitûn, muttâwi'ûn). Situé au fond du golfe de Cilicie, le port de Tarse qui faisait face à la mer grecque, fut très tôt un des sites privilégiés des murâbitûn pour y pratiquer les deux formes de jihâd, le jihâ al-asghar ou jihâd mineur qui est la forme collective du jihad consistant à combattre les infidèles, et le jihâd majeur, le jihâd al-akbar (Bosworth, 1992; Bonner, 1996, p. 99 et suiv.). Cette démarche, dont le terme qui la désigne figure dans le Coran, prend appui sur la mémorisation des exploits des premiers musulmans autour du Prophète, et décrits dans les maghâzî. La frontière s'étend également au sâhil (région littorale) de la Syrie et de l'Égypte, où la pratique du ribat devient le modèle par excellence du comportement des hommes pieux, intégrés à un système de défense côtière contre l'ennemi (Borrut, 1999-2000; 2001). Ainsi, l'un de ces «savants-ascètes» les plus célèbres, al-Awzâ'î, s'était retiré comme murâbit à Beyrouth en l'année 157/773-774 [E.I.<sup>2</sup>, «Bayrût» (N. Élisseeff), vol. I, 1960, pp. 1171-1173; Ibn Hawqal, 1938-1939, p. 176, trad. p. 173]. Al-Tabarî indique pour sa part que 'Îsâ b. 'Alî pratiqua le ribat dans le hisn de Mar'ash lors de la campagne d'été de 161/778 (Al-Tabarî, 1966) contre les Byzantins.

C'est donc le calife qui a en charge la conduite du jihad; en effet, selon M. Bonner, c'est également vers la fin du VIII<sup>e</sup> siècle que les termes le dâr al-islâm, désignant le domaine où les hommes obéissent à la loi de l'Islam, et le dâr al-harb, assimilé au monde de la guerre et de l'infidélité (dâr al-kufr), à conquérir et à placer sous la domination de l'Islam, apparaissent dans le vocabulaire officiel abbasside. Ainsi, le kitâb al-kharâj de Qudâma b. Ja'far, rédigé par le juriste des Abbassides au début X<sup>e</sup> siècle, reprend la tradition des ouvrages administratifs apparus avec le califat abbasside, et décrit en particulier la fonction du gouverneur des régions maritimes, incarnant parfaitement le rôle de gardien dévolu désormais au sâhil:

*«Il (le calife) a ordonné qu'il (le gouverneur) passe en revue continuellement ses troupes pour les connaître et être au courant de leur état réel et de*

*l'entretien des leurs navires. Il lui a ordonné de superviser les postes d'observation et les tours de vigie, en contrôlant les vigies ; qu'il se montre généreux avec elles et avec les soldats en les payant régulièrement. Il lui ordonne d'inspecter les navires, (de s'assurer de) leur solidité et que l'armement soit en bon état... Lorsque le gouvernement a décrété une expédition, les gouverneurs d'Égypte et de Syrie reçoivent ordre de faire les préparatifs nécessaires. Le lieu de réunion de la flotte est Chypre. Le gouverneur des frontières syriennes en a le commandement en chef» (Qudâma Ibn Ja'far, 1889; trad. espagnole, 1992, pp. 397-399).*

C'est ce même modèle que l'on retrouve dans les célèbres Ahkâm al-sultâniyya d'al-Mawardî (974-1058), description des domaines de l'autorité du calife définissant sa légitimité, à une époque où il avait perdu la réalité du pouvoir «[le calife doit] approvisionner les places frontières et y mettre des garnisons suffisantes pour que l'ennemi ne puisse, profitant d'une négligence, y commettre de méfait ou verser le sang soit d'un musulman, soit d'un allié... Combattre ceux qui, après y avoir été invités, se refusent à embrasser l'islam, jusqu'à ce qu'ils se convertissent ou deviennent tributaires, à cette fin d'établir les droits d'Allâh en leur donnant la supériorité sur toute autre religion» (Al-Mawardî, éd. Le Caire, 1909, trad. 1984, pp. 30, 31).

Le message abbasside fut ainsi largement diffusé, non seulement en Irak et au Proche-Orient, mais également dans l'ensemble du monde musulman comme un modèle dont on retrouve la trace dans les traités des pouvoirs musulmans, même s'ils étaient opposés au califat.

C'est donc dans la région du Taurus et sur la côte syrienne que naquirent les formes d'une organisation militaire adaptée à la nouvelle situation stratégique de l'Islam, une fois passée la période des conquêtes. La réorganisation nécessaire de la frontière, mise en scène pour assurer la position du nouveau califat, dont la capitale se trouvait loin du front de guerre et qui devait s'assurer du soutien des troupes tout en gouvernant depuis l'Irak aussi bien à l'est qu'à l'ouest (Crone, 1980), reposa sur une dimension religieuse de la guerre qui trouvait sa légitimité dans la définition de la guerre légale, le jihâd. Le ribat, notion également présente dans le Livre saint de l'Islam, devenait l'un des symboles par excellence de ce modèle de guerre pratiquée au nom de l'islam, incarnée

par les volontaires, cherchant souvent la rétribution par le martyr, mais dont la conduite revenait au seul souverain légitime (Bonner, 2004). Toutefois, le ribat relevant d'un autre registre que celui de la conduite de la guerre, ne trouver pas place dans l'outil de propagande du calife, la chronographie.

De cette maturation, découle un modèle d'organisation militaire, axé sur la frontière, dont les chroniqueurs et géographes arabes, dans des registres complémentaires mais différents, rendent compte à partir de la fin du IX<sup>e</sup> siècle à Bagdad, afin de légitimer l'action du souverain en tant que ghâzî. Les traités administratifs et juridiques définissent le cadre de la guerre légale qui habilite le souverain comme le seul à pouvoir proclamer le jihad. Ce modèle, né sur la marche frontalière anatolienne et sur les côtes du Proche-Orient, se propage et est repris comme outil de légitimation des autres souverains de l'Islam, soit au nom du calife soit comme concurrent de celui-ci. En effet, la chronologie de la propagation des écrits consacrés au jihad et de la pratique du ribat permet de constater une diffusion parallèle de ces deux aspects de l'organisation la frontière du Proche-Orient, vers l'Occident.

Encore sous contrôle de Bagdad, il est logique de retrouver d'abord la trace du modèle syrien en Ifrîqiya, établi par des gouverneurs abbassides, puis repris par ceux qui prétendent gouverner en son nom, les émirs aghlabides. De cette acclimatation naissent les deux ribats les plus célèbres du pourtour méditerranéen, Sousse et Monastir. Ces édifices qui incarnent l'esprit du ribat, furent bâtis respectivement entre 164/771 et 171/788 pour le premier, sur l'ordre du gouverneur abbasside Yazîd ibn Hâtîm, et le second en 180/796, par son successeur Harthama ibn 'Ayyân, à Monastir. Ces deux gouverneurs avaient été dépêchés par Hârûn al-Rashîd en Ifrîqiya pour y maintenir l'ordre abbasside mais également pour défendre la côte contre les incursions grecques (Lezine, 1932-1940, p. 167 et suiv.). La chronologie, malgré quelques incertitudes sur la date de l'érection de Sousse, montre bien la continuité de la politique frontalière abbasside, en direction de l'Occident musulman, le long des côtes méditerranéennes. Grâce aux indications d'al-Ya'qûbî, nous savons que les forts de la côte, entre Tripoli et le Cap Bon, servaient d'abri aux murâbitûn. Les Aghlabides, à partir du IX<sup>e</sup> siècle, reprirent et amplifièrent le mouvement. Ziyâdat Allâh en particulier, fortifia Sousse

pour en faire le grand port de Kairouan, sa capitale, au moment où commence en 212/827 la conquête de la Sicile; il aurait déclaré à ce sujet que «*je n'ai pas à m'inquiéter de ce que je retrouverai le jour de la résurrection, car sur ma feuille seront inscrites quatre bonnes œuvres: la construction de la grande mosquée de Kairouan, celle du pont d'Abû l-Rabi', celle du qasr de la ville de Sousse et ma nomination d'Ahmad b. Abû Mu'izz au poste de cadî d'Ifrîqiya*» (Ibn 'Idhârî, 1948-1951; tr. E. Fagnan, 1901-1904: I, éd. p. 99, tr. p. 135). Quelle que soit la réalité de ce propos, il lie Sousse, en tant que ribat et port de guerre, à un espace de piété qui, à l'instar de Tarse, trouve sa place le long du littoral faisant face à l'empire du Basileus. Manuela Marin a dénombré un grand nombre de savants ascètes pratiquant le ribat dans la région, dont le plus célèbre fut Sahnûn (777-855), introducteur du malikisme en Ifrîqiya et grand cadî des Aghlabides à Kairouan. Il se retira en particulier à Sfax où il s'occupait de racheter des prisonniers aux chrétiens, rappelant en cela les pratiques des ribats syriens décrites par al-Muqaddasî (Marin, 1994; Azuar Ruiz *et alii*, 1989; Al-Mâlikî, 1951; Al-Bakkûsh, 1983; Idris, 1935, pp. 105-177, 273-305; 1936, pp. 45-103). Ainsi, l'apparition des ribats en Ifrîqiya trouve son origine dans la continuité de la politique pratiquée sur le littoral de la frontière avec Byzance par les premiers califes abbassides et, plus particulièrement Hârûn al-Rashîd. La tradition du ribat, reprise en Ifrîqiya dès la fin du VIII<sup>e</sup> siècle, se propagea ensuite vers l'Occident, lorsque les côtes ou les frontières de l'Islam devinrent des zones de guerre, en particulier face aux Vikings. Dans ces dernières régions, l'action des volontaires n'est reconnaissable que tardivement, du fait de sources postérieures et imprécises. Néanmoins quelques pistes permettent de constater que la littérature qui porte le mouvement de jihad se diffuse dans le même temps que la pratique du ribat.

En effet, au moment où la frontière du Taurus fait l'objet d'une réorganisation et que les ribats attirèrent de nombreux personnages pieux, des traités de jihad et ceux consacrés aux «martyrs» volontaires, dérivés directement des écrits «épiques» de la conquête (maghâzî et akhbâr), sont rédigés dans la région de la frontière syrienne dès la fin du VIII<sup>e</sup> siècle; les deux plus célèbres sont le kitâb al-siyar «Livre du droit de la guerre» d'Abû Ishâq al-Fazârî (m. vers 186/802) appelé le «maître de la sunna et de la ghazwa» (*Sâhib*

*sunna wa ghazw*: Expression d'Ibn Sa'd, historien de la première moitié du IX<sup>e</sup> siècle. M. Bonner, 1996, p. 110), et surtout le Kitâb al-jihâd d'Ibn al-Mubârak (m. 181/797) qui reprend la tradition des hadiths pour exalter la mémoire des premiers combattants de l'Islam, particulièrement Muhammad et le calife 'Umar ibn al-Khattâb (De La Puente, 1999). C. De la Puente montre dans son étude sur les volontaires en al-Andalus, que ces écrits connurent un grand succès dans la péninsule, dès la deuxième moitié du IX<sup>e</sup> siècle, juste au moment où les Vikings apparaissent sur les côtes d'al-Andalus. De même, elle note la fréquence des volontaires murâbitûn sous le règne du calife al-Hakam II, au moment où la littérature biographique d'al-Andalus devient féconde, en ajoutant qu'il s'agit là d'une tradition beaucoup plus ancienne.

Si nous n'avons pas de mention directe de fondation de ribats par 'Abd al-Rahmân II, cela tient à la nature de la source nous renseignant sur les actions des souverains d'al-Andalus. Si l'on prend à témoin les passages du Muqtabis d'Ibn Hayyân que nous possédons, entre la fin du VIII<sup>e</sup> siècle et le règne d'al-Hakam II (961-976), comprenant tous les morceaux qui nous sont parvenus de sa chronique, l'une des rares mentions de ribat concerne justement la région du Douro dont il a déjà été question. Si l'on peut considérer comme normale une telle lacune pour l'époque émirale, on peut être plus surpris en ce qui concerne le califat, dans la mesure où les géographes ou bien les découvertes épigraphiques nous permettent de constater l'intérêt que les deux grands califes omeyyades portèrent à l'institution du ribat. Ce sont les géographes, al-Ya'qûbî, Ibn Hawqal, al-'Udhri, al-Bakrî, al-Idrîsî en particulier, qui nous informent épisodiquement de leur existence, dans un cadre que l'on peut définir comme une énumération plus ou moins systématique des lieux remarquables des habitats des différentes régions de l'Islam. L'autre source de connaissance est celle, tardive en al-Andalus, des biographies: l'action des volontaires y est consignée dans la mesure où, à l'évidence, le statut de murâbit est très valorisant. Enfin, les juristes se penchent sur les problèmes que posent les ribats, essentiellement comme institution, mais également en fonction du comportement des gens du ribat (Lagardère, 1995). Cela pourrait être un «accident» lié au caractère lacunaire des sources, si ce phénomène ne concernait qu'al-Andalus ou le Maghreb. Or, pour les trois premiers siècles de l'Islam,

ce partage de l'information concerne, semble-t-il, l'ensemble des régions de la Méditerranée. Ainsi, C.E. Bosworth constate une quasi absence de mention de ribats dans les chroniques à propos de Tarse; lorsqu'al-Tabarî en parle, ce qui est rare (Pour le règne de Hârûn al-Rashîd, aucune mention de ribat n'apparaît dans le texte!), c'est uniquement à propos de personnages pieux comme al-Awzâ'i, puisant son information dans la tradition des tabâqât. M. Marin à propos de l'Ifrîqiya, ou C. De la Puente pour al-Andalus sous al-Hakam II font le même constat. Les mentions de ribats dans les chroniques restent accidentelles et ne permettent pas de définir une période de fondation puisqu'ils n'y sont pas mentionnés.

En revanche, les sources géographiques, s'attachant à un autre type d'informations, s'intéressent à l'occasion aux lieux de ribat: c'est le cas dans l'ouvrage d'al-Bakrî lorsqu'il signale les ribats qui s'échelonnent le long des côtes du Maghreb, ou d'al-'Udhri à propos de sa région natale. Quant à l'archéologie, elle permet de constater surtout que le califat omeyyade, au X<sup>e</sup> siècle, s'approprie l'institution en faisant agrandir les ribats, mais on n'a pas de certitude sur le moment de l'apparition des deux zones de ribats de la côte orientale d'al-Andalus, sinon par la mention de leur existence dans le dernier quart du IX<sup>e</sup> siècle. Ce sont donc les données fournies à propos d'Arzila ou de l'Ifrîqiya qui restent les plus fiables. Ces informations partielles ne permettent de conclure avec certitude que sur un point: le ribat, avant tout lieu de l'engagement volontaire de nature religieuse et militaire dans le cadre du jihad, est apparu au IX<sup>e</sup> siècle, lié à un système de défense de la frontière, terrestre et maritime. Les données fournies pour le Maghreb permettent de conclure qu'il apparut, à l'occasion de conflits frontaliers, en particulier à l'occasion des premières attaques vikings. Par la suite, l'éveil maritime et le dynamisme des communautés de marins, durant la vacance du pouvoir, donna l'occasion aux navigateurs-marchands andalous de la côte orientale de les utiliser comme lieux propices à leurs affaires, à l'instar de ce qui se déroule en Syrie ou à Arzila, mais la vocation première du ribat n'est pas liée au commerce.

La difficulté à préciser le moment où le ribat devint un dispositif marquant de la défense d'al-Andalus et à définir sa physionomie, vient également d'une erreur de perspective commise depuis les origines des études sur le ribat. Pourtant, G. Marçais dans son

article fondateur sur les ribats du Maghreb avait déjà indiqué le danger à considérer le ribat essentiellement au travers d'un modèle architectural précis: «*La ville de Monastir n'était qu'un énorme ribat*» (Marçais, 1957, p. 25), signifiant par là qu'il fallait éviter s'assimiler le ribat au fortin par lequel on le représente presque systématiquement et qui devint la *qasaba* de Monastir. Cette phrase fait écho aux propos tout aussi clairs d'al-Idrîsî à propos de la Râbita, dans la région de Murcie: «*al-Râbita n'est pas, à cet endroit, un hisn ni un village mais un qasr*» (Al-Idrîsî, 1975; trad. 1999, p. 562, tr. p. 281). Dans ces conditions, la nature même du ribat prend une forme «physique» très mal-léable. Du reste, dans les sources, c'est souvent la racine verbale qui est utilisée, *râbata* se rapportant à l'action de volontariat du murâbit, et non à l'architecture elle-même, qui ne nécessite pas une configuration particulière, sinon d'être efficace pour la défense ou la surveillance de l'ennemi. C'est pourquoi, la plupart des géographes évoquent le *hisn*, le *burj* ou le *mahras* et d'autres lieux, comme refuges des combattants du ribat, souvent aux côtés de troupes régulières (Sur le problème de l'assimilation abusive entre ribat et une forme architecturale spécifique, voir Picard et Borrut, 2003).

L'autre terminologie qui revient également pour désigner le site du ribat est celui de *râbita*, que l'on retrouve dans la toponymie espagnole et portugaise (Asín, 1928). On constate que le vocabulaire lui-même rend difficile toute définition ferme et figée du ribat, surtout si on la rapporte à un seul type d'architecture. Seuls les vocations militaire et religieuse de sa pratique constituent un caractère permanent de l'exercice, en particulier dans le Gharb al-Andalus, jusqu'à la conquête chrétienne. Toutefois, l'évolution de la société affecte le contenu de la vocation du ribat et modifie sa nature aussi bien religieuse que défensive.

### **Une vocation militaire et religieuse durable mais évolutive**

Dans le Gharb al-Andalus, les *râbitas* du Douro et de la presqu'île de Sétúbal n'ont de raison d'être que militaire, face au danger chrétien et viking. Pourtant dans le cas de Sétúbal, il n'y a pas d'installation particulière, mais c'est la zone entière qui est jugée comme *râbita*; il n'y a donc pas «fondation» mais «établissement» de la présence de l'islam, à proximité du Cap Espichel,

surimposée à une sacralité antérieure largement présente sur ce site exceptionnel depuis l'antiquité (Picard et Ferreira Fernandes, 1999). Dans ces conditions, le caractère militaire et religieux n'est pas lié à une architecture spécifique, mais bien à une pratique d'une forme de jihad basée sur le volontariat de celui qui investit épisodiquement un site pour devenir un temps, un murâbit; ce qui importe ici, comme à Dunas de Guardamar ou plus tard à Arrifana, ce n'est pas la présence ou l'absence d'une enceinte et de tours d'angle, mais le site lui-même et sa qualité stratégique exceptionnelle, qui donnent un sens à la présence de cellules à mihrab depuis que la mer laisse approcher des ennemis de l'islam, en l'occurrence les Vikings.

Comme dans le cas du Sâhil syrien, si les chroniques ne mentionnent pas de constructions de ribats, elles insistent sur l'importance du plan de défense décidé par l'émir 'Abd al-Rahmân ii après la première attaque destructrice de 230/844 (Sujet abondamment traité; voir en particulier, la synthèse récente de Azuar Ruiz, 2004). En particulier, après le sac de Séville, il lance un programme de construction navale dont l'actuelle capitale andalouse devient l'arsenal et le centre de commandement. Il ordonne aux gouverneurs des régions littorales de l'Atlantique d'être particulièrement vigilants et de fortifier les points stratégiques (Picard, 1997, pp. 74, 75. Désormais, la source principale émane du *Muqtabis II*, d'Ibn Hayyân, 1999; trad. esp. M.A. Makkî, F. Corriente, 2001, éd. pp. 185-188, trad. pp. 312-323). Les propos repris par les chroniqueurs d'al-Andalus -Ibn al-Qûtiya comme les auteurs cités par Ibn Hayyân- rappellent les recommandations des traités administratifs adressés aux califes abbassides, cités plus haut. Le programme de 'Abd al-Rahmân ii s'applique également à la côte orientale où des garnisons investissent les sites fortifiés, comme à Tortosa, d'où le gouverneur envoie son rapport: «*130 hommes, cavaliers et hommes de condition servile, dont la loyauté et la vaillance sont éprouvés, surveillent la côte. Ils reçurent pour cela leur solde, d'autres cadeaux et du fourrage pour leur chevaux, provenant du trésor, administré par le gouverneur*» (Vallvé Bermejo, 1986, p. 229). La présence de volontaires dans l'armée n'est pas mentionnée non plus en la circonstance, mais ils sont évoqués lorsque les chroniques décrivent en détail les grandes *sayfa/s* lancées par les Omeyyades sur la frontière du nord (*muttawî'ûn*). Ils constituent un corps de l'armée,

présent sur tous les fronts (Ibn Hayyân, 1965 ; trad. J. García Gomez, 1967, éd. p. 127, trad. p. 267). Sur la côte occidentale, de nouvelles forteresses font leur apparition à la suite des ordres donnés par le souverain aux gouverneurs du sâhil, comme à Alcácer do Sal ou à Palmela (Ferreira Fernandes, 2004), à l'embouchure du rio Sado. Le fait que les chroniques «omettent» systématiquement de mentionner la présence des ribats, tient justement à la nature essentielle du ribat: non pas l'édification d'un fort, mais la démarche individuelle (râbata) d'un homme pieux (murâbit) se retirant en un lieu doublement stratégique (râbita ou ribât) où il peut aider à garder les côtes et où il peut prier. Du coup, ce sont les géographes qui nous informent de leur existence, à l'instar des autres édifices ou des sites qui fondent l'identité islamique du lieu décrit, comme la mosquée ou, dans un autre registre, l'arsenal. Ce sont également les sources biographiques qui évoquent la vocation de certains lettrés ou hommes de grande foi, à titre de mujâhidûn ou de murâbitûn (De La Puente, 1999); là encore, les deux premiers siècles de l'Islam sont largement délaissés. Les deux nominations des zones de rabitas de la côte occidentale d'al-Andalus, sont liées à des péripéties de la fitna du dernier quart du IX<sup>e</sup> siècle dans la région de Porto, ou bien au fait que la presqu'île de Setúbal avait le nom de râbita, mentionné par al-Râzî. Ce sont donc des mentions purement toponymiques.

A partir du X<sup>e</sup> siècle, le califat cherche à investir les ribats déjà existant pour se les approprier: c'est le cas à Dunas de Guardamar, à Almería et très probablement à San Carlos de la Râbita, agrandi au moment de la construction de l'arsenal de Tortosa, édifié en 333/944 (Lévi-Provençal, 1931, n° 86, pp. 83, 84). La mention de l'intervention des deux califes dans ces ribats ne procède pas du hasard; en effet, ils sont situés sur la portion de la côte qui prend une importance stratégique majeure sous le califat, à relier à la fondation des arsenaux et du port de l'amirauté omeyyade à Almería, pour contrer l'ennemi fatimide, à partir des années 930. Aucun de ces lieux et édifices consacrés au ribat ne fut fondé par les califes, mais agrandis et placés sous leur protection (cela ne préjuge en rien de fondations de leur part, d'autres ribats). Au contraire, la côte occidentale devient un enjeu secondaire, malgré quelques alertes vikings, devenus nettement moins dangereux.

## La vocation militaire après le XI<sup>e</sup> siècle

La vocation militaire du ribat demeure durant toute la période et, dans le sillage, de la tradition abbasside, reprise par les Omeyyades de Cordoue, elle reste du ressort du prince qui organise et coordonne la lutte contre l'infidèle dans le cadre du jihad. C'est un point bien connu au travers des actions menées par les souverains almoravides, dont le nom même dérive du ribat sous la forme al-murâbitûn (Se reporter à Lagardère, 1998). De la même façon, la fondation de Ribât al-Fath, d'abord comme camp militaire où se rassemblaient les troupes avant de partir en campagne sous 'Abd al-Mu'min, à partir de 546/1151 puis comme capitale bâtie par Ya'qûb al-Mansûr après sa victoire à Alarcos en 591/1195, montre que l'intention demeurerait intacte dans l'esprit des souverains almohades tout comme le sens du terme lui-même (Voir Huici Miranda, 1956. On pourrait poursuivre ainsi, en particulier à propos des Mérinides).

Les ouvrages biographiques nous apportent quelques informations sur la pratique du ribat dans sa dimension militaire pour cette période. Si cette production prend de l'ampleur en al-Andalus pour nous livrer un nombre considérable de biographies, le Gharb al-Andalus demeure une région relativement marginale en la matière. Malgré tout, plusieurs mentions de ribats apparaissent à l'occasion du retrait de personnages pieux. Ainsi, 'Abd Allâh b. Sa'îd, selon Ibn al-Abbâr, «se retira dans les ribâts (râbata) de Badajoz, Marjîq, Silves et dans le ribât d'al-Rayhâna du district de Silves» (Ibn Al-Abbâr, 1963, pp. 202, 203), dans la deuxième moitié du XII<sup>e</sup> siècle; à la même époque, le hisn de Juromenha, près de Badajoz, «devient» un ribât à l'occasion de la venue en 571/1175, d'un éminent mystique, devenu ensuite compagnon d'Ibn al-'Arabî (Torres Balbás, 1948, p. 480). Le site de Marjîq, l'actuel Castro da Cola en Alentejo, est cité deux fois par Ibn al-Abbâr: en 539/1144-45, c'est un hisn qui abrite une garnison favorable aux Almoravides. En revanche, lorsque le faqîh y séjourne au moment des offensives de Sancho, Marjîq est alors considéré comme un ribât. Ainsi, la littérature biographique relie directement le fait des ribats au mérite des individus, même si le but militaire et le désir de mourir en martyr demeurent plus forts que jamais, en liaison avec le jihâd (Picard, 2001).



Dans ces conditions, il n'existe plus de zone spécifique consacrée au ribat: le ribat demeure, dans sa vocation militaire, un lieu propice à la surveillance ou à la guerre, mais avec l'avancée chrétienne, le ribat est là où se trouve le front qui évolue vite au XII<sup>e</sup> siècle! Ainsi, Silves et Badajoz sont devenus des ribats, tout comme le hisn de Juromenha, alors qu'aucun «ribat» n'y a jamais été construit. Dans la phrase d'Ibn al-Abbâr, 'Abd Allâh peut être murâbit partout où la guerre le conduit! Des recherches sur la région d'Évora ont montré l'existence de qubbas sur les collines entourant la cité au moment des offensives de Giraldo Sempavor, vers le milieu du XII<sup>e</sup> siècle. Ces cellules à coupole sont occupées par des soufis qui font œuvre de ribât en priant et en guettant l'approche de l'ennemi (Borges, 1985. Sur la situation d'Évora au XII<sup>e</sup> siècle, Picard, 2000, p. 107 et suiv.). Le sens militaire de la mission n'a pas disparu, bien au contraire, mais dans le cadre de la conquête chrétienne, si la frontière demeure le lieu privilégié du combat au nom de Dieu, les sites évoluent au gré des circonstances militaires. L'accent est plus que jamais mis sur le mérite du combattant murâbit. Du coup, ce sont des villes ou des husûn qui sont nommés comme ribats, sur une frontière en évolution rapide. Ce constat rappelle assez exactement les circonstances qui ont donné leur nom au mouvement des Almoravides: Vincent Lagardère a bien montré, par l'analyse des propos des historiens arabes, Ibn 'Idhârî en particulier, que le titre de murâbitûn ne tint pas au retrait des Lamtunas dans des ribats de la région du Sénégal – on aurait probablement de la peine à les trouver! –, mais au courage dont ils firent preuve dans leur combat contre les païens de la frontière: Ibn Yâsîn leur octroya ce titre après une terrible bataille contre les tribus de la région du Dar'a: «*Beaucoup d'entre eux périrent dans cette bataille; alors le chef Abû Muhammad 'Abd Allâh b. Yâsîn, les appela al-Murâbitûn, du fait de leur grande résistance et leur valeur contre les polythéistes*» (Lagardère, 1989, qui cite les deux sources d'où émane le récit: Ibn 'Idhârî et les *Hulâl al-Mawshiyya*). Le rattachement du mouvement almoravide à l'existence d'un ribât près du Sénégal apparaît chez Ibn Abî Zar' à un moment où se développent les confréries dans les *zâwiyas*. Ibn Khaldûn a aussi repris ce récit. Logiquement, l'historiographie moderne, rattachant systématiquement la notion de ribât à un édifice type Monastir a adhéré à ces derniers récits). En al-Andalus, le titre de murâbit a conservé tout son

prestige lié au mérite du combattant et, éventuellement, du martyr et il reste inclus dans le programme de défense du dâr al-Islâm que supervise le souverain dans des régions frontalières mouvantes. P. Buresi a bien montré comment les chroniques d'époque almohade comme celle d'Ibn Sâhib al-Salât, ou bien les lettres de chancellerie almohades déclinent une histoire militaire des frontières où la chaîne de commandement dépend étroitement du pouvoir; pourtant la mention des ribats n'est pas non plus à l'ordre du jour; en revanche, le pouvoir se montre à la tête du jihad dont l'une des composantes est le ribat (Buresi, 2004, p. 145 et suiv.).

### **L'essor du soufisme et l'évolution de la pratique du ribat**

Le domaine où la pratique du ribat connaît une évolution particulière, concerne la démarche spirituelle du murâbit, liée à l'essor du soufisme en Occident à partir du XII<sup>e</sup> siècle.

Selon Yâqût, à la fin du XI<sup>e</sup> siècle, le faqîh Ibn Taytal construisit de ses propres mains et seul, un ribât à Shaqbân, l'actuel Sacavem (Picard, 2001, p. 205). On imagine alors que le ribat ressemblait plus à une cellule qu'au ribat de Monastir! Si le site n'est pas dénué d'intérêt, il n'est pas non plus situé en un lieu stratégique, au moins en cette période, et ce sont d'autres motivations qui doivent être trouvées comme le besoin d'isolement et la proximité du fleuve probablement, selon une démarche qui rappellerait assez celle des cisterciens. Bien sûr, la plus fameuse de ces fondations est celle du ribat fiancé et construit par Ibn Qasî dans son village natal près de Silves, après un séjour dans le ribat d'al-Rayhâna: «*il édifia un ribât dans un village important dans le district de Silves (Qarya Jillâ probablement). Là se réunirent ses partisans (murîdûn) qui furent pour al-Andalus une source de malheurs*» (Ibn Al-Khatîb, *Kitâb a'mâl al-a' lâm*, éd. E. Lévi-Provençal, 1956, p. 286), nous rapporte Ibn al-Khatîb; le site, quel qu'il soit, n'a rien à voir avec la guerre contre l'infidèle, pas plus qu'une architecture militaire, quelle qu'elle ait pu être la source d'inspiration; Ibn Qasî, tout comme Ibn Taytal, recherche la retraite et s'inspire probablement des modèles de la Râbita ou de Ribat Rûtâ où les soufis trouvèrent leur inspiration mystique et acquièrent leur renommée pour ces raisons. C'est également dans ces lieux que le maître enseigne

la voie (tarîqa) mystique qui marque le rapport spécifique entre le savant en religion, inspiré, et ses adeptes (Lagardère, 1983). C'est probablement dans ce cadre qu'il faut replacer la construction du plus célèbre des ribats de la région, le seul nommé en tant que tel, le ribat d'al-Rayhâna, dont l'édification peut-être et la splendeur certainement, datent de cette période de l'essor du soufisme dans le Gharb al-Andalus. Les textes le mentionnent à partir du XII<sup>e</sup> siècle, ce qui semble confirmer l'archéologie. Comme la Râbita ou le ribat Rûta, sa renommée a tenu avant tout à la présence de personnages pieux et plus spécialement de mystiques, attirant probablement Ibn Qasî à l'orée de sa carrière, au moment où il s'engage dans la voie du soufisme en liaison avec l'école orientale d'al-Andalus et avant qu'il ne fonde son propre ribat. Le choix du site exceptionnel a probablement aidé à sa renommée et il pouvait servir à la surveillance des mers. On n'en sait pas plus.

Paradoxalement, ce sont les ribats qui ne sont pas consacrés à la guerre, où du moins ceux construits en relation avec l'essor du mysticisme, qui deviennent des lieux particuliers, distingués comme des architectures de ribats; le devoir militaire est alors secondaire, voire inexistant, ce qui influence parfois le choix du site (Lorsqu'Ibn Qasî se lance à la conquête de la région sud du Gharb al-Andalus, il abandonne son ribat pour s'emparer et s'installer à Mértola, site beaucoup plus propice à la guerre). Leur renommée et donc leur pérennisation en un lieu précis, vient avant tout de la réputation du maître. Toutefois, ces derniers choisissent de se retirer en des lieux imprégnés de sacralité, remontant souvent à l'époque païenne en ce qui concerne le littoral. Comment ne pas être inspiré par un site comme ceux d'Arrifana ou d'al-Rayhâna et bien d'autres! Cette dimension spirituelle n'est pas un phénomène nouveau, comme le montre, semble-t-il, la configuration architecturale de Dunas de Guardamar qui, dès le IX<sup>e</sup> siècle, avec ses cellules allongées et ornées d'un mihrab, ressemble plus à un lieu de retraite pour la prière qu'à une forteresse. A ce titre, Mikel de Epalza a bien montré l'importance des horizons marins comme frontière mystique plus que comme frontière militaire, dans le choix des sites de ribats, dans le Sharq al-Andalus (De Epalza, 1995). Le site et la configuration d'Arrifana indique qu'il en allait de même sur la côte occidentale.

## L'enjeu de la mémoire religieuse

Là encore, il ne faut pas isoler la pratique du ribat, mais au contraire la replacer dans un contexte plus large d'islamisation du territoire. Certains sites remarquables du littoral sont en effet souvent un enjeu religieux important disputé aux croyances antérieures et qui se mesure par la volonté de substitution d'une mémoire religieuse, musulmane en l'occurrence, à la précédente (Picard, 1999). Le premier «signe» de cette évolution, remontant peut-être au X<sup>e</sup> siècle, concerne l'appropriation de sites sacrés par des édifices religieux musulmans: la mosquée et le ribat sont de ceux-là. Il est, en revanche, difficile de connaître exactement les auteurs de ces initiatives; pour cette raison nous les appellerons les «autorités religieuses», tout en étant conscient du caractère flou et équivoque de l'expression pour l'islam.

Un texte du XI<sup>e</sup> siècle bien connu et déjà mis en exergue par F. J. Simonet, indique que les autorités musulmanes exigèrent des moines du cap Saint-Vincent qu'ils reçoivent les nombreux musulmans qui se rendaient là pour honorer les reliques du saint, ramenées là sous le règne de 'Abd al-Rahmân I<sup>er</sup> (756-788), à la table où étaient accueillis les pèlerins; de plus, à côté du monastère, fut édifiée une mosquée afin de recevoir les visiteurs musulmans (Picard, 1995). Le texte est explicite quant à la volonté des autorités de capter la sacralité du lieu en faveur de l'islam; rien n'est dit du caractère orthodoxe de la mesure, mais la manière d'opérer rappelle celle du christianisme des premiers siècles. Le fait serait de peu d'intérêt s'il était isolé; mais cela ne semble pas être le cas.

Les textes des géographes comme les livres des merveilles dont le plus connu est celui d'al-Qazwîni (Al-Qazwîni, 1849 ; 1848 ; trad. F.R. Castro, 1990) décrivent volontiers les lieux de pèlerinages chrétiens, très actifs à l'époque du califat et surtout au XI<sup>e</sup> siècle. Sur la côte occidentale, outre le pèlerinage du Cap Saint-Vincent, il est question de ceux de Shantmariyya al-Gharb, de Huelva-Saltes et, vers le sud, de celui de Sancti Petri, face à Cadix. Or, dans tous les cas, les textes arabes permettent de constater qu'à ces lieux de pèlerinages sont associées des lieux de culte musulmans, soit une mosquée soit un ribat: le plus célèbre est celui de la Râbita près d'Huelva, édifié à proximité d'une église qui, selon al-Himyarî citant un

auteur du XI<sup>e</sup> siècle, était l'objet d'un pèlerinage en faveur des reliques d'un apôtre (Al-Himyarî, éd. et trad. E. Lévi-Provençal, 1938, éd. pp. 110, 111, trad. p. 216; Al-Qazwîni, éd. pp. 542, 543, trad. pp. 129, 130); comme la mosquée au Cap Saint-Vincent, le ribat fut édifié aux côtés de l'église, lieu du pèlerinage; même si le ribat, investi à une date inconnue, a été bâti en un lieu stratégique, on doit remarquer que l'édifice est décrit à partir du XII<sup>e</sup> siècle pour sa fonction spirituelle. Le Ribât Rûta, près de Cadix, face à Sancti Petri est lui aussi bâti à une date inconnue en un lieu stratégique où, de surcroît, la présence affirmée par de nombreux textes d'une statue d'Hercule ajoutait à une atmosphère déjà saturée de sacralité; toutefois, c'est au XII<sup>e</sup> siècle que sa renommée grandit du fait du retrait de mystiques, en particulier Ibn al-'Arabî, et il est également placé près d'un lieu de culte important pour les chrétiens.

A Shantmariyya al-Gharb, nom apparu au plus tôt au X<sup>e</sup> siècle, al-Idrîsî évoque la présence d'une mosquée jâmi', et d'un minbar dont on ne sait pas très bien à quoi il correspond dans la mesure où il n'est pas situé dans la mosquée (Al-Idrîsî, 1975; trad. H. Bresc, A. Nef, 1999, éd. p. 543, trad. p. 262). Ces mentions correspondent au moment où le pèlerinage consacré à la vierge a pris de l'ampleur. Selon al-Qazwîni, une grande église abritait depuis longtemps un tel pèlerinage, mais la tradition rapportée dans les Cantigas d'Alphonse X fait apparaître la seule statue au dessus des remparts de la ville. De même dans le «routier» attribué à Roger de Howden à la fin du XII<sup>e</sup> siècle comme l'illustration des Cantigas, l'auteur rapporte la présence de musulmans au pèlerinage; raison qui s'explique par la place de Marie dans la tradition islamique et par le fait même que le nom de la ville la liant à la vierge s'imposa justement au X<sup>e</sup> ou au XI<sup>e</sup> siècle avec les Banû Hârûn (Alphonse X, 1959, 3 vol.; n° 183; Gautier-Dalché, 2005). Il y a donc une présence concomitante d'une forte tradition religieuse chrétienne, attirant les musulmans –ce fait est tout à fait banal- et la volonté des autorités musulmanes de marquer le terrain pour l'islam par la présence d'édifices religieux qui ont suffisamment marqué les esprits pour attirer l'attention d'al-Idrîsî. Il convient de noter que ce site est lui-même marqué de longue date, dans la mesure où le grammairien du XI<sup>e</sup> siècle, al-Batalyawî, se moquait des gens qui croyaient aux histoires miraculeuses d'une source située à proximité

de Faro, remontant à la nuit des temps (Al-Himyarî, 1938, éd. p. 35, trad. p. 44).

Ribats ou mosquées, le XI<sup>e</sup> siècle semble marquer une nouvelle étape au moment où l'islam s'affirme définitivement comme force religieuse et culturelle dominante: cette période est celle pendant laquelle les musulmans veulent plus particulièrement prendre en mains le destin religieux des sites sacrés du christianisme et du paganisme – les deux se confondent le plus souvent – alors que la religion musulmane et la culture qu'elle incarne se sont définitivement imposées à tous les degrés de la société d'al-Andalus. Ce mouvement est à associer, semble-t-il, à celui qui consiste à placer dans les lieux sacrés de l'islam, les ribats en particulier, la tombe de personnages vénérables; le cas le plus célèbre est celui concernant le ribat de Gata, dans le Sharq al-Andalus abritant le tombeau d'Ahmad b. Bâjî mort en 475/1082 (Al-Himyarî, 1938, éd. pp. 102, 137, trad. pp. 125, 146). Plus tard, associé au soufisme, les tombes ou bien le souvenir du séjour des hommes pieux dans des ribats ou de simples coupoles ou qubba, attirèrent les «visiteurs» mystiques, à l'instar du ribat de Rûta déjà évoqué et où séjournèrent beaucoup de soufis à la suite du séjour qu'y effectua Ibn al-'Arabî vers 593/1197. On retrouve cette volonté de marginaliser les croyances antérieures à l'islam, dans une série d'initiatives des cadis malikites datant de l'époque almoravide: des travaux déjà anciens de F. De La Granja avaient mis au jour la volonté des fuqâha/s de s'attaquer aux formes récurrentes du christianisme dans les pratiques, festives en particulier, des néo-musulmans. Le cas le plus célèbre concerne l'initiative du cadî 'Iyâd en poste à Ceuta à la fin du X<sup>e</sup> et au début du XII<sup>e</sup> siècle, décidant de s'en prendre à la fête de Noël que fêtaient beaucoup de musulmans, pour lui substituer le Mawlid, importé d'Orient (De La Granja, 1969).

C'est probablement à cette évolution que doit être reliée la présence en force du toponyme «Azoia», venant du mot zâwiya, en des lieux qui sont les mêmes que ceux des ribats. Bien entendu, il convient d'être extrêmement prudent sur ce toponyme. Si son origine, la zâwiya, ne fait guère de doutes, sa présence en de nombreux sites côtiers du Gharb al-Andalus peut très bien appartenir à l'ère chrétienne, tout comme le terme d'atalaia, intégré à la langue. Toutefois, il ne faut pas marginaliser la portée de ce

toponyme, au moins pour deux raisons: il est présent dans les sources du XII<sup>e</sup> siècle, en particulier dans le nom de Halq al-Zâwiya, Albufeira (ou Lagos?), ou, dans la relation anonyme de la prise de Silves en 1189, pour désigner sous la forme Azoia, la porte fortifiée occidentale de Silves (*De Itinere Navali, ...*, 1840; trad. portugaise, J.B. da Silva Lopes, 1844, rééd. 1999). De plus, le terme azoia n'a pas acquis de signification particulière dans la langue portugaise, ni castillane; par conséquent si le mot peut avoir été colporté au-delà de la période musulmane, après la conquête portugaise, ce ne fut pas pour désigner une forme quelconque de lieu ou d'édifice. En revanche, le terme zâwiya, présent très tôt en Orient pour désigner d'abord les cellules monastiques, chrétiennes donc, puis des lieux retirés dans des ribats ou autres édifices pour ceux qui désiraient s'isoler (*e.i.*<sup>2</sup> «Zâwiya» (Sh. S. Blair), XI, p. 466), a été associé au mouvement soufi en Occident; or, nous en retrouvons la trace dans la toponymie de la côte occidentale en des lieux où la religion musulmane est présente, le plus souvent sur des sites remarquables comme les caps : précisément près d'Arrifana, au cap Espichel, dans la zone d'Arrábida ou encore à proximité de Sintra au Cabo da Roca. On est tenté, dans ces conditions, d'associer ce terme au mouvement mystique qui connut un grand succès dans la région, autour des ribats ou des lieux de religion déjà nommés; ce qui est intéressant c'est que ce terme apparaît en Occident d'al-Andalus avant que son usage ne se répande, avec le sens de confrérie, au Maghreb sous les Hafisdes et les Mérinides. La force du mysticisme qui se développa alors dans la région peut expliquer sa présence en de tels lieux. Plus sûrement, nous pouvons associer le toponyme au développement des ribats soufis au XII<sup>e</sup> siècle; d'ailleurs, la région de Silves fut le centre de ce mouvement sur lequel s'appuya Ibn Qasî et les murîdûn. Il n'est donc pas étonnant d'y voir apparaître une zâwiya, sans que l'on puisse déterminer son site.

## Conclusion

La nature des sources arabes ne permet pas de déterminer avec précision l'apparition et l'évolution du ribat dans le paysage côtier et frontalier du Gharb al-Andalus. On constate seulement qu'il y tient une place importante lorsque la guerre fait irruption aux marches

de l'islam, face aux chrétiens et, sur les côtes, aux Vikings.

L'organisation des frontières en Orient mise en place par les premiers califes abbassides, et diffusée par des auteurs attachés au califat abbasside, donne un sens à la chronologie de la diffusion du ribat autour de la Méditerranée islamique, partant du Proche-Orient et de la frontière intérieure et côtière, de la Syrie et de l'Égypte pour atteindre très vite l'Ifrîqiya puis dans un second temps, le Maghreb et al-Andalus. Ce mouvement, accompagné par les textes qui précisent la définition du jihad d'État, ne peut se comprendre que si on le replace dans la mutation politico-militaire des États musulmans depuis l'arrêt des conquêtes et la formation de marches stables, en particulier en al-Andalus, «terre de ribat».

Si le ribat demeure un exercice à la fois pieux et guerrier jusqu'en 1492, mettant en exergue les qualités du combattant prêt à subir le martyre, sa pratique connaît également une évolution liée à l'essor du mysticisme soufi, essentiellement au cours du XII<sup>e</sup> siècle, qui annonce les zâwiyas du Maghreb. Comme le jihad, le ribat est étroitement associé au combat collectif et intérieur contre toutes les formes du mal, mais il se caractérise par son association à une frontière, celle qui sépare le musulman de l'infidèle, ou la frontière mystique. C'est cette combinaison qui confère au mouvement du ribat un caractère si particulier. De ce fait, l'étude du ribat qui fait de grands progrès grâce aux découvertes des archéologues, comme le montre la fouille d'Arrifana, doit se situer dans une recherche large associant l'étude politique et de l'islamisation qui se développe dans le Gharb, brusquement interrompue par la conquête chrétienne.

## Bibliografie

- AL-'UDHRÎ (1965) – *Tarsî' al-akhbâr*, éd. A. AL-AHWANI, *Fragmen-tos geográfico-históricos de ilâ jamî'a l-mamâlik wa l-masâlik*, trad. esp. M. SANCHEZ MARTINEZ, «La Cora de Ilbira (Granada y Almería) en los siglos X e XI, segun al-'Udrî (1003-1085)», *Cuadernos de Historia del Islam*, vol. 7, 1975-1976, Madrid.
- AL-BAKRÎ (1965) – *Kitâb al-masâlik wa l-Mamâlik*, éd. et trad. W. MAC GUCKIN DE SLANE, *Description de l'Afrique Septentrionale par Abou Obeïd el-Bekri*, nouv. éd., Paris.
- AL-HIMYARI (1938) – *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après le "Kitâb al-Rawd al-Mitâr."* Texte arabe des notices relatives à l'Espagne au Portugal et au Sud-Ouest de la France, éd. et trad. E. LÉVI-PROVENÇAL, Leyde.

- AL-IDRĪSĪ (1975) – *Nuzhat al-mushtâq fī Ikhtirāk al-afak*, éd. Instituto Universitario di Napoli e Istituto per il Medio e Estremo Oriente, *Al-Idrīsī Opus Geographicum*, Naples-Rome; trad. H. BRESCH, A. NEF, *Idrīsī, La Première Géographie de l'Occident*, GF Flammarion, 1999, Paris.
- AL-MĀLIKĪ (1951) – *Riyād al-Nufus fā tabaqāt'ulamā al-Qayrawān wa Ifrīqiya*, éd. H. Monés, Le Caire; nvle éd. B. Al-Bakkūsh, 2 vols, Beyrouth, 1983.
- AL-MAWARDĪ (1909) – *Kitāb al-Ahkām al-Sultāniyya*, éd. Le Caire, trad. E. FAGNAN, *Les statuts gouvernementaux*, Alger, nouvelle éd. Alger, 1984.
- ALPHONSE X (1959) – *Cantigas de Santa Maria*, éd. W. METTMANN, 3 vols; n° 183, Coimbra.
- AL-QAZWINĪ (1848) – *Kitāb athār al-bilād*, éd. F. WUSTENFELD, Leipzig; trad. pour la partie occidentale d'al-Andalus, F.R. CASTRO, *El Occidente de al-Andalus en el athār al-bilād de al-Qazwīnī (1203-1283)*, 1990.
- AL-QAZWINĪ (1849) – *Kitāb 'ajā'ib al-makhlūqāt*, éd. F. WUSTENFELD, Gottingen; trad. pour la partie occidentale d'al-Andalus, F.R. CASTRO, *El Occidente de al-Andalus en el athār al-bilād de al-Qazwīnī (1203-1283)*, 1990.
- AL-RAZĪ (1953) – La description de l'Espagne d'Ahmad al-Rāzī, tr. à partir de textes en Castillan et en Portugais, E. LEVI-PROVENÇAL, *Al-Andalus*, VIII.
- AL-TABARĪ (1966) – *Tarīkh al-rusul wa l-mulūk*, éd. A. IBRĀHĪM, Le Caire; trad. *The history of al-Tabarī*, 1985, 38 vol., Bibliotheca Persica, State University of New York Press, Albany.
- AL-YA'QŪBĪ (1892) – *Kitāb al-Buldān*, éd. M. J. DE GOEJE, Coll. B. G. A., VII, Leyde.
- AZUAR RUIZ, R. (1991) – Una rābita hispanomusulmana del siglo X (Guardamar del Segura, Alicante, España), *Archéologie Islamique*, vol. 1, pp. 109-122
- AZUAR RUIZ, R. (2004) – El ribāt en al-Andalus: espacio y función, *Espacios religiosos islámicos*, *Revista de Ciencias de las Religiones*, Anejos 10, pp. 23-38.
- AZUAR RUIZ, R. (2005) – Piratería y ribāt-s en la formación del Sharq al-Andalus, *Portos Medievales do Mediterraneo, Arqueologia Medieval*, vol. 9, pp. 147-159.
- AZUAR RUIZ, R., et alii (1989) – *La Rābita califal de la Dunas de Guardamar (Alicante). Cerámica, Epigrafía, Fauna, Malacofauna*, Alicante.
- BONNER, M. (1996) – *Aristocratic Violence and Holy War: Studies in the Jihad and the Arab-Byzantine Frontier*, American Oriental Series, 81, New Haven, Connecticut.
- BONNER, M. (2004) – *Le Jihad. Origines, Interpretations, Combats*, Tétraèdre, Paris.
- BORRUT, A. (1999-2000) – L'espace maritime syrien au cours des premiers siècles de l'Islam (VII<sup>e</sup>-X<sup>e</sup> siècle): le cas de la région entre Acre et Tripoli, *Tempora. Annales d'Histoire et d'Archéologie*, vols 10, 11, pp. 1-33.
- BORRUT, A. (2001) – Architecture des espaces portuaires et réseaux défensifs du littoral syro-palestinien dans les sources arabes (7<sup>e</sup>-11<sup>e</sup> s.), *Archéologie Islamique*, vol. 11, pp. 21-46.
- BOSWORTH, C. E. (1992) – The city of Tarsus and the Arab-Byzantine frontiers in early and middle 'Abbāsīd times, *Oriens*, vol. 33, pp. 268-286.
- BURESI, P. (2004) – *La Frontière entre Chrétienté et Islam dans la Péninsule Ibérique du Tage à la Sierra Morena (fin XI<sup>e</sup> – milieu XIII<sup>e</sup> siècle)*, Publibook, Paris.
- CHABBI, J. (1994) – Ribāt, *Encyclopedie de l'Islam* (2. ed.), vol. VIII, pp. 510-523, Brill, Leyde.
- CRONE, P. (1980) – *Slaves and Horses: The Evolution of the Islamic Policy*, Cambridge U.P., Cambridge.
- DE EPALZA, M. (1995) – La costa como frontera militarizada del Islam, *Al-Andalus y el Mediterraneo*, pp. 57-65, Legado Andalusi, Lunwerg Editores, Madrid.
- De Itinere Navali, de eventibus, de que rebus a peregrinis Hierosolymam petentibus MCLXXXIX fortiter gestis narratio*, éd. C. GAZZERA, Turin, 1840 ; trad. portugaise, J.B. DA SILVA LOPES, *Relação da derrota naval, façanhas e successos dos Cruzados, que partiram do Escalda para a Terra Sancta no anno de 1189*, Lisbonne 1844 (réédition, 1999).
- DE LA GRANJA, F. (1969) – Fiestas cristianas en al-Andalus (materiales para su estudio), *Al-Andalus*, vol. 34(1), pp. 1-53.
- DE LA PUENTE, C. (1999) – El *ḡihād* en el califato omeya de al-Andalus y su culminación bajo Hishām II, *Almanzor y los Terrores del Milenio. Actas II Curso sobre Península Ibérica y el Mediterráneo durante los siglos XI y XII*, pp. 224-238, Aguilar de Campo.
- ERBATI, E. (2004) – Deux sites urbains (IXe-XIe siècles): Casba des Oudayas et Aghmat Approche comparative, *Du Nord au Sud du Sahara: Bilan et Perspectives de Cinquante Ans d'Archéologie Française*, pp. 285-293, Sepia, Paris.
- FERREIRA FERNANDES, I. C. (2004) – *O Castelo de Palmela do Islâmico ao Cristão*, éd. Colibri, Lisbonne.
- GAUTIER-DALCHÉ, P. (2005) – *Du Yorkshire à l'Inde. Une «Géographie» Urbaine et Maritime de la Fin du XI<sup>e</sup> Siècle (Roger de Howden ?)*, Droz, Genève.
- HUICI MIRANDA, A. (1956) – *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las Invasiones Africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*, Madrid.
- IBN 'IDHARI (1948-51) – *Kitāb al-Bayān al-Mughrib*: I et II : texte arabe des parties relatives au Maghreb et à l'Espagne de la conquête au XI<sup>e</sup> siècle, éd. R. DOZY, revue par G.S. COLIN et E. LEVI-PROVENÇAL, Leyde, 2 vol., 1948-1951 ; tr. E. FAGNAN, *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée al-bayano l-moghrib*, 2 vol. Alger, 1901-1904 : I, éd. p. 99, tr. p. 135.
- IBN AL-ABBĀR (1963) – *Kitāb al-hullat al-siyāra*, éd. H. MU'NIS, 2 vol., Le Caire.
- IBN AL-KHATĪB (1956) – *Kitāb a'māl al-alām*, Beyrouth.
- IBN HAWQAL (1938-39) – *Kitāb surat al-ard*, éd. G.H. KRAMERS, *Viae et regna. Descriptio ditionis moslemicae*, Leyde.
- IBN HAYYĀN (1973) – *Al-Muqtabas min anba: ahl al-Andalus*, éd. M.A. MAKKI, Beyrouth.
- IBN HAYYĀN (1965) – *Al-Muqtabis fī Akhbār balad al-Andalus*, éd. A. HAJJĪ, Beyrouth; trad. J. GARCÍA GOMEZ, *Anales Palatinos del*

- Califa de Cordoba al-Hakam II*, Madrid, 1967, éd. p. 127, trad. p. 267.
- IDRIS, H. R. (1935-1936) – Contribution à l'histoire de l'Ifrîqiya. Tableau de la vie intellectuelle et administrative à Kairouan sous les Aglabites et les Fatimides d'après le *Riyâd al-Nufûs* de Abû Bakr al-Mâlikî, *R.E.I.*, 1935, pp. 105-177, 273-305; 1936, pp. 45-103.
- KENNEDY, H. (2003) – Caliphs and their chroniclers in the Middle abbasid period (3<sup>th</sup>/9<sup>th</sup> century), *Texts, Documents and Arterfacts. Islamic Studies in Honor of D.S. Richards*, pp. 17-35, Brill, Leyde.
- KRAMERS, G. H.; WIET, G. (1964) – *Configuration de la Terre*, 2 vols, Paris-Beyrouth.
- KRESWELL, K. A. C. (1932-1940) – *Early Muslim Architecture*, vol. II, pp. 167 et suiv.
- LAGARDÈRE, V. (1983) – La Tariqa et la révolte des murîdûn en 539H/1144 en al-Andalus, *ROMM*, n° 35, pp. 157-175.
- LAGARDÈRE, V. (1989) – *Les Almoravides jusqu'au Règne de Yûsuf b. Tâshfîn (1039-1106)*, L'Harmattan, Paris.
- LAGARDÈRE, V. (1995) – *Histoire et Société en Occident Musulman au Moyen-Age. Analyse du Mi'yâr d'al- Wansharîsî*, coll. de la Casa de Velazquez, n° 53, Madrid.
- LAGARDÈRE, V. (1998) – *Les Almoravides. Le Djihâd Andalou (1106-1143)*, L'Harmattan, Paris.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1931) – *Les Inscriptions Arabes d'Espagne*, Leyde-Paris.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1956) – *Histoire de l'Espagne Musulmane*, Beyrouth.
- LEZINE, A. (1956) – *Le ribât de Sousse suivi de notes sur le ribât de Monastir*, Tunis.
- LEZINE, A. (1971) – *Deux villes d'Ifrîqiya, Sousse et Tunis*, P. Geuthner, Paris.
- MARÇAIS, G. (1957) – Notes sur les ribats en Berbérie, *Mélanges d'Histoire et d'Archéologie de l'Occident Musulman*, vol. I, pp. 23-36, Alger.
- MARIN, M. (1994) – El ribât en al-Andalus y el Norte de Africa, *La Rápita Islámica: Historia Institucional i Altres Estudis Regionals*, pp. 121-130, San Carles de la Rápita.
- MARTINEZ GROS, G. (1992) – *L'Idéologie Omeyyade. La Construction de la Légitimité du Califat de Cordoue (Xe-XIe siècles)*, Madrid.
- MARTINEZ GROS, G. (1997) – *Identité Andalouse*, Sindbad, Paris.
- MELO BORGES, A. G. de (1985) – As kubbas alentejanas, *Congresso sobre o Alentejo*, pp. 198-204, Évora.
- OLIVER ASÍN, J. (1928) – *Origen Arabe de Rebato, Arroda y sus Homónimos*, Madrid.
- PICARD, Ch. (1995) – Sanctuaires et pèlerinages chrétiens en terre musulmane: l'Occident de l'Andalus (XI<sup>e</sup>- XII<sup>e</sup> siècle), *Pèlerinages et Croisades. 118<sup>e</sup> Congrès des Sociétés Savantes*, pp. 235-247, Paris.
- PICARD, Ch. (1997) – *L'Océan Atlantique Musulman. De La Conquete Arabe a l'Epoque Almohade*, Maisonneuve et Larose, Paris.
- PICARD, Ch. (1999) – La mémoire religieuse des lieux : des cultes chrétiens aux cultes musulmans sur les rivages d'al-Andalus, *Faire Mémoire. Souvenir et Commémoration au Moyen Âge*, pp. 259-275, Aix-En-Provence.
- PICARD, Ch. (2000) – *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe Siècle). L'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique*, Maisonneuve et Larose, Paris.
- PICARD, Ch. (2001) – Les ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica et no Magreb (500-1500)*, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, pp. 203-212, éd. Colibri/Camara Municipal de Palmela, Lisbonne.
- PICARD, Ch.; BORRUT, A. (2003) – *Râbata, Ribât, Râbita*: une institution à reconsidérer, *Chrétiens et Musulmans en Méditerranée Médiévale (VIIIe-XIIIe siècle). Echanges et Contacts, Civilisation Médiévale*, pp. 33-65, CESCUM, Poitiers.
- PICARD, Ch.; FERREIRA FERNANDES, I. C. (1999) – La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal, *Archéologie Islamique*, vols 8-9, pp. 67-94.
- QUDÂMA IBN JA'FAR (1889) – *Kitâb al-kharâj wa sinâât al-kitâba*, 2d. et trad. partielle, M.J. DE GOEJE, Leyde, Brill, rééd. 1967; trad. espagnole dans J. LIROLA DELGADO, *El Poder Naval de al-Andalus en la Época del Califato Omeya*, Instituto de Estudios Almerienses, Grenade, 1992.
- RHONÉ, C. (2003) – Les ribat-s dans l'Orient du monde musulman des origines au XIII<sup>e</sup> siècle, *Bulletin d'Études Orientales*, vol. 55, pp. 61-75.
- SHARON, M. (1997) – *Corpus Inscriptionum Arabicarum Palaestinae*, vol. A, Leyde.
- TALBI, M. (1966) – *L'Émirat Aghlabide (184-296/800-909). Histoire Politique*, Paris.
- TORRES BALBÁS, L. (1948) – Râbitas hispanomusulmanas, *Al-Andalus*, vol. 13, pp. 475-491.
- URVOY, D. (1978) – *Le Monde des Ulémas Andalous du Ve-XIe au XIe-XIIIe siècle*, Genève, Droz.
- VALLÉ BERMEJO, J. (1986) – *La división territorial en la España musulmana*, C.S.I.C./Instituto Miguel Asín, Madrid.
- VIGUERA M. J.; MENENDEZ PIDAL, R. (coll.) (1995) – *Historia de España*, Madrid, 2<sup>e</sup> éd., vols 8-12.

# O RIBĀT DA ARRIFANA. ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS NO *GHARB*

Mário Varela Gomes\* e Rosa Varela Gomes\*\*

## Resumo

O *ribāt* da Arrifana, fundado pelo mestre sufi Ibn Qasī, em torno a 1130, constitui, muito possivelmente, o melhor testemunho material de mundo edificado entre ideologias e espaços opostos. A mensagem religiosa e política de Ibn Qasī não pretendeu eliminar tais antagonismos, mas criar novos princípios a partir da concepção de um homem novo, capaz de servir estado teocrático, sem fronteiras rígidas, constituído pelos territórios assenhoreados pelos seus seguidores.

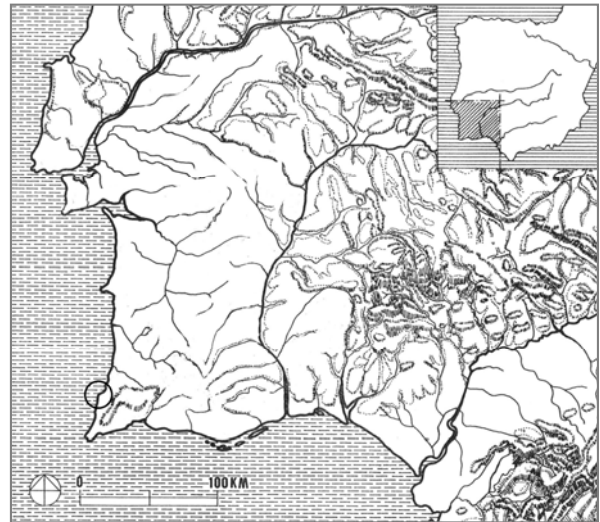
## Abstract

The Ribat of Arrifana, founded around 1130 by the Sufi master, Ibn Qasi, is the best building testimony in the border of ideologies and spaces between Christians and Muslims. The religious and political message of Ibn Qasi was not intended to eliminate those antagonisms, but to create new principles from the conception of a new Man, able to serve a theocratic state, without physical borders, formed by the territories owned by its landlord followers.

## 1. A questão seminal

A expansão do Islão medieval fez-se no seio de sociedades animistas e, sobretudo, nas comunidades cristãs, de origens diversas. Fenómeno semelhante haveria ulteriormente de acontecer com a projecção da Cristandade sobre regiões onde anteriormente dominava tal credo mas, também, sobre muitas outras, confundindo-se interesses, políticos e económicos, com desígnios religiosos. São afinal vagas que se confrontam ou, até, se confundem, com avanços, recuos e extensões diversas, intercalando com períodos onde a estabilidade foi, ou ainda é, um bem maior.

O recrudescer de uma daquelas vagas ocorreu perante o forte avanço cristão no Ocidente Peninsular, a chamada reconquista, apesar dos esforços de resistência que, contra aquele, investiram os impérios magrebinos. No palco do confronto entre os dois protagonistas “clássicos”, cristãos e muçulmanos, surge, na primeira metade do século XII, um terceiro beligerante ou uma terceira via, se quisermos, a liderada pelo mestre sufi Ibn Qasī.



**Figura 1.** Localização da Ponta da Atalaia, no Sudoeste Peninsular.

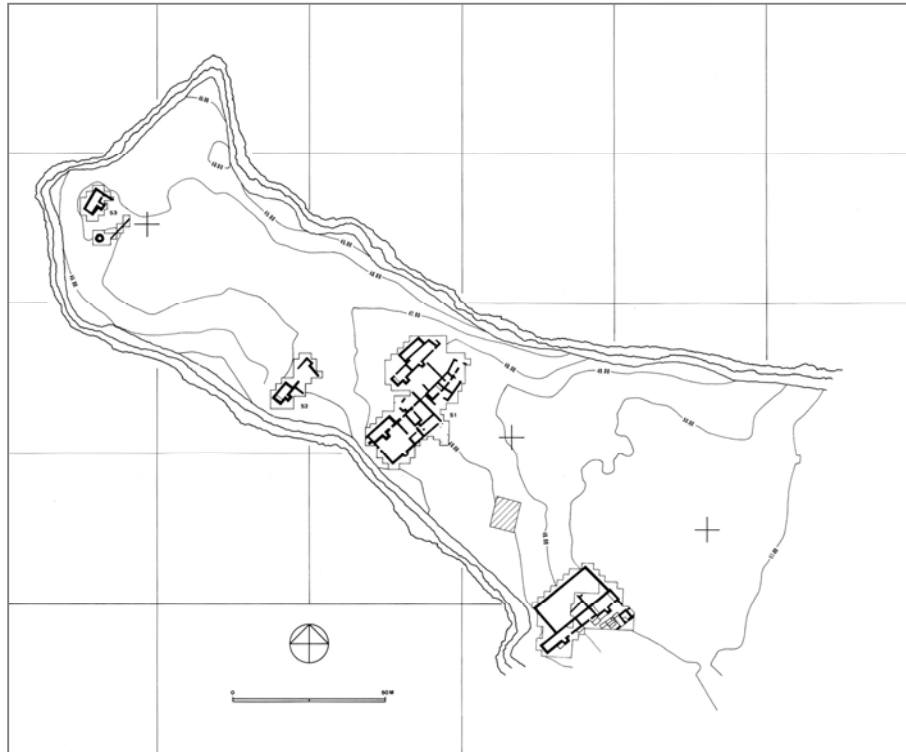
Aquele, a partir do seu *ribāt* da Arrifana, que funda junto de antiga alcaria em península da Costa Sudoeste, cria estado teocrático, chegando a controlar o território correspondente ao que é hoje todo o Sul de Portugal, tal como partes muito significativas da Estremadura Castelhana e da Andaluzia Ocidental.

A *djihād* pregada por Ibn Qasī, tinha como objectivo todos os inimigos da verdadeira fé islâmica, cristãos, moçárabes, judeus e, principalmente, muçulmanos considerados hereges.

A sua formação e origem social, sendo natural da *kora* de Silves e descendente de antiga família cristã

\* Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa). mv.gomes@fcsh.unl.pt

\*\* Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa). rv.gomes@fcsh.unl.pt



**Figura 2.** A península da Ponta da Atalaia (Aljezur) e as estruturas exumadas do *ribāt* da Arrifana.

(*rumi*), constituem herança de dois mundos que não deixarão de o marcar ideologicamente.

Ao abraçar o sufismo, pregado por al-Ghazālī, através de Ibn al-Arif, de Almería (1130-1135) e de outros mestres, Ibn Qasī aproximou-se dos ideais eremíticos cristãos, conhecidos e respeitados pelos muçulmanos. Na sua terra, o santuário do Corvo, onde se veneravam as santas relíquias do mártir São Vicente era disso exemplo e onde os monges tinham o mar como deserto.

A escolha de península, debruçada sobre a vastidão oceânica, a norte do Cabo de São Vicente ou do Algarve, conforme era então conhecido, para instalar o seu *ribāt*, parece ter tido como modelo o santuário cristão acima mencionado, mas também a necessidade de escolher espaço afastado de zonas urbanas onde residiam os mecanismos de poder religioso, político, militar e económico.

O espaço político de Ibn Qasī foi aberto entre domínio almorávida, calculamos que a partir de 1130 mas com o sucesso militar após a tomada de Mértola em 1144, pelos seus homens, assinalou-se a fundação do seu estado teocrático, que haveria de ter a maior florescência após a conquista de Sevilha pelos almoa-

das, em 1147, empresa em que o mestre da Arrifana haveria, com obediência a Abd al-Múmin, receber deste o importante título de *wali* (delegado do emir).

Depois da revolta contra os almoadas, Ibn Qasī foi cobardemente assassinado, em 1151, após ter celebrado acordo com D. Afonso Henriques, que o reconheceu como líder político, oferecendo-lhe prendas próprias de príncipe: um cavalo, uma lança e um escudo (Gomes, 2006).

## 2. Um lugar liminar

O complexo de edificações correspondentes ao *ribāt* fundado por Ibn Qasī ocupava não só a *finis terrae* hoje conhecida por Ponta da Atalaia, como algumas zonas adjacentes, reflectindo inteligente estratégia de localização que contemplava as vertentes religiosa, político-militar e económica (Fig. 2).

A escolha de península, afastada dos centros de poder de então, entronca em tradição antiga, com origens no Oriente e que passou ao Norte de África, onde se desenvolveu, sobretudo sob domínio almorávida. O *ribāt* costeiro responde não só à necessidade de defesa e controlo dos litorais, como de importantes



vias comerciais, processadas através de rotas terrestres ou marítimas, estas então percorridas principalmente à vista da costa, como às práticas ascéticas.

O mar imenso é um espaço talvez desde sempre considerado perigoso, adimensional e não raro possuindo águas revoltas, envolvidas por tempestades, acreditando-se ter vida própria e ser habitado por quimeras e/ou outros monstros, que ali existem de facto, como pelos mortos, tornando-se quase elemento sobrenatural. Não deixando de constituir forte desafio para os sentidos e para a mente, ele é capaz de despertar profundas emoções e de proporcionar a exaltação metafísica. No limite, é o lugar da luta entre o bem e o mal, pelo que, segundo tal perspectiva, trata-se de meio propício aos itinerários iniciáticos, capazes de conduzirem à experimentação transcendente e ao Paraíso Terrestre. Aliás, Ibn Qasī compara, na sua obra capital, a unicidade divina e a dimensão do conhecimento, com a imensidão oceânica, que por certo contemplava do seu *ribāt*. Também subcapítulo daquele texto, intitulado “ *O Caminho das Escarpas*”, onde se referem as grandes dificuldades e privações da vida religiosa, surge alusão aos estreitos carreiros que percorrem, não sem perigos diversos, as arribas da Arrifana.

O conjunto edificado sob a direcção de Ibn Qasī, no ambiente singular referido, junto de antiga alcaria, conforme texto de Ibn Al-Khatīb, evidencia planeamento hierarquizado, capaz de traduzir aspectos funcionais e simbólicos.

### 3. Testemunhos arquitectónicos

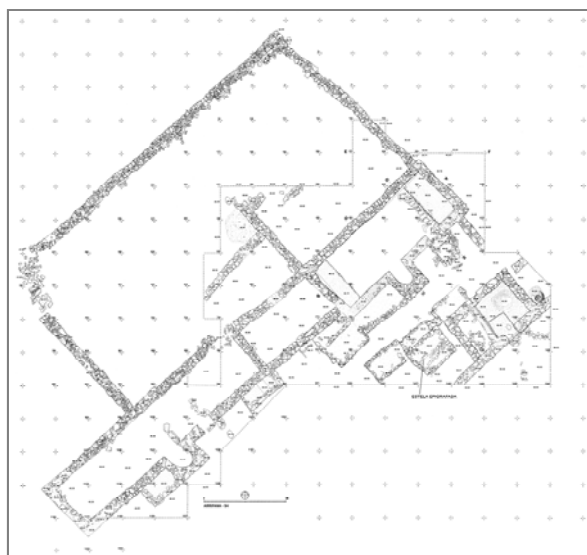
Na zona por onde se fazia o ingresso no *ribāt* (Sector 4), mais próxima do mundo profano, encontrou-se grande pátio, com duas mesquitas e outras edificações anexas, no lado sudeste, muito possivelmente correspondendo a escola corânica (*madrassa*), onde se fazia a iniciação na doutrina sufi e à comunidade ali instalada. Uma das pequenas mesquitas, a melhor conservada de todas as até agora exumadas no *ribāt*, dado algumas das suas paredes atingirem ainda 1,80 m de altura, mostrava área sobrelevada no topo nordeste do seu interior (Fig. 3).

A nascente das estruturas mencionadas reconheceu-se necrópole, talvez em parte circundada por muro e de que foram postas à vista nove sepulturas.

Todas possuem planta rectangular, mas de diferentes dimensões, encontrando-se algumas adossadas às *qiblas* das mesquitas acima referidas, sendo assinaladas por *tumuli*, muito baixos, de terra e limitados por muretes de pedras, tal como por pequenas estelas anepígrafas, salvo um exemplar que oferece longo texto. Este encontrava-se ainda erguido *in situ*, quase ao centro do maior dos *tumuli*, dado medir 2,40 m por 1,90 m, talvez sendo o fundador do espaço mortuário e a que se encostavam dois outros *tumuli* de menores dimensões (Fig. 3).

Na face voltada para noroeste da estela epigrafada, o texto, distribuído por oito linhas, marcava a identidade do indivíduo sepultado, informando qual o seu nome, a sua idade no momento da morte, a data em que esta ocorreu e frases pertencentes a formulário de carácter religioso (*vd* artigo de C. Barceló, R. V. Gomes e M. V. Gomes, nestas mesmas actas, pp. 147-156).

Dado que a data assinalada no epitáfio referido (461 H./1070 J.C.) é anterior cerca de sessenta anos à da presumível fundação do *ribāt*, não parece impossível que ele pertencesse à necrópole da antiga alcaria, junto da qual Ibn Qasī estabeleceu aquele ou que pertencesse a personagem com importante carisma religioso (*baraka*), sendo para ali trasladada.



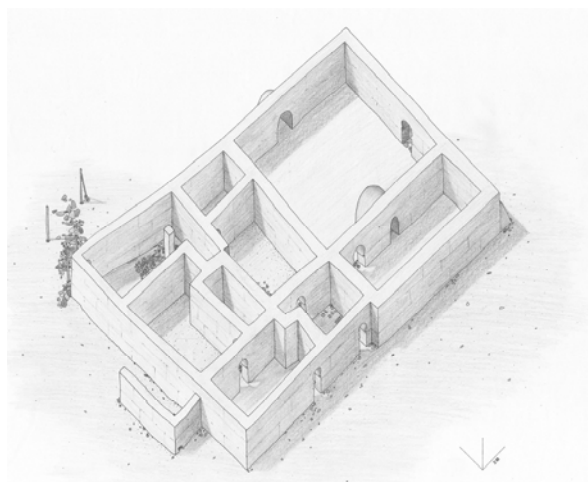
**Figura 3.** Estruturas do Sector 4, do *ribāt* da Arrifana (seg. R. e M. V. Gomes).

As estelas funerárias verticalmente implantadas nos *tumuli*, mesmo quando anepígrafas, detinham simbologia antropomórfica e contrastam com as estelas horizontais, próprias da área iraniana do Islão. Algumas estelas seriam de madeira, pelo que terão desaparecido.

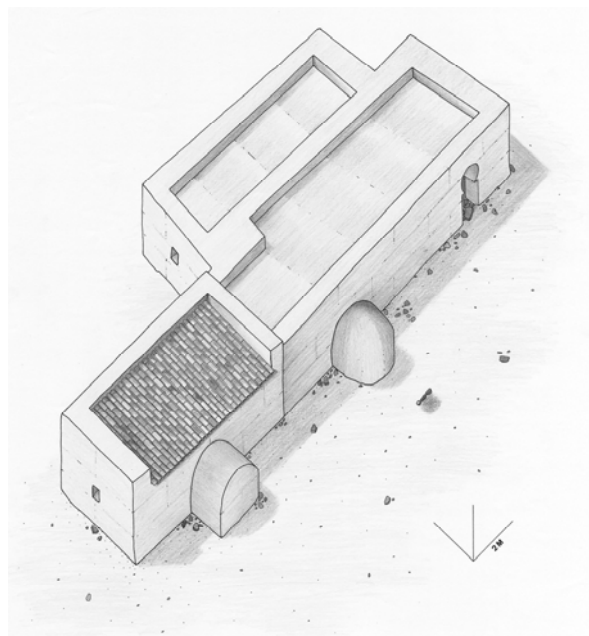
Embora não tivéssemos escavado qualquer das sepulturas identificadas, as suas formas, dimensões e posicionamento, indicam que os corpos seriam inumados em fossas, depositados em *decubitus* lateral, orientados nordeste-sudoeste, com a face voltada para Meca. Neste contexto, importa recordar que o Profeta apelou à simplicidade das sepulturas e, até, à sua inexistência.

Edificação situada na zona norte da necrópole, provida de bancada, depósito para água e tina, escavada no solo, apresentando o chão e as paredes bem revestidos com massa, muito rica em cal, indica espaço onde os mortos seriam lavados e preparados para a inumação.

Para Ocidente, em zona onde a península estreita, descobriu-se denso complexo de construções, formado por quatro mesquitas, uma das quais com grandes dimensões, e grupo de “vivendas”, algumas com pátio (Sector 1). Este conjunto permitia controlar a passagem para o espaço interior da península, também defendido por altas falésias envolventes, sugerindo corresponder ao local com maior actividade do *ribāt*.



**Figura 4.** Sector 1. Restituição das edificações da zona sudoeste (des. J. Gonçalves, seg. R. e M. V. Gomes).



**Figura 5.** Sector 1. Restituição das mesquitas da zona norte (des. J. Gonçalves, seg. R. e M. V. Gomes).

Na restante área daquele identificámos pequena mesquita com anexos, ocupando relevo sobranceiro ao mar e situada no lado sul da península (Sector 2), por certo correspondendo à presença de personagem destacada, assim como conjunto de edificações na extremidade da Ponta da Atalaia. De facto, a zona debruçada sobre o Oceano, seria o lugar mais sagrado do *ribāt* (Sector 3), ali se tendo descoberto os restos de “muro de orações” (*mussallā*), edificado em taipa, constituindo, muito provavelmente, a primeira construção erguida no *ribāt*. Pequena mesquita, situada nas proximidades, pode ter sido a utilizada pelo mestre, dada a importância simbólica do sítio que ocupa, como pelo facto de junto se encontrar minarete. Este foi, no século XIV, transformado em torre-atalaia, gerando o micro-topónimo através do qual a península é conhecida. Do minarete os fiéis eram chamados cinco vezes ao dia para fazerem as suas orações e ele deveria, igualmente, funcionar como torre de vigia da costa.

As construções identificadas foram edificadas, com excepção do possível “muro de orações” e outros restos de paredes que eram totalmente erguidos em taipa, sobre alicerces e bases de alvenaria de pedra. Esta mostra blocos de pequenas dimensões e origem local ou, mais raramente, regional (xistos, grauaques

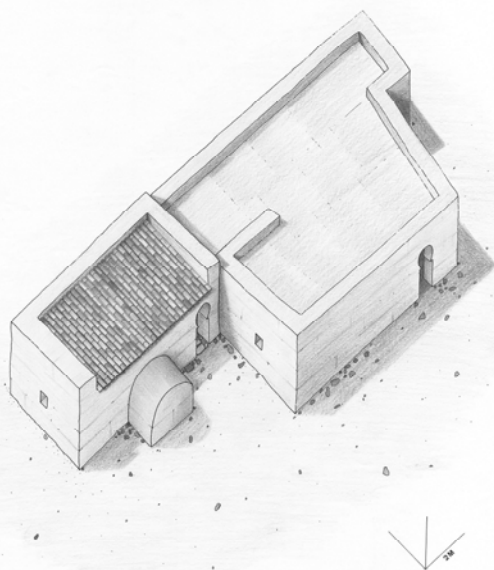
e arenitos), sendo ligados por terra. Em geral, os blocos de maiores dimensões e com superfícies regulares constituem os paramentos, interior e exterior, das paredes, sendo o espaço existente entre eles preenchido por pedras de menor volumetria.

As taipas ofereciam diferente qualidade, dado mostrarem constituição diversa, sobretudo no que concerne aos inertes misturados na terra. Umas, mais resistentes, mostram abundantes lascas de xisto e argila mais plástica. Alguns panos de parede eram revestidos por massa de cal e, por vezes, caiados, medindo normalmente, entre 0,60 m e 0,70 m de espessura.

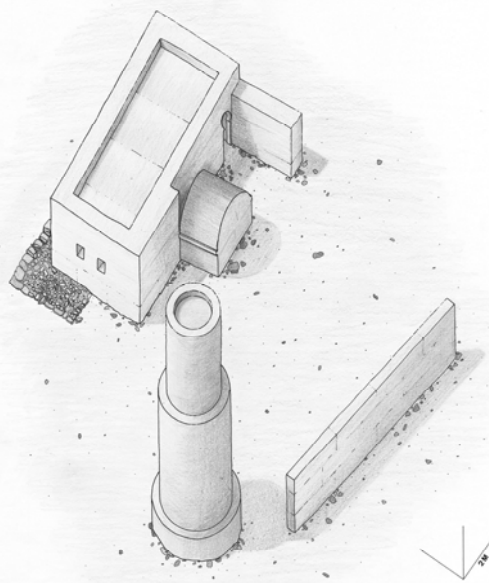
Os pavimentos, de terra batida, raramente ofereciam zonas lajeadas ou empedradas, com seixos achatados de grauvaque, sendo, por vezes, cobertos com argamassa de cal e areia.

No nicho de cada *mihṛāb*, tanto nas abóbadas como nas paredes e no chão, viam-se revestimentos de massa, muito rica em cal e contendo areia finíssima, ou seja, de estuque, tal como elementos de gesso.

As coberturas dos edifícios eram do tipo telhado, estruturadas por vigas de madeira unidas por pregos de ferro e revestidas com típicas telhas de canudo, ou em terraço, utilizando-se madeira, canas e barro.



**Figura 6.** Sector 2. Restituição das edificações (des. J. Gonçalves, seg. R. e M. V. Gomes).



**Figura 7.** Sector 3. Restituição das edificações (des. J. Gonçalves, seg. R. e M. V. Gomes).

As pequenas mesquitas dispunham normalmente de uma porta de madeira com o vão aberto na *qibla* e possuindo soleira de pedra, sobrelevada em relação tanto ao piso exterior como ao interior, girando para dentro.

No exterior de algumas portas, muretes de forma semicircular, de pedra solta, protegiam o interior das mesquitas da entrada de areia arrastada pelo vento.

As plantas dos nichos sagrados oferecem algumas diferenças, observando-se em seis das mesquitas, nas três mais pequenas e em três de maiores dimensões, o contorno exterior quadrangular, ou subrectangular, enquanto o nicho apresenta planta com forma de arco ultrapassado, algo alongado. Na mesquita de maiores dimensões, que se adossa a uma outra e sendo, portanto, a ela ulterior, reconhece-se *mihṛāb* possuindo contorno exterior e nicho semi-circulares.

No mesmo templo, que constitui uma das edificações mais recentes do *ribāt*, detectou-se interessante solução para nivelar o solo, que consistiu em construir-se sistema de muretes de pedra, equidistantes, cerca de 0,70 m e devidamente travados entre si, sendo os volumes entre eles preenchidos com taipa e

pedras miúdas. A arquitectura desta mesquita segue antigos modelos omíadas e abássidas, talvez com nave central, frente ao *mihrāb*.

A análise arquitectónica permitiu identificarmos três grandes momentos construtivos no *ribāt* da Arrifana. O mais antigo corresponde ao “muro de orações” que existiu na extremidade da Ponta da Atalaia (Sector 3), ao qual se sucedeu outro que integraria as cinco mesquitas com *mihrāb* de contorno exterior quadrangular ou rectangular, e os seus diversos anexos, reflectindo período de grande afirmação religiosa. Por fim, o terceiro integra obras de ampliação ou de renovação, conforme ilustra a grande mesquita do Sector 1, que se adossa a um dos templos referidos, e outra de menores dimensões, ambas providas de *mihrābs* com contorno exterior de forma semicircular.

#### 4. Espólios quotidianos

Conforme sempre acontece em zonas de habitat, também o espólio exumado no *ribāt* da Arrifana traduz aspectos da vivência comunitária e particular dos seus ocupantes, os *murābitūn* ou monges-guerreiros ascetas, ali congregados em torno do seu líder espiritual e político.

As cerâmicas constituem o espólio não só mais numeroso mas, também, mais significativo em termo paleoetnológicos, sendo muito escassos os artefactos produzidos com outras matérias-primas.

Os espólios cerâmicos subdividem-se em duas grandes categorias: a dos recipientes e de outras pequenas peças relacionadas com as actividades quotidianas e a da cerâmica de construção, representada, exclusivamente, por numerosos fragmentos e alguns exemplares completos de telhas, não raro decoradas através de traços digitados, formando desenhos variados. Dois destes elementos construtivos apresentavam inscrição incisa antes da cozedura (Fig. 11 C, D).

Reconheceram-se mais de vinte formas distintas de cerâmicas, possuindo numerosas variantes e pertencendo a recipientes de mesa (taças, púcaros, jarros, bules e garrafas ou galhetas), a louça de cozinha (alguidares, frigideiras e panelas), a vasilhas de armazenamento (cantis, cântaros, potes e talhas), a testos ou a tampas, utilizados para tapar jarros, panelas ou cântaros, a contentores de fogo (fogareiros, lucernas e

queimadores), tal como pequenas malhas ou marcas de jogo.

As cerâmicas do *ribāt* da Arrifana devem, excluindo-se casos muito raros, como algumas peças esmaltadas e as de corda-seca, integrar produções regionais e locais, importando sublinhar que não se registaram peças pertencentes a produções claramente exógenas, para além de lucerna esmaltada de cor verde. Elas permitem estreitos paralelos, técnicos, formais e decorativos, com outros arqueossítios islâmicos do *Gharb*, como do *Sharq* ou do *Maghreb*. Não obstante, as principais afinidades encontram-se nos espólios da alcáçova e de zonas da área urbana de Silves, onde desenvolvidas sucessões estratigráficas, tal como séries de datações absolutas, conduziram a classificá-las, pela primeira vez, com segurança e precisão (Gomes e Gomes, 1995; Gomes, 2002, pp. 20-22, 49, 50).

Os numerosos recipientes produzidos com argilas pouco depuradas e montados ao torno lento, parecem reflectir os princípios doutrinários ascéticos, a que se associa o apelo à frugalidade alimentar e aos jejuns, tendo em vista combater o que Ibn Qasī chamou “egoísmo do estômago”.

Identificou-se, no Sector 4, forno (*tannur*) construído com barro cozido, e restos de outro no interior de zona residencial do Sector 1. O primeiro, em excelente estado de conservação, demonstrando abandono súbito, possui paralelos tanto no *al-Andalus* como no *Maghreb*, onde tais estruturas serviam, principalmente, para cozer pão (Fig. 8). Tiveram esta



**Figura 8.** *Tannur* do Sector 4, do *ribāt* da Arrifana (foto R. V. Gomes).

mesma função os muitos pratos (*tābaq*) ou frigideiras, que encontramos no *ribāt*, tal como ainda hoje acontece em numerosas regiões no Norte de África (Gutiérrez Lloret, 1990-91; Bazzana, 1996).

Duas contas, uma de faiança, de cor bege, e outra de cornalina, não têm, por ora, paralelos no mundo islâmico peninsular, podendo tratar-se de artefactos importados do Oriente, chegados ao *ribāt* dado usufruírem de significado especial, talvez ligado às suas origens exógenas. A cor vermelha intensa da cornalina e a forma esférica da conta, auferiam de simbologia conotada com poderes curativos, profilácticos e apotropaicos. Duas outras pequeníssimas contas, de vidro, constituem testemunhos mais recorrentes.

Pequenos cossoiros, de chumbo ou estanho, são idênticos a muitos outros que temos vindo a exumar no Castelo de Silves, onde integravam achados correspondentes às ocupações islâmicas mais tardias (séculos XII-XIII). Exumaram-se dois cossoiros de osso, semelhantes a outros provindos de contextos islâmicos do *Gharb* e agulhas de roca, também naquele material. Trata-se de artefactos que denunciam a actividade artesanal desenvolvida no *ribāt*.

No Sector 3 encontrou-se pequeno pente de tear, de ferro, com paralelos em achados de Salir. Também se exumaram extremidades de vários fusos, de cobre/bronze.

A função dos artefactos, acima referidos, ligados à fição e tecelagem da lã, deve inserir-se no quotidiano que decorria no espaço do *ribāt*, onde poderia ser confeccionado, pelo menos, parte do grosseiro vestuário de lã (*sūf*) usado pelos *murābitūn*.

## 5. Devoção e guerra

A luta armada pela expansão do Islão conduziu à constante prática da *djihād*, ou guerra santa, durante cerca de meio século de administração muçulmana no Ocidente Peninsular.

O combate religioso, legitimado pela lei corânica e até tido como dever colectivo, exacerbou-se, como é lógico, tanto no início como nos tempos finais daquela permanência.

Não esqueçamos que, segundo Ibn al-Talla, o profeta Maomé terá incitado os seus seguidores à

guerra santa na Península Ibérica, dizendo: “o *ribāt* terminará em todo o lado menos nas ilhas do al-Andalus, no Maghreb Extremo, onde será o mais meritório de toda a face da Terra” (Molina, 1983, p. 34).

Os militares do Islão, mortos em combate, tornar-se-iam mártires em nome de Deus, encontrando-se registado a presença, entre as tropas regulares, de voluntários, designados “gentes do *ribāt*” ou *muridūn/murābitūn*, que respondiam ao apelo de cumprirem a obrigação canónica relativa à guerra santa.

Importa referir que, apesar das diferenças ideológicas, também a Cristandade possuía os seus monges guerreiros, organizados em ordens militares, com valores religiosos semelhantes aos islâmicos, no que concerne à difusão da fé, mas ainda com o objectivo de libertar, do controlo “infel”, os lugares santos do Oriente.



**Figura 9.** Lucerna no interior de parede de mesquita do Sector 4 (foto M. V. Gomes).



**Figura 10.** Lucerna entre forno e parede. Sector 4 (foto R. V. Gomes).

Mesmo durante o Califado, considerado período de estabilidade política e social, praticava-se a *djihād* nas regiões fronteiriças da Península Ibérica.

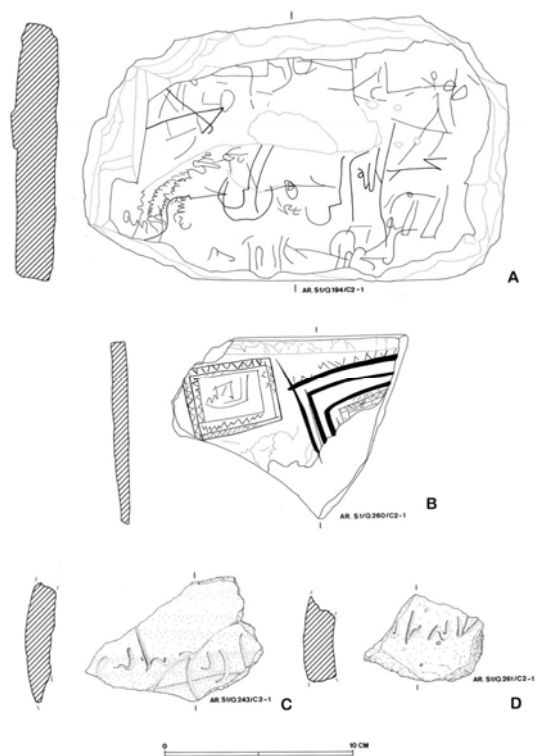
Aquela atingiu a sua expressão mais significativa no feroz ataque a Santiago de Compostela, perpetrado, em Agosto de 997, por Ibn Ali al-Mansur e que levou ao arrasamento da basílica onde se guardava o túmulo contendo os restos mortais do apóstolo, ao saque e incêndio da cidade, tal como de numerosas povoações, castelos e mosteiros daquela região do Noroeste Peninsular. Atente-se no facto de alguns autores muçulmanos terem considerado aquele acto de extrema violência, como excepcional feito militar e religioso e, até, severa derrota de toda a Cristandade (De la Puente, 2001, p. 16; Gomes e Gomes, 2005b).

No *ribāt* da Arrifana, os *murābitūn* preparavam-se, em termos psicológicos e físicos, para a guerra santa, sabendo-se que, entre outras intervenções, como a tomada de Mértola, em 1144, participaram na conquista de Sevilha aos almorávidas (1147). Todavia, os testemunhos arqueológicos das actividades bélicas não são ali, pelo menos por ora, muito expressivos, embora tenhamos detectado artefactos e comportamentos relacionados com a devoção religiosa.

Entre o acervo metálico exumado destacam-se ferros de lança, pontas de flecha ou de virotes de besta, machado, tudo de ferro, assim como argolas de cotas de malha, de bronze.

As armaduras de flecha denunciam a presença de tiro com arco, arma que foi usada tanto na guerra como na caça e muito divulgada no mundo muçulmano, cuja utilização terá sido defendida pelo próprio Profeta, através das seguintes frases: "*Aquele que atira uma flecha por amor de Deus, quer atinja ou não o inimigo, terá um lugar especial perto do seu Senhor*" e "*Atirai com o arco filhos de Ismael, porque o vosso antepassado era arqueiro*" (Boudot-Lamotte, 1968, pp. 42, 44).

O uso de bestas encontra-se documentado no Ocidente Peninsular, entre Cristãos e Muçulmanos, pelo menos a partir de meados do século X, tendo surgido nozes, estribos de besta e outros acessórios metálicos de tais armas, em contextos almoadas do Castelo de Silves e da alcáçova de Mértola. Flechas e virotes podiam ser empeçonhados com acónito, potente veneno de origem vegetal (Arnaut, 1947).



**Figura 11.** Inscrições sobre placas de pedra e fragmentos de telhas (des. M. V. Gomes e J. Gonçalves).

Tiveram função defensiva as pequenas argolas de cotas de malha, embora mostrando dimensões maiores em relação a outras encontradas em Silves ou Faro, procedentes de contextos almoadas.

Dois pequenos tubos-amuleto, um deles decorado, correspondem a artefactos com funções apotropaicas, dado que tais peças guardavam frases do Corão, escritas sobre papel ou pergaminho, acreditando-se não só protegerem como, de certo modo, predestinarem a vida de quem as usava.

Rolinhos de chumbo, obtidos junto dos templos ou dos túmulos de personagens santas, foram introduzidos nas paredes das mesquitas, conforme acontecia com exemplares provenientes dos Sectores 2 e 4 do *ribāt* da Arrifana. Geralmente contêm frases, pintadas, gravadas ou em relevo, de carácter religioso, onde se expressava a Fé.

Também descobrimos, no interior da parede de mesquita no Sector 4, lucerna completa, ali depositada no contexto de prática sócio-religiosa, onde a simbologia da luz, física e transcendente, teria importante

desempenho (Fig. 9). Uma outra lucerna, em perfeito estado de conservação, foi colocada, ainda obedecendo a aspecto ritual, entre a parede exterior de forno e muro, no Sector 4 (Fig. 10).

Encontrava-se igualmente no interior da parede norte, da mesquita de maiores dimensões, placa de xisto, contendo epígrafe, que regista a reafirmação da fé em Deus e na palavra do profeta Maomé, talvez conotada com Ibn Qasī que, ao abraçar o sufismo, passou a usar o nome daquele (Fig. 11-A).

Em outra placa de xisto, de menores dimensões, recuperada junto a mesquita do Sector 1, lê-se, integrada em cartela, a frase “*O poder pertence a Deus*”, doxologia bem conhecida, sobretudo durante o Período Almoada (Fig. 11-B).

Dois fragmentos de telhas, que cobriam mesquita do Sector 1, possuem restos de inscrições ainda não convenientemente lidas (Fig. 11-C, D).

## 6. Conclusões

São já numerosos os autores que escreveram sobre a vida e obra de Ibn Qasī, abordando as muitas facetas do líder espiritual e político algarvio, num tempo de prodígios, mas também de afirmação de novas entidades políticas, tanto no Sul da Europa como no Norte de África e, nomeadamente, de Portugal (Alves, 1999; 2001; 2007; Borges, 1992; Coelho, 1973; Domingues, 1945; 1954; 1974; 1997; Dreher, 1985; Elliott, 1979; Gomes, 2006; Goodrich, 1978; Herculano, 1875; Lagardère, 1983; 1998; Lopes, 1910; 1928; Marques, 1972; Molina, 1983; Parreira, 1899; Picard, 1997, 2000; Salgado, 1786; Sidarus, 1992, 1992a, 1997).

Sobre a investigação arqueológica no *ribāt* da Arrifana contam-se alguns trabalhos contendo os primeiros resultados alcançados, que no presente texto se sintetizam e completam (Gomes e Gomes, 2004; 2004a; 2005; 2005a; 2005b; 2006; 2007), embora muitos outros textos tratem as diferentes vertentes daquela instituição (Azuar Ruiz, 2007; Farinha, 2007; Marín, 2004).

A continuação do estudo das estruturas e dos espólios exumados, tal como novas campanhas de escavação, contribuirão para o melhor conhecimento do importante momento histórico protagonizado por Ibn Qasī e a comunidade por ele fundada, em espaço

físico e político situado no cerne do choque ideológico e da guerra entre Cristãos e Muçulmanos.

## Bibliografia

- ALVES, A. (1999) – Ibn Qasī – Esse desconhecido, *O Algarve, da Antiguidade aos nossos Dias*, pp. 88-90, Edições Colibri, Lisboa.
- ALVES, A. (2001) – *As Sandálias do Mestre. Em Torno do Sufismo de Ibn Qasī nos Começos de Portugal*, Hugin Editores Lda, Lisboa.
- ALVES, A. (2007) – *Portugal e o Islão Inicial*, Lisboa, Ésquilo Edições e Multimédia.
- ARNAUT, S. D. (1947) – Flechas com “erva” na guerra entre Portugal e Castela no fim do século XIV, *Revista Portuguesa de História*, vol. III, pp. 214-220.
- AZUAR RUIZ, R. (2007) – O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribāt-s* do Al-Andalus, *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, pp. 29-36, Câmara Municipal de Aljezur, Aljezur.
- BAZZANA, A. (1996) – Foyers et fours domestiques dans l’architecture rurale d’Al-Andalus, *Arqueologia Medieval*, nº 4, pp. 139-163.
- BORGES, A. G. de M. (1992) – Ibn Qasī, rei de Mértola e *mahdi* luso-muçulmano, *Arqueologia Medieval*, nº 1, pp. 209-215.
- BOUDOT-LAMOTTE, A. (1968) – *Contribution a l’Étude de l’Archerie Musulmane*, Damas, Institut Français de Damas.
- COELHO, A. B. (1973) – *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, Seara Nova, Lisboa.
- DE LA PUENTE, C. (2001) – La Campaña de Santiago de Compostela (387/997): Yihād y legitimación del poder, *Qurtuba*, vol. 6, pp. 7-21.
- DOMINGUES, J. D. G. (1945) – *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*, Editora Pro-Domo, Lisboa.
- DOMINGUES, J. D. G. (1954) – *O místico louletano Al-Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, Edição do Autor, Lisboa.
- DOMINGUES, J. D. G. (1974) – Os mestres luso-árabes de Ibn Arabi, *Orientalia Hispanica. Sive Studia F. M. Pareja Octogenario Dedicata*, pp. 297-304, Leiden.
- DOMINGUES, J. D. G. (1997) – *Portugal e o Al-Andalus*, Hugin-Editores Lda, Lisboa.
- DREHER, J. (1985) – *Das Imamats der Islamischen Mystiker Abûlqâsim Ahmad Ibn al-Husain Ibn Qasī*, Universidade de Bona, Bona.
- ELLIOTT, W. (1979) – *The Career of Ibn Qasī as a Religious Teacher and Political Revolutionary in 12<sup>th</sup> Century Islamic Spain*, Edinburg University, Edinburg.
- FARINHA, A. D. (2007) – O Ribāt na História, *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, pp. 27, 28, Câmara Municipal de Aljezur, Aljezur.

- GOMES, M. V. (2006) – Ibn Qasí – Memória, do pensamento e acção, do mestre sufi da Arrifana, *Al-Rihana*, nº 2, pp. 17-44.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1995) – Cerâmicas muçulmanas: Quais as metodologias arqueológicas?, *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, pp. 41-50, Câmara Municipal de Tondela, Tondela.
- GOMES, R. V. (2002) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*, Trabalhos de Arqueologia nº 23, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 7 (1), pp. 483-573, Lisboa.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004a) – El *ribat* de Arrifana (Aljezur, Algarve); identificación y primeros trabajos, *Fouilles de la Rábita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*, pp. 239-245, Casa de Velázquez, Madrid.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005) – O *ribāt* da Arrifana (século XII). Resultados de três campanhas de escavações, *Al-Rihana*, nº 1, pp. 41-71.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005a) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 8 (2), pp. 471-533, Lisboa.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005b) – A *djihād* no Extremo Sudoeste Peninsular – O recém-identificado *ribāt* da Arrifana (século XIII), *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 16, pp. 141-159, Lisboa.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2006) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 9 (2), pp. 329-352, Lisboa.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007) – *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Câmara Municipal de Aljezur, Aljezur.
- GOODRICH, D. R. (1978) – *A Süfi Revolt in Portugal: Ibn Qasí and his Kitāb Hal'al-na'layn*, Columbia University, Columbia.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1990-91) – Panes hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pan en Al-Andalus: el hornillo (*tannur*) y el plato (*tābaq*), *Lucentum*, vols IX-X, pp. 161-175, Alicante.
- HERCULANO, A. (1875) – *História de Portugal*, vol. II, 8ª ed., Livrarias Aillaud & Bertrand, Lisboa.
- LAGARDÈRE, V. (1983) – La tariqa et la révolte des muridûn en 539H/1144 en Andalus, *Revue de l'Occident Musulman Méditerranéen*, nº 1, pp. 157-170, Aix-en-Provence.
- LAGARDERE, V. (1998) – *Les Almoravides. Le Djihād Andalou (1106-1143)*, Éditions L' Harmattan, Paris.
- LOPES, D. (1910) – Os árabes nas obras de Alexandreerculano, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, nº 3 (1), pp. 50-273, Lisboa.
- LOPES, D. (1928) – O Domínio Árabe, *História de Portugal*, pp. 289-431, Portucalense Editora Lda., Barcelos.
- MARQUES, A. H. de O. (1972) – *História de Portugal*, vol. I, Edições Agora, Lisboa.
- MARÍN, M. (2004) – La práctica del *ribāt* en Al-Andalus (ss. III-V/IX-XI), *Fouilles de la Rábita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1982)*, pp. 191-201, Casa de Velázquez, Madrid.
- MOLINA, L. (1983) – *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, vol. II, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- PARREIRA, O. (1899) – *Os Luso-Árabes*, vol. 2, Parceria António Maria Pereira, Lisboa.
- PICARD, C. (1997) – *L'Océan Atlantique Musulman. De la conquête Arabe à l'Époque Almohade*, Maisonneuve et Larose, Paris.
- PICARD, C. (2000) – *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe Siècle)*, Maisonneuve et Larose, Paris.
- SALGADO, Fr. V. (1786) – *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*, vol. I, Regia Officina Typografica, Lisboa.
- SIDARUS, A. Y. (1992) – Novos dados sobre Ibn Qasí de Silves e as taifas almorávidas no Gharb al-Andalus, *I Jornadas de Silves*, pp. 35-40, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, Silves.
- SIDARUS, A. Y. (1992a) – A rebelião algarvia contra os Almorávidas e o movimento muridita do *mahadi* Ibn Qasí, *7º Congresso do Algarve*, Racal Clube, 9 pp., Silves.
- SIDARUS, A. Y. (1997) – Novas perspectivas sobre o *Gharb Al-Andalus* no tempo de D. Afonso Henriques, *D. Afonso Henriques e a sua Época – 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, pp. 249-268.



# ESTELA FUNERÁRIA EPIGRAFADA, DO *RIBĀT* DA ARRIFANA (ALJEZUR)

Carmen Barceló\*, Rosa Varela Gomes\*\* e Mário Varela Gomes\*\*\*

## Resumo

Dá-se a conhecer epígrafe funerária surgida durante as escavações arqueológicas realizadas, em 2009, no *ribāt* da Arrifana. Trata-se da única estela islâmica encontrada erguida *in situ*, no actual território nacional, e uma das que, com função funerária, apresenta maior texto. O monumento referido assinalava a sepultura de Ibrāhim b'Abdal-Malik, falecido aos sessenta e oito anos de idade, em cerca de 1070 da nossa era. A inscrição incisa em letra cúfica simples, de tipo angular, foi elaborada em três momentos distintos, tendo-se primeiramente gravado cinco linhas, acrescentando-se-lhe, em seguida, as três primeiras linhas (versículo corânico e *basmala*) e, por fim, gravou-se palavra invertida (*šahada* = deu testemunho) na base do epitáfio. A sepultura assinalada por esta estela constitui uma espécie de monumento funerário fundador da necrópole do *ribāt*, embora o texto daquela indique período algo anterior à constituição daquele. Este aspecto explica-se por Ibn Qasī ter criado o seu *ribāt* junto de "alcaria importante", conforme escreveu Ibn Al-Khatīb, ou ter sido a lápide para ali trasladada, dado pertencer a indivíduo tido como virtuoso ou possuindo carisma (*baraka*).

## Abstract

It is presented a funerary epigraph discovered during the archaeological excavations that took place at Arrifana *ribāt*, in 2009. This is the only Islamic stele found *in situ* in modern-day Portuguese territory, and one with the longest text among those with funerary purposes. The mentioned monument marked the grave of Ibrāhim b'Abdal-Malik, deceased with the age of sixty-eight years old, around 1070 of Christian era. The inscription incised in simple cufic writing, of angular type, was elaborated in three distinct moments: starting with the engraving of five lines, adding the first three lines (coranic versicle and *basmala*) and, finally, an inverted word (*šahada* = has given witness) was engraved at the base of the epitaph. The grave marked with this stele constitutes a kind of funerary monument funder of the *ribāt* necropolis, although the text points to a slightly previous period before its building. This fact is explained because Ibn Qasī funded its *ribāt* next to an "important alcaria", as Ibn Al-Khatīb wrote, or because the tombstone was transferred to this place, given the fact it belonged to an individual though to be virtuous or possessing charisma (*baraka*).

## 1. A descoberta

A nona campanha de escavações arqueológicas dirigida por dois dos signatários (R.V.G. e M.V.G.) no *ribāt* da Arrifana, situado na península denominada Ponta da Atalaia, ocorrida de 12 a 29 do mês de Agosto de 2009, pretendia melhor estudar as estruturas do Sector 4 daquele complexo edificado, de que se têm dado a conhecer os resultados sucessivamente alcançados (Gomes e Gomes, 2002; 2004; 2005; 2005 a; 2005 b; 2006; 2007). Na prossecução de tais objectivos investigaram-se duas mesquitas e construção situada entre elas, tal como área adjacente, no lado nascente, onde também existiam indícios de construções (Fig. 1).



**Figura 1.** *Ribāt* da Arrifana. Estruturas descobertas, de nascente para poente, sectores 4, 1, 2 e 3 (seg. R. e M. V. Gomes).

\* Docente do Departamento de Filologia da Universidade de Valência. (Av. de Blasco Ibáñez, 32, 46010 Valência). carme.barcelo@uv.es

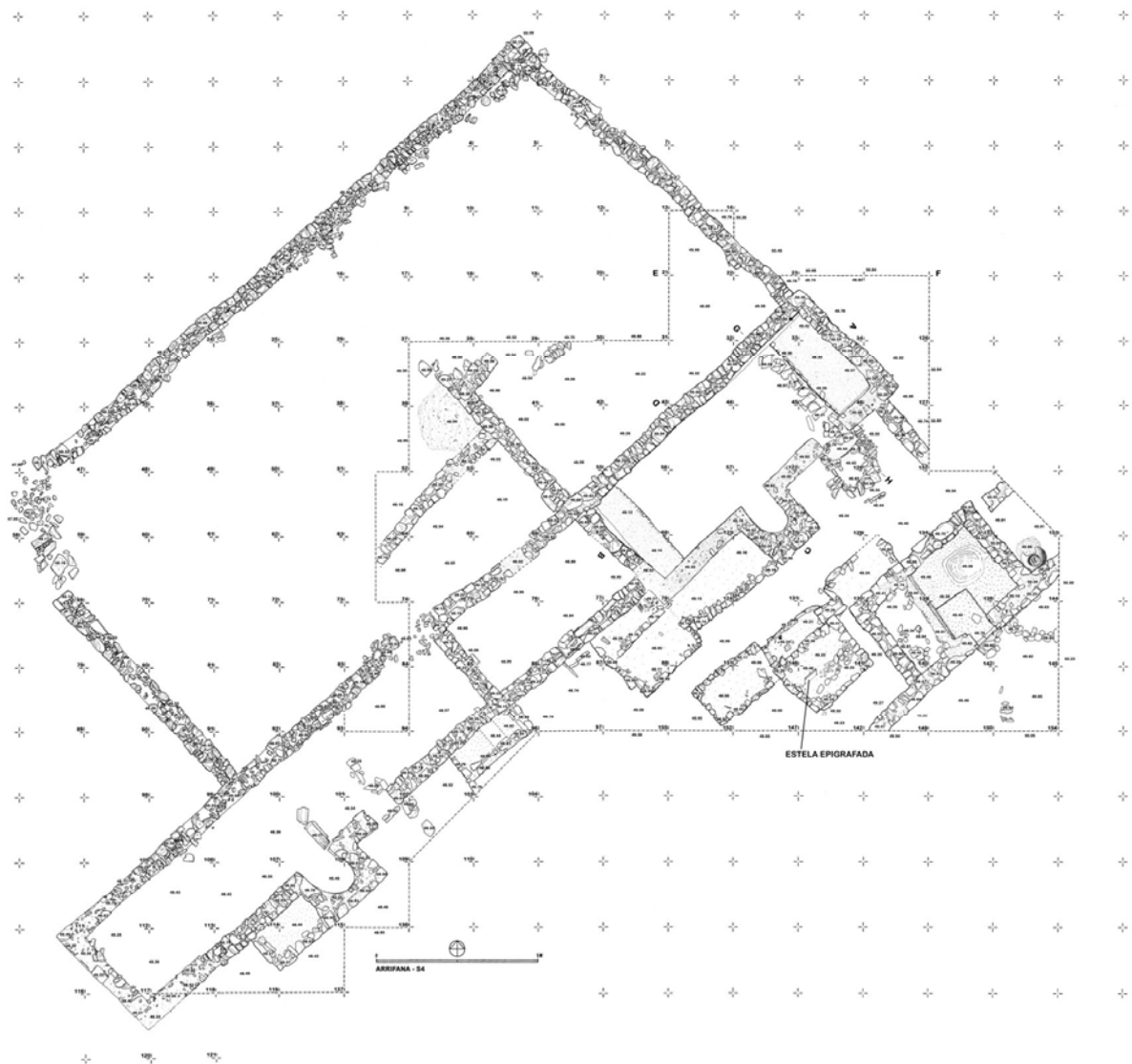
\*\* Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa). rv.gomes@fcsh.unl.pt

\*\*\* Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa). mv.gomes@fcsh.unl.pt

De facto, ali foram postos a descoberto restos de edificação, contendo depósito para água, ou cavidade para assentar grande talha, e zona rebaixada no solo, junto à entrada, assim como bancada, mostrando tanto as paredes como o chão de tal equipamento serem bem revestidos com massa de areia e cal, muito rica neste último componente. Trata-se, segundo a nossa interpretação e principalmente esteados em paralelos hodiernos, de sala dedicada à lavagem e tratamento dos cadáveres que, conforme descreveremos, seriam sepultados na necrópole que ocupa espaço anexo a sudoeste (Fig. 2).

A necrópole mencionada, de que detectámos, por ora, dez sepulturas, desenvolvia-se no sentido nordeste-sudoeste, encontrando-se algumas daquelas estruturas adossadas às *qiblas* das duas mesquitas ali existentes e outras, ainda com a mesma orientação, foram sucessivamente encostadas a uma de maiores dimensões, onde se encontrava, erguida *in situ*, a estela objecto do presente estudo.

Um muro cercava, no lado nascente, pelo menos parte da necrópole, talvez constituindo recinto, desconhecendo-se a totalidade das sepulturas que a constituem, dados os limites impostos pela área investigada.



**Figura 2.** Planta das estruturas do Sector 4 (seg. R. e M. V. Gomes).



**Figura 3.** Vista, de Sul, do Sector 4 (foto M. V. Gomes).

As sepulturas encontram-se orientadas no sentido nordeste-sudoeste e seria esta a disposição dos cadáveres, que nelas seriam depositados em *decubitus* lateral, com a cabeça dirigida para aquela segunda direcção e a face voltada para sudeste (Meca), aspectos que só a escavação das fossas funerárias e a existência de restos osteológicos, poderão confirmar.

Ao nível do solo as sepulturas destacam-se por mostrarem *tumuli*, delimitados por muretes de pedra, muito baixos, por vezes apenas contando com uma fiada de pequenos blocos e lajetas, sendo o interior daqueles preenchido com terra batida (Fig. 3).

Pelo menos no *tumulus* de maiores dimensões observaram-se algumas pedras, formando couraça, designadamente na área de implantação da estela. Esta ocupava zona central da metade sudoeste do *tumulus*, mostrando a sua maior largura disposta no sentido nordeste-sudoeste e a face epigrafada voltada para noroeste.

A estela permanecia calçada através de coroa, constituída por pedras de pequenas dimensões, consolidada com massa de terra e cal.

## 2. A estela

O suporte corresponde a laje de rijo xisto-grauváquico, possuindo contorno sub-trapezoidal, dado o terço proximal apresentar bordos oblíquos, o esquerdo mais acentuado, de modo a facilitar a sua fixação ao solo (Fig. 4).

Mostra cor cinzenta escura, algo avermelhada (10R 2.5/1)<sup>1</sup> e veios oblíquos de quartzo branco, reco-

<sup>1</sup> Este índice cromático refere-se às *Munsell Soil Color Charts* (1977) e, por isso, deve entender-se como aproximado.

nhecendo-se as duas faces maiores (anverso e reverso) naturalmente alisadas, dado aproveitarem direcções de clivagem, o que também acontece em sectores dos bordos, embora não possamos pôr de parte de neles ter havido alguma regularização artificial. Mede 0,675 m de altura, 0,500 m de largura no terço distal e 0,042 m de espessura máxima.

A natureza petrográfica do monólito que descrevemos indica tratar-se de elemento exógeno ao local onde foi encontrado, originário de ocorrências que se localizam a cerca de uma dezena de quilómetros, tanto para nordeste como para sudeste. Todavia, a julgar não só pelas características pétreas, como pelas dimensões da lápide, é bem possível que ela reutilize esteio de cista da Idade do Bronze, talvez mesmo procedente de necrópole, há muito parcialmente violada, que escavámos no Vale da Telha, situada a dois quilómetros em linha recta do *ribāt*.

A face epigrafada, a que faltam dois pequenos sectores da superfície original, no lado direito e esquerdo do bordo distal, apresenta densa rede de incisões filiformes, anteriores à gravação dos textos árabes (Fig. 5).

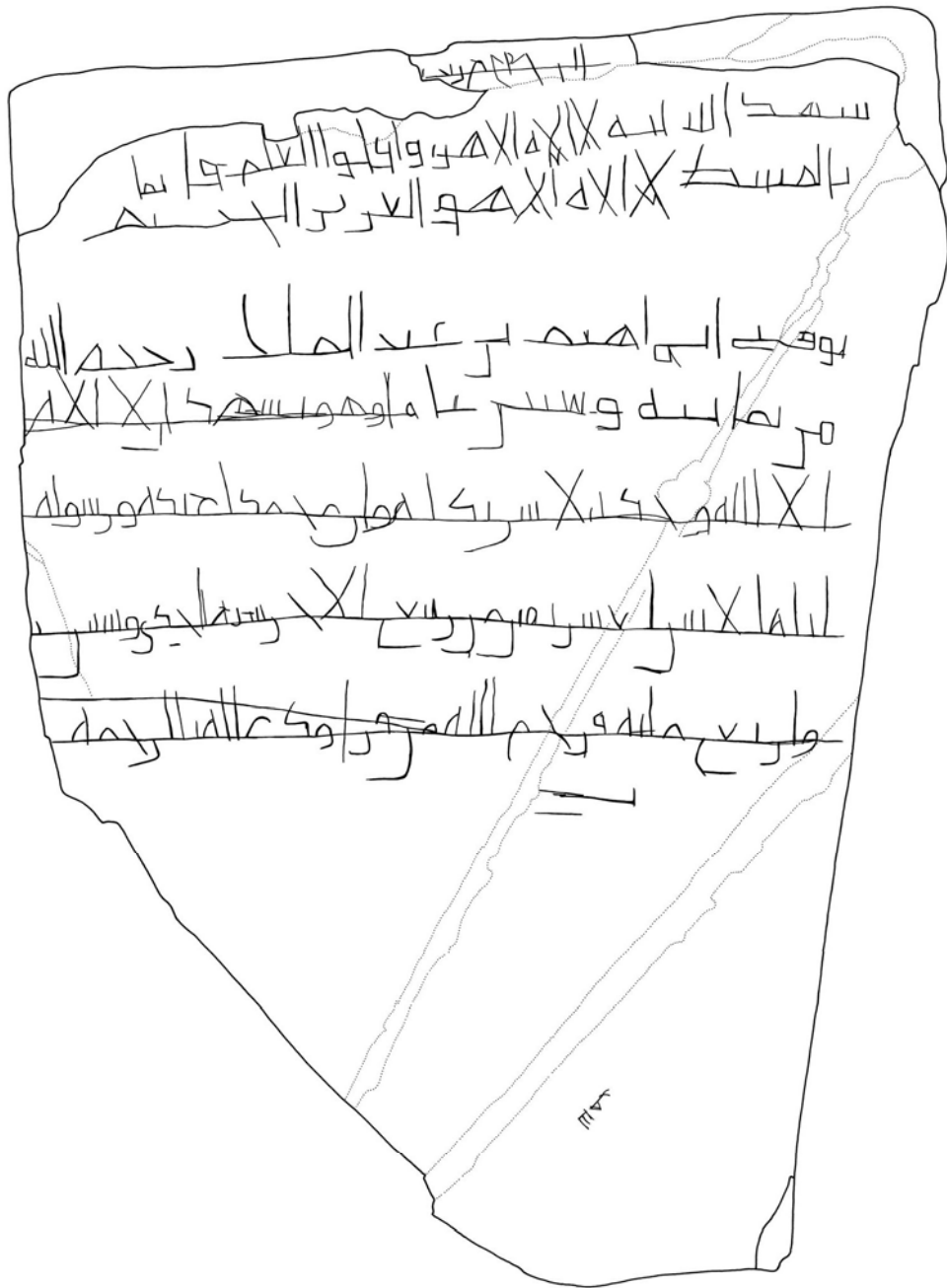
Ali se reconhece pequeno reticulado, escalariforme, conjuntos de múltiplos segmentos rectos e imagem quadrangular, medindo 0,075 m de lado, provida de medianas e diagonais, unindo os vértices, sendo afim das que servem como tabuleiros a jogos de mesa. Estes têm origens pré-romanas e foram muito difundidos durante a Idade Média. Aliás, no *ribāt* da Arrifana têm sido identificadas malhas ou marcas de jogo, utilizadas em tais jogos (Gomes e Gomes, 2007, pp. 107-109).

## 3. A epígrafe

O campo epigráfico corresponde às superfícies distal e mesial do anverso da estela, enquanto a superfície proximal integrava o volume destinado à sua fixação ao solo, conforme referimos (Fig. 6).

As letras utilizadas correspondem ao alfabeto árabe de estilo cúfico e do tipo anguloso, tendo sido incisas, com fina ponta metálica, depois regularizadas por abrasão. A altura média do *alif* é de 0,026 m.

O texto distribui-se por oito linhas horizontais e só a primeira se encontra amputada, conservando apenas pequeno sector central. Na extremidade pro-



0 20 CM  
ARRIFANA

**Figura 4.** Decalque da estela epigrafada do *ribāt* da Arrifana (seg. M. V. Gomes).



**Figura 5.** Decalque dos grafitos da estela epigrafada do *ribāt* da Arrifana (seg. M. V. Gomes).



**Figura 6.** Estela epigrafada da Arrifana (foto M. V. Gomes).

ximal, da mesma face, observa-se palavra, gravada obliquamente, que não seria visível quando a estela estivesse erguida.

Quase não existem espaços entre as três primeiras linhas, embora entre a terceira e a quarta linha o espaço seja amplo, encontrando-se as restantes igualmente bem separadas. Da quinta à oitava linhas o texto passou a ser ordenado por traços horizontais incisivos, mostrando erro de direcção no último daqueles, embora corrigido (Fig. 7).

Edição do texto árabe (as restituições encontram-se entre parêntesis):

- 1 [بسم الله] الرحمن الرحيم [م]
- 2 شهد الله أنه لا إله إلا هو وأولوا العلم قائما
- 3 بالقسط لا إله إلا هو العزيز الحكيم
- 4 توفي إبراهيم بن عبد الملك رحمه الله
- 5 من ثمانية وستين عاما وهو يشهد أن لا إله
- 6 إلا الله وحده لا شريك له وأن محمدا عبده ورسوله
- 7 ليلة الاثنين لعشر بقين من ربيع الآخر سنة إحدى وستين
- 8 وأربع مائة فرحم الله من قرأ ودعا له بالرحمة

Tradução:

- 1 [Em nome de Deus,] Clemente e Misericor[dioso].
- 2 «Deus testemunha, e com Ele[os anjos e] os homens dotados de ciência, que não há outro deus senão Ele, trabalhando
- 3 com equidade. Não há outro Deus senão Ele, o Poderoso, o Sábio» [Alcorão III, 18]
- 4 Morreu Ibrāhim b 'Abd al-Malik – i Deus tenha piedade dele! –
- 5 aos sessenta e oito anos, dando testemunho de que não há outro deus
- 6 que Deus, único, sem par e de que Maomé é seu servidor e seu enviado,
- 7 na noite de segunda-feira, a dez por ficar do último *rabī* do ano sessenta e um
- 8 e quatrocentos i Deus tenha piedade de quem recite uma oração e peça para ele a misericórdia!

Ao centro da extremidade proximal, com direcção inclinada e com letras mais pequenas do que as usadas no epitáfio, gravou-se a palavra *šahada* (= “deu testemunho”). Esta palavra inicia-se na parte mais baixa da estela e desenvolve-se em direcção ao bordo direito daquela.

#### 4. Comentário epigráfico

A restituição da primeira linha é hipotética, dado que o modo de a representar, centrada em relação às restantes, é pouco habitual nos epitáfios andaluzes. Não se deve descartar que aquela esteja incompleta, já que houve perda de material do suporte, nos lados esquerdo e direito, pelo que é muito arriscado restituí-la sem informação segura.

A partir de metade da quinta linha o lapicida começou a traçar segmentos rectos que servem de base à escrita, talvez com a intenção de manter a horizontalidade do texto e de melhor o ordenar. Trata-se de aspecto que se repete em inscrições andaluzas e portuguesas, sobretudo nas encontradas em ambientes rurais.

Parece, ainda, que se traçou linha orientadora na primeira frase do texto funerário, embora se encontre quase desaparecida.

A qualidade da pedra utilizada, pela sua dureza, fez com que se tornasse muito difícil imprimir às letras traços suaves e bem travados, o que permite agora descobrir a forma habitual em que se desenvolvia o movimento da mão quando o seu autor desenhava algumas letras. Esta particularidade é difícil de detectar em inscrições realizadas sobre materiais mais brandos, tanto obtidas com a técnica de incisão, como nas efectuadas em relevo.

Como se aprecia através da tradução e edição do texto árabe, trata-se de estela funerária, que demarcava a sepultura ou o cenotáfio de um homem chamado Ibrāhim b 'Abd al-Malik, de que não foi possível encontrar qualquer referência em crónicas e dicionários biográficos andaluzes. Este aspecto constitui facto frequente nos epitáfios da Península Ibérica, conservados daquelas épocas, pelo que, de momento, não é possível fazer conjecturas sobre a trajectória da vida do falecido.

Além do nome do defunto e da data de óbito, a inscrição informa sobre a sua idade e o sexo: um homem de 68 anos, o que permite situar o seu nascimento no ano 393 da Hégira; quer dizer que veio ao mundo cerca do ano 1002 da nossa era. Este dado regista-se, com relativa frequência, nos epitáfios do mundo islâmico, embora não seja habitual nos andaluzes que se conhecem.

O texto completo deste epitáfio confirma a descrição que se fez sobre a estrutura destes monumentos funerários andaluzes do Período das Taifas.

Também as alusões e citações corânicas são habituais neste tipo de inscrições. Além de mais, se não fosse suficiente o contexto em que surgiu a lápide, esta reúne todas as características dos epitáfios das zonas rurais do Al-Andalus: pedra da região, campo epigráfico que ocupa a metade superior do suporte e extremidade proximal ponteaguda, com objectivo de a fixar à terra, inscrição incisa, letra cúfica simples de tipo anguloso, e estrutura do epitáfio diferente da conhecida nas áreas urbanas (Barceló, 1990). A lápide agora dada a conhecer oferece as mesmas características tipológicas de outras, da mesma época (quer dizer, da segunda metade do século XI), conservadas em Portugal, todas elas procedentes de zonas rurais:



**Figura 7.** Pormenor da epígrafe da estela da Arrifana (foto M. V. Gomes).

1) Epitáfio em nome de Khalaf bn Qāsim (falecido em 473 H./1080 J.C.), aparecido em Noudar (Barrancos, Beja) (Borges, 1993; 1998);

2) Lápide funerária de Muhammad bn Khalīfa (falecido em 484 H./1091 J. C.), conservada na Messejana (Aljustrel, Beja) (Borges, 1998);

3) Lápide funerária de personagem desconhecido (falecido em 486 H./1093 J.C.), descoberta por Abel Viana na Senhora da Cola (Ourique, Beja), antiga Marachique, durante as escavações de 1955-1959, que se expõe no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa) (Borges, 1998);

4) Fragmento do epitáfio de um tal Ibn Mūsā, sem data expressa, procedente de Noudar (Borges, 1993; 1998);

5 e 6) Dois fragmentos de duas estelas, achados em 1933 em Ourique (Beja), onde não se conservaram nem a data, nem o nome do defunto ou defunta (Labarta e Barceló, 1987; 1987a);

7) Parte de lápide funerária achada em Castro Marim (Faro), sem data nem nome (Borges, 1998);

8) Fragmento de inscrição funerária, também sem nome, nem data, achado em Silves, que se conservava no Museu de Faro e ao que parece hoje desaparecido (Nykl, 1946; Labarta e Barceló, 1987).

No que concerne às dimensões da lápide da Arrifana, encontram-se paralelos em outras zonas

andaluzas (Barceló, 1998, pp. 66, 67), sendo provável que se relacionem com módulos métricos usuais no mundo islâmico medieval, concretamente com o *dirā*, cúbito ou braça de aproximadamente 0,60 m.

O texto árabe funerário está correcto, com excepção da citação corânica, em que o lapicida omitiu “e os anjos”. Também falta o traço inclinado que caracteriza a letra *kāf* (na voz de *al-hakīm*, no final da linha 3), talvez devido a esquecimento. Todavia, existe um aspecto que chama a atenção: tratando-se de texto único e seguido, o espaço inter-linhas deixado entre a terceira e a quarta linhas é demasiado amplo; além do mais, o tipo caligráfico usado nas três primeiras linhas é claramente distinto do que se utilizou no epitáfio propriamente dito, que se inicia na quarta linha.

Aquela circunstância permite colocar a seguinte hipótese: o epitáfio gravou-se no século XI, somente com cinco linhas, começando no que hoje é a quarta linha. O texto que surge nas três primeiras linhas (quer dizer, o versículo corânico e a *basmla* restituída) foi gravado por outra mão em data incerta; talvez por algum personagem que considerou imperdoável que no epitáfio não se tivesse incluído a piedosa *basmla*, com a que todo o bom muçulmano começa um discurso, neste caso funerário; ou talvez por





soterrada e que a análise epigráfica indica corresponder à intervenção escrita mais recente, abona esta interpretação.

A estela objecto do presente trabalho assinalava o túmulo de maiores dimensões, tanto em área como em altura, dos dez até ao momento reconhecidos no *ribāt* da Arrifana, constituindo uma espécie de monumento funerário fundador, que conhecemos em outros contextos históricos mais recuados, e ao qual se adossaram três sepulturas, em momentos distintos.

Pelo menos três outros túmulos da Arrifana possuíam as cabeceiras indicadas através pequenas estelas anepígrafas, duas das quais ainda erguidas *in situ*, correspondendo a pequenas lajes ou a grandes seixos achatados de grauvaque, aspecto que assinalava claramente a diferença de estatuto em relação a quem era memorizado pela estela epigrafada.

Só a continuação dos trabalhos arqueológicos no *ribāt* da Arrifana poderá esclarecer sobre a presença de outras epígrafes funerárias ou a constituição e caracterização da necrópole, para o que muito contribuirá a escavação das suas sepulturas.

Aqueles por certo que permitirão melhor conhecer tanto a vida espiritual, como as materialidades quotidianas da população ali instalada, como o pensamento e acção do mestre sufi Ibn Qasī.

## Bibliografia

- BARCELÓ, C. (1998) – *La Escritura Árabe en el País Valenciano. I. Inscripciones Monumentales*, Universidad de Valencia, Valência.
- BARCELÓ, C. (1990) – Estrutura textual de los epitafios andalusíes (siglos IX-XIII), *Homenaje a Manuel Ocaña Jiménez*, pp. 41-54, Córdoba.
- BARCELÓ, C. (2004) – Los escritos árabes de la rábida de Guardamar, *Fouilles de la Rábida de Guardamar I. El Ribāt Califal. Excavaciones e Investigaciones (1989-1992)*, pp. 131-145, Casa de Velázquez, Madrid.
- BORGES, A. G. M. (1993) – Inscrições árabes de Noudar, *Arqueologia Medieval*, nº 2, pp. 215-217.
- BORGES, A. G. M., (1998) – Epigrafia árabe no Gharb, *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, pp. 227-255, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- COELHO, A. B. (1973) – *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, Seara Nova, Lisboa.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol. 7 (1), pp. 483-573.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004a) – El *ribat* de Arrifana (Aljezur, Algarve); identificación y primeros trabajos, *Fouilles de la Rábida de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 239-245.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005) – O *ribāt* da Arrifana (século XII). Resultados de três campanhas de escavações, *Al-Rihana*, Aljezur, vol. 1, pp. 41-71.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005a) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 8 (2), pp. 471-533.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005b) – A *djihād* no Extremo Sudoeste Peninsular – O recém-identificado *ribāt* da Arrifana (século XIII), *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, vol. 16, pp. 141-159.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2006) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol. 9 (2), pp. 329-352.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007) – *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Câmara Municipal de Aljezur, Aljezur.
- LABARTA, A; BARCELÓ, C. (1987) – Inscripciones árabes portuguesas: situación actual, *Al-Qantara*, vol. VIII, pp. 395-420.
- LABARTA, A; BARCELÓ, C. (1987a) – Inscripciones árabes en el Museo de Santiago de Cacém (Portugal), *Al-Qantara*, vol VIII, pp. 481-484.
- LEVI-PROVENÇAL, E. (1931) – *Inscriptions Arabes d'Espagne*, E. J. Brill et E. Larose, Leyde-Paris.
- LOPES, D. (1910) – Os árabes nas obras de Alexandre Herculano, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, nº 3 (1), pp. 50-273.
- NYKL, A. R. (1946) – Arabic Inscriptions in Portugal, *Ars Islamica*, vol 11, pp. 167-183.
- OCAÑA JIMÉNEZ, M. (1964) – *Repertorio e Inscripciones Árabes de Almería*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid-Granada.
- PICARD, C. (2000) – *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe Siècle)*, Maisonneuve et Larose, Paris.

# **RIBĀT DA ARRIFANA (ALJEZUR) - ARQUEOZOOLOGIA, ESTUDO COMPLEMENTAR**

Miguel Telles Antunes\*

## **Resumo**

O presente estudo arqueozoológico do *ribāt* da Arrifana baseia-se no material proveniente das escavações efectuadas em 2007 e 2008. Corrobora resultados preliminares (Antunes, 2007). O espectro da fauna de vertebrados mostra proporções e ocorrências basicamente idênticas (Quadros 1 a 3). Carneiro e bovinos de muito pequeno porte predominam largamente. Não foram detectados caprinos nem equídeos. Tudo aponta para actividades de pastorícia. A caça era irrelevante, tal como assinalámos no trabalho precedente. Havia pesca e recollecção intensa de moluscos e crustáceos na região costeira próxima, em fundos predominantemente rochosos.

Alguns aspectos relevantes são de destacar: - a presença de carneiro e de gado bovino de pequeno porte em proporções quase idênticas às verificadas antes; - idem de novas peças de galináceos e perdiz; - id. de novo, um safio, um exemplar de pargo e restos de peixes indeterminados; - a ocorrência de um cúbito, provavelmente de ganso, com vestígios de fractura, talvez por impacto de um projectil, com sobrevivência e cura, tendo-se fundido os fragmentos ósseos e constituído um calo (situação conhecida em mamíferos mas não tanto em aves); - idem de mais marcas de roidela, em especial as de grande carnívoro, provavelmente lobo (ou cão muito grande?); - a ocorrência muito rara de fragmentos de haste de veado, portanto de partes do esqueleto não relacionadas com massas musculares nem outras matérias comestíveis; - tais fragmentos, serrados ou não, devem derivar de hastes caídas após a época de reprodução, colhidas para utilização artesanal; - que, tal como havíamos assinalado, nada demonstra caça, ainda que possa ter ocorrido; - verifica-se, pela primeira vez, a presença de porco doméstico, demonstrada por um pedaço cortado de uma hemimandíbula. Contudo, a sua pátina difere da dos demais exemplares com a excepção do único fragmento de osso incluído na mesma amostra, a qual indica exposição a temperaturas mais altas, pelo que os restos de porco podem corresponder a contexto ou idade diferentes.

## **Abstract**

This archaeozoologic study of the Arrifana *ribāt* proceeded again on material from the 2007 and 2008 excavations. It corroborates our previous results (Antunes, 2007). The vertebrate faunal spectrum shows nearly identical proportions and occurrences (Tables 1 to 3). Sheep and very small-sized cattle largely predominate. Neither goat nor equid were detected. All this essentially points out to shepherd activities. Hunting was irrelevant, as it appeared in our preliminary report. Fishing, mollusc and crustaceans' collecting were carried on in nearby, mostly rocky bottoms along the coast.

Some features were recognized among the new material: - the occurrence of sheep and small-sized cattle in nearly the same proportions as before; - new chicken and red partridge specimens; - a new occurrence of conger eel along with further sea-bream specimen and non identified other fish remnants; - a specially interesting specimen, a probably goose ulna that shows it was the fractured (maybe by a projectile impact) but with survival, with subsequent healing and bone fragments' fusion with callus formation; this is a well-known situation in mammals but not so in birds; - additional bite marks, especially from a large carnivore, probably a wolf (or a very large-sized dog?); - the very rare occurrence of deer antler fragments, that is to say, skeleton parts not in connection with edible matters; - such rare fragments seem or may be sawn or not parts of shed antlers after mating season, collected for artisanal purposes; - as stated in our previous paper, nothing indeed demonstrates hunting; although it may have occurred; - the first occurrence of pig, as shown by an hemimandible's cut fragment. However its patina is different from that of all other specimens (except for a bone scrap from the same sample) and indicates exposure to higher temperatures. Hence the concerned pig remnants may correspond to a different context or age.

---

\* Academia das Ciências de Lisboa (R. da Academia das Ciências, 19, 1249-122 Lisboa, migueltellesantunes@gmail.com)

## Nota preliminar

Sucessivas escavações em monumentos islâmicos em Arrifana, na Ponta da Atalaia (Aljezur), revelaram um *ribāt* cuja fundação, actividades e abandono foram consideradas como fundado ou intimamente relacionado com o célebre caudilho, o Pontífice (Imām) Al-Qāsīm bāmr Āllah Āhmad ben Qasī - vide volume coordenado por Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes (Gomes e Gomes, 2007). Volume que incluiu, entre outros, um estudo sobre Arqueozoologia (Antunes, 2007).

Aqui, o objectivo é o de estudar as colheitas de 2007 e 2008 do ponto de vista arqueozoológico. Não é nosso propósito discutir a origem do *ribāt*. Interessamos, em especial, a sua cronologia, que se situa no século XII AD ou VI AH, em tempos dos Almorávidas, ou dos pequenos reinos dissidentes (Taifas) subsequentes e, possivelmente, da tomada do poder pelos Almóadas.

As escavações de 2007 e 2008 resultaram na descoberta de espécimes que estudámos, correspondendo a solicitação de R. Varela Gomes. Quase nada provém do Sector 4, onde está o que parece ter sido uma escola (*madrassa* مدرسة). Material, portanto, pouco significativo. Tudo o mais é do Sector 1, o mais importante com as suas quatro mesquitas, duas "vivendas" e um conjunto de "vivendas" com celas (Gomes e Gomes, 2007, p. 54).

## Material e métodos

O material arqueozoológico enviado após tratamento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL provém de escavações em 2007 e 2008.

Foi observado o conteúdo de cada amostra contida em sacos de plástico com indicações de quadrícula e camada de proveniência, bem como de data, às vezes omissa. Dois dizem respeito ao Sector 4, ambos à Camada 1. Os demais correspondem ao Sector 1, Camada 2 (para elementos acerca da topografia e estratigrafia, vide Gomes e Gomes, *ibidem*). Foi evitada qualquer troca de amostras e de espécimes, ainda que eventualmente tenham sido detectadas em sacos diferentes partes da mesma peça. Quando detectadas, foram coladas e contadas como um só.

A crivagem, recorrendo a malha com alguns milímetros, resultou na quase total falta de microfauna, sobretudo roedores, insectívoros, répteis, anfíbios e peixes. Portanto, o panorama arqueozoológico apresenta-se distorcido: só pode ser tido por representativo no concernente às formas de maior porte.

É arbitrária a ordem pela qual ordenámos as amostras. Se interessar, é possível correlacionar os dados obtidos com as quadrículas da escavação.

Sem prescindirmos de apresentar a descrição sumária de cada amostra, indicamos como observações: presença de rodelas, indícios mais notáveis de exposição a fogo, marcas de corte, corrosão por raízes de plantas (muito importante), presença de manchas negras supostamente de óxidos de manganês. Trataremos da composição qualitativa e quantitativa da fauna.

Nem todas as peças puderam ser identificadas, o que tem a ver com extrema fragmentação: com poucas excepções, não há ossos completos.

A composição faunística é a primeira preocupação. Foi feita na base de comparação com material da nossa colecção, complementada pela evidência de modificações produzidas por espécies não representadas por peças esqueléticas. Foram tidos em conta os resultados anteriores. Não foram contabilizadas aparte as peças com marcas de roidela (\*); só contámos os exemplares em si para efeitos estatísticos. Salvo casos de excepcional conservação em que é possível determinar o espaçamento dos caninos inferiores de algum predador, a atribuição, feita sob reserva, é insuficiente para justificar tentativas de abordagem estatística.

Como a corrosão resultante de raízes de plantas tende a obliterar as impressões deixadas por roidela; o número de rodelas estará a ser dado por defeito.

Tratando-se de restos alimentares, não é de excluir que algumas marcas, sobretudo em ossos de coelho, possam ter resultado de incisivos humanos.

Quanto à idade do animal por altura do abate, as indicações mais válidas (v. Brothwell, Don e Higgs, Eric (Eds.), 1969), decorrem: (a) da erupção de dentes jugais, com realce para os terceiros molares, indicativos de estágio adulto, e (b) da fusão de epífises de ossos longos. A idade dessas fusões está sujeita a

variações individuais e entre populações, o que, no caso, não é possível controlar de maneira satisfatória.

A frequência dos terceiros molares moderadamente gastos pelo uso aponta para abate frequente de jovens adultos, embora tenha havido abate de jovens. Não foram caracterizados adultos de idade mais avançada, tanto em *Ovis* como *Bos*.

Em regra, raças melhoradas têm desenvolvimento mais rápido, pelo que, na medida do possível, utilizámos dados referentes a populações antigas. Em muitos casos, o osso parece juvenil, ainda que modificações, sobretudo por corrosão, possam acentuar essa aparência.

São frequentes as impressões de corte. É situação muito generalizada, sendo provável que peças sem marcas de corte também tenham sido cortadas, mas em que a evidência se terá obliterado por fracturação, perda de matéria ou corrosão intensa.

A presença de porco, até agora insuspeitada, justifica comentários.

Enfim, há outro aspecto que valerá a pena estudar, a presença frequente mas com desenvolvimento muito diverso de manchas negras à superfície de ossos e dentes. Parecem constituídas por óxidos de manganês. É de supor que resultem de processos diagenéticos relacionados com a evolução pedológica.

**Quadro 1.** Ribāt da Arrifana/ Arrifana Ribāt  
Taxas representadas nos Sectores 1 (colheitas em 2007) e 4 (em 2008).

<i>Taxa</i>	<i>Nome vulgar – common name</i>	<i>Sector 1, camada 2</i>	<i>Sector 4, camada 1</i>
<i>Canis cf. lupus</i> *	Lobo – wolf	1*	-
<i>Canis familiaris</i> *	Cão – dog	2*	-
<i>Vulpes vulpes</i> *	Raposa – fox	2*	-
? <i>Mustela nivalis</i> *	Doninha (?) – weasel (?)	2*	-
<i>Genetta genetta</i> *	Geneta, gineto – genet	2*	-
<i>Sus domesticus</i>	Porco – pig	2	-
<i>Cervus elaphus</i>	Veado, cervo – red deer	1	-
<i>Ovis Áries</i>	Carneiro – sheep	100	3
<i>Bos taurus</i>	Boi – cattle	85	2
Grandes mamíf. indet.	Indet. large mammals	8	
<b>Grandes mamíferos</b>	<b>Large mammals <math>\Sigma</math> =</b>	<b>196</b>	<b>5</b>
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho – rabbit	30	-
? <i>Rattus rattus</i> *	? Rato preto – ? black mouse	2*	-
<b>Pequenos mamíferos</b>	<b>Small mammals <math>\Sigma</math> =</b>	<b>30</b>	<b>-</b>
<i>Gallus gallus</i>	Galo, galinha – chicken	2	-
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz – red partridge	3	-
? <i>Anser anser</i>	? Ganso – goose	1	-
Aves indet.	Indeterminate birds	2	-
<b>Aves – Birds</b>	<b><math>\Sigma</math> =</b>	<b>8</b>	<b>-</b>
<i>Pagrus pagrus</i>	Pargo – sea bream	1	-
<i>Conger conger</i>	Safio, congro – conger eel	1	-
Outros/ teleósteos indet.	other indet. Teleosteans ?	5	-
<b>Teleósteos -teleosteans</b>	<b><math>\Sigma</math> =</b>	<b>7</b>	<b>-</b>
<b>Totais parciais</b>	<b>Partial sums <math>\Sigma</math> =</b>	<b>241</b>	<b>5</b>
<b>Total</b>		<b><math>\Sigma</math> =</b>	<b>246</b>

(\*) Só reconhecidos mediante marcas de mordidelas

## Composição da fauna de vertebrados

Os táxones identificados e a sua repartição por sectores e camadas constam do Quadro 1.

Tendo em consideração estes elementos, interessa estabelecer comparações com resultados antes obtidos (Antunes, 2007). Vejam-se os Quadros 2 [não foram considerados casos de roidela (\*) ou sem significado estatístico (\*\*)] e 3, este circunscrito aos ovinos e bovinos, as espécies mais importantes.

## Discussão

### *Fragmentação, modificações térmicas e seu significado*

Tal como havíamos assinalado (Antunes, 2007, p. 85), os restos, extremamente fragmentados, correspondem a detritos de alimentação humana, às vezes modificados por acção secundária de predadores, domésticos (cão) ou não (prováveis lobo, raposa, gineto, pequeno carnívoro). Mantêm-se as considerações então apresentadas acerca do máximo aproveitamento da matéria alimentar (ibidem). A extrema fragmentação dos ossos, muito cortados, conjugada com a baixa intensidade das alterações térmicas parecem indicar cozinha-

dos como caldeiradas, ensopados, guisados ou cozidos – excluindo assados ou a prática sistemática de arrojarem restos à lareira.

### *Espécies mais comuns e predomínio da pastorícia*

É de notar o facto de as percentagens das espécies mais comuns, carneiro e boi, se manterem da mesma ordem de grandeza relativamente aos dados preliminares (Antunes, 2007), o que traduz constância de condições e hábitos, inclusive hábitos alimentares. As populações obtinham recursos através da pesca e recollecção de moluscos e perceves. Os ocupantes eram, fundamentalmente, criadores de ovinos e bovinos, galinhas e talvez coelhos.

Única excepção, a do porco, será discutida.

### *Idade de abate e constância de condições*

A estimativa da idade dos animais aquando do abate, desde que não completamente adultos, assenta no estágio de erupção dentária, na abrasão dos dentes pelo uso, e nas características dos ossos: fusão de epífises e outros caracteres do estágio de ossificação, em particular na parte cortical.

### **Quadro 2.** *Ribāt da Arrifana/ Arrifana Ribāt*

Restos de grandes mamíferos e percentagens por Sectores e Camadas, colheitas em 2007 (S. 1) e 2008 (S. 4) - Comparações com dados precedentes.

<i>Taxa</i>	<i>S. 1, C. 2</i>	%	<i>S.1, C.2</i> ( <i>Ant.,2007</i> )	%	<i>S.1, C.1</i> ( <i>Ant.,2007</i> )	%	<i>S. 4, C. 1</i>	%
<i>Canis cf. lupus</i> ou/or muito grande/very large <i>Canis familiaris</i>	- (*)	-	1	0.15	-	-	-	-
<i>Sus domesticus</i>	2	1.0	-	-	-	-	-	-
<i>Cervus elaphus</i>	1	0.5	2	0.3	-	-	-	-
<i>Ovis aries</i>	100	<b>51.0</b>	307	<b>46.0</b>	49	<b>59.8</b>	3	60**
<i>Bos taurus</i>	85	<b>43.4</b>	235	<b>35.2</b>	22	<b>26.8</b>	2	40**
Indet.- <i>Ovis</i> / <i>Bos</i>	8	4.1	121	18.1	11	13.4	-	-
Cetacea? indet.	-	-	1	0.15	-	-	-	-
<b>Gr. mamíferos Σ=</b>	<b>196</b>	<b>100</b>	<b>667</b>	<b>99.9</b>	<b>82</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100**</b>

### **Quadro 3.** *Ribāt da Arrifana/ Arrifana Ribāt*

Restos de Ovis e Bos e percentagens por Sectores e Camadas - Comparações (Antunes, 2007, Quadro 2).

<i>Taxa</i>	<i>S. 1, C. 2</i>	%	<i>S.1, C.2</i> ( <i>Ant.,2007</i> )	%	<i>S.1, C.1</i> ( <i>Ant.,2007</i> )	%	<i>S. 4, C. 1</i>	%
<i>Ovis aries</i>	100	<b>54.1</b>	307	<b>56.6</b>	49	<b>69.0</b>	3	60**
<i>Bos taurus</i>	85	<b>45.9</b>	235	<b>43.4</b>	22	<b>31.0</b>	2	40**
<b>Σ=</b>	<b>185</b>	<b>100.0</b>	<b>542</b>	<b>100.0</b>	<b>71</b>	<b>100.0</b>	<b>5</b>	<b>100**</b>

Os elementos recolhidos foram interpretados segundo Silver, I. A. (*in* Brothwell e Higgs, 1967, pp. 283-302). Recorremos quanto possível aos concernentes a populações antigas, já que, no decurso da selecção de domésticos, o desenvolvimento se torna bastante mais rápido (assim, a interpretação conduziria a idades inferiores às idades reais). Porém, não podemos controlar com melhor aproximação o que acontecia com “stocks” de gado cujas características, talvez sobretudo as do boi, diferiam muito dos actuais. Assim, não podemos ter a pretensão de determinar com rigor a idade; limitamo-nos a uma aproximação.

Partindo do princípio que lidamos com raças antigas, temos:

**Quadro 4.** *Ribāt* da Arrifana/ Arrifana *Ribāt*

Idade aquando do abate (m. = meses; a.y = anos; N = nº total de peças cuja idade foi estimada)  
Carneiro – Sheep

Taxon	<10m	20-28m	<3 a.y	<3-3½ a.y	<3½-4 a.y	3-4 a.y	N
<i>Ovis</i>	1	1	3	1	1	9	16

**Quadro 5.** *Ribāt* da Arrifana/ Arrifana *Ribāt*

Idade aquando do abate (m. = meses; a.y = anos; N = nº total de peças cuja idade foi estimada)  
Boi - Cattle

Taxon	< 30 m.	4 - 5 a.y	N
<i>Bos</i>	1	1	2

**Quadro 6.** *Ribāt* da Arrifana/ Arrifana *Ribāt*

Idade aquando do abate (m. = meses; a.y = anos; N = nº total de peças cuja idade foi estimada)  
Porco - Pig

Taxon	< 17-22 m.	N
<i>Sus</i>	1	2

O abate não incidia sobre adultos com alguma idade, mas quase sempre sobre jovens e jovens adultos em que o M3 apresentava abrasão muito moderada.

Após eliminação dos restos indeterminados e das espécies raras, vê-se ainda melhor que as percentagens para o mesmo sector e camada são quase as mesmas, no estudo preliminar e agora. Mantêm-se constantes a estrutura básica da alimentação e, a montante, a prevalência da pastorícia.

Para a Camada 1 parece haver, no Sector 1, alguma quebra no concernente a bovinos, cuja(s) causa(s) não são evidentes – empobrecimento de pastos? Degradação de condições ambientais ou das populações aí estabelecidas?

As proporções numéricas indicam nítido predomínio numérico de carneiro, abatidos como jovens adultos e menos como jovens, sobre bois; quanto ao peso, é o contrário – pelas nossas estimativas (Antunes, 2007, p. 83), seria da ordem de 5.7 de *Bos* para 1 de *Ovis*. O resultado seria muito semelhante se nos baseássemos no novo material.

**Ausência de caprinos e equídeos**

Como antes, todos os exemplares de “ovi-caprinos” pertencem a *Ovis*. Nada demonstra *Capra*, doméstica ou outra. Conhecemos situações paralelas (Antunes, *ibidem*, p. 86).

As novas colheitas, como as precedentes, não incluem vestígios de equídeos, inclusive de zebro, *Equus hydruntinus*, que sabemos ter sido objecto de caça, certamente difícil, noutras áreas.

**Irrelevância da caça**

*Caça grossa*

Os raros restos de veado, todos eles, são pedaços de hastes caducas recolhidas; contra-prova, a total ausência de restos dentários e de elementos do esqueleto post-craniano susceptíveis de estarem relacionados com o desfazer de uma porção tão apreciada como a cabeça ou com partes associadas a matérias comestíveis, sobretudo carne. O contributo alimentar parece nulo.

O aproveitamento das hastes para produção artesanal de pequenos objectos, suficientemente documentado, justificaria a colheita após a queda sazonal por necrose na extremidade de cada pedículo.

Apesar de presumível e de sermos livres de imaginar o que nos aprouver, a verdade é que, no estado actual dos conhecimentos, nada prova a prática de caça grossa, mesmo de outras espécies. Se praticada, o que poderia acontecer, foi irrelevante.

### Outra caça

Caça, só a perdiz (que, aliás, pode ser criada em cativeiro) e coelho, se bravo e não doméstico, bem como a raríssima lebre, que agora falta, e algumas aves mal representadas e por identificar. Não é de descartar a possibilidade de, por razões mal esclarecidas, a lebre escassear na área e ser pouco caçada.

Ao contrário, verifica-se absoluto predomínio de pastorícia associado à pesca, recollecção de moluscos e perceves (Callapez, 2007), criação de galináceos e, talvez, de coelhos em proporções quantitativamente indeterminadas pelas limitações da amostragem.

### Presença de porco

Ocorrência diferente em relação ao que era conhecido consiste na presença de porco numa só amostra (Sector 1, Quadrado 121, Camada 2). Está em desacordo com o contexto geral, que é islâmico. Muito se fala de proibição, mas sem rigor, pelo que optamos, com o respeito devido, por transcrever o Alcorão القرآن, Sura 2 سورة ٢ intitulado البقرة *A vaca*, versículo 173 آية ١٧٣ :

*Ele vos proíbe somente o animal morto, o sangue e a carne de porco, e tudo o que tenha sido sacrificado sob a invocação de um nome que não o Seu. Aquele, contudo, que for forçado pela necessidade sem desejar transgredir ou se rebelar, não pecará. Deus é clemente e misericordioso.*

Em situações de grave carência, mesmo em tempos recentes, até tem ocorrido antropofagia. Talvez fosse, nalgum momento e em relação ao porco, caso paralelo de utilização fora das normas, senão repugnante? Se assim fosse, seria porventura menos gravoso o abate e consumo ocasional de javali.

Note-se que a peça mais demonstrativa de porco é uma porção de hemimandíbula com distintas marcas de corte. Mostra claros indícios de mais intensa exposição a temperatura elevada, com osso modificado ao ponto de ficar esbranquiçado, embora não intensamente calcinado. Nisto, *difere* do que se observa em todos os demais espécimes, salvo o fragmento de osso associado na mesma amostra.

Essa parte da mandíbula é nitidamente mais curta do que a homóloga no javali, o que também se

verifica quanto ao comprimento do último molar (M3, ausente *post mortem*), o qual pode ser avaliado pelo do respectivo alvéolo; é, também, muito mais curto que no javali. O encurtamento do focinho nos porcos tem tido expressão crescente através dos tempos à medida em que se afastam do antepassado selvagem. Assim acontece em raças desde rústicas até muito transformadas, como a Large White (Chaix e Méniel, 2001, p. 176).

Todos estes caracteres, bem como o relevo muito menor das rugosidades para inserção do músculo *pterygoideus internus*, indicam, sem dúvida, porco doméstico, o que indica claro propósito ao criá-lo, em discordância com preceitos islâmicos e judaicos. Seria normal entre cristãos; algum por lá teria passado.

Pode, contudo, pôr-se a questão de se tratar de amostra de idade diferente das outras, o que nos não cabe esclarecer.

### Aves, e um caso particularmente interessante

Fraca representação e fragilidade podem ser factores de selecção negativa de restos esqueléticos. Por isso, inviabilizam quaisquer considerações acerca da ocorrência e eventual abundância. Há restos de galinha, decerto objecto de criação, e de perdiz. Outras aves são raras e põem dificuldades de identificação.

Chamamos a atenção, em especial, para a ocorrência do que parece ser, não sem reserva, de ganso (*Anser anser*), representado por um cúbito esquerdo completo, mais longo do que o homólogo de pato-real (*Anas platyrhynchos*), mas com extremidade articular proximal muito semelhante. Ignoramos se selvagem ou doméstico. A peça mostra aspecto particularmente relevante, pois documenta uma fractura com sobrevivência, tendo o osso recuperado, com formação de calo ósseo. A causa da fractura, indeterminada, pode ser compatível com impacte de projectil.

Quando um osso longo se fractura, a contracção dos músculos envolventes pode provocar encurtamento (o que aconteceu, no caso) se não houver estabilização ou reajustamento das superfícies de fractura. Isto pode ocorrer sem intervenção humana: a consolidação sem deformação notória pode ser facilitada caso exista outro osso adjacente a actuar como



“tala natural”. No caso, o rádio adjacente era muito mais fraco, sendo possivelmente pouco eficaz.

Tal fractura impediria o voo durante a consolidação, fragilizando o indivíduo, se em condições naturais. Mesmo após soldadura completa, a asa terá ficado enfraquecida; além disso, a assimetria das asas dificultaria o voo, se é que o não impedia. O que faz pensar em animal caçado e capturado vivo com subsequente manutenção em cativeiro.

Calos ósseos têm sido assinalados em ossos longos de mamíferos (Udrescu e Neer, 2005; Teegen, 2005), mas desconhecemos referências em aves.

## Peixes

As condições de colheita inviabilizam tudo o que esteja para além de conhecimento muito superficial. A pesca pode ter sido muito mais importante do que transparece, e ter incidido num leque amplo de espécies. Não se viu qualquer resto de seláceo, nem de restos de pequeno porte. A presença, ao que parece constante, de pargo (*Pagrus pagrus*) e a falta de dourada (*Sparus aurata*) sugerem áreas costeiras com fundos pedregosos, mais do que praias arenosas. Lembre-se, contudo, que aquelas espécies não estão acantonadas com rigor e que, com tão poucos elementos, é temerário pretender ser mais preciso. Mais estreita relação com fundos rochosos litorais é dada pela presença de safio ou congro (*Conger conger*), de grandes dimensões, reforçando a ideia de pesca em litoral rochoso.

Confirma-se a pesca litoral, em particular nos fundos rochosos próximos da costa.

## Conclusões

As conclusões do estudo dos restos colhidos em 2007 e 2008 corroboram o que afirmámos (Antunes, 2007). Proporções e composição são semelhantes, com preponderância de ovinos e bovinos de pequeno porte, sem cabra nem equídeos. Confirma-se a irrelevância da caça. Predomina a evidência de pastorícia, a par da pesca e da recolção de invertebrados. Foram reconhecidos de novo: o safio ou congro, que caracterizamos pela primeira vez; novas ocorrências de pargo, galinha e perdiz; uma peça interessante, de possível ganso, a qual mostra fractura com sobrevivência,

regenerada e consolidada, de um cúbito; de novas marcas de mordidela com destaque para as de provável lobo; outra vez, a ocorrência muito rara de partes não comestíveis nem associadas a matérias com interesse alimentar, apenas hastes, de veado, incluindo um pedaço de haste caduca, não demonstrativo de caça mas apenas de recolção, serrado – interpretável como rebotalho de confecção artesanal de pequenos objectos. Chama a atenção a presença de porco, com pátina diferente das restantes peças e que, pela própria ocorrência e diferente tratamento, pode provir de contexto diferente ou ser de idade diversa do resto do material.

## Bibliografia

- ANTUNES, M. T. (2007) – *Ribāt da Arrifana – Estudo arqueozoológico, Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur/Município de Aljezur, pp. 83-86.
- BROTHWELL, D.; HIGGS, E. (Eds.) com prefácio de Clark, G. (1969) – *Science in archaeology. A Survey of Progress and Research*, Thames and Hudson, Interdruck, Leipzig.
- CALLAPEZ, P. (2007) – Fauna malacológica do *ribāt* da Arrifana – Análise preliminar, *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur/Município de Aljezur, pp. 87-90.
- CHAIX, L. ; MENIEL, P. (2001) – *Archéozoologie. Les Animaux et l'Archéologie*, Editions Errance, Paris.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007) – Ambiente natural e complexo edificado, *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur/Município de Aljezur, pp. 51-64.
- HEINTZ, E. (1970) – Les Cervidés villafranchiens de France et d'Espagne. Volume I : Texte et Planches : 303 pp., 40 est. Volume II: Figures et Tableaux: 206 pp. *Mémoires du Muséum National d'Histoire Naturelle, Nouvelle série*, Série C, Sciences de la Terre, Tome XXII, Fascicule unique. Paris.
- TEEGEN, W.-R. (2005) – 4. Rib and vertebral fractures in medieval dogs from Haithabu, Starigard and Schleswig. *9<sup>th</sup> ICAZ Conference, Durham 2002/ Diet and Health in Past Animal Populations* (eds. J. Davies, M. Fabiš et al), pp. 34-38. Oxbow Books, Oxford.
- UDRESCU, M.; NEER, W. Van (2005) – 3. Looking for human therapeutic intervention in the ealing of fractures of domestic animals. *9<sup>th</sup> ICAZ Conference, Durham 2002. Diet and Health in Past Animal Populations* (eds. J. Davies, M. Fabiš et al), pp. 24-33. Oxbow Books, Oxford.
- O ALCORÃO / Tradução de Mansour Challita (Sem data). Ed. Associação Cultural Internacional Gibran. Rio de Janeiro.



# ESTUDO ZOOARQUEOLÓGICO DOS INVERTEBRADOS DO RIBĀT DA ARRIFANA (ALJEZUR, PORTUGAL). SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES MARINHAS LITORAIS E COM HÁBITOS ALIMENTARES NO ALGARVE MUÇULMANO DO SÉCULO XII

Pedro Manuel Callapez\*

## Resumo

O sítio do *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Portugal) forneceu um conjunto excepcional de materiais zooarqueológicos ligados a contextos de "lixeria", os quais são reveladores de ocupação prolongada das estruturas locais, durante o final do Período Islâmico no Sudoeste Peninsular, no século XII. No presente estudo damos conta da extensa amostragem de restos esqueléticos de invertebrados, num total de 114108 elementos estimados como representativos de 31566 espécimes. O elenco sistemático compreende 61 *taxa* repartidos por 51 géneros e 34 famílias dos filos Mollusca, Echinodermata, Anellida e Arthropoda. Na amostragem total são numericamente dominantes os moluscos bivalves e gastrópodes de meio marinho, assim como os crustáceos cirrípedes, com destaque para as espécies: *Pollicipes pollicipes* (45,6%), *Thais haemastoma* (17,5%), *Monodonta lineata* [+ *M. cf. lineata*] (9,7%), *Mytilus edulis* (8,4%), *Patella vulgata* (8,2%), *P. intermedia* (3,4%), *Perna perna* (2,0%) e *Patella ulyssiponensis* (1,7%). Este conjunto de espécies comestíveis evidencia o consumo alimentar de moluscos e de percebe como prática corrente, seguida em complemento a outros tipos de alimentos e aproveitando os recursos locais que uma faixa remota de litoral, ainda fracamente explorada e na plenitude dos seus recursos e biomassa, propiciava. A presença de moluscos estuarinos, tão comuns noutros contextos islâmicos do *Al-Andalus*, é esporádica por razões geográficas e económicas desfavoráveis. Entre as espécies presentes, características dos andares litoral e infralitoral superior de uma costa rochosa e agitada com fundos arenosos dispersos, destaca-se a grande abundância de *Thais haemastoma*, hoje bastante rara nas comunidades marinhas da região. Confirma-se também a presença de população estável do grande mexilhão oeste-africano *Perna perna*, numa das primeiras menções para o território português. A Costa Vicentina é, desta forma, o seu limite norte de repartição biogeográfica, o mesmo sucedendo com o raro volutídeo *Ampulla priamus*.

## Abstract

The archaeological site from the *ribāt* of Arrifana (Aljezur, Portugal) yielded an exceptional set of zooarchaeological materials found in contexts of "garbage dump", which reveal a significant occupation of the local structures at the XII century, during the last times of the Islamic Period in the southwest of the Iberian Peninsula. In the present study is extensively described a large bulk sample of 114108 elements that have been estimated as representative of 31566 specimens. The systematic check-list contains 61 *taxa* belonging to 51 genera and 34 families of phyla Mollusca, Echinodermata, Anellida and Arthropoda. On the whole set there is a higher number of marine bivalves and gastropods together with cirriped crustaceans, with emphasis on the species: *Pollicipes pollicipes* (45,6%), *Thais haemastoma* (17,5%), *Monodonta lineata* [+ *M. cf. lineata*] (9,7%), *Mytilus edulis* (8,4%), *Patella vulgata* (8,2%), *P. intermedia* (3,4%), *Perna perna* (2,0%) and *Patella ulyssiponensis* (1,7%). This association of edible species suggests that the consumption of molluscs and goose barnacles was a common strategy used as a supplement to other genera of food, taking advantage from the local resources of a remote coastal area, scarcely exploited and with an almost untouched biomass. The occurrence of estuarine molluscs, usually so common in other Islamic contexts of the *Al-Andalus*, is scarce by means of geographic and economic unfavourable reasons. Between the many species typical of intertidal and upper infralittoral environments stands out the higher abundance of *Thais haemastoma*, presently a rare resident in the marine communities of the region. We also confirm the occurrence of a stable population of the large West-African and cosmopolitan mussel *Perna perna*, as one of the first reports for the Portuguese territory. Therefore, the Vicentina Coast can be considered as the northern boundary of its biogeographic range, likewise that one of the rare volute shell *Ampulla priamus*.

\* CGUC - Centro de Geofísica e Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, Lgo. Marquês de Pombal, 3001-401, Coimbra, Portugal; E-mail: callapez@dct.uc.pt.

## 1. Introdução

A descoberta das ruínas do *ribāt* da Arrifana na Ponta da Atalaia (Aljezur, Algarve), em pleno litoral bravio da Costa Vicentina, permitiu lançar alguma luz sobre importantes aspectos da história e da cultura do mundo muçulmano no Sul de Portugal, em finais do Período Islâmico, recriando vivências e hábitos quotidianos num local de isolamento e reflexão, onde grupos de homens nutriam a sua crença através de um contacto incessante com a natureza (Gomes e Gomes, 2004; 2005a; 2005b; 2006; 2007).

Graças a várias campanhas de trabalhos arqueológicos que tiveram início em 2001, o local foi escavado detalhadamente e os espólios daí resultantes repartidos por um grupo interdisciplinar, de cuja laboração hoje reportamos a análise zooarqueológica dos invertebrados marinhos e terrestres. Com vista a facultar o desenvolvimento desta área de pesquisa, os trabalhos arqueológicos pautaram-se pela recolha de espólio excepcionalmente numeroso e diversificado, ligado a estruturas de combustão e à acumulação intencional de restos de alimentos ("lixadeiras") em montículos com características de concheiros.

Deste imenso acervo e enquanto testemunho de actividades de recolha ligadas à simples necessidade quotidiana de alimento, numa área algo remota e apartada das principais rotas do *Gharb Al-Andalus*, sobressaem, pela sua maior quantidade e repartição espacial, conchas de moluscos e placas de crustáceos cirrípedes, a par de outros macrorrestos de invertebrados marinhos, no seu todo objecto do presente estudo. Esta amostragem conquiológica ascende a mais de uma centena de milhar de exemplares e já foi objecto de análise preliminar recente (Callapez, 2007). Para o presente trabalho justificou-se uma avaliação quantitativa das espécies presentes, com carácter exaustivo, a par de estudo tafonómico e paleoecológico dos espécimes, fragmentos e respectivos contextos.

Face à sua dimensão e ao enquadramento em que se insere, o espólio zooarqueológico do *ribāt* da Arrifana veio permitir a análise de aspectos relacionados com práticas de subsistência baseadas na pesca e na recolha de moluscos e de crustáceos, como complemento de uma dieta alimentar de que também fariam parte peças de caça, peixe, animais e outros produtos e derivados domésticos. Muitos destes hábitos relativos à apanha e ao consumo de moluscos

ainda perduram nos nossos dias e estão enraizados na cultura tradicional e gastronómica do Sul do país.

Em simultâneo, o elenco sistemático e a ecologia das espécies presentes permitiram tecer considerações sobre a composição faunística das comunidades de invertebrados bentónicos litorais e infralitorais da época, num contexto natural ainda fracamente explorado pelo homem. Por comparação com a fauna moderna das mesmas regiões, foi possível individualizar certas dissemelhanças, as quais estarão relacionadas com factores naturais ou antrópicos.

## 2. Base operacional, material e métodos

A Ponta da Atalaia salienta-se no perfil rochoso da costa sudoeste portuguesa como um esporão natural delimitado por arribas quase verticais, sobre as quais se desenvolve o aplanado de antiga plataforma de abrasão, à cota aproximada de 50 m e preenchida por restos de depósito plistocénico e de duna. Por comparação entre a estratificação no promontório, que se apresenta levemente arqueada para Sul, e os estratos verticalizados do Carbónico marinho da Pedra da Atalaia, não é difícil vislumbrar a passagem de uma das muitas falhas geológicas da região, cuja presença deverá contribuir para justificar o acidentado da morfologia local, assim como a nascente aí existente e os mantos de tufo calcário que a coroam.

As estruturas arqueológicas foram edificadas sobre a área aplanada, distribuindo-se ao longo de 2,5 hectares e em 4 sectores disjuntos, com significado funcional distinto. Para um enquadramento e descrição detalhada do local e dos trabalhos arqueológicos aí decorridos, consulte-se R. V. Gomes e M. V. Gomes (2004; 2005; 2007) (Fig. 1).

A amostragem da colecção de conchas, tecas e placas de invertebrados foi efectuada por recolha manual durante as várias campanhas de escavação, ou ainda por crivagem posterior com malha fina, de modo a recolher a totalidade dos fragmentos e espécimes de maior dimensão e, de modo satisfatório, a maior parte da mesofracção e alguns microrrestos pertinentes para o estudo. A amostragem foi separada e referenciada por sector e por quadrículas, ou ainda tendo em conta alguns locais especiais, com destaque para lareiras e estruturas de combustão. Foi, também, efectuada uma separação vertical segundo os 2 a 3 níveis considera-

dos na estratigrafia do sítio (camada 1 e cam. 2; camadas 1 a 3 no Sector 1).



**Figura 1.** Localização e planta da escavação do sítio arqueológico do *ribãt* da Arrifana (adapt. Gomes e Gomes, 2007). Do extremo do promontório para Sudeste: edifícios do Sector 3, Sector 2, Sector 1 e Sector 4.

A marcha metodológica do estudo compreendeu uma etapa inicial de preparação e limpeza dos espécimes, a que se seguiu a sua identificação sistemática, efectuada com base na bibliografia da especialidade enumerada no presente trabalho e na colecção de comparação do autor. O processo de sistematização foi acompanhado pela separação e rotulagem dos espécimes, em cada uma das amostras em estudo.

Procedeu-se, logo após, à quantificação dos *taxa* por amostra e em simultâneo à determinação da diversidade específica e das taxas de fragmentação e de desarticulação. Esta análise foi acompanhada pela

inventariação dos aspectos de natureza tafonómica relevantes, quer fossem resultantes de processos e de mecanismos naturais de alteração tafonómica (abrasão, fragmentação, desarticulação, distorção, dissolução, cimentação, concentração, dispersão, bioerosão, epigénese, etc.), ou ainda de outros de origem antrópica (fragmentação, desarticulação, abrasão ou concentração intencionais, vestígios de fogo, distorção, perfuração e incisão com recurso a utensílios, etc.).

No seu todo, o material recolhido contabilizou 114108 *elementos*, os quais, tendo em consideração a morfologia das partes esqueléticas, o seu grau de desarticulação e de fragmentação, foram estimados como sendo representativos de um mínimo de 31566 espécimes (Tab. 1). Para efeitos da determinação do índice de representatividade de cada *taxon* foram contabilizados: (1) as conchas completas de moluscos gastrópodes, as fragmentadas a mais de 50% e os fragmentos columelares; (2) as valvas e os fragmentos umbonais de valva com charneira dos moluscos bivalves, pertencentes ao lado (direito ou esquerdo) mais representado por amostra; (3) as placas calcárias do capítulo de crustáceos cirrípedes (Pollicipedidae – “perceves”), com excepção das laterais e sendo o número total dividido por seis; (4) os clusters de balaquídeos e de serpulídeos.

Procedeu-se, por fim, ao tratamento estatístico das matrizes de valores obtidas por quadrícula, nível e sector, segundo os procedimentos usuais da análise univariante e bivariante, com projecção de gráficos e de histogramas. Este estudo foi complementado com a individualização e análise quantitativa das espécies e espécimes comestíveis, por contraposição com as restantes, com vista a analisar aspectos relacionados com a dieta alimentar e com práticas de recolha, comparando-os com outros locais de cronologia semelhante, já estudados no Sul de Portugal e na Andaluzia.

**Tabela 1.** Totais de amostragem de elementos e de espécimes estimados nos sectores 1 a 4 e nas camadas 1 e 2 dos concheiros do *ribãt* da Arrifana.

Sector-camada	S1-C1	S1-C2	S1-C3	S2-C1	S2-C2	S3-C1	S3-C2	S4-C1/2	Total
<b>Σ elementos</b>	4521	15519	18	635	546	53353	39289	227	114108
<b>Σ indivíduos</b>	2152	7572	6	308	279	12184	8875	190	31566

### 3. Elenco sistemático

A amostragem de macrorrestos de invertebrados do *ribãt* da Arrifana é constituída, na sua quase totalidade, por conchas de moluscos marinhos (bivalves e gastrópodes) e placas operculares de crustáceos cirrípedes (“perceves” e “cracas”), aos quais se juntam outras partes esqueléticas mineralizadas, tais como tubos de anélídeos poliquetas, pedaços de teca de equinídeos regulares e fragmentos de carapaças e pinças de crustáceos decápodes.

O elenco sistemático ascende a 61 *taxa*, identificados ao nível da espécie na sua quase totalidade e repartidos por 51 géneros e 34 famílias dos filos Mollusca, Echinodermata, Anellida e Arthropoda (Ests 1-6). Este número acresce consideravelmente as 27 espécies mencionadas em anterior estudo preliminar (Callapez, 2007). A sua sistematização seguiu os critérios de W. Wenz (1938-44), A. Zilch (1960), R. Moore (1969-71), N. Tebble (1976), M. Kerney e R. Cameron (1979), E. Gonzalez *et al.* (1984), E. Rolan (1984, 1989), J. Van Aartsen *et al.* (1984), Sabelli *et al.* (1990), G. Poppe e Y. Goto (1991, 1993), R. Rodríguez e J. Sánchez (1997), G. Falkner *et al.* (2002) e A. Peñas *et al.* (2006), entre outros estudos de consulta pontual. Com respeito à fauna marinha e terrestre portuguesas tiveram-se igualmente em conta as obras de referência de A. Nobre (1930; 1931; 1936; 1938; 1940; 1941), L. Burnay (1986), L. Saldanha (1997) e R. Albuquerque de Matos (1993a; 1993b; 1994; 2004).

A sistematização considerada para amostragem é a seguinte:

#### Filo Mollusca

##### Classe Bivalvia

##### Sub-Classe Pteriomorpha

###### Ordem Arcoida

###### Família Glycymeridae

*Glycymeris glycymeris* (Linné, 1758)

*Glycymeris insubrica* (Brocchi, 1814)

###### Ordem Mytiloida

###### Família Mytilidae

*Mytilus edulis* Linné, 1758

*Perna perna* (Linné, 1758)

###### Ordem Pterioda

###### Família Pectinidae

*Pecten maximus* (Linné, 1758)

*Chlamys varius* (Linné, 1758)

###### Família Anomiidae

*Anomia ephippium* Linné, 1758

###### Família Ostreidae

*Ostrea edulis* Linné, 1758

*Crassostrea angulata* (Lamarck, 1819)

*Neopycnodonte cochlear* (Poli, 1795)

##### Sub-Classe Heterodonta

###### Ordem Veneroida

###### Família Cardiidae

*Acanthocardia aculeata* (Linné, 1758)

*Acanthocardia tuberculata* (Linné, 1758)

*Cerastoderma edule* (Linné, 1758)

###### Família Mactridae

*Spisula solida* (Linné, 1758)

###### Família Solenidae

*Solen marginatus* Pulteney, 1799

###### Família Pharidae

*Ensis siliqua* (Linné, 1758)

###### Família Mactridae

*Venus verrucosa* Linné, 1758

*Chamelea gallina* (Linné, 1758)

*Callista chione* (Linné, 1758)

*Tapes decussatus* (Linné, 1758)

*Venerupis aurea* (Gmelin, 1791)

###### Família Hiatellidae

*Panopaea glycymeris* (Born, 1778)

##### Classe Gastropoda

##### Sub-Classe Prosobranchia

###### Ordem Archaeogastropoda

###### Família Haliotidae

*Haliotis tuberculata* Linné, 1758

###### Família Patellidae

*Patella vulgata* Linné, 1758

*Patella intermedia* Murray, 1857

*Patella ulyssiponensis* Gmelin, 1791

*Patella rustica* Linné, 1758

###### Família Trochidae

*Gibbula cineraria* (Linné, 1758)

*Gibbula pennanti* (Philippi, 1836)

*Monodonta lineata* (Da Costa, 1778)

*Monodonta* cf. *lineata* (Da Costa, 1778)

*Monodonta colubrina* (Gould, 1851)

###### Família Turbinidae

*Bolma rugosa* (Linné, 1767)

###### Ordem Mesogastropoda

###### Família Turritellidae

*Turritella monterosatoi* Kobelt, 1887

###### Família Vermetidae

*Vermetus* sp.

###### Família Cassidae

*Cassidaria echinophora* (Linné, 1758)

*Phalium saburon* (Bruguíere, 1792)

Família Ranellidae  
*Charonia lampas lampas* (Linné, 1758)

Família Cymatiidae  
*Cymathium parthenopaeum* (von Salis, 1793)  
*Cymatium cutaceum* (Linné, 1767)

Ordem Neogastropoda  
 Família Muricidae  
*Murex brandaris* Linné, 1758  
*Hexaplex trunculus* (Linné, 1758)  
*Ocenebra erinacea* (Linné, 1758)  
*Ocenebrina aciculata* (Lamarck, 1822)  
*Ocenebrina edwardsi* (Pyraudeau, 1826)

Família Thaididae  
*Thais haemastoma* (Linné, 1767)  
*Nucella lapillus* (Linné, 1758)

Família Nassariidae  
*Hinia reticulata* (Linné, 1758)

Família Volutidae  
*Ampulla priamus* (Gmelin, 1791)

Sub-Classe Pulmonata  
 Ordem Basommatophora  
 Família Siphonariidae  
*Siphonaria pectinata* (Linné, 1758)

Ordem Stylommatophora  
 Família Ferussaciidae  
*Ferussacia folliculus* (Gmelin, 1791)

Família Hygromiidae  
*Cochlicella acuta* (O. F. Müller, 1774)  
*Xerotherichia conspurcata* (Draparnaud, 1801)

Família Helicidae  
*Theba pisana* (O. F. Müller, 1774)  
*Otala lactea* (O. F. Müller, 1774)

#### **Filo Echinodermata**

Classe Echinoidea  
 Sub-Classe Euechinoidea  
 Ordem Diadematoida  
 Família Echinidae  
*Paracentrotus lividus* (Lamarck, 1816)

#### **Filo Annelida**

Classe Polychaeta  
 Ordem Sabellida  
 Família Serpulidae  
*Serpula* sp.

#### **Filo Arthropoda**

Super-Classe Crustacea  
 Classe Maxillopoda  
 Sub-Classe Cirripedia  
 Ordem Thoracica  
 Família Pollicipedidae  
*Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790)  
 Família Chtamalidae  
*Chtamalus montagui* Southward, 1976

Família Balanidae  
*Balanus perforatus* Bruguière, 1789

Classe Malacostraca  
 Sub-Classe Hoplocarida  
 Ordem Decapoda  
 Família Majidae  
*Maja squinado* (Herbst, 1788)  
 Família Canceridae  
*Cancer pagurus* Linné, 1758

#### **4. Análise quantitativa da amostragem**

O acervo zooarqueológico de invertebrados do *ribāt* da Arrifana é um dos mais representativos de contextos arqueológicos portugueses do final do Período Islâmico. As características da colecção em estudo, com realce para a sua diversidade e para o tipo de espécies presentes e sua abundância relativa, aproximam-se das de outros contextos de "lixreira" seus contemporâneos, descritos por Gonçalves *et al.* (2007) e Callapez (2010).

Os 114108 elementos contabilizados na amostragem, estimados como representativos de um número mínimo de 31566 espécimes e de 61 *taxa*, foram recolhidos no decurso da escavação de 130 quadrículas, das quais 58 pertencentes ao Sector 1, 15 ao Sector 2, 56 ao Sector 3 e 1 ao Sector 4 do sítio arqueológico.

A repartição dos macrorrestos por estes sectores do *ribāt* da Arrifana encontra-se figurada nas tabelas 1 a 9 do Anexo 1 do presente estudo. As mesmas tabelas mostram, em simultâneo: (1) o número de elementos recolhidos por quadrícula; (2) a diversidade específica da amostra; (3) a taxa de fragmentação dos restos esqueléticos e (4) a percentagem de espécimes colonizados por epizoários (algas calcárias, briozoos, anomídeos, ostreídeos, anelídeos poliquetas e crustáceos cirrípedes) e clonídeos bioerosivos. Por sua vez, a tabela 2 mostra-nos as repartições totais das espécies por sector, por nível e no conjunto da amostragem, expressas em valor absoluto e em percentagem.

Como se pode verificar de uma análise pormenorizada dos quadros mencionados, a distribuição total por sector está longe de ser equitativa (Fig. 2). Com efeito, cerca de 1/3 e 2/3, respectivamente, dos elementos e espécimes contabilizados provêm dos sectores 1 e 3, sendo que a amostragem dos restantes é

bastante reduzida. Este facto resulta da conjugação de vários factores: (1) a dimensão relativa das estruturas e dos espaços escavados nos vários sectores, em que o Sector 1 sobressai claramente pela sua maior dimensão; (2) o tipo de utilização primitiva dos vários espaços edificadas, sendo que o do Sector 1 corresponde a locais de habitação em que foram encontradas estruturas de combustão (Gomes e Gomes, 2007); e (3) a proximidade aos acessos à base da arriba e aos locais onde seria recolhida a maior parte das espécies comestíveis.

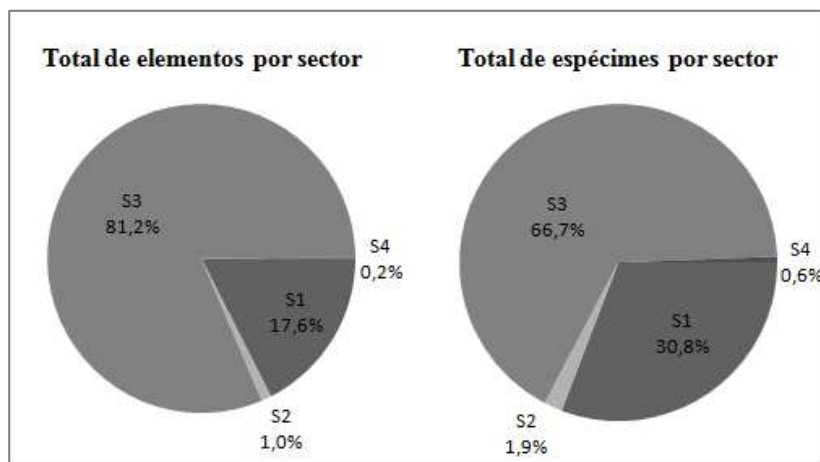
Também a diversidade da amostragem revela diferenças significativas entre os vários sectores e níveis escavados, sendo claramente superior no Sector 3, quer em termos médios, absolutos ou máximos (Tab. 3). Esta disparidade é explicável, em grande parte, pela relação directa que existe entre o incremento da dimensão da amostragem e o aumento da diversidade, projectável através das curvas de rarefacção de Sanders (1968).

Quanto à abundância relativa e repartição das espécies presentes, verifica-se que 45,6% da amostragem total corresponde a valvas operculares de *Pollicipes pollicipes* (perceve), seguindo-se as espécies de moluscos marinhos *Thais haemastoma* (17,5%), *Monodonta lineata* [+ *M. cf. lineata*] (9,7%), *Mytilus edulis* (8,4%), *Patella vulgata* (8,2%), *P. intermedia* (3,4%), *Perna perna* (2,0%) e *Patella ulyssiponensis* (1,7%). No seu todo estes taxa totalizam 96,5% do total de espécimes contabilizados, pautando-se as restantes 53 espécies por uma representatividade escassa ou pontual. Esta distribuição reflecte, tipica-

mente, contexto tafonómico alóctone em que a intervenção humana foi preponderante, pelo que a abundância relativa das diferentes espécies apresenta distorções significativas face ao que seria a sua representatividade nas comunidades marinhas litorais da região.

De igual modo, a desarticulação dos moluscos bivalves e crustáceos cirrípedes abrange a totalidade dos espécimes observados e a taxa de fragmentação dos elementos contabilizados por amostra é, quase sempre, muito elevada.

Verificam-se, também, algumas dissemelhanças significativas na abundância relativa de algumas das principais espécies por sector e por quadrícula. Estas poderão resultar de causas diversas, entre as quais (1) uma provável alternância de locais de recollecção, (2) diferentes tempos de ocupação do sítio, (3) a existência de estruturas locais especializadas, como fornos ou lareiras, (4) as próprias variações sazonais na composição das comunidades litorais e (5) o próprio ciclo de vida das espécies comestíveis (Callapez, 2007). Entre as maiores variações observadas merece nota a grande abundância de *Pollicipes pollicipes* nas duas camadas do Sector 3 (65% e 69%, respectivamente), por contraposição com uma escassez relativa nos restantes sectores. O mesmo sucede com os mitilídeos juvenis, associados tradicionalmente aos *clusters* de perceves recolhidos intencionalmente. Pelo contrário, o gastrópode *Thais haemastoma* surge concentrado nas duas camadas do Sector 1, com valores de abundância relativa de 42% e 57%.



**Figura 2.** Repartição da amostragem de invertebrados (elementos e espécimes) pelos 4 sectores individualizados no sítio do *ribât* da Arrifana.



Espécies	S1C1	S1C2	S2C1	S2C2	S3C1	S3C2	N	% TT
<i>Glycymeris glycymeris</i>		1 0,01%					1	0,003%
<i>Glycymeris insubrica</i>	1 0,06%	10 0,13%					11	0,034%
<i>Mytilus edulis</i> comestível	44 2,59%	396 5,28%	1 0,4%	28 7,75%	304 2,33%	171 1,93%	944	2,915%
<i>Mytilus edulis</i> juvenis	24 1,41%	41 0,55%			1042 7,97%	685 7,71%	1792	5,533%
<i>Perna perna</i>	58 3,42%	481 6,42%	20 7,57%	41 12,36%	29 0,22%	18 0,2%	647	1,998%
<i>Anomia ephippium</i>					7 0,05%		7	0,022%
<i>Pecten maximus</i>	2 0,12%	2 0,03%					4	0,012%
<i>Chlamys varius</i>						1 0,01%	1	0,003%
<i>Ostrea edulis</i>	14 0,82%	2 0,03%			1 0,01%		17	0,052%
<i>Crassostrea angulata</i>	2 0,12%						2	0,006%
<i>Neopercnodonte cochlear</i>					2 0,02%		2	0,006%
<i>Cerastoderma edule</i>	14 0,82%	8 0,11%			16 0,12%	1 0,01%	39	0,120%
<i>Acanthocardia aculeolata</i>		1 0,01%			1 0,01%		2	0,006%
<i>Acanth. tuberculata</i>	1 0,06%	4 0,05%				1 0,01%	6	0,019%
<i>Chamelea gallina</i>	2 0,12%				2 0,02%		4	0,012%
<i>Callista chione</i>		7 0,09%	1 0,4%		30 0,02%		38	0,117%
<i>Tapes decussata</i>	88 5,18%	111 1,48%	1 0,4%		2 0,23%	12 0,14%	214	0,661%
<i>Venerupis aurea</i>		1 0,01%					1	0,003%
<i>Venus verrucosa</i>	1 0,06%						1	0,003%
<i>Spisula solida</i>					6 0,05%	1 0,01%	7	0,022%
<i>Ensis siliqua</i>					5 0,04%		5	0,015%
<i>Solen marginatus</i>					6 0,05%		6	0,019%
<i>Panopaea glycymeris</i>		2 0,03%					2	0,006%
<i>Haliotis tuberculata</i>					1 0,01%		1	0,003%
<i>Patella ulyssiponensis</i>	34 2,00%	177 2,36%	56 14,34%		136 1,04%	145 1,63%	548	1,692%
<i>Patella vulgata</i>	159 9,36%	718 9,58%	54 13,55%	4 1,48%	1042 7,97%	688 7,52%	2665	8,228%
<i>Patella intermedia</i>	33 1,94%	804 2,72%	48 14,94%	19 7,01%	51 0,39%	130 1,46%	1085	3,350%
<i>Patella rustica</i>		6 0,08%	1 0,4%		3 0,02%	1 0,01%	11	0,034%
<i>Gibbula cineraria</i>					1 0,01%		1	0,003%
<i>Gibbula pennanti</i>				1 0,37%	5 0,04%	2 0,02%	8	0,025%
<i>Monodonta lineata</i>	435 25,62%	814 10,86%	21 7,97%	66 24,35%	1266 9,69%	539 6,07%	3141	9,698%
<i>Monodonta colubrina</i>	27 1,59%	70 0,93%	2 0,8%	1 0,37%	37 0,28%	51 0,57%	188	0,580%
<i>Bolma rugosa</i>	1 0,06%				9 0,07%	1 0,01%	11	0,034%
<i>Turritella monterosatoi</i>	1 0,06%				1 0,01%		2	0,006%
<i>Vermetus</i> sp.	1 0,06%				1 0,01%		2	0,006%
<i>Cassidaria echinophora</i>					1 0,01%		1	0,003%
<i>Phalium saburon</i>					6 0,05%		6	0,019%
<i>Charonia lampas lampas</i>	15 0,88%	50 0,67%	1 0,4%	1 0,37%	114 0,87%	90 1,01%	271	0,837%
<i>Cym. parthenopaeum</i>					3 0,02%		3	0,009%
<i>Cymatium cutaceum</i>					1 0,01%		1	0,003%
<i>Murex brandaris</i>					2 0,02%		2	0,006%
<i>Hexaplex trunculus</i>					1 0,01%		1	0,003%
<i>Ocenebra erinacea</i>		1 0,01%			3 0,02%		4	0,012%
<i>Ocenebrina aciculata</i>					1 0,01%		1	0,003%
<i>Ocenebrina edwardsii</i>	1 0,06%						1	0,003%
<i>Thais haemastoma</i>	719 42,34%	4308 57,49%	81 28,88%	104 38,19%	323 2,47%	137 1,54%	5672	17,512%
<i>Nucella lapillus</i>		4 0,05%		1 0,37 %	5 0,04%		10	0,031%
<i>Hinia reticulata</i>	1 0,06%				1 0,01%	1 0,01%	3	0,009%
<i>Ampulla priamus</i>					2 0,02%		2	0,006%
<i>Siphonaria pectinata</i>	2 0,12 %	1 0,01%				3 0,03%	6	0,019%
<i>Ferussacia folliculus</i>			1 0,4%				1	0,003%
<i>Cochlicella acuta</i>	1 0,06%				5 0,04%	2 0,02%	8	0,025%
<i>Theba pisana</i>		2 0,03%			2 0,02%	9 0,1%	13	0,040%
<i>Helicella conspurcata</i>					1 0,01%		1	0,003%
<i>Otala lactea</i>	1 0,06%	14 0,19%		16 5,9%	46 0,35%	30 0,34%	107	0,330%
<i>Pollicipes pollicipes</i>	16 0,94%	53 0,71%	23 9,16%	3 1,11%	8488 64,94%	6161 69,39%	14774	45,614%
<i>Balanus perforatus</i>		5 0,07%	1 0,4%		36 0,28%	10 0,11%	52	0,161%
<i>Chtamalus montagui</i>					9 0,07%		9	0,028%
<i>Cancer pagurus</i>				1 0,37%		3 0,03%	4	0,012%
<i>Maja squinado</i>					1 0,01%		1	0,003%
Decapoda indet.					5 0,04%	2 0,02%	7	0,022%
<i>Paracentrotus lividus</i>					8 0,06%	4 0,05%	12	0,037%

**Tabela 2.** Repartições totais das espécies por sector, por nível e no conjunto da amostragem, expressas em valor absoluto e em percentagem. S1C1 – Sector 1, Camada 1; S1C2 – Sector 1, Camada 2; S2C1 – Sector 2, Camada 1; S2C2 – Sector 2, Camada 2; S3C1 – Sector 3, Camada 1; S3C2 – Sector 3, Camada 2; N, % – Frequência absoluta e percentagem final de cada espécie no total da amostragem. A sombreado as espécies mais representativas.

**Tabela 3.** Diversidade da amostragem nos 4 sectores individualizados no sítio do *ribāt* da Arrifana.

Sector/nível	Diversidade média	Diversidade máxima
S1 - nível 1	3,4	12
S1 - nível 2	4,6	14
S1 - nível 3	2,5	4
S2 - nível 1	5,3	11
S2 - nível 2	5,6	9
S3 - nível 1	9,1	27
S3 - nível 2	8,7	15
S4 - nível 1/2	11	11

## 5. Análise tafonómica

À imagem de muitos outros contextos similares de “lixreira”, contemporâneos ou de outras épocas, os macrorrestos de invertebrados do sítio arqueológico da Arrifana revelam percursos tafonómicos diversos, em que o historial biostratonómico terá sido influenciado, de forma mais ou menos preponderante, por intervenção humana directa ou indirecta. Considerando a natureza da acção antrópica envolvida e a actuação *pre*, *sin* ou *post-mortem* dos mecanismos de alteração tafonómica que actuaram sobre os restos esqueléticos, torna-se possível diferenciar 5 classes tafonómicas na totalidade dos elementos amostrados (*sensu* Callapez, 2010):

(a) *Classe 1 – Fracção resultante da recolha selectiva de espécimes vivos.* A maioria dos macrorrestos recolhidos no sítio da Arrifana pertence a espécies comestíveis, as quais terão sido amplamente utilizadas como alimento. Salvo excepções pontuais, a recolha selectiva dos espécimes terá sido efectuada no andar litoral, em função dos ciclos de maré e aproveitando a abundância de recursos locais.

Entre os *taxa* inseridos neste grupo salientam-se os moluscos bivalves *Mytilus edulis* (exemplares com dimensão acima de 30-40 mm) e *Perna perna*, os gastrópodes *Thais haemastoma*, *Monodonta lineata* [+ *M. cf. lineata*], *Patella vulgata*, *P. intermedia*, *P. ulyssiponensis* e *Charonia lampas lampas* e o cirrípede *Pollicipes pollicipes*.

No seu todo, esta classe tafonómica dominante no contexto em estudo deverá compreender um mínimo de 26 espécies, ao que corresponde 92,5 % da amostragem. Por fim, tendo em conta que se contabilizam exemplares recolhidos em vida, a desarticulação de 100% e as elevadas taxas de fragmentação registadas deverão reflectir práticas antrópicas associadas ao consumo alimentar. Nos espécimes de *Patella* é frequente o aparecimento de facetas de fractura no bordo da concha, ligadas por certo à extracção dos indivíduos das superfícies rochosas com recurso a facas ou espátulas. Do mesmo modo, muitos dos exemplares observados de *Monodonta*, *Thais* e *Charonia* consistem em fragmentos originados por percussão com martelo ou pedra, acto necessário para auxiliar a extracção do animal cozido;

(b) *Classe 2 – Fracção resultante da recolha fortuita de espécimes vivos.* Compreende um subproduto associado à classe anterior. A recolha selectiva no andar litoral, ou ainda a utilização de redes e armadilhas artesanais (covos, nassas, alcatruzes) resultaram, necessariamente, na captura acidental de indivíduos pertencentes a espécies de invertebrados não comestíveis ou de pequeno porte das mesmas comunidades marinhas, os quais foram transportados em conjunto e triados *a posteriori*. Dentro deste contexto é possível tipificar quatro situações de ocorrência: (1) Erros e imprecisões de recolha selectiva no andar litoral (*Mytilus edulis* juvenis, *Gibbula cineraria*, *Siphonaria pectinata*, *Paracentrotus lividus*, etc.); (2) Epizoários (*Serpula*, *Balanus*, *Chtamalus*, *Anomia ephippium*, *Vermetus*); (3) Recolha e transporte acidentais de micro-invertebrados [insuficientemente representados na amostragem] e (4) Recolha e limpeza de redes e armadilhas de pesca (*Chlamys varius*, *Acanthocardia aculelata*, *A. tuberculata*, *Callista chione*, *Bolma rugosa*, *Turritella monterosatoi*, *Cassidaria echinophora*, *Phalium saburon*, *Cymatium cutaceum*, *C. parthenopaeum*, *Ampulla priamus*).

Apesar de numérica e percentualmente pouco representativa, esta classe é relativamente diversificada (6,3 % e 31 *taxa*), permitindo, em conjunto com a anterior, obter uma perspectiva interessante do que seriam, ao tempo, os povoamentos locais de moluscos e de crustáceos de meio litoral e infralitoral superior. O

exemplo mais relevante prende-se com a abundância de pequenos mitilídeos (5,5%) em associação com placas operculares de percebes. Com dimensão insuficiente para terem servido de alimento e apresentando forte dispersão biométrica, estes espécimes são interpretados como produto de recolha fortuita de indivíduos bissados a *clusters* de *Pollicipes*;

(c) *Classe 3 – Fracção resultante da recolha selectiva de macrorrestos.* Associa conchas com diversos graus de alteração biostratónomica, pertencentes a moluscos bivalves de substratos móveis infralitorais. A recolha destas valvas com dimensão superior a 10 cm, se intencional, estaria ligada à sua posterior utilização como utensílios ou objectos decorativos. Consideram-se neste conjunto algumas valvas roladas de *Glycymeris* com facetas umbonais de abrasão, com possível uso como pesos de redes de pesca, assim como valvas de *Pecten maximus* e de *Panopaea glycymeris*. Esta última espécie é o maior bivalve que ocorre em águas portuguesas, sendo que as suas valvas espessas e arqueadas ainda recentemente se utilizavam como recipientes em comunidades do litoral algarvio;

(d) *Classe 4 – Fracção resultante da recolha fortuita de macrorrestos.* Agrupa toda uma variedade de restos esqueléticos com diferentes graus de alteração biostratónomica, recolhidos e transportados acidentalmente até ao sítio da Arrifana. A sua presença no concheiro reflecte actividades relacionadas com a limpeza de redes e/ou armadilhas de pesca, ou a triagem de materiais provenientes de recolhas no andar litoral. Podem, também, estar relacionados com detritos assimilados aos bissos de espécimes de *Mytilus* ou *Perna*. Os *taxa* representados são, em traços gerais, os mesmos da classe 2, embora com evidências tafonómicas de alterações *post-mortem*;

(e) *Classe 5 – Fracção de elementos autóctones ou para-autóctones.* Este conjunto representa a totalidade dos elementos ou espécimes relativos a invertebrados terrestres nativos (Callapez, 2002), cujas conchas se misturaram com restos esqueléticos dos depósitos de "lixreira". As 5 espécies de moluscos inventariadas representam apenas 0,4% da amostragem, num total estimado de 130 indivíduos. A caracoleta *Otala lactea* é a espécie mais abundante, seguida de *Theba pisana* e de *Cochlicella acuta*. Apesar das duas primeiras serem espécies comestíveis, comuns em ambientes

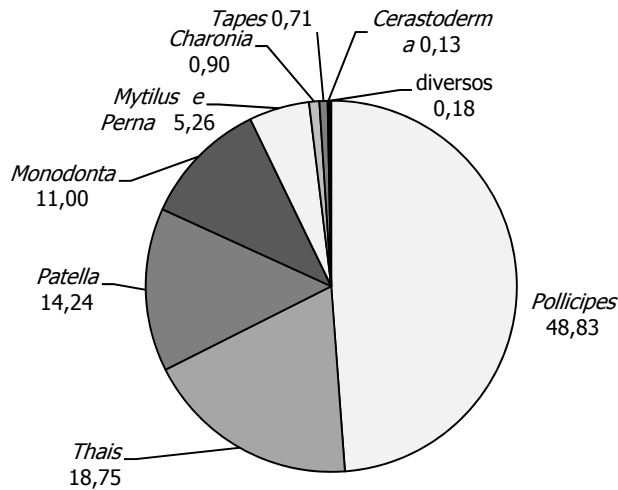
litorais xerofíticos, não se encontraram evidências no local, do seu consumo regular como alimento.

Em conclusão, perante a representatividade das classes tafonómicas ponderadas, confirma-se que as "lixeiros" associadas às estruturas arqueológicas resultaram essencialmente da concentração de *restos de cozinha*, derivados do consumo alimentar local de moluscos e de crustáceos, em conjunto com outros tipos de presas ligadas a actividades de caça e pesca.

## 6. Espécies comestíveis e hábitos alimentares

A recolha e o consumo alimentar de moluscos e de crustáceos constituem práticas milenares generalizadas que remontam à Pré-História antiga. Em muitos dos contextos já estudados em território português (Callapez, 2000; 2003), tais actividades podem ser interpretadas como estratégia simples e imediatista de exploração de um recurso facilmente disponível, contribuindo para a subsistência quotidiana de grupos ou comunidades humanas, como complemento a outras práticas comuns de obtenção ou produção de alimentos. Mais tardiamente e na proximidade de espaços em que as condições ecológicas do meio o propiciavam, o consumo de moluscos comestíveis ou com importância económica para outras actividades, acabou por conduzir ao aperfeiçoamento da aquacultura de certas espécies em viveiros naturais. Desta forma, certas actividades tradicionais que, ainda hoje, se centram na criação de amêijoas ou de outros bivalves de meio lagunar, revivem as suas raízes seculares no Período Islâmico ou na própria Romanização. No dizer de Bejega García *et al.* (2010), a evolução verificada no consumo de moluscos durante os últimos dois milénios foi cada vez mais constrangida por condicionamentos económicos ou valores sociais (modas, gostos e paladares ligados a aspectos culturais). Estes aspectos de natureza sócio-económica justificam, também, os muitos achados provenientes de contextos arqueológicos do interior, algo afastados das regiões costeiras, mas ainda assim abrangidos por redes comerciais capazes de transportarem os mariscos desde os seus locais de recolha ou produção.

Não obstante a sua cronologia ser contemporânea destas actividades produtivas que teriam alguma importância relativa no Al-Andalus, o isolamento do



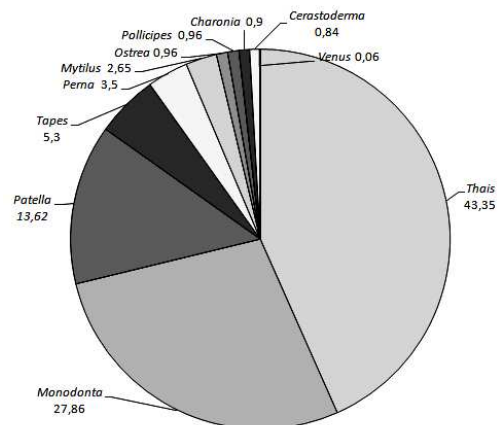
**Figura 3.** Abundância relativa, expressa em percentagem, dos diferentes géneros de invertebrados comestíveis contabilizados na totalidade da amostragem do sítio arqueológico do *ribāt* da Arrifana.

*ribāt* da Arrifana restringiu fortemente o abastecimento de moluscos comestíveis a partir de lagunas ou estuários do litoral sudoeste ou algarvio. A figura 3, na qual se contabilizam as abundâncias relativas das principais espécies ou grupos de espécies do mesmo género, comestíveis, representadas na amostragem, é por demais esclarecedora quanto à prevalência dos recursos locais em detrimento de outros invertebrados mais suculentos, mas circunscritos a substratos arenolodosos de meio lagunar ou estuarino e, como tal, apenas disponíveis em áreas mais distanciadas.

No seu todo, o espólio malacológico de espécies comestíveis é dominado pela abundância de perceve (*Pollicipes pollicipes*), seguindo-se o búzio *Thais haemastoma*, lapas das espécies *Patella vulgata*, *P. intermedia*, *P. ulyssiponensis* e *P. rustica* (com prevalência dos 3 primeiras taxa), burriés (*Monodonta lineata*, *M. cf. lineata* e *M. colubrina*) e mexilhões (*Mytilus edulis* e *Perna perna*). Todas estas espécies seriam abundantes e estariam facilmente acessíveis nos substratos rochosos do andar litoral, durante os ciclos diários de maré. A presença da buzina (*Charonia lampas lampas*) implica, por outro lado, a existência de uma actividade regular de pesca local com recurso a redes ou armadilhas artesanais (covos ou nassas). Por fim, com uma abundância relativa total inferior a 1%, verifica-se a presença conjunta de berbigão (*Cerastoderma edule*) e de amêijoia (*Tapes decussata*), espécies de meio

moderadamente salobro cuja origem poderá estar associada a recolhas esporádicas nos pequenos estuários das ribeiras de Seixe ou de Aljezur, mas também a transporte ocasional a partir de áreas mais afastadas, ligadas eventualmente a actividades de aquacultura destes moluscos.

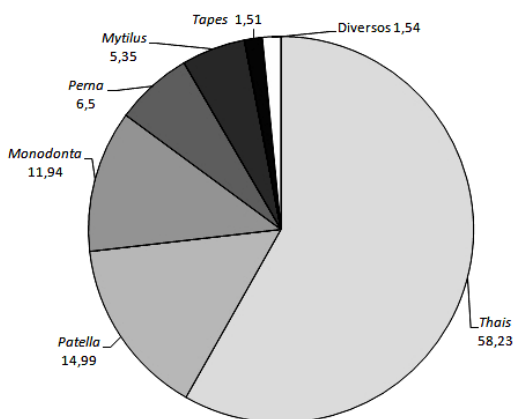
É interessante notar a dimensão atingida por muitos dos espécimes, assim como a abundância de algumas das espécies consumidas, hoje raras ou ocasionais no litoral da região. Destacam-se entre estas o gastrópode *Thais haemastoma* e o grande mitilídeo *Perna perna*, com ênfase para a primeira, dado representar cerca de 19% do total da amostragem. Estas evidências sugerem estarmos perante a exploração de uma faixa litoral ainda no seu estado nativo, onde a acção antrópica seria esporádica ou mesmo inexistente. Nestas circunstâncias, os efectivos das comunidades bióticas de moluscos e de crustáceos dos andares litoral e infralitoral superior permitiriam uma exploração continuada, capaz de suportar os requisitos e parte das necessidades alimentares de subsistência de grupos pouco numerosos de indivíduos. Nos dias de hoje e por força de séculos de exploração, as espécies de maior porte desapareceram dos primitivos locais de recolha, enquanto que os efectivos das restantes se apresentam bastante mais limitados quanto a espécimes de maior porte. Este declínio induzido pela pressão antrópica estende-se a todo o litoral português, com excepção de um ou outro troço mais inacessível ou de reserva natural.



**Figura 4.** Abundância relativa, expressa em percentagem, dos diferentes géneros de invertebrados comestíveis contabilizados no Sector 1, Camada 1 do sítio arqueológico do *ribāt* da Arrifana.

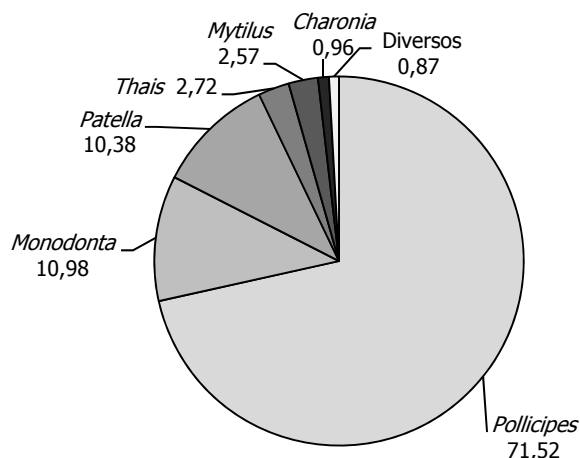
A abundância relativa das espécies de invertebrados marinhos comestíveis presentes na amostragem apresenta, de igual modo, diferenças significativas entre os sectores 1 e 3. No Sector 1 (Figs 4 e 5), correspondendo ao maior conjunto de edificadros e às grandes estruturas de combustão aí existentes, prevalecem os gastrópodes *Thais*, *Monodonta* e *Patella*, com destaque para o primeiro e é maior a representatividade das espécies de lapa na camada 2; a presença de percebe é bastante escassa. Pelo contrário, ao compararmos o Sector 3 com o anterior, a abundância relativa de *Pollicipes* ronda os 3/4 da amostragem de invertebrados comestíveis, em ambas as camadas; a presença de *Thais haemastoma*, o gastrópode mais corpulento está reduzida a apenas 2 a 3% do total.

A justificação destas diferenças não passa, de forma alguma, por possíveis insuficiências na representatividade da amostragem, face à dimensão do número de macrorrestos recolhidos de modo não selectivo. Uma eventual sazonalidade das espécies também não deverá estar em causa, dado estarmos perante invertebrados com ciclos de vida que se podem prolongar por vários anos. Num cenário em que o universo das recolhas foi, no essencial, de carácter local, poderão estar em causa factores ligados a preferências alimentares, ou ainda, de ordem cronológica.

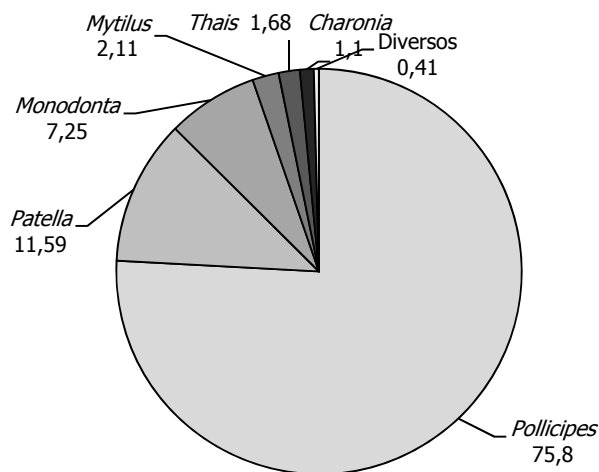


**Figura 5.** Abundância relativa, expressa em percentagem, dos diferentes géneros de invertebrados comestíveis contabilizados no Sector 1, Camada 2 do sítio arqueológico do *ribāt* da Arrifana.

lizados no Sector 1, Camada 2 do sítio arqueológico do *ribāt* da Arrifana.



**Figura 6.** Abundância relativa, expressa em percentagem, dos diferentes géneros de invertebrados comestíveis contabilizados no Sector 2, Camada 1 do sítio arqueológico do *ribāt* da Arrifana.



**Figura 7.** Abundância relativa, expressa em percentagem, dos diferentes géneros de invertebrados comestíveis contabilizados no Sector 2, Camada 2 do sítio arqueológico do *ribāt* da Arrifana.

Na realidade, dado existirem evidências de que as estruturas do Sector 3 terão sido reutilizadas no século XIV (Gomes e Gomes, 2007), é possível que as diferenças apontadas no espólio zooarqueológico reflectam, pelo menos em parte, este desfaseamento cronológico. Nesta acepção, a abundância de *Thais haemastoma* no Sector 1 corresponderia a tempos de

recolocção mais recuados, contemporâneos de uma fase em que esta espécie de maiores dimensões e fácil acessibilidade ainda seria abundante na área envolvente ao *ribât*. Com a delapidação dos *stocks* locais de *Thais*, o percebe tornou-se numa das espécies preferenciais para serem consumidas, em conjunto com a lapa e o burrié.

## 7. Ecologia e biogeografia

Com excepção de algumas espécies comestíveis de meio estuarino, o acervo de moluscos e crustáceos da Arrifana é representativo das comunidades que, ao tempo, habitavam o litoral atlântico da região de Aljezur. Dado o tipo de perfil de costa, essencialmente rochoso e talhado em arriba nas formações metamórficas do Carbónico da Zona Sul Portuguesa, é natural que a maioria das espécies bentónicas representadas corresponda a formas adaptadas a substratos duros, embora com diferentes modalidades de fixação ou estratégias de vida livre (Tab. 4). Entre estas encontram-se bivalves epifaunais bissados (*Mytilus edulis*, *Perna perna*) ou cimentados (*Anomia ephippium*) e crustáceos cirrípedes cimentados (*Chtamalus montagui*, *Balanus perforatus*) ou pedunculados (*Pollicipes pollicipes*), assim como diversos epizoários fixos ou perfuradores em conchas ou rochas (algas calcárias, clionídeos, briozoários, etc.). A maior parte das outras espécies são invertebrados vágeis, epifaunais ou infaunais, característicos do andar litoral ou da zona fótica do andar infralitoral, revelando adaptações a substratos rochosos ou móveis, em meio moderadamente a fortemente agitado, com salinidade normal.

Considerando o zonamento ecológico do andar litoral e a sua dependência dos ciclos de maré (Morton *et al.*, 1998), a associação de espécies presente reflecte um escalonamento batimétrico que se inicia com *Chtamalus*, *Siphonaria* e *Monodonta*, seguindo-se *Patella*, *Monodonta* e *Gibbula* e, já no terço inferior, extensos biostromas com *Mytilus* e *Perna*, em conjunto com *Pollicipes*, *Balanus*, *Patella*, *Nucella*, *Ocenebrina* e *Ocenebra*. No limite inferior, apenas posto a descoberto em marés de maior amplitude, associam-se ao leque de espécies anterior os gastrópodes *Haliotis tuberculata* e *Thais haemastoma*.

Das restantes espécies, os moluscos bivalves suspensívoros dos géneros *Glycymeris*, *Pecten*,

**Tabela 4.** Súmula da ecologia das espécies de invertebrados do concheiro do *ribât* da Arrifana. TT – tipos tróficos; S – suspensívoro; H – herbívoro; D – vasívoro/detrítívoro; C – carnívoro; CN – carnívoro e/ou necrófago.

Espécies	TT	Meio / batimetria	Mobilidade	Pos. substrato
<i>Glycymeris glycymeris</i> (Linné, 1758)	S	marinho infralitoral	vágil	infaunal
<i>Glycymeris insubrica</i> (Brocchi, 1814)	S	marinho infralitoral	vágil	infaunal
<i>Mytilus edulis</i> Linné, 1758 (juvenis)	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil bissado	epifaunal
<i>Mytilus edulis</i> Linné, 1758 (comestíveis)	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil bissado	epifaunal
<i>Perna perna</i> (Linné, 1758)	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil bissado	epifaunal
<i>Pecten maximus</i> (Linné, 1758)	S	marinho infralitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Chlamys varia</i> (Linné, 1758)	S	marinho infralitoral	séssil bissado	epifaunal
<i>Anomia ephippium</i> Linné, 1758	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil ciment. por pé	epifaunal
<i>Ostrea edulis</i> Linné, 1758	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil cimentado	epifaunal
<i>Crassostrea angulata</i> (Lamarck, 1819)	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil cimentado	epifaunal
<i>Neogyrodonte cochlear</i> (Poli, 1795)	S	marinho infra a circalitoral	séssil cimentado	infaunal
<i>Acanthocardia aculeata</i> (Linné, 1758)	S	marinho infralitoral	vágil activo	infaunal
<i>Acanthocardia tuberculata</i> (Linné, 1758)	S	marinho infralitoral	vágil activo	infaunal
<i>Cerastoderma edule</i> (Linné, 1758)	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Spisula solidus</i> (Linné, 1758)	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Solen marginatus</i> Pulteney, 1799	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Ensis siliqua</i> (Linné, 1758)	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Venus verrucosa</i> Linné, 1758	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Chamelea gallina</i> (Linné, 1758)	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Callista chione</i> (Linné, 1758)	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Tapes decussatus</i> (Linné, 1758)	S	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	infaunal
<i>Venerupis aurea</i> (Gmelin, 1791)	S	marinho infra a circalitoral	vágil	infaunal
<i>Panopaea glycymeris</i> (Born, 1778)	S	marinho infra a circalitoral	vágil	infaunal
<i>Haliotis tuberculata</i> Linné, 1758	H	marinho litoral	vágil	epifaunal
<i>Patella vulgata</i> Linné, 1758	H	marinho litoral	vágil	epifaunal
<i>Patella intermedia</i> Murray, 1857	H	marinho litoral	vágil	epifaunal
<i>Patella ulysiponensis</i> Gmelin, 1791	H	marinho litoral	vágil	epifaunal
<i>Patella rustica</i> Linné, 1758	H	marinho litoral	vágil	epifaunal
<i>Gibbula cineraria</i> (Linné, 1758)	H	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Gibbula pennanti</i> (Philippi, 1836)	H	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Monodonta lineata</i> (Da Costa, 1778)	H	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Monodonta cf. lineata</i> (Da Costa, 1778)	H	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Monodonta colubraria</i> (Gould, 1851)	H	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Bolma rugosa</i> (Linné, 1767)	H	marinho infralitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Turritella monterosatoi</i> Kobelt, 1887	D	marinho infra a circalitoral	vágil activo	semi.infaunal
<i>Vermetes</i> sp.	C	marinho litoral a infralitoral superior	séssil cimentado	epifaunal
<i>Cassidaria echinophora</i> (Linné, 1758)	C	marinho infra a circalitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Phallium saburon</i> (Bruguière, 1792)	C	marinho infra a circalitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Cymathium parthenopaeum</i> (v. Salis, 1793)	C	marinho infralitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Cymatium cutaceum</i> (Linné, 1767)	C	marinho infralitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Charonia lampas lampas</i> (Linné, 1758)	C	marinho infra a circalitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Murex brandaris</i> Linné, 1758	C	marinho infralitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Hexaplex trunculus</i> (Linné, 1758)	C	marinho infralitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Ocenebra erinacea</i> (Linné, 1758)	C	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Ocenebrina aculeata</i> (Lamarck, 1822)	C	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Ocenebrina edwardsi</i> (Pyradeau, 1826)	C	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Thais haemastoma</i> (Linné, 1767)	C	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Nucella lapillus</i> (Linné, 1758)	C	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Hinia reticulata</i> (Linné, 1758)	CN	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Ampulla prianus</i> (Gmelin, 1791)	C	marinho infra a circalitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Siphonaria pectinata</i> (Linné, 1758)	H	marinho litoral	vágil	epifaunal
<i>Ferussacia folliculus</i> (Gmelin, 1791)	H	terrestre	vágil	x
<i>Cochlicella acuta</i> (O. F. Müller, 1774)	H	terrestre	vágil	x
<i>Xerolichia conspurcata</i> (Drap., 1801)	H	terrestre	vágil	x
<i>Theba pisana</i> (O. F. Müller, 1774)	H	terrestre	vágil	x
<i>Otala lactea</i> (O. F. Müller, 1774)	H	terrestre	vágil	x
<i>Serpula</i> sp.	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil cimentado	epifaunal
<i>Pollicipes pollicipes</i> (Gmelin, 1790)	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil cimentado	epifaunal
<i>Chtamalus montagui</i> Southward, 1976	S	marinho litoral a infralitoral superior	séssil cimentado	epifaunal
<i>Balanus perforatus</i> Bruguière, 1789	CN	marinho infralitoral	séssil cimentado	epifaunal
<i>Cancer pagurus</i> Linné, 1758	CN	marinho infralitoral	vágil activo	epifaunal
<i>Maja squinado</i> (Herbst, 1788)	CN	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
Decapoda indet.	CN	marinho litoral a infralitoral superior	vágil activo	epifaunal
<i>Paracentrotus lividus</i> (Lamarck, 1816)	H	marinho litoral a infralitoral superior	vágil	epifaunal

*Chlamys*, *Acanthocardia*, *Ensis*, *Venus*, *Chamelea*, *Callista* e *Panopaea* são típicos da infauna de substratos arenosos ou areno-vasosos do andar infralitoral, sendo que o último é uma forma especializada da infauna de baixo-nível, por força do extenso comprimento dos seus sífões. *Anomia ephippium* e *Neopyc-*

*nodonte cochlear* são espécies epifaunais sésseis, cimentadas, que se encontram frequentemente sobre as grandes conchas de buzina (*Charonia lampas lampas*).

Por sua vez, os moluscos gastrópodes *Bolma rugosa*, *Cassidaria echinophora*, *Phalium saburon*, *Cymathium parthenopaeum*, *C. cutaceum*, *Charonia lampas lampas*, *Murex brandaris*, *Hexaplex trunculus* e *Ampulla priamus* habitam toda uma variedade de nichos ecológicos disponíveis em substratos rochosos ricos em algas da zona fótica do andar infralitoral, sendo, como tal, um tipo de captura mais ou menos frequente em redes de malha artesanal, ou nas armadilhas. Idêntica situação se verifica com os crustáceos decápodes *Cancer pagurus* e *Maja squinado*, esta última com apetência por pradarias algais. Por fim, as espécies *Turritella monterosatoi* e *Hinia reticulata* são comuns em recolhas provenientes de fundos móveis, ricos em detritos.

Merece, também, especial atenção a temperatura das massas de água superficiais e as suas variações ao longo do ano, numa faixa litoral com uma sazonalidade bem marcada em que o Verão traz, frequentemente, valores iguais ou superiores a 20° C. Neste contexto, o litoral português está incluído na província do Giro do Nordeste Atlântico Subtropical (NASE *sensu* Longhurst, 1988), onde ainda persistem influências de um dos ramos da Corrente do Golfo. A proximidade do Mediterrâneo Ocidental e do litoral oeste-africano também se faz sentir, em particular através da chegada frequente de *warm-guests* quando as temperaturas permitem uma mais extensa dispersão larvar.

Uma comparação das temperaturas médias mensais das águas superficiais, ao longo do ano, entre o litoral do Barlavento Algarvio e a Costa Vicentina, mostra a prevalência de temperaturas mais baixas nesta última, facto que terá sido suficiente para que, a partir do Flandriano, bastantes espécies de moluscos tivessem por limite de repartição biogeográfica a região envolvente aos cabos de Sagres e de São Vicente. No elenco de espécies em estudo e tendo em conta a localização geográfica da Arrifana um pouco a norte destes promontórios, encontram-se alguns desses exemplos interessantes, dos quais destacamos, pela sua pertinência:

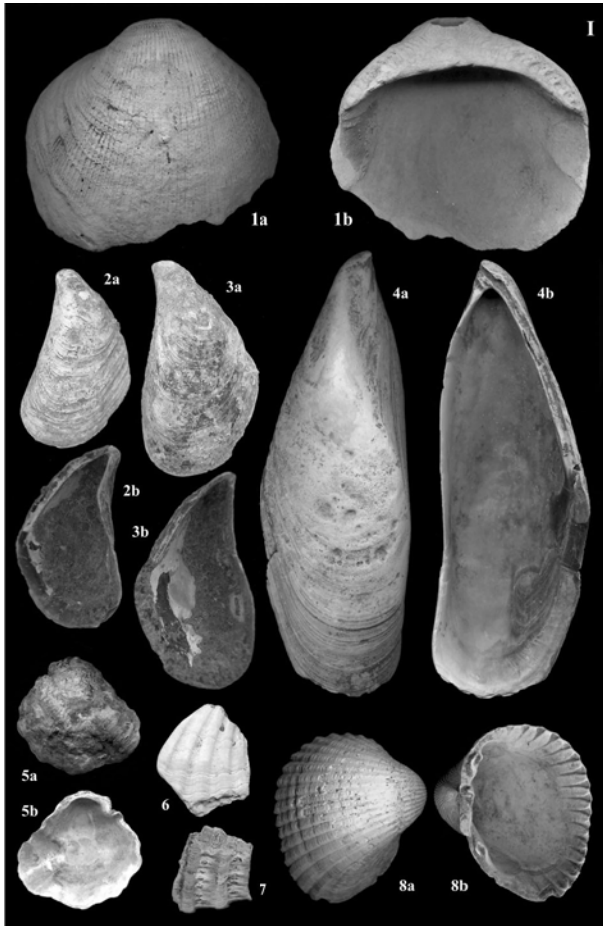
(a) *Perna perna* – Representa um mitilídeo anfiatlântico com grande potencial e importância económica,

possuidor de vasta dispersão biogeográfica em regiões costeiras tropicais a subtropicais. Em paralelo com a sua espécie congénere *Perna picta* do Mediterrâneo, considerada em sinonímia por alguns autores, é abundante na costa Oeste-Africana e nas Ilhas Canárias (Rodríguez e Sánchez, 1997). Na costa Sul-Portuguesa foram referenciados raros exemplares por Nobre (1941), provenientes de recolhas antigas. Recentemente, esta espécie foi por nós identificada no sítio Neolítico do Padrão 1, no concelho de Vila do Bispo. A sua abundância no espólio malacológico do *ribãt* da Arrifana parece confirmar, em definitivo, que o limite setentrional da repartição biogeográfica desta espécie no Atlântico Oriental se situa (ou terá situado) no litoral da Costa Vicentina, possivelmente a Sul do Cabo de Sines. Faltam, todavia, achados recentes para que esta confirmação se possa estender à actual fauna malacológica do Sul de Portugal;

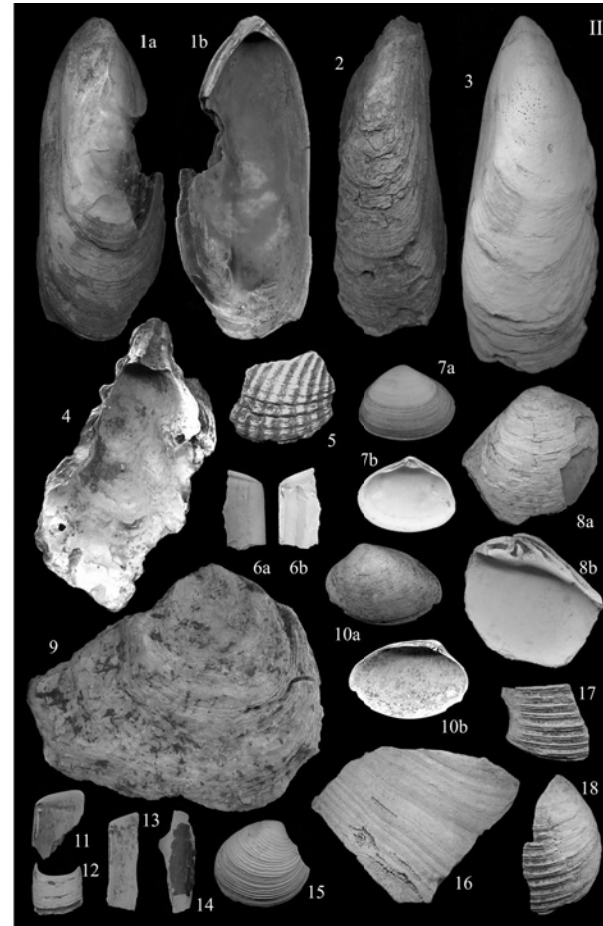
(b) *Patella vulgata* – Esta lapa de águas temperadas frias está representada na amostragem por número considerável de espécimes, muitos deles com grande desenvolvimento. Na realidade, a faixa litoral entre Odesseixe e o Cabo de São Vicente parece comportar o mais meridional dos grandes *stocks* populacionais desta espécie, apenas encontrada muito escassamente em áreas rochosas do litoral a ocidente de Lagos (Cabral e Simões, 2007);

(c) *Ampulla priamus* – Consiste numa espécie bastante rara de volutídeo de águas relativamente profundas que temos vindo a recolher, muito esporadicamente, no Algarve Central e Ocidental. A sua repartição actual conhecida abrange o Sul de Portugal, a costa noroeste de Marrocos e uma pequena fracção do Mediterrâneo Ocidental. Ao que tudo indica, os exemplares da Arrifana constituem não só a primeira evidência desta espécie em contextos arqueológicos, bem como os primeiros a serem encontrados no litoral ocidental a norte do Cabo Carvoeiro;

(d) *Thais haemastoma* – Esta espécie tão abundante no sítio em estudo e com vasta área de distribuição anfiatlântica é abundante nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, mas rara no Litoral Algarvio e na Costa Vicentina. É bastante provável que o seu limite setentrional actual se situe, presentemente, entre os cabos de Sines e de São Vicente. Não obstante, recolhemos vestígios mais antigos um pouco a norte do Cabo da Roca, sobre depósitos de praia com indústrias líticas.

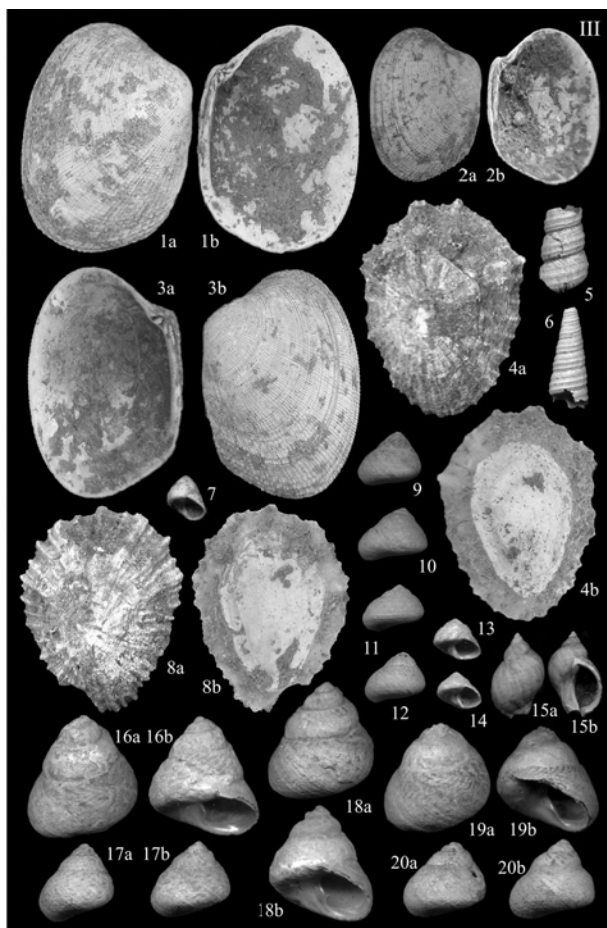


**Estampa I (escala 1:2) – Fig. 1a,b** *Glycymeris insubrica* (Brocchi, 1814); **Fig. 2a,b** *Mytilus edulis* Linné, 1758; **Fig. 3a,b** *Mytilus edulis* Linné, 1758; **Fig. 4a,b** *Perna perna* (Linné, 1758); **Fig. 5a,b** *Anomia ephippium* Linné, 1758; **Fig. 6** *Pecten maximus* (Linné, 1758); **Fig. 7** *Acanthocardia aculeata* (Linné, 1758); **Fig. 8a,b** *Cerastoderma edule* (Linné, 1758).

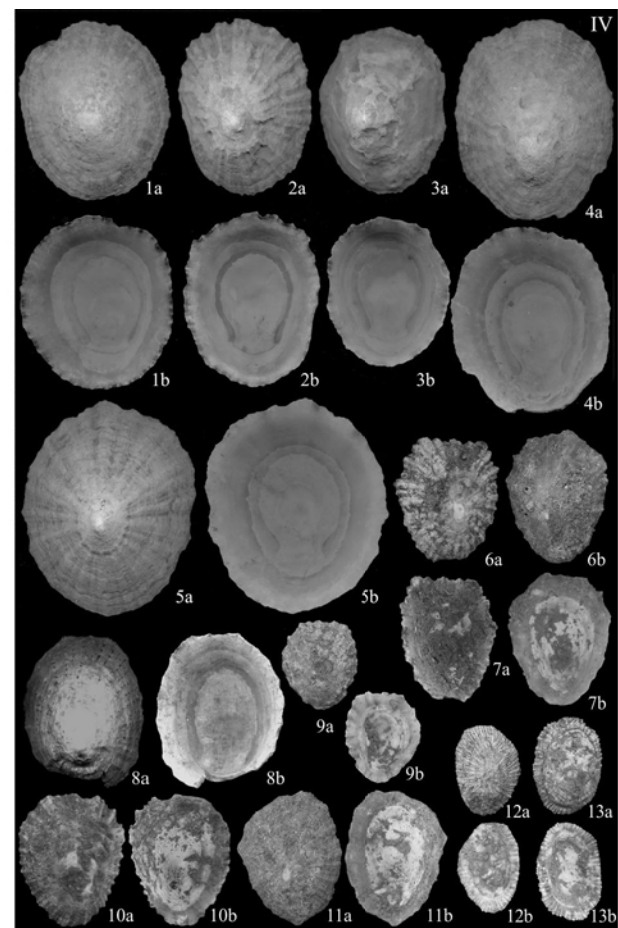


**Estampa II (escala 1:2) – Fig. 1a,b** *Perna perna* (Linné, 1758); **Fig. 2** *Perna perna* (Linné, 1758); **Fig. 3** *Perna perna* (Linné, 1758); **Fig. 4** *Crassostrea angulata* (Lamarck, 1819); **Fig. 5** *Acanthocardia tuberculata* (Linné, 1758); **Fig. 6a,b** *Solen marginatus* Pulteney, 1799; **Fig. 7a,b** *Spisula solida* (Linné, 1758); **Fig. 8a,b** *Callista chione* (Linné, 1758); **Fig. 9** *Ostrea edulis* Linné, 1758; **Fig. 10a,b** *Venerupis aurea* (Gmelin, 1791); **Fig. 11** *Ensis siliqua* (Linné, 1758); **Fig. 12** *Ensis siliqua* (Linné, 1758); **Fig. 13** *Ensis siliqua* (Linné, 1758); **Fig. 14** *Ensis siliqua* (Linné, 1758); **Fig. 15** *Chamelea gallina* (Linné, 1758); **Fig. 16** *Panopaea glycymeris* (Born, 1778); **Fig. 17** *Venus verrucosa* Linné, 1758; **Fig. 18** *Venus verrucosa* Linné, 1758.

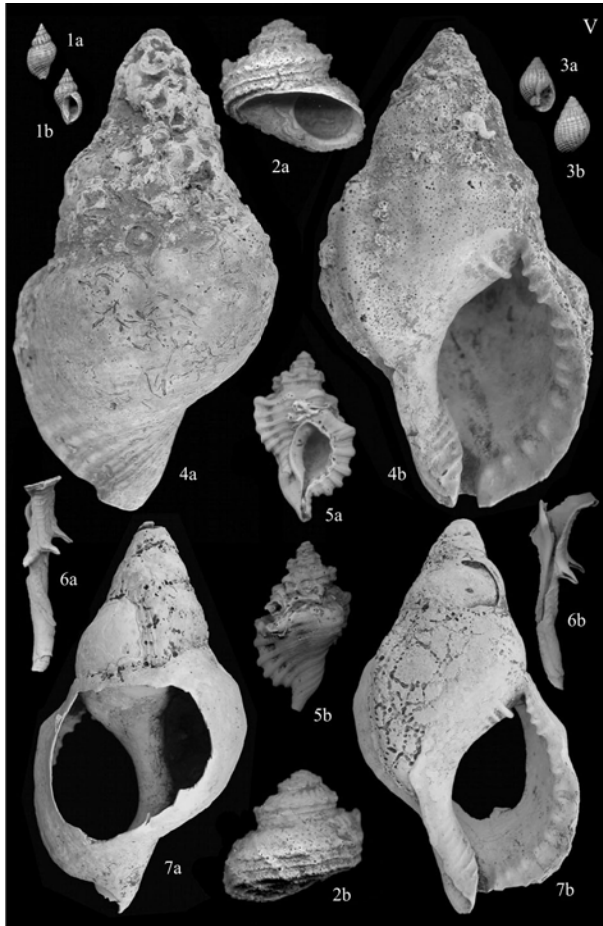




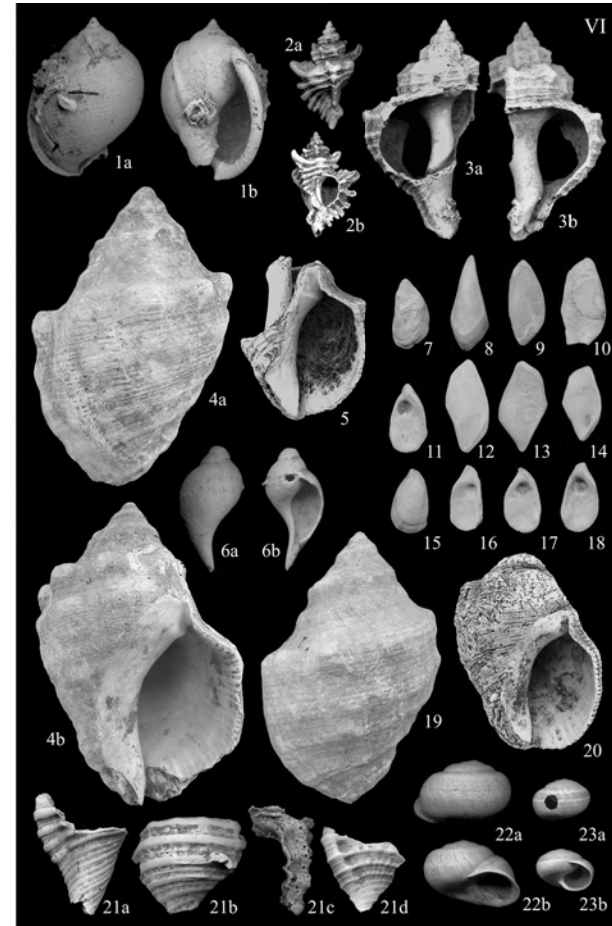
**Estampa III (escala 1:2) – Fig. 1a,b** *Tapes decussatus* (Linné, 1758); **Fig. 2a,b** *Tapes decussatus* (Linné, 1758); **Fig. 3a,b** *Tapes decussatus* (Linné, 1758); **Fig. 4a,b** *Patella ulyssiponensis* Gmelin, 1791; **Fig. 5** *Turritella monterosatoi* Kobelt, 1887; **Fig. 6** *Turritella monterosatoi* Kobelt, 1887; **Fig. 7** *Gibbula cineraria* (Linné, 1758); **Fig. 8a,b** *Patella ulyssiponensis* Gmelin, 1791; **Fig. 9** *Monodonta colubrina* (Gould, 1851); **Fig. 10** *Monodonta colubrina* (Gould, 1851); **Fig. 11** *Monodonta colubrina* (Gould, 1851); **Fig. 12** *Monodonta colubrina* (Gould, 1851); **Fig. 13** *Gibbula pennanti* (Philippi, 1836); **Fig. 14** *Gibbula pennanti* (Philippi, 1836); **Fig. 15a,b** *Nucella lapillus* (Linné, 1758); **Fig. 16a,b** *Monodonta lineata* (Da Costa, 1778); **Fig. 17a,b** *Monodonta cf. lineata* (Da Costa, 1778); **Fig. 18a,b** *Monodonta lineata* (Da Costa, 1778); **Fig. 19a,b** *Monodonta lineata* (Da Costa, 1778); **Fig. 20a,b** *Monodonta cf. lineata* (Da Costa, 1778).



**Estampa IV (escala 1:2) – Fig. 1a,b** *Patella vulgata* Linné, 1758; **Fig. 2a,b** *Patella vulgata* Linné, 1758; **Fig. 3a,b** *Patella vulgata* Linné, 1758; **Fig. 4a,b** *Patella vulgata* Linné, 1758; **Fig. 5a,b** *Patella vulgata* Linné, 1758; **Fig. 6a,b** *Patella intermedia* Murray, 1857; **Fig. 7a,b** *Patella intermedia* Murray, 1857; **Fig. 8a,b** *Patella rustica* Linné, 1758; **Fig. 9a,b** *Patella intermedia* Murray, 1857; **Fig. 10a,b** *Patella ulyssiponensis* Gmelin, 1791; **Fig. 11a,b** *Patella ulyssiponensis* Gmelin, 1791; **Fig. 12a,b** *Siphonaria pectinata* (Linné, 1758); **Fig. 13a,b** *Siphonaria pectinata* (Linné, 1758).



**Estampa V (escala 1:2)** – Fig. 1a,b *Ocenebrina aciculata* (Lamarck, 1822); Fig. 2a,b *Bolma rugosa* (Linné, 1767); Fig. 3a,b *Hinia reticulata* (Linné, 1758); Fig. 4a,b *Charonia lampas lampas* (Linné, 1758); Fig. 5a,b *Cymatium cutaceum* (Linné, 1767); Fig. 6a,b *Murex brandaris* Linné, 1758; Fig. 7a,b *Charonia lampas lampas* (Linné, 1758).



**Estampa VI (escala 1:2)** – Fig. 1a,b *Phalium saburon* (Bruguière, 1792); Fig. 2a,b *Ocenebra erinacea* (Linné, 1758); Fig. 3a,b *Hexaplex trunculus* (Linné, 1758); Fig. 4a,b *Thais haemastoma* (Linné, 1767); Fig. 5 *Thais haemastoma* (Linné, 1767); Fig. 6a,b *Ampulla priamus* (Gmelin, 1791); Fig. 7 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 8 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 9 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 10 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 11 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 12 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 13 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 14 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 15 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 16 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 17 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 18 *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790); Fig. 19 *Thais haemastoma* (Linné, 1767); Fig. 20 *Thais haemastoma* (Linné, 1767); Fig. 21a,d *Cymathium parthenopaeum* (von Salis, 1793); Fig. 22a,b *Otala lactea* (O. F. Müller, 1774); Fig. 23a,b *Theba pisana* (O. F. Müller, 1774).

## 8. Em conclusão

O espólio de invertebrados marinhos do sítio arqueológico do *ribāt* da Arrifana constitui exemplo efectivo da interacção entre o homem e a sua envolvente natural, num local provido de abundantes recursos marinhos e com um vasto manancial de populações de espécies comestíveis ainda por explorar. Pela sua dimensão e diversidade permite estabelecer panorâmica do que seriam os povoamentos litorais de moluscos e de crustáceos nas áreas rochosas e de arriba do sudoeste da Costa Vicentina, numa época em que algumas espécies, hoje raras ou já inexistentes na região, ainda se pautavam por elevados números de efectivos.

Em paralelo, para além de constituir uma das amostragens mais extensas e completas, conhecidas em contextos portugueses desta época, o espólio da Arrifana deixa detectar padrão diferenciado em termos da economia e estratégia alimentar baseadas em moluscos e crustáceos, ao evidenciar recorrência a espécies comestíveis locais, em detrimento dos habituais tipos de bivalves explorados em meio estuarino e lagunar, comuns noutros contextos islâmicos do *Gharb Al-Andalus*. Este tipo de práticas tradicionais, ainda tão comuns nos dias de hoje como o foram época em que *ribāt* da Arrifana se encontrava na sua plenitude, são parte integrante da nossa riquíssima herança cultural, assim como um recurso económico e uma mais-valia regional que importa valorizar.

**Agradecimentos:** O nosso mais sincero reconhecimento vai para a Prof. Rosa Varela Gomes e para o Arq. Mário Varela Gomes, os quais nos cederam amavelmente toda a colecção de invertebrados para estudo e facultaram a nossa inclusão no grupo de investigadores do *ribāt* da Arrifana.

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE DE MATOS, R. M. (1993a) – Espèces de la famille Helicidae représentées dans la région agraire de l'Alentejo (Portugal), *Vertigo*, 3, pp. 27-32.
- ALBUQUERQUE DE MATOS, R. M. (1993b) – Liste des gastéropodes terrestres, fluviatiles et d'eux saumâtres du Portugal. Tentative d'actualisation, *Vertigo*, 3, pp. 33-45.
- ALBUQUERQUE DE MATOS, R. M. (1994) – Distribution of some helicid snails in Portugal, *Brotéria Genética*, 15, pp. 29-36.
- ALBUQUERQUE DE MATOS, R. M. (2004) – Non-Marine Testaceous Gastropoda of Continental Portugal and Berlengas

Islands. I. Catalogue and Bibliography, *Arquivos do Museu Bocage*, 4, pp. 1-158.

- BEJEGA GARCÍA, V.; AGÜERO, E. G. G.; RODRÍGUEZ, C. F. (2010) – La Arqueomalacología: una introducción al estudio de los restos de moluscos recuperados en yacimientos arqueológicos, *Iberus*, 28, pp. 13-22.
- BURNAY, L. P. (1986) – *Moluscos Testáceos Marinhos da Berlenga*, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais e do Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza, Lisboa.
- CABRAL, J. P.; SIMÕES, J. (2007) – The southern limit of distribution of *Patella vulgate*, *Iberus*, 25, pp. 57-75.
- CALLAPEZ, P. M. (2000) – Upper Pleistocene marine invertebrates from Gruta da Figueira Brava (Arrábida, Portugal), *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, 38, pp. 83-104.
- CALLAPEZ, P. M. (2002) – A malacofauna críptica da Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal) e as faunas de gastrópodes terrestres do Plistocénico superior e Holocénico da Estremadura portuguesa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, pp. 5-28.
- CALLAPEZ, P. M. (2003) – Moluscos marinhos e fluviais do Paleolítico superior da Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal): evidências de ordem sistemática, paleobiológica e paleobiogeográfica, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, pp. 5-15.
- CALLAPEZ, P. M. (2007) – Fauna malacológica do *ribāt* da Arrifana - Análise preliminar, *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, pp. 87-90, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, Aljezur.
- CALLAPEZ, P. M. (2010) – Invertebrados do arqueossítio Silo 1 (Albufeira). Aspectos da malacofauna e do consumo de moluscos no Algarve muçulmano, Câmara Municipal de Albufeira (no prelo).
- FALKNER, G.; RIPKEN, T. E. J.; FALKNER, M. (2002) – *Mollusques Continentaux de France. Liste de Référence Annotée et Bibliographie*, Muséum National d'Histoire Naturelle, Institut d'Écologie et de Gestion de la Biodiversité et Service du Patrimoine Naturel, Paris.
- GONÇALVES, M. J.; DIAS, R.; CALLAPEZ, P. M. (2007) – Espécies malacológicas presentes num contexto de lixeira de um Arrabalde da Silves Islâmica, *Vipasca, Arqueologia e História*, série 2, 2, pp. 658-664.
- GONZALEZ, E.; RATO, J.; FERNANDEZ, A. (1983) – *Fauna Marinha de Asturias. Moluscos. 1. Archaeogastropoda (Prosobranchia)*, Crinas, Cons. Agricultura Y Pescas, Principado de Asturias, Gijón.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol. 7 (1), pp. 483-573.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005a) – O *ribāt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 8 (2), pp. 471-533.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005b) – A *djihād* no Extremo Sudoeste Peninsular - O recém-identificado *ribāt* da Arrifana

(século XIII). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 16, pp. 141-159.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2006) – O *ribãt* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol. 9 (2), pp. 329-352.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007) – Ambiente natural e complexo edificado, *Ribãt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, pp. 51-64, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, Aljezur.

KERNEY, M.; CAMARON, R. (1979) – *A Field Guide to the Land Snails of Britain and North-West Europe*, Ed. Collins, London.

LONGHURST, A. (1998) – *Ecological Geography of the Sea*, Academic Press, New York.

MOORE, R. C. (1969) – *Treatise on Invertebrate Paleontology, part N, Mollusca 6 – Bivalvia*, 3 vols., Univ. Kansas Press, Boulder, Colorado.

MORTON, B.; BRITTON, J.; MARTINS, A. (1998) – *Ecologia Costeira dos Açores*, Sociedade Afonso Chaves, Ponta Delgada.

NOBRE, A. (1930) – *Moluscos Terrestres, Fluviais e das Águas Salobras de Portugal*, Companhia Editora do Minho, Barcelos.

NOBRE, A. (1931) – *Moluscos Marinhos de Portugal*, vol. 1, Imprensa Portuguesa, Porto.

NOBRE, A. (1936) – *Fauna Marinha de Portugal. IV. Crustáceos Decápodes e Stomatópodes Marinhos de Portugal*, 2ª edição, Companhia Editora do Minho, Porto.

NOBRE, A. (1938) – *Fauna Marinha de Portugal. V. Echinodermes de Portugal*, 2ª edição, Companhia Editora do Minho, Porto.

NOBRE, A. (1940) – *Fauna Malacológica de Portugal. I. Moluscos Marinhos e das Águas Salobras*, Imprensa Portuguesa, Companhia Editora do Minho, Barcelos.

NOBRE, A. (1941) – *Fauna Malacológica de Portugal. II. Moluscos Terrestres e Fluviais*, Ed. Coimbra Editora, Coimbra.

PEÑAS, A.; ROLÁN, E.; LUQUE, A. A.; TEMPLADO, J.; MORENO, D.; RUBIO, F.; SALAS, C.; SIERRA, A.; GOFAS, S. (2006) – Moluscos marinos de la isla de Alborán, *Iberus*, 24, pp. 23-151.

POPPE, G.; GOTO, Y. (1991) – *European Seashells, vol. I – Polyplacophora, Caudofoveata, Solenogaster, Gastropoda*, Verlag Christa Hemmen, Wiesbaden.

POPPE, G.; GOTO, Y. (1993) – *European Seashells, vol. II – Scaphopoda, Bivalvia, Cephalopoda*, Verlag Christa Hemmen, Wiesbaden.

RODRÍGUEZ, R. G.; SÁNCHEZ, J. M. (1997) – *Moluscos Bivalvos de Canarias*, Ed. Cabildo Insular de Gran Canaria, Las Palmas.

ROLÁN, E. (1984) – *Moluscos de la Ria de Vigo. I – Gasteropodos*, Ed. Velograf S.A., Santiago de Compostela.

SABELLI, B.; GIANNUZZI-SAVELLI, R.; BEDULLI, D. (1990) – *Catálogo Annotato dei Molluschi Marini del Mediterraneo*, 3 vols., Ed. Libr. Nat. Bolognese, Bologna.

SALDANHA, L. (1997) – *Fauna Submarina Atlântica*, 3ª edição. Ed. Publicações Europa América, Lisboa.

SANDERS, G. (1968) – Marine benthic diversity: a comparative study, *American Naturalist*, 102, pp. 243-282.

TEBBLE, N. (1976) – *British Bivalve Seashells*, 2<sup>nd</sup> edition. Royal Scottish Museum, Edinburgh.

VAN AARTSEN, J.J.; MENKHORST, H. P.; GITTEBERGER, E. (1984) – The marine Mollusca from the Bay of Algeciras, Spain, with general notes on *Mitrella*, Marginellidae and Turridae, *Basteria* (Suppl.), 2, pp. 1-135.

WENZ, W. (1938-44) – Gastropoda, Teil 1: Allgemeiner teil und Prosobranchia, *Handbuch Paläozoologie*, 6, pp. 1-1639.

ZILCH, A. (1960) – *Gastropoda, vol 2: Euthyneura*, Ed. Gebrüder Borntraeger, Berlin.

## Anexo I. Tabelas de distribuição quantitativa das espécies por sector

**Tabela 2a.** Distribuição quantitativa das espécies no Sector 1, camada 1, do *ribãt* da Arrifana (quadrículas Q006 a Q080).

Número de quadrícula	Q006	Q011	Q017	Q022	Q043	Q053	Q055	Q058	Q060	Q068	Q071	Q076	Q080
Número de elementos (Σ)	10	1	58	6	91	104	1	43	7	4	15	28	35
Número de indivíduos (n)	5	1	54	5	43	24	1	12	4	3	14	14	23
Diversidade (d) [sem epizóicos]	3	1	11	3	1	3	1	5	2	1	1	3	3
% fragmentação (moluscos) (F)	100	0	35,3	40	72,1	91,7	0	83,3	100	100	21,4	58,3	65,2
% epizóicos (ep)	30	0	1,9	0	0	25,7	0	11,6	0	25	13,3	48,9	20
<i>Glycymeris insubrica</i>													
<i>Mytilus edulis</i> (im. comestível)												1	2
<i>Mytilus edulis</i> (juvenis)													
<i>Perna perna</i>	2							2				1	2
<i>Pecten maximus</i>			1										
<i>Ostrea edulis</i>													
<i>Crassostrea angulata</i>													
<i>Cerastoderma edule</i>													
<i>Acanthocardia tuberculata</i>													
<i>Chamaelea gallina</i>				2									
<i>Tapes decussata</i>													
<i>Venus verrucosa</i>													
<i>Patella uysiponensis</i>				1				1					
<i>Patella vulgata</i>	1		1	1	43	1		1	1				
<i>Patella intermedia</i>													
<i>Monodonta lineata</i> + <i>M.f. lineata</i>			34					2					
<i>Monodonta colubrina</i>			9										
<i>Bolma rugosa</i>			1										
<i>Turritella monterosatoi</i>			1										
<i>Vermetus</i> sp.			1										
<i>Charonia lampas lampas</i>						3							
<i>Ocenebrina edwardsii</i>													
<i>Thais haemastoma</i>	2	1	1	3		20	1	6	3	3	14	12	22
<i>Hinia reticulata</i>													
<i>Siphonaria pectinata</i>													
<i>Cochlicella acuta</i>													
<i>Otala lactea</i>			1										
<i>Pollicipes pollicipes</i>													

**Tabela 2b.** Distribuição quantitativa das espécies no Sector 1, camada 1, do *ribãt* da Arrifana (quadrículas Q081 a Q121).

Número de quadrícula	Q081	Q082	Q090	Q093	Q094	Q105	Q106	Q108	Q110	Q112	Q119	Q120	Q121
Número de elementos (Σ)	25	28	1	13	78	16	18	3	10	14	47	35	13
Número de indivíduos (n)	15	18	1	8	26	8	9	2	7	8	12	25	11
Diversidade (d) [sem epizóicos]	1	2	1	3	2	1	1	1	2	4	4	3	2
% fragmentação (moluscos) (F)	40	48,9	100	87,5	96,1	62,5	100	100	100	75	100	100	30,1
% epizóicos (ep)	20	10,7	0	0	7,7	0	16,7	0	20	21,4	0	8,6	0
<i>Glycymeris insubrica</i>													
<i>Mytilus edulis</i> (im. comestível)						5				1	1	2	
<i>Mytilus edulis</i> (juvenis)													
<i>Perna perna</i>			1		1				1			3	
<i>Pecten maximus</i>													
<i>Ostrea edulis</i>													
<i>Crassostrea angulata</i>													
<i>Cerastoderma edule</i>													1
<i>Acanthocardia tuberculata</i>													
<i>Chamaelea gallina</i>													
<i>Tapes decussata</i>													
<i>Venus verrucosa</i>													
<i>Patella uysiponensis</i>				1						1	1		
<i>Patella vulgata</i>													
<i>Patella intermedia</i>													
<i>Monodonta lineata</i> + <i>M.f. lineata</i>										1			1
<i>Monodonta colubrina</i>													
<i>Bolma rugosa</i>													
<i>Turritella monterosatoi</i>													
<i>Vermetus</i> sp.													
<i>Charonia lampas lampas</i>													
<i>Ocenebrina edwardsii</i>													
<i>Thais haemastoma</i>	1	17	1	6	21	8	9	2	6	5	9	20	10
<i>Hinia reticulata</i>													
<i>Siphonaria pectinata</i>													
<i>Cochlicella acuta</i>													
<i>Otala lactea</i>													
<i>Pollicipes pollicipes</i>													





**Tabela 7a.** Distribuição quantitativa das espécies no Sector 3, camada 1, do ribãt da Arrifana (quadrículas Q001-Q015).

Número de quadrícula	Q001	Q002	Q003	Q004	Q008	Q009	Q010	Q011	Q012	Q013	Q014	Q015
Número de elementos (Σ)	6798	1201	56	5137	22	61	91	7877	5606	14	18	14
Número de indivíduos (n)	1335	252	29	1273	18	33	63	1473	1100	7	10	11
Diversidade (d) [sem epizóarios]	14	12	9	19	9	7	8	17	27	4	5	4
% fragmentação (moluscos) (F)	25,3	75,9	31,1	25,3	43,3	70	52,6	9,3	81,8	57,1	50	75
% epizóarios (ep)	7,7	11,4	7,1	1,4	11,4	21,8	7,3	0,6	6,4	57,1	16,7	30
<i>Mytilus edulis</i> (dim. comestível)	14	2	27	1	1	2	6	42	1	2	2	2
<i>Mytilus edulis</i> (juvenis)	88	14	1	143				84	104			
<i>Perna perna</i>		2	1			1		3	1		1	
<i>Anomia ephippium</i>												
<i>Ostrea edulis</i>									6			
<i>Neospycnodonte cochlear</i>												
<i>Cerastoderma edule</i>								4	2			
<i>Acanthocardia aculeata</i>								1				
<i>Chamelea gallina</i>			1					1				
<i>Tapes decussata</i>		1		4				1	1			
<i>Callista chione</i>									1			
<i>Spisula solid</i>									1			
<i>Ensis siliqua</i>									5			
<i>Solen marginatus</i>									1			
<i>Haliotis tuberculata</i>												
<i>Patella ulysipponensis</i>	7	6		8	1			1	4			
<i>Patella vulgata</i>	61	13	2	71	5	3	21	25	41	1	5	2
<i>Patella intermedia</i>	6	9					9	5	8			
<i>Patella rustica</i>					1							
<i>Gibbula cineraria</i>									1			
<i>Gibbula pennanti</i>	1			2								
<i>Monodonta lineata + M. cf. lineata</i>	49	2	13	164	4	2	20	149	19			
<i>Monodonta colubraria</i>	3			14	1							
<i>Bolma rugosa</i>								1	3			
<i>Vermetus sp.</i>									1			
<i>Turritella monterosatoi</i>												
<i>Thais haemastoma</i>	7	8	2	35	1	16	5	14	19		1	3
<i>Nucella lapillus</i>				2								
<i>Cassidaria echinophora</i>												
<i>Phalium saburon</i>									5			
<i>Murex brandaris</i>									1			
<i>Hexaplex trunculus</i>									1			
<i>Ocenebra erinacea</i>									2			
<i>Ocenebra aciculata</i>									3			
<i>Cymathium parthenopaeum</i>												
<i>Cymathium cutaceum</i>												
<i>Charonia lampas lampas</i>	8	2	1	9	3	7	1	5	2	3	1	3
<i>Hinia reticulata</i>												
<i>Ampulla priamus</i>												1
<i>Cochlicella acuta</i>	2			1								
<i>Theba pisana</i>		1										
<i>Helicella conspurcata</i>								1				
<i>Otala lactea</i>	4	3	1	5	1	2	2	3	2			
<i>Pollicipes pollicipes</i>	1784	191	6	740			1	1452	818	2		
<i>Balanus perforatus</i>	4			9					1			
<i>Chitomalus montagu</i>				5								
<i>Maja squinado</i>			1									
Decapoda indet.												
<i>Paracentrotus lividus</i>	1			1								

**Tabela 7b.** Distribuição quantitativa das espécies no Sector 3, camada 1, do ribãt da Arrifana (quadrículas Q016-Q028).

Número de quadrícula	Q016	Q017	Q018	Q020	Q021	Q022	Q023	Q024	Q026	Q027	Q028
Número de elementos (Σ)	33	11	9	9	3	233	13	255	37	7407	21
Número de indivíduos (n)	20	7	7	8	3	75	10	75	19	1680	11
Diversidade (d) [sem epizóarios]	7	5	5	3	13	5	24	7	18	3	3
% fragmentação (moluscos) (F)	45	57,1	71,4	25	66,7	54,8	50	76,4	89,4	47,8	72,7
% epizóarios (ep)	18,2	0,9	55,6	11,1	0	6,9	7,7	7,8	21,6	4,7	14,3
<i>Mytilus edulis</i> (dim. comestível)	3	2		1		3	1	1	5	7	1
<i>Mytilus edulis</i> (juvenis)						11		9		84	
<i>Perna perna</i>	1			3		5		3		1	
<i>Anomia ephippium</i>					1						
<i>Ostrea edulis</i>											1
<i>Neospycnodonte cochlear</i>											
<i>Cerastoderma edule</i>								1			
<i>Acanthocardia aculeata</i>											
<i>Chamelea gallina</i>											
<i>Tapes decussata</i>								1	1	5	
<i>Callista chione</i>											
<i>Spisula solid</i>									4		
<i>Ensis siliqua</i>											
<i>Solen marginatus</i>											1
<i>Haliotis tuberculata</i>											
<i>Patella ulysipponensis</i>						1		1		9	
<i>Patella vulgata</i>	2		1			21		3	5	87	
<i>Patella intermedia</i>		1	1	1			2			4	
<i>Patella rustica</i>										2	
<i>Gibbula cineraria</i>											
<i>Gibbula pennanti</i>											
<i>Monodonta lineata + M. cf. lineata</i>	7	1	1			9	5	1	1	360	
<i>Monodonta colubraria</i>						1				5	
<i>Bolma rugosa</i>			1		1	2		1			
<i>Vermetus sp.</i>											
<i>Turritella monterosatoi</i>											
<i>Thais haemastoma</i>	3	1		2	1	6	1	4	3	7	7
<i>Nucella lapillus</i>										2	
<i>Cassidaria echinophora</i>										1	
<i>Phalium saburon</i>										1	
<i>Murex brandaris</i>										1	
<i>Hexaplex trunculus</i>										1	
<i>Ocenebra erinacea</i>										1	
<i>Ocenebra aciculata</i>										1	
<i>Cymathium parthenopaeum</i>										1	
<i>Cymathium cutaceum</i>										1	
<i>Charonia lampas lampas</i>	1	2	2	1		2	1	4	3	6	2
<i>Hinia reticulata</i>										1	
<i>Ampulla priamus</i>											1
<i>Cochlicella acuta</i>											
<i>Theba pisana</i>											1
<i>Helicella conspurcata</i>											
<i>Otala lactea</i>	3							1	1	4	
<i>Pollicipes pollicipes</i>						12		16		1068	
<i>Balanus perforatus</i>											
<i>Chitomalus montagu</i>											
<i>Maja squinado</i>						1					
Decapoda indet.											2
<i>Paracentrotus lividus</i>											

**Tabela 7c.** Distribuição quantitativa das espécies no Sector 3, camada 1, do ribãt da Arrifana (quadrículas Q029-Q075).

Número de quadrícula	Q029	Q030	Q032	Q033	Q034	Q035	Q048	Q049	Q050	Q053	Q059	Q075
Número de elementos (Σ)	10	5488	46	6	1327	11292	78	32	21	101	8	18
Número de indivíduos (n)	7	1680	16	2	442	2410	17	15	15	46	5	10
Diversidade (d) [sem epizóarios]	5	20	8	2	14	21	3	4	4	5	2	2
% fragmentação (moluscos) (F)	85,7	47,7	87,5	100	30,5	45,8	94,1	66,7	93,3	61,6	80	80
% epizóarios (ep)	0	4	2,2	0	2,8	9,4	32,1	3,1	4,8	0	37,5	5,56
<i>Mytilus edulis</i> (dim. comestível)	3	37	4		3	134	1					
<i>Mytilus edulis</i> (juvenis)		153			60	288					1	
<i>Perna perna</i>		1			2	2						1
<i>Anomia ephippium</i>												
<i>Ostrea edulis</i>												
<i>Neospycnodonte cochlear</i>							2					
<i>Cerastoderma edule</i>						3	6					
<i>Acanthocardia aculeata</i>		1										
<i>Chamelea gallina</i>												
<i>Tapes decussata</i>		6					10					
<i>Callista chione</i>												
<i>Spisula solid</i>		1										
<i>Ensis siliqua</i>												
<i>Solen marginatus</i>		2	1	1								
<i>Haliotis tuberculata</i>							1					
<i>Patella ulysipponensis</i>		10	1			21	62				4	
<i>Patella vulgata</i>	1	123	2	1								

**Tabela 8b.** Distribuição quantitativa das espécies no Sector 3, camada 2, do *ribãt* da Arrifana.

Número de quadrícula	Q021	Q023	Q027	Q028	Q030	Q034	Q035	Q048	Q053	Q055
Número de elementos (Z)	332	2	5848	3588	22158	652	1761	83	176	54
Número de indivíduos (n)	110	1	1076	666	4758	183	626	23	92	16
Diversidade (d) [sem epizóários]	12	1	14	14	21	12	15	4	8	5
% fragmentação (moluscos) (F)	71,8	100	12,4	12,8	71,3	47,5	28,1	95,3	70,1	81,3
% epizóários (ep)	12,6	50	1,1	1,3	7,1	5,1	4,6	1,1	15,8	7,4
<i>Mytilus edulis</i> (dim. comestível)	24		6	8	55	17	13			
<i>Mytilus edulis</i> (juvenis)	5		30	28	447	16	52			
<i>Perna perna</i>	1		1		6					
<i>Chlamys varius</i>										
<i>Cerastoderma edule</i>							1			
<i>Acanthocardia tuberculata</i>						1				
<i>Tapes decussata</i>	1		2	1	2			2		
<i>Spisula solid</i>										
<i>Patella ulysiponensis</i>	1		3	5	36	3	4	1	1	
<i>Patella vulgata</i>	29		57	11	270	18	60	13	58	11
<i>Patella intermedia</i>			9	4	27	1			3	
<i>Patella rustica</i>						1				
<i>Gibbula pennanti</i>					1	1				
<i>Monodonta lineata + M. cf. lineata</i>	8		126	29	90	60	72		1	
<i>Monodonta colubrina</i>	2				27		11			
<i>Bolma rugosa</i>									1	
<i>Thais haemastoma</i>	8		19	3	25	8	6	8	21	1
<i>Charonia lampas lampas</i>	6	1	7	2	15	5	4	1	4	1
<i>Hinia reticulata</i>			1							
<i>Siphonaria pectinata</i>					3					
<i>Cochlicella acuta</i>					2					
<i>Theba pisana</i>			2	1	5					
<i>Otala lactea</i>	1		3	1	5	1	2		3	2
<i>Pollicipes pollicipes</i>	20		810	572	3734	52	393			1
<i>Balanus perforatus</i>					5		2			
<i>Cancer pagurus</i>				1	2					
Decapoda indet.					1		1			
<i>Paracentrotus lividus</i>				1	1		2			

**Tabela 9.** Distribuição quantitativa das espécies no Sector 4, camadas 1/2, do *ribãt* da Arrifana.

Número de quadrícula	Q001
Número de elementos (Z)	227
Número de indivíduos (n)	190
Diversidade (d) [sem epizóários]	11
% fragmentação (moluscos) (F)	47,9
% epizóários (ep)	10,1
<i>Mytilus edulis</i> (dim. comestível)	1
<i>Perna perna</i>	6
<i>Cerastoderma edule</i>	1
<i>Tapes decussata</i>	1
<i>Patella ulysiponensis</i>	11
<i>Patella vulgata</i>	17
<i>Patella intermedia</i>	10
<i>Monodonta lineata + M. cf. lineata</i>	14
<i>Thais haemastoma</i>	124
<i>Pollicipes pollicipes</i>	3
<i>Balanus perforatus</i>	1



# INSCRIPCIONES, SÍMBOLOS Y USOS CRISTIANOS DE LA CULTURA MATERIAL ISLÁMICA EN AL-ANDALUS (S. X-XI D.C.)

Rafael Azuar Ruiz\*

## Resumo

Neste artigo efectua-se revisão de vários objectos de arte sumptuária andaluza com inscrições latinas ou de ritual cristão. O seu estudo permite conhecer as relações existentes entre as comunidades cristãs pré-românicas e a sociedade islâmica do al-Andalus, durante os séculos X e XI.

## Abstract

In this article some objects of Andalusian sumptuous art with Latin inscriptions or used during Christian rituals have been reviewed. The research made about this subject has provided relevant information about the relationships between Christian Pre-Romanesque communities and Islamic society in al-Andalus from X<sup>th</sup> to XI<sup>th</sup> century.

La lectura de las fuentes documentales de la conquista pone de relieve la existencia y continuidad de las antiguas comunidades hispanorromanas bajo el Emirato Andalusi. A estas fuentes hay que añadir los diversos estudios, desde los ya clásicos de F.J. Simonet: *"Historia de los mozárabes de España"* (1897-1903), hasta los análisis actuales llevadas a cabo por diversos historiadores que aportan nuevas y diferentes visiones al proceso de proto-feudalización de los grupos dominantes que culminarían en la larga insurrección independentista encabezada por el muladí Ibn Hafsûn y que han sido analizados por el profesor M. Ación (1997). Nuevos análisis que, en parte, tienen su origen o son coetáneos a la tesis de Pedro Chalmeta, plasmada en su obra *"Invasión e Islamización. La sumisión de Hispania y la formación de Al-Andalus"* (1994), en la que se revisa documentalmente la sumisión de las antiguas clases dirigentes de Hispania a los conquistadores y su proceso de asimilación e integración en la nueva sociedad como "cristianos/romances". Término éste que no tiene nada que ver con el posterior de "mozárabe", que no aparece en las fuentes árabes, como demostró en su día F. J. Simonet en su *"Historia de los mozárabes de España"* (1903, pp. XI, XIV) pero que, sin embargo, es el utilizado por las fuentes cristianas a partir del siglo XI para referirse a los cristianos existentes en los antiguos territorios de Al-Andalus, según ha puesto de manifiesto I. G. Bango Torviso en su reciente artículo *"Un gravísimo error en la historiografía española, el empleo equivocado del término mozárabe"* (2007).

Sin embargo, aunque el uso del término "mozárabe" en la historiografía es un gravísimo error, lo cierto es que sigue utilizándose para referirse a un arte de rasgos propios que adquirió categoría de cultura artística, al ser definido en su día por M. Gómez-Moreno en su obra *"Iglesias mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI"* (1919), como un arte cristiano: "hijuela de lo cordobés"; que sería matizado posteriormente por E. Camps Cazorla, como el realizado por las comunidades cristianas ya sean sometidas, liberadas o emigradas de Al-Andalus (1929)

Conceptos y términos aplicados en un principio a aquella arquitectura cristiana de rasgos islámicos o mozarábicos, pero que posteriormente pasaron a aplicarse a la identificación de determinados objetos del arte suntuario que presentaban rasgos evidentes de islamismo o que sugerían una inspiración claramente islámica. En este sentido, fue crucial el que M. Gómez-Moreno en el volumen tercero del *"Ars Hispaniae"*, dedicara un capítulo al *"Arte Mozárabe"* (1951, pp. 355-409), en el que en la introducción a las "Artes suntuarias mozárabes", agrupa y enumera a un reducido listado de objetos caracterizados por su aire entre *"lo andaluz puro y lo septentrional arabizado"*, pero a los que considera como objetos cristianos de clara influencia islámica, mencionando *"algunas lámparas y la corona de luces de la mezquita de Elvira, como presunción; el candil salomónico, el pavón de Abdelmélic y el incensario de Volúbilis(...). Sin apenas valor artístico, la campana que el abad Sansón dedicó a un monasterio de San Sebastián en 955 ..."* (1951, p. 394).

\* MARQ. Museo Arqueológico de Alicante.

Nuestro estudio coincide con el análisis y revisión de alguno de estos objetos, pero parte de una premisa totalmente diferente ya que nuestras piezas han sido seleccionadas por ser de origen islámico y poseer inscripciones latinas o mozárabes, o por haber sido producidas para su uso en el ritual cristiano, como pueden ser las cruces o los cálices. Análisis e informaciones que nos ayudan a introducirnos en el conocimiento de la dialéctica de las comunidades cristiano/romances en el Al-Andalus de los siglos X y XI d.C.

### I. Candiles y Aguamaniles califales con inscripciones latinas

El objeto islámico más antiguo de la península que se conoce con una prueba evidente de la presencia o vinculación de su uso por la comunidad de cristianos, es un candil de época califal con inscripción latina. Nos referimos al candil, conocido desde antiguo y depositado en el Museo Arqueológico Nacional, con el nº Inv. 50557, que tiene la particularidad de disponer de dos piqueras o mecheros y portar en la parte exterior y visible de su recipiente la siguiente inscripción incisa, escrita en latín:

Línea superior: + OC OPVS SALOMONIS

Línea inferior: ERAT,

El candil fue estudiado en su día por M. Gómez-Moreno considerándolo como una pieza andalusí de época califal (1951, fig. 393B, pp. 335, 336); esta misma consideración y atribución fue mantenida posteriormente por L. Torres Balbás (1987, fig. 601, p. 754). Sobre su inscripción, M. Gómez-Moreno en su introducción al capítulo de la metalurgia hispanomusulmana del "*Ars Hispaniae*", ponía de manifiesto que, según los documentos escritos medievales, a todas las obras fundidas a la cera perdida se las solía denominar "*ex operibus Salomonis*" (1951, III, p. 324) y, por tanto, la presencia de esta cartela en el candil sólo venía a confirmar que era una pieza muy laboriosa y seguramente, realizada con la técnica descrita.

A esta interpretación tecno-artística de la inscripción, que no aclara nada sobre el origen del objeto, si que es importante señalar que M. Gómez-Moreno (1951) y posteriormente L. Torres Balbás (1987), acertadamente comentaron la identidad de esta ins-

cripción con la que portaba un aguamanil existente en el museo del Louvre.

El aguamanil es el conocido como el "pavón del Louvre", con número de inventario MR 1569 (Paris, 1977, p. 159) y que por suerte se ha exhibido en diversas exposiciones internacionales (Paris, 1971, nº 147, p. 102; Paris, 2000, nº 87, p. 111; Córdoba, p. 45). El aguamanil tiene la forma de un ave o "pavón", que conserva la cola y su cuerpo está recubierto de una decoración que imita el plumaje. En su dorso se desarrolla un asa, en la que se encuentra la abertura para rellenar su interior. En conjunto, está algo deteriorado, con grietas y roturas en el cuello y la decoración está muy perdida y desgastada. En su buche porta una inscripción bilingüe que en árabe dice: "*Obra de 'Abd al-Malik el cristiano*" y en latín otra que dice "*Opus Salomonis eraTX*".

Entre los aspectos de interés de la pieza, resalta el que porta la misma inscripción latina que el candil pero, además y de forma excepcional, la inscripción árabe que nos autentifica que es una obra islámica y que sin embargo está hecha por 'Abd al-Malik, ¡¡ el cristiano¡¡.

A esta aclaradora información sobre los orígenes de esta pieza hay que añadir que su inscripción latina fue motivo de una documentada investigación por parte de R. H. Bautier (1977), que no sólo demostró que la inscripción no mencionaba la autoría de un artesano denominado "Suleyman", sino que además documentó la existencia de nuevos signos, proponiendo una nueva lectura: "+ OPVS SALOMONIS ERA TX "

En el que las dos últimas palabras "*ERA TX*" estaban indicando la fecha de fabricación, siguiendo las fórmulas de la epigrafía mozárabe, y que, según la cronología hispánica la "TX", equivaldría al año 1010 de la Era y por tanto, de una fecha según nuestro calendario del año 972 d.C. Esta novedosa interpretación de R.H. Bautier, permite revisar la inscripción del candil del M.A.N. Desde este nuevo planteamiento, resulta lógica la disposición de sus dos líneas, leyéndose en la primera o superior: + OC OPVS SALOMONIS, y en la segunda o inferior: ERA T.

Analizando la inscripción inferior, es evidente que se inscribe la palabra "*ERA*" y "*T*". Fecha o data de rasgos y traza similar a la de la pieza de París y por

tanto puede ser que provengan de la misma área o taller. Junto al lugar de procedencia, podemos hablar de la fecha que nos da la letra “7”, que según R.H. Bautier (1977) correspondería al signo de la “M” de mil en la Hispania occidental, y por tanto correspondería al año 962 d.C., como así lo ha catalogado C. Papí (Barcelona, 1998, II, p. 57, nº 37), al igual que J. Zozaya (Paris, 2000, p. 117, nº 95; Córdoba, 2001, p. 195). Sin embargo, en el candil existe una fractura al final de la inscripción que parece poder leerse otra



**Figura 1.** Candil de época califal.



**Figura 2.** Aguamanil “pavón del Louvre”.

letra, con una incisión muy fina y que podría corresponder con la misma “x” cursiva, por lo que sería la misma fecha que la del ejemplar parisino, es decir del año 1010 de la era, correspondiente al año 972 d.C., cronología que tuve la oportunidad de revisar en una jornadas celebradas en 1997 en Mérida, al tratar la cuestión de “*Los bronce litúrgicos y la formación de al-Andalus*” (Azuar, 1998, pp. 48 y ss), constatando que era la misma que portaba el pavón del Louvre del año 972 d.C.

A estas dos piezas andalusíes, que portan inscripciones latinas y que parece fueron realizadas por un artesano cristiano, habría que añadir otras dos excepcionales obras de la metalistería andalusí que poseen evidentes rasgos formales y tecnológicos similares.

El primero de ellos es el aguamanil existente en la Pinacoteca Nacional de Cagliari, con número de inventario 1445, que apareció a principios del siglo XX en San Salvatore, en la localidad de Mores de la provincia de Sassari al norte de la isla de Cerdeña y que fue dado a conocer por U. Scerrato como del siglo XII (1966, nº 34, p. 80) y revisado posteriormente por G. Curatola en el catálogo de la exposición que sobre la “*Eredità dell’Islam*” se organizó en Milán-Venecia (1993, p. 126, nº 42). El ejemplar de Cagliari, como ya analizamos en otra ocasión (Azuar, 2004), es similar al ejemplar del Louvre, aunque le falta el penacho o corona del pájaro y, como el anterior, en su faja central presenta un anillo o disco en el que se inscribe una cruz; sólo se diferencia en la decoración de la cenefa que bordea o perimetra el ala, que no son acantos, sino guirnaldas u hojas de helechos? (Paris, 2000, p. 113, nº 89; Córdoba, 2001, p. 4)

El otro aguamanil, de origen desconocido, es el que se subastó en Octubre de 1987 por la prestigiosa Sotheby’s, de una extraordinaria conservación, realizado en bronce dorado con forma de ave, de gran formato, 35,8 cm de altura, y que fue adquirido por un sirio de Arabia Saudita para la FuruSiyya Art Foundation. El aguamanil se pudo ver en la exhibición presentada en el Instituto del Mundo Arabe en Paris entre los meses de Noviembre de 2000 y Abril de 2001, organizada en colaboración con la Junta de Andalucía y el Legado Andalusí, bajo el título “*Las Andalucías de Damasco a Córdoba*” (Paris, 2000, p. 113, nº 88) y que posteriormente se montó en Medinat Az-Zahra con

el título “*El Esplendor de los Omeyas Cordobeses*” (Córdoba, 2001, p. 47). El aguamanil no presenta dudas de su función al conservar en su asa dorsal la boca de entrada de líquido, la cual porta los restos de la charnela de la desaparecida tapa y, como los anteriores, está en posición de pie. Su cuerpo está profusamente decorado, imitando un plumaje inciso que recubre prácticamente todo el cuerpo y sólo muestra unos discos o roleos decorados en la parte superior de las alas, con flores de acanto. De igual forma, como los anteriores ejemplares, éste presenta una cruz incisa en el centro de la faja pectoral.

Nos encontramos ante un conjunto de piezas de tecnología y decoración claramente andalusíes, encuadrables en el último tercio del siglo X o principios del siglo XI, siguiendo la datación epigráfica, y que portan inscripciones y signos claramente cristianos, como son las cruces en los aguamaniles y la doble inscripción latina del candil y del aguamanil del Louvre en el que además, en árabe se dice que fue hecho por un cristiano. El importante y excepcional conjunto de piezas en número excede las conocidas hasta hace unos años como obras islámicas con inscripciones cristianas. Igualmente, son piezas de procedencia andalusí, de las que no se conserva ninguna en la península y que se han encontrado en territorios de geografía cristiana. Por su epigrafía mozárabe no dejan lugar a dudas que fueron realizadas en talleres de cristianos de Toledo o de Córdoba, y quizás estaban destinados a usos litúrgicos de las comunidades cristianas, lo que explicaría la presencia de las cruces en los ejemplares de Cagliari y en el de la colección Furusiyya.

## II. De Campanas cristianas con inscripciones árabes

Junto al candil y a los extraordinarios aguamaniles de bronce con inscripciones latinas que constatan la presencia o existencia de aquellas comunidades de cristianos/romances bajo el califato de Córdoba, hay que añadir otras dos piezas de bronce, de inequívoco uso cristiano y que vendrían a completar esta primera visión.

Nos referimos, en primer lugar, a la campana de bronce existente en el Museo Arqueológico y Etnológico de Córdoba que fue hallada en el siglo XVI en el interior de un pozo cercano a Trassierra y llevada al

Monasterio de San Jerónimo por el humanista Ambrosio de Morales. De allí pasó a la Comisión de Monumentos y, finalmente, al Museo, tras las Desamortizaciones de Bienes Eclesiásticos del siglo XIX. La pieza es de forma semiesférica y borde ligeramente regruessado y exvasado al exterior, con un asa rectangular en su extremo superior. Sus medidas son 21 x 20 cm. Presenta al exterior de su casquete superior, una inscripción en rasgos mozárabes, cuya transcripción y traducción son las siguientes, según Isidro G. Bango (2001, p. 214):

OFFERT HOC MUNUS SAMSON ABBATIS IN DOMUM  
SCI SEBASTIANI MARTIRIS XPI ERA DCCCCLXLI

“Esta es una ofrenda del abad Sansón al monasterio de San Sebastián año 955(era 993)”

Según esta inscripción, nos encontramos ante una de las campanas de culto más antiguas documentadas en la Península Ibérica, de la que sabemos fue donada por el abad Sansón al Monasterio de San Sebastián del Monte, situado en la Sierra cordobesa, en el año 955, no en el año 930, como aparece en la ficha del Museo.



**Figura 3.** Campana de Trassierra (Córdoba).

**Figura 4.** Campana de Los Ronzales (Huelva).

Muy similar a esta campana, que ya mencionara M. Gómez-Moreno (1951, p. 394), es la existente en el Museo de Huelva (nº Inv. MPH.2901), de dimensiones: Alt.: 31,6 cm; Long. Max.: 25,8 cm; Long. min.: 21 cm; que fue hallada en la finca “Los Ronzales” de Gibraleón en Huelva y es de bronce, de base rectangular, cuerpo ligeramente prismático al exterior y acampanado por el interior, con remate plano, desde donde arrancan dos asas paralelas de lengüeta verti-

cal. El borde de la base es regruessado al exterior. En la parte superior frontal de la campana aparecen cuatro orificios de sección cuadrangular y una inscripción incisa en cúfico con la leyenda siguiente: "*Lo hizo Allah ( ó Aflah?) hijo de Zacarías*".

La campana, por su inequívoco uso en el ritual cristiano, fue considerada como mozárabe por M. Casamar (1975, p. 20, nº 39; Córdoba, 1986, p. 91, nº 146) y por los avatares políticos de su lugar de procedencia: la Cora de Niebla, propuso el encuadrarla en el siglo XI, bajo el tolerante gobierno de Al-Bakri (1012-1052)

Esta campana presenta de extraordinario, frente al ejemplar cordobés, que siendo un objeto claramente de uso cristiano aparece infirmada no en latín o mozárabe, sino en árabe, clara muestra de esta interconexión cultural de estos objetos bajo el califato, como sucedía en el conjunto de aguamaniles, analizados anteriormente. Asimismo, al igual que sucedía con el conjunto de candiles y aguamaniles, nos encontramos con unas piezas de la segunda mitad del siglo X y principios del siglo XI y de una geografía de procedencia plenamente andalusí: Córdoba-Niebla.

### **III. De la Cruz y Ara de San Millán y el Cáliz de Braga. Obras de fábrica islámica**

Resulta sorprendente que en el capítulo específico que Manuel Gómez-Moreno dedicó al "*Arte Mozárabe*" en el volumen tercero del "*Ars Hispaniae*" (1951) no mencionara en este apartado a ninguna de las piezas que hemos analizado. Más aún conociéndolas, como era el caso del candil y del aguamanil, las consideró como piezas islámicas con inscripciones latinas... pero nunca como piezas propiamente mozárabes o ejemplos del arte de aquella comunidad de cristianos andalusíes que en las fuentes cristianas se les denomina mozárabes. Por ello, vamos a tratar ahora, precisamente, de aquellos objetos que consideró como ejemplos del "*Arte Mozárabe*" y así los recogió en su obra.

El primero de ellos es, indiscutiblemente, la Cruz votiva de San Millán, de la que se conocen sólo tres brazos; un brazo se conserva en el MAN con nº de inventario 63935 y los otros dos en el museo del Louvre (OA 5944 y 5945), que se exhibieron conjuntamente por primera vez en España en la exposición, comisariada por Isidro G. Bango, "*Maravillas de la*

*España Medieval. Tesoro Sagrado y Monarquía*", organizada en la colegiata de San Isidro de León entre diciembre del año 2000 y febrero de 2001 (León, 2000-2001, p. 383, nºs 144-146).

Los brazos conservados pertenecen a una gran cruz patada procesional de cuatro brazos, siguiendo el modelo de la cruz votiva de Santiago de Peñalba, de los años 931-951 (León, 2000-2001, p. 382, nº 143). El tamaño de los brazos es de 37,3 cm de alto por 13,5/14 cm en el extremo más ancho. Todos ellos presentan similar decoración labrada en el marfil, por las dos caras, con una banda perimetral de fondo vegetal sobre la que se realzan conjuntos zoomórficos de disposición simétrica en las franjas enfrentadas con parejas de animales siguiendo la secuencia: grifo, águila, cérvido y león. Composiciones que arrancan de la franja central de la cruz, partiendo de un mascarón o bucráneo tallado. Los extremos anchos de los dos brazos de la cruz se rematan con una misma composición, constituida por dos leones enfrentados y rematados en los extremos por dos grifos en disposición opuesta.

M. Gómez-Moreno cuando conoció el brazo español, no dudó en considerar al conjunto como una obra mozárabe, de clara influencia del arte califal y realizada alrededor del 970, o para la fundación del monasterio de San Millán en el 984 (1951, p. 406). E. Kühnel en su vasta y clásica obra sobre los marfiles, la consideraba como obra procedente de los talleres califales de Córdoba y por tanto del siglo X (Kühnel, 1971, pp. 49-51, nº 48). Sin embargo, M<sup>a</sup> Teresa López de Guereño Sanz, la considera como una pieza realizada en el taller del convento de San Millán, de claros precedentes hispanovisigodos y astures, pero de influencia de los talleres califales de la época de Al-Hakam II (León, 2000-2001, p. 374). Por último, en la reciente revisión de los marfiles islámicos efectuada por A. Galán opina que podría haberse realizado en los talleres califales para los cristianos del norte a finales siglo X y vinculada al regalo de Almanzor por su boda con una hija de Sancho Abarca de Navarra? (Galán, 2005, II, pp. 101-103)

Junto a esta extraordinaria cruz de marfil y procedente del mismo monasterio de San Millán, procede el ara, también conservada en el Museo Arqueológico Nacional (nº inv.63936), de la que M. Gómez-Moreno consideraba que, aunque remontada en el siglo XIII,

conservaba plaquetas de marfil de similar talla que los brazos de la cruz y, más aún, recordaban a obras del taller de marfiles de Halaf, en especial la cajita conocida como de Davillier, conservada en el Museo del Louvre (Gómez-Moreno, 1951, p. 407).

Efectivamente, esta ara o altar portátil de madera, conserva 16 de sus 21 plaquetas de marfil, adornando su exterior y con disposición distinta de la original, lo que constata su remontaje posterior. Entre ellas hay una placa que porta parte de una inscripción en latín mozárabe que dice: "HANC ARAM SACRO ("Consagro este altar..."). Las plaquetas con decoración presentan una talla y composición muy similar a la decoración de la Cruz de San Millán, desarrollándose un elenco de leones, grifos, halcones y gacelas, a los que añadir la aparición diferente de liebres y cabras.

La atribución califal de las placas decoradas, dadas a las mismas por M. Gómez-Moreno, es seguida por M. Casamar (Paris, 2000, pp. 330, 331). Sin embargo, E. Kühnel, a estas placas, las consideraba como procedentes del taller de Cuenca y por tanto del siglo XI (1971, p. 51, nº 50). Por el contrario, A. Galán las considera como tallas realizadas en el mismo monasterio, tomando el modelo de la cruz de San Millán y que se harían coincidiendo con la inscripción mozárabe que la sitúa en época del Abad Blasco y, por tanto, sería de los años 1066-1086 (Galán, 2005, II, pp. 103-105).



**Figura 5.** Brazo de la cruz de San Millán.

**Figura 6.** Cáliz de San Geraldo (Tesoro de la Catedral de Braga).

La controversia sobre si estas piezas del ritual cristiano son obras de talleres califales o realizadas por monjes cristianos que tomaron modelos claramente islámicos, está totalmente abierta y nos sitúa ante el contexto de interculturalidad del califato y del período de las Taifas. En este sentido, es interesantísimo el otro conjunto, el formado por el cáliz y la pátena de San Geraldo del tesoro de la catedral de Braga (Portugal). Conjunto que fue considerado como mozárabe por M. Gómez-Moreno, en su clásica obra sobre "*Iglesias Mozárabes. Arte español de los siglos IX al XI*" (1919, red. Granada, 1998) y que, sin embargo, quedó fuera de la selección posterior llevada a cabo por su hijo M. Gómez-Moreno en el volumen del "*Ars Hispaniae*", dedicado al arte mozárabe (1951).

El cáliz es de plata dorada y nielada, de pequeño formato: 11cm. de altura, 7,5 cm de diámetro de boca y 7cm de diámetro de la base. Su forma es típica de copa, de forma semisférica con labio exvasado, ástil ligeramente regruessado en su parte central y base plana. El cuerpo exterior está decorado con cenefas en relieve que encierran cuatro medallones decorados con motivos de dos leones y dos águilas. En el ástil o pie se desarrollan dos niveles de arcos calados de herradura. En la base del cáliz se desarrolla la siguiente inscripción incisa: + IN N(omi)NE D(omi)NI MENENDUS GUNDI SALVI + ET TUDA D(o)M(i)NA SUM

No existe unanimidad sobre este cáliz, cuya forma se sale de sus precedentes bitroncocónicos y con asas, así como es el único que presenta una base plana, totalmente diferente a los cálices cristianos posteriores (García, 2000-2001, pp. 331, 332). Todo ello llevó a considerarlo como una pieza no ritual sino del mero ajuar suntuario de los condes Mendo Gonçalvez (m. 1008) y su mujer Toda (m. 1022-1025) (León, 2000-2001, p. 334, nº 106). Que son los que aparecen en la inscripción y por tanto, la pieza habría que considerarla como anterior al año de la muerte del conde acaecida en el año 1008 y, según algunos investigadores, labrado en talleres de Braga (Almeida, 1988, p. 142) o de Coimbra (Gómez-Moreno, 1919, p. 383).

Ahora bien, no podemos dejar a un lado un hecho fundamental y es que el cáliz con su pátena se conservan en el interior del conocido bote de marfil califal de Sayf al-dawla, de la catedral de Braga, perfectamente documentado como una obra de Abd al-

Malik, hijo de Almanzor, y por tanto realizada entre los años 994 y 1004, según la opinión de la reciente revisión efectuada de la pieza por A. Galán (2005, II, pp. 53-55), que le ha llevado a revisar la donación de este bote y de su contenido, concluyendo que llegó a la seo de Braga de manos del Conde Mendo Gonsalvez (m.1008) y destinada a conservar en su interior una pátana y un cáliz de plata siguiendo el hecho histórico documentado por Levi-Provençal, según un texto de Ibn Jaldún, por el cual, estos objetos se dieron en el año 1004, cuando 'Abd al-Malik, en calidad de árbitro resolvió, por medio del juez mozárabe Asbag ben 'Abd Allah ben Nabil, una querrela en relación con la tutela del rey Leonés Alfonso V, que se disputaban el Conde de Castilla Sancho García y el Conde gallego Menendo González, tutor del infante, resolviendo a favor de éste último. De aceptar este hecho histórico, se desprendería que el cáliz y la pátana vendrían en el interior del bote de marfil y como parte del regalo de 'Abd al-Malik y del juez Asbag al Conde Mendo y, por tanto, serían obras realizadas en la Córdoba califal, posiblemente con intervención de artesanos cristianos/romances.

Siendo así, nos encontraríamos ante objetos inequívocos cristianos: la cruz de San Millán y el cáliz de San Geraldo, elaborados en talleres andalusíes para el ritual de las comunidades cristianas prerrománicas del norte y destinadas a conformar los tesoros de las nacientes iglesias de la reconquista.

#### IV. Arquetas y relicarios de época Taifa

A la hora de hablar de arquetas y relicarios andalusíes de época Taifa existentes en iglesias de los reinos cristianos del norte peninsular, hay que partir de las contadas arquetas que salieron del taller de marfiles de Cuenca y que fueron a parar a iglesias y monasterios, casualmente, con el fin de ser depositarias de las sagradas reliquias cristianas.

Este es el caso de la Arqueta de Silos, conservada en el Museo de Burgos (nº Inv. 198), de forma rectangular con tapadera troncopiramidal, de 19cm de fondo, 34 cm de largo y 21cm de altura. Ha sido muy estudiada como recoge A. Galán en su obra, por lo que remitimos a su consulta (Galán, 2005, II, pp. 75-78). Es de alma de madera y chapada de placas de marfil talladas y en una de sus caras laterales aparece una

escena de ángeles realizada en esmaltes. Las caras frontal y posterior desarrollan similares escenas en tres bandas, de arqueros que disparan a grifos enfrentados, alternando con leones mordiendo a gacelas. La cara lateral dispuesta también en fajas, desarrolla motivos de pavones de cuellos entrelazados y ciervos de largas cornamentas, rematándose en su parte inferior con cinco círculos con gacelas. Sin embargo, las placas de la tapa desarrollan temas vegetales de ataurique. De la inscripción que bordeaba la tapa de la arqueta sólo se conservan los fragmentos de los costados que han permitido identificarla como una obra realizada en Cuenca, debida a Muhammad ibn Zayyan, y en el año 1026, según el estudio de M. Casamar (Madrid, 2000, pp. 257-259).

La arqueta la traemos aquí porque, aunque no sabemos cuando llegó al monasterio de Silos, el que en su costado lateral aparezca una escena realizada en delicados esmaltes del taller de Silos, en el que aparece la figura de Santo Domingo de pontifical, báculo en la mano derecha y libro en la izquierda, con dos ángeles a sus lados, nos sitúa ante una pieza de taller islámico apropiada y sacralizada por los cristianos. Así, consta en su inscripción: SA/NT/US y dOM/INI/CI, dedicada a Santo Domingo, canonizado en el año 1076 y, por tanto, sabemos que la arqueta ya estaba en ese momento en el monasterio, según M. Casamar (Paris, 2000, p. 257) y destinada a acoger las reliquias de las once mil vírgenes.

Otra pieza de gran interés para nuestro análisis es precisamente la conocida como arqueta de las "Bienaventuranzas" de San Isidoro de León y que se conserva en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid (nº inv. 52092). La arqueta en sí no nos interesa ya que es una pieza claramente cristiana, como ha estudiado A. Franco (1991; 1996, p. 216; 1998, pp. 150-



Figura 7. Arqueta de Silos (Burgos).

Figura 8. Arqueta de San Isidoro de León.

152), realizada en los talleres reales y que forma parte de la donación testamentaria de Fernando I y su esposa Sancha, firmada el 22 de diciembre del año 1063; pero si que merece nuestra atención porque un lateral de la arqueta está recubierto con siete placas reutilizadas y procedentes de dos arquetas diferentes. Así, siguiendo a A. Galán (2005, II, pp. 82, 83) se aprecian claras diferencias entre ellas, de tal manera que se puede hablar de que corresponden a dos arquetas diferentes. De una de ellas procederían las dos placas centrales y la de su extremo superior derecho que corresponde a parte de una inscripción en cúfico de escritura foliada de estilo Toledano que dice: *"(Isma)il, hijo de Al Ma'mun Du (l maydayn)"* que corresponde al hijo el mismo oferente que el que aparece en la arqueta de Palencia, con la que tiene evidentes paralelos estilísticos, de tal manera que se las considera a estas placas como procedentes de una arqueta del taller de Cuenca y contemporánea a la de Palencia del año 1049 (Galán, 2005, II, p. 84).

El resto formado por cuatro plaquetas, de idéntico estilo y diferentes a las mencionadas anteriormente ya que su decoración es eminentemente epigráfica. Los fragmentos, como recoge A. Galán (2005, II, pp. 83, 84) parece que hacen referencia a la esposa de un sultán? Y por su diseño no se puede considerar como proveniente de los talleres de Cuenca, si no más bien A. Galán (2005, II, p. 84) se inclina en considerarlas como procedentes de un posible taller existente en la taifa Abbadí de Sevilla.

El conjunto de las dos posibles arquetas: una del taller de Cuenca y otra de Sevilla?, es interpretado por A. Galán (2005, II, pp. 84, 85), en contra de la opinión de I. C. Bango Torviso (2000-2001, p. 223), como parte de las tres arquetas que se mencionan en el testamento de donación de Fernando I y su esposa Sancha a San Isidoro de Sevilla en el año 1063, completándose el conjunto con la arqueta de las "liebres". Esta pequeña arqueta se conserva en el tesoro de San Isidoro de León (nº In. IIC-3-089-002-0010) y es tipo caja rectangular de 3'1 x 4'6 x 3'2 cm, de marfil tallado con una escena de dos liebres en su parte frontal y una de las laterales, estando decorada la tapa por atauriques. En su base porta la inscripción en mozárabe siguiente: "HEE SUNT RELIQVIE S/ VINTI UL S PRIDENTI SCOR(U) / EMETERIVS CELEDONIVS SCOR(U)/ COSME E(T) DAMIANI", o sea "Aquí están las reliquias de ... Prudencio, Emeterio, Celedonio,

Cosme y Damian" (León, 2000-2001, p. 118, nº 31). Considerada como una obra menor o de talleres secundarios califales o atribuible al taller de Cuenca (Marinetto, 1987, p. 50) y A. Galán, siguiendo a E. Kühnel (1971, nº 51), la considera como una pieza que podría provenir de los talleres de San Millán de la Cogolla y anterior al propio taller de Fernando I (Galán, 2005, II, pp. 70-72).



**Figura 9.** Arquetas metálicas de Colegiata de San Isidoro de León.

En resumen, esta arqueta y los fragmentos de los dos anteriormente citadas podrían ser las que iban dentro de otra, quizás la de las Bienaventuranazas, según se menciona en el texto de la donación de 1063: *"... in una ex eis sedent intus tres aliae capsellae in eodem opere factae."* (Galán, 2005, II, p. 85).

A este conjunto de arquetas islámicas, procedentes en su mayor parte del taller de Cuenca, - de las que sabemos como pocos años después, antes del 1063-76, de su fundación llegaron a Silos o a la colegiata de San Isidoro de León-, podríamos añadir la conocida arqueta del taller toledano de Cuenca del año 1049-50 pero de la que no sabemos con certeza cuando llega a la catedral de Palencia, aunque algunos opinan que llegó después del saqueo de la ciudad de Cuenca, llevada a cabo por el monarca Alfonso VIII en el año 1177 (Galán, 2005, II, pp. 78-81).

De época Taifa también traemos aquí algunos objetos realizados en metal, claramente procedente de



talleres andalusíes y que forman parte del tesoro de la colegiata de San Isidoro de León. De entre ellos, mencionaremos la delicada cajita con forma de corazón, de plata nielada y dorada del mismo tesoro de la Colegiata de San Isidoro de León (IIC-3-089-002-0016) con decoración de roleos y palmetas y en su base consta una inscripción latina que dice: EE SUT RELIQUIE SCI PELAGI. Es decir se refiere a las reliquias de San Pelayo, mártir cordobés de la época de 'Abd al-Rahman III (León, 2000-2001, p. 115, nº 25). Ha sido considerada por M. Gómez-Moreno (1951, p. 337) como pieza de orfebrería islámica califal y que posiblemente fuera traída, junto al otro relicario del tesoro de la Colegiata, de Córdoba por Fernando I acompañando las reliquias de San Isidoro.

Las otras piezas son un rico e importante conjunto formado por cuatro arquetas y un bote. De las arquetas, una arqueta es ovalada de plata nielada (nº 50889) (León, 2000-2001, p. 112, nº 20); otra rectangular con patas y de plata dorada y nielada (nº 50867) (León, 2000-2001, p. 112, nº 21); la siguiente, más pequeña, de plata dorada y nielada (IIC-3-089-002-0015) (León, 2000-2001, p. 113, nº 22) y, por último, una excepcional arqueta de plata nielada (IIC-3-089-002-0014) que, según su inscripción, es una arqueta fatimí procedente de Egipto (León, 2000-2001, p. 114, nº 23). A estas arquetas habría que añadir el excepcional bote cilíndrico de plata sobredorada (IIC-3-089-002-0019) con decoración de palmetas entrelazadas y sin inscripción epigráfica, pero que por su decoración se la considera como califal de fines del siglo X, principios del siglo XI (León, 2000-2001, p. 115, nº 24). En resumen, todas ellas catalogadas por sus inscripciones epigráficas como andalusíes del siglo XI (Gómez-Moreno, 1951, p. 337; Torres Balbás, 1957, pp. 764, 765); pero, lamentablemente, no se sabe en que momento llegaron al tesoro de la Colegiata. Sin embargo constituyen, junto con los relicarios, el conjunto de piezas de la metalistería andalusí del siglo XI conservado más importante de la península, así como suponen la última página de la historia de las piezas procedentes de, hasta el momento, desconocidos talleres de metalistería de época Taifa y que fueron a parar a los tesoros de las iglesias de los expansivos reinos cristianos.

## V. Al-Andalus y las Comunidades Prerrománicas: mozárabes y cristianas

Estas jornadas sobre *"Cristianos y musulmanes en la Edad Media Peninsular"* me han permitido el revisar una serie de objetos de arte suntuario de la cultura material andalusí que, por la presencia de inscripciones latinas o por su uso inequívoco en el ritual cristiano, ya fueron considerados en parte por M. Gómez-Moreno como "mozárabes", y diferenciadas geográficamente entre "andaluz puro": el candil salomónico, el pavón del Louvre y la campana de Sansón, y las "septentrional arabizado", como serían el caso de el cáliz de Braga, la Cruz y Ara de San Millán (1951, p. 394). Investigadores actuales, totalmente en contra de la denominación de "mozárabes", son más partidarios de considerar al conjunto formado por las campanas, el candil y el pavón, como las últimas y contadas manifestaciones materiales de la existencia de aquellas comunidades de resistencia cristiana en territorio andalusí, y al resto como meros objetos de producción islámica (Bango Torviso, 2001, pp. 214, 215).

El debate está abierto entre los especialistas del Arte Prerrománico o de las comunidades de resistencia cristiana, ya que, por el contrario, entre los especialistas del arte andalusí, este limitado grupo de objetos, no ha merecido su atención después de los trabajos de M. Gómez-Moreno (1951) y de Leopoldo Torres Balbás (1957), si exceptuamos el caso de Manuel Casamar (1975), al que debemos una pequeña monografía que seguía la línea mozarabista de sus antecesores.

Transcurridos medio siglo de aquellos estudios creo necesario una revisión y, en este sentido, se enmarca nuestra somera investigación. El estudio y revisión de este elenco de objetos nos sitúa ante el hecho incuestionable, como se ha visto, de que todos ellos son producciones claramente andalusíes, entre finales del siglo X y finales del siglo XI; es decir entre la fecha de los años 962-972 del candil y de los pavones, y la del año 1063 para la arqueta y el conjunto de relicarios del tesoro de San Isidoro de León. Un período de tiempo de apenas un siglo que indiscutiblemente se enmarca entre el final de las comunidades cristianas de resistencia en al-Andalus o "mozárabes" y el inicio o los orígenes de las producciones propias que caracterizarán a las expansivas comunidades cristianas del norte Prerrománico.

Un limitado período de tiempo en el que podemos diferenciar claramente dos grandes fases. La de fines del califato y la propiamente Taifal. De cronología califal, la más antigua sería la Campana del obispo Sansó del año 955, objeto aislado y desconectado cronológicamente del resto de objetos, en su mayoría del último tercio del siglo X, como serían el Candil y los Aguamaniles, de los años 962-972; la Cruz de San Millán, encuadrable entre el año de fundación del monasterio (984) y el año 1000; y el Cáliz y la Pátina de Braga del año 1004. Objetos todos ellos que se caracterizan respecto al grupo taifa, como veremos posteriormente, porque funcional y formalmente son objetos claramente vinculados al ritual cristiano: ahí están la extraordinaria Cruz de San Millán o el Cáliz y la Pátina de Braga. A ellos, se añadirían los Aguamaniles con forma de ave que portan cruces incisas y cuya forma es, sorprendentemente, muy similar a la miniatura aviforme de la *Biblia Hispalense* del año 988 que porta en su cuello una inscripción árabe y porta un pez (¿agua?) en su pico, como representación del antiguo cristianismo (Bango Torviso, 2001, p. 213, fig. 140). Objetos producidos por ¿cristianos?, según la inscripción del pavón del Louvre, pero en suelo andalusí, si nos atenemos a los rasgos de la grafía, y que por su geografía de aparición y cronología podrían vincularse a la recepción por el califa Al-Hakam II de los embajadores del Emperador Oton II entre los años 971 y 974 (Lirola, 1993, p. 249). Por el contrario, el lote formado por la Cruz de San de Millán y el Cáliz de Braga, se vinculan perfectamente a las relaciones mantenidas, a finales del siglo X, por el califato con la aristocracia y los reinos cristianos. En el caso del cáliz, seguramente pudo ser un regalo del califa al Conde Menendo por la tutoría del infante Alfonso V; y en el caso de la Cruz de San Millán, podría asociarse al regalo de Almanzor por su boda con la hija de Sancho Abarca de Navarra. Objetos todos ellos, producidos en al-Andalus, ya sea por cristianos o musulmanes, pero con el destino de llegar a las comunidades cristianas del norte peninsular o europeas, como parte del regalo o de los presentes de los últimos califas de al-Andalus.

Por el contrario, cuando analizamos los objetos que constituyen el conjunto de piezas andalusíes de la segunda fase o de época Taifa que fueron a parar a las iglesias y monasterios cristianos del norte peninsular, se observan unos rasgos totalmente diferentes.

Así, a diferencia del grupo de objetos califales, los de época Taifas no corresponden a objetos de funcionalidad inequívocamente del ritual cristiano, como serían las cruces o los cálices, sino que son arquetas, claramente reutilizadas, ya que en su origen no se concibieron, precisamente, para contener reliquias de mártires o santos cristianos. Más aún, sus inscripciones constatan que en origen se fabricaron como regalos y presentes para personajes de las diversas cortes Taifa, como es el caso más evidente de la arqueta de Silos, producida en el taller de Cuenca en el año 1026 y dedicada a Muhammad ibn Zayyan, señor de la Taifa de Toledo, que fue dedicada posteriormente a la figura de Santo Domingo, rediseñando un lateral con una hermosa y delicada escena realizada con la técnica del esmalte en el año 1076.

Atendiendo a la talla de las arquetas se puede, además, establecer dos grupos de procedencia de las mismas. El conjunto más numeroso de arquetas lo constituye el precedente del taller de Cuenca, formado por la mencionada arqueta de Silos, producida en el año 1026 y ¿rebautizada? en el año 1076; las plaquetas reutilizadas de la arqueta de las Bienaventuranzas de San Isidoro de León del año 1063, procedentes de una arqueta del año 1049 y a ellas habría que añadir la arqueta de Palencia, del taller de Cuenca del mismo año y que pudo llegar a principios del siglo XII.

El otro centro de procedencia vendría definido por las restantes plaquetas que decoran la mencionada arqueta de las Bienaventuranzas y que corresponden a una arqueta en origen dedicada a una desconocida sultana? Y procedente de algún taller de la Taifa Abbadí de Sevilla, con una cronología final del año 1063, fecha en la que se trasladan desde Córdoba los restos de San Isidoro a León.

Como se observa, nos hallamos ante un conjunto de arquetas, en su mayor parte fabricadas en el taller de Cuenca, y en origen destinadas a ser presentes de los señores Taifas de Toledo o de Sevilla, que nunca fueron concebidas para ser objetos del ritual cristiano y que, sin embargo, fueron a parar años después a los tesoros de las nacientes monarquías prerrománicas, como sería el caso de San Isidoro de León, seguramente como pago de parias del señor de la Taifa de Toledo o como fruto del acuerdo entre el Taifa de Sevilla y el monarca Fernando I, en el caso de las reliquias de San Isidoro.

En este concepto o como fruto de la compra en los mercados de al-Andalus de objetos suntuarios por parte de las nacientes y poderosas iglesias del norte, se podría explicar la aparición del extraordinario conjunto de cajitas andalusíes de plata y de metal en el tesoro de San Isidoro de León, todas ellas de una cronología general del siglo XI. Arquetas de marfil y cajitas o relicarios de plata que, en conjunto, debieron influir en los tallistas o artistas cristianos ya que sus primeras producciones están impregnadas, ahora sí, de un claro “mozarabismo”, como serían el Cáliz realizado entre el 1040-1073 en el monasterio de Silos, con una franja decorativa en pseudo-epigrafía islámica (León, 2000-2001, pp. 334, 335; nº 1079); o el extraordinario conjunto formado por el Arca Santa, encargada posiblemente por el rey Alfonso VI en el año 1113 de la Era (1075) (Gómez-Moreno, 1945; Manzanares, 1972, pp. 20-28) o posteriormente (2000-2001, pp. 398-400, nº 160) y la cajita del Obispo Arias (Paris, 2000, pp. 320, 321) que se conservan en la catedral de Oviedo, y que se encuadran entre los años 1073 y 1094, con sendas bandas epigráficas en árabe no legibles según M. Gómez-Moreno y por tanto realizadas por tallistas, posiblemente mozarabes, que ya no conocían el árabe.

## Bibliografía

- ACIÉN, M. (1997) – *Entre el Feudalismo y el Islam. 'Umar Ibn Hafsûn en los Historiadores, en las Fuentes y en la Historia*, (2ª ed. ampliada), Universidad de Jaén, Jaén.
- ALLAN, J. W. (1986) – *Metalwork of the Islamic World. The Aron Collection*, London.
- ALMEIDA, C. A. F. (1988) – *Arte da Alta Idade Media, História de Arte em Portugal*, 2 vols, Lisboa.
- AZUAR, R. (1998) – Bronces litúrgicos y la formación de al-Andalus, *Cuadernos Emeritenses*, vol. 15, pp. 29-64.
- AZUAR, R. (2004) – Pavones, gallos y grifos en la metalistería islámica, *El Gallo de la Torre. San Isidro*, pp. 119-134, León.
- AZUAR, R. (2004a) – Rutas y comercio de al-Andalus con las repúblicas italianas de Génova, Pisa y Amalfi, durante los siglos XI al XIII, *IV Seminario ANSER. Rotte e Porti Mediterraneo Dopo la Caduta dell'Impero Romano d'Occidente. Continuità e innovazione tecnologichee funzionali*, pp. 77-105, Roma.
- BANGO TORVISO, I. G. (1991) – *Arte Mozárabe*, Madrid.
- BANGO TORVISO, I. G. (1996) – El Arte mozarabe, *I Congreso Nacional de Cultura Mozárabe*, pp. 37-52, (Córdoba).
- BANGO TORVISO, I. G. (2000-2001) – La piedad de los reyes Fernando I y Sancha. Un tesoro sagrado que testimonia el proceso de la renovación de la cultura hispana del siglo XI, *Maravillas de la España Medieval*, pp. 223-227, León.
- BANGO TORVISO, I. G. (2001) – Arte prerrománico hispano. El arte en la España cristiana de los siglos VI al XI, *SUMMA ARTIS, Historia General del Arte.*, vol. VIII-II, Madrid.
- BARCELONA (1999) – *L'Islam i Catalunya*, Barcelona.
- BAUTIER, R.H. (1977) – Datation et provenance du pavon aquamanile du Louvre a l'inscription bilingüe latine et arabe, *Bulletin de la Societé Nationale des Antiquaires de France*, pp. 92-101.
- BURGOS (2007) – *El Cid. Del Hombre a la Leyenda*, Burgos.
- CASAMAR, M. (1975) – *Arte Mozárabe*, Madrid
- CASAMAR, M. (1985) – Marfiles islámicos poco conocidos, *Cuadernos de la Alhambra*, vol. 21, pp.11-29.
- CONTADINI, A. (1994) – La Spagna dal II/VIII al VII/XIII secolo, *Eredità dell'Islam. Arte Islamica in Italia*, pp. 105-113, Venezia.
- CHALMETA, P. (1994) – *Invasión e Islamización. La sumisión de Hispania y la Formación de Al-Andalus*, Madrid.
- CÓRDOBA (2001) – *El Esplendor de los Omeyas Cordobeses*, Córdoba.
- COTT, P. B. (1939) – *Siculo-Arabic Ivories*, Princeton.
- DOMINGUEZ PERELA, E. (1986) – Eboraria islámica. Las arquetas del Museo Lázaro Galdiano, *Goya*, nº 193-195, pp. 66-81.
- FERRANDIS, J. (1935) – *Marfiles Árabes de Occidente*, vol. 1, Madrid.
- FERRANDIS, J. (1940) – *Marfiles Árabes de Occidente*, vol. 2, Madrid.
- FOLSACH, K. Von (1990) – *Islamic Art. The David Collection*, Copenhagen.
- FRANCO MATA, A. (1991) – El tesoro de San Isidoro y la monarquía Leonesa, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, vol. IX, pp. 35 y ss.
- FRANCO MATA, A. (1998) – La eboraria de los reinos hispánicos durante los siglos XI y XII, *Codex Aquilarensis*, vol. 13, pp. 143-166.
- FRANCO MATA, A. (2007) – Las artes suntuarias en las Españas del Cid y del Cantar. Siglos XI y XII, *El Cid. Del Hombre a la Leyenda*, pp. 161-183, Burgos.
- GALÁN Y GALINDO, A. (2005) – *Marfiles Medievales del Islam*, Córdoba.
- GALÁN Y GALINDO, A. (2005a) – La caja árabe de Carrión de los Condes, una hipótesis histórica, *Arte, Arqueología y Historia*, vol. 12, pp. 22-25.
- GARCIA FLORES, A. (2000-2001) – El Cáliz, *Maravillas de la España Medieval. Tesoro sagrado y monarquía*, pp. 331-340, León.
- GÓMEZ-MORENO, M. (1919) – *Iglesias Mozárabes. Arte Español de los Siglos IX al XI*, Madrid (reed. Granada, 1998).

- GÓMEZ-MORENO, M. (1945) – El Arca Santa de Oviedo documentada, *Archivo Español de Arte*, vol. 69, pp. 125-136.
- GÓMEZ-MORENO, M. (1951) – El arte español hasta los almohades. Arte Mozárabe, *ARS HISPANIAE*, III, pp. 355-409, Madrid.
- GRANADA (1992) – *Al-Andalus. Las Artes Islámicas en España*, Granada.
- KOBENHAUN (1975) – *The David Collection of Islamic Art*, Kobenhavn.
- KÜHNEL, E. (1971) – *Die Islamischen Elfenbeinskulpturen, VIII-XIII. Jahrhundert*, Berlín.
- LEÓN (2000-2001) – *Maravillas de la España Medieval. Tesoro Sagrado y Monarquía*, León.
- LONDON (1976) – *The Arts of Islam*, London.
- LÓPEZ DE GUEREÑO, M. T. (2000-2001) – La cruz y el crucificado en la Edad Media Hispana, *Maravillas de la España Medieval*, pp. 371-381, León.
- MANZANARES, J. (1972) – *Las joyas de la Cámara Santa. Valores Permanentes de Oviedo*, Oviedo.
- MARINETTO, P. (1987) – Plaquitas y bote de marfil del taller de Cuenca, *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebráicos*, vol. 36, pp. 45-63.
- MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J. M. (1988) – La España Cristiana. Arte, *Historia General de España y América*, III, pp. 427-453, Madrid.
- PALMA DE MALLORCA (1979) – *Exposición de Cajas, Cofres y Arquetas a través de la Historia*, Palma de Mallorca.
- PARIS (1971) – *Arts de l'Islam. Des origines a 1700*, París.
- PARIS (1977) – *L'Islam dans les Collections Nationales*, París.
- PARIS (2000) – *Las Andalucías de Damasco a Córdoba*, París.
- PISA (1995) – *Arte Islámica. Presenze di Cultura Islamica nella Toscana Costiera*, Pisa.
- PISA (2003) – *Pisa e il Mediterraneo. Uomini, Mercè, Idee dagli Etruschi ai Medici*, Pisa.
- SANTIAGO DE COMPOSTELA (1999) – *Santiago, La Esperanza*, Santiago de Compostela.
- SANTIAGO DE COMPOSTELA (2000) – *Memorias do Imperio Árabe*, Santiago de Compostela.
- SCERRATO, U. (1966) – *Metalli Islamici*, Milán.
- SIMONET, F. J. (1897-1903) – *Historia de los Mozárabes de España*, Madrid.
- TORRES BALBÁS, L. (1949) – Arte Almohade, Arte Nazarí, Arte Mudéjar, *Ars Hispaniae*, vol. IV, Madrid.
- TORRES BALBÁS, L. (1987) – Arte Califal. *Historia de España*, vol. V, pp. 333-788 (5ª ed).
- VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (1999) – Arquetas islámicas de época Taifa reutilizadas para albergar reliquias, siglos XII-XIII, *Santiago, La Esperanza*, pp. 636-639, Santiago de Compostela.
- VENEZIA. (1993) – *Eredità del Islam. Arte Islamica in Italia*, Venecia.
- VIGUERA, M. J. *et alii* (1994) – Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, *Historia de España*, vol. VIII(1), Madrid.
- YARZA LUACES, J. (1985) – *Arte Asturiano-Arte Mozárabe*, Salamanca.
- ZOZAYA, J. (1993) – Importaciones casuales en Al-Andalus: las vías de comercio, *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. I, pp. 119-138.
- ZOZAYA, J. (2001) – Jarro/Aguamanil, *El Esplendor de los Omeyas Cordobeses*, p. 209, Córdoba.

# TOLÉRANCE ET CONNAISSANCE INTERRELIGIEUSES AU MOYEN ÂGE

Pierre Guichard\*

## Resumo

Em torno de noções diferentes mas de um certo modo ainda assim ligadas à tolerância e conhecimento do outro, a presente comunicação pretende estudar um momento preciso da confrontação entre Islão e Cristandade na Idade Média, centrando-se sobre o século XII (VII da Hégira). Ela recordará primeiramente as bases do relacionamento entre as duas religiões: desde as suas origens, o Islão tem conhecimento (desde o seu ponto de vista) do Cristianismo, que é objecto de uma «tolerância institucional» legal, cujos limites são bem definidos (recusa do proselitismo cristão ou judeu em particular). Entre o seu nascimento e os séculos XIII-XIV, tal não obrigou quase nada a ir buscar ao Cristianismo o que ele pensa de si próprio. A situação do Cristianismo é muito diferente. O Islão sendo posterior a ele e tendo-se constituído em parte às suas custas, ele evidentemente não o reconhece, e considera-o como uma falsa religião, dado que devido à sua própria ignorância do árabe ele desconhece completamente a realidade. Os muçulmanos sendo considerados como agressores, ignorância e crença conjugam-se para dar do Islão uma visão deformada, chegando para à caricatura. Até ao século XII, não há praticamente muçulmanos em território cristão, o que faz com que o problema da «tolerância» interior, que caracteriza o Islão, praticamente não se coloque. Não será senão a partir do século XIII que a situação evolui lentamente. Os latinos, aperceberam-se (por razões não religiosas) no interesse que há em aprender árabe, começando a informar-se de modo mais objectivo, da região rival. É esta lenta evolução que queremos examinar a partir dos casos melhor conhecidos de alguns religiosos, sobretudo Franciscanos e Dominicanos, do século XIII. Concluiremos sobre aquele de um Franciscano, um pouco mais tardio, Anselm Túrmeda (ou 'Abd Allâh Turdjman), que persegue o desejo do conhecimento do outro até à conversão.

## Résumé

Autour des notions différentes mais d'une certaine façon tout de même liées de tolérance et de connaissance de l'autre, la communication voudrait étudier un moment précis de la confrontation entre Islam et Chrétienté au Moyen Âge, en centrant l'étude sur le XIIIème siècle (VIIème de l'hégire). Elle rappellera d'abord les bases du rapport entre les deux religions: depuis ses origines, l'Islam a une connaissance (de son point de vue) du christianisme, qui fait l'objet d'une «tolérance institutionnelle» légale, dont les limites sont bien connues (refus du prosélytisme chrétien ou juif en particulier). Entre sa naissance et les XIIIème-XIVème siècles, cela ne l'oblige guère à aller chercher dans le christianisme ce que celui-ci pense de lui-même. La situation du christianisme est très différente. L'islam étant postérieur à lui et s'étant constitué en partie à ses dépens, il ne le reconnaît évidemment pas, et le considère comme une fausse religion, dont en raison de sa propre ignorance de l'arabe il méconnaît complètement la réalité. Les musulmans étant considérés comme des agresseurs, ignorance et crainte se conjuguent pour donner de l'islam une vision déformée, allant jusqu'à la caricature. Jusqu'au XIIème siècle, il n'y a par ailleurs pratiquement pas de musulmans en territoire chrétien, ce qui fait que le problème de la «tolérance» intérieure, qui caractérise l'Islam, ne se pose pratiquement pas. Ce n'est qu'à partir du XIIIème siècle que la situation évolue lentement. Les Latins, s'étant rendu compte (pour des raisons non religieuses) de l'intérêt qu'il y a à apprendre l'arabe, commencent à s'informer de façon plus objective, de la religion rivale. C'est cette lente évolution que l'on voudrait examiner à partir des cas les mieux connus de quelques religieux, surtout Franciscains et Dominicains du XIIIème siècle. On conclura sur celui d'un Franciscain un peu plus tardif, Anselm Turmeda (ou 'Abd Allâh Turdjman), qui pousse le désir de connaissance de l'autre jusqu'à la conversion.

---

\* Université Lyon 2. On a assorti cet exposé d'un minimum de notes, portant sur quelques points précis. Les faits indiqués par ailleurs se retrouveront assez facilement dans les ouvrages figurant dans la bibliographie finale.

## Introduction

Me trouvant en mai 2008 à Alger pour une conférence (sur la «Circulation des biens culturels»), à l'invitation du Haut Conseil Islamique, j'ai pu me rendre compte de l'acuité des débats qui, dans la presse francophone, entouraient la question des convertis à l'évangélisme chrétien, menacés d'assez lourdes sanctions pénales à la moindre suspicion du délit de «prosélytisme». La question a fait l'objet à la même époque d'articles dans la presse française. J'ai pris alors conscience de la sensibilité exacerbée d'une partie au moins du pouvoir et de l'opinion algériens vis à vis de cette question du «prosélytisme, dont se gardent avec la plus extrême prudence les Eglises catholique et protestantes officielles dans le pays. Cela m'a fait réfléchir aux origines de cette situation, dont, me semble-t-il, les racines remontent au Moyen Age. Il est évident que l'ambition chrétienne, puis occidentale, d'étendre au reste du monde ses valeurs, considérées comme universelles, se heurte aux résistances des tenants de la tradition dans les civilisations extra-européennes. Les racines de ces oppositions me paraissent remonter au Moyen Age. Elles sont particulièrement vives dans le dialogue entretenu depuis des siècles entre monde musulman et monde chrétien. L'année suivante, lors d'un colloque sur la «tolérance dans l'Islam», toujours à Alger et encore à l'invitation du même HCl, j'ai essayé de réfléchir à ces origines médiévales d'un antagonisme ancien et toujours vivant. C'est cette réflexion que je reproduis ici pour l'essentiel.

## Tolérance et connaissance interreligieuses au Moyen Age

Un récent livre de John Tolan (*Le saint chez le Sultan. La rencontre de François d'Assise et de l'Islam, huit siècles d'interprétation*, Paris, Seuil, 2007), attire à nouveau l'attention sur un épisode historique célèbre, souvent considéré comme un moment, inhabituel par l'esprit de tolérance qui l'imprègne des deux côtés, des relations entre Islam et Chrétienté. Il s'agit de la rencontre en 1219, à un moment décisif de la cinquième croisade, entre le fondateur de l'ordre religieux des Franciscains, Saint François d'Assise (1182-1226), et le sultan ayyoubide d'Egypte al-Kamil (1180-1238). Réfléchir sur ce moment de l'histoire du XIII<sup>ème</sup> siècle amène forcément à s'interroger sur la place de la tolérance et de l'intolérance dans l'histoire des rapports

entre les deux grandes civilisations qui, durant des siècles, se sont à la fois fréquentées et affrontées de part et d'autre de la Méditerranée. Ces notions ne sont guère séparables de celle de «connaissance», dans la mesure où tolérance et intolérance ne peuvent exister qu'entre deux personnes, groupes ou peuples en rapports l'un avec l'autre, et qui ont donc forcément une «vision de l'autre» qui relève d'un certain niveau de connaissance ou de méconnaissance.

Le XIII<sup>ème</sup> siècle (qui correspond à peu près exactement au 7<sup>ème</sup> siècle de l'Hégire) est un moment très important de l'histoire des relations entre Islam et Chrétienté. Il s'ouvre à un moment où les pays musulmans sont à leur apogée, juste après la disparition de deux souverains prestigieux, Saladin, mort en 1193, qui a rendu Jérusalem aux musulmans, et le calife almohade al-Mansûr, mort 1199, qui a remporté en 1095 sur les chrétiens la grande victoire d'Alarcos, qui arrête pour une bonne quinzaine d'années l'avancée des royaumes chrétiens de la péninsule ibérique. Du côté chrétien, au delà des vicissitudes politiques qui marquent la période, le XIII<sup>ème</sup> siècle voit naître dans l'Eglise des ordres religieux nouveaux, ceux que l'on appelle les «ordres mendiants». Ils naissent de l'initiative de deux personnages reconnus dans la chrétienté latine comme des saints, qui apportent une appréhension nouvelle de la vie religieuse, Saint François d'Assise, dont il vient d'être question, qui fonde l'ordre des Franciscains, et Saint Dominique celui des Dominicains. Le premier est approuvé par la papauté en 1210, le second en 1216. L'un et l'autre constituent dans l'Eglise des institutions nouvelles. On donne aussi aux Dominicains le nom de «frères prêcheurs», en raison de leur importante activité de prédication. L'un et l'autre des deux ordres donnent l'exemple de la renonciation aux richesses («pauvreté» manifestée par leur situation de «mendiants»), et s'adressent directement aux fidèles par une prédication très active réalisée en dehors des cadres anciens des paroisses et des établissements des ordres religieux traditionnels (Clunisiens et Cisterciens) surtout dans les villes d'Occident, alors en plein essor, ce qui leur assure un très grand succès.

L'épisode de la rencontre entre François d'Assise et le sultan al-Kâmil est révélateur d'un facteur nouveau que ces ordres religieux naissants introduisent dans la Chrétienté du point de vue de ses relations avec l'Islam. Jusqu'alors les rapports avec la grande

religion « concurrente » s'étaient situés dans le cadre de relations épisodiques, conflictuelles sur le fond mais parfois plus pacifiques. Il y avait eu, entre deux mondes relativement équilibrés depuis l'arrêt de la conquête islamique des VII<sup>ème</sup>-VIII<sup>ème</sup> siècles, quelques relations commerciales, et d'assez rares échanges diplomatiques. Ces relations existaient depuis l'apparition de l'Islam mais étaient entrées dans une période plus active et souvent plus tendue du fait du déclenchement des croisades et de l'avancée territoriale et économique des puissances chrétiennes en Sicile, en Espagne, et d'une façon générale dans l'espace méditerranéen. Les ordres mendiants vont adopter dans ces relations intensifiées une approche de type nouveau, dominée par le souci de conversion, les deux ordres ayant dans ce domaine une attitude différente, correspondant jusqu'à un certain point à l'esprit général de chacun d'eux.

Pour comprendre l'évolution des relations de connaissance/méconnaissance et tolérance/intolérance réciproques des deux religions au XIII<sup>ème</sup> siècle, il faut bien voir dans quelle situation elles se trouvent l'une par rapport à l'autre. On connaît plutôt mieux la façon dont les musulmans voient les chrétiens, puisque le christianisme a sa place en quelque sorte dans les lois même de l'Islam. On peut dire que l'Islam n'a pas une tolérance générale vis à vis de l'ensemble des cultures humaines, puisqu'il n'accepte pas les païens, mais qu'il a une tolérance « institutionnelle » envers les chrétiens et les juifs. Au départ il y a sans doute une situation de guerre (le *djihād*). Mais une fois qu'ils se sont soumis à lui, il leur reconnaît, en tant que « gens du Livre » (*ahl al-Kitâb*) et détenteurs d'une écriture qui est un antécédent de la révélation islamique, le droit de vivre dans le *Dâr al-Islâm* comme *dhimmîs* (protégés). La condition des *dhimmîs*, inégalitaire en principe, a été on le sait très variable selon les époques, tantôt difficile, tantôt au contraire assez, ou parfois même à titre individuel plutôt que collectif, très favorable. Du point de vue de la connaissance, l'Islam présente une vision du christianisme qui se trouve incluse dans ses textes fondateurs. Il reconnaît bien des éléments de la tradition judéo-chrétienne, certains même fondamentaux aux yeux des chrétiens comme la virginité de Marie, mais, en ne faisant de Jésus qu'un prophète, il refuse les « mystères » qui sont le fondement même du

dogme chrétien pour lequel il participe à la fois de la divinité et de l'humanité (Trinité et Incarnation).

La situation du christianisme vis à vis de l'Islam est historiquement bien différente. Il ne reconnaît évidemment pas l'Islam, dont l'expansion a amputé la chrétienté du début du Moyen Age d'une partie de ses territoires historiques, et s'est trouvé avec lui durant des siècles dans une situation d'affrontement. A la défensive durant le haut Moyen Age, la phase de dynamisme de la nouvelle religion, période où s'ancre l'idée qu'il est une fausse religion et un agresseur, a succédé à partir du XI<sup>ème</sup>/5<sup>ème</sup> s. une attitude beaucoup plus offensive, où se combinent des facteurs religieux, démographiques, économiques, technologiques et militaires qu'il est difficile de hiérarchiser et qui sont étroitement associés dans les entreprises de croisade. La nature profonde de celles-ci a été très discutée. On peut admettre qu'elles résultent à leurs débuts d'un mouvement de fond de la Chrétienté qui a un caractère essentiellement religieux (aller au tombeau du Christ à Jérusalem), mais que très vite, sans que cet aspect religieux disparaisse (bien qu'il se soit affaibli progressivement), bien d'autres facteurs sont intervenus, politiques et économiques en particulier. Du point de vue de la connaissance, il est clair que le christianisme des VII<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup> siècles, encore une fois en situation défensive, n'avait eu ni désir ni capacité de connaître l'Islam. Le peu d'informations, très élémentaires et biaisées, qu'il possède à son sujet sont remplies d'erreurs et de déformations grossières. Il ne semble pas non plus que les chrétiens soumis à la domination islamique, qui sont relativement nombreux bien qu'en déclin continu, aient eu davantage de souci de connaissance de la religion de ceux qui les dominent politiquement.

La situation inverse n'existe pratiquement pas. Il n'y a pas, ou presque pas, de musulmans en territoire chrétien. Lors des premières avancées du christianisme, par exemple dans le nord de l'Espagne, la situation d'affrontement violent n'a certainement pas permis le maintien des communautés musulmanes qui pouvaient exister. Quelques situations marginales ont existé (par exemple présence de musulmans dans la région d'Antioche lorsque les Byzantins la reconquirent à la fin du X<sup>ème</sup> siècle), mais ce n'est que dans la seconde moitié du XI<sup>ème</sup> siècle que des populations musulmanes seront à leur tour soumises à des pouvoirs chrétiens, avec l'expansion de la Chrétienté en

Sicile, en Espagne et en Orient. Dans l'autre sens, il n'y a guère eu de musulmans se rendant volontairement en pays chrétien, en dehors de quelques rares missions diplomatiques (et en général les échanges de cette sorte amènent plutôt des chrétiens en pays musulman). Les relations économiques ne sont pas très importantes, et dans l'ensemble elles sont monopolisées par des marchands appartenant plutôt à des minorités, comme les juifs entre l'Occident musulman et le monde franc ; elles ne favorisent donc pas la venue de musulmans en territoire chrétien. On peut penser que celle-ci n'aurait pas été impossible, mais que, en particulier pour des raisons religieuses (difficulté de respecter les obligations rituelles de l'Islam), elles n'eurent guère lieu au cours de ces premiers siècles.

La situation change dans le cours des XII<sup>ème</sup>-XIII<sup>ème</sup> siècles. Des chrétiens de plus en plus nombreux, pour des raisons qui tiennent principalement à l'expansion économique des villes de la rive nord de la Méditerranée (Venise, Pise, Gênes, Marseille, Barcelone...) ont l'occasion de séjourner pacifiquement dans des pays musulmans. Le meilleur exemple de ces séjours serait celui du Pisan Leonardo Fibonacci, dont le père vécut longtemps à Bedjaïa/Bougie comme agent des douanes, qui y reçut une formation en mathématiques, et publie en 1200 son *Livre de l'abaque* qui introduit les chiffres arabes dans l'Occident latin. Aux XII<sup>ème</sup> et XIII<sup>ème</sup> siècles, un très grand nombre de chrétiens latins eurent ainsi l'occasion de séjourner en Orient ou au Maghreb. Un certain nombre d'entre eux s'y familiarisent avec l'arabe, et l'on prend conscience de l'intérêt des ouvrages scientifiques arabes. Un grand mouvement de traduction commence aux environs de 1120-1130 en plusieurs endroits du contact entre monde musulman et monde chrétien. C'est surtout à Tolède que, vers le milieu du XII<sup>ème</sup> siècle, il prend une grande importance. Faute de sources, on n'a pas beaucoup d'informations sur les conditions concrètes dans lesquelles s'organisent ces contacts à la fois linguistiques et scientifiques. Ils durent susciter une certaine méfiance du côté musulman. Ainsi un juriste sévillan du début du XI<sup>ème</sup> siècle, Ibn 'Abdûn, condamne-t-il la vente de livres scientifiques aux juifs et aux chrétiens de peur qu'ils s'en approprient le contenu (Levi-Provencal, 1947, p. 128). On a peu ou pas de témoignages que des musulmans aient participé au mouvement des traductions. Mais il y eut tout

de même quelques rapports directs : on sait par exemple que des chrétiens de Tolède venaient à Baeza suivre les enseignements d'un maître grenadin, Abû Muhammad 'Abd Allâh b. Sahl, connu pour ses connaissances en logique, mathématiques et sciences anciennes (Guichard et Molenat, 2005, p. 199).

Du point de vue religieux, on connaît des ouvrages de polémique anti-chrétienne rédigés par des auteurs musulmans. Le plus important est le *Maqâmî l-sulbân*, rédigé en 1186 par un auteur du nom d'al-Khazrâdjî. Il se présente comme une réponse à une lettre d'un prêtre de Tolède critiquant l'Islam. Son auteur, qui dit avoir résidé à Tolède, est très mal connu. On n'a, sur la tonalité des relations qui pouvaient s'établir de personne à personne entre musulmans et chrétiens que très peu d'informations. Pour la première moitié du XIII<sup>ème</sup> siècle, on a les noms d'un très petit nombre de lettrés musulmans qui eurent l'occasion de résider à Tolède pendant une partie de leur vie. C'est le cas d'un Sévillan, Fadîl b. Muhammad b. 'Abd al-'Azîz b. Samâk al-Ma'âfirî, qui y avait été captif mais s'y maria et y resta après son rachat, pour y enseigner la littérature et la grammaire, et d'un cordouan, Ibn al-Saffâr, qui s'y établit dans les mêmes conditions et y enseigna le Coran. Ce dernier a la particularité d'être le petit fils en ligne maternelle et le disciple d'Averroès. Il est possible qu'ils aient donné un enseignement suivi par des chrétiens, mais on n'a aucune information à ce sujet (Guichard et Molenat, 2005, pp. 194-187).

D'autre part l'avancée des pouvoirs chrétiens (dont Tolède est une des principales manifestations) leur a permis, comme on l'a dit, de dominer des populations musulmanes relativement nombreuses. Cette avancée s'est faite en général de façon violente et certaines de ces populations ont disparu. Mais pour celles, importantes, qui restèrent en place, on leur imposa en principe une situation assez comparable à celle des *dhimmîs*, situation qui, dans les faits, fut d'un libéralisme ou d'une rigueur assez variables, bien que dans l'ensemble plutôt plus rigoureuse que celle des minorités religieuses dans le monde musulman. A l'échelle de deux siècles, entre la fin du XI<sup>ème</sup> et le début du XIV<sup>ème</sup> siècles, il semble bien que cette situation ait eu tendance à s'aggraver. Ce ne fut pas tellement le fait des autorités, qui, comme d'ailleurs les pouvoirs musulmans en ce qui concerne les *dhimmîs*, voyaient dans ces musulmans restés en place des sujets soumis à d'assez lourds impôts, donc tout à fait



«rentables» et qu'il était donc intéressant de conserver dans leurs Etats. Dans cette attitude d'intolérance le rôle principal fut celui des «colons» chrétiens venus avec la conquête et de leur encadrement religieux pour lesquels les musulmans dominés restaient en quelque sorte des «ennemis de l'intérieur», et jusqu'à un certain point des concurrents du point de vue économique. La situation de la Sicile serait à cet égard particulièrement intéressante. Au XII<sup>ème</sup> siècle, sous la dynastie des rois normands les musulmans restent très nombreux et influents, mais progressivement les relations se tendent avec les nouvelles populations chrétiennes venues dans l'île. Des révoltes musulmanes ont lieu dans la seconde moitié du siècle. La répression les affaiblit considérablement, et dans les premières décennies du XIII<sup>ème</sup>, c'est l'empereur Frédéric II, l'héritier des rois normands, certainement le souverain le plus «tolérant» et même sympathique à l'Islam que l'Occident médiéval ait connu, qui se trouve plus ou moins contraint de chasser ou de déporter en Italie continentale les derniers musulmans de Sicile.

Du point de vue de la connaissance, il est assez difficile de faire le bilan de ce que musulmans et chrétiens savaient les uns des autres vers la fin du XII<sup>ème</sup> siècle. Il est évident que, du côté chrétien, on continue largement à avoir une vision stéréotypée, souvent totalement fautive de l'Islam. L'un des points les plus intéressants de cet aveuglement plus ou moins volontaire est le maintien, jusqu'à la fin du Moyen Age, de l'idée que les musulmans sont des païens qui adorent des idoles, alors qu'il était facile de vérifier qu'il n'y avait aucune représentation de nature religieuse dans les pays musulmans avec lesquels les Latins étaient en contact (Daniel, 1993, p. 399). De son côté, le point de vue musulman ne semble guère avoir changé durant toute la période. L'Islam maintient sa vision du christianisme difficilement modifiable dans la mesure où elle est «canonique», c'est à dire qu'elle fait partie de ses dogmes. Il faudrait sans doute discuter l'exception que représente au XI<sup>ème</sup> siècle l'andalou Ibn Hazm et son histoire comparée des religions. Cependant, pas plus que les «intellectuels» chrétiens de son temps qu'il domine certainement par son savoir, il ne semble sortir vraiment, du point de vue d'une connaissance, sans doute de haut niveau, qui part du point de vue islamique sans chercher à vraiment connaître les positions propres du christianisme. On ne constate pas, par ailleurs, de tentative de s'informer par

l'apprentissage du latin, ou de plus en plus des langues vulgaires qui en sont dérivées (ce qui sans doute aurait compliqué les choses). Comme on l'a vu par ailleurs, les musulmans sont presque absents des pays chrétiens, et ceux qui s'y trouvent sont plutôt des paysans et des artisans que des membres de l'élite intellectuelle (qui ont dans une large mesure abandonné les régions conquises par les chrétiens). Dans ces conditions, on ne constate guère d'effort pour savoir ce que les chrétiens pensent de leur religion et quelles en sont les croyances fondamentales.

Du côté chrétien, en revanche, où l'on part d'une méconnaissance quasi totale, ou d'une déformation grossière des réalités de l'Islam, la situation évolue cependant, sans doute lentement mais progressivement. Et sur ce point les nouveaux ordres religieux évoqués dans l'introduction vont jouer un rôle très important. Dès avant leur apparition, toutefois, on avait commencé à penser que les relations avec l'Islam ne pouvaient se limiter à un conflit militaire, et que l'on pouvait essayer, y compris pour le combattre, d'essayer de connaître la religion du Prophète de façon plus objective, pour pouvoir la réfuter. La personnalité majeure à cet égard est celle de l'abbé de Cluny Pierre le Vénérable qui prend au milieu du XII<sup>ème</sup> siècle une initiative bien connue qui est celle de faire à Tolède, ou a commencé depuis deux ou trois décennies un important mouvement de traduction d'ouvrages arabes en latin, une première traduction du Coran (Robert de Ketton l'achève en 1143). Le souci de disposer d'un outil indispensable à la connaissance de l'Islam par les intellectuels occidentaux se marque dans le fait que l'archevêque de Tolède Rodrigo Jiménez de Rada en fait faire à la fin du même siècle une autre traduction par un clerc de l'Eglise de Tolède, Marc de Tolède. Il est intéressant de noter qu'il lui demande aussi une traduction du Livre d'Ibn Tûmart, fondement du mouvement almohade. Ces traductions ne sont nullement animées par un souci «scientifique» de connaissance désintéressée de l'Islam ; le but de l'initiative de l'abbé de Cluny est apologétique, et ses écrits anti-musulmans restent remplis de parti-pris et de préjugés. On constate cependant que dans l'introduction qui précède la «publication» de cette traduction, il fait état de son intention d'aborder la confrontation avec l'Islam avec une approche plus pacifique que celle qui préva-

lait à son époque, ce qui n'enlève rien à l'hostilité qu'il affirme par ailleurs à l'égard de sa doctrine.

Grâce à ces traductions et à d'autres ouvrages, dont certains sont sans doute perdus, la Chrétienté commence à sortir à la fin du XII<sup>ème</sup> siècle de la profonde méconnaissance où elle se trouvait de l'islam. On ne possède de ce progrès que des témoignages assez épars. On sait par exemple que Godefroi de Viterbe, qui fut précepteur de l'empereur Henri VI et mourut dans la dernière décennie du siècle, insère dans sa *Chronique universelle* un exposé bien informé sur la vie de Mahomet (Daniel, 1993, p. 400 ; Vandecasteele, 1996). Vers 1200, Un traité de polémique anti-musulmane comme le *Contra paganos* que rédige le maître parisien Alain de Lille, qui ne connaît pas l'arabe, révèle une connaissance de la religion musulmane toujours entachée de bien des erreurs, mais tout de même moins inexacte que celle que l'on pouvait avoir en Occident un siècle plus tôt (Tolan, 2003, pp. 229, 230), progrès qui indique que l'on pouvait dès cette époque avoir accès à travers des traductions ou des résumés en latin, à des sources arabes authentiques. Ces progrès sont parallèles au grand mouvement des traductions de l'arabe au latin qui sont produites sur les marges de la Chrétienté, surtout en Espagne et particulièrement à Tolède. Mais la plupart des traducteurs s'intéressent aux textes philosophiques et scientifiques, et ne voient guère d'intérêt aux textes de nature religieuse. On sait ainsi que Pierre le Vénérable n'obtint pas sans difficulté le concours de Robert de Ketton pour la traduction du Coran.

L'un des faits les plus notables de l'évolution de l'attitude chrétienne face à l'islam est certainement l'apparition d'un idéal de prosélytisme. Si à l'époque de la première croisade on ne voit pas dans les « Sarrasins » autre chose que des ennemis que l'on combat en raison de leur « méchanceté », l'idée de leur conversion commence à se dessiner au XII<sup>ème</sup> siècle pour s'épanouir dans la première moitié du XIII<sup>ème</sup>. Quelques chroniqueurs de la Première croisade, comme Albert d'Aix, font déjà état de façon favorable de la conversion de certains chefs musulmans, et l'idée se trouve aussi, de façon sommaire, dans les Chansons de Geste du XII<sup>ème</sup> siècle comme la *Chanson de Roland*. On la trouve en germe dans l'approche de l'islam de Pierre le Vénérable, qui cherche à mieux connaître ce dernier par la traduction de ses textes fondamentaux afin de pouvoir le réfuter, ou même

discrètement chez un grand partisan de la croisade comme Bernard de Clairvaux qui dans son traité *De consideratione* déplore l'absence d'efforts missionnaires en direction des « Gentils », c'est à dire des païens ou non chrétiens, qui ne peuvent être convertis s'ils ne sont pas l'objet de prédication. Elle est énoncée parmi les objectifs de croisade dès la seconde expédition de 1148, et dans les expéditions suivantes, mais souvent conçue comme une action de force contraignant les musulmans à se convertir. On la trouve aussi de façon assez confuse et « apocalyptique » chez un curieux personnage, abbé d'un monastère de Calabre, Joachim de Flore, qui jouit d'un grand prestige à la fin du XI<sup>ème</sup> siècle (il meurt en 1202). Après l'échec de la troisième croisade de 1191-1192, et sans abandonner l'idée de la nécessité de la croisade qu'il a défendue antérieurement, il s'oriente vers celle de l'attente d'une prédication venant à la fin du monde et susceptible de convertir les païens, donc d'une réponse plus spirituelle au danger que représente l'islam pour la chrétienté (Kedar, 1984, p. 113).

C'est toutefois incontestablement l'esprit missionnaire diffusé par les ordres mendiants qui va donner toute son impulsion à une approche nouvelle de cet effort de prosélytisme, nettement lié à la prédication et, pour les Dominicains surtout, à un apprentissage de la langue arabe qui va forcément de pair avec un enrichissement de la connaissance de la culture arabo-islamique. Dans les deux nouveaux ordres religieux, souvent en concurrence l'un avec l'autre, va se développer un désir intense de conversion des musulmans par d'autres moyens que la guerre, désir qui ne s'était exprimé jusque là que de façon confuse. La première initiative prise dans ce sens semble provenir de l'ordre franciscain naissant. Dès les premières années de son action, François d'Assise lui-même, avec plusieurs de ses compagnons, tenta plusieurs fois sans succès de gagner les pays musulmans animé à la fois de la volonté de conversion et de la quête du martyr. Dans les années 1220, plusieurs frères furent exécutés pour s'être lancés publiquement dans des insultes envers l'islam, au Maroc et en Syrie en particulier. C'est dans ce contexte que se situe la rencontre de Saint François et du sultan. La Papauté paraît avoir été quelque peu réticente vis à vis de ces initiatives qui, à l'intérieur même de l'ordre, suscitèrent peut-être quelques divergences.

Dans un deuxième temps, cette exaltation, dans sa forme extrême et « martyriale » paraît être quelque peu retombée, sans que l'idée de conversion s'affaiblisse. C'est alors qu'intervient, ou en tout cas que l'on perçoit plus distinctement, dans les sources, l'idée qu'il faut en priorité, pour s'adresser aux musulmans, apprendre l'arabe. Ce sont les Dominicains, animés des mêmes intentions mais plus « intellectuels » que les Franciscains, que vint cette évolution. Dans une lettre de 1225, le maître général de cet ordre, Humbert de Romans, insiste sur la nécessité de la connaissance des langues pour la conversion des peuples. Vers le milieu du siècle, les Dominicains créent des implantations sur des lieux où l'étude de l'arabe est possible, dans les régions récemment conquises par l'Aragon, mais aussi en pays musulman, comme à Tunis. Une personnalité importante qui s'insère dans ce courant est le barcelonais Raymond Martí. Bien que l'essentiel de ses écrits soient occupés par la polémique anti-juive, il va apprendre l'arabe à Tunis en 1250, puis dirige dans les décennies suivantes le collège destiné à l'enseignement de l'arabe que les Dominicains ont fondé à Barcelone. On lui doit le premier dictionnaire de l'arabe rédigé en Occident, le *Vocabulista in arabico*.

L'échec des tentatives de conversion provoque donc à partir de la fin du XIII<sup>ème</sup> et au XIV<sup>ème</sup> siècle des approches différentes, qui ont un caractère plus personnel et plus dispersé, mais sont étroitement liées à l'apprentissage de l'arabe. On en trouverait plusieurs exemples, dont trois sont assez bien connus: ceux de Raymond Lulle, de Riccoldo da Montecroce, qui sont contemporains, et celle d'Alphonse Buehombre, un peu plus tardif.

C'est en effet sur une critique des difficultés rencontrées par les efforts des deux ordres, et la constatation de leur échec, que se base la réaction du catalan Raymond Lulle (v. 1235-1315). Il fonde sa propre stratégie missionnaire sur une « intériorisation » bien plus poussée de la culture arabo-musulmane. Il se dissocie plus qu'on ne l'avait fait précédemment de l'idée de croisade, et acquiert un niveau de connaissance de l'arabe et de l'Islam extrêmement élevé, qui lui sert de base pour une confrontation ouverte et respectueuse de la foi des trois religions monothéistes, Christianisme, Judaïsme et Islam, suivant un argumen-

taire raisonné et méthodique, en laissant de côté le principe d'autorité. Dans son livre de 1271, *Le Livre du Gentil et des trois Sages*, il prône même la recherche d'un syncrétisme des trois religions, idée qu'il abandonne ensuite en 1290 dans son ouvrage *Felix ou Livre des Merveilles*, au profit d'une préférence qu'il donne à la foi chrétienne, à cause du dogme de l'Incarnation. En 1311, au concile de Vienne, il plaide pour la création de chaires d'arabe (mais aussi de grec, d'araméen et d'hébreu) dans les principales universités du monde latin, conseil qui ne sera suivi que plus tard. Le prosélytisme de Raymond était tel que, parlant couramment l'arabe, il n'hésita pas à plusieurs reprises à passer lui aussi de l'autre côté de la Méditerranée pour tenter de convertir les musulmans. Il meurt en 1315, du fait, semble-t-il, des blessures subies lors d'une nouvelle tentative de prédication à Bougie, où il aurait été attaqué avec des pierres par les habitants.

Riccoldo da Montecroce (v. 1243-1320) est un dominicain de Florence qui, avec l'accord de la direction de son ordre accomplit en 1288 un pèlerinage à Jérusalem suivi d'une tentative de prédication. Celle-ci se fait d'abord auprès des Mongols non encore convertis à l'Islam: il va à Tabriz, capitale du Khan Ilkhan, et y prêche par l'intermédiaire d'un interprète. Puis il revient à Bagdad où il décide d'apprendre l'arabe en s'«immergeant» pendant plusieurs années dans le milieu arabo-musulman. Il a raconté son périple dans son «Livre du voyage» (*Liber peregrinationis*) rédigé vers 1300 alors qu'il est revenu en Italie, où il rédige aussi d'autres écrits. Il y exprime de façon paradoxale à la fois sa consternation de la perte d'Acre, intervenue pendant son séjour dans la capitale de l'Irak, sa détestation de l'Islam, qui est pour lui une fausse religion menant ses fidèles à la perdition, et de Saladin considéré comme une «bête cruelle», et son admiration pour la culture et les vertus des musulmans qu'il a fréquentés à Bagdad, jusque dans les médersas où il dit avoir suivi des enseignements de haut niveau. Dans de longues pages, il ne tarit pas d'éloges sur leur piété, la chaleur de leur hospitalité, leur esprit pacifique et même leur délicatesse (ses hôtes musulmans ne manquaient pas, dit-il, de le saluer en louant le nom du Christ).

Alphonse Buehombre (m. en 1353) est aussi un Dominicain espagnol, originaire de Tolède, qui a une très bonne connaissance de l'arabe qu'il a acquise à Paris. Il voyage en Afrique du Nord prenant part à des

missions auprès des juifs et des musulmans. En 1343, il devient évêque de Marrakech, où il séjourna aussi comme prisonnier. Il a écrit plusieurs ouvrages, dont la *Dispute du Sarrasin Abû Tâlib et du juif Samuel*. Il y présente un soi-disant manuscrit arabe qu'il aurait trouvé à Marrakech et traduit en latin alors qu'il était en prison, et qui aurait été constitué de lettres échangées entre deux savants, l'un juif et l'autre musulman, dans le but de se démontrer réciproquement la vérité de leurs religion, à partir de l'examen du Coran pour le juif et de la Torah pour le musulman. Ils étudient ainsi de façon détaillée l'écriture de l'autre, pour finir par constater que la seule vraie religion est le christianisme. Le manuscrit ainsi produit est évidemment un faux, forgé probablement par Alphonse Buehombre lui-même, dans une intention qui reste difficile à déterminer. John Tolan pose ainsi la question de savoir s'il s'agissait de donner un outil aux missionnaires dominicains, de les reconforter dans une entreprise souvent risquée et vouée à l'échec, ou de justifier la mission dominicaine auprès d'un public de théologiens parisiens sceptiques.

Les attitudes des membres des ordres religieux devant l'échec des stratégies de conversion sont donc très diverses. Dans une certaine mesure ils vont se tourner vers d'autres champs d'évangélisation avec l'ouverture du monde aux Occidentaux à la fin du Moyen Age. Les déplacements de membres des ordres religieux vers les pays musulmans ne cessèrent cependant pas. On peut terminer sur une autre expérience de recherche de la connaissance de l'autre, qui eut lieu au XIV<sup>ème</sup> siècle et sera poussée jusqu'à l'extrême de la conversion par un Franciscain. Il s'agit d'Anselm Túrmeda, dont la tombe se trouve encore, bien visible, à Bâb Menara, l'une des entrées de la médina de Tunis. Personnage historiquement mal connu, dont l'identité a été discutée, il semble être originaire de Majorque, comme Raymond Lulle, et meurt en 1423 à Tunis. Ecrivain et traducteur il a étudié à Paris et à Bologne, et rédigé un ouvrage fortement anticlérical intitulé *La dispute de l'âne*. Autour de 1385 il part à Tunis, où il se convertit à l'islam à l'âge de 35 ans, devant le sultan hafside Abû l-'Abbâs al-Mustansir, auquel il servira de traducteur. Il vivra désormais dans la capitale tunisienne où il rédige sa *Tuhfat al-adîb fi l-radd 'alâ (ahl ?) al-salîb* («Le Présent du lettré pour

réfuter les partisans de la croix», qui a été publié en français sous le titre «Pourquoi j'ai embrassé l'Islam»).

J'ai centré cet exposé sur le cas des membres des ordres religieux fondés au XIII<sup>ème</sup> siècle, qui nous est de mieux en mieux connu par l'étude des sources chrétiennes, essentiellement latines. Elles ouvrent indirectement quelques aperçus sur la façon dont les tentatives étaient perçues du côté musulman. Le fond de refus «légal» du prosélytisme, qui motive les exécutions de Franciscains dans les premières décennies du XIII<sup>ème</sup> siècle, mais aussi des attitudes plus nuancées dont il faudrait mieux connaître les déterminants et les conditions concrètes, comme l'expérience des Dominicains allant apprendre l'arabe à Tunis au XIII<sup>ème</sup> siècle, celle de Riccoldo da Montecroce à Bagdad, qui y reçoit un accueil chaleureux en dépit de son intention d'œuvrer pour la conversion des musulmans, ou celle plus contrastée de Buehombre dans le Maroc du XIV<sup>ème</sup> siècle. Cela amène à s'interroger sur la façon concrète, dont l'Islam a géré ses rapports avec le monde chrétien en expansion. Le rapport a été inversé: alors que l'Islam était ressenti comme une menace par les chrétiens jusqu'au XI<sup>ème</sup> siècle, c'est l'essor économique, politique, militaire des puissances chrétiennes qui tend, surtout à l'ouest de la Méditerranée, à être ressenti du côté musulman comme une agression.

C'est probablement dans une étude approfondie des recueils de *fatwâ's* (consultations juridiques) que l'on pourrait trouver les indications les plus précises sur l'attitude des docteurs musulmans dans ce contexte. On citera, pour conclure, un texte conservé par Al-Wansharîsî (m. en 914/1508) dans le *Mi'yâr*, qui traduit une certaine difficulté à adapter les normes juridiques aux données du moment. Il s'agit d'une *fatwâ* où il est question d'un musulman notable de Marbella, conquise par les Castillans à la fin du XV<sup>ème</sup> siècle, qui est resté dans cette localité et y joue un rôle important comme «porte-parole» des musulmans tributaires des chrétiens, qu'il défend souvent avec succès dans leurs rapports avec ceux-ci. Il semble que ce soit cette communauté musulmane, ou certains d'entre eux, qui demandent, alors qu'il souhaite finalement s'expatrier, s'il ne peut pas rester en territoire chrétien pour continuer à y jouer ce rôle indispensable. La réponse (plus rigoureuse que d'autres données par les docteurs ifriqiyens au sujet des musulmans de Sicile du XI<sup>ème</sup> siècle), des docteurs (andalous ou

maghrébins?) consultés est que les services rendus par cet éminent musulman qui sert d'interprète entre le «tyran» chrétien (*al-tâghiya*) et les musulmans tributaires des chrétiens (*ahl dhimmati-hi min al-dadjn al-'usât*), qui ont contrevenu à l'obligation légale qu'ils avaient de quitter les territoire de ces derniers, ne peuvent justifier son séjour, et qu'il lui faut se conformer à la règle de l'expatriation (Lagardere, 2003, p. 70, fatwa n° 284).

TOLAN, J. (2003) – *Les Sarrasins. L'Islam dans l'Imagination Européenne au Moyen Age*, Aubier, Paris.

TOLAN, J. (2007) – *Le Saint chez le Sultan. La Rencontre de François d'Assise et de l'Islam: Huit Siècles d'Interprétation*, Seuil, Paris.

VANDECASTEELE, M. (1996) – A remarkable account of the origin and spread of Islam continued in a fifteenth-century redaction of the Gregorian Report, *Medieval Studies*, vol. 58, pp. 339-349.

## Bibliographie

ARNALDEZ, R. – Ibn Hazm, *Encyclopédie de l'Islam*, 2<sup>nde</sup> éd., vol. III.

BENOUIS, M. (2000) – Les relations avec les chrétiens dans la prosopographie de quelques savants d'époque almohade, *Pays d'Islam et Monde Latin (X<sup>ème</sup>-XIII<sup>ème</sup> s.)*. Textes et Documents, pp. 120-123, Presses Universitaires de Lyon, Lyon.

BOUAMAMA, A. (1988) – *La Littérature Polémique Musulmane Contre le Christianisme Depuis ses Origines Jusqu'au XIII<sup>ème</sup> Siècle*, Alger.

BULLIET, R.-W. (2006) – *La Civilisation Islamo-Chrétienne – Son Passé, Son Avenir*, Flammarion, Paris.

CHARFI, A. (1995) – Polémiques islamo-chrétiennes à l'époque médiévale, *Scholarly Approaches to Religion, Interreligious Perceptions, and Islam*, Berne.

CORTABARRIA, A. (1983) – La connaissance des textes arabes chez Raymond Martin O.P. et sa position en face de l'Islam, *Islam et Chrétiens du Midi (XI<sup>ème</sup>-XIV<sup>ème</sup> s.)*, pp. 279-300, vol. 18, *Cahiers de Fanjoux*.

DANIEL, N. (1993) – *Islam et Occident*, Cerf, Paris.

DJAÏT, H. (1978) – *L'Europe et l'Islam*, Seuil, Paris.

EPALZA, M. de (1983) – *Anselm Túrmeda*, Palma de Majorque.

GUICHARD, P.; MOLENAT, J.-P. (2005) – Dans al-Andalus, les ulémas face aux chrétiens, *Averroès et l'Averroïsme (XI<sup>ème</sup>-XV<sup>ème</sup> s.)*. Un Itinéraire Historique du Haut Atlas à Paris et à Padoue, pp. 191-200, Presses Universitaires de Lyon, Lyon.

GUICHARD, P.; SENAC, P. (2000) – *Les Relations des Pays d'Islam avec le Monde Latin*, CNED-SEDES, Paris.

KEDAR, B. Z. (1984) – *Crusade and Mission. European Approaches Toward the Muslims*, Princeton University Press, Princeton.

LAGARDERE, V. (1995) – *Histoire et Société en Occident Musulman au Moyen Age. Analyse du Mi'yâr d'al-Wansharisî*, Casa de Velázquez et CSIC, Madrid.

LEVI-PROVENCAL, E. (1947) – *Séville Musulmane au Début du XI<sup>e</sup> siècle. Le traité d'Ibn 'Abdûn sur la Vie Urbaine et les Corps de Métiers*, Paris.

RODINSON, M. (1980) – *La Fascination de l'Islam*, Maspero, Paris.



# HABITATS CAMPONESES NO ALTO MONDEGO NOS SÉCULOS IX E X: UM ENSAIO DE ETNO-ARQUEOLOGIA

Catarina Tente\*

## Resumo

Nos últimos anos tem sido levado a cabo o projecto de investigação que visa conhecer a estrutura do povoamento, a organização da paisagem e as relações sociais das populações que habitaram o curso superior do Mondego, entre os séculos V e XI. No âmbito desse projecto foi possível escavar vários sítios arqueológicos, entre os quais se destacam três, datados dos séculos IX e X, em que se identificaram estruturas de carácter doméstico. As mesmas têm a particularidade de serem fundamentalmente construídas com materiais perecíveis. A exiguidade e fragilidade do registo dificultam a reconstrução destas estruturas. Contudo foi entre os estudos de etnografia sobre construções tradicionais portuguesas que se identificaram os modelos mais aproximados a estas realidades arqueológicas, fazendo-se neste artigo a sua comparação.

## Abstract

A research project focusing the settlement structure, the occupation of the landscape, and the social relations of the people inhabiting the Upper Mondego valley in the 5th-11th centuries, took place until very recently. In the context of such project it was possible to excavate several archaeological sites among which three, dated to the 9th-10th centuries, are notorious given the finding of domestic features. These were mostly built with perishable materials, the fragility of which prevented their full reconstruction. It was on the Ethnography of Portuguese traditional rural buildings that the most appropriate models were found, allowing therefore the interpretation of the archaeological record. This ethnoarchaeological exercise constitutes the aim of this paper.

O estudo dos povoados alto medievais no Alto Mondego está integrado numa investigação mais abrangente que pretende conhecer as estratégias de povoamento, a organização da paisagem e as relações sociais das populações que ali habitaram durante os séculos V a XI. Tal investigação tem sido financiada pela FCT através do projecto Cristãos e Muçulmanos no Alto Mondego - (PTDC/HAH/69806/2006), pela autarquia de Celorico da Beira, pela Junta de Freguesia da Rapa e pela Associação de Beneficência Popular de Gouveia. Deste modo foi possível efectuar escavações arqueológicas em três povoados fortificados que vieram a revelar estruturas domésticas, que são a temática abordada neste artigo e que integram igualmente a tese de doutoramento da signatária (Tente, 2010) defendida em Dezembro de 2010 na FCSH /UNL.

## O Alto Mondego durante a Alta Idade Média

O território do Alto Mondego é um espaço relativamente circunscrito que se encontra delimitado a Norte e a Ocidente pela bacia do Douro e a Sul pela do Tejo, já que nasce igualmente na Serra da Estrela o principal afluente português daquele rio, o Zêzere. A serra e o rio organizam e compartimentam a paisagem, dividindo-a entre espaço montanhoso e área de altitudes mais modestas, que constitui uma ampla superfície de aplanamento, inclinada para sudoeste, que se desenvolve entre o sopé da Serra da Estrela e a Serra do Caramulo. Esta superfície denominada de "Plataforma da Beira Alta" ou "Plataforma do Mondego" (Ferreira, 1978), permite a circulação fácil entre o Norte e Sul (Lautensach, 1998, p.12) e foi uma das importantes "portas" da História portuguesa. Esta é ainda hoje a passagem obrigatória para quem se desloca do interior da Meseta para o litoral ocidental, dando acesso directo a Viseu e Coimbra.

No seu curso superior, o Mondego define dois sectores claramente distintos: a bacia de Celorico e o troço a montante desta. Depois da apertada curva na área de Celorico, o Mondego corre paralelo ao sopé da

---

\* Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

vertente noroeste da montanha, seguindo o rumo das falhas marginais da Cordilheira Central. Esta vertente, que domina o grande corredor da Beira Alta, apresenta-se com uma vigorosa muralha montanhosa atravessada por numerosos pequenos cursos de água, que descem a serra para desaguardarem no médio Mondego.

Geologicamente dominam os granitos com intrusões de rochas do complexo xisto-garuváquico (Ferreira e Vieira, 1999), sendo particularmente característico da paisagem a presença dos denominados “castelos de rochas”. Alguns destes blocos graníticos expostos à erosão tiveram utilização antrópica, sendo utilizados em diversas épocas, nuns casos como abrigos naturais; noutros, a implantação na paisagem e a sua peculiar forma, possibilitou a construção de estruturas de tipo defensivo, tal como ocorreu no sítio do Penedo dos Mouros.

Devido à desflorestação antrópica e a consequente forte erosão a que os solos foram sujeitos, os terrenos com melhor aptidão agrícola e mais profundos concentram-se fundamentalmente no sopé dos montes e nos vales. Na montanha, a rocha de base está exposta e os solos são quase inexistentes.

A primeira e principal dificuldade que a investigação arqueológica dirigida a ocupações alto medievais enfrenta num território como este é a detecção dos vestígios arqueológicos. Efectivamente a prospecção encontra-se muito limitada não só porque se trata de um território montanhoso, mas porque este é fundamentalmente granítico, o que dificulta a utilização de meios de detecção remota ou os métodos de prospecção geofísica. A prospecção tradicional também não está facilitada pois só agora se começa a conhecer as características da produção cerâmica destas cronologias, e o uso de material pétreo minimamente trabalhado na construção das estruturas é, como se verá, relativamente limitado. Neste pobre panorama são efectivamente as sepulturas escavadas na rocha que se destacam como vestígios destas cronologias. Estas representam actualmente 75,7% dos sítios alto medievais conhecidos neste território. Não obstante o seu correlacionamento directo com sítios de habitat ser difícil de estabelecer e de serem minoritários os casos em que se detecta indícios de habitat próximos das sepulturas, dos três sítios com características habitacionais que aqui se apresentam dois estão associados

a vestígios sepulcrais rupestres.

No período cronológico aqui tratado o alto Mondego foi espaço de fronteira entre o mundo cristão do Norte e os muçulmanos do Sul. Este espaço está integrado nos avanços e recuos desta mesma fronteira entre as presúrias do tempo de Afonso III e a conquista de Fernando, o Magno.

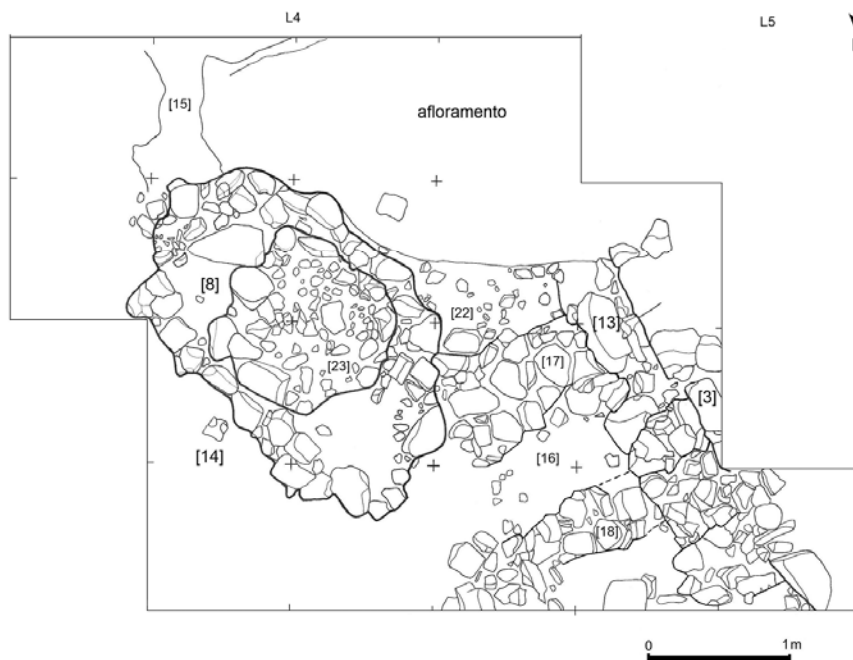
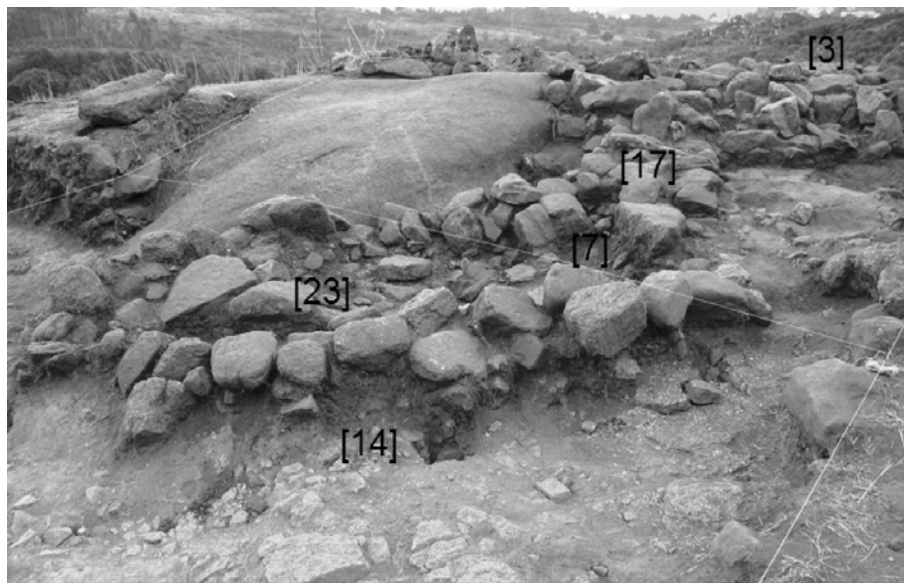
## Os povoados

Pese embora as dificuldades já apontadas na identificação e estudo dos sítios deste período cronológico, foi possível empreender a escavação de três povoados, datados dos séculos IX e X, que ocupam realidades geográficas diferenciadas.

O sítio de S. Gens, situa-se na actual freguesia de Fornotelheiro no concelho de Celorico da Beira e insere-se em pleno vale do Mondego, numa área em que este é relativamente desenvolvido e de solos mais espessos. Não ocupa posição destacada no território, não possuindo desse modo condições naturais de defesa ou mesmo de controlo do espaço envolvente. O povoado que aqui foi identificado apresenta planta ovalada e encontra-se delimitado por estrutura defensiva (Tente, 2010b). A este está associada uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha, com mais de 50 exemplares. Em S. Gens efectuou-se apenas uma campanha de escavações dirigida ao povoado alto-medieval e que foi realizada em 2008.

A Soida é um sítio de montanha, situado a cerca de 1000 m de altitude, que está implantado no esporão da Serra que divide os concelhos da Guarda e de Celorico da Beira e que pertencente à actual freguesia da Rapa. Ainda que não ocupe o cume mais destacado do espaço em que se insere, tem efectivamente controlo visual de uma região muito ampla, que integra a actual cidade da Guarda (situada, aliás, a altitude semelhante), o vale do Alto Mondego e a vila de Trancoso. O povoado apresenta planta muito irregular e possui, à semelhança do que ocorre com S. Gens, estrutura defensiva que o delimita. A área interna é muito declivosa apresentando grandes desníveis de cotas, o que a torna uma superfície muito irregular e pouco propícia à instalação de unidades domésticas. As campanhas arqueológicas levadas a cabo decorreram nos anos de 2006 e 2007 e visavam a caracterização do sistema defensivo do povoado, bem como o





**Figura 1.** Pormenor da lareira identificada em S. Gens, estando representadas as duas fases de utilização que correspondem às unidades [8] e [23] e o buraco de poste ([14]).

estudo de eventuais estruturas existentes no seu interior. Trata-se do único sítio intervencionado em que não há qualquer vestígio de sepulcros rupestres nas suas imediações.

No Penedo dos Mouros efectuaram-se cinco campanhas de escavação que tiveram lugar entre 1999/2001 e 2008/2009. Este sítio arqueológico situa-se actualmente na freguesia da Arcozelo da Serra,

concelho de Gouveia. Caracteriza-se por aproveitar grande *tor* granítico, que serviu de apoio a uma superestrutura construída em madeira, e que domina todo o espaço do povoado, que, por sua vez, se encontra delimitado pela muralha. Apesar de não se tratar de um sítio de vale, pois implanta-se no rebordo de um dos antigos leitos do Mondego, está intimamente correlacionado com o vale da Ribeira de Boco, subsidiária daquele rio. Não obstante, a posição do sítio no

território permitir controlar visualmente parte deste vale, não é possível afirmar que se trata de um local que domina a paisagem, já que a área controlada é relativamente reduzida (Angelucci, Tente e Martins, 2004).

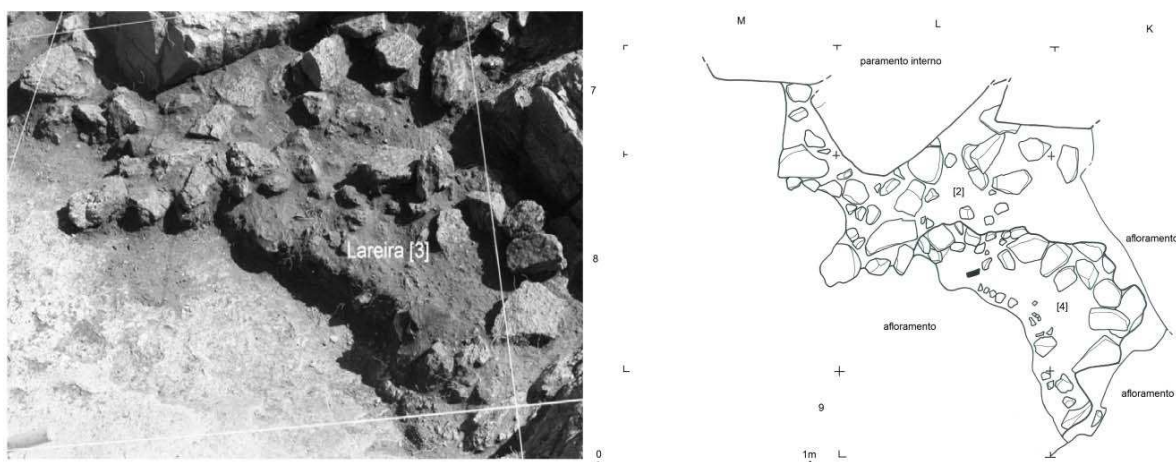
### As estruturas domésticas

Como o projecto em que se integram as escavações dos sítios mencionados visava a obtenção de conhecimento sobre as diversas soluções de povoamento registadas neste território, a metodologia empregue não previa a escavação de áreas alargadas dentro destes povoados. As intervenções são assim limitadas e não possibilitam a construção de uma imagem relativa à organização interna destas estruturas de povoamento, bem como condicionam de forma significativa as generalizações sobre a arquitectura doméstica. Mesmo assim os dados obtidos permitem já tecer-se algumas considerações que aqui se apresentam.

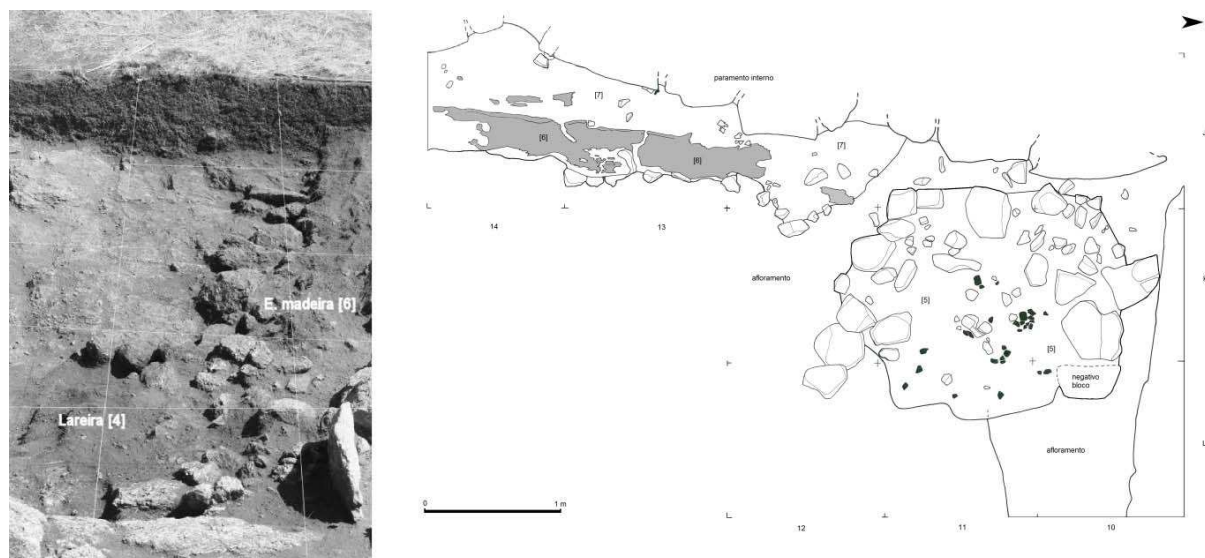
Em S. Gens, a escavação pôs a descoberto, no sector 10, uma lareira de forma ovalada com cerca de 240 cm por 130 cm e que teve dois momentos de utilização. Numa primeira fase, a lareira seria circular (cerca de 1 m de diâmetro) e possuía, pelo menos em parte, um empedrado. Na segunda fase, esta lareira é ampliada, assumindo a forma ovalada. Esta estrutura de combustão foi identificada aquando do desmonte do derrube da base pétreo da muralha. A sua escavação veio esclarecer que a mesma se implantava próximo do paramento interno da muralha e assentava directamente sobre o afloramento rochoso. Associada a esta estrutura identificou-se um único buraco de poste de forma quadrangular escavado no granito cuja função parece estar relacionada com a própria lareira (Fig. 1). A área em redor foi escavada e não se identificaram quaisquer outras estruturas negativas ou positivas que indicassem a forma ou a dimensão desta unidade habitacional. Associados a este espaço foram recuperados vários fragmentos de peças cerâmicas e uma camada de terras que resulta da limpeza continuada das cinzas da lareira.

Na Soida identificaram-se igualmente lareiras, semelhantes em termos tipológicos à de S. Gens. Também aqui as duas estruturas localizadas nos sectores II e III, estavam implantadas junto aos paramentos internos da muralha. Todavia, neste povoado a

solução de implantação difere pela contiguidade com a própria muralha, que terá funcionado com uma das paredes da unidade doméstica (Figs 2 e 3). Ambas eram estruturadas com pedras de média e pequena dimensão não aparelhada, mas no caso da lareira do sector II a mesma foi assente directamente no substrato rochoso, enquanto que na lareira do sector III houve regularização do desnível que o afloramento granítico possuía, através da deposição de camada de terras argilosas, onde assentaram a lareira. O piso de circulação associado à utilização destas estruturas de combustão seria o próprio afloramento granítico. Este tipo de solução, também usado em S. Gens e certamente no Penedo dos Mouros, garantia uma maior facilidade na limpeza e na manutenção do piso e tornava mais eficaz o escoamento das águas pluviais que pudessem entrar nas unidades habitacionais. As cabanas seriam certamente de pequena dimensão (correspondente a unidade familiar restrita) e tinham, como já referido, uma das paredes definidas pela própria muralha, sobre a qual, aliás, deveriam assentar os barrotes que sustentavam a cobertura. A lareira estaria no fundo da cabana, mais próxima da muralha onde o pé direito deveria ser mais elevado, a fim de não comprometer a integridade da estrutura. Junto da lareira do sector II identificou-se ainda uma estrutura construída num único tronco de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), esculpido de forma a definir incipiente encosto e a desenhar um V na sua extremidade esquerda (Fig. 3). A peça pode ser interpretada como bancada de apoio da cabana ou mesmo banco associado à lareira, já que se localiza do lado direito da mesma. Não deveria ter apoios em madeira que a elevassem (pés), pois não há qualquer indício arqueológico dos mesmos: a peça assentava directamente numa banquetta de pedras miúdas mais ou menos regularizadas com terra que, por sua vez, foram colocadas por cima do afloramento de base, o que permitiu sobrelevar esta estrutura de apoio acima do solo em cerca de 18 cm. Estrutura semelhante a esta está documentada etnograficamente em fotografia do interior de choça de Idanha-a-Nova, publicada nas *Construções Primitivas em Portugal* (Oliveira, Galhano e Pereira, 1969), a qual serve efectivamente de bancada de apoio à cabana, sendo possível observar vários contentores cerâmicos e metálicos depostos em cima da mesma (Fig. 4).



**Figura 2.** Saida - Lareira ([4]) e paramento de muralha identificado no sector III.



**Figura 3.** Saida - Lareira, paramento interno de muralha e estrutura em madeira carbonizada identificados no sector II.

Numa análise geral dos dois sítios apresentados verifica-se que as estruturas habitacionais caracterizam-se fundamentalmente pela presença de lareiras, estas actuam como indicadores de estruturas fantasma, das quais apenas se recupera esta ínfima parte (a lareira) e se tenta intuir a restante a partir das suas características. Estão geralmente ausentes muros pétreos, buracos de poste, fundos de cabana alteados ou rebaixados ou pisos tratados, que permitissem ter uma ideia da planta destas casas. Tudo o demais que constituiria estas unidades seria certamente construído em materiais perecíveis, recorrendo apenas ao uso da pedra para definir as lareiras que se puderam recupe-

rar. Estas habitações estariam instaladas preferencialmente sobre afloramentos rochosos (e encostadas às muralhas, pelo menos tanto quanto os dados obtidos permitem concluir) e sem recurso ao enterramento dos postes estruturais.

Não é, contudo, de excluir a possibilidade de haver outras soluções construtivas, pois as áreas até agora intervencionadas são, como já referido, limitadas. Todavia, os dados actualmente disponíveis remetem para realidade algo diferente de outras estruturas habitacionais da mesma época escavadas por toda a Europa Ocidental.



**Figura 4.** Interior de choça de Idanha-a-Velha publicada por Ernesto V. de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1969, p. 56).

No Penedo dos Mouros não se escavaram quaisquer lareiras semelhantes às que se descreveram para os restantes sítios. Mas também aqui é provável que as mesmas existissem na área aplanada delimitada pela muralha, que hoje se encontra totalmente erodida e com o granito de base exposto. A conservação estratigráfica no Penedo dos Mouros só ocorre junto ao *tor* central, no abrigo natural e junto dos panos de muralha, os quais, no entanto, estão muito mal conservados, chegando a possuir apenas uma ou duas fiadas de pedras. Neste sítio arqueológico foi possível identificar, no abrigo natural ali existente virado a sudeste e que integra parte do *tor* central, níveis medievais com anormal concentração de fitólitos, que poderão estar relacionados com uma área de curral (Tente, 2010b). No sector I (área de escavação virada a Norte) foram ainda recuperadas várias cerâmicas de uso comum como potes/panelas e jarros, semelhantes às identificadas nas unidades habitacionais da Soida e de S. Gens, bem como elementos de moagem e co-soiros, que atestam o carácter habitacional deste sítio arqueológico.

Apesar deste panorama geral desolador no que respeita à conservação dos restos arqueológicos das unidades domésticas, as escavações dos diversos sítios revelaram um outro tipo de informação precioso: os macro-restos vegetais. Mas também aqui a informação se encontra truncada e carente de algumas respostas. Com efeito, no registo antracológico dominam as

árvores como o carvalho negral, o castanheiro e a azinheira, estando sub-representados os carvões de espécies vegetais que teriam sido usadas na construção de paredes e/ou coberturas das unidades habitacionais. Tal situação é justificável, uma vez que a própria fragilidade das ramagens torna difícil a sua conservação e, mesmo queimadas, os carvões produzidos são tão minúsculos que facilmente se dispersam e se conservam no registo arqueológico.

Com informação tão reduzida a procura de paralelos que ajudem a interpretar os poucos vestígios torna-se mais difícil. Os múltiplos exemplos de outras realidades europeias não servem para a compreensão dos modelos construtivos usados por estas comunidades. É raro nos outros casos documentados para as mesmas cronologias existirem apenas as lareiras, há sempre fornos, ou buracos de poste, ou muros, ou fundos de cabana associados.

É novamente na Etnografia que se encontram alguns paralelos consentâneos com os dados arqueológicos recuperados. Em 1969 é publicado um clássico da Etnografia portuguesa sobre construções rurais que *“aproveitam fundamentalmente os materiais locais, tais como eles se encontram na natureza, ou, quanto muito, com qualquer ligeiro afeiçoamento, segundo sistemas ou processos mais ou menos elaborados, mas de tipo arcaico e alheios a conceitos propriamente técnicos”* (Oliveira, Galhano e Pereira, 1969, p. 7).

Ali são descritas várias construções rurais de carácter habitacional que são inteiramente construídas em materiais perecíveis e que não recorrem ao uso de postes enterrados. Os autores referem que na Beira Alta existiam vários núcleos de construções de cobertura cónica em materiais perecíveis que se distribuíam particularmente nas regiões de Viseu, Sátão e ao longo do Mondego. As construções de cobertura cónica podiam ter paredes baixas de pedra, mas existiam exemplares totalmente feitos em materiais perecíveis, denominadas de choupanas (Fig. 5). A respeito destas escrevem:

*“[...] constam de uma armação de troncos de pinheiro de sumariamente descascado e mal esgalhados, afastados uns dos outros na base cerca de 40 a 50 cm, assentes directamente no solo ou pousados em sapatas de pedra ladeiras, que os isolam da terra e impedem que eles se deterioreem mais rapidamente [...], dispostos em círculo, convergindo para o alto de modo a formarem um cone. Sobre esses troncos dispõem-se ramos e uma camada de giesta - a felga - que serve de base ao assentamento das tranças de colmo, que constituem o seu revestimento exterior [...].*

*“O seu diâmetro interior é de cerca de 4 a 5 m, na base, medindo aproximadamente o mesmo de altura do solo ao vértice.*

*“A entrada, muito baixa, rasga-se na base da cobertura e, numa das choupanas, é protegida por uma aba que avança sobre ela, com pequenos ante-paros laterais, ao jeito de água furtada [...].*

*“Estas choupanas servem hoje, em regra, de palheiros; mas, não há muitos anos (1948), elas constituíam ainda, em alguns casos, habitação normal dos seus possuidores” (Oliveira, Galhano e Pereira, 1969, p. 108).*

Naquela obra refere-se ainda outra construção de planta circular do tipo cobertura-parede, inteiramente construída em materiais perecíveis e sem recurso a buracos de poste. Esta choça identificada na área de Marvão (Alto Alentejo), que teria sido construída em 1947, é descrita do seguinte modo:

*“[...] a sua estrutura é formada por paus dispostos em círculo assentes directamente no solo que se vão engalhar uns nos outros, no alto, formando um cone [...]. Sobre esses paus engancham ramagens de azinho, irregularmente dispostas, cobrindo os vãos entre*

*esses paus, e servindo de base ao assentamento do revestimento de giesta. Esta é aplicada em pequenos ramos espetados com o couce para dentro naquela estrutura de ramagens da base para o vértice, em camadas sucessivas, até se obter uma vedação completa. [...] Todos os anos a choça é recoberta com uma nova camada de giesta, aumentando sensivelmente a espessura desse revestimento. As suas medidas do diâmetro interior e da altura da base ao vértice são respectivamente 4,60 m e 2,60 m. A porta, inclinada conforme o pendor da vertente, mede 1,35 m de altura e 70 cm de largura. Os paus que formam as ombreiras são almofadados com rodos de giesta. O pavimento aproveita lajes naturais, com algumas pedras achatadas e de face plana a cobrir certas cavidades” (Oliveira, Galhano e Pereira, 1969, pp. 109, 110).*

As descrições das choupanas beirãs e da choça alto-alentejana tecem a imagem de cabanas de planta circular que não recorrem à escavação de buracos de poste ou de fundos rebaixados, ou mesmo de caboucos em pedra. A estrutura destas cabanas assentava directamente no solo de terra ou no granito. No centro da cabana estaria a lareira, assente directamente no solo, por vezes estruturada com pedras, que iluminaria e aqueceria o ambiente interior, para além de ser o espaço de confecção alimentar. Perto desta estariam os utensílios de cozinha, que podiam estar assentes em poial ou colocados sobre o solo. As cabanas não dispunham de divisões internas e a sua dimensão média permitiria albergar uma família nuclear. Da descrição consegue-se também entender que estas estruturas poderiam durar muitos anos; alguns dos exemplares escritos tinham já cerca de 20 anos, pelo que é expectável que as mesmas durassem pelo menos uma geração, podendo ser renovadas ou reparadas de forma relativamente expedita.

As cabanas documentadas etnograficamente mostram que existem na região soluções arquitectónicas tradicionais eventualmente semelhantes às construídas na Alta Idade Média. Aproximar-se-ão certamente das soluções adoptadas em S. Gens. Todavia, as estruturas habitacionais identificadas na Soida seriam algo diferentes, pois aí aproveitariam o paramento como uma das paredes da habitação.

Na Beira Alta e Beira Baixa são ainda elencadas outro tipo de estruturas construídas em materiais



perecíveis e sem recurso a buracos de poste. Trata-se de uma categoria de construções diferentes daquelas anteriormente descritas, pois são consideradas “abrigos móveis de pastores”, a maioria de pequena dimensão, mas por vezes com tamanhos consideráveis que podem atingir os 6 m de comprimento e que albergariam o pastor e a sua mulher, que o acompanhava na transumância. Estas estruturas eram constituídas por esteiras abauladas dispostas de forma a desenharem abrigo ovalado. Construções como estas foram documentadas na Beira Baixa, em particular na zona raiana do Tejo internacional, e eram constituídas por dois choços semi-cónicos, dispostos frente a frente, e por cinco esteiras que preenchiam o espaço entre os choços formando uma cobertura de duas águas que também abrangia a entrada do abrigo. As juntas entre as diversas peças que constituem o abrigo são tapadas com palha para um melhor isolamento. Sobre o seu interior os autores mencionam:

*“Não há qualquer divisória interior; a cama - não raro apenas palha espalhada no solo - é geralmente instalada no fundo do abrigo; a meio fazem o fogo; à volta amontoa-se o parco mobiliário e utensilagem [...]. O chão é por vezes lajeado, sobretudo no sítio do fogo. Em volta do abrigo cavam um rego de modo a escoar as águas das chuvas. Em média, têm cerca de 6, m de comprimento, 2 m de largura e 1,80 m de altura máxima”* (Oliveira, Galhano e Pereira, 1969, p. 55).

No Alto Mondego, foi possível reconhecer este tipo de estruturas arqueológicas porque estavam inseridas em povoados delimitados e mais facilmente reconhecíveis em prospecção. Todavia, a perenidade destas casas torna-as praticamente indetectáveis quando se localizam em espaços abertos ou quando estão isoladas, tais como aquelas que a obra de 1969 documenta etnograficamente. A invisibilidade deste registo arqueológico particular é ainda mais limitadora e impede a construção de imagem mais aproximada ao mundo rural alto-medieval, pois impossibilita, nomeadamente, documentar e caracterizar um eventual povoamento mais disperso.

No que se refere à densidade das habitações no interior dos povoados, pouco se pode adiantar uma vez que as áreas escavadas são limitadas e a grande

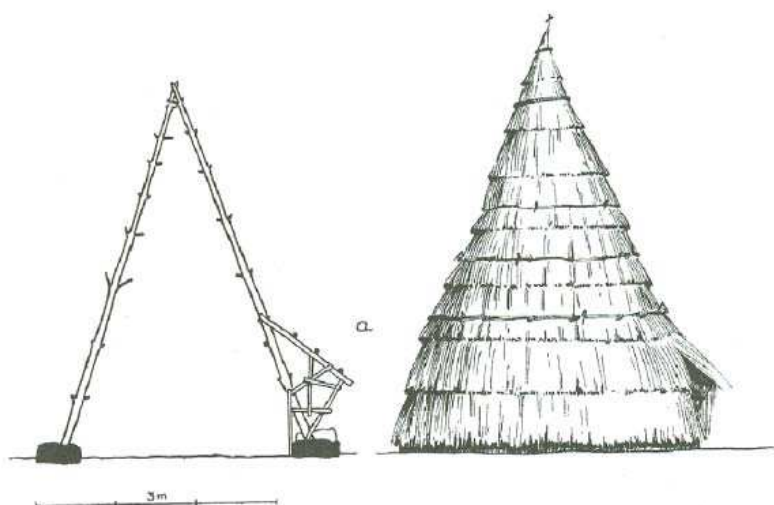
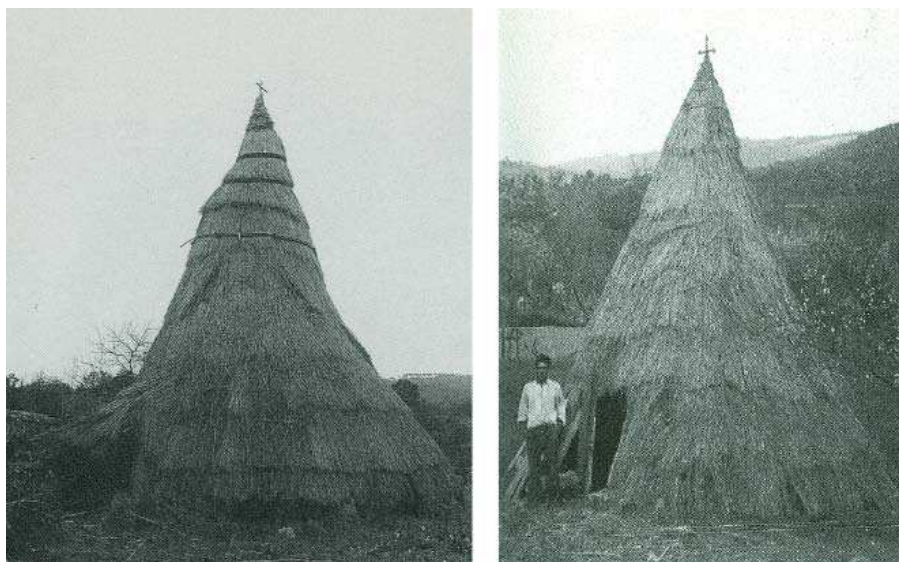
parte do interior destes povoados se encontra com o granito de base exposto.

Em S. Gens, efectuou-se escavação junto à muralha (onde se identificou a estrutura doméstica) e realizaram-se mais duas sondagens no centro do povoado, numa área que estava liberta de afloramentos e onde a potência de solo era mais significativa. Aí apenas se conseguiu identificar um paleo-solo, certamente contemporâneo da ocupação alto-medieval. Estas duas sondagens indicam apenas que haveria espaços abertos, de circulação ou outros usos, pelo que será impossível calcular o número de habitantes através do espaço abarcado pelo perímetro amuralhado. Por outro lado, apesar de grande parte da área ser ocupada pelos afloramentos graníticos é de esperar que estes pudessem ser ocupados por estruturas, quer habitacionais, quer de carácter defensivo. Efectivamente, tal como já foi apontado, unidades domésticas estudadas instalavam-se preferencialmente em cima de afloramentos, pois o granito permitiria a drenagem mais eficaz e a manutenção mais fácil do interior e das bases dos troncos de madeira em que estas estruturas estavam construídas. Se tal solução era recorrente será de esperar que muitas das cabanas então construídas não possam vir a ser identificadas devido à total decomposição dos seus vestígios.

Na Soida a situação é algo diferente. Aqui efectuaram-se várias sondagens nas plataformas internas do povoado, mas apenas se identificou a presença de unidades habitacionais nos locais menos ventosos ou onde a própria estrutura defensiva fornecia protecção contra os ventos dominantes. Avaliando a inclinação do terreno no interior do povoado (que impossibilita a instalação de unidades domésticas na maior parte do seu espaço interno) e os ventos dominantes, estima-se que aqui existissem cerca de seis unidades habitacionais que estariam separadas entre si por espaços vazios de habitações, mas certamente usados para outras actividades ligadas ao pastoreio, já que a natureza quase esquelética destes solos e a sua inclinação torna difícil o seu uso agrícola.

### **Em jeito de conclusão...**

A imagem que tem sido possível ir traçando com o avanço da investigação neste território é ainda muito



**Figura 5.** Documentação fotográfica das choupanas de Prime (Viseu, Beira Alta), segundo E. V de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira, 1969; e esquema de construção das choupanas, segundo E. V de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira, 1969, p. 107.

parcial e levanta muitas questões. A exiguidade do registo arqueológico dificulta a interpretação dos dados e a realização de paralelismo com outras realidades com a mesma cronologia. Todavia, algumas ideias sobre a natureza das ocupações rurais os séculos IX e X podem já ser adiantadas. Os habitantes dos povoados que aqui se apresentaram sucintamente recorreram sistematicamente o uso de materiais perecíveis, tal como se documentou pelo estudo da antracologia dos macro-restos vegetais (Queiroz e Ruas, 2001; Queiroz, 2009a; 2009b; 2009c). O uso de material pétreo não aparelhado está destinado exclusiva-

mente ao embasamento da estrutura defensiva delimitadora (Tente, 2010) e à definição das lareiras domésticas. Este modo de construir sobreviveu, até ao século XX entre as construções rurais tradicionais erguidas no exterior dos núcleos aldeãos.

Apesar de este território ter sido entre os séculos X e XI uma área de fronteira entre o reino cristão e o espaço muçulmano, tal posição de charneira não terá acarretado, pelo menos no que respeita aos conhecimentos actualmente disponíveis, a presença efectiva de populações com cultura islamizada. Efectivamente,

não obstante a presença de um ou outro topónimo de raiz árabe/berbere, não se identificaram, até ao momento, no registo arqueológico quaisquer indícios de bens ou modos de construir de clara influência meridional.

## Bibliografia

- ANGELUCCI, D.; TENTE, C.; MARTINS, A. R. (2004) – O Penedo dos Mouros e a sua integração paisagística, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7(1), pp. 467-481.
- FERREIRA, A. de B. (1978) – *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*: Centro de Estudos Geográficos (Memórias do Centro de Estudos Geográficos; 4), Lisboa.
- FERREIRA, N.; VIEIRA, G. (1999) – *Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela. Locais de Interesse Geológico e Geomorfológico*, PNSE, Manteigas.
- LAUTENSACH, H. (1998) – As características da geomorfologia, *Geografia de Portugal. I A Posição Geográfica e o Território*, 4ª ed, pp. 119-160, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F.; PEREIRA, B. (1969) – *Construções Primitivas em Portugal*, Edições Dom Quixote, Lisboa.
- QUEIROZ, P. (2009a) – *Novos dados arqueobotânicos sobre o Penedo dos Mouros (Gouveia)*, Terra Scenica - Território Antigo (Relatório 11), Lisboa.
- QUEIROZ, P. (2009b) – *Estudo arqueobotânico no Povoado Medieval da Soida, Celorico da Beira*, Terra Scenica - Território Antigo (Relatório 12), Lisboa.
- QUEIROZ, P. (2009c) – *Estudo antracológico no sítio de S. Gens, Celorico da Beira* Terra Scenica - Território Antigo (Relatório 13), Lisboa.
- QUEIROZ, P.; RUAS, J. P. (2001) – *Estudos de Arqueobotânica no Penedo dos Mouros*, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos do CIPA; 13), Lisboa.
- TENTE, C. (2010) – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e Exploração do Território nos Séculos V a XI*, Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à FCSH da UNL, Lisboa.



# A TRANSFORMAÇÃO DE CONDEIXA: ESPAÇOS E FUNÇÕES ALTO-MEDIEVAIS

Adriaan De Man\*

## Resumo

Os últimos investimentos oficiais do Período Romano em Conimbriga definiram espaço físico, que viria a ser palco de sucessivas transformações medievais. O recinto fortificado integrou sistemas de povoamento de época visigótica e islâmica, mantendo uma oscilante mas permanente relevância económica. São vários os dados que, conjugados, apontam para a desagregação desta centralidade regional por volta do século XII.

## Abstract

The final official investments of the Roman period at Conimbriga defined a physical space, which underwent successive medieval transformations. The fortified site integrated Visigothic and Islamic settlement systems, maintaining an oscillating yet permanent economical relevance. Combined data point towards a disaggregation of such centrality during the twelfth century.

## 1. O planalto de Condeixa-a-Velha

Na sequência de um conjunto de avanços sobre as ocupações tardias no planalto de Conimbriga, tem sido possível estabelecer uma ponte entre o urbanismo do século V e a civitas Condeixe medieval. Em boa verdade, um primeiro arranque no estudo das fases medievais no interior da plataforma amuralhada data dos anos sessenta (Oleiro e Étienne, 1966), embora essa ideia tenha acabado por merecer uma atenção muito marginal nas próprias Fouilles de Conimbriga, tal como depois, durante largas décadas de produção científica. As razões, compreensíveis no seu devido contexto, prendem-se com uma focagem específica nas estruturas imperiais, e com o facto incontornável de o investimento arquitectónico do período alto-medieval se revelar perecível. A História medieval, por outro lado, preferiu sempre tratar sítios vizinhos mais convencionais do ponto de vista historiográfico, como é o caso de Soure ou de Penela, cujos materiais disponíveis, em quantidades mais reduzidas, iam sugerindo a existência de uma vasta rede de povoamento anterior à conquista cristã. As primeiras fontes condais já não reflectem linearmente a dinâmica moçárabe regional, nem, em particular, a evolução interna do sítio de Conimbriga/Condeixa. É hoje claro que a civitas Condeixe que no século XI surge repetidamente no Livro Preto da Sé de Coimbra, corresponde a Conimbriga e ainda não a Condeixa-a-Nova, onde no entanto

funcionou um núcleo romano secundário (De Man, 2008).

A constatação de diversas transformações estruturantes neste leque de praticamente meio milénio tem fomentado um fluxo regular de publicações, cujos pressupostos arqueológicos são resumíveis em dois eixos complementares, nomeadamente a produção em si e, por outro lado, o enquadramento físico correspondente – isto é, a arquitectura e o território. O presente texto incide sobre espaços e funções, porém um primeiro grupo de fundamentos reporta necessariamente à produção manufactureira local. Neste âmbito, destaca-se a questão fulcral das cerâmicas comuns tardias, parte das quais vinham sendo classificadas como tardo-romanas. Uma das dificuldades inerentes prendeu-se sempre com as evoluções tecnológicas irregulares em ambiente alto-medieval, e com a ausência de bons elementos cronológicos directores, pelo que houve contínuas revisões desde o seu primeiro estudo coerente (Alarcão, 1975). Deixando de lado o reconhecimento de importações africanas e orientais tardias, em moldes que não destoam de outros conjuntos urbanos, a produção local de cronologia visigótica, e depois islâmica, evidencia sucessivos impulsos. Nalguns casos, esta cerâmica comum foi sem dúvida criada de forma esporádica e em contextos muito precários (De Man, 2004). Mas seria difícil de conceber a produção de Condeixa desligada de um processo comercial e pelo menos semi-permanente. Ocasionais menções legais do período godo são, de resto, referentes à protecção de *figulinae* em ambiente urbano (cf. Cass., Epist. 23, p. 153), o

---

\* Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.

que reflecte necessariamente dimensão, relevância e estatuto jurídico. A considerável quantidade de fornos medievais, numa dispersão que abrange tanto a basílica do forum como o sector a sul do aqueduto e a casa de Tancinus, corrobora a ideia, já formulada com anterioridade, de um reânimo produtivo que se manifestou entre os séculos IX e XII. As peças dessas fases apresentam uma notável homogeneidade formal, bem como indícios de um controlo sobre a temperatura e principalmente a estabilidade da cozedura. Pelo menos nalguns casos, trata-se de fornos de duas câmaras. Do ponto de vista da sua implantação topográfica, verifica-se uma tendência visigótica de provável reaproveitamento de estruturas de combustão na zona das termas do Sul, como aconteceu noutras províncias ocidentais (Leone, 2003). Os casos mais tardios estabelecem-se num ordenamento distinto do romano, nomeadamente sobre antigas ruas.

Porém, no que respeita especificamente a estes espaços medievais de Condeixa, não se registam rupturas súbitas. De certo modo, o habitat funcionou sobre os eixos de uma cidade romana, isto é, as transformações posteriores às últimas décadas do século V inseriram-se sempre, de uma forma ou de outra, na estrutura imperial. É preciso recordar, aliás, que mesmo os grandes programas oficiais tinham consistido numa certa “convivência” (Correia, 1997) urbanística, primeiro com o núcleo da Idade do Ferro, e depois com as próprias dinâmicas internas da cidade. As duas grandes transformações com repercussão urbanística medieval determinante são relativamente precoces e têm a ver com a fortificação e com o cristianismo. A muralha, de criação baixo-imperial, foi mantida em funções até à conquista cristã, e enquadrou todo o novo espaço tardio. Também o seu acrescento visigótico, conhecido como o “Bico da Muralha” (De Man, 2007) teve, ao que tudo indica, funcionalidades medievais na rede de castelos e postos de vigia durante a conquista cristã, se não como fortim, pelo menos como ponto intermédio de comunicação visual entre Condeixa e o vale do Rabaçal que, a par do rio Dueça, constitui o principal eixo de acesso à zona de Tomar. Por seu turno, a primitiva basílica paleocristã deverá ser encontrada sob a actual igreja de Condeixa-a-Velha, imediatamente extra-muros, portanto, e na estrada para Coimbra. O epitáfio de Serenianus, famulus Dei (séc. VI), é um excelente indicador nesse sentido, embora continue a faltar uma corroboração

cabal, após os resultados inconclusivos de uma sondagem recente. O local representa o limite do recinto alto-imperial, e com alguma verosimilhança até o local preciso de uma segunda porta. Este detalhe não pode ser, de forma alguma, gratuito, e conjuga-se com o facto de esta primeira muralha nunca ter sido demolida em época antiga. Ela continuou a delimitar, de alguma forma, o espaço tardio, eventualmente até recalculado aquando da fortificação do século IV (Mantas, 1985). No entanto, estes dados não deixam de ser parcelares, e em si não provam a manutenção doméstica do planalto numa fase posterior. A tomada de consciência de uma ampla ocupação medieval iniciou-se com o desenvolvimento de uma série de escavações localizadas, e com a constatação de paralelos formais na cerâmica comum dos estratos superiores, que em nenhum caso poderiam ser identificados como romanos:

- os materiais do anfiteatro (De Man, 2006-2007), naqueles que por enquanto serão os níveis mais cabais e mais gráficos de uma paulatina e nada traumática sucessão doméstica, permitiram identificar mais do que apenas ocupações residuais, que seriam sempre lógicas, mesmo num sítio desabitado;

- em segundo lugar, uma escavação minuciosa de José Ruivo (2006) na casa do mediano absidado comprovou a completa inexistência do chamado grés, tradicionalmente tido como tardo-romano, em níveis imperiais, e a sua presença corrente em níveis de ocupação posteriores, o que reforça as conclusões da zona do anfiteatro e de outras sondagens que têm a muralha baixo-imperial como indicador de posterioridade;

- adjacente ao forum, um depósito de fauna criado dentro dos limites de uma estrutura romana, foi datado de um intervalo que vai dos meados do século VIII aos meados do século X (De Man e Soares, 2007). Naquele local, é quase obrigatório pensar num espaço comercial que funcionaria sobre a antiga praça do forum;

- houve também obstruções de vias em época medieval, como a referida implantação de fornos sobre a rua das Termas, na casa dos Repuxos, na zona a Sul do aqueduto, nas termas do Sul, na basílica do forum e na casa de Tancinus. Estas alterações são de carácter privado, mas necessariamente sancionadas por algum tipo de convenção local. A repetida legislação tardo-romana que combate a invasão do espaço pú-

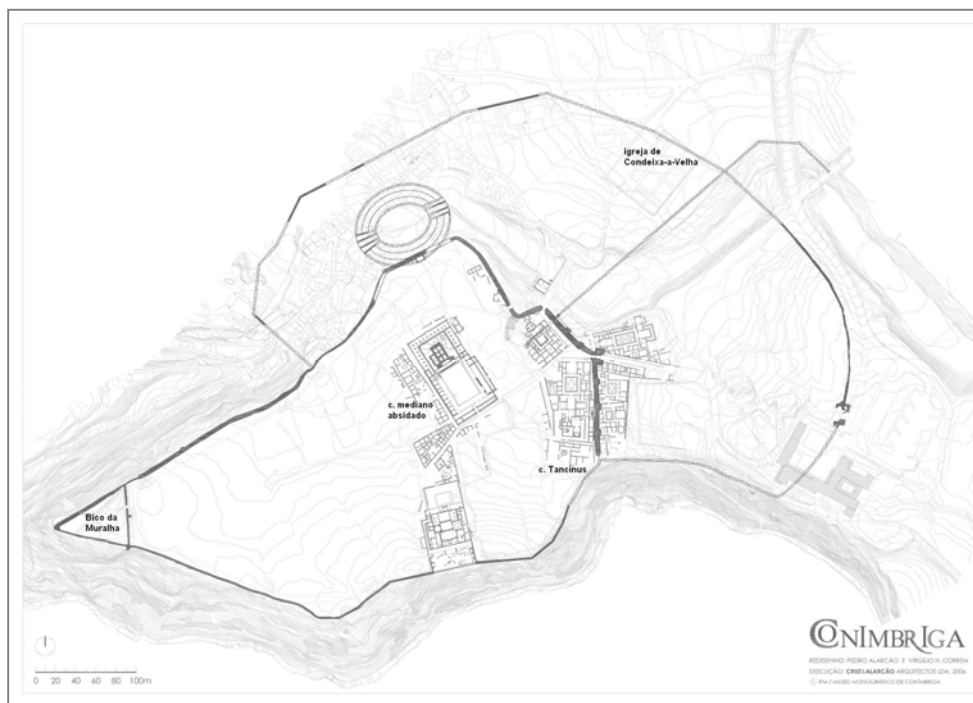
blico leva a que o fenómeno, em período mais tardio, possa de facto espelhar uma diluição de autoridade. Mas demonstra actividade clara numa área que, de um ponto de vista consuetudinário ou puramente funcional, não poderia abdicar de eixos de passagem reduzidos, desviados ou alternativos;

- a grande intervenção na dita basílica paleocristã, em colaboração com a Universidade Autónoma de Madrid, demonstrou a cronologia visigótica avançada do complexo, bem como uma continuidade de contexto moçárabe. Além disso, quatro esqueletos do cemitério foram datados do século XI (De Man, Soares e Martins, 2010), o que faz estabelecer um período de funcionamento bastante amplo, mas que em todo o caso é medieval.

- por fim, existe já um conjunto apreciável de amostras datadas pelo radiocarbono, e que correspondem a níveis de ocupação medieval, dispersos pela inteira área intra-muros. Não se trata, pois, de pequenas ocupações sectoriais.

Não há portanto grandes dúvidas de que funcionou uma paróquia em Condeixa-a-Velha até o período da conquista cristã definitiva. Uma crónica islâmica refere uma curta resistência de Qundayisha, amuralhada, durante uma das campanhas de Almansor, e numa fonte cristã de 1064-1068, um certo Suleimão

Alafla, neto de Ezerag de Condeixa, menciona a colaboração do avô com Farfon ibn Abdallah, chefe menor no exército de Almansor (Alarcão, 2007, p. 80). Também é razoável admitir que esta sociedade local híbrida, de composição moçárabe e muladí, estava economicamente concentrada na plataforma fortificada de Condeixa. O urbanismo de matriz constantiniana (Correia, 2008) tinha sido consequência de um último investimento oficial, se for descontado o caso mais tardio do Bico da Muralha, para o qual não se conhece uma alteração correspondente no tecido urbano. Se durante a transição para a época tardo-antiga ainda se verifica uma preocupação com o ordenamento do urbanismo, nomeadamente a repavimentação de ruas (Correia e De Man, 2008), a realidade medieval parece consistir na promoção de apenas alguns pólos, como o antigo forum ou a igreja, que estimularam um crescimento orgânico circundante, que era talvez, até um certo ponto, espontâneo. É pelo menos claro que a referida série de estruturas de combustão e de habitação deixam de ter em conta os alinhamentos gerais das ruas, formando novos corredores adaptados. O fim do espaço coerente deu-se, com alguma brusquidão até, por volta do século XII, a julgar pelo abrupto desaparecimento dos níveis de actividade doméstica, relativamente abundantes até então.



**Figura 1.** Conimbriga (adaptado de Correia e Alarcão 2008).

## 2. O território envolvente

Esta realidade dentro das muralhas de Condeixa integra-se bem na rede de núcleos moçárabes na região de Conimbriga: Avenal, Malga, Cernache, Assafarge, Alcabideque, Alcouce, Alcanzi, Caniardo ou Bendafé são alguns exemplos num raio de poucos quilómetros e, pelo menos do ponto de vista toponímico, demonstram uma dispersão diferente daquela que se verificara ainda no Paroquial Suévico, e que, numa forma distinta, a chamada “Divisão de Wamba”, ou Provincial Visigótica, deixa transparecer (Fernandes, 1968, pp. 100-103, 141, 144; David, 1947, pp. 30-44, ss.). Para a questão dos limites do povoamento moçárabe, esta fonte seria até mais fidedigna se, de facto, datasse do século XI (Mestre, 1970, pp. 135, 136). Do ponto de vista da articulação defensiva, o exemplo mais imediato, numa ligação directa com Condeixa-a-Velha, é o palácio da Ega. Há poucos meses atrás, Ana Revés apresentou em Mértola os resultados de escavação nesse antigo castelo templário, cujos níveis mais antigos revelaram materiais tidos como emirais. Em linha recta, o monte da Ega dista três quilómetros de Conimbriga e existe um campo visual aberto entre ambas as fortificações. A partir do período condal, e em termos securitários a partir da construção do castelo de Leiria, surgiu uma nova transformação da propriedade e do povoamento, centrada na Sé de Coimbra, que chega a integrar os mosteiros da Vacariça e de Lorvão, e no mosteiro de Santa Cruz, que altera muito a situação alto-medieval, com um sério reordenamento de propriedade. Um de muitos exemplos aduzíveis será o da criação de uma linha divisória de propriedade entre os domínios de Santa Cruz e dos Templários na Ladeia em 1160, a poucos quilómetros de Condeixa, e que “descendit per illos casales antiquos” (TT.-CR., Sta. Cruz de Coimbra, Azevedo, 1958, pp. 350-352). Tais casais antigos correspondem necessariamente a um povoamento de matriz alto-medieval, que naquela zona específica se encontra bem estudado, acima de tudo do ponto de vista das fontes escritas (Arnaut, 1939; 1982). Sobre a organização deste espaço, não se vê ainda que possa ser decalcado um esquema islâmico de castelo e alcaria, como será válido para regiões mais meridionais. No contexto dos territórios de fronteira ou de contacto, e em particular desta área geográfica da Marca Inferior, a sua relativa autonomia fiscal e militar poderá ter redundado noutro género de assentamento,

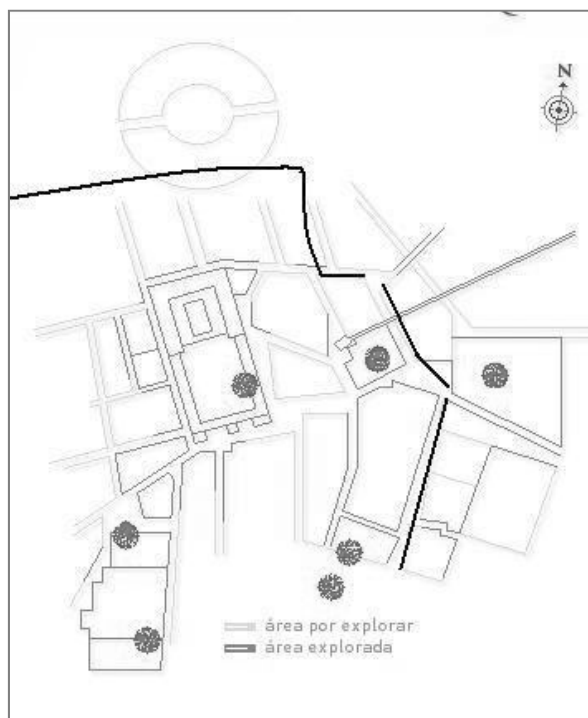


Figura 2. Sectores com fornos de cerâmica tardios.

isto se se quiser ver ver nos husun do Algarve e do Sul e Levante espanhol um sistema económico integral, e não apenas uma defesa.

Por outro lado, é absolutamente certo que não existem dados arqueológicos para a maior parte do território, e não basta a toponímia sugestiva. Está em funcionamento um projecto assente em escavação (Correia, 2008), que visa definir a transição do mundo antigo para o medieval na zona. Até agora, os dados apontam para estratégias casuísticas e adaptativas. Santiago da Guarda, por exemplo, é uma villa romana que foi transformada e passou a funcionar como defesa medieval da Ladeia, tal como Torre de Bera, e provavelmente as torres da Ateanha, de Alvorge e de Vale de Todos, que apresentam materiais romanos. Está em curso a escavação de outra villa tardia em Soure, numa posição muito semelhante a Santiago da Guarda, sobre o antigo estuário do Mondego e no caminho mais curto entre Condeixa e o mar. Não existe ocupação islâmica mas sim visigótica (De Man, 2009, pp. 21-24; De Man e Ruivo, 2009). E a transição de povoamento do Rabaçal para o Germanelo poderá muito bem ser um exemplo quase escolar da deslocação de uma villa para um castro, e nesse caso ilustra a transferência de uma estrutura económica de matriz

romana para outra, que privilegia os sítios de altura. Uma chave para este fenómeno reside na compreensão da continuidade, eventualmente familiar, de algumas estruturas fundiárias, pelo menos até o tempo das herdades apresuradas e redistribuídas pelos reis de Leão, depois de 878. Até os finais do século XII, parece ter funcionado um sistema distinto de Condeixa para Sul. É verdade que as fontes do século X, que mencionam muitas villas-herdades e villas-aldeias (Alarcão, 2004, p. 17) em torno de Coimbra, reflectem um contexto que era cristão, havendo, portanto, um silêncio desproporcional para a zona meridional. A Sudeste de Condeixa, a insegura região da Ladeia, razoavelmente documentada, evidencia um tipo de povoamento que, em termos administrativos, parece menos disperso, e que não se resume à ocupação de sítios de altura. Em suma:

- a função de Condeixa entre o investimento visigótico no Bico da Muralha até à fase da conquista cristã apoiou-se sempre na condição fortificada da plataforma. Integrou-se na linha de defesa entre o mar e as Serras da Lousã e de Alvaiázere, isto é, na linha de castelos Soure – Ega – Condeixa – Penela – Miranda – Lousã (Conde, 2005).

- a um nível interno, houve transferência do local de culto medieval para um espaço até então doméstico. A casa de Tancinus, a propósito, terá tido uma evolução tardo-antiga semelhante à de Cantaber, com desarticulação e polifuncionalidade do espaço (De Man, 2006).

- a Condeixa referida no século X, tanto na fonte islâmica como nas doações do Livro Preto refere-se ainda à antiga Conimbriga, incluindo o planalto, e não apenas à actual Condeixa-a-Velha.

- o sítio foi paróquia até o século XII, bem como lugar central num circuito produtivo: a cerâmica medieval do Germanelo, do século XII, é equivalente à das últimas fases de Conimbriga (asas puncionadas, alguidares de base em disco e cordões digitados). E as várias dezenas de tempereiros em metal, encontrados nos estratos terminais do Bico da Muralha, do forum e do anfiteatro indiciam fortemente que a tecelagem era uma actividade intensa, que ultrapassava a mera produção doméstica para auto-consumo.



**Figura 3.** Níveis pós-romanos da casa do mediano absidado (cortesia J. Ruivo).



**Figura 4.** Níveis pós-romanos do anfiteatro



**Figura 5.** Estrutura visigótica de Coles de Samuel, Soure.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1975) – *Fouilles de Conimbriga V, La céramique Commune Locale et Régionale*, Diffusion de Boccard, Paris.
- ALARCÃO, J. (2004) – In território Colimbrie: *Lugares Velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Trabalhos de Arqueologia 38, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- ALARCÃO, J. (2007) – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ARNAUT, S. D. (1939) – *Ladeia o Ladera: subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Tipografia Gráfica, Coimbra.
- ARNAUT, S. D. (1982) – O castelo de Germanelo, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 28, pp. 231-256.
- AZEVEDO, R. P. (1958) – *Documentos Régios, volume I (A.D. 1095-1185)*, tomo I, Academia Portuguesa da História, Lisboa.
- Cass., Epist. 23 (2006) – *The Letters of Cassiodorus by Magnus Aurelius Cassiodorus*, The Echo Library, Teddington / Middlesex.
- CONDE, M. S. (2005) – Fronteira, guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo, entre muçulmanos e cristãos (séculos IX-XIII), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, pp. 43-52, Palmela.
- CORREIA, V. H. (1997) – *Nouvelles recherches à Conimbriga, Itinéraires Lusitaniens, Trente Années de Collaboration Archéologique Luso-Française*, pp. 35-48, Diffusion De Boccard, Paris.
- CORREIA, V. H.; ALARCÃO, P. (2008) – Conimbriga: um ensaio de topografia histórica, *Conimbriga*, vol. XLVII, pp. 31-46.
- CORREIA, V. H.; DE MAN, A. (2008) – *Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território, Colóquio Internacional Transformações da Paisagem. O Impacto das Cidades Romanas no Mediterrâneo Ocidental*, Universidade de Évora, no prelo.
- CORREIA, V. H.; DE MAN, A.; PEREIRA, R. (2008) – Dinâmicas urbanas e rurais nas Terras de Sicó: alguns estudos de caso para a elaboração de um projecto, *Simpósio Ibero-Americano Património Geológico, Arqueológico e Mineiro em Regiões Cársicas*, pp. 234, 235, SEDPGYM, Batalha.
- DAVID, P. (1947) – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> Siècle*, Portugalia / Les Belles Lettres, Lisboa / Paris.
- DE MAN, A. (2004) – Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7(2), pp. 459-472.
- DE MAN, A. (2006-2007) – Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conimbriga, *Portugalia*, vols 27-28, pp. 59-67.
- DE MAN, A. (2007) – The late urban fort of the Bico da Muralha, Conimbriga (Portugal), *Mediterranean Archaeology & Archaeometry*, vol. 7(1), pp. 3-14.
- DE MAN, A. (2008) – A short note on medieval Condeixa, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 11, pp. 99-103.
- DE MAN, A. (2009) – Os primeiros trabalhos arqueológicos na villa romana da Madanela, *Samuel Informa*, pp. 21-24;
- DE MAN, A.; SOARES, A. M.; MARTINS, J. (2010) – A datação pelo radiocarbono de contextos funerários da denominada basílica paleocristã de Conimbriga, *Arqueologia Medieval*, vol. 11, pp. 5-9.
- DE MAN, A.; RUIVO, J. (2009) – Primeiros dados sobre a villa da Madanela (Coles de Samuel, Soure), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 12(1), pp. 201-210.
- DE MAN, A.; SOARES, A. M. (2007) – A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10(2), pp. 285-294.
- DE MAN, A. (2006) – Transformação metalúrgica na Casa de Cantaber, *III Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*, pp. 129-140, SEDPGYM / IPPAR, Porto.
- FERNANDES, A. de A. (1968) – Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas, *Arquivo do Alto Minho*, vols XIV-XVII.
- LEONE, A. (2003) – Topographies of production in North African cities during the Vandal and Byzantine periods, Theory and practice in Late Antique archaeology, *Late Antique Archaeology*, vol. 1, pp. 269-277.
- MANTAS, V. (1985) – Dois novos miliários do território de Conimbriga, *Biblos*, vol. LXI, pp. 159-179.
- MESTRE, A. (1970) – *Historia, Fueros y Actitudes Políticas: Mayans y la Histografía de XVIII*, Ayuntamiento de Oliva, Valencia.
- OLEIRO, J. M.; ÉTIENNE, R. (1966) – Les résultats de la première campagne de fouilles franco-portugaises à Conimbriga (Portugal), *Comptes Rendus des Séances de l'Année 1965*, Académie des Inscriptions & Belles-Lettres, pp. 442-451, Librairie C. Klincksieck, Paris.
- RUIVO, J. (2006) – Conjunto monetário tardo-romano da Casa do Mediano Absidado (Conimbriga), *Conimbriga*, vol. XLV, pp. 301-309.
- TT.-CR., Sta. Cruz de Coimbra, m. I (régios), doc. 36, or. car.

# LA ORGANIZACIÓN SOCIAL DE LOS ESPACIOS FUNERARIOS ALTOMEDIÉVEALES EN LOS TERRITORIOS AL SUR DEL DUERO

Iñaki Martín Viso\*

## Resumo

As sepulturas escavadas na rocha são os vestígios alto medievais melhor conhecidos no Centro da Península Ibérica. Este trabalho pretende estudar as sepulturas como tecnologias da memória social desenvolvida pelas comunidades que viviam entre Cristãos e Muçulmanos. Esta memória não vinculava os sepulcros a igrejas locais, as sepulturas resultaram antes de vários impulsos sociais que definiram vários padrões de localização, os quais são alvo de estudo neste artigo. Um desses padrões refere-se às necrópoles associadas aos centros de poder, onde elas assumem claramente organização interna. Outro dos padrões associa as necrópoles rurais a sistema territorial de escala local que as agregaria às áreas residenciais e produtivas. Por último, analisa-se o padrão das numerosas sepulturas isoladas. Não obstante ser uma hipótese de trabalho que carece de mais investigação, avança-se aqui com possibilidade destas sepulturas poderem ser marcos de propriedade. Seja qual for o padrão este tipo de vestígios funerários no Centro da Península Ibérica, ele corresponde a sistema social camponês que se expressa mediante o acto público da inumação.

## Abstract

The better known and clearer early medieval archaeological sites in the centre of the Iberian Peninsula are the graves dug into the rock. This paper studies the graves as technologies of social memory developed by the communities that lived in this area between Christians and Muslims. This memory was not linked with local churches but it was shaped by the communitarian inputs with different patterns, which are the focus of the analysis. One of these patterns was related to centres of power, with regular planned cemeteries located near of these places, but out of them. Another pattern is that of the rural cemeteries which were part of local-based territorial systems that involved residential, productive and burial areas as a whole. The last and most usual pattern was that of the isolated graves, which could be explained as markers of properties, although it is only a hypothesis that must be analysed carefully. This kind of cemeteries in the centre of Iberian Peninsula could be viewed as the prevalence of peasant-based social systems, which was expressed in the public arena through the burial data.

## 1. Memoria social y necrópolis

Puede afirmarse que los mecanismos mediante los cuales las sociedades humanas han gestionado la muerte son auténticos actos de representación de la sociedad de los vivos a través de los fallecidos. Sin duda nos informan de las creencias religiosas, aunque cabe señalar en este punto la necesidad de diferenciar entre las reglas oficiales y las prácticas reales, que no siempre correspondían a las fórmulas que emanaban de las primeras. Pero hay más elementos que entran en juego y sobre los cuales merece la pena centrar nuestra atención. Uno de los principales se refiere a que los espacios funerarios funcionan como territorios privilegiados de la memoria social, entendida como un proceso activo en el que los individuos están constan-

temente comprometidos, que requiere actividad mental e interacción social (Fentress y Wickham, 2003).

En tal sentido, algunos estudios recientes sobre el mundo funerario altomedieval han puesto de relieve la asociación entre necrópolis y memoria, considerando que los espacios funerarios eran un lugar de recuerdo o de conmemoración estrechamente vinculados a las estructuras sociales (Ravn, 2003). Así, Heinrich Härke (2001) ha analizado las distintas vías mediante las cuales los cementerios actuaban en las relaciones sociales y las reflejaban, promoviendo el poder social y sagrado; no se trataba de simples agrupaciones de tumbas sino de auténticos espacios de poder, donde se realizaban derechos sobre la propiedad y los recursos. Y también sugiere que pudieron servir como escenarios de un paisaje que al mismo tiempo configura. En esta misma línea, Zoe Devlin (2007), al estudiar una serie de necrópolis de época anglo-sajona, interpreta su organización como una

---

\* Universidad de Salamanca. Este trabajo se ha realizado dentro del proyecto HUM2006-03038.

tecnología de la memoria: eran lugares extremadamente importantes para realizar reclamaciones sobre la pertenencia a un lugar o a una comunidad y también el escenario de la manipulación de la memoria al servicio del presente y de la afirmación y el mantenimiento de relaciones sociales. Algunos trabajos sobre la Britania post-romana han resaltado el carácter de hitos sociales en el paisaje, vinculados con la memoria de las comunidades, que habrían tenido tales necrópolis (Williams, 2006). El reconocimiento de esta centralidad de las necrópolis en la representación social se halla en el centro de algunas investigaciones sobre los espacios funerarios en la Alta Edad Media. Tal es el caso de los estudios de Guy Halsall (1995; 1997) sobre las necrópolis del norte de la Galia o de Cristina La Rocca (1998) para el norte de Italia, sin olvidar el caso de las necrópolis vasconas del tipo Aldaieta, que ha estudiado Agustín Azkarate (2004). Sin embargo, tales vías no desarrollan plenamente la idea de que los espacios funerarios pueden y deben comprenderse como parte de un territorio y como una estrategia fundamental en la reclamación del mismo por parte de una comunidad o de una familia, tal y como ha planteado, por ejemplo, el estudio ya citado de Zoe Devlin. Por tanto, es necesario abordar también cómo funcionaban los espacios funerarios dentro de la apropiación y organización de un territorio local, es decir cómo las tumbas y necrópolis crean un espacio con memoria.

A partir de estas consideraciones, quisiera exponer algunas interpretaciones sobre los espacios funerarios altomedievales en el centro peninsular, refiriéndome exclusivamente a las tumbas excavadas en la roca. Soy consciente de que voy a plantear sobre todo hipótesis con un alto índice de especulación, ante la ausencia de trabajos de esta índole acerca de este tipo de yacimientos. En realidad puede entenderse este trabajo como una especie de agenda de investigación que pretende ser llevada a cabo en los próximos años, para lo que se hace necesario tener una batería de hipótesis y de métodos que deberán ser puestos en relación con las realidades documentables.

Cabe hacer una serie de apreciaciones previas sobre estas tumbas excavadas en roca. La primera se refiere a su presencia profusa en el paisaje de numerosas regiones de la Península Ibérica (desde Cataluña hasta Andalucía) que contrasta con el escaso conocimiento sobre el poblamiento y las estructuras agrarias.

Esta circunstancia tiene mucho que ver con la ausencia de estrategias adecuadas al conocimiento de tales fenómenos, una tendencia que sólo en los últimos años parece que se está modificando (Quirós Castillo y Vigil-Escalera, 2006; Vigil-Escalera, 2007; Quirós Castillo, 2009). Pero también, y esto es muy importante, las tumbas se realizaron sobre materiales pétreos que se han conservado con mayor fortuna que otros vestigios. Si tenemos en cuenta que los enterramientos se encuentran en relación con otros elementos del territorio, como los espacios residenciales y de producción, parece lógico pensar que las tumbas son un primer indicio para reconstruir el espacio local. Ahora bien, los problemas de este análisis son numerosos, y aquí cabe indicar un segundo conjunto de apreciaciones.

Desde los estudios pioneros en los años 60 de Alberto del Castillo, los trabajos se han centrado en las tumbas y no en el territorio. El problema estriba en que de manera abrumadora las tumbas no conservan restos de ningún tipo, e incluso es bien sabido que fueron reaprovechadas, por lo que la presencia de individuos en tales inhumaciones correspondería a la última fase de enterramientos. El propio Alberto del Castillo (1970; 1972) ofreció una cronología basada en una secuenciación de tipo formal: a una primera fase de tumbas no-antropomorfas (de bañera, ovaladas...) datable entre los siglos VII al IX, le seguiría otra de tumbas antropomórficas que nos llevaría a los siglos IX-XI, correspondiendo a las inhumaciones de las poblaciones mozárabes que repoblaron los valles del Duero y del Llobregat. Esta explicación se ha convertido en un paradigma, a pesar de que tal secuenciación formal no está en absoluto demostrada y de su estrecha dependencia con una interpretación de los procesos históricos ya superada, por no hablar del carácter meramente ancilar de la arqueología funeraria. Ha habido algunos intentos de modificar esta cronología (Barroca, 1987; López Quiroga y Rodríguez Lovelle, 1992), pero se constata la resistencia de las teorías elaboradas por Alberto del Castillo (Padilla Lapuente, 2002). En mi opinión, no es posible realizar un acercamiento a la cronología de estos enterramientos a través de un indicio tan irrelevante como la forma que adoptó la tumba. Sólo la presencia de datos directos, a través del análisis de los restos óseos o de algunas pequeñas piezas de ajuar, revelaría una datación más clara. De hecho, algunas dataciones corres-



pondientes a puntos tan dispares como el valle del río Martín, en Aragón (Laliena y Ortega, 2005, pp. 99-106; Benavente Serrano, Paz Peralta y Ortiz Palomar, 2006), las cuevas de Corro en Álava (Sáenz de Urturi, 1990), el cortijo de Ana, en Órgiva (Granada) (Román Punzón, 2004, pp. 48, 49) o el Casal de S. Bras en las inmediaciones de Lisboa (Encarnação y Duarte, 2000), ponen de relieve unas fases iniciales que deben datarse en torno a los siglos VI-VII, aunque debemos ser prudentes ante las dataciones con Carbono 14 y su correcta calibración. En otros casos, la cronología es indirecta, como sucede en algunos casos documentados en Andalucía, donde la ocupación andalusí se superpone y amortiza espacios funerarios previos, como ocurre por ejemplo con Cerro Miguelico (Torredelcampo, Jaén) (Salvatierra Cuenca y Castillo Armenteros, 2000) o La Esperanza-al Funtin (Loja, Granada) (Jiménez, 1999). Algunas referencias indirectas recogidas en toda la submeseta sur avalan también esa cronología "visigoda" (Gutiérrez Dohijo, 2001), que casa bien con las dataciones ofrecidas en el sur de la provincia de Salamanca y en las serranías madrileñas (Fabián *et alii*, 1986; Colmenarejo García y Rovira Duque, 2006). Este tipo de enterramiento convivió posiblemente con otras prácticas (enterramientos en cistas, lajas...), como se pone de relieve en los casos de L'Esquerda (Osona) (Ollich i Castanyer, 1982) y La Cabeza (La Cabrera, Madrid) (Yañez *et alii*, 1994), y sobrevivió posiblemente hasta la configuración del sistema parroquial, cuya afirmación tuvo distintas dataciones, según las zonas. De todos modos, parece que este tipo de enterramiento no sobrevivió más allá del siglo XI en las zonas donde fue más longevo. Aún así, la periodización continúa siendo problemática y poco concisa, ya que aún no disponemos de una secuenciación interna bien elaborada.

Por otra parte, a pesar de que los estudios tradicionales tanto en Castilla como en Cataluña se centraron en grandes conjuntos (Olérdola, Cuyacabras, Tejuela), el patrón habitual es muy diferente. En general, las necrópolis son muy escasas, incluso concediendo un nivel tan generoso como 10 tumbas para aceptar esa condición. La mayoría de los yacimientos se componen de pequeños conjuntos de 2-3 tumbas e incluso se trata de tumbas aisladas. Esta circunstancia es bien notoria en áreas tan dispares como Galicia (López Quiroga, 2004) o la Castilla Vieja, una de las regiones usadas como modelo de análisis, donde sólo

alrededor de un 20% de los yacimientos superan los 10 enterramientos (Martín Viso, 2000, p. 142). Puede que esta extremada dispersión sea el resultado de un proceso de cambios profundos en el paisaje en los últimos mil años, por lo que únicamente se han conservado algunos vestigios de áreas más extensas. Ahora bien, no siempre cabe pensar en esa posibilidad, ya que puede haber sido un patrón elegido conscientemente.

La aceptación de esta última hipótesis se ha relacionado con la existencia de un hábitat disperso, del que tales tumbas aisladas serían una huella, una vía de trabajo sobre la que han ahondado en especial algunos estudios sobre el área portuguesa (Barroca, 1987; López Quiroga y Rodríguez Lovelle, 1997; Marques, 2000; Vieira, 2004; López Quiroga, 2004; Lourenço, 2007). No pretendo desestimar la existencia de ese hábitat disperso, que deberá documentarse y no plantearse como un apriorismo, pero considero que el patrón de enterramientos no es prueba de ello sino de una ordenación laxa de las prácticas funerarias. Como se ha demostrado tanto al norte como al sur de Francia, la presencia de tumbas aisladas, cuya organización interna excluye que se trate de sepulturas de urgencia o vinculadas a colectivos socialmente excluidos, que coexistieron con un hábitat concentrado durante el periodo altomedieval (Pecqueur, 2003; Catafau, 2008). En tal sentido, conviene ser precavidos en esa supuesta conexión entre tumbas aisladas y hábitat disperso, pues debe primero comprobarse éste.

Una vía para avanzar en un mejor conocimiento de este, por otro lado, plural fenómeno es integrar y comprender las tumbas dentro de un sistema territorial de escala local. Su localización no se debería al azar sino que funcionaban como instrumentos de la memoria de las comunidades y familias que enterraban allí. Me fijaré, por tanto, en un par de aspectos, que en absoluto agotan el catálogo de cuestiones: el poder sobre los cementerios (quién gestiona estos espacios) y su vinculación con el territorio circundante. Para ello, he seleccionado un vasto conjunto regional, el compuesto por los territorios entre el Duero y el Sistema Central, desde el área de Sepúlveda hasta el entorno de Viseu y Seia, una zona que se mantuvo en buena medida al margen de los poderes cristiano y andalusí, una auténtica zona entre cristianos y musulmanes. Este análisis parte de una amplia base de datos con más de 600 yacimientos de este tipo en esa zona,

aunque la información es desigual en cuanto a la calidad y cantidad de trabajos. No obstante, expondré algunos casos específicos y relativamente bien conocidos que puedan ser útiles para plantear los problemas que he señalado previamente. Por último, un factor importante es que no hay un único patrón que pueda servir en todos los casos; por el contrario, hay una variedad de situaciones que conviene examinar con cierta atención, para entender las relaciones entre espacios funerarios, memoria social y organización del paisaje.

## 2. Territorio y sociedad a través de la memoria de los muertos

### 2.1. Tumbas y centros de culto

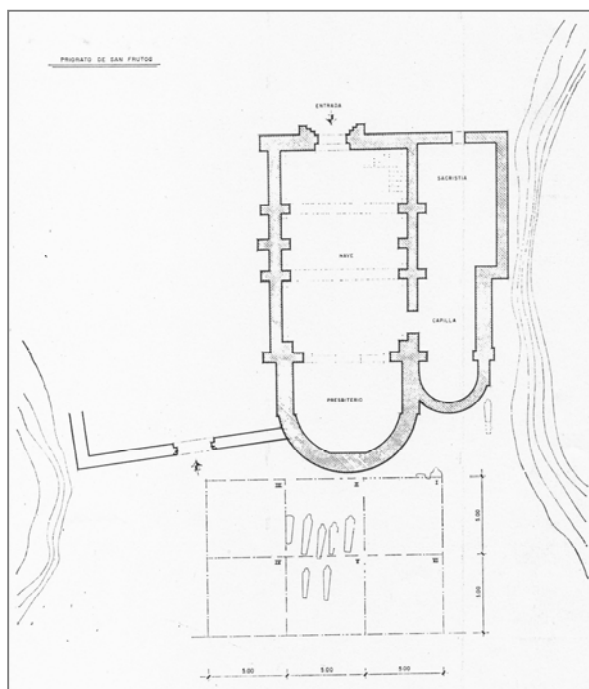
Un primer punto de análisis es la posible asociación de estos espacios funerarios con centros de culto. Dicha relación se estableció desde los trabajos de Alberto del Castillo (1972), especialmente en el caso de Cuyacabras y Duruelo de la Sierra, siendo posteriormente asumidos por sus discípulos (Andrío Gonzalo *et alii*, 1993; Andrío Gonzalo, 1994). También, y de manera más reciente, los trabajos de López Quiroga identifican estas tumbas con la presencia de comunidades “pseudofruitosianas” que ocuparían espacios hasta entonces marginales (López Quiroga, 2004, pp. 160-162, 193). De todos modos, otros trabajos que se mueven en esta misma línea de estudios resaltan las dificultades a la hora de encajar las tumbas y los edificios religiosos, cuyas cronologías no coincidirían, apostando por la introducción de nuevas variables, como las fortificaciones (Loyola Perea *et alii*, 1990).

A pesar de que se ha dado como buena esta ecuación, un análisis más amplio demuestra con claridad la dificultad de aceptarlo como un fenómeno generalizado. Si tomamos como punto de partida la amplia base de datos que estamos manejando, observamos cómo sólo 78 de los 627 yacimientos poseen alguna vinculación con centros eclesiásticos (un 12,4%). Este modelo de comportamiento ya ha sido detectado por otros investigadores. Así, Jorge Marques (2000, pp. 210, 211), en su estudio sobre las sepulturas en la región de Viseu, destaca la práctica ausencia de una relación entre estos yacimientos y centros de culto, mientras que Sandra Lourenço (2007, pp. 47-51, 77-80), al examinar el caso de la región entre los ríos

Dão y Alva, únicamente observa 9 casos sobre un total de 85 yacimientos (10,6%). Pero incluso tales datos son engañosos, pues muchas de esas asociaciones se basan simplemente en la presencia de un hagiotopónimo o en la tradición de la existencia de una ermita, aspectos que no prueban la coexistencia de tumbas y centro de culto, ni siquiera de la presencia de éste, pues podría tratarse de un nombre otorgado “a posteriori” por la existencia de una memoria sobre un espacio sagrado. En otros casos, la iglesia se superpone y amortiza el espacio funerario previo, como sucede en el caso de la iglesia de São Julião de Mangualde, donde las tumbas estaban en un estrato inferior a la construcción de la iglesia, cuya primera obra parece ser de fines del XI o comienzos del XII (Pinto, 1983; Marques, 2000, pp. 79, 80). El estudio de algunos casos particulares puede ser muy ilustrativo.

El primero de ellos se refiere a la ermita de San Frutos del Duratón, donde hay una necrópolis de 12 tumbas excavadas en roca a la entrada de la iglesia, todas con la misma orientación, una pegada al ábside pequeño del priorato construido en 1100, por lo que no parece que fuesen coetáneas a ese edificio. Se ha considerado que tales inhumaciones estarían relacionadas con una iglesia previa, de tamaño más reducido; pero lo cierto es que los trabajos llevados a cabo no pudieron certificar resto alguno de esa supuesta iglesia (Golvano Herrero, 1976). A todo ello debe sumarse la presencia de más tumbas en la zona, agrupadas en núcleos como las que se identifican con las de san Frutos y sus hermanos Vicente y Engracia. A tenor de estos datos, parece que la iglesia levantada en 1100 amortizó un espacio funerario previo que se distribuía a lo largo y ancho del espigón fluvial donde se asienta el lugar de San Frutos de Duratón, sin que se pueda plantear la presencia de una iglesia previa (Martín Viso, 2009a, p. 284). Una situación muy semejante puede observarse en la cercana localidad de Sepúlveda, concretamente en la iglesia de Santiago. Durante la excavación de una cripta usada como osario, se encontraron 19 sepulturas excavadas en la roca, que correspondían a una parte de la necrópolis, pues ésta se extendía hacia el oeste, fuera de las actuales estructuras arquitectónicas y por debajo de ellas (Municio González, 1989-1990; 1991-1992).

Si nos alejamos hacia el oeste, los recientes trabajos emprendidos en la iglesia de Santa Elena de Ledesma vienen a reforzar esa misma idea (Alacet,



**Figura 1.** Plano de la iglesia de San Frutos del Duratón (Carrascal del Río, Segovia), con indicación de la necrópolis de tumbas excavadas en roca (De Golvano Herrero, 1976).

2006)<sup>1</sup>. Los sondeos realizados en el exterior del templo hallaron varias tumbas excavadas en roca, dispuestas en distintos núcleos y con una orientación común, E-NW. Se trata de un espacio funerario en el que se superpusieron diferentes fases que llegan hasta época moderna y donde convivieron distintos tipos de enterramientos. Los autores del informe consideran que las tumbas configuraron una primera necrópolis asociada al templo construido en torno al siglo XII-XIII, a tenor de los datos de la documentación escrita. En tal sentido, las obras señalan que no hubo una iglesia previa a la románica, que es la primera detectada y fechada en la cronología señalada. La cuestión estriba en que no hay una clara asociación entre tumbas excavadas y roca y el edificio, pues las estructuras de éste no respetan el espacio funerario. Por otro lado, la cronología de la formación de esta necrópolis no se ajusta con la habitualmente manejada para estas tumbas, ya que en los siglos XII-XIII este modelo de enterramiento había dejado de estar vigente, salvo

<sup>1</sup> Quiero agradecer a los miembros de la empresa *Alacet S.L.* por su amabilidad a la hora de permitirme consultar el informe sobre los trabajos efectuados en dicha iglesia y patrocinados por la Fundación del Patrimonio de Castilla y León.

mediante el reaprovechamiento de tumbas preexistentes, pero no como una creación *ex novo*. La ausencia de tumbas en el interior podría deberse simplemente a la intensidad de las obras efectuadas para la construcción de la iglesia tras la *re población* de mediados del XII.

Podrían citarse otros ejemplos, pero los tres escogidos muestran una tendencia, a través de la cual puede inferirse que la construcción de centros de culto fue posterior a la existencia de las necrópolis y que éstas no estaban originalmente vinculadas a iglesias; ni siquiera se comprueba la presencia de tales iglesias antes de la época de construcciones románicas, asociada al sistema parroquial feudal. No es un modelo exclusivo del centro peninsular, ya que estudios llevados a cabo en otros puntos, como en Renedo del Inera (Palencia) o en Tirgo (La Rioja) ponen de manifiesto una situación similar (Crespo Mancho *et alii*, 2006; Álvarez Clavijo, 1995). Ahora bien, esta tendencia general, no implica la inexistencia de asociaciones. La mejor prueba corresponde al yacimiento de Prazo, donde sí parece existir una asociación entre un supuesto centro eclesiástico y una pequeña necrópolis de tumbas excavadas en la roca, aunque tanto la metodología empleada como las cronologías son problemáticas (Coixão, 1999, pp. 54-124). En cualquier caso, se trataría de uno de los poquísimos ejemplos en la zona de estudios donde se comprueba fehacientemente esa asociación, lo que sin duda tiene mucho que ver con la débil presencia de centros eclesiásticos rurales a lo largo de toda la Alta Edad Media en esta región.

Una hipótesis de trabajo es que estemos ante espacios con un especial sentido para la memoria social. Serían áreas de inhumación de comunidades – dado el alto número de enterramientos que parece existir – sobre los que se van a construir espacios sagrados como son las iglesias. De alguna forma, tales centros de culto se apropian de la memoria y del prestigio de tales lugares y lo capitalizan en beneficio de nuevas instituciones, como son las parroquias dentro del entramado eclesiástico feudal –o quizá también monasterios de la primera repoblación del siglo X, como quizá sucediera con el famoso caso de S. Pedro de Lourosa (Barroca, 2000, vol. II-1, pp. 31-33; Lourenço, 2007, pp. 78, 152, 153). Podría hablarse de una reutilización interesada de esa memoria, que sirve para legitimar el nuevo orden eclesiástico y social. Una

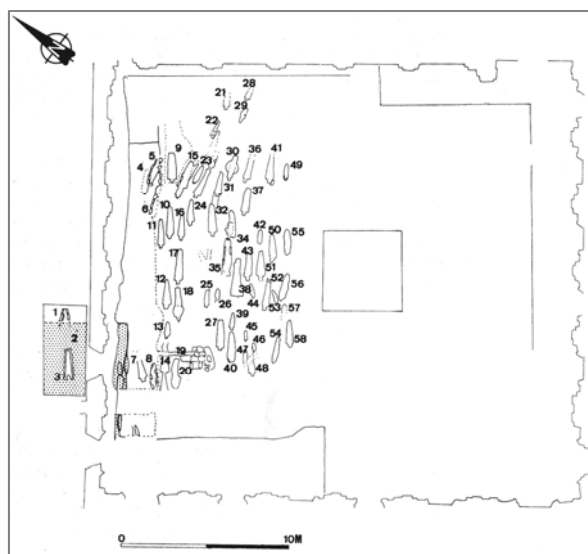
situación que también planteó en su momento como hipótesis Riu para el caso catalán (1982, p. 33).

## 2.2. Las tumbas en los centros de poder

Los tres casos estudiados con mayor detalle en el epígrafe anterior presentan una cierta ordenación interna de las necrópolis. Cabe destacar que tanto Ledesma como Sepúlveda fueron importantes centros de poder, documentados en el siglo X, aunque quizá ya lo fueran de manera previa. Esto nos acerca a la realidad de las necrópolis emplazadas en centros de poder. Durante el periodo altomedieval, subsistieron algunas ciudades que ejercieron, aunque posiblemente de forma muy limitada, una cierta jerarquización social y territorial, pero sobre todo emergieron numerosos sitios de altura o *castra*, ya desde el siglo V, que poseyeron una función semejante en ámbitos rurales (Martín Viso, 2008). Ahora me gustaría observar los espacios funerarios con tumbas excavadas en la roca de estos lugares a través de nuevo de tres casos específicos.

El primero de ellos es la ciudad de Salamanca, sede episcopal en época visigoda y centro de la repoblación del valle del Tormes en 940. Se trata, por tanto, de un núcleo de cierta relevancia y de carácter urbano, si bien estoy casi convencido de que su imagen material difería poco con respecto a un *castrum* de amplias dimensiones. De hecho, la zona de ocupación más antigua se encuentra en un espolón sobre el río Tormes, en torno a la zona actualmente ocupada por las catedrales y la universidad, el llamado teso de las catedrales (Vaca Lorenzo, 2005; Gutiérrez Millán, 2006). En un área inmediatamente aledaña se encuentra el actual edificio de la Universidad Pontificia, en cuyo patio se realizó una importante intervención (González Echegaray, 2000). Parece que por este lugar atravesaba la primitiva muralla prerromana, que fue amortizada, por lo que cabe inferir que ya desde el momento romano esta zona estaba fuera del recinto amurallado. Las excavaciones pusieron a la luz la existencia de una notable necrópolis, con al menos 64 tumbas, de las cuales 53 eran excavadas en roca. La disposición de las tumbas sigue una cierta organización, con una orientación general E-W y una tendencia a la alineación. Todo indica que hay un diseño previo del área de inhumación y de los enterramientos. La inercia en la búsqueda de centros de culto, así como el

hecho documentado de que hubo una iglesia de San Pelayo en este punto, han provocado que la datación de la necrópolis se retrase hasta el siglo XII, tras la definitiva "rehabilitación" de Salamanca. Un dato que reforzaría ese hecho es la casi total ausencia de cerámica de época visigoda y altomedieval. Sin embargo, y a pesar de la búsqueda, no se han encontrado más que algunos vestigios dudosos relativos a un posible edificio religioso asociado a la iglesia (González Echegaray, 2000: 180), lo que parece confirmar la hipótesis de que las parroquias se instalaron directamente sobre algunas necrópolis. Es más, la ausencia de cerámicas sería coherente con la idea de un espacio de enterramientos, donde ese tipo de hallazgos son, por la propia función del lugar, muy escasos. Pero lo que aquí me interesa es destacar dos aspectos importantes: la ordenación lineal y prediseñada del espacio funerario y su emplazamiento fuera del área amurallada, pero en sus inmediaciones.



**Figura 2.** Croquis de la necrópolis hallada en el Colegio de la Compañía, actual Universidad Pontifical de Salamanca (De González Echegaray, 2000).

Estas condiciones se repiten en Trancoso (Portugal). Estamos ante un lugar de cierta relevancia, considerado como uno de los *castella* que organizaban este sector de la Extremadura a la altura del año 960 (PMH-DC, 1867, doc. LXXXI). Sabemos de su importancia por haber sido objeto de ataques específicos por parte de los ejércitos omeyas durante el siglo X (Ibn

Hayyan, 1981, p. 258; Molina, 1981, p. 231), además de poseer un torreón que parece ser la plasmación arquitectónica de la presencia asturleonesea en este lugar (Barroca, 1990-91, pp. 94, 96). Me fijaré en la presencia de algunos vestigios de necrópolis, como es la conservada en las inmediaciones de la sede del Tribunal. Aquí subsisten 18 tumbas excavadas en roca, todas ellas con ordenadas de manera lineal y con una orientación E-W (Ferreira, 2000, p. 368). Estamos ante un lugar situado extramuros, en una zona que podría vincularse a una de las vías de entrada al recinto amurallado. Por otro lado, a unos 50 metros al este del castillo, en una peña aislada, se halla una sepultura, separada unos 20 metros por otras dos muy deterioradas, que podrían corresponder a un espacio funerario amortizado (Ferreira, 2000, p. 368; Perestrelo, 2003, p. 94). Vemos cómo se repite el patrón ya indicado: una ordenación interna previamente diseñada y una localización fuera del recinto amurallado, posiblemente en relación con caminos de entrada a éste.

Un último ejemplo procede de Numão, otro de los *castella* de este sector de la Extremadura (PMH-DC, 1867, doc. LXXXI). Aquí se conservan dos necrópolis. La primera de ellas es la de São Pedro, en una zona extramuros junto a la entrada norte del recinto y en torno a la pequeña iglesia, ya abandonada, homónima. Aquí se ha detectado un total de 19 sepulturas, ordenadas en varios conjuntos y no de forma lineal, aunque parece existir – salvo en algún caso específico – una orientación común, con la cabecera hacia el sur (Lopes, Valente y Barreira, 1998). Es posible que la escasa superficie de la plataforma elegida haya impedido la organización alineada que vemos en otros casos. Por otro lado, su asociación con la iglesia que da nombre a la necrópolis no me parece en absoluto evidente. Así dos tumbas se encuentran dentro del recinto de la ermita, pero en un nivel inferior a ésta y con una orientación divergente, algo que también ocurre con la orientación dominante en el resto de las tumbas. Por otra parte, en la entrada sur del recinto amurallado se encuentra la iglesia de Santa María, con una necrópolis de 8 tumbas excavadas en la roca (Coixão, 1996, pp. 204-207; Perestrelo, 2003, p. 175)<sup>2</sup>. Aunque actualmente este espacio se halle intramuros, en realidad las murallas parecen ser posterior-

res a la existencia de la necrópolis, pues al menos 2 tumbas que están insertadas en el muro, amortizadas por él. Por tanto, sería una zona inmediatamente posterior a la entrada Sur de la cerca de la villa, que corresponde con la ampliación del recinto amurallado con la construcción del castillo del siglo XII. El centro de culto sería posterior a la necrópolis, ya que hay restos de 4 sepulturas antropomorfas cerca del ábside de la capilla románica, en el exterior, pero en un nivel inferior a aquella. Es muy probable que el espacio funerario quedase amortizado e incluso que parte de él se reaprovechase como material para la construcción de la muralla. Sin embargo, es destacable que el conjunto de las 4 tumbas mejor conservadas tienda a una orientación común E-W, como si se tratase de un fragmento de una necrópolis mayor igualmente diseñada y ordenada.



**Figura 3.** Tumbas excavadas en roca situadas junto al Tribunal de Justicia (Trancoso).

Estos ejemplos indican un patrón específico de los espacios funerarios dentro de los centros de poder: una localización fuera del recinto amurallado –que sería sobre todo un espacio del poder–, aunque cerca de las vías de entrada al mismo, y una tendencia a la ordenación interna. Esta organización podría entenderse como muestra de la existencia de una cierta jerarquía social reconocida que diseñó ese espacio y lo gestionó, de suerte que hay una cierta rigidez en el uso del área funeraria. Por otra parte, el emplazamiento podría estar en relación con la afirmación de la pertenencia a la comunidad que habita en ese lugar, es decir con el control del territorio inmediatamente

<sup>2</sup> El número de enterramientos proviene de las visitas realizadas a este lugar, siendo superior al que recoge la bibliografía citada.

adyacente al centro de poder, sin proyectarse hacia ámbitos rurales más alejados. Una hipótesis es que se trate de la memoria de una comunidad asociada a ese espacio de poder y a las jerarquías que allí puedan existir. Y es aquí precisamente donde se producen sobre todo los fenómenos de superposición de centros eclesiásticos posteriores.

### 2.3. Las necrópolis rurales

Un modelo diferente es el de las necrópolis atestigüadas en áreas rurales, sitios con un número relativamente alto de inhumaciones, por encima de 10, cifra que, a pesar de ser aparentemente baja, resulta notablemente alta si se compara con la media de los yacimientos. De hecho, sólo hay 46 lugares documentados en la base de datos indicada que respondan a esos parámetros –incluyendo algunos emplazados en centros de poder–, lo que representa el 7,3% del total. En otra ocasión (Martín Viso, 2009b), ya he planteado que algunas de estas necrópolis deben relacionarse con los procesos de formación de aldeas ya en época tardoantigua, al estilo de lo que sucede en la región madrileña (Vigil-Escalera Guirado, 2007), o cuando menos serían asentamientos de cierto porte demográfico y de gran estabilidad, como ha propuesto Catarina Tente (2007, pp. 52-62). Pero aquí me interesa destacar la organización de estos espacios funerarios mediante casos específicos.

Comenzaré por Negrelhos, una necrópolis de 31 sepulturas en el lugar de Vescoveiro (c. Pinhel)<sup>3</sup>. El área funeraria se subdivide en 3 grandes zonas: una compuesta por 2 tumbas insertas en una gran bloque granítico; otra tumba ovalada y localizada sobre un bolo granítico, con orientación norte, junto al camino y a una zona de extracción; y, por último un bloque de 28 tumbas situadas en una ligera ladera que se abre hacia la *ribeira* de Pega. Este sector se organiza en torno a una serie de núcleos de tumbas asociadas entre sí, componiendo núcleos de entre 2 y 5 tumbas, así como aparecen algunas sepulturas aisladas. En algún caso puede observarse una posible organización dentro de esos núcleos basada en una sepultura central, quizá previa, en torno a la cual se establecen

otras, lo que podría ser un síntoma de cierta preeminencia social por parte del enterrado en primer lugar. Por otra parte, las orientaciones son muy diversas y no responden a un modelo prefijado, sino que en muchas ocasiones coincide exclusivamente con cada núcleo de tumbas. Podríamos describir la organización de esta necrópolis como una yuxtaposición de diversas tumbas y/o núcleos de tumbas (quizá alguno con evidencias de jerarquización, a lo que se sumarían las tumbas en bolos de las otras zonas) sobre un área específicamente destinada a la inhumación.

Este patrón, que difiere del que hemos visto en los centros de poder, puede observarse en otros casos relativamente bien estudiados. Así sucede con Forçadas (Matança, c. Fornos de Algodres), donde se conservan 24 tumbas excavadas en la roca a unos 100-150 metros al oeste de la pequeña localidad que le da nombre (Marques, 2000, pp. 56-60; Valera, 1993, p. 37). Las tumbas se encuentran en una zona de ligera ladera en donde son frecuentes los berruecos y con una capa escasa de humus. La ordenación del espacio de inhumación es aparentemente caótica: las tumbas se dispersan por la ladera, sin configurar conjuntos articulados entre sí y, como mucho, se aprecian núcleos de 2 tumbas, y con orientaciones de todo tipo. Este aparente desorden contrasta con la elección del lugar, que sí responde a unas pautas claras. En sus alrededores hay zonas de cultivo, algunas ya abandonadas, que se encuentran en mejores condiciones de aprovechamiento; de hecho, desde allí hasta el pueblo se suceden las áreas de cultivo, sobre todo hacia el sudeste, mientras que la orientación de la ladera es noroeste, es decir menos favorable para el aprovechamiento agrario. También tenemos ejemplos procedentes de la provincia de Ávila. Uno de ellos es el sitio de La Coba, en el municipio de San Juan del Olmo, se conserva una necrópolis con 29 tumbas, situada en una zona de ladera en un área de sierra, junto al nacimiento del río Almar (Díaz de la Torre *et alii*, 2005). Este espacio funerario está subdividido en 3 sectores de 10, 13 y 6 tumbas respectivamente, agrupadas internamente en pequeños núcleos o incluso emplazadas aisladamente dentro de cada sector.

Tales ejemplos implican la existencia de un patrón diferente de organización el espacio funerario, basado en la existencia de un área destinada a la función de enterramiento, pero donde no hay una estrategia única a la hora de implantar una ordenación

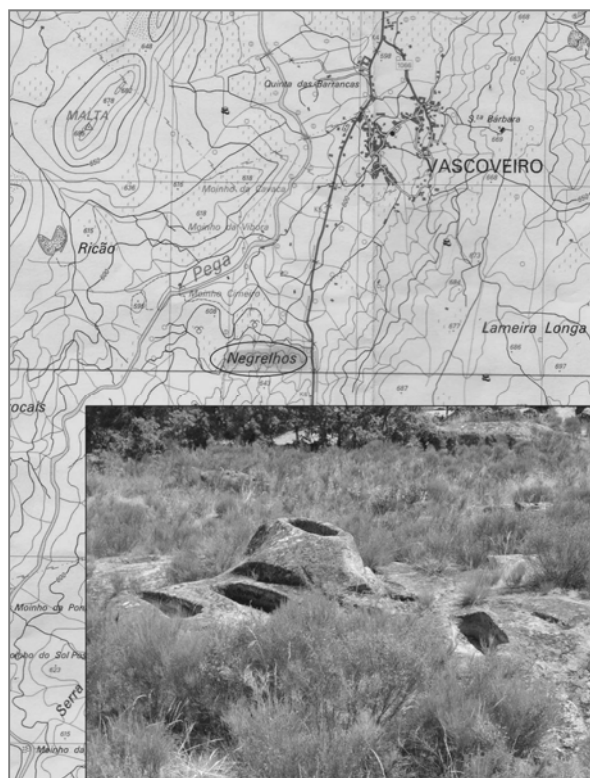
<sup>3</sup> La información procede de la base de datos "Endovélico" del desaparecido IPA: <http://www.ipa.min-cultura.pt/> (consulta de: 12/08/2007). Todos los lugares citados a continuación han sido analizados *in situ*.

interna. Parecen coexistir distintas iniciativas en un mismo espacio, que podrían estar relacionadas con intereses familiares. Por tanto, estaríamos ante decisiones probablemente familiares – las distintas orientaciones tendrían que ver sobre todo con las condiciones físicas de cada sector elegido –, pero dentro de una estructura territorial ordenada, ya que se selecciona un área, generalmente una ladera con afloraciones rocosas y, por tanto, con malas condiciones agroganaderas, donde se puede llevar a cabo la inhumación. Puede hablarse, por consiguiente, de una articulación desde la comunidad y una iniciativa familiar. Curiosamente no se detecta en ningún caso es la existencia de centros de culto.

Este patrón debe enlazarse con la organización en un nivel micro del territorio local, en el que los espacios funerarios forman parte de un sistema, junto a las áreas residenciales y de producción. Un estudio de un par de ejemplos de la penillanura del área de Ciudad Rodrigo, en la provincia de Salamanca, permite ilustrar estos mecanismos, aunque aún de forma muy

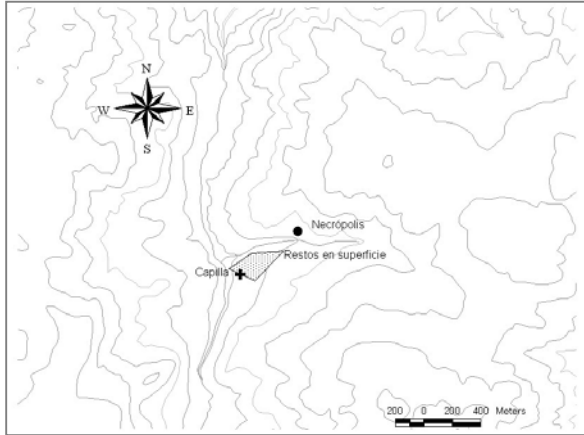
impresionista (Martín Viso, 2009b), por lo que conviene tomar los resultados con precaución a la espera de análisis mucho más detallados<sup>4</sup>. El lugar denominado Sacristía o Camporredondo se halla en el municipio de Villar del Ciervo, justo en el límite actual entre España y Portugal. La sacristía es una pequeña edificación de tipo religioso y de estilo gótico, emplazada en un lugar aislado, que conserva elementos constructivos y decorativos de cierta calidad. Al lado de la sacristía, emplazada en una zona de prados, se encuentra una edificación moderna, una suerte de casa o cabaña, junto a la cual se advierten restos de material pétreo dispersos por la superficie, que deben corresponder a antiguas edificaciones. En ese mismo sentido, se observa la presencia de ciertos taludes soterrados en las inmediaciones. En superficie no se aprecian restos cerámicos, pero sí algunas tejas, por lo que puede conjeturarse que este espacio correspondería a un área residencial. Por otra parte, a unos 200 metros al nordeste, y una vez atravesado un cauce estacional de agua se sitúa la zona reservada a la necrópolis, a media ladera de un pequeño promontorio, desde el que se domina precisamente el torrente señalado. Aquí hemos podido documentar al menos 11 tumbas, que siguen un patrón en forma de agrupaciones de a lo sumo 2 tumbas. Puede trazarse una reconstrucción de este pequeño territorio local mediante la conexión de tres sectores que componen un sistema: una zona de hábitat, a la que se añadió el edificio cultural conocido como la sacristía en época tardomedieval – que quizá se trate de la granja de Turones del cercano monasterio de Santa María de Aguiar, ya en Portugal; una zona de cultivo y de pasto, asociada y vinculada a la existencia de un pequeño torrente, y finalmente una zona de inhumación actualmente la más visible, emplazada en una localización relativamente excéntrica, claramente separada del hábitat y del área de cultivo, pero vinculada a ambas.

Esta articulación territorial puede rastrearse en varios lugares de la comarca, entre ellos el yacimiento de Campanario, en el término municipal de Fuente-liante. El lugar se encuentra situado en un paisaje suavemente alomado, emplazándose en una pequeña ladera hacia el Este, en cuya parte más baja hay numerosas charcas. Las tumbas (entre 10 y 11) se



**Figura 4.** Emplazamiento de la necrópolis de Negrelhos (Vasconaveiro, c. Pinhel) y detalle de un núcleo de tumbas con una posible sepultura principal.

<sup>4</sup> Las informaciones de estos lugares proceden tanto de la consulta del inventario arqueológico de la provincia de Salamanca como del análisis de los yacimientos *in situ*.



**Figura 5.** La organización del territorio local en torno al sitio de Sacristía-Camporredondo (Villar del Ciervo, Salamanca).

localizan en diversos núcleos en algún caso de 4 tumbas, aunque sin una orientación común ni siquiera dentro de cada grupo, al mismo tiempo que hay algunas tumbas aisladas. No muy lejos de allí, a unos 20 metros al suroeste de una edificación actual, en un espacio donde se cultiva el cereal, se emplazaría – según los datos del inventario arqueológico provincial – un pequeño asentamiento del Bronce Antiguo, dada la existencia de fragmentos de cerámica elaborada a mano, de tamaño medio, rodada, con cocción oxidante y desgrasantes de tamaño medio de cuarcita, granito y mica, así como un galbo carenado. Pero con tan sólo esa descripción, no puede excluirse que esta cerámica corresponda realmente a un momento altomedieval, sobre todo si se tiende al hecho de que es el único vestigio de periodo protohistórico en las inmediaciones, frente a la evidencia de las tumbas. Una hipótesis es que en esa zona se hallase el área residencial, con un espacio de enterramiento en una zona de ladera, quedando como área cultivada tanto la pequeña zona de penillanura alrededor de la parcela-asentamiento, como el espacio más bajo, donde son frecuentes las charcas, a unos 700 metros de la riera de Campo de Carniceros. Precisamente en las inmediaciones de ese pequeño cauce se halla el lugar de Santa Marina, donde se conserva la memoria oral de una posible ermita, emplazada en una pequeña loma. En realidad esa parte alta podría ser un lugar de hábitat, dado que hay numerosa mampostería de granito en superficie, mientras que las sepulturas – 5 en total – se encuentran en la parte baja, justo por encima de la vega que forma la riera de Campos Carniceros. Se

trata de tumbas aisladas que, sin embargo, eluden la estrecha franja aluvial, marcando un espacio de uso funerario que no se introduce en la zona de mayores posibilidades agro-ganaderas.

Este modelo se repite en otros lugares y parece responder a una ordenación del territorio local marcada por una iniciativa campesina, donde las tumbas ejercen un papel esencial: situadas en un emplazamiento visible desde las áreas de producción, pero fuera de ellas, podrían estar sirviendo como marcadores de propiedad. En una sociedad ágrafa, pero donde la propiedad de la tierra es fundamental, una manera de asegurarla es utilizar la memoria de los muertos como un recurso para reclamar los derechos sobre una determinada área. Las tumbas representaban a los ancestros de quienes derivaría la propiedad, realizada sobre un material duro (granito o pizarra generalmente) que aseguraba su perdurabilidad a lo largo del tiempo (Laliena y Ortega, 2005, pp. 180-182; Martín Viso, 2007, pp. 34, 35). El emplazamiento parece reflejar esa idea de las tumbas como una tecnología de la memoria sobre el territorio.

#### 2.4. El problema de las tumbas aisladas

Todas las interpretaciones anteriores tropiezan con el problema de los yacimientos que presentan tumbas aisladas o formando pequeños núcleos, que constituyen el patrón más habitual. Descontando los casos en los que carecemos de cifras exactas sobre el número de enterramientos, nos encontramos con un total de 340 sitios que obedecen a este modelo, lo que supone el 54,2% sobre la base de datos general. Esta realidad insoslayable ha permitido que se la considere un indicio de un elusivo poblamiento disperso altomedieval. No volveré ahora sobre los argumentos que permiten al menos dudar de una relación mecánica entre ambos fenómenos, del que en realidad sólo conocemos uno; pero es necesario plantear algún tipo de explicación alternativa. Para ello, conviene de nuevo presentar casos específicos.

En la zona de la *ribeira* de Aguiar, entre Castelo Rodrigo y Mata de Lobos (c. Figueira de Castelo Rodrigo), se suceden, de Sur a Norte, siguiendo el curso de la *ribeira*, los yacimientos de Galeotas y Canto dos Linhos, en la orilla occidental, y Sanca en la oriental, todos ellos con dos inhumaciones cada uno



(Borges, 1997, pp. 23, 107; Cosme, 2002, pp. 68, 69; Martín Viso, 2007, pp. 31, 32)<sup>5</sup>. Se trata de tumbas aisladas, todas ellas emplazadas en los glacis que dominan la franja aluvial – área productiva que se elude – y que llevan hacia la penillanura. De momento, resulta imposible individualizar algún tipo de hallazgo que indique la existencia de algún tipo de hábitat asociado, aunque este dato no es definitivo. En cualquier caso, el emplazamiento de las tumbas parece estar reflejando también una posible función como marcadores de propiedad, al situarse precisamente en los glacis. Quizá, dado el escaso número de inhumaciones, se trate de propiedades familiares en un contexto donde la comunidad no centraliza todas las posibilidades de inhumación. Este patrón de comportamiento puede rastrearse también en otras zonas, como sucede en la ribera del Lagar o Lugar, en Villar de Ciervo (Salamanca) (Martín Viso, 2009b). Sin embargo, en otras ocasiones no aparece un patrón tan evidente, bien porque no haya un conjunto de yacimientos conectados entre sí, o bien porque las tumbas aparecen aisladas sin relación aparente con posibles elementos agroganaderos.

Puede plantearse que existieran varias funciones que de manera conjunta o aisladamente funcionasen en estos casos. La principal, sobre la que deberemos trabajar, es que las tumbas ejerciesen una labor de demarcación de las propiedades en manos de familias. Pero en estos casos no cabe desdeñar la posibilidad de que fueran el testimonio del prestigio y riqueza de un determinado individuo, sobre todo si se hallan junto a caminos y/o en lugares destacados –como ocurre con el Teso de San Cristóbal, en Villarino de los Aires (Salamanca)–, ya que este tipo de inhumaciones era más costosa en mano de obra que otras formas conocidas también en la época, como el enterramiento en fosa o con lajas en zonas no graníticas. Otra posibilidad, que no excluye las anteriores, es que sirviesen como límites entre las distintas propiedades. En cualquier caso, mi hipótesis es que representaban elementos que estructuraban mentalmente el espacio y, por ende, servían para reclamar derechos.

Ahora bien, su presencia aislada, frente a los conjuntos rurales que he examinado anteriormente, ha de ser consecuencia de algún factor. Quizá en algunos

casos, como ya he señalado en otra ocasión (Martín Viso, 2007, p. 28), estemos ante fragmentos de áreas de mayor tamaño, como serían las necrópolis del tipo Forcadas o La Coba. Aún así, creo que la frecuentísima repetición de este patrón implica que un alto porcentaje de los casos se ha conservado el diseño inicial aislado de las sepulturas. Se pueden ofrecer varias explicaciones forzosamente especulativas. Una de ellas es que sólo algunas comunidades poseerían la potestad de ordenar un área funeraria centralizada, condicionada por la ausencia de estructuras eclesiásticas que forzasen ideológicamente esa centralización, al mismo tiempo que se permitía –incluso en los casos donde se verifica esa centralización– que las familias enterrasen en aquellos puntos que consideraban oportunos. Otra pasaría por entender esta diversidad en términos cronológicos: con el paso de una fase de ausencia de centralización a otra de mayor centralización, siempre en manos de las comunidades. Una última posibilidad es que estuviésemos ante marcadores de propiedades diferenciadas: las tumbas aisladas o en pequeños núcleos serían el testimonio de una propiedad familiar, mientras los grandes conjuntos se vincularían a espacios de uso comunal. Cualquiera de estas explicaciones es plausible y han de ser una guía para futuras investigaciones, aunque reconozco que me inclino sobre todo por la primera de las posibilidades.

### 3. Hipótesis y propuestas para una investigación

Llegados a este punto, parece obligado plantear una serie de conclusiones, que deben entenderse como hipótesis de trabajo altamente especulativas:

1) No hay una relación estrecha entre centros de culto y tumbas excavadas en la roca. Los casos en los que así se produce son más bien excepciones. Por tanto, la sociedad que eligió esta forma de enterramiento no estaba condicionada por los impulsos de las estructuras eclesiásticas. Cuando se produce la formación de parroquias, muchas de ellas, en especial en los lugares de poder, eligen las antiguas necrópolis para capitalizar su prestigio y aprovechar su memoria. Este proceso es mucho más tardío en el centro peninsular que en otras áreas europeas (Catafau, 2008);

2) La elección del emplazamiento de las tumbas excavadas en roca no es producto del azar, sino que estaba en relación con los impulsos de las comunida-

<sup>5</sup> También se han usado los datos procedentes de la base de datos Endovélico (última consulta: 25/09/2006).

des que enterraban allí, creando una memoria social vinculada estrechamente al territorio, aunque se emplearon diferentes modalidades;

3) En el caso de los centros de poder, los enterramientos están ordenados, lo que expresaría una jerarquía, y parecen situarse en relación con el lugar central, marcando la pertenencia de los muertos a una comunidad que ejercía algún papel jerárquico. Son auténticas necrópolis que miran hacia las murallas, pero no hacia el territorio exterior;

4) Las necrópolis rurales se asocian a impulsos comunitarios, posiblemente de base aldeana, con una organización aparentemente caótica, que remite en cambio a la existencia de sistemas territoriales de pequeña escala, configurados por distintos elementos, en donde las áreas de producción son un factor esencial. Las tumbas ejercen aquí un papel de marcador de la propiedad;

5) Las tumbas aisladas "en pleno campo" son el modelo más frecuente. Junto a una posible función como marcadores de propiedades, podrían además ser elementos de delimitación territorial y también formas de plasmar el prestigio social individual. Su presencia quizá pueda coexistir con las necrópolis comunitarias, ser fases sucesivas o servir como marcador de propiedades diferenciadas (familiares y comunitarias).

Todas estas hipótesis nos llevan a considerar que estos enterramientos, sobre todo en las áreas rurales, deben relacionarse con un modelo de sociedad campesina, al estilo de lo que ha venido defendiendo en los últimos años Wickham (2005). Serían sociedades donde la unidad básica de producción era la familia, que controlaba la tierra directamente, aunque estaban vinculadas con otras por el apoyo mutuo. Se trataba, por otra parte, de sociedades fuertemente desiguales, donde los rangos sociales, sin embargo, eran inestables, basados en la generosidad, el carisma o la capacidad para negociar (Davies, 1988; Devroey, 2006). Quizá este modelo – que hemos planteado en otra ocasión como un referente para entender la evolución del valle del Duero en época post-romana y altomedieval (Martín Viso, 2009b) – conviva con una aristocracia relativamente débil, centrada en los lugares de poder. Puede que las tumbas sean una tecnología de la memoria social campesina – aunque no siempre sea así –, una memoria apegada a la geografía local y a recuerdos centrados en los procesos recurrente del ciclo

vital, que interactúa con las relaciones entre las familias y entre las comunidades (Fentress y Wickham, 2003, p. 141). Una memoria que fue posteriormente obliterada, con la consolidación de nuevas estructuras feudales, en las que la Iglesia representó un papel esencial. Como consecuencia de ello, estos enterramientos se abandonaron o, como sucedió sobre todo en los centros de poder – muchos de ellos reconvertidos en villas reales –, se canalizó su memoria y prestigio hacia nuevas fórmulas expresadas en las parroquias, que se erigieron sobre esas necrópolis.

Podría decirse que este modelo, presentado a base de pinceladas un tanto impresionistas, sería propio de esta región. Pero el análisis de otros espacios parece indicar que hay una cierta similitud (Martín Viso, 2000; Laliena y Ortega, 2005). Queda, sin embargo, mucho que hacer, en especial para afinar nuestras cronologías y para observar secuenciaciones internas, pero también para integrar el estudio de las tumbas excavadas en la roca en un análisis sobre las sociedades campesinas altomedievales en la Península Ibérica. Por ello, quisiera destacar algunas vías de trabajo que espero que podamos implementar en un futuro cercano. Así, sería relevante introducir los datos de estas tumbas en Sistemas de Información Geográfica capaces de ofrecer nuevas conexiones entre los enterramientos y el territorio. El objetivo sería el estudio de sistemas territoriales de pequeña escala, locales, observándolos desde un punto de vista diacrónico, para poner de relieve las transformaciones y eludir la atemporalidad de nuestros análisis. También sería necesario enlazar estos sistemas con otros de mayor envergadura (supraldeanos). Y sobre todo deben servir como un elemento visibilizador que nos permita conocer las áreas residenciales y de producción y, de esa manera, poder llevar a cabo un trabajo de campo que implique una intervención directa sobre ese espacio, sin perder de vista el territorio como marco esencial de la investigación.

## Bibliografía

- ALACET, S. L. (2006) – *Excavaciones arqueológicas previas en la iglesia de Santa Elena de Ledesma (Salamanca)*, Valladolid, informe inédito depositado en el Museo de Salamanca.
- ÁLVAREZ CLAVIJO, P. (1995) – Trabajos arqueológicos en el entorno de la iglesia de El Salvador, *Estrato*, vol. 7, pp. 73-79.

- ANDRIO GONZALO, J. (1994) – Dos necrópolis medievales. Quintana María y Cuya Cabras (Burgos), *Boletín de Arqueología Medieval*, vol. 8, pp. 163-188.
- ANDRIO GONZALO, J. *et alii* (1993) – *El conjunto arqueológico del monasterio de San Juan de la Hoz de Cillaperlata (Burgos)*, Burgos.
- AZKARATE, A. (2004) – *¿Reihengräberfelder al sur de los Pirineos occidentales?, Sacralidad y Arqueología. Antigüedad y Cristianismo*, vol. XXI, pp. 389-413.
- BARROCA, M. (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-o-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*, Porto.
- BARROCA, M. (1990-91) – Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII), *Portugalia*, vols XI-XII, pp. 89-136.
- BARROCA, M. (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- BENAVENTE SERRANO, J. A.; PAZ PERALTA, J. Á.; ORTÍZ PALOMAR, E. (2006) – De la Antigüedad tardía hasta la conquista cristiana en el Bajo Aragón, *De la Tarraconense à la Marche Supérieure d'al-Andalus (IV<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup> siècle): Les Habitats Ruraux*, pp. 99-119, Toulouse.
- BORGES, J. A. (1997) – *Figueira de Castelo Rodrigo. Roteiro Turístico do Concelho*, Figueira de Castelo Rodrigo.
- CASTILLO, A. del (1970) – Cronología de las tumbas llamadas *olerdolanas*, *XI Congreso Nacional de Arqueología*, pp. 835-845, Zaragoza.
- CASTILLO, A. del (1972) – *Excavaciones Altomedievales en las Provincias de Soria, Logroño y Burgos*, Madrid.
- CATAFAU, A. (2008) – L'église comme centre organisateur de l'habitat en Languedoc, Roussillon et Catalogne, VIII<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup> siècles, *Movimientos Migratorios, Asentamientos y Expansión (siglos VIII-XI). En el Centenario del Profesor José María Lacarra (1907-2007)*, pp. 187-230, Pamplona.
- COIXÃO, A. (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, A. (1999) – *Rituais e Cultos da Morte na Região de entre Douro e Côa*, Almada.
- COLMENAREJO GARCÍA, F.; ROVIRA DUQUE, C. (2006) – Los yacimientos arqueológicos de Colmenar Viejo durante la Antigüedad Tardía, *La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid. Zona Arqueológica, nº 8*, vol. II, pp. 377-387, Alcalá de Henares.
- COSME, S. R. (2002) – *Entre o Côa e o Águeda. Povoamento nas Épocas Romana e Alto-Medieval*, Porto.
- CRESPO MANCHO, M<sup>a</sup> J. *et alii* (2006) – La necrópolis altomedieval de Renedo de la Inera (Palencia), *Sautuola*, vol. XII, pp. 301-312.
- DAVIES, W. (1988) – *Small Worlds. The Village Community in Early Medieval Brittany*, Londres.
- DEVLIN, Z. (2007) – *Remembering the Dead in Anglo-Saxon England. Memory Theory in Archaeology and History*, Oxford.
- DEVROEY, J.-P. (2006) – *Puissants et Misérables. Système Social et Monde Paysan dans l'Europe des Francs (VI<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> siècles)*, Bruselas.
- DÍAZ DE LA TORRE, J. *et alii* (2005) – *Inventario y Documentación de las Tumbas y Necrópolis Excavadas en Roca en la Provincia de Ávila*, Ávila (Trabajo de investigación inédito financiado por la Institución Gran Duque de Alba).
- ENCARNAÇÃO, G.; DUARTE, C. (2000) – *A Necrópole Paleocristã do Casal do S. Bras*, Amadora.
- FABIÁN, J. F. *et alii* (1986) – Los poblados hispano-visigodos de "Cañal", Pelayos (Salamanca). Consideraciones sobre el poblamiento entre los siglos V y VIII en el SE. de la provincia de Salamanca, *I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza, vol. II, pp. 187-202.
- FENTRESS, J.; WICKHAM, C. (2003) – *Memoria Social*, Valencia.
- FERREIRA, M<sup>a</sup> (2000) – Contributos para a carta arqueológica do concelho de Trancoso, *Beira interior. História e Património*, pp. 361-374, Guarda.
- GOLVANO HERRERO, M. Á. (1976) – Tumbas excavadas en roca en San Frutos del Duratón, *Homenaje a Fray Justo Pérez de Urbel*, vol. I, pp. 165-181, Santo Domingo de Silos.
- GONZÁLEZ ECHEGARAY, J. (Coord.) (2000) – *El Colegio de la Compañía de Jesús en Salamanca (Universidad Pontificia). Arqueología e Historia*, Salamanca.
- GUTIÉRREZ DOHIJO, E. (2001) – ¿Dos necrópolis entre la Antigüedad y el Medioevo? El Quintanar de Montejo de Tiermes y la rupestre de Tiermes (Soria), *V Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. I, pp. 115-123, Valladolid.
- GUTIÉRREZ MILLÁN, M. E. (2006) – Morfología de la ciudad de Salamanca en el siglo X. La incidencia de la repoblación de Ramiro II, *El Espacio Urbano en la Europa Medieval*, pp. 387-399, Logroño.
- HALSALL, G. (1995) – *Settlement and Social Organization. The Merovingian Region of Metz*, Cambridge.
- HALSALL, G. (1997) – *Early Medieval Cemeteries. An Introduction to Burial Archaeology in the Post-Roman West*, Londres.
- HÄRKE, H. (2001) – Cemeteries as places of power, *Topographies of Power in the Early Middle Ages*, pp. 9-30, Leiden.
- IBN HAYYAN (1981) – *Crónica del califa 'Abdarrahman III an-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*, Zaragoza.
- JIMÉNEZ, M. (1999) – Consideraciones sobre el poblamiento altomedieval de la tierra de Loja (Granada). *Turrus y Al-Funtin, Arqueología Espacial*, vol. 21, pp. 209-233.
- LA ROCCA, C. (1998) – Donare distribuire, spezzare. Pratiche di conservazione della memoria e dello status in Italia tra VIII e IX secolo, *Sepulture tra IV e VIII Secolo*, pp. 77-87, Mantua.
- LALIENA, C.; ORTEGA, J. (2005) – *Arqueología y Poblamiento. La Cuenca del Río Martín en los siglos V-VIII*. Zaragoza.
- LOPES, A.; VALENTE, H.; BARREIRA, P. (1998) – Vila Velha de Numão, um projecto de investigação em curso, *Terras do*

- Côa. Da Malcata ao Reboredo. Os Valores do Côa*, pp. 24-29, Guarda.
- LÓPEZ QUIROGA, J. (2004) – *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia. La Transformación de las Estructuras de Poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, La Coruña.
- LÓPEZ QUIROGA, J.; RODRÍGUEZ LOVELLE, M. (1992) – Propuesta de cronología e interpretación histórica de los enterramientos en piedra en Galicia durante la Alta Edad Media (ss. V-XI), *Boletín de Arqueología Medieval*, vol. 6, pp. 139-155.
- LÓPEZ QUIROGA, J.; RODRÍGUEZ LOVELLE, M. (1997) – Un modelo de análisis del poblamiento rural en el valle del Duero (siglos VIII-X) a partir de un espacio macro-regional: las tierras galaico-portuguesas, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 27(2), pp. 687-749.
- LOURENÇO, S. (2007) – *O Povoamento Alto-Medieval entre os Rios Dão e Alva*, Lisboa.
- LOYOLA PEREZ, E. et alii (1990) – *El Conjunto Arqueológico de Santa María de la Piscina (San Vicente de la Sonsierra)*, Logroño.
- MARQUES, J. A. (2000) – *Sepulturas Escavadas na Rocha na Região de Viseu*, Viseu.
- MARTÍN VISO, I. (2000) – *Poblamiento y Estructuras Sociales en el Norte de la Península Ibérica (siglos VI-XIII)*, Salamanca.
- MARTÍN VISO, I. (2007) – Tumbas y sociedades locales en el centro de la Península Ibérica en la Alta Edad Media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal), *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 14, pp. 21-47.
- MARTÍN VISO, I. (2008) – La ordenación del territorio rural y la tributación en el suroeste de la meseta del Duero (siglos VI-VII), *De Roma a los Bárbaros. Poder Central y Horizontes Locales en la Cuenca del Duero*, pp. 227-261, León.
- MARTÍN VISO, I. (2009a) – Repoblaciones, territorios. Iglesias y santos: los valles del Duratón y del Riaza (siglos X-XII), *Biblioteca. Estudio e Investigación*, vol. 23, pp. 265-292.
- MARTÍN VISO, I. (2009b) – Espacios sin Estado: los territorios occidentales entre el Duero y el Sistema Central (siglos VIII-IX), *¿Tiempos oscuros? Territorio y Sociedad en el Centro de la Península Ibérica (siglos VII-X)*, pp. 107-135, Madrid.
- MOLINA, L. (1981) – Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto, *Al-Qantara*, vol. II, pp. 209-263.
- MUNICIO GONZÁLEZ, L. J. (1989-1990) – Segovia, *Numantia*, vol. 4, p. 356.
- MUNICIO GONZÁLEZ, L. J. (1991-1992) – Segovia, *Numantia*, vol. 5, p. 303.
- OLLICH I CASTANYER, I. (1982) – Tipología de les tombes de la necrópolis medieval de L'Esquerda (Osona), *Necrópolis i Sepultures Medievales de Catalunya. Annex 1 de Acta Mediaevalia*, pp. 105-153, Barcelona.
- PADILLA LAPUENTE, J. I. (2002) – *Yacimiento Arqueológico de Cuyacabras. Despoblado, Iglesia y Necrópolis. Eremitorio de Cueva Andrés. Quintanar de la Sierra (Burgos)*, Barcelona.
- PECQUEUR, L. (2003) – Des morts chez les vivants. Les inhumations dans les habitats ruraux du Haut Moyen Âge en Île-de-France, *Archéologie Médiévale*, vol. XXXIII, pp. 1-31.
- PERESTRELO, M. (2003) – *A Romanização na Bacia do Rio Côa*, Lisboa.
- PINTO, A. N. (1983) – Notas sobre a necrópole medieval da igreja matriz de Mangualde, *Mundo da Arte*, vol. 16, pp. 67-70.
- PMH-DC (1867) – *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, Lisboa.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. (Ed.) (2009) – *The Archaeology of Early Medieval Villages in Europe*, Bilbao.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A.; VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2006) – Networks of peasant villages between Toledo and *Velegia Alabense*, northwestern Spain (V-X<sup>th</sup> centuries), *Archeologia Medievale*, vol. XXXIII, pp. 79-128.
- RAVN, M. (2003) – *Death Ritual and Germanic Social Structure (c. AD. 200-600)*, Oxford.
- RIU, M. (1982) – Alguns costums funeraris de l'edat mitjana a Catalunya, *Necrópolis i Sepultures Medievales de Catalunya. Annex 1 de Acta Mediaevalia*, pp. 29-51, Barcelona.
- ROMÁN PUNZÓN, J. M. (2004) – *El Mundo Funerario en la Provincia de Granada durante la Antigüedad Tardía*, Granada.
- SÁENZ DE URTURI, F. (1990) – Memoria de los sondeos estratigráficos realizados en las inmediaciones de las "Cuevas de los Moros" (Corro, Álava), *Estudios de Arqueología Alavesa*, vol. 17, pp. 179-219.
- SALVATIERRA CUENCA, V.; CASTILLO ARMENTEROS, J. C. (2000) – *Los asentamientos emirales de Peñaflores y Miguelico. El poblamiento hispano-musulmán de Andalucía oriental. La Campiña de Jaén (1987-1992)*, Sevilla.
- TENTE, C. (2007) – *A Ocupação Alto-Medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- VACA LORENZO, Á. (2005) – Salamanca antes de la repoblación de Raimundo de Borgoña. ¿Un enclave fortificado entre cristianos y musulmanes?, *La Plaza Mayor de Salamanca*, pp. 47-61, Salamanca.
- VALERA, A. C. (1993) – *Património Arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres*, Lisboa.
- VIEIRA, M. A. (2004) – *Alto Paiva. Povoamento nas Épocas Romana e Alto-Medieval*, Lisboa.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2007) – Granjas y aldeas altomedievales al norte de Toledo (450-800 d.C.), *Archivo Español de Arqueología*, vol. 80, pp. 239-284.
- WICKHAM, C. (2005) – *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean, 400-800*, Oxford.
- WILLIAMS, H. (2006) – *Death and Memory in Early Medieval Britain*, Cambridge, 2006.
- YÁÑEZ, G. I. et alii (1994) – Excavaciones en el conjunto funerario de época hispano-visigoda de La Cabeza (La Cabrera, Madrid), *Pyrenae*, vol. 25, pp. 259-287.

# CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO POVOAMENTO RURAL ALTO-MEDIEVAL DE SILVES

Luís Miguel Cabrita\*

## Resumo

A riqueza arqueológica da região de Silves, S. Bartolomeu de Messines e Vale Fuzeiros, constitui, quanto a nós, fundamento para dar continuidade aos estudos que sobre ela foram publicados. Pretende-se dar a conhecer, um pouco melhor, o território que abasteceu a grande urbe medieval islâmica de Silves e as populações que o exploraram durante a Alta Idade Média. Estas seriam originárias das incursões exógenas do século VI ou pertenciam a fundo autóctone, tendo ulteriormente sofrido influências externas e paulatinamente absorveriam a cultura dos invasores muçulmanos do século VIII.

## Abstract

The archeological wealth of the region of Silves, S. Bartolomeu de Messines and Vale Fuzeiros, is in our opinion, fundament to continue previous published studies. We intend to aquire better knowledge of the surrounding territory that fueled the great islamic city of Silves and the populations that exploited the land during the High Middle-Ages, this would come from migrations of the VI century, or were originary of the region itself, having aquiered outside influences and slowly absorbed the culture of its muslim invaders of the VIII century.

## Os estudos precedentes

Os primeiros registos fundamentados da presença de memórias romanas na região de Silves, remontam ao século XVIII, com o Bispo Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Aquele prelado recolhe em Beja, cipo de mármore, com inscrição consagrada ao Deus Júpiter, que estaria em S. Bartolomeu de Messines (Encarnação, 1984, pp. 107-109).

Próximo dos finais do século XIX, Sebastião Phillipés M. Estácio da Veiga, na sua extensa e marcante obra "*Antiguidades Monumentaes do Algarve*", assinala a presença de sepulturas abertas nas fragas rochosas da Amorosa e do cerro do Castelo em S. Bartolomeu de Messines que, segundo aquele autor, remontariam ao período romano, assim como os trabalhos existentes nas minas de cobre dos cerros da Cumeada e do Pico Alto (Veiga, 1889, pp. 55-79).

O primeiro Congresso Nacional de Arqueologia, realizado no derradeiro mês do ano de 1958, homenageou o digníssimo Doutor José Leite de Vasconcellos e nele Maria Elisa Helena Henriques Gomes apresentou comunicação titulada "*Monumentos arqueológicos inéditos do concelho de Silves*". Neste trabalho documenta a existência de três núcleos de sepulturas apelidados de Fragão, Quinta da Unha e Pedreira (Gomes, 1958, pp. 75-94).

Nos inícios dos anos setenta do século XX, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, recolhe e identifica em terreno junto do bairro do Furadouro e da Igreja de S. Pedro, em S. Bartolomeu de Messines, fragmentos de cerâmica dispersos que atribui à presença romana (Santos, 1972, p. 120).

Passadas quase duas décadas, nos finais dos anos oitenta, tivemos o agrado de integrar a equipa que participou no levantamento arqueológico, arquitectónico e etnográfico da bacia hidrográfica da barragem do Funcho, no alto curso do rio Arade. As prospecções arqueológicas, efectuadas sob a orientação do Arq.<sup>10</sup> Mário Varela Gomes, ao longo do trajecto da ribeira de Arade, revelaram a existência de necrópoles, de incineração e inumação, do período itálico (Gomes, 2002, pp. 103, 104).

Foi durante o decurso daqueles trabalhos que participámos nas escavações arqueológicas da necrópole da Alfarrobeira, identificada anos antes pelo Dr. Caetano de Mello Beirão, Arqt.<sup>o</sup> Mário Varela Gomes e José Luís Cabrita, atribuída á Idade do Bronze. No seguimento de tais investigações, recolheram-se, no lugar das Passadeiras, dois fragmentos de estela da I Idade do Ferro e, a poucos quilómetros, para nascente no sítio dos Abrutiais, foi registada a existência de menir (Gomes, 1994, pp. 79-92).

Nos últimos vinte anos, o reconhecimento de monumentos neolíticos, na área de Vale Fuzeiros,

---

\* Câmara Municipal de Silves.

ascende a cinco exemplares. Associamos aos anteriores menires o monólito dos Gregórios, reconhecido por José Luís Cabrita e Caetano de Mello Beirão, três décadas antes.

Posteriormente, Mário Varela Gomes intercede na classificação daquele monumento, que ocorre em meados dos anos oitenta do século XX. Na última década, às três necrópoles de inumação construídas nos penedos rochosos de arenito, anteriormente identificadas, incorporamos ao inventário mais dois cemitérios e foram reconhecidas mais quatro sepulturas isoladas. Penedos que guardam gravuras rupestres, também têm vindo a ser descobertos e, actualmente, conhecem-se três importantes núcleos na região (Gomes, 1994, pp. 79-92).

A construção da actual auto-estrada A2 tornou necessária a escavação de alcaria islâmica que se encontra nas imediações da actual aldeia da Portela, já anteriormente referenciada (Gomes, 2002, p. 152). Apenas parte do antigo aglomerado populacional, afectado pela obra, foi integralmente escavado. Infelizmente, só foram publicados notícias parciais dos trabalhos, dando perspectiva incompleta do local e dos materiais exumados (Pires e Ferreira, 2003, pp. 303-306).

### Enquadramento Geográfico

O concelho de Silves ocupa área central do território algarvio, com uma superfície aproximada de 679 km<sup>2</sup>. Oito freguesias constituem o seu espaço administrativo. O Barrocal com formações argilosas marinhas e calcários duros, dolomíticos, do período Jurássico (155-130 milhões de anos) e a Serra com rochas xisto-argilosas e grauvaques do período Carbónico (265-210 milhões de anos), representam a maioria do actual território concelhio. Na separação destes dois maciços emergem rochas fluvio-lagunares avermelhadas do período Triásico (155-130 milhões de anos) que foram apelidadas de “Grés de Silves” (Ribeiro e Lautensach, 1987, pp. 156-170). Uma teia de linhas de água atravessam a zona, a maioria das quais são afluentes do rio Arade. Os solos são, na sua maioria, litólicos não húmicos, pouco insaturados, normais de “Grés de Silves” ou de rochas semelhantes, com franjas de aluviossolos antigos calcários, de textura mediana, encontrando-se ainda barros castanhos avermelhados,

calcários não descarbonatados, basaltos, doleritos, tal como outras rochas eruptivas ou cristalofílicas básicas, associadas a calcário friável. Nas planícies aluvionares encontram-se aluviossolos modernos, não calcários, de textura pesada ou mediana (Koops, 1989, pp. 22-27).



Figura 1. Localização da região em estudo.

### Necrópoles

#### *Necrópole da Forneca*

O cemitério rupestre está situado a 200 m do cruzamento da estrada de Vale Fuzeiros, com o acesso à barragem do Funcho, integrado no casario do lugar da Forneca e à cota de 124 m. O núcleo principal da necrópole ocupa afloramento rochoso de arenito vermelho, apresenta-se dividido em dois planos e o conjunto mostra forma sub-rectangular, medindo 14 m de comprimento na direcção sul - norte por 9 m de largura. O penedo está situado quase no topo da elevação, junto do casario do sítio da Forneca e revela, no plano inferior, 5 sepulturas escavadas no maciço rochoso. O plano superior oferece duas lagaretas, uma semicircular e outra quadrangular, com diâmetro de 1,30 m e 0,80 m de comprimento em um dos lados, e detêm profundidade de 0,35 m e 0,20 m, respectivamente.

Podemos propor, como interpretação plausível, que estas cavidades serviriam para o banho ritual do cadáver, facto que ocorre noutras necrópoles como na do Risado em Arcozelo da Serra, concelho de Gouveia, identificada por Catarina Tente (2005, p. 115), ou na

**Quadro 1.** Necrópole da Forneca

N.º de Registo	Dimensões das Sepulturas			Altura Provável do Indivíduo	Idade Aproximada	Forma da Planta	Orientação
	Comp.	Larg.	Prof.				
Sepultura 1	1,92	0,42	0,46	1,82	+ 18 / + 25	Sub-rectangular	350° NW
Sepultura 2	1,82	0,46	0,54	1,72	+ 18 / + 25	Sub-rectangular	340° NW
Sepultura 3	1,75	0,55	0,47	1,65	+ 18 / + 20	Sub-rectangular	340° NW
Sepultura 4	1,68	+ - 0,62	0,72	1,58	-16 / + 18	Sub-rectangular	340° NW
Sepultura 5	1,67	+ - 0,52	0,56	1,57	-16 / + 18	Sub-rectangular	340° NW
Sepultura 6	1,65	0,50		1,55	-14 / + 16	Sub-rectangular	10° NE
Sepultura 7	+ 0,62?	0,43	0,47	0,52		Sub-rectangular	-
Sepultura 8	1,60	0,43		1,50	-14 / + 16	Sub-rectangular	10° NE

necrópole de Revenga e ainda noutros cemitérios nesta área em apreço.

A necrópole é composta por oito sepulcros, cinco das quais estão abertos no mesmo bloco rochoso. As restantes três fossas sepulcrais encontram-se isoladas do anterior núcleo e actualmente partilham o espaço com o casario do sítio da Forneca, que foi gradualmente ocupando a área do antigo cemitério. O povoamento do local provocou a mutilação destas três últimas sepulturas, que actualmente se localizam em estreita passagem e em penedo que delimita propriedade.

O último sepulcro está deslocado do seu local original e ocupa penedo parcialmente destruído, encontrando-se junto a monte de pedras, que delimitam propriedade rústica.

#### *Necrópole da Carrasqueira*

O lugar da Carrasqueira é um micro-topónimo do sítio Vale Fuzeiros, localizado junto da estrada municipal 1080 que dá acesso a Vale Fuzeiros e à barragem do Arade. A 300 m para norte do cruzamento da referida

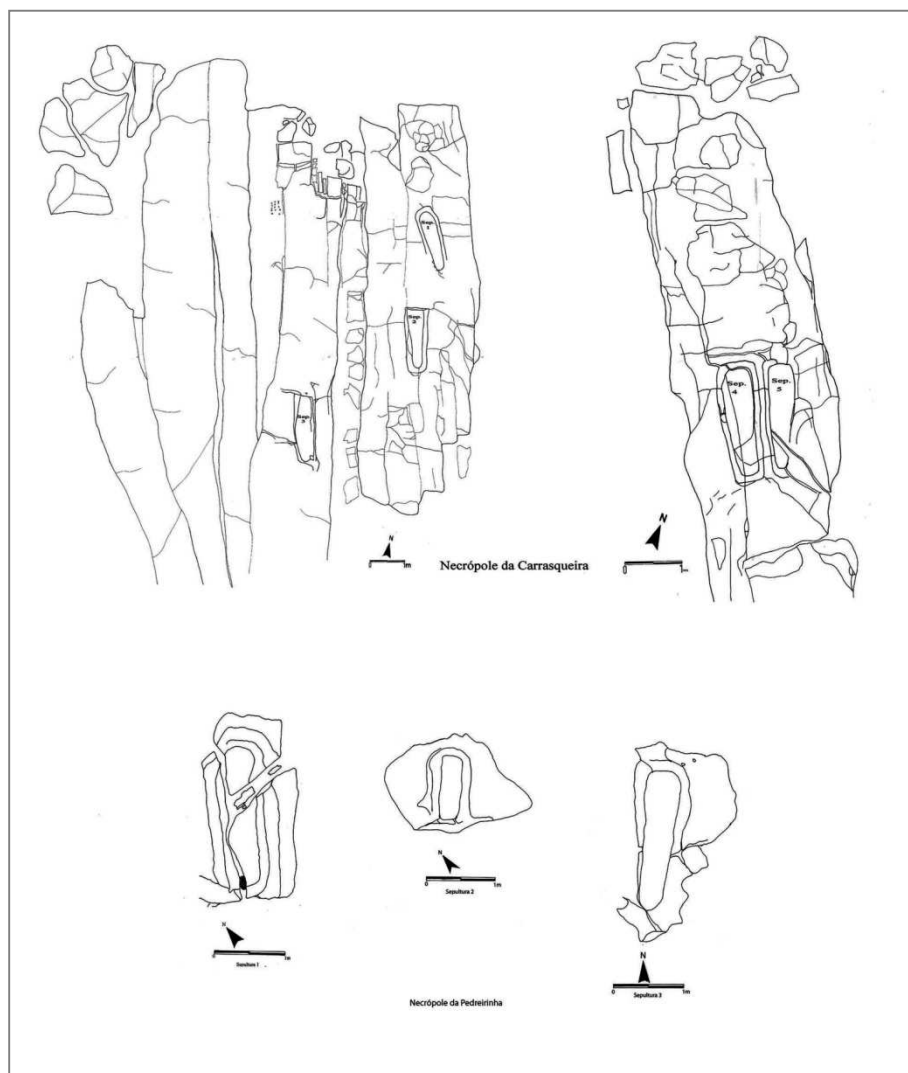
via de comunicação com a estrada para o sítio do Gregórios, apresenta-se a elevação da Carrasqueira, com cota de 130 m. A meia encosta oferece dois afloramentos rochosos, que mostram cinco sepulturas escavadas no arenito vermelho de Silves.

Os sepulcros estão divididos pelos dois afloramentos, dispostos de modo distinto. A emergência pedregosa poente apresenta forma rectangular, com comprimento médio de 16 m, no sentido norte/sul, por 10 m de largura no sentido este/oeste. Os três sepulcros do lado nascente foram abertos na rocha, que apresenta planta rectangular. Mede 15 m de comprimento, na direcção norte/sul, e 3 m de largura na este/oeste. Mostra dois sepulcros abertos na parte situada mais a sul.

As vertentes expostas a sul das elevações de Vale Fuzeiros estão cobertas por sobreiros, oliveiras, zambujeiros, matos autóctones como o tojo-do-sul, a esteva e o carrasco. Pomares de citrinos dividem espaços com leguminosas. A encosta norte destas elevações mostram o solo coberto por matos rasteiros, e arvoredado disperso de alfarrobeiras, sobreiros e oliveiras.

**Quadro 2.** Necrópole da Carrasqueira

N.º de Registo	Dimensões das Sepulturas			Altura Provável do Indivíduo	Idade Aproximada	Forma da Planta	Orientação
	Comp.	Larg.	Prof.				
Sepultura 1	1,86	0,64	0,59	1,76	+ 18 / + 25	Sub-rectangular	340° NW
Sepultura 2	1,72	0,45	0,45	1,62	-16 / + 18	Sub-rectangular	340° NW
Sepultura 3	1,86	0,45	0,50	1,76	+ 18 / + 25	Sub-rectangular	335° NW
Sepultura 4	1,90	0,60	0,45	1,80	+ 18 / + 25	Sub-rectangular	340° NW
Sepultura 5	1,84	0,46	0,44	1,74	+ 18 / + 25	Sub-rectangular	340° NW



**Figura 2.** Necrópoles da Carrasqueira e da Pedreirinha

### *Necrópole da Pedreirinha*

No topo de pequeno cerro, que se eleva a 152 m de altitude, emergem alguns afloramentos rochosos de arenito vermelho. Em três destas protuberâncias foram abertas sepulturas, duas de adulto e uma de criança. Estas expõem-se no topo da elevação e nas vertentes voltadas a sudoeste.

Esta suave elevação é rodeada por altos e alcançadoros montes como o da Pedreirinha e Monterroso que atingem a cota dos 178 m e 236 m, respectivamente.

No sentido de Este e sobranceiro à elevação em estudo, desenvolve-se pequeno monte com cota de 168 metros, onde se descobre, no topo, aparelho de

pedra trabalhada em pequenos blocos formando alinhamento. No entanto, não conseguimos recolher testemunhos que nos indicie cronologia aproximada, pelo que podemos apenas sugerir tratar-se de pequeno assentamento humano. O Monterroso, situado a norte do cerro que guarda o cemitério, domina a paisagem do vale com a sua magnitude e elevação, protege a zona da necrópole e do *habitat* humano dos ventos frios do norte e oferece, na pendente sul, várias nascentes de água, assim como alguns veios minerais cúpricos.

O solo vegetal está coberto por matos rasteiros e autóctones, como a esteva, a acácia e o tojo-do-sul. As árvores mais comuns são pinheiros, alfarrobeiras e sobreiros.



**Quadro 3.** Necrópole da Pedreirinha

N.º de Registo	Dimensões das Sepulturas			Altura Provável do Indivíduo	Idade Aproximada	Forma da Planta	Orientação
	Comp	Larg.	Prof.				
Sepultura 1	1,97	0,53	0,40	1,87	+ 25 / + 25	Sub-rectangular	35º NE
Sepultura 2	0,58	0,25	0,26	0,48	+ 1 / + 1	Rectangular	25º NE
Sepultura 3	1,94	0,50	0,42	1,84	+ 18 / + 25	Ovalada	35º NE

*Necrópole da Amorosa*

O extenso afloramento de arenito vermelho de Silves, que guarda a necrópole da Amorosa expõe-se na base da vertente voltada a sul da elevação dos cerros das Pedreiras, que atingem a cota de 200 m. O cemitério situa-se a 400 m, em linha recta, da Aldeia da Amorosa. A anterior povoação ocupa o topo e a vertente sul de suave elevação que atinge os 173 m de altitude.

A necrópole é composta por dezoito sepulturas, separadas em dois núcleos. Um grupo (a) é constituído por treze sepulcros, enquanto o grupo (b) mostra cinco.

Actualmente, aqueles dois núcleos encontram-se separados por caminho que foi construído com o des-

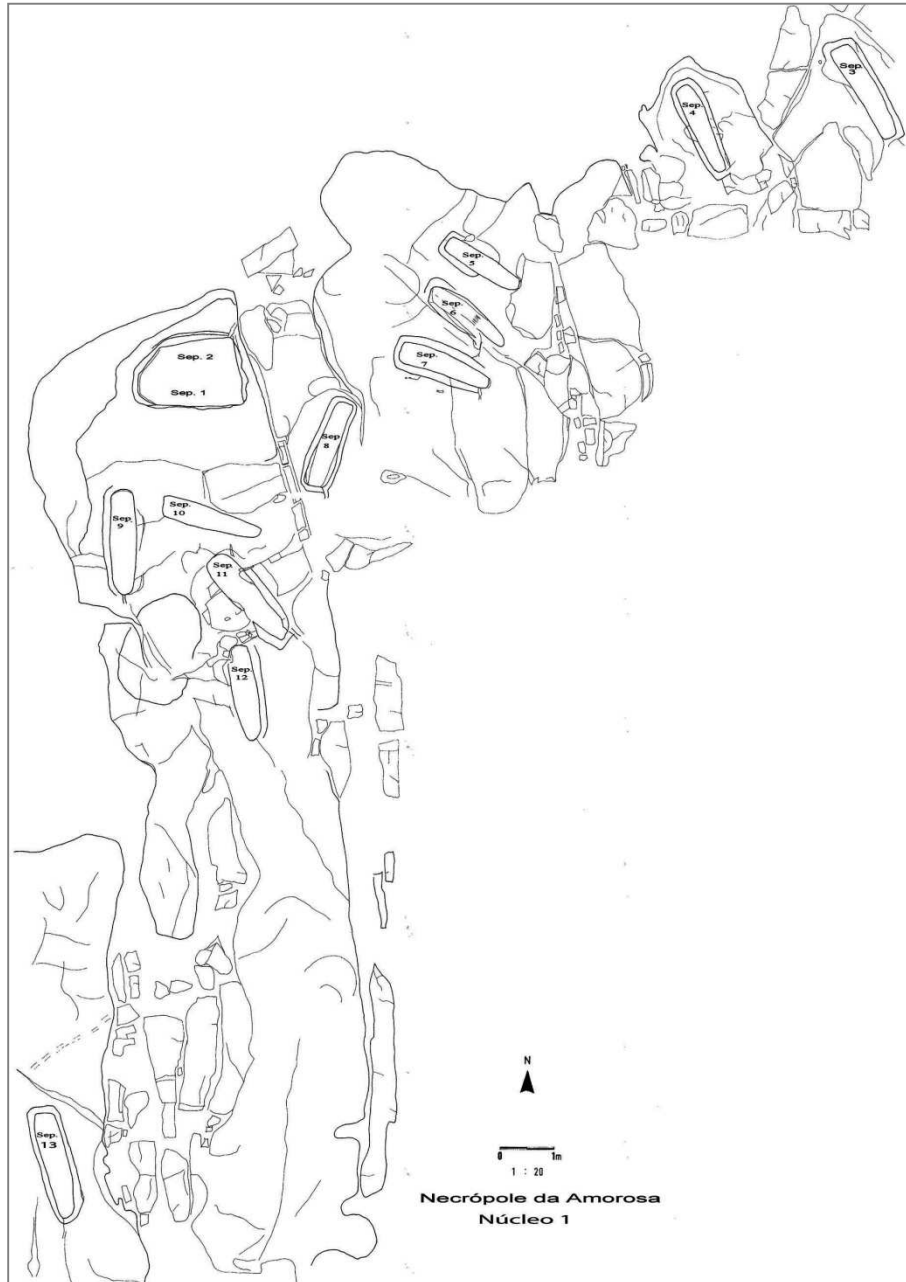
monte de parte de afloramento de arenito. Número significativo das sepulturas do primeiro núcleo (a) apresenta fracturas, mutilações e amputações recentes, provocadas por maquinaria agrícola pesada, que terá construído plataformas para a plantação de eucaliptos ali existente. Arvoredo diverso cobre o solo a este, norte e oeste da necrópole. Os solos a sul estão ocupados por pomares de citrinos e por pequena represa, nas proximidades da estrada municipal 1080, que liga Amorosa a Vale Fuzeiros.

*Necrópole do Cerro do Castelo*

O Cerro do Castelo, eleva-se à cota de 152 m e está localizado a 500 m a este de S. Bartolomeu de Messi-

**Quadro 4.** Necrópole da Amorosa

N.º de Registo	Dimensões das Sepulturas			Altura Provável do Indivíduo	Idade Aproximada	Forma da Planta	Orientação
	Comp.	Larg.	Prof.				
Sepultura 1	2,01	+ - 0,57	0,51	1,91	+ 25 / + 25	Ovalada	300º NW
Sepultura 2	1,60	+ - 0,52	0,46	1,50	-16 / + 18	Ovalada	300º NW
Sepultura 3	1,87	0,48	0,37	1,77	+ 18 / + 25	Trapezoidal	350º NW
Sepultura 4	1,82	0,38	0,39	1,72	+ 18 / + 25	Trapezoidal	340º NW
Sepultura 5	1,75	0,37	0,39	1,65	+ 18 / + 20	Ovalada	325º NW
Sepultura 6	1,73	0,50	0,50	1,63	+ 18 / + 20	Ovalada	350º NW
Sepultura 7	1,78	0,40	0,41	1,68	+ 18 / + 25	Ovalada	325º NW
Sepultura 8	1,63	0,34	0,40	1,53	-16 / + 18	Sub-rectangular	30º NE
Sepultura 9	1,87	0,40	0,29	1,77	+ 18 / + 25	Ovalada	320º NW
Sepultura 10	1,99	0,46	0,41	1,89	+ 25 / + 25	Ovalada	20º NE
Sepultura 11	2,12	0,46	0,47	2,02	+ 25 / + 25	Ovalada	340º NW
Sepultura 12	1,82	0,45	0,42	1,72	+ 18 / + 25	Ovalada	0º N
Sepultura 13	2,00	0,46	0,35	1,90	+ 18 / + 25	Ovalada	0º N
Sepultura 14	1,70	0,54	0,34	1,60	-16 / + 18	Trapezoidal	5º N
Sepultura 15	1,84	0,46	0,41	1,74	+ 18 / + 18	Rectangular	340º NW
Sepultura 16	1,70	0,42	0,30	1,60	-16 / + 18	Ovalada	350º NW
Sepultura 17	1,75	0,41	0,38	1,65	+ 18 / + 20	Ovalada	5º N
Sepultura 18	1,92	0,67	0,31	1,82	+ 18 / + 25	Ovalada	0º N



**Figura 3.** Necrópole da Amorosa

nes. Chegamos à elevação seguindo a Estrada Nacional 124, ao 36,5 km, logo após o viaduto do Itinerário Complementar 1 Lisboa/Algarve, na direcção sul encontra-se caminho em terra que circunda o cerro do Castelo. Em torno desta elevação regista-se a presença de várias vias de comunicação, como anteriormente referimos, a norte, a E.N. 124, o IC 1, Lisboa/Algarve limita o monte a oeste, a sul e este confina com o acesso à auto-estrada A2.

A vertente sudoeste da elevação do Castelo foi alvo, durante a primeira metade do século XX, de várias indústrias de extracção de blocos de arenito, para a construção civil. É junto destas pedreiras que se localizam três afloramentos rochosos, que apresentam quatro sepulturas.

O solo está ocupado por sobreiros, oliveiras, zambujeiros e pinheiros, os matos de esteva e acácias

também partilham o espaço desta pequena elevação. Os vales em redor do cerro apresentam pomares de citrinos.

#### *Necrópole do Falacho*

O cemitério rupestre está implantado num extenso afloramento de arenito vermelho que emerge em suave planície localizada a norte da estrada nacional 124, Silves – Monchique, junto da aldeia do Falacho. Esta dista cerca de 3 km para poente da cidade de Silves. O afloramento está basculado para sul à cota de 20 m e expõe, na extremidade nascente, três cavidades sepulcrais, duas quase a par e uma terceira logo abaixo das anteriores. As câmaras funerárias exibem planta trapezoidal e rebordo ou gola rebaixada, que serviria para encaixar tampa monolítica ou composta por vários elementos. As paredes são verticais, os cantos da cabeceira arredondados enquanto o espaço de deposição dos pés exhibe parede semicircular.

O solo a norte da necrópole apresenta terrenos xisto-argilosos, salpicados por oliveiras e pequenas matas de eucaliptos. A sul a planície está ocupada por agricultura intensiva e pomares de citrinos. Reconhecemos ainda o curso do Barranco do Almarjão, afluente da ribeira do Falacho, mas toda a área é sulcada por outras linhas de água que vertem das serras próximas e alimentam o rio Arade, observando-se toda a sua planície aluvionar do local da necrópole

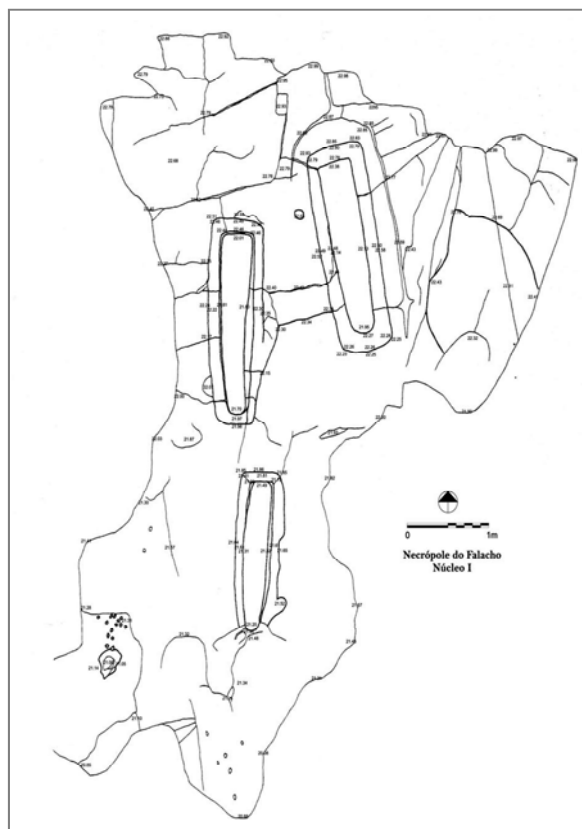
#### **Sepulturas I soladas**

##### *Sepultura 1 da Forneca*

O túmulo foi construído num extenso afloramento de arenito vermelho de Silves. Está exposto no declive voltado a sul do cerro da Forneca, que se eleva à cota de 148 m. A sul da sepultura encontra-se a estrada que dá acesso à represa do Funcho, a 300 m do cruzamento para aquela barragem, na direcção do norte, encontramos extensa laje de arenito vermelho onde se localiza o sepulcro em apreço.

A câmara sepulcral mostra planta sub-trapezoidal, mais larga na zona da cabeceira e dos ombros, estreitando até atingir a área de deposição dos pés. O eixo da sepultura está orientado a 335° N.W. As paredes são verticais, os cantos arredondados, o fundo plano e ligeiramente concavo ao centro. Em todo o perímetro da fossa sepulcral apresenta rebordo ou gola rebaixada, com 0,09 m de altura e 0,11 m de largura, que serviria para encaixar tampa monolítica ou composta por vários elementos pétreos.

Apresenta 1,94 m de comprimento a largura da cabeceira tem 0,48 m, 0,48 m de largura a meio, 0,31 m de largura nos pés e a profundidade ao centro é de 0,55 m.



**Figura 4.** Necrópole do Falacho

**Quadro 5.** Necrópole do Castelo

N.º de Registo	Dimensões das Sepulturas			Altura Provável do Indivíduo	Idade Aproximada	Forma da Planta	Orientação
	Comp.	Larg.	Prof.				
Sepultura 1	1,86	0,41	0,41	1,76	+ 18 / + 25	Trapezoidal	5º N
Sepultura 2	1,82	0,47	0,44	1,72	+ 18 / + 25	Ovalada	5º N
Sepultura 3	1,76	0,50	0,50	1,66	+ 18 / + 25	Trapezoidal	5º N
Sepultura 4	1,71	0,43	0,30	1,61	-16 / + 18	Trapezoidal	0º N

**Quadro 6.** Necrópole do Falacho

N.º de Registo	Dimensões das Sepulturas			Altura Provável do Indivíduo	Idade Aproximada	Forma da Planta	Orientação
	Comp.	Larg.	Prof.				
Sepultura 1	1,88	0,40	0,46	1,78	+ 18 / + 25	Trapezoidal	330° NW
Sepultura 2	1,64	0,32	0,34	1,54	+ 18 / + 25	Trapezoidal	350° NW
Sepultura 3	1,97	0,45	0,50	1,87	+ 18 / + 25	Trapezoidal	350° NW

*Sepultura 2 da Forneca*

As vertentes expostas a sul dos cerros da Forneca exibem afloramentos rochosos de arenitos. Numa dessas ocorrências, junto da estrada que segue para a Fonte Ferrenha, foi construída sepultura. Acercamos do local seguindo pela estrada municipal n.º 1080 Amorosa – Barragem do Arade, ao abordarmos o cruzamento que indica a direcção da Fonte Ferrenha seguimos essa via durante 100 m. A fossa sepulcral tem o eixo orientado a 5º N.E. Mostra planta ovalada, mais larga no centro e estreita na cabeceira e na área dos pés. As paredes são verticais, o fundo plano, ligeiramente côncavo ao centro, apresenta leve elevação junto da cabeceira. Os cantos são arredondados, em torno da câmara mostra gola ou rebordo rebaixado, com 0,11 m de altura e 0,11 m de largura, que servia para encaixar tampa monolítica ou constituída por vários elementos pétreos. A câmara sepulcral apresenta 1,80 m de comprimento, a largura da cabeceira tem 0,42 m, a largura a meio é de 0,60 m e a nos pés é de 0,35 m, enquanto a profundidade ao centro atinge 0,45 m.

*Sepultura da Horta de Baixo.*

Na base da pendente norte do cerro da Vilarinha, no local com o microtopónimo de Hortas de Baixo, em Vale Fuzeiros, encontra-se penedo de arenito vermelho, com forma paralelepípedica, onde foi aberta a sepultura. O penedo está situado à cota de 70 m e mostra sepultura com planta sub-trapezoidal, mais larga na zona da cabeceira e dos ombros, estreitando até atingir a área de deposição dos pés.

As paredes são verticais, os cantos arredondados, o fundo é plano e ligeiramente mais elevado junto da cabeceira. O eixo da sepultura está orientado a 65º NE. Em torno da fossa sepulcral mostra gola ou rebordo rebaixado, com 0,09 m de largura e 0,09 m de altura, que serviria para encaixar tampa monolítica ou composta por vários elementos líticos. A câmara sepul-

cral mostra 1,40 m de comprimento, a largura da cabeceira é de 0,29 m e a meio tem 0,36 m, enquanto a largura dos pés é de 0,40 m e a profundidade a meio atinge 0,26 m.

*Sepultura dos Canhestros.*

No topo do cerro que se eleva a 78 m de altitude no sítio dos Canhestros, existe esporão com bloco de arenito de Silves, basculado para sul, onde foi construída sepultura.

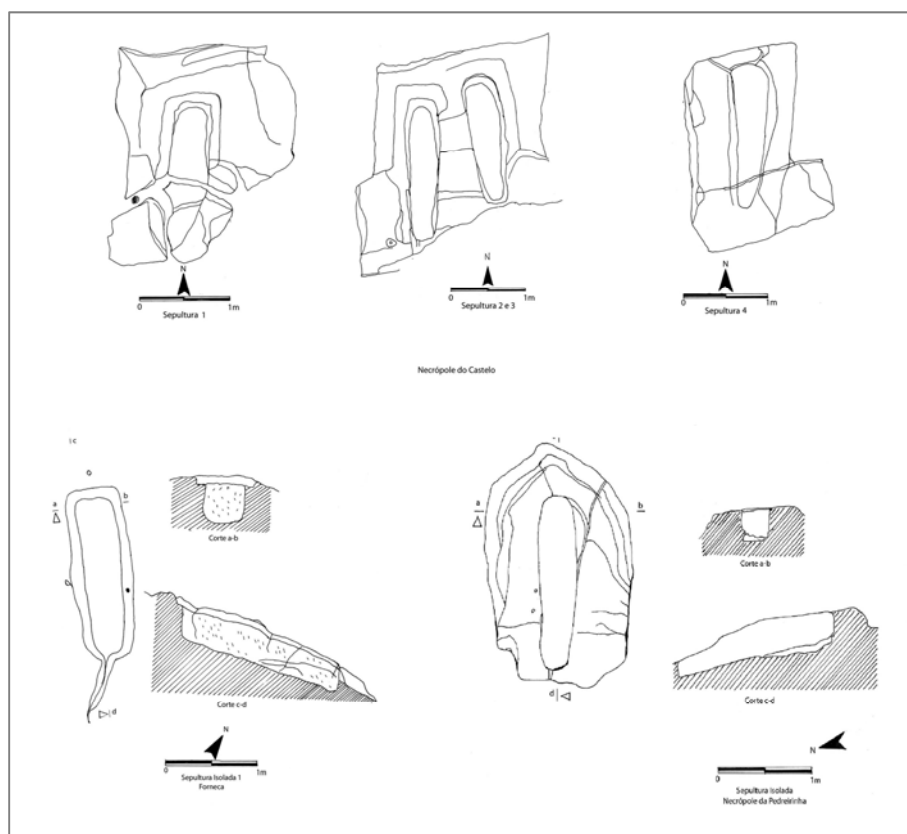
A câmara sepulcral mostra planta sub-trapezoidal, mais larga na zona da cabeceira e dos ombros, estreitando até atingir a área de deposição dos pés. Os cantos são arredondados, as paredes verticais e o fundo plano, com pequena concavidade central em todo o comprimento. A cabeceira está ligeiramente mais elevada. O perímetro da sepultura exhibe rebordo ou gola rebaixada, com 0,08 m de altura e 0,11 m de largura, que serviria para encaixar tampa. As dimensões da sepultura são: 1,92 m de comprimento, 0,51 m de largura na cabeceira, 0,49 m de largura ao centro, 0,39 m de largura nos pés e 0,38 m de profundidade ao centro.

*Sepultura da Pedreirinha.*

Na pendente norte do cerro da Pedreirinha no sítio de Vale Fuzeiros emergem blocos de arenito vermelho, à cota de 148 m. Num destes afloramentos foi construída sepultura. O afloramento em causa mostra planta sub-trapezoidal, com a parte superior semicircular e está basculado para poente. A câmara sepulcral apresenta planta ovalada, mais larga ao centro e estreita junto da cabeceira e dos pés. As paredes são verticais, os cantos arredondados e o fundo plano, ligeiramente mais elevado junto da cabeceira. O perímetro da sepultura mostra rebordo ou gola rebaixada, muito ligeiro, com 0,02 m de altura e 0,10 m de largura, que serviria para encaixar tampa. As dimensões

**Quadro 7.** Sepulturas isoladas

	Dimensões das Sepulturas			Altura Provável do Indivíduo	Idade Aproximada	Forma da Planta	Orientação
	Comp.	Larg.	Prof.				
<b>Forneca 1</b>	1,86	0,60	0,45	1,76	+ 18 / + 25	Ovalada	5° NE
<b>Forneca 2</b>	1,94	0,48	0,55	1,84	+ 18 / + 25	Sub-rectangular	335° NW
<b>Horta de Baixo</b>	1,40	0,36	0,26	1,30	-10 / + 12	Sub-rectangular	65° NE
<b>Canhestros</b>	1,92	0,46	0,38	1,82	+ 18 / + 25	Trapezoidal	340° NW
<b>Pedreirinha</b>	1,62	0,38	0,33	1,52	+ 14 / + 18	Sub-rectangular	115° SE



**Figura 5.** Necrópole do Castelo e sepulturas isoladas da Forneca e da Pedreirinha.

da sepultura são: 1,62 m de comprimento, 0,36 m de largura na cabeceira, 0,38 m de largura ao centro, 0,33 m de largura nos pés e 0,33 m de profundidade máxima.

### Arquitectura

A ocupação humana da área onde se encontram os testemunhos referidos, assenta nas vertentes expostas a Sul e elevações suaves. A água está sempre presente nos vales, presumivelmente a curta distância dos

*habitats*. As serras a Norte poderiam fornecer madeira, para combustível ou para a construção e, ainda, alimento para o gado. O vale será reservado para o cultivo de leguminosas e de cereais.

A indicação do local no penedo onde se iria proceder à abertura da sepultura, dependeria provavelmente de vários factores. No caso de ser a fossa inaugural esta iria presumivelmente, ocupar a parte central ou o topo do afloramento rochoso. Na situação de já existirem outras câmaras funerárias construídas no

mesmo penedo, a nova sepultura seria fundada ao lado das existentes, formando assim um alinhamento paralelo. Ocorrem, também, situações de ocupação por sepulturas de penedos isolados, em redor de núcleo funerário central, como sucede nas necrópoles da Forneca, Amorosa e Carrasqueira.

Escolhido o local onde se iria construir a morada definitiva do falecido, assinalava-se na superfície rochosa a planta da fossa tumular. Em seguida teria início o desmonte para a abertura daquela (Tente e Lourenço, 1998, p. 208). Esta operação seria efectuada com recurso a instrumentos metálicos, que podemos testemunhar e registar as suas marcas distintas, nas paredes internas das fossas sepulcrais.

Os negativos esculpidos nas paredes verticais e no fundo das câmaras funerárias mostram formas diversas. Uma é ponta aguda e provavelmente de secção quadrada, outra forma registada é larga e apresenta uma extremidade arredondada, com secção rectangular. Regista-se a presença deste tipo de instrumento, desde a ocupação itálica do actual território português, utilizado na mineração (Alarcão, 1997, pp. 95-106).

O alisamento das paredes internas e do fundo, e o afagamento das orlas da fossa para receber a tampa concluiria a construção da sepultura. A cobertura, se possível, seria talhada num único bloco, embora na impossibilidade de se extrair laje do tamanho pretendido seriam utilizadas várias para encerrar o túmulo.

Junto das câmaras funerárias assinalámos a presença de pequenas covinhas com planta circular, cujos diâmetros variam entre os 2 cm, as mais pequenas, e 15 cm, as maiores. A profundidade média daquelas oscila entre os 2 cm e 3 cm. Algumas destas covinhas estão inseridas em depressões maiores, outras aparecem muito próximo das sepulturas, sugerindo a existência de ritual funerário a elas associado.

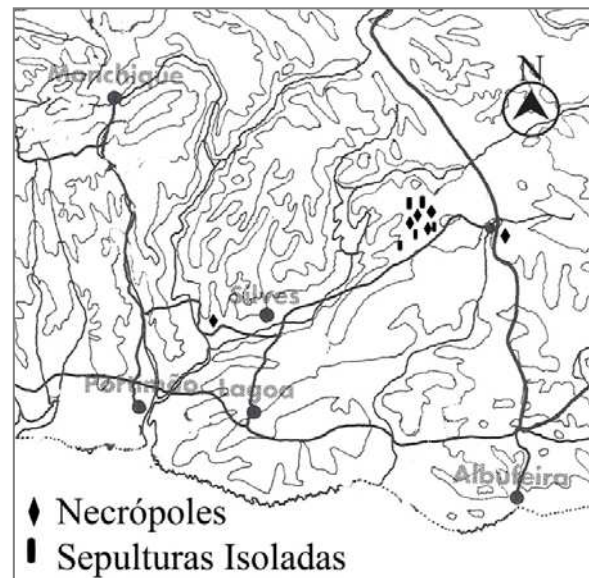
A prática de tumular na rocha, que se verifica na região de S. Bartolomeu de Messines, Amorosa e Vale Fuzeiros, descarta a presença de esquifes, de madeira, nos quarenta e três túmulos ali registados, pois a profundidade e forma das fossas sepulcrais não comportaria tal funcionalidade.

A planta tumular mais comum nos cemitérios em apreço é a sub-trapezoidal, com 23 sepulcros e representando mais de metade das fossas (53%). As plan-

tas ovaladas, rectangulares e trapezoidais, representam 14% dos túmulos, com seis exemplares cada. Dois dos túmulos, que não conseguimos obter a planta com exactidão, representam 5% dos jazigos.

Nas oito sepulturas que mostra a necrópole estudada por Mário Varela Gomes, no arqueossítio de Poço dos Mouros, no concelho de Silves, surgem plantas de forma rectangular em quatro exemplares (49%), trapezoidal em três (38%) e, por último, com traçado oval, um único exemplar (13%). (Gomes, 2002, pp. 339-391). As formas aqui apresentadas são semelhantes às que encontramos na região de S. Bartolomeu de Messines e verifica-se, igualmente, uma total ausência de sepulturas antropomórficas.

Nos dezoito túmulos escavados na rocha do distrito de Évora, que foram registados e estudados nos concelhos do Alandroal, Borba, Redondo e Vila Viçosa, parece ocorrer a existência de um possível túmulo antropomórfico. No entanto, os restantes apresentam plantas tipologicamente idênticas às do concelho de Silves. Assim, os traçados ovalados representam (22%) com quatro exemplares, as sub-rectangulares atingem 50% das ocorrências (9), enquanto as formas rectangulares apresentam somente 3 casos ou seja 17% deste universo, surgindo de forma indefinida dois túmulos, correspondentes a 11% dos casos descritos (Tente e Lourenço, 2002, pp. 239-258).



**Figura 6.** Localização das necrópoles e das sepulturas isoladas.

Junto da igreja de S. Bartolomeu em Monsaraz, concelho de Reguengos de Monsaraz, aflora substrato de xisto, onde se observaram algumas sepulturas abertas no manto pedregoso. O arqueólogo Mário Varela Gomes investigou o local e ali registou quarenta e sete tumulações, calculando a existência de mais de uma centena delas (Gomes, 2002, p.371). As sepulturas deste cemitério ostentam plantas de forma trapezoidal, para os sepulcros antropomórficos, e plantas ovaladas para os túmulos não antropomórficos (Motta, 1996, p. 38).

Dois outros núcleos de sepulturas escavadas na rocha, localizados no concelho de Gouveia, distrito da Guarda, e no concelho de Carregal do Sal, no distrito de Viseu, contam com 63 e 24 sepulturas respectivamente. Deste universo de oitenta e sete túmulos os não antropomórficos atingem somente 13%, com 11 exemplares. As plantas tumulares não antropomórficas registadas nestes dois concelhos são sub-rectangulares, ovaladas e rectangulares, que apresentam dois, sete e dois testemunhos, representando 18%, 64% e 18% respectivamente (Tente e Lourenço, 1998, pp. 191-218).

### O Espólio Antropológico

A limpeza da necrópole da Amorosa revelou a existência de sepultura, que denominámos anteriormente por sepultura 12, coberta de terra e com parte da parede direita fracturada por acção mecânica. O corte da vegetação que ali florescia denunciou a presença de pequenos fragmentos ósseos, pelo que suspeitámos que aquela câmara poderia oferecer algum contributo para o estudo das sepulturas escavadas na rocha, até então paupérrimas em espólios antropológicos e votivos.

A escavação da sepultura mencionada revelou que o seu interior estava preenchido por terra com seixos de pedra calcária, bastante porosa, que também encontrámos em toda a área da necrópole. A deposição daqueles elementos pétreos junto do corpo ali inumado poderá relacionar-se com o conhecimento ancestral de que o óxido de cálcio (cal) adianta o processo de decomposição dos corpos. De facto, o escasso espólio antropológico recuperado apresentava avançado estado de destruição. No entanto, aqueles vestígios permitiram reconhecer a presença de indiví-

duo, depositado em *decubitus* dorsal, com os membros superiores acompanhando o corpo e as mãos sobre o ventre. A cabeça olhava o Sul, manifestando provavelmente inumação em posição canónica. Foram ainda reconhecidos parte do úmero direito, fragmentos dos antebraços (cúbito e rádio), parte de coxal esquerdo e do fémur do mesmo lado. O restante espólio apresentava-se muito deteriorado e em avançado estado de destruição, não se reconhecendo qualquer parte das extremidades do corpo. Dado o estado de conservação dos restos antropológicos não foi possível determinar o sexo e a provável idade do inumado. Todavia, as medidas da estrutura funerária e a dimensão do fémur exumado sugerem que o indivíduo poderia apresentar estatura provável de 1,75 m (Paulo, 2006, pp. 2-6).

### Ritual Funerário

O ritual funerário que ocorre nas necrópoles do Cerro do Castelo em S. Bartolomeu de Messines, Amorosa, Forneca, Carrasqueira, Pedreirinha em Vale Fuzeiros e nas sepulturas isoladas da Forneca, Horta de Baixo, Canhestros e Pedreirinha, também em Vale Fuzeiros, é a prática da inumação em fossa, simples, aberta no arenito vermelho de Silves, coberta por laje monolítica ou composta por vários blocos.

A ausência de esquifes de madeira parece ser uma realidade, pois as dimensões das fossas sepulcrais não comportariam tal aparato. Não obstante, tanto a sepultura 18 da necrópole da Amorosa, como a isolada 2, da Forneca, com larguras iguais ou superiores a 0,60 m, poderiam receber deposições em ataúdes de madeira. A planta ovalada daquelas sepulturas também permitiria essa opção, embora a violação destes sepulcros não deixasse qualquer testemunho da presença de madeira no local, permitindo considerarmos que a prática usual deste universo de necrópoles não admitia esquifes.

Na já referida necrópole do Poço dos Mouros, também se sugere a opção ritual de inumação do cadáver, envolto em sudário na posição longitudinal, sem qualquer ataúde a proteger o corpo, pois a largura das fossas tumulares não o permitiriam (Gomes, 2002, p. 374).

A profanação das sepulturas, de S. Bartolomeu de Messines e de Vale Fuzeiros, que ocorreu em épo-

cas precedentes, não deixou testemunhos da existência de oferendas aos defuntos, prática que ocorre noutros cemitérios estudados neste concelho, como na necrópole anteriormente mencionada de Poço dos Mouros.

Ali Mário Varela Gomes recolheu, ainda, alguns fragmentos cerâmicos, nas terras remexidas pelas intervenções ocorridas em 1958 e 1970, dirigidas pelo Sr. Padre Semedo Azevedo da Paróquia de Albufeira e pela Dr.<sup>a</sup> Maria Elisa Helena Henriques Gomes, respectivamente. O cemitério de Poço dos Mouros, ofereceu garrafa e copo, exumados da Sepultura 1, fragmento cerâmico de jarro e fragmento cerâmico da parede de gargalo, provindos, provavelmente, da sepultura 2, tal como fragmentos cerâmicos correspondendo a fundo de panela e de parede de vasilha, recolhidos na sepultura 6 (Gomes, 2002, pp. 339-391).

No universo dos quarenta e três sepulcros estudados nas necrópoles de S. Bartolomeu de Messines e Vale Fuzeiros, a orientação mais comum é a noroeste-sudeste, correspondendo a primeira direcção à deposição da cabeça e a segunda ao assentamento dos pés, contando com 23 exemplares que representam 55% dos testemunhos. As sepulturas que apresentam esta orientação são: 1, 2, 3, 4 e 5, da necrópole da Forneca; 1, 2, 3, 4 e 5, da necrópole da Carrasqueira; 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 15 e 16 do cemitério da Amorosa; sepultura isolada da Forneca 1, no caminho para o Funcho, e sepultura isolada dos Canhestros. Segue-se a orientação norte-sul, com 12 exemplares que atingem 29% dos vestígios. As sepulturas que mostram a anterior orientação são: sepulturas 6 e 8 da necrópole da Forneca; 12, 13, 14, 17 e 18 do cemitério da Amorosa; 1, 2, 3 e 4 da necrópole do Castelo e sepultura isolada da Forneca 2, no caminho da Fonte Ferrenha. Somente seis sepulcros estão orientados nordeste-sudoeste, representando 14% dos exemplares. As sepulturas que denunciaram a anterior orientação são as 1, 2 e 3, da necrópole da Pedreirinha, as 8 e 10 do cemitério da Amorosa e a sepultura isolada da Horta de Baixo. Foi coligido um único sepulcro que oferece orientação sudeste-noroeste e representa 2% deste universo, a sepultura isolada da Pedreirinha.

A exposição a sul, da maioria dos afloramentos rochosos de arenito vermelho de Silves, condicionou, muito provavelmente, a orientação e construção das fossas fúnebres, ostentando algumas necrópoles se-

pulturas que estão direccionadas para outras orientações, caso da necrópole da Amorosa, onde a extensão do afloramento rochoso permite construir a sepultura no rumo adequado. No cemitério da Pedreirinha, onde as fossas foram abertas em penedos isolados e estes estão direccionados para nordeste, tal orientação condicionou, muito provavelmente, a construção dos túmulos. Terá ocorrido situação idêntica à anterior na necrópole da Carrasqueira, onde os afloramentos se mostram dirigidos para nordeste. O cerro do Castelo, em S. Bartolomeu de Messines, ostenta os penedos orientados a norte, direcção das sepulturas aí construídas. As sepulturas isoladas que foram construídas em penedos solitários, Horta de Baixo, Canhestros e Pedreirinha, estão orientadas de acordo com a forma que aqueles penedos detêm.

### **Proposta cronológica**

A ausência de qualquer vestígio de espólio material que pudesse eventualmente ter pertencido a túmulo do universo funerário de S. Bartolomeu de Messines não contribui para o esclarecimento cronológico das necrópoles rupestres da região. A orientação ritual dos sepulcros parece plausível, embora a maioria dos afloramentos rochosos, que guardam necrópoles, se encontre exposta nas vertentes voltadas a Sul das elevações de Vale Fuzeiros a S. Bartolomeu de Messines. Os espaços funerários manifestam dimensões que possibilitam as fossas sepulcrais obter outras orientações. Supomos, assim, que o rumo traçado para as câmaras sepulcrais foi intencional e não terá sido limitado pela dimensão da fraga rochosa. Como anteriormente referimos, 29% das sepulturas mostra a direcção norte-sul e 55% a direcção noroeste-sudeste, totalizando 35 sepulcros, de um universo de 43.

Nas necrópoles estudadas na região de Granada, as inumações do Período Tardo-Romano, apresentam fraca representação dos sepulcros orientados norte-sul (6,90%), opondo-se as sepulturas dirigidas noroeste-sudeste com 79,30%. Ainda no anterior território, os enterramentos atribuídos ao período da Antiguidade Tardia, anunciam percentagem um pouco mais elevada; 12,08%, para as sepulturas direccionadas norte-sul, enquanto as orientadas noroeste-sudeste correspondem a 65,72% (Punzón, 2004, p. 94)



Aquela última realidade aproxima-se do universo funerário de S. Bartolomeu de Messines, tal como a necrópole rupestre de Tiermes, também em Espanha, que possui 35 sepulturas abertas em fraga rochosa, provavelmente de arenito. Estas oferecem câmaras tumulares de planta rectangular, trapezoidal, em forma de banheira e outras ainda de configuração indeterminada. A maioria destes sepulcros mostra orientação oeste-este, com 57,14% dos exemplares, embora 28,57% dos túmulos estejam posicionados na direcção noroeste-sudeste. A direcção norte-sul apresenta 5,71% do total dos exemplares, enquanto os restantes 8,58% correspondem a orientações diversas.

A ausência de espólios, materiais e osteológicos, naquelas sepulturas é um facto que obstou à atribuição de datações, de fundação e utilização da necrópole. No entanto, o período temporal proposto para tal conjunto é balizado entre o século VII e os inícios do século X, de acordo com as características atribuídas a outras necrópoles análogas (Doménech Esteban, 1994, pp. 63-81).

A região algarvia detém actualmente parques testemunhos da presença visigótica. A ermida de Nossa Senhora da Rocha, no concelho de Lagoa, ostenta na sua arcaria de entrada duas colunas, uma destas é encimada por capitel atribuído ao Período Tardo Antigo (Gomes, 2002, p. 109). O Museu de Arqueologia de Silves, guarda capitel, ábaco e variados fragmentos de vasilhas de cerâmicas daquele período. Ainda no concelho de Silves, na vila de Alcantarilha, foram reconhecidos por Fernando de Almeida, em meados do século XX, dois capitéis que o Sebastião Ramalho Ortigão guardava em sua casa. Este conservava ainda garrafa com uma asa, talvez proveniente de cemitério das imediações da povoação de Alcantarilha. Actualmente não se conhece o paradeiro daqueles exemplares (Gomes, 2002, pp. 386-388)

O Museu de Arqueologia de Loulé conserva dois capitéis do Período Tardo-Romano, fragmento de mesa de altar visigótica, provenientes de Torre de Apra, no concelho de Loulé, assim como variado espólio procedente das escavações realizadas no final do século XIX, por Estácio da Veiga. Outros locais do Algarve têm proporcionado, de igual modo, materiais cerâmicos, metálicos e osteológicos, atribuídos ao Período Visigótico. Entre aquelas contam-se os sítios da Retorta, com importante necrópole, e Bensafirim,

onde foi intervencionado cemitério, nos finais do século XIX, por Santos Rocha. Na Raposeira, concelho de Vila do Bispo, no sítio do Padrão, várias sepulturas foram alvo de escavação arqueológica, por Mário Varela Gomes (Gomes, 2002, pp. 386-388).

Aquele arqueólogo estudou, em 2002, a já mencionada necrópole de Poço dos Mouros, na área do concelho de Silves, sítio que tinha sido alvo de intervenção, nos finais dos anos cinquenta do século XX, efectuada pelo Padre Semedo Azevedo, de Albufeira, que exumou variado espólio material e osteológico. O espólio cerâmico ali recolhido corresponde a garrafa de perfil triangular com duas asas opostas, um copo, de forma subcilíndrica e de pasta grosseira pouco homogénea, fragmento de jarro, com porção do fundo e do corpo, de forma bitroncocónica, fragmento de jarro ou de garrafa, com o arranque do gargalo e corpo de forma cónica, tal como fragmentos de fundo e de bordos de diversos outros recipientes (Gomes, 2002, pp. 353-359). O conjunto cerâmico estará cronologicamente compreendido entre os séculos VI e VII. Assim, a datação proposta para este espaço sepulcral inscreve-se no horizonte cultural visigótico, interrompido com a ocupação muçulmana do actual território algarvio, a partir de 713 (Gomes, 2002, pp. 386-388)

Na região de S. Bartolomeu de Messines, perto de Vale Fuzeiros, no sítio da Bica Alta (Passadeiras), integrámos a equipa de Mário Varela Gomes, que ali intervencionou duas sepulturas tardo-romanas, anteriormente violadas e de onde foi retirado passador litúrgico de bronze, fragmentos cerâmicos de paredes de vasilha e conta de pasta vítrea (Gomes, 2002, p. 385).

Em sepulturas descobertas casualmente pela população local, têm sido exumados vários objectos que acompanhariam ritualmente o defunto. No vale dos Abrutiais, no sítio do monte dos Abertiais, localizado a norte de S. Bartolomeu de Messines, lavra mais profunda expôs laje de pedra que cobria sepultura, de onde se exumou jarra bitroncocónica, expondo leves caneluras junto do colo e bordo, oferecendo bordo com bico vertedor e asa, com perfil triangular, que assenta no bojo. A pasta cerâmica apresenta a cor alaranjada. Esta forma tem paralelos nos jarros tipo 1 da necrópole de *El Ruedo*, ou nas suas variantes com bico vertedor da região de Granada. Estes modelos foram identificados nos arqueossítios de Cortijo de

Buenavista, El Almendral, Cortijo del Chopo, Tocón, Galera, El Castellón, El Romeral, tendo-se recuperado trinta jarros. O subtipo com bico vertedor é a segunda forma mais vulgar identificada naquelas necrópoles (Punzón, 2004, pp. 119-170).

Como anteriormente aludimos, a falta de espólios nas sepulturas rupestres da região de S. Bartolomeu de Messines, assim como não se terem reconhecido vestígios cerâmicos ou metálicos nas suas imediações, constitui factor inultrapassável deste universo funerário. De acordo com as poucas evidências arqueológicas disponíveis e com os paralelos funerários de outras zonas do Sul da Península Ibérica, do mesmo período, podemos inserir estas necrópoles no panorama cultural visigótico, de meados do século VI até finais do século VIII.

Os cemitérios mencionados terão tido dois momentos distintos de construção; uma primeira fase com a chegada das comunidades visigóticas, nos inícios do século VI e até à expulsão dos ocupantes bizantinos em 624. A segunda etapa, corresponde à proliferação das comunidades humanas a partir dos meados do século VII até à implantação muçulmana no *Garb al-Andalus* em 711 e, na região de Silves, a partir de 713.

A ocupação do território em torno de S. Bartolomeu de Messines, faz-se nas encostas expostas a Sul ou em locais de média altura, com boa visibilidade para os territórios que pretendem controlar. Esta estratégia passou pela construção de pequenos aglomerados populacionais, assim conseguindo protecção colectiva e, eventualmente, distribuição das tarefas. Esta forma de implantação insere-se no tipo de assentamento humano que as populações visigóticas vinham operando ao longo da sua difusão no espaço ibérico. Ulteriormente, estas comunidades poderão ter-se dispersado pela região, construindo pequenos *habitats* familiares ou casais, com vocação económica agro-pastoril, provocando a proliferação das necrópoles, que se observa.

#### *Datação Absoluta*

A escavação da sepultura 12 da necrópole da Amorosa revelou rara existência de espólio antropológico, recolhendo-se vários fragmentos ósseos, pertencentes a indivíduo ali depositado em *decubitus* dorsal, com a

cabeça virada a Sul, os membros superiores ao longo do corpo e as mãos sobre o ventre, denunciando inumação em posição canónica.

Sujeitámos porção de osso a datação por radio-carbono ( $^{14}\text{C}$ ), processada no Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory em Miami, Florida (Beta-240315). O resultado daquela apresentou  $1290 \pm 40\text{BP}$  que, uma vez calibrado a 2 *sigma* (95% de probabilidade), apresentou intervalo situado entre 660 e 780 Cal AD.

As balizas temporais oferecidas pela amostra encaixam no contexto histórico encontrado. Supomos que esta foi uma das últimas inumações ali ocorridas imediatamente anterior ao período de ocupação islâmica do actual território algarvio.

#### **Conclusão**

A dispersão das populações, nos séculos VI e VII, pelos territórios mais ricos e protegidos da região de S. Bartolomeu de Messines, terá provocado a falência da economia romanizada dos centros urbanos, que preponderou a partir do século III a.C., sustentada pelas grandes explorações agrárias e mineiras (Mattoso, 1993, pp. 301-359). Ainda hoje persistem sinais daquelas actividades nos cerros da Cumeada, Monterosso, Pico Alto e Cerro de S. Pedro, em S. Bartolomeu de Messines, locais próximos das necrópoles em apreço. A ausência de grandes edifícios eclesiásticos cristãos, nesta região do interior do Barlavento Algarvio, poderá ter sido outro contributo para a dispersão das comunidades humanas, não se tendo detectado, nos actuais aglomerados populacionais da zona, qualquer vestígio da presença de templo paleocristão ou visigótico.

O povoamento da região de S. Bartolomeu de Messines, em período visigótico, estaria disperso pelo espaço e organizado em dois grupos societários distintos. Uma primeira comunidade, mais ou menos ampla e com organização estrutural de aldeia, enquanto a outra sociedade, mais deprimida em população que a anterior, não se estenderia além da organização familiar alargada, ou mesmo não se excedendo além do grupo parental, constituindo casais e “montes”. Indiciam os anteriores grupos societários, a existência de duas realidades rurais descoincidentes, apontando para a presença de comunidades de aldeia

e comunidades de vale, sociedades rústicas que o historiador Garcia de Cortazar, tem vindo a identificar nestes últimos anos, no vizinho território espanhol (Mattoso, 1993, p. 354).

A primeira colectividade, anteriormente referida, como comunidade de aldeia, teria o seu exemplo no povoado da Amorosa, que terá dado origem á necrópole com o mesmo nome, incluindo-se ainda neste universo o aglomerado populacional de S. Bartolomeu de Messines. Estas colectividades rurais poderão ter tido origem nas sociedades pré-romanas existentes na região interior do Barlavento Algarvio, identificadas anteriormente por Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos (Santos, 1972, p. 121), junto do Cerro de S. Pedro e nas explorações das jazidas de cobre existentes nas elevações da Cumeada e Pico Alto, por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, pp. 79-80).

Economicamente elegendo a pecuária como a actividade mais privilegiada, não desprezando o cultivo temporário de cereais e a floresta em volta como fornecedora de combustível necessário ao grupo, estariam, naturalmente, organizados em sociedades parentais em torno de ancião, sendo compostas por quatro a cinco adultos, dois a três adolescentes e outras tantas crianças (Mattoso, 1993, pp. 355, 356).

Apesar da hegemonia cristã visigótica, confirmada no III Concílio de Toledo, capital do reino visigodo a partir de 567 (Gomes, 2002, p. 386), não podemos apontar como linha directora a orientação dos sepulcros para afirmar que os povos domiciliados nestas regiões interiores seriam cristãos, pois a maioria das sepulturas estão orientadas de norte para sul ou muito próximo daquela direcção, seguindo muitas das vezes a disposição em que se encontram as fragas rochosas onde foram construídas.

Outra importante característica é a presença de água junto das necrópoles e dos habitats que elas denunciam, como ocorre no Cerro do Castelo em S. Bartolomeu de Messines, onde o curso do ribeiro Meirinho passa próximo. O barranco do Baralha favorece com as suas águas todo o vale de Vale Fuzeiros e os povoados e *habitats* que aí estariam sedeados, Forneca, Carrasqueira, Pedreirinha, Horta de Baixo, Canhestros e Amorosa. As planícies mais ou menos extensas que se encontram junto das elevações da Pedreirinha, Forneca, Pedreiras, Cerro do Castelo, onde se circunscreviam os assentamentos humanos,

apresentam terrenos vermelhos escuros que, ainda hoje, detêm grande capacidade produtiva, permitindo a agricultura intensiva. A Serra, a norte, ofereceria caça, como complemento da base nutricional destas comunidades, assim como madeira para a construção das habitações e combustível para aquecimento durante os meses mais frios.

Tentámos com este trabalho avançar mais um pouco na compreensão das sociedades rurais tardo-romanas ou visigóticas, reunindo os dados oferecidos pelos parques vestígios que se conseguem registar nesta remota região do interior do Ocidente Algarvio.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1990) – O domínio romano, *Nova História de Portugal*, I, *Portugal das Origens à Romanização*, pp. 345-381, Editorial Presença, Lisboa.
- ALARCÃO, A. M. (1997) – *PORTUGAL ROMANO, A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS*, MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, LISBOA.
- ALMAGRO, M. (1975) – *LA NECRÓPOLIS HISPANO-VISIGODA DE SEGOBRIGA. SAELICES (CUENCA)*, MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA (EXCAVACIONES ARQUEOLÓGICAS EN ESPAÑA), MADRID.
- ALMEIDA, J. DE (1947) – *ROTEIRO DOS MONUMENTOS MILITARES PORTUGUESES*, EDIÇÃO DO AUTOR, LISBOA.
- ARDANAZ ARRANZ, F. (2000) – *LA NECRÓPOLIS VISIGODA DE CACERA DE LAS RANAS, ARANJUEZ*, MADRID COMUNIDAD DE MADRID, MADRID.
- BARROCA, M. J. (1987) – *NECRÓPOLES E SEPULTURAS MEDIEVAIS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO (SÉC. V A XIV)*. DISSERTAÇÃO PARA PROVAS PÚBLICAS DE CAPACIDADE CIENTÍFICA, APRESENTADA NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTO.
- BEIRÃO, C. DE M. (1973) – CINCO ASPECTOS DA IDADE DO BRONZE E DA SUA TRANSIÇÃO PARA A IDADE DO FERRO NO SUL DO PAÍS, *ACTAS DAS II JORNADAS ARQUEOLÓGICAS*, VOL. I, PP. 193-221, LISBOA.
- CASTILLO, A. del (1970) – Cronologia de les tombes llemadas "olerdolanas", *Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología*, pp. 385-845, Zaragoza.
- CASTILLO, A. del (1972) – *Excavaciones Altomedievales en las Provincias de Soria, Logroño y Burgos*, Excavaciones Arqueológicas en España, Madrid.
- DOMÈNECH ESTEBAN, M. (1994) – Escavaciones Arqueológicas en la necropolis rupestre de Tiermes. Campañas de 1981 y 1982, *Tiermes III, Escavaciones realizadas en la Ciudad Romana y en las Necrópolis Medievales*, Madrid.
- FUENTES DOMINGUEZ, A. (1989) – La Necrópolis Tardorromana de Albalate de Las Nogueras (Cuenca) y el Problema de las Denominadas Necropolis del Duero, Madrid.
- GOMES, M. V. (1984) – O Menir dos Gregórios (Silves), *Revista de Guimarães*, vol. XCII, pp. 133-148, Guimarães.

- GOMES, M. V. (1994) – *A Necrópole da Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves*, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves.
- GOMES, M. V. (2002) – A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5(2), pp. 329-391.
- GOMES, R. V. (1999) – *Silves (Xelb) - Uma Cidade do Gharb Al-Andalus - Arqueologia e História (Séculos VIII-XIII)*, vol. I, Dissertação de Doutoramento em História-Especialidade de Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- GOMES, R. V. (2002) – *Xelb, uma Cidade do Garb al-Andalus, Arqueologia e História*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- KOPP, E. (1989) – *Os Solos do Algarve e as Suas Características*, Faro.
- MALPICA CUELLO, A. (1996) – *Poblamiento y Castillos en Granada*, Junta de Andalucía e Legado Andalusí, Granada.
- MANTAS, V. G. (1997) – Os Caminhos da Serra e do Mar, *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, pp. 311-325, Ministério da Cultura, Lisboa.
- MATTOSO, J. (1993) – *História de Portugal*, vol. I, Editorial Estampa, Lisboa.
- MOTTA, S. M. da S. T. (1996) – *A Necrópole de S. Bartolomeu no Arrabalde de Monsaraz*, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Técnica de Lisboa, Lisboa.
- PAULO, L. C. (2006) – *Relatório da Escavação do Interior da Sepultura 12 da necrópole da Amorosa*, Silves.
- PUNZÓN, J. M. R. (2004) – El Mundo Funerário Rural en la Provincia de Granada durante la Antigüedad Tardía, Granada.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. (1987) – *Geografia de Portugal*, 1ª Ed., vol. I, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- RUCQUOI, A. (1995) – *História Medieval da Península Ibérica*, Editorial Estampa, Lisboa.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- TENTE, C.; LOURENÇO, S. (2002) – Sepulturas medievais do distrito de Évora, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5(1), pp. 239-258.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Préhistóricas*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Préhistóricas*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1889) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Préhistóricas*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Préhistóricas*, vol. IV, Imprensa Nacional, Lisboa.

# PAISAJES ALTOMEDI EVALES EN EL NORTE PENINSULAR. MUSULMANES Y FEUDALES EN EL ALTO VALLE DEL EBRO Y SU ENTORNO

Juan Antonio Quirós Castillo\*

## Resumo

Neste texto apresenta-se, de forma breve, uma série de contextos arqueológicos andaluzes recentemente identificados no sector do alto vale do Ebro, compreendido entre os rios Bayas e Arga, datados dos séculos VIII a X. Estabelece-se ainda a diferenciação entre os materiais arqueológicos que provêm de intercâmbios e circulação de bens de origem islâmica (moedas, cerâmicas, etc.) daqueles que resultam da ocupação islâmica efectiva, especialmente os que se encontravam integrados em contextos funerários. Para explicar o significado deste tipo de achados, são igualmente abordados outros vestígios, recentemente identificados na área leonesa e que em grande parte se encontram ainda inéditos. De seguida discutem-se distintos cenários interpretativos que têm vindo a ser definidos por diversos autores para tentar explicar este tipo de realidade. Em concreto, analisam-se três temáticas principais: a articulação territorial nos séculos VIII a X; o significado contextual dos materiais identificados nos contextos funerários em termos de competitividade social; a presença do numerário andaluz no século X, em contextos rurais do alto vale do Ebro. Conclui-se propondo cenário de interacção complexo e dinâmico entre as distintas formações sociais que apenas a partir dos séculos X-XI adquirem uma forma de contraposição estrutural, que é aquela que se conservou no registo documental escrito.

## Abstract

In this paper a whole series of islamic archaeological contexts are presented, recently found in the sector of the Ebro valley between the Bayas and Arga rivers, from the 8th and 10th centuries. A differentiation is established between those materials that indicate just an exchange and the circulation of goods with the Islamic field (coins and pottery), from those which show a stable occupation, especially through the funerary character occupations. To explain the meaning of these materials, they are put in relation with other recent finds of the province of Leon, still unpublished. Next, the different interpretative scenarios used by several authors to explain them are discussed. Specifically, there are analyzed three main thematic, the territorial articulation in the 8th and 10th centuries; the contextual meaning of the material found in funerary contexts in terms of social competitiveness and the amount of Islamic people in the 10th century in the rural contexts of the High Ebro Valley. Finally, we propose a complex and dynamic scenario of interaction among different social groups, that only from the 10th-11th centuries on acquires a form of structural contraposition which is the one that has been exaggerated in the written sources.

## 1. Introducción

El título de este coloquio, *Cristianos y Musulmanes en la Edad Media Peninsular, encuentros y desencuentros*, hace referencia a una temática clásica e importante en los estudios sobre el medievalismo peninsular, hasta el punto que ha llegado a connotar y caracterizar escuelas enteras de investigadores, basándose en la particularidad o especificidad de la historia peninsular marcada por la conquista y la reconquista. Hace ya unos años, E. Manzano realizó en un artículo dedicado a la construcción histórica del pasado nacional, una verdadera tarea de deconstrucción de la historiografía de la conquista árabe en la historia de España en la que denunció el carácter ideológico existente en muchas de las síntesis y aproximaciones, populares y académicas, dedicadas a esta temática (Manzano 2000, p. 48-

---

\* Universidad del País Vasco. Grupo de Investigación en Arqueología Medieval y Postmedieval. Área de Arqueología. Universidad del País Vasco, C/ F. Tomás y Valiente s/m, 01006 Vitoria-Gasteiz, quiros.castillo@ehu.es. Trabajo realizado en el marco del proyecto de investigación HUM2009-07079 financiado por el Ministerio de Educación y Ciencia en el ámbito del Plan Nacional de I+D+I titulado "La formación de los paisajes medievales en el Norte Peninsular y en Europa: Agricultura y ganadería los siglos V al XII".

60). Hay que tener en cuenta que en otras tradiciones de estudio nacionales donde ha existido esta convivencia y la suplantación entre formaciones sociales similares, como por ejemplo el sur de Italia, no se ha recurrido a este tipo de orientaciones teóricas para abordar la investigación histórica sobre el período medieval.

Indudablemente, la teorización de la formación social islámica a partir de los trabajos de P. Guichard realizada por autores como M. Barceló, la profunda reorientación teórica que ha comportado la obra de Manuel Acién a la hora de analizar el proceso de islamización social como resultado de un conflicto entre distintas formaciones sociales, o las recientes aportaciones del propio E. Manzano en términos de cuestionamiento de la dimensión tribal a favor de la estatal en el estudio del período omeya andalusí, han creado nuevos marcos conceptuales y de análisis, al menos para el estudio del período comprendido entre los siglos VIII y XI (una síntesis valorativa reciente en Salvatierra y Cantó, 2008, pp. 206-216). Además, estas propuestas han constituido el esquema básico de sólidos estudios territoriales de carácter arqueológico, como los realizados en la Cora de Tudmir, el valle del Guadalquivir o la costa granadina entre otros, en los últimos decenios (Guichard, 1976, pp. 1990, 1991; Barceló, 1997; Acién, 1997; Gutiérrez Lloret, 1996; Salvatierra, 2001; Gómez Becerra, 1998; Castillo Armenteros, 1999; Manzano, 2006)<sup>1</sup>.

La fortaleza conceptual de este debate se diluye notablemente cuando se observan los encuentros y los desencuentros entre cristianos y musulmanes desde las orillas del cantábrico, donde el impacto de la conquista árabe, y por consiguiente de la posterior "Reconquista", es muy matizado o inexistente, según las tesis tradicionales. No obstante, no han faltado autores que han propuesto distintas formas de repoblaciones y aculturaciones internas a la hora de explicar procesos sociales de calado como la implantación del feudalismo (García de Cortazar, 2008). La movilidad o el desplazamiento de grupos humanos, en ocasiones fácilmente reconocidos a través de los testimonios escritos, ha terminado por convertirse en un instrumento operativo de colonizaciones y ocupaciones de zonas primero deshabitadas y -tras el cuestionamiento de los planteamientos de Sánchez Albornoz-, ahora desestructu-

radas o imperfectamente configuradas, en ocasiones a la espera de la fractura del año mil.

Todos estos planteamientos están siendo sometidos en la actualidad a una profunda crítica debido al hallazgo en los últimos años de una serie de elementos arqueológicos que están permitiendo comprender la estructura social del norte peninsular en la Alta Edad Media. El reconocimiento de redes de aldeas, sistemas de fortificaciones y centros de poder y de ocupaciones altomedievales en cascos urbanos ha cambiado en poco tiempo la percepción que tenemos sobre la estructura territorial y la organización social de este período. Recientemente se han dedicado tres coloquios al análisis de los registros arqueológicos rurales altomedievales que han aportado un volumen muy significativo de materiales arqueológicos (Caballero y Mateos, 2010; Kirchner, 2010; Quirós Castillo, 2009).

Por otro lado, en los últimos años se han ido producido, sobre todo en el marco del desarrollo de la arqueología profesional, una serie de nuevos hallazgos arqueológicos de materiales islámicos en todo el norte peninsular de los siglos VIII-X, que plantean algunos problemas interpretativos a la hora de comprender los procesos formativos de las estructuras sociales y políticas altomedievales. Tanto en centros urbanos como Zamora (Larrén y Nuño, 2006), León<sup>2</sup>, Burgos o Pamplona, como en cada vez más numerosos contextos rurales altomedievales, se constata la presencia de materiales andalusíes (Zozaya *et alii*, 2009). Y aunque la mayor parte de estos contextos aún no se han publicado o se conocen de forma muy parcial, ponen las bases para realizar un replanteamiento de algunas interpretaciones relativas a la supuesta impermeabilidad de las formaciones protoestatales del norte peninsular altomedieval respecto al ámbito andalusí. Por este motivo nos ha parecido oportuno en esta ocasión realizar una breve presentación de los materiales y los contextos del alto Ebro y su entorno y plantear una serie de escenarios interpretativos que expliquen esta supuesta anomalía.

Se analizará el territorio correspondiente al tramo septentrional del valle del Ebro comprendido entre el Bayas y el Arga, incluyendo un sector del valle del

<sup>1</sup> Una reflexión crítica de carácter historiográfica se puede consultar en García Sanjuán 2006.

<sup>2</sup> En el sector oriental peninsular es J. A. Gutiérrez González quien está realizando los trabajos más importantes (ver su trabajo en este volumen).

Arlanzón; en términos cronológicos se tomará en cuenta el período comprendido entre los siglos VIII y X.

## 2. Hallazgos arqueológicos andalusíes en el alto valle del Ebro y su entorno

A la hora de analizar las evidencias arqueológicas islámicas halladas en este territorio en los últimos años tendremos que hacer una primera diferencia entre aquellos contextos que denotan la existencia de una ocupación islámica estable en un lugar concreto, respecto a aquellos materiales que han de explicarse como consecuencia de intercambios o del uso de materiales andalusíes en las sociedades altomedievales norteñas. A priori esta diferencia parece ser muy neta, aunque en realidad, el cuadro histórico que se puede plantear para los siglos VIII-X hace que ciertas seguridades se diluyan, como veremos posteriormente. Aunque en esta ocasión se analizarán únicamente media docena de yacimientos, es muy probable que su número aumente en los próximos años (Fig. 1).<sup>3</sup>

1. Los materiales islámicos más comunes que se están encontrando en los últimos años en el territorio aquí analizado son monedas y tesorillos u ocultaciones. Teniendo en cuenta que la moneda andalusí es la única emitida en la Península Ibérica durante los siglos VIII-XI (en Castilla hasta el siglo XII y en Navarra hasta el siglo XI), varios especialistas señalaron hace tiempo que la moneda andalusí fue empleada de forma significativa en el norte peninsular, especialmente en el siglo X, tal y como se puede deducir a partir de la documentación escrita<sup>4</sup>.

En cualquier caso, es importante comprender los contextos arqueológicos de los hallazgos para poder interpretar adecuadamente su significado. Mientras que los tesorillos u ocultaciones, al igual que en otros períodos, podrían reflejar momentos de inestabilidad,

las monedas recuperadas tanto en contextos domésticos como funerarios son un índice de que su empleo era frecuente como instrumento de intercambio en la Alta Edad Media.

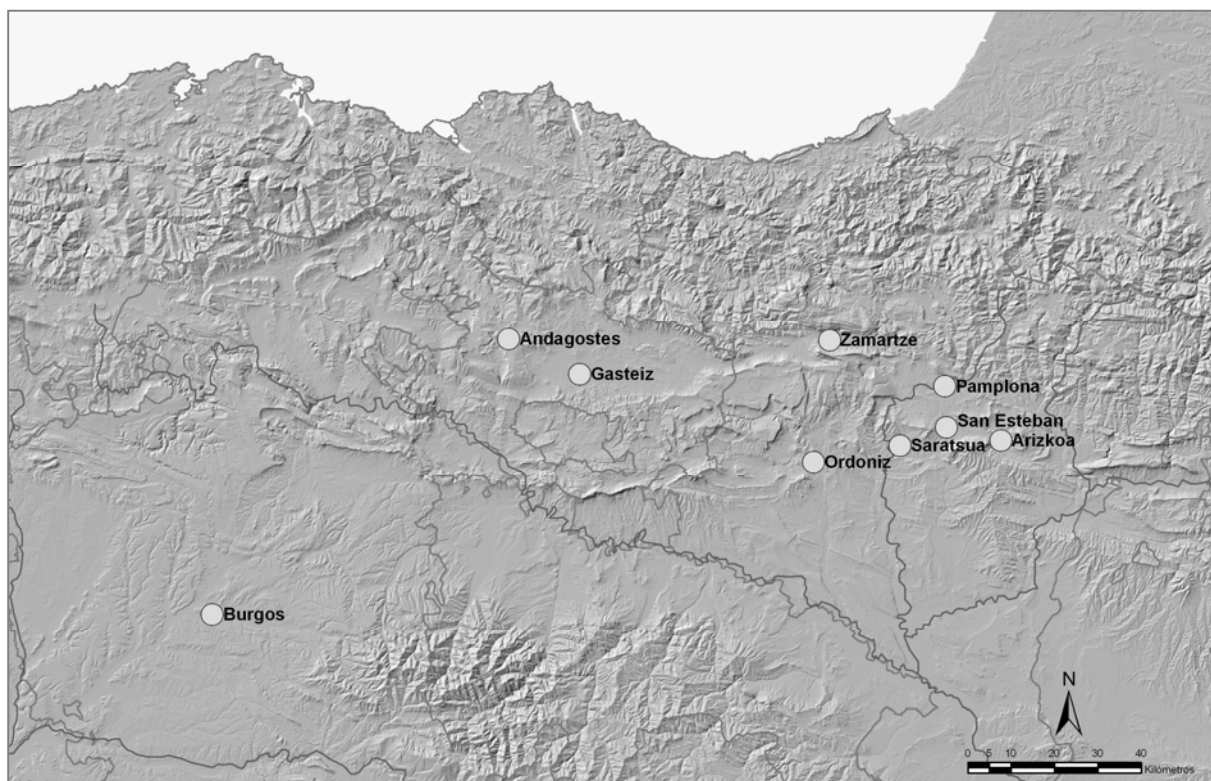
Las dos ocultaciones conocidas en nuestro territorio de moneda andalusí proceden de dos contextos navarros recuperados uno a mediados del siglo XIX y el otro a mediados del siglo XX. Aunque tenemos únicamente noticias parciales sobre las circunstancias de los hallazgos, podrían interpretarse dentro de la categoría de los “tesoros preservados” (Wickham, 2003, pp. 15, 16), es decir, objetos de valor que se escondían en determinadas circunstancias concretas por parte de personas que pretendían volver a recuperarlos. Teniendo esto en cuenta, una posible línea de interpretación de estos hallazgos arqueológicos consiste en analizar las circunstancias históricas en las que cuales se ha producido la ocultación, y aquéllas que han impedido la posterior recuperación.

El primer conjunto ha sido hallado en San Andrés de Ordoiz (Estella), en un muro de delimitación de fincas; se halló a mediados del siglo XX una forma cerámica dentro de la cual se recuperaron 205 monedas. Al igual que en otros hallazgos de moneda omeya emiral, el tesorillo está formado por ejemplares acuñados bajo el dominio de varios emires, cubriendo una cronología situada entre los años 166 H /782-783 d C y 270 H/ 883-884 (Cantó, 2001, p. 77). No siendo posible determinar con precisión las causas que originaron la ocultación y que impidieron su recuperación, es posible que estos materiales se encuentren en Navarra en el marco de la actividad bélica que se desarrolla en este período, que genera una importante circulación de riqueza (Larrea, 2009, p. 290).

La segunda ocultación proviene del Puente de Miluce (Pamplona). Durante los trabajos de desmonte para la realización del ferrocarril en el año 1859 se encontró un conjunto de 153 dirhames fechados entre el 323 H /935 d C y el 449 H/1057 d C. (Canto, 2001, p. 81). Es probable, pues, que el tesorillo se escondiera bajo el reinado de Sancho Garcés IV (1054-1076). También en este caso J. M. de Francisco ha sugerido que el abastecimiento de estas monedas podría explicarse por la llegada de botines o parias a los ahora potentes reinos del norte tras el colapso del califato (Francisco Olmos, 2002, p. 311). No obstante, desconocemos las razones por las cuales no se recuperaron

<sup>3</sup> Hay otros hallazgos puntuales que no han sido recogidos aquí: moneda en la calle Compañía en Pamplona (Faro, 2009, fig. 17); un anillo con escritura cúfica en Muruzabal (Tierra te sea leve, 211).

<sup>4</sup> En el caso de la documentación leonesa se mencionan *solidi argenti*, *argenzos* o *argenteos* (Davies, 2002, pp. 161-165), y lo mismo ocurre con el caso navarro (Cantó, 2001, p. 75); son en cambios mucho más raras las menciones de pagos en oro. Aunque ha existido un debate sobre la cuestión, los especialistas piensan en la actualidad que estas referencias a pagos en plata podrían identificarse con dirhames andalusíes (Francisco Olmos, 2002, pp. 310, 311).



**Figura 1.** Hallazgo de materiales andalusíes en el Alto Ebro.

las piezas.

Otro grupo de hallazgos monetarios corresponde a hallazgos esporádicos en los que no existe una voluntad manifiesta de ocultar estas piezas. Estos hallazgos son mucho más abundantes, especialmente en el ámbito rural, y nos plantean otro escenario interpretativo. Hasta el momento en el territorio analizado contamos con cuatro hallazgos principales.

En la aldea de Gasteiz (Vitoria-Gasteiz), en la primera fase de la excavación de la catedral de Santa María, se halló un dirham omeya oriental procedente de la actual Firuzabad en el suroeste de Irán. Es una antigua ceca persa sasánida que siguió funcionando durante el dominio de los primeros califas omeyas, concretamente desde el año 80 H/699-700 d C hasta el 99 H/717-718 d C (Azkarate y Solaun, 2009, p. 425). Hay que tener en cuenta que los hallazgos de dirhames de plata orientales en la Península Ibérica son muy escasos, especialmente en el norte, y suelen explicarse en relación con el ejército y las tropas sirias que se asientan a partir del 740 d C en la Península Ibérica (Domenec Belda, 2003). Se trata, por su excepcionalidad, de un indicador muy tenue de la exis-

tencia en fechas probablemente precoces de relaciones de carácter interterritorial a amplia escala. Es cierto que otros indicadores arqueológicos, como la cerámica, muestra la inserción de las aldeas alavesas ya desde el siglo VIII en circuitos de ámbito regional y suprarregional (Solaun, 2005). No obstante, hasta el momento se trata de una pieza aislada.

Son, en cambio, mucho más frecuentes los hallazgos de materiales fechables en el siglo X en contextos rurales. También en Álava, pero esta vez en Andagostes, en la zona de Kuartango (Ocharan, 2009; 2010), se han recuperado tres dinares de plata acuñados en al-Andalus en la segunda mitad del siglo X e inicios del siglo XI durante el dominio de al-Hakam II y Hisam II (351-356H./962-66 d.C. hasta el 402H./1011 d.C.). A unos diez kilómetros de este lugar se recuperó una cuarta pieza. Quizás el aspecto más significativo de este hallazgo, absolutamente casual, es que parte de estos materiales están partidos y recortados. Como ha señalado A. Cantó, esta manipulación por parte de los usuarios de la moneda de plata es frecuente en aquellos contextos en los que se carece de moneda fraccionada, y ha sido fuertemente perseguida por el Estado (Cantó, 1995, p. 37).



Igualmente en dos aldeas y una iglesia navarras se han encontrado monedas andalusíes utilizadas con carácter ritual dentro de deposiciones funerarias. Como suele ser aún frecuente en muchos sectores del norte peninsular, bien por la diferente visibilidad que presentan las áreas funerarias respecto a las domésticas, bien por la estrategia de intervención arqueológica seguida, de estas aldeas únicamente conocemos los cementerios, pero no los espacios productivos y de habitación (Quirós Castillo, 2007).

El primer ejemplo es el cementerio de San Esteban (Berriáin), situado en la cuenca de Pamplona. En ocasión de la urbanización de la zona se excavó en dos fases un cementerio formado por 330 tumbas, de las que únicamente el 10 % contenía materiales arqueológicos. Los arqueólogos han datado la fase máxima expansión del cementerio en los siglos XI y XIII, aunque no han llegado a precisar aún el momento inicial del conjunto. Entre las monedas halladas -además de dos denarios romanos y acuñaciones navarras de los siglos XI-XIII- hay que señalar la presencia de 9 dirhames andalusíes de Al-Hakam II y Hisam II, fechables en la segunda mitad del siglo X (Faro *et alii*, 2008, pp. 227-232; Faro, García-Barberena y Unzu, 2007-2008, pp. 267-272).

La segunda aldea en la que se han hallado este tipo de monedas es la de Arizkoa (Monreal). Como la anterior se encuentra en la cuenca de Pamplona, a escasa distancia del centro urbano. La destrucción de este yacimiento tuvo lugar debido a la realización de una obra pública, y en esta ocasión se localizaron 342 tumbas asociadas a 71 hoyos (casi con seguridad silos relativos al espacio doméstico aldeano), en parte amortizados por el propio cementerio. Tampoco en este caso contamos con dataciones precisas del cementerio. Solamente 24 tumbas (7%) contaban con materiales arqueológicos, destacando el hallazgo de 7 monedas andalusíes de época califal, concretamente pertenecientes al período de Abd-al-Rahman III y Al-Hakam II (Faro, García-Barberena y Unzu, 2007-2008, pp. 273-278).

Por último hay que señalar el hallazgo en la iglesia de Santa María de Zamartze (Uharte-Arakil) de un dirham andalusí, probablemente asociado al cementerio de la primera iglesia "prerrománica" (Armendariz y Matero, 2009, p. 311).

Hay que señalar que en Andagostes, San Esteban y Arizkoa se han hallado monedas perforadas con el fin de ser usadas como medallas protectoras, que es un fenómeno frecuente en contextos funerarios. Es probable que la presencia de monedas de plata andalusíes en solo una parte de los enterramientos deba interpretarse en términos de diferenciación social interna dentro de las aldeas.

En cualquier caso, el hallazgo de estas monedas del siglo X en estas aldeas navarras y en la alavesa<sup>5</sup> constituye un indicador relevante de que este numerario estaba en uso de forma cotidiana. Tal y como hemos señalado con anterioridad (ver nota 5), la documentación escrita de este siglo recoge abundantes noticias en este sentido.

2. Un segundo tipo de hallazgos arqueológicos testimonian, en cambio, la existencia de asentamientos estables andalusíes que se extienden durante varias generaciones. Tal y como ocurre en el sector leonés, estos hallazgos únicamente se han producido en cabeceras territoriales dotadas de un papel político relevante. Más concretamente analizaremos dos casos puntuales, Pamplona y Burgos.

En Pamplona (Fig. 2) se han excavado o reestudiado en los últimos años una serie de conjuntos funerarios situados en los suburbios de la ciudad romana que han permitido contar con informaciones relevantes sobre la presencia andalusí en nuestro territorio (Faro, García-Barberena y Unzu, 2007-2008, pp. 236-266).

Uno de los conjuntos más importantes se ha hallado durante la rehabilitación de la Casa del Condestable. Ubicada en la actualidad en el casco histórico, en las excavaciones se hallaron algunas estructuras relativas al burgo de San Cernin de finales del siglo XI-XII, que cubrían un cementerio formado por 153 tumbas. La mayor parte de las mismas han sido realizadas con lajas o muros de mampostería, y se han podido

---

<sup>5</sup> En realidad desconocemos casi todo del contexto de proveniencia de las cuatro monedas alavesas. J. A. Ocharan señala que en Andagostes las monedas se hallaron "alejadas entre sí, sin formar un conjunto". Y aunque se sugiere que las 102 monedas de varios períodos históricos halladas en una extensión de unas 150 Ha. fueron perdidas por los habitantes de la zona (Ocharan, 2009, p. 249), precisamente el hecho de que dos de ellas estén perforadas podría ser el indicio de la existencia de un espacio funerario. En cualquier caso, la edición final con la cartografía del hallazgo permitirá comprender mejor la naturaleza de los contextos.



**Figura 2.** Pamplona. Conjuntos funerarios.

fechar entre los siglos VI-IX aproximadamente. Una primera serie de tumbas estaba caracterizada por el hallazgo de armas, cerámicas y objetos de adorno personal semejantes a los hallados en otros contextos rurales navarros o vascos (como Aldaieta o Buzaga) o en el cementerio suburbano de Pamplona de Argaray, sobre el que luego volveremos<sup>6</sup>. Estos materiales permiten pensar que el cementerio estuvo en uso durante los siglos VI y VII.

Pero quizás los dos elementos más significativos de este cementerio son el hallazgo en otras tumbas de materiales andalusíes que prueban la pervivencia del ámbito funerario al menos durante el siglo VIII, y que estos materiales hayan sido utilizados en tumbas que mantienen el ritual cristiano, la tipología de la arquitectura funeraria y el espacio funerario previo. Se llega a estas conclusiones a partir de la identificación de un segundo grupo de tumbas en las que aparecen ele-

mentos de adorno de escritura cúfica. Son tumbas realizadas en fosa delimitadas por muretes, en las que los individuos se entierran en posición decúbite supino, y en las que llama la atención la abundancia de los objetos de adorno personal hallados frente a la austeridad del rito musulmán. De hecho hay que señalar la presencia de enterramientos excepcionales como es la denominada tumba 42, en la que se recuperaron un pequeño jarrito a los pies, pendientes, un collar y sortijas en todos los dedos de ambas manos, cuatro de las cuales presentan inscripciones cúficas<sup>7</sup> (Faro y Unzu, 2007, pp. 209-212; Faro, García-Barberam y Unzu, 2007-2008, pp. 258-266).

Es una situación muy similar a la del cementerio extramuros de Argaray u Obietagaña<sup>8</sup>. Se trata de otro

<sup>6</sup> Sobre este conjunto de yacimientos, Azkarate Garai-Olaun 2004, con bibliografía precedente.

<sup>7</sup> En las fases de ocupación posteriores se ha hallado cerámica andalusíes de los siglos XI-XII, como son varias piezas decoradas con cuerda seca (Faro, García-Barberena y Unzu, 2007-2008, pp. 261-262

<sup>8</sup> Denominado también "cementerio franco" por Ansoleaga (1916) y "cementerio visigodo" por Mezquiriz (1965).

espacio funerario situado en el exterior de la ciudad romana, en el lado opuesto del cementerio de la Casa del Condestable. El lugar fue excavado a finales del siglo XIX y se recuperaron más de un centenar de sepulturas realizadas directamente en la roca y delimitadas por muretes. No se ha publicado una descripción detallada de los materiales hallados en cada tumba, por lo que contamos con datos muy genéricos para conocer el yacimiento. Además de dos tremises de Suintila de la primera mitad del siglo VII, se han recuperado un importante número de elementos de adorno personal y de armas, entre los que destacan el hallazgo de tres scramaxas, seis puntas de lanza y otros materiales. Una revisión de los materiales de este cementerio permitió reconocer tres anillos con inscripciones realizadas en escritura cúfica, que permiten ampliar la fecha del cementerio al menos al siglo VIII (Navascués, 1976). No obstante, nuevamente la ausencia de una edición detallada del hallazgo impide valorar la extensión de esta fase de ocupación.

Si estos dos ejemplos ilustran la incorporación en áreas funerarias de larga duración, de materiales de representación de origen andalusí, en el marco de las estrategias de distinción de las élites de Pamplona durante el siglo VIII y quizás el IX sin que esto comportase un cambio en el ritual funerario preislámico<sup>9</sup>, el tercer contexto urbano testimonia, de forma indiscutible, la existencia de una ocupación andalusí estable en la ciudad de Pamplona durante el siglo VIII.

Durante la construcción de un aparcamiento subterráneo en la Plaza del Castillo se ha localizado una *maqbara* amortizando las antiguas termas de la ciudad romana. No sabemos que uso ha tenido este espacio, de titularidad pública, durante los primeros siglos de la Alta Edad Media, pero no se han recuperado elemen-

tos funerarios de los siglos VI y VII. Poco después del 700 el área fue ocupado por unas 190 sepulturas que cubren un espacio de unos 4.000 m<sup>2</sup>. A diferencias de los cementerios anteriores, las tumbas excavadas en la Plaza del Castillo siguen estrictamente el ritual funerario islámico. Los inhumados han sido colocados en posición de cúbito lateral derecho en estrechas fosas orientadas hacia la Meca (NE-SW) excavadas en la roca o en los depósitos anteriores. Siguiendo la costumbre del período, los inhumados no presentan objetos rituales o de adorno personal. Por otro lado, la ausencia de superposiciones, reutilizaciones o fosas colectivas (frecuentes en la casa del Condestable o en Argaray) indica que la densidad del cementerio ha sido baja, y que probablemente ha tenido un uso cronológicamente limitado (Faro, García-Barberena, Unzu y de Miguel, 2007, pp. 249-252; Faro, García-Berbera y Unzu, 2007-2008, pp. 236-247).

Los primeros análisis antropológicos han demostrado, por un lado, que estamos en presencia de una comunidad estable, teniendo en cuenta la variabilidad en el sexo y la pirámide de edades registrada. Asimismo, se ha documentado la existencia de prácticas exógenas, como son determinadas manipulaciones dentales propias del norte de África. Por último, se planteó que al menos una parte de los individuos tuviesen funciones militares debido a la presencia de lesiones de arma blanca. No obstante, su incidencia es cuantitativamente mínima (De Miguel, 2007). La datación del cementerio se ha basado en una única datación radiocarbónica y en la interpretación de las fuentes escritas, que indican que Pamplona estuvo bajo el dominio islámico hasta el año 799, por lo que se ha datado el conjunto entre los años 713 y 799 (Faro, García-Berbera y Unzu, 2007-2008, p. 247).

También en Burgos se han localizado en los últimos años nuevos contextos arqueológicos relativos a ocupaciones estables de carácter andalusí. Más concretamente nos referimos a varias intervenciones realizadas en la ladera meridional del castillo, núcleo original de la ciudad fundado en el año 884 (Fig. 3). Los autores que han estudiado los primeros compases de la formación de este centro coinciden en señalar que, aún siendo un centro relevante a escala territorial durante los primeros decenios de vida, solamente a finales del siglo X o principios del siglo XI podemos hablar de un tejido de carácter urbano (Estepa, 1984; 1985). En el año 982 se mencionan *duas tendas in*

---

<sup>9</sup> Este fenómeno también se puede constatar en espacios rurales, como el de la presunta aldea de Saratsua en Muruzábal (Ramos, 2006; 2007). La excavación ha sido parcial, por lo que su interpretación plantea aún algunos problemas. En cualquier caso se han recuperado una serie de anillos similares a los decorados con escritura cúfica procedentes de Argaray, aunque carentes de estas inscripciones. El espacio funerario se ha fechado mediante una datación radiocarbónica hacia los siglos VIII-X. Por otro lado hay que señalar que del término municipal de Muruzábal proceden una serie de materiales hallados como resultado de la destrucción de una tumba en la que sí se ha recuperado un anillo con caracteres cúficos (Beguiristain, Etxebarria y Herrasti, 2001, pp. 258, 259). No obstante, no resulta posible establecer que procediesen de Saratsua.

*media villa*, lo que permitiría pensar en el desarrollo de una villa en las laderas del castillo y en la existencia de una actividad comercial significativa (Villanueva *et alii*, 2007, p. 257).

El castillo de Burgos, núcleo originario del asentamiento medieval, ha sido objeto de numerosas intervenciones arqueológicas en los últimos dos decenios en ocasión de su rehabilitación y restauración. Y aunque carecemos de una síntesis adecuada sobre los resultados de las intervenciones, sabemos que el castillo altomedieval se fundó en una colina que había estado previamente ocupada de forma muy intensa durante la edad del Bronce y el Hierro (Ortega Martínez, 1994). Intervenciones arqueológicas realizadas en el año 1997 en el interior del castillo identificaron al menos tres fases diferentes de cronología altomedieval formadas sustancialmente por estructuras negativas excavadas en la roca, así como algunas construcciones asociadas (Olmo, 1998, pp. 15-17). A la espera de contar con trabajos de síntesis actualizados, en esta ocasión se analizarán brevemente los dos únicos contextos conocidos en los que se han hallado elementos andalusíes, que se sitúan en la ladera meridional del castillo.

En el antiguo seminario de San Jerónimo (actual Calle Fernán González), se realizó en el año 2003 una intervención de carácter preventivo de unos 300 m<sup>2</sup> que permitió recuperar una serie de evidencias arqueológicas de época altomedieval. El solar se ubica en la ladera meridional del castillo.



**Figura 3.** Burgos. Contextos arqueológicos andalusíes.

Más concretamente se hallaron 13 silos y cubetas asociadas a una construcción realizada con adobes y parcialmente semiexcavada. La amortización de estas estructuras negativas se realizó en los siglos X y XI, y entre los materiales destaca tanto la presencia de cerámicas locales castellanas como algunos lotes de importaciones andalusíes. La vajilla de cocina ha sido realizada con pastas bastas y con un repertorio más limitado, mientras que la cerámica de almacenaje y jarras ha sido hecha con pastas depuradas, y con frecuencia decorada con pintura roja o negra. Los arqueólogos que han estudiado y editado este contexto caracterizan este conjunto como “la oferta cerámica existente en el territorio del condado de Castilla en los siglos X y XI” de forma común (Villanueva *et alii*, 2005, p. 259). Pero además de estos materiales, en la amortización de los hoyos han aparecido algunos ataífores esmaltados decorados en verde y manganeso, uno de ellos identificable con la producción aúlica de Madinal al-Zahra. Además se ha hallado otro ataífor decorado en cuerda seca, así como otros materiales vidriados y sin vidriar. La datación de estos contextos cerámicos se puede situar entre finales del siglo X o inicios del siglo XI y podrían caracterizar un contexto social elevado que tiene acceso por vía comercial a materiales importados de prestigio procedentes del ámbito andalusí<sup>10</sup>.

El segundo contexto de referencia se encuentra inmediatamente a los pies del castillo. El seguimiento de las obras del mirador del Castillo de Burgos proporcionó una nueva ocasión para recuperar restos de una ocupación andalusí estable. Hay que señalar, a este propósito, que las laderas del castillo, donde presuntamente se localizan las estructuras ocupacionales altomedievales, siguen en buena medida sin ser tocadas y preservan toda su potencia arqueológica.

La intervención realizada en el mirador tuvo lugar cuando ya se había producido una destrucción significativa de los depósitos arqueológicos por la realización de una obra pública, por lo que nuestro conocimiento del yacimiento es muy parcial. El seguimiento arqueológico permitió reconocer un cementerio

<sup>10</sup> Hay que señalar que en otros contextos pamploneses, como son la Plaza del Castillo o la Casa del Condestable, también se han hallado materiales cerámicos fechables entre los siglos X-XIII resultado de intercambios comerciales (Faro, García-Barberena y Unzu, 2007-2008, pp. 250-253, 261, 262).

de ritual islámico profundamente alterado por las obras en curso. Se trata de ocho enterramientos conservados parcialmente dispuestos en posición decúbite lateral derecho, orientados O-E con la cabeza mirando hacia el sur y carentes de ajuares o cualquier otro tipo de material. Esta *maqbara* estaba cubierta por una serie de rellenos en los que se hallaron materiales fechables entre los siglos XI-XII (cerámica pintada, cerámica estriada y de retícula incisa, engobes tipo Duque de la Victoria). En ausencia de materiales fechables, fenómeno común en los cementerios islámicos, F. Javier Pérez Rodríguez quiso relacionar este cementerio con una comunidad mudéjar que habría existido en Burgos al menos desde el siglo XII, proponiendo una cronología en los siglos XII y XIV (Pérez Rodríguez, 1994, p. 105). No obstante, el hallazgo en el entorno del cementerio de otras estructuras negativas excavadas en la roca, como son agujeros de poste y una cubeta o silo (Pérez Rodríguez, 1994, p. 104), la naturaleza de los rellenos constructivos que amortizan la *maqbara* y los hallazgos realizados en el antiguo Seminario, no han de excluir no obstante, que nos encontremos frente a una ocupación bastante más antigua, fechable con anterioridad al siglo XI. Sin embargo, los datos disponibles en la actualidad no nos permiten precisar más. Hay que tener en cuenta que los hallazgos reseñados en este trabajo hacen en cualquier caso, factible una datación altomedieval.

### 3. Discusión y análisis

La interpretación del significado de estos hallazgos arqueológicos, hasta un cierto punto de vista inesperados hace pocos años, nos plantea toda una serie de interrogantes y de problemas complejos que deberán ser analizados desde distintas perspectivas, especialmente cuando contemos con ediciones más exhaustivas y completas de estos materiales y se revisen desde una nueva óptica los textos conservados<sup>11</sup>. En esta ocasión nos limitaremos a sugerir algunos planteamientos desde la perspectiva concreta del registro arqueológico disponible para el alto valle del Ebro y su entorno (Quirós Castillo *et alii*, 2010).

Partimos de un escenario fuertemente condicionado por una documentación textual que valoriza, sustancialmente, el conflicto y la oposición entre las formaciones políticas norteñas y andalusíes. Este conflicto estructural, legitimador de las aspiraciones y la acción política de los estados, se ha trasladado de forma más o menos crítica a la historiografía, buscando en la herencia visigoda las bases de la identidad de las formaciones norteñas.

Frente a este planteamiento, que presupone la existencia de estructuras impermeables y permanentemente confrontadas, el registro arqueológico nos obliga a replantearnos esta situación.

Las propuestas interpretativas que se han formulado hasta el momento son quizás aún parciales, puesto que no contamos con una visión de conjunto que permita contrastar la entidad de los hallazgos. Así por ejemplo, en el caso de Zamora, H. Larren y J. Nuño han propuesto que estos materiales podrían documentar bien la presencia precoz de una ocupación andalusí – explicación que podría aplicarse igualmente a los materiales leoneses y de la cuenca del Duero en estudio por parte de J. A. Gutiérrez – bien al comercio de materiales exóticos, como podría ser el caso de la catedral de Zamora (Larren y Nuño, 2006, p. 252). En el caso de Burgos, en cambio, se ha subrayado el papel que habría tenido el intercambio comercial y político por vía diplomática para explicar estos hallazgos (Villanueva *et alii*, 2007, pp. 263, 264).

Quizás la propuesta más articulada ha sido realizada en el ámbito navarro recientemente por J. J. Larrea (2009). Este autor propone un cuadro muy articulado que subraya el papel de la presencia física, política y legitimadora, del estado andalusí en los procesos de jerarquización social interna de la sociedad Navarra, a la que se contraponen otro grupo que desarrolla una identidad y retórica de carácter antiislámico. Este conflicto está en la base de la emergencia hacia el siglo X de la propia monarquía Navarra, de tal manera que este autor caracteriza a los Iñigo en términos de doble legitimidad “emires de uno de los grupos de bárbaros que cobija Dar al-Islam hacia fuera, príncipes cristianos hacia dentro” (Larrea, 2009, p. 308). Sin entrar a valorar en esta ocasión esta sugerente hipótesis, que plantea desde nuestro punto de vista algunos

---

<sup>11</sup> Un ejemplo reciente de esta relectura de la documentación textual puede ser la brillante tesis doctoral de J. Lorenzo (2008), que permanece aún inédita.

problemas relevantes<sup>12</sup>, querríamos analizar desde otra perspectiva el significado de estos hallazgos arqueológicos, poniendo el acento únicamente sobre tres cuestiones.

1. En primer lugar, el hallazgo de estos materiales plantea la existencia de una estructura territorial mucho más compleja de la que habíamos supuesto hasta el momento a la hora de analizar las relaciones entre el estado omeya y los poderes protoestatales del norte.

Los procesos de formación del estado andalusí y de la sociedad islámica han sido analizados esencialmente desde el sur peninsular, a la luz de estudios territoriales realizados en el sureste o en la Bética (p.e. Gutiérrez Lloret, 1996; Salvatierra, 2001; Gómez Becerra, 1998; Castillo Armenteros, 1999), mientras que nuestro conocimiento sobre otros espacios, como son la meseta y el norte peninsular, son mucho más reducidos (p.e. Manzano Moreno, 2006, pp. 245-248).

En los últimos años se están empezando a detectar variantes y procesos más complejos, especialmente a raíz de intervenciones arqueológicas que nos obligarán a replantearnos aspectos básicos de las formas de articulación social y política del territorio durante los siglos VIII-X. Las transformaciones de los paisajes rurales madrileños (y probablemente de la parte meridional de la cuenca del Duero) que se observa a partir del 750 ca. mediante la despoblación de redes de aldeas y la concentración en centros protourbanos del campesinado, han de relacionarse con la afirmación de formas de dependencia social propias de formas estatales, tal y como hemos planteado en otra sede (Quirós Castillo y Vigil-Escalera, 2006). En estos sectores peninsulares se observa como se produjo de forma muy rápida una transformación profunda en términos poblacionales, políticos, pero también culturales.

Quizás uno de los casos más significativos donde se observa esta transformación es en los cementerios meseteños. En los últimos años se han identificado en varios yacimientos de la meseta cementerios en uso desde los siglos VI y VII en los que se detectan a partir del siglo VIII enterramientos con ritual islámico. Esto podría ocurrir en Cacería de las Ranas en Madrid

(Manzano, 2006, pp. 270, 271) y se testimonia fehacientemente en El Soto en Madrid (Vigil Escalera, 2010). En el ámbito de pocas generaciones el ritual cristiano es sustituido por el ritual funerario islámico, sin que ello haya comportado necesario una migración o sustitución de efectivos.

En la Marca superior Philippe Sénac ha observado como la dinámica de la frontera ha favorecido la fundación desde el siglo X de asentamientos de altura concentrados y fortificados, como el caso de las Sillas (Marcén, Huesca), resultado de un mayor grado de control social a través del proceso de islamización (Senac, 2008, pp. 98-101). De hecho, este autor ha señalado que el modelo propuesto en su día por Bazzana, Cressier y Guichard basado en pequeñas alquerías y castillos de regadío no se puede aplicar a este territorio (Senac, 2009, pp. 132, 133). No obstante, desconocemos aún como se articuló este territorio entre los siglos VIII y X.

En el territorio por nosotros analizado, Pamplona es hasta el momento el único lugar donde tenemos la certeza que en fecha temprana se produjo el asentamiento estable de un grupo andalusí. Esta forma de ocupación, en la que se puede intuir la presencia de militares, es probablemente similar a la que se produjo durante el siglo VIII en León y quizás Zamora. En cualquier caso, en el alto valle del Ebro no se reconoce una lógica de tipo estatal en la modelización de los paisajes altomedievales, de tal manera que la presencia andalusí en nuestro territorio no incidió de manera similar a la del área madrileña o de sectores del Duero. En nuestro territorio, los registros arqueológicos disponibles muestran la existencia a partir del siglo VIII de una profunda reestructuración territorial en términos de maduración política de una nueva élite, que se hace patente a través de la creación de redes de aldeas y de nuevos centros de poder (Quirós Castillo *et alii*, 2010). A partir de mediados del siglo IX, y especialmente ya en el siglo X se manifiestan las consecuencias de la consolidación de nuevas élites territoriales que se concretan en fenómenos como la transformación de las aldeas, la construcción de castillos “de tercera generación” y otros cambios socioeconómicos en los paisajes del valle del Zadorra o del alto valle del Ebro<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> En particular en lo que se refiere a la cuestión de la estructura territorial y de las formas de articulación de los poderes (Larrea, 2009, pp. 303-307).

<sup>13</sup> Para el caso alavés, Quirós Castillo y Santos Salazar, 2010; para el cantábrico oriental Quirós Castillo *et alii*, 2010.

Ello no implica, tal y como hemos visto, que la presencia andalusí en nuestro territorio fuese anecdótica o inexistente. Más bien se trata de un elemento dinamizador y complejo que incide a diferentes escalas en la estructura social de los siglos VIII y X, especialmente en el ámbito más próximo a Pamplona. La relevancia adquirida a partir del siglo IX por un grupo familiar más bien modesto en el período de la conquista, como fueron los Banu Qasi tal y como ha mostrado en sus tesis doctoral J. Lorenzo (2008), es un indicador muy significativo.

**2.** Un segundo aspecto que merece la pena tratar es el del papel que desempeñan los materiales hallados en los contextos funerarios del alto valle del Ebro, y especialmente en el ámbito de Pamplona.

De forma previa es preciso señalar que sigue siendo común en nuestro territorio analizar los objetos de adorno personal y otros materiales que aparecen en las tumbas altomedievales desde presupuestos normativistas que definen “facies arqueológicas” (Larrea, 2009, p. 284). Desde nuestro punto de vista este planteamiento, ampliamente superado en términos teóricos y conceptuales (Hallsall, 2005), no es el adecuado para analizar los hallazgos funerarios de nuestro territorio. Aunque los materiales de los siglos VI-VII que encontramos por ejemplo en la aldea alavesa de Aldaieta son similares a los que encontramos en los cementerios urbanos de Argaray o la Casa del Condestable, desempeñan funciones contextualmente diferentes, y no parece adecuado valorarlos en términos comparativos como indicadores cuantitativos de estratificación social interna (Larrea, 2009, p. 304). Desde este punto de vista agrupar las “necrópolis visigodas” o “merovingias” urbanas y rurales en un único mapa, por ejemplo, supone normalizar registros que podrían encerrar distintos significados y funciones.

En Argaray o en la Casa del Condestable, cementerios en uso antes del 711, se observa como en tumbas de ritual cristiano se utilizan objetos andalusíes en el marco de una “estrategia de distinción”, utilizando la afortunada expresión de Walter Pöhl (1998), al menos durante el siglo VIII. De la misma forma que las armas y los elementos de adorno personal de los siglos anteriores eran un instrumento de afirmación en un contexto de competitividad social (Hallsall, 1995), es muy posible que en un momento determinado del siglo VIII los objetos islámicos hayan cumplido esta función

como signos de distinción, al menos por una parte de las élites urbanas. Y esto ocurre en contextos funerarios situados en proximidad de la coetánea *maqbara* en la Plaza del Castillo, donde las tumbas carecen de cualquier ajuar, siguiendo el ritual islámico. La retórica de los signos de poder con los que se celebra en la muerte la preeminencia de los descendientes vivos va a verse modificada en el siglo VIII cambiando los objetos de identificación ideológica de los “francos” o los “visigodos” por la de los nuevos dominadores. Pero no se modifica de forma significativa el mensaje ni el contexto social.

Aparentemente también en contextos rurales como Muruzabal se utilizan materiales andalusíes como instrumentos de distinción en contextos funerarios, aunque probablemente en un período más avanzado (Ramos, 2007). Este hallazgo testimoniaría, pues, que más allá del 700 pervivió el uso de estos rituales funerarios, tal y como se puede observar en otros contextos europeos, y que la Iglesia nunca se opuso al empleo de ajuares o de elementos de adorno personal en las tumbas (Zadora Rio, 2005, p. 18). Más bien, tal y como ha señalado C. La Rocca, lo que cambió progresivamente a partir del siglo VIII fueron las formas de distinción y de afirmación de las élites, que exteriorizaron su estatus de forma creciente a través de la fundación de iglesias, quedando en un segundo plano la escenificación del funeral (La Rocca, 2008).

**3.** El tercer aspecto que querríamos analizar brevemente es el de la circulación de moneda andalusí en nuestro territorio.

Como hemos señalado, el hallazgo de Gasteiz constituye hasta el momento un caso aislado y excepcional. Hay que tener en cuenta, en cualquier caso, que ya desde el siglo VIII Gasteiz no es una aldea cualquiera y cuenta con una estructura económica sofisticada connotada por la presencia de una importante actividad artesanal que difícilmente encontramos en otras aldeas. Esta complejidad aumenta aún en el siglo X (Azkarate y Solaun, 2009) y parece caracterizar varias de las aldeas que, con posterioridad, serán promovidas al rango de villas reales en nuestro territorio.

Resulta, en cambio, más significativo la presencia en el alto valle del Ebro de monedas de plata acuñadas en cecas andalusíes en contextos rurales del siglo X. El

tipo de hallazgos disponibles permite pensar que la moneda andalusí debió de ser bastante común para realizar operaciones de cualquier tipo en nuestro territorio durante este siglo, lo que se observa a través de las manipulaciones y su hallazgo en contextos rurales. Este importante grado de monetarización de la economía rural durante el siglo X es coherente con el tipo de comercialización que conocemos a través de indicadores como la cerámica (Solaun, 2007) en uso en este sectores de este territorio y sería una manifestación más de los procesos de jerarquización territorial y social en marcha. Y aunque las menciones de mercados son extremadamente raras en los textos antes de finales del siglo X o el siglo XI, resulta evidente que la estructura económica rural del alto Ebro (y especialmente la de las élites) era suficientemente compleja como para precisar del uso de este tipo de instrumentos.

No obstante, llama poderosamente la atención el hecho de que estos materiales no se hayan identificado aún en contextos urbanos o en aldeas de una cierta entidad. Es cierto que la práctica totalidad de los hallazgos son ocultaciones o contextos funerarios y que son más bien raras las excavaciones en extensión de espacios domésticos en nuestro territorio. Cabe preguntarse hasta qué punto esta aparente contradicción refleja únicamente el estado de las investigaciones o procesos de mayor calado.

En síntesis, la presencia de materiales andalusíes en el alto Ebro debe entenderse en un contexto no de oposición estratégica, sino de una relación dialéctica y compleja que varía a lo largo del tiempo. Pasa desde la asunción formal de objetos de adorno en el ritual funerario por parte de las élites o el establecimiento por alguna generación de grupos andalusíes en los centros de poder en los primeros momentos, a la existencia de una red de intercambio más intensa durante el período emiral, califal y de taifas (sin excluir los conflictos armados que nos narran las fuentes desde el siglo IX), hasta la oposición frontal a partir del siglo XI, cuando hay otro tipo de formaciones políticas que aspiran a ser excluyentes y hegemónicas. Es entonces cuando del encuentro pasamos al desencuentro y a la oposición.

## Agradecimientos

Se agradece a José Antonio Ocharan Larrondo las informaciones sobre las monedas hispanomusulmanas halladas en Andagoste (Cuartango) y a Alberto Cantó la identificación de las mismas. Cristina Etxebarria nos puso a disposición toda la documentación relativa a las excavaciones del castillo de Burgos y J. A. Gutiérrez González nos facilitó informaciones sobre los materiales que está estudiando en el espacio leonés. Han leído y mejorado notablemente el texto Lorena Elorza González de Alaiza y Alfonso Vigil-Escalera Guirado. No obstante, todos los errores han de atribuirse lógicamente al autor.

## Bibliografía

- ACIÉN ALMANSA, M. (1997) – *Entre el Feudalismo y el Islám. 'Umar b. Hafsûn en los Historiadores, en las Fuentes y en la Historia*, Jaén.
- ANSOLEAGA, F. (1916) – El cementerio franco de Pamplona, *Boletín de la Comisión de Monumentos de Navarra*, vol. 25, pp. 15-23; vol. 26, pp. 71-79; vol. 27, pp. 131-135.
- ARMENDARIZ AZNAR, R. M.; MATERO PÉREZ, R. M. (2009) – Santa María de Zamartze (Uharte-Arakil). Resultados de la intervención arqueológica, *Trabajos de Arqueología Navarra*, vol. 21, pp. 293-315.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, A.; SOLAUN, J. L. (2009) – Nacimiento y transformación de un asentamiento altomedieval en un futuro centro de poder: Gasteiz desde fines del siglo VII d C a inicios del segundo milenio, *The Archaeology of Early Medieval Villages in Europe*, pp. 405-428, Bilbao.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, A. (2004) – ¿Reihengraberfelder al sur de los Pirineos occidentales?, *Sacralidad y Arqueología: Homenaje al Prof. Thilo Ulbert al cumplir 65 años, Antigüedad y Cristianismo*, vol. 21, pp. 389-413.
- BARCELÓ PERELLO, M. (2007) – *El Sol que Salió por Occidente. Estudios sobre el Estado Omeya en al-Andalus*, Jaén.
- BEGURISTAIN, M. A.; ETXEBARRIA, F.; HERRASTI, L. (2001) – Tres tumbas de la etapa hispano-goda en Gomacín, Puente de la Reina (Navarra), *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, vol. 9, pp. 226-277.
- CABALLERO ZOREDA, L.; MATEOS CRUZ, P. (eds.) (2010) – *Visigodos y Omeyas V: El Territorio*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, Madrid.
- CANTÓ GARCÍA, A. (1995) – Al-Andalus: sus monedas, *El zoco*, pp. 35-41.
- CANTÓ GARCÍA, A. (2001) – La moneda hispanoárabe y su circulación por Navarra, *La moneda en Navarra*, pp. 73-82, Museo de Navarra, Pamplona.
- CASTILLOS ARMENTEROS, J. C. (1998) – *La Campiña de Jaén en Época Emiral (s. VIII-X)*, Jaén.



- DAVIES, W. (2002) – Sale, price and valuation in Galicia and Castile-León in the tenth century, *Early Medieval Europe*, vol. 11(2), pp. 149-174.
- DE MIGUEL, M. (2008) – La maqbara de la Plaza del Castillo (Pamplona, Navarra): avance del estudio osteoarqueológico, *Villes et Campagnes de Tarraconaise et d'al-Andalus (VI<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup> siècles): la Transition*, pp. 183-197, Toulouse.
- DOMENEC BELDA C. (2003) – *Dinares, Dirhames y Feluses: Circulación Monetaria Islámica en el País Valenciano*, Alicante.
- ESTEPA, C. (1984) – De fines del siglo IX a principios del siglo XIII, *Burgos en la Edad Media*, pp.21-98, León.
- ESTEPA, C. (1985) – Burgos en el contexto del nacimiento de la ciudad medieval castellano-leonesa, *La ciudad de Burgos*, pp. 23-33, Junta de Castilla y León, Madrid.
- FARO CARBALLA, J. A.; GARCÍA-BARBERENA UNZU, M.; UNZU URMENETA, M. (2008) – La presencia islámica en Pamplona, *Villes et Campagnes de Tarraconaise et d'al-Andalus (VI<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup> siècles): la Transition*, pp. 97-138, Toulouse.
- FARO CARBALLA, J. A.; GARCÍA-BARBERENA UNZU, M.; UNZU URMENETA, M. (2009) – Pamplona y el Islam: nuevos testimonios arqueológicos, *Trabajos de Arqueología Navarra*, vol. 20, pp. 229-284.
- FARO CARBALLA, J. A.; GARCÍA-BARBERENA UNZU, M.; UNZU URMENETA, M.; DE MIGUEL IBAÑEZ, M. P. (2007) – El cementerio islámico de la Plaza del Castillo (Pamplona), *La Tierra te Sea Leve. Arqueología de la Muerte en Navarra*, pp. 249-252, Pamplona.
- FARO CARBALLA, J. A.; UNZU URMENETA, M. (2007) – Necrópolis de la Casa del Condestable (Pamplona), *La Tierra te Sea Leve. Arqueología de la Muerte en Navarra*, pp. 209-212, Pamplona.
- FARO CARBALLA, J. A.; UNZU URMENETA, M.; ARMENDARIZ AZNAR, R. M.; MATEO PÉREZ, M. A. (2007) – Necrópolis de San Esteban (Beriáin), *La Tierra te Sea Leve. Arqueología de la Muerte en Navarra*, pp. 227-232, Pamplona.
- FRANCISCO OLMOS, J. M. (2002) – El nacimiento de la moneda en Castilla. De la moneda prestada a la moneda propia, *I Jornadas Científicas sobre Documentación Jurídico-Administrativa, Económico-Financiera y Judicial del Reino Castellano-Leonés (siglos X-XIII)*, pp. 309-348, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- GARCÍA DE CORTAZAR, J. A. (2008) – Movimientos de población y organización del poblamiento en el cuadrante noroeste de la Península Ibérica (ca. años 700-1050), *Movimientos Migratorios, Asentamientos y Expansión (siglos VIII-XI). En el Centenario del Profesor José María Lacarra, XXXIV Semana de Estudios Medievales*, pp. 105-154, Pamplona.
- GARCÍA SANJUAN, A. (2006) – El concepto tributario y la caracterización de la sociedad andalusí: treinta años de debate historiográfico, *Saber y Sociedad en al-Andalus. IV-V Jornadas de Cultura Islámica Almonaster la Real (Huelva)*, pp. 81-152, Huelva.
- GÓMEZ BECERRA, A. (1998) – *El Poblamiento Altomedieval en la Costa de Granada*, Granada.
- GUICHARD, P. (1976) – *Al-Andalus. Estructura Antropológica de una Sociedad Islámica en Occidente*, Barcelona.
- GUICHARD, P. (1990-1991) – *Les Musulmans de Valence et la Reconquête (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*, Damasco.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1996) – *La Cora de Tudmir de la Antigüedad Tardía al Mundo Islámico. Poblamiento y Cultura Material*, Madrid-Alicante.
- HALLSALL, G. (1995) – *Early Medieval Cemeteries. An Introduction to Burial Archaeology in the Post-Roman West*, Glasgow.
- KIRCHNER, H., Ed. (2010) – *Para una Arqueología Agraria, Perspectivas de Investigación sobre Espacios de Cultivo en las Sociedades Medievales Hispánicas*, British Archaeological Reports, International Series 2062, Oxford.
- LA ROCCA, C. (1998) – Donare, distribuire, spezzare. Pratiche di conservazione della memoria e dello status in Italia tra VIII e IX secolo, *Sepolture tra IV e VIII secolo*, pp. 77-87, Mantova.
- LACARRA DE MIGUEL, J. M. (1980) – Acerca de las fronteras en el Valle del Ebro (siglos VIII-XII), *España Medieval*, vol. 1, pp. 181-191.
- LARREA CONDE, J. J. (2009) – Construir un reino en la periferia de al-Andalus: Pamplona y el Pirineo occidental en los siglos VIII y IX, *Symposium Internacional: Poder y Simbología en Europa. Siglos VIII-X*, pp. 279-308, Gijón.
- LARREN IZQUIERDO, H.; NUÑO GONZÁLEZ, J. (2006) – Cerámicas pintadas andalusíes en al Ciudad de Zamora, *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, pp. 244-255, Mértola.
- LORENZO JIMÉNEZ, J. (2008) – *La Dawla de los Banu Qasi. Origen, Auge y Caída de un Linaje Muladí en la Frontera Superior de al-Andalus*, Universidad del País Vasco.
- MANZANO MORENO, E. (2000) – La construcción histórica del pasado nacional, *La Gestión de la Memoria. La Historia de España al Servicio del Poder*, pp. 33-62, Barcelona.
- MANZANO MORENO, E. (2006) – *Conquistadores, Emires y Califas. Los Omeyyas y la Formación de al-Andalus*, Barcelona.
- MEZQUIRIZ, M. A. (1965) – Necrópolis visigoda de Pamplona, *Príncipe de Viana*, vols 98, 99, pp. 107-131.
- NAVASCUÉS, DE PALACIO, J. (1976) – Rectificaciones al cementerio hispano-visigodo de Pamplona, *Príncipe de Viana*, vols 142, 143, pp. 107-132
- OCHARÁN LARRONDO, J. A. (2009) – La circulación de moneda en Álava hacia al año 1000, *Kobie (Serie Paleoantropología)* vol. XXVIII, pp. 247-254
- OCHARÁN LARRONDO, J. A. (2010) – Circulación en Álava de moneda anterior a las primeras emisiones castellanas, *XIII Congreso Nacional del Numismática*, Cádiz.
- OLMO ENCISO, L. (1998) – *Actuación en la Fortaleza del Castillo de Burgos. Información Complementaria a la Excavación Arqueológica Junio/Septiembre 1997 Fase I. Memoria*, Informe inédito depositado en el Servicio Territorial de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León, Burgos.
- ORTEGA MARTÍNEZ, A. M. (1994) – *Propuesta de Actuación en el Parque del Castillo de Burgos*, Informe inédito depositado

- en el Servicio Territorial de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León, Burgos.
- PÉREZ RODRÍGUEZ, F. J. (1994) – *Informe. Seguimiento y Excavación Arqueológica en el Mirador del Castillo de Burgos*, Informe inédito depositado en el Servicio Territorial de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León, Burgos.
- PÖHL, W. (1998) – Strategies of distinction, *Strategies of Distinction: The Construction of Ethnic Communities, 300-800. The Transformation of the Roman World*, vol. 2, pp. 1-15, Leiden.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. Ed. (2009) – *The Archaeology of Early Medieval Villages in Europe*, Bilbao.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2007) – Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del Norte Peninsular, *Territorio, Sociedad y Poder. Revista de Estudios Medievales*, vol. 2, pp. 63-86
- QUIRÓS CASTILLO, J. A.; VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2006) – Networks of peasant villages between Toledo and *Uelegia Alabense*, North-western Spain (V<sup>th</sup>-X<sup>th</sup> centuries), *Archeologia Medievale*, vol. XXXII, pp. 79-128.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A.; SANTOS SALAZAR, I. (2010) – I villaggi medievali nell'alto Ebro alla luce dei testi e dell'archeologia. L'emergenza dei leader dei villaggi e l'articolazione dei poteri territoriali nel X secolo, *Villaggi, Comunità, Paesaggi Medievali*, Bologna.
- RAMOS AGUIRRE, M. (2006) – Saratsua (Muruzábal), *Bajo el Camino. Arqueología y Mineralogía en la Autovía del Camino*, pp. 117, 118, Pamplona.
- RAMOS AGUIRRE, M. (2007) – Necrópolis de Saratsua (Muruzábal), *La Tierra te Sea Leve. Arqueología de la Muerte en Navarra*, pp. 199-202, Pamplona.
- RUIZ DE MARCO, A.; SANTAMARÍA, J. E.; BALADO, A.; HERRÁN, J. I.; ARELLANO, O. L.; HERAS, E.; LERÍN, M.; BARRIO, R.; VEGA D.; TARANCÓN GÓMEZ, J.; ESCRIBANO, M. C. (1989-1990) – Las necrópolis de rito islámico en Castilla y León, *Numantía*, vol. 4, pp. 207-218.
- SALVATIERRA CUENCA, V. (2001) – *La Crisis del Emirato Omeya en el Alto Guadalquivir. Precisiones sobre la Genealogía de la Rebelión Muladí*, Jaén.
- SALVATIERRA CUENCA, V.; CANTÓ A. (2008) – *Al-Andalus. De la Invasión al Califato de Córdoba*, Madrid.
- SENAC, P. (2008) – Paysans et habitats ruraux de la Marche Supérieure d'al-Andalus: les données des textes et de l'archéologie, *Movimientos Migratorios, Asentamientos y Expansión (siglos VIII-XI). En el centenario del profesor José María Lacarra, XXXIV Semana de Estudios Medievales*, pp. 77-104, Pamplona.
- SENAC, P. (2009) – *Un "Village" d'al-Andalus aux Alentours de l'An Mil. La Sillas (Marcén, Province de Huesca)*, Toulouse.
- SOLAUN, J. L. (2005) – *La Cerámica Medieval en el País Vasco (siglos VIII-XIII)*, Vitoria-Gasteiz.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2010) – *Escenarios de Emergencia de un Paisaje Social y Político Altomedieval en el Interior de la Península Ibérica durante la Quinta Centuria: Cerámica, Necrópolis Rurales y Asentamientos Encastillados*, Universidad del País Vasco.
- VILLANUEVA, O.; MORATINOS, M.; PALOMONIO, A. L.; SANTAMARÍA, J. E., (2006) – Burgos en torno al año mil. Relaciones entre la Villa Condal de Castilla y al-Andalus, *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, pp. 256-265, Mértola.
- WICKHAM C. (2003) – Introduzione : tesori nascosti e tesori esposti, *Tesoro: Forme di Accumulazione della Ricchezza nell'Alto Medioevo (Secoli V-XI)*, pp. 9-18, Roma.
- ZADORA RIO, E. (2005) – L'historiographie des paroisses rurales à l'épreuve de l'archéologie, *Aux Origines de la Paroisse Rurales en Gaule Méridional IV<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> siècles*, pp. 15-23, Toulouse.
- ZOZAYA J.; LARREN IZQUIERDO H.; GUTIÉRREZ A.; DE MIGUEL F. (2009) – Primeros Asentamientos Andalusies en el "Yermo" del Valle del Duero, *IX Congreso Internazionale AIECM2*, Venecia.

# SANTIDAD Y REALEZA: THOMAS BECKET EN LA CORTE CASTELLANA DE ALFONSO VIII (1158-1214)

Gregoria Caveró Domínguez\*

## Resumo

A realeza foi um dos focos difusores, senão o único, do culto do mártir inglês S. Tomás Becket. Foi especialmente entre a corte castelhana que o culto se divulgou, por ser a rainha Leonor Plantageneta, esposa de Alfonso VIII, filha do monarca inglês Henrique II, implicado no assassinato do santo cantuariense. Neste artigo pretendemos sublinhar como a divulgação deste culto acompanhou o avanço da conquista cristã para Sul, impulsionado quer pelos reis e nobres, bispos e eclesiásticos em geral, desde Toledo a Sigüenza e desde Sória a Úbeda. Tal osmose inicia-se aquando da instalação do altar a Becket na Catedral de Toledo, sede da igreja hispânica, por similitude a Canterbury, sede da igreja inglesa, liderada por Becket até à altura da sua morte, ali ocorrida.

## Abstract

One of the nuclei, though not the only one, from which the cult of the English martyr St. Thomas Becket disseminated in Spain was the kingship, particularly the Court of Castile, no doubt because of Queen Leonor Plantagenet, the wife of Alfonso VIII and daughter of the English monarch Henry II, who was involved in the murder of the Canterbury saint. The focus of this paper is on highlighting how, as the Christians progressed towards the south, the cult of St. Thomas spread fostered by kings and nobles, bishops and ordinary clergy, from Toledo to Sigüenza and from Soria to Úbeda. Such osmosis started when the altar of Becket was set up in the cathedral of Toledo, the Spanish Primate See, as compared with Canterbury, the English Primate See, governed by Becket at the time of his death, occurred within his cathedral.

Hace algunos años la Dra. Rosa Varela Gomes halló, en la excavación realizada en la alcazaba de la ciudad portuguesa de Silves, una insignia que identificó con una imagen de santo Tomás Becket<sup>1</sup>. Se trata de una representación a caballo, similar a otras que han aparecido en Europa, trasladadas, sin duda, por peregrinos (Spencer, 1998, p. 82). Sin embargo, en este caso se señala explícitamente que pudo haber sido transportada por algún caballero que participase en la lucha contra los musulmanes en la conquista de Silves, en 1189.

El hallazgo arqueológico de la Dra. Varela Gomes explica mi presencia en este congreso, dado que he dirigido un proyecto de investigación sobre la figura del mártir santo Tomás y su difusión en la Península

Ibérica<sup>2</sup>, que puede contextualizar la insignia cantuariense.

Tomás Becket había nacido hacia 1120 y se había educado en el priorato agustiano de Merton, Surrey, con los canónigos regulares, entre 1130 y 1141. Posteriormente completaría su formación en las escuelas de gramática de Londres y París, donde finalizaría su aprendizaje escolar. Su actividad profesional, en el ejercicio de la administración de carácter económico, se inició como contador al lado de un ciudadano londinense, entre 1142-1145. Después entró al servicio del arzobispo Teobaldo de Canterbury, como secretario, puesto que mantuvo durante una década y que dejó al convertirse en canciller de Enrique II en 1155. Esta etapa áulica se desarrolló

\* Instituto de Estudios Medievales, Universidad de León.

<sup>1</sup> Fue incluida en la exposición *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves*, cuyo catálogo aparece publicado en Lisboa, 2001. En la página 145, con el número 244 se señala su identificación y se añade: "É possível que a insignia de Silves tenha sido trazida por cavaleiro que participou na reconquista da cidade em 1248". Posteriormente fue también reseñada, por la misma autora, en *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, *Trabalhos de Arqueologia*, 35, Lisboa 2003, p. 193.

<sup>2</sup> *La difusión del culto a Tomas Becket en la Península Ibérica*, financiado por la Junta de Castilla y León. Referencia LE/08-2002, desarrollado durante los años 2002-2004. Formaron parte del equipo, E. Fernández González, Ana I. Suárez González y F. Galván Freile (+).

Sobre ello puede verse mi artículo, publicado en colaboración con Fernando Galván Freile, "Un proyecto de búsqueda hagiográfica: el culto a Thomas Becket en la Península Ibérica (1173-1230)", *Memoria Ecclesiae*, 24 (2004), pp. 105-108.

hasta el nombramiento de Becket como arzobispo de Canterbury.

Nuestra aportación va a ceñirse al reinado de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214), casado con Leonor Plantagenet, hija de Enrique II, monarca al que se ha involucrado en el asesinato del arzobispo de Canterbury, su antiguo canciller. Como en su día señalara Julio González, fue la reina Leonor quien más se ocupó de honrar la memoria de Tomás Becket en el reino de Castilla. Su primera intervención directa se produjo en 1179, año en que se celebró el III concilio de Letrán, donde se apostaría por la reivindicación y triunfo de la autoridad eclesiástica (González, 1960, p. 373), punto de fricción más significativo entre el monarca inglés y el primado cantuariense.

### 1. Enrique II, Thomas Becket y Leonor Plantagenet, reina de Castilla

En 1154 comenzaba su reinado Enrique II Plantagenet, que casaría con Leonor de Aquitania, titular de este ducado. Un año después el monarca elegiría como canciller regio a Thomas Becket; parece ser que por mediación o a petición del obispo Teobaldo de Canterbury, primado de Inglaterra, de quien Becket fue secretario los años anteriores. Ambos, canciller y prelado, formularían una misma línea de actuación respecto a la iglesia de Inglaterra.

Cuando en 1161 moría el arzobispo Teobaldo de Canterbury, siempre fiel a la obediencia romana y gran defensor de Alejandro III, para sucederle, el propio Enrique II propuso a su canciller Becket, que había sido arcediano de Canterbury. En la primavera de 1162, Becket era ordenado sacerdote y consagrado como nuevo arzobispo de la sede primada de Canterbury. Fue el comienzo, sin duda ya fraguado anteriormente, del enfrentamiento entre el rey su excanciller.

El conflicto entre Enrique II y Tomás Becket no está alejado del que, conocido como enfrentamiento por el *dominium mundi*, sostuvieron el emperador Federico Barbarroja y el papa Alejandro III, dentro del llamado conflicto entre *Sacerdocio e Imperio*, pero con características particulares. El enfrentamiento entre el monarca inglés y el primado de Canterbury se extendería hasta la muerte del arzobispo cantuariense, en 1170.

Las *Constituciones de Clarendon*, de 1164, dejaban clara la postura de Enrique II y la actitud de Becket: el primero, a favor del intervencionismo regio sobre la justicia eclesiástica, como árbitro legítimo del poder temporal; y el segundo, defensor de la independencia canónica, apoyada sobre la primacía papal. La actitud de Tomás Becket contra la postura regia, se tradujo, de inmediato, en su huida del país y el exilio en Francia. Enfrentamientos y reconciliaciones, posturas cada vez más enconadas con el arzobispo de Canterbury en el destierro y que era apoyado sin reservas por Alejandro III, suscitaron unas cada vez más difíciles relaciones entre el monarca Plantagenet y la corte pontificia. Cada uno de ellos buscaba aliados por su parte.

Tras años difíciles, se acercaron posturas en el verano de 1170, y Becket volvió a Canterbury como arzobispo primado y legado pontificio. Sin embargo, antes de finalizar el año, el 29 de diciembre de 1170, Tomás sería asesinado dentro de la propia catedral cantuariense, a manos de personas próximas al círculo regio, es decir nobles del séquito de Enrique II<sup>3</sup>. Así nacía un mártir mientras Canterbury se convertía en un atractivo centro de peregrinación. Tomás mártir adquiriría un marcado carácter taumatúrgico y atraería a Canterbury a muchos enfermos, especialmente a los que padecían enfermedades dérmicas, en busca de curación. El 21 de febrero de 1173, el citado pontífice Alejandro III declaraba su canonización oficial. Peregrinos, milagros y reliquias se aliaron para agilizar la rápida difusión de un culto que ahora se convertía en oficial.

Al binomio Enrique II y Tomás Becket debemos añadir, en nuestra aportación, a Leonor Plantagenet, nacida en la normanda Dromfront, en 1160, y que era hija de Enrique II Plantagenet y Leonor de Aquitania. Era la sexta hija del matrimonio, si bien su madre había tenido anteriormente otras dos hijas con Luis VI de Francia (Márquez de la Plata y Valero Bernabé, 2000, p. 152). Dice J. González que es probable la mediación del rey de Aragón, pariente del rey Enrique II de Inglaterra, en las negociaciones matrimoniales, poniéndola en relación con la estancia de Alfonso VIII en Almazán a comienzos de 1170 y la posterior pre-

<sup>3</sup> Para un acercamiento a Tomás Becket, remitimos a los estudios básicos sobre su figura: Foreville, R., 1970 y Knowles, D., 1980, y a la revista *Hagiographica*, VII, 2000, pp. 3-16, 17-33 y 35-46.

sencia del rey castellano en Aragón (González, 1960, vol. I, p. 188).

Leonor Plantagenet, duquesa de Gascuña y condesa de Poitiers, fue conducida hasta Burdeos, donde, acompañada por Leonor de Aquitania, su madre, recibió a la delegación castellana que fue enviada para recibirla y trasladarla a este lado de los Pirineos. En dicha delegación iba don Cerebruno, arzobispo de Toledo, y otros prelados castellanos; asimismo en ella estaban distintos nobles, especialmente don Nuño, de la casa de Lara, que había sido regente de Alfonso VIII durante una parte de su minoridad. Don Cerebruno y Nuño Pérez de Lara, ya en la última fase de su vida, estarán especialmente ligados al nuevo matrimonio en sus primeros años.

Llegó Leonor a Castilla en 1170, el mismo año de la muerte del primado cantuariense, para casarse con el monarca castellano Alfonso VIII. En septiembre de dicho año, el citado monarca expide diplomas junto a la reina Leonor (Martínez Díez, 2007, p. 41). Desde este momento la corte castellana entroncaría con la monarquía inglesa y la fecha de 1170 uniría a Enrique II, Tomás Becket y Leonor Plantagenet. Esta última y Alfonso VIII difundirían el culto al mártir Tomás por todo su reino de Castilla.

## **2. Alfonso VIII y el avance cristiano hacia el sur: su relación con el culto a Tomás cantuariense**

Tras una larga minoría de edad, el monarca castellano, hijo de Sancho III y nieto del emperador Alfonso VII, tomó las riendas del reino en 1169. Recuperar la lucha antiislámica fue uno de sus primeros y significativos objetivos, sin duda para recuperar plazas, ya conquistadas y perdidas (como el caso de Cuenca), o simplemente para consolidar el avance reconquistador hacia el sur. Tres hitos bélicos van a servirnos para nuestro análisis, en esos enfrentamientos contra los musulmanes: Cuenca, Alarcos y las Navas de Tolosa. En todos ellos nuestro interés será fijar los puntos de contacto con la difusión del culto a Tomás Becket; tanto la monarquía como la nobleza y el sector eclesiástico coincidirían en los esfuerzos bélicos pero también en la consolidación del culto al mártir inglés.

Nos acercamos, en primer lugar, al sitio de Cuenca. La ciudad estaba en manos islámicas desde la derrota sufrida por Alfonso VI en Uclés a manos de los

almorávides, en 1108. Desde los comienzos de su reinado, incluso durante la minoría de Alfonso VIII, se había intentado recuperar la ciudad y su fortaleza; de hecho en 1172, bajo la dirección de Nuño Pérez de Lara, se había puesto cerco sin conseguir su incorporación. Unos años después, en 1177, volvió a ser objeto de atención por parte de la monarquía castellana, que organizó su asedio (Guglielmi, 1980, pp. 104-114). Rodrigo Jiménez de Rada lo expresa de forma vehemente:

*...asedió Cuenca, bastión de los árabes, y con muchos trabajos los estrechó; levantó en derredor muchos ingenios y ni de día ni de noche respiró les dio... El nombre del rey Alfonso bloqueó el mar y su aureola paralizó a los caminantes hasta que se le entregó la fortaleza de Cuenca y sus torres se le sometieron. Sus roquedales se hicieron accesibles y su escabrosidad, llanura. La consiguió tras muchos trabajos y la convirtió en ciudad regia* (Jiménez de Rada, 1989, pp. 296, 297).

Largo y difícil, el sitio de Cuenca reunió a nobles y prelados en torno al monarca, que dirigió la hueste personalmente. El asedio se inició desde los comienzos del año 1177 para finalizar con el verano de dicho año. Allí estuvieron los prelados de Ávila y Sigüenza, de Burgos y Palencia, de Segovia y Osma; y, sobre todo, allí estaba el metropolitano y primado de Toledo, don Cerebruno, anterior obispo de Sigüenza, caracterizado como hombre muy activo e implicado en tareas bélicas, culto y prudente, muy cercano al propio Alfonso VIII.

También en el sitio de Cuenca se hallaban también los nobles más destacados, especialmente los de la Casa de Lara. Así allí encontramos a don Pedro Manrique de Lara, cuyo padre, el ex regente don Manrique, había muerto en la campaña de Huete; y especialmente a su tío don Nuño Pérez de Lara, igualmente ex regente, que moriría precisamente en el asedio conquense, a finales del mes de agosto (Martínez Díez, 2007, p. 108).

Así pues, en el largo sitio de Cuenca se hallaban Alfonso VIII, don Cerebruno y Nuño Pérez de Lara, a quienes nosotros identificamos como difusores del culto a santo Tomás Becket. En el mes de julio de 1177, Nuño Pérez, junto a la condesa Teresa su mujer, fundó una capellanía, y su propio aniversario, dotando

el altar de Santo Tomás construido por ellos mismos en la catedral de la sede primada de Toledo; y lo hicieron con el permiso del prelado titular, don Cerebruno. La dotación incluye las propiedades que tienen en Alcabón, incluido el ganado, y las casas del judío Zocodover en la ciudad de Toledo, situadas junto al alcázar. Los condes fundadores expresan que las rentas que tales bienes produzcan serán destinadas al servicio del altar, en el cual se mantendrán luminarias día y noche; pero igualmente con dichas rentas se atenderá al capellán que servirá dicha capilla. Puesto que se trata de la catedral de Toledo, finalmente los condes indican que ha de reservarse una pequeña cantidad de las rentas para el cabildo en el día de la celebración del aniversario. El diploma de concesión está datado “in obsidione Conche”, reinando “Aldefonso in Toletto et in Extremadura et in Castella cum Regina Alienore uxore sua” (Hernández, 1985, doc. 180, p. 173; Barton, 1997, appendix 3, XVII, p. 328). Entre los confirmantes se hallan varios condes y preladados, entre los que vemos a Joscelmo, obispo de Sigüenza.

El lugar de Alcabón está situado a unos 40 kms. de la ciudad de Toledo, próximo a Torrijos. Su iglesia tiene como titular a santo Tomás de Canterbury, celebrándose su festividad el 29 de diciembre. Alcabón perteneció a la iglesia catedralicia de Toledo, por supuesto debido a la presencia del altar cantuariense de 1179, hasta la segunda mitad del siglo XV, que sería vendido.

El conde Nuño, don Cerebruno, Alfonso VIII y Leonor Plantagenet intervinieron de forma directa en la introducción del culto en la sede de Toledo, tal como se deduce del diploma anterior. El primer dato que llama la atención es que se trate de la sede primada, Toledo, porque parece emular la sede cantuariense, de la que era primado Becket, en cuya catedral murió decapitado en 1170. El segundo es que al frente de la citada capilla toledana se colocara a un capellán, “W(illielmus)”, que parece ser de origen ultrapirenaico, como la reina Leonor y don Cerebruno: “Guillelmus capellanus comitis Nunonis et comitisse Tharesie scripsit”; además de capellán, el clérigo *Guillelmus* ejercía de *scriptor* en la cancillería condal. El tercero es que la fundación de la capilla se realiza en el sitio de Cuenca, frente a los musulmanes, que es lo mismo que sucedía en la conquista de Silves, donde se encontró la insignia

del cantuariense, si bien aquí estamos en 1185, momento de dicha conquista.

Podríamos preguntarnos, sin embargo, por la implicación directa de los reyes castellanos, dado que hasta este momento únicamente se percibe su presencia en Cuenca y la constatación de su reinado en la data del diploma. Cerca de dos años más tarde de la fundación del altar por los condes de Lara, en la primavera de 1179, la reina Leonor, que pone su *signum*, en sello de cera, como “Alienoris regine Toleti, Castelle et Extremature”, con su marido, el rey Alfonso VIII, coloca bajo su protección las propiedades de la capilla toledana de Santo Tomás, refiriéndose especialmente a Alcabón:

*Alcauon cum uniuersis pertinenciis suis, uineis, terris, pratis, pascuis, montibus, fontibus, ualibus, fructiferis arboribus et infructuosis, ingressibus et egressibus, omnesque collaces ibidem in presenti populatos uel populandus* (González, 1960, vol. II, doc. 324, pp. 542, 543).

Leonor Plantagenet exime de determinados tributos al capellán Guillermo (W.) y sus sucesores; se trataba de proteger al capellán y a las propiedades entregadas por los condes Nuño Pérez de Lara y Teresa para mantener capilla y capellán:

*Hac igitur ratione compulsa, facio uobis W., eiusdem altaris beati Thome capellano, omnibusque successoribus uestris ibidem Deo sanctissimoque martiri Thome seruientibus, cartam solutionis ac libertatis perpetuo ualituram. Soluo igitur ab omni grauamine domum uestram cum sua hereditate. Mando etiam ut uso uel posteris uestri per totum regnum meum nulli homini detis portaticum, nec aliquis ausus sit in toto termino de Alcauon pignorare uel rapere, uel aliquam uiolentiam facere* (González, 1960, vol. II, doc. 324, pp. 542-543).

En la data, realizada en Toledo, se señala: “secundo anno quod serenissimus rex Aldefonsus per uim Concam optinuit”. Entre los confirmantes se constata a “Cerebrunus Toletanus archiepiscopus et Hyspaniarum primas” (Hernández, 1985, doc. 186, p. 178). Nuevamente se hace alusión a la sede primada de Toledo, al altar de Tomás Becket y al sitio de Cuenca; y, en este caso, la otorgante es la reina Leonor de Castilla, que actúa con el consentimiento de Alfonso VIII.

En enero de 1181, el propio Alfonso VIII, que dice estar acompañado por la reina Leonor, vuelve a tomar bajo su protección los bienes de la capilla beckeriana, refiriéndose otra vez a Alcabón y al capellán Guillermo:

*...pono sub protectione mea totam hereditatem illius altaris Sancti Thome quod es situm in ecclesia beate Marie Toleti, uidelicet, Alcauon cum uniuersis pertinentiis suis, cum uineis, terris, pratis, pascuibus, montibus, fontibus, uallibus, fructiferis arboribus et infructuosus, ingressibus et egressibus, omnesque collaces ibidem in presenti ibidem populatos uel populandos. Hac igitur ratione compulsus facio uobis W., eiusdem altaris beati Thome capellano, omnibusque successoribus uestris idem Deo sanctissimoque martiri Thome seruientibus, cartam solutionis ac libertatis perpetuo ualituram. Soluo igitur ab omni regio grauamine domum uestram cum sua hereditate. Mando etiam ut uso uel posteri uestri per totum regnum meum nulli homini detis portaticum, nec aliquis ausus sit in toto termino de Alcauon pignorare uel rapere nec aliquam uolenciam facere* (González, 1960, vol. II, documentos 355, 603).

Y, en la data, también en Toledo, se vuelve a hacer mención del sitio conquense: “quinto anno quod prefatus rex Aldefonsus Concam” (Hernández, 1985, doc. 191, pp. 182, 183). En este momento don Cerebruno había fallecido ya (Murió el 12 de mayo de 1180, según Francisco de Pisa, 1605, ed. de Madrid, 1974, p. 173), por lo que no aparece suscribiendo el diploma.

Todo ello parece demostrar el interés de afianzar el culto de Becket, ligándolo a la sede primada de Toledo, homóloga de la sede de Canterbury; pero también de acercar el culto del santo mártir inglés a la recuperación de la Cuenca islámica, es decir a la defensa del monarca cristiano frente al dominio islámico. Reyes, arzobispo y nobles parecen conjugar sus esfuerzos en la misma dirección. Todo ello en la década posterior al asesinato de Becket y su posterior canonización pontificia.

Desconocemos el momento en que la catedral primada de Toledo adquirió las reliquias del cantuariense, pero, sin duda, pudo haber sido en estos momentos, para el altar y la capilla a que hemos aludido<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Archivo de la Catedral de Toledo, *Inventario de las reliquias y Alhajas del Sagrario de esta Santa primada Iglesia* (hecho

La capilla cantuariense contó con donaciones de los propios capitulares toledanos, y, al menos hasta 1197, vivió el capellán W. (Guillermo), tal como queda constatado en el testamento de Raimundo, racionero de la catedral de Toledo (Hernández, 1985, doc. 261, p. 240. Recoge una manda que dice: “1 mr. Para W., capellán de Santo Tomás”).

Hemos señalado la presencia de muchos preladados en el asedio de Cuenca; y, por supuesto, no fue únicamente don Cerebruno, como primado de Toledo, el único interesado en el culto a Becket. También se ha indicado que, antes de ocupar la silla primada, don Cerebruno había sido prelado de Sigüenza. Pues bien, su sucesor en esta última sede, Joscelmo (1168-1178), de origen aquitano, participante igualmente en el asedio conquense, también se implicó, y de forma directa, en la expansión del citado culto. Fundó una capilla en la catedral de Sigüenza bajo la titularidad cantuariense; estaba ubicada en el ábside, después de la de San Juan y Santa Catalina. Joscelmo murió poco después del sitio de Cuenca, a comienzos del año 1178 (Minguella, 1910, p. 124); y en 1177 se hace referencia ya a las propias reliquias de Becket que tenía la catedral seguntina.

Antes de finalizar el siglo, hacia 1197, volvemos a tener noticias del culto a Becket en la misma diócesis de Sigüenza, a cuyo obispo don Rodrigo confirma la dotación de la sacristanía de su iglesia el pontífice Celestino III. En el diploma pontificio se señala:

*Omni tempore die ac nocte ardeant septem lampades ante altare beate Marie, et quatuor alie ardeant omni nocte ante alia quatuor altaria scilicet; sancti iohannis baptiste et sancti augustini et sanctorum petri et pauli et sancti thome martiris* (La bula papal, datada en 1197, la recoge Minguella, 1910, vol. 1, pp. 489, 490).

El altar de Santo Tomás mártir se mantenía en la catedral (Muñoz Párraga, *Catedral de Sigüenza*, Guadalajara, 1987) y el obispo don Rodrigo (1192-1221) es quien participó en el desastre de Alarcos al lado del monarca. Minguella señala que, además de sucesor en la silla seguntina, era sobrino de san Martín

por el Exmo. Sr. Don Francisco Antonio Lorenzana, Cardenal y Arzobispo de ella en la visita que principio el día 20 de junio de año 1790, fol. 21r y v. En el inventario se recoge un relicario de plata con reliquias de santo Tomás Cantuariense.

de Hinojosa (Minguella, 1910, vol. I, cap. X, dedicado a su biografía, pp. 175 y siguientes). Sin embargo, en este caso, señalemos que la batalla de Alarcos supuso un gran golpe para la política expansionista de Alfonso VIII y un gran respiro para los musulmanes, que recuperaron distintas plazas otrora ya en manos de cristianos. Por ello, en este caso, la relación entre Becket y el avance hacia el sur se queda únicamente en Sigüenza, capital diocesana que ya conocía el culto al cantuariense desde hacía años.

A la diócesis de Sigüenza pertenecía Almazán, en cuya iglesia de San Miguel hallamos actualmente una placa de piedra, cuyo relieve representa el asesinato de Tomás Becket. Aunque hoy está destinado como frontal de altar, parece haber tenido otras ubicaciones y utilidades. La tradición señala que el relieve procede del palacio de los Hurtado de Mendoza que se encuentra frente a la iglesia de San Miguel, en la misma plaza.

Las tierras sorianas conocieron el culto a Tomás Becket tanto en la capital como en otros núcleos menos importantes, como el citado Almazán. La ciudad de Soria cuenta con una iglesia, bajo titularidad de San Nicolás, hoy en plena ruina, en la que se descubren unas espléndidas pinturas sobre la temática martirial del cantuariense, quizá ya más cercanas a la estética gótica.

Sin duda, el año 1212 y la batalla de las Navas de Tolosa son el cenit de las conquistas alfonsinas a los musulmanes (Con carácter general remitimos a la obra de F. García Fitz, 2005). De hecho salvaron Despeñaperros para adentrarse en las tierras de Jaén. Así lo expresa Jiménez de Rada:

*Nosotros, llegando el tercer día después de la batalla, es decir el miércoles, tomamos el castillo de Vilches y además otros tres, a saber, Ferral, Baños y Tolosa, que hasta el día de hoy los habitan los fieles por la gracia de Dios, y allí nos detuvimos un día. Y partiendo (algunos de) los nuestros hacia la ciudad de Baeza, la encontraron vacía por haber huido los agarenos. Y una vez conocido el desastre de los suyos, se refugiaron en Úbeda, salvo unos impedidos que perecieron a fuego en un templo de los suyos que se llama mezquita. Al saber esto, los reyes y los príncipes decidieron por unanimidad sitiar Úbeda* (Jiménez de Rada, 1989, pp. 324, 325).

Esta “secuela de la batalla”, como la califica García Fitz, llevó a los cristianos a avanzar hacia el sur, con la finalidad de poner en práctica la destrucción. Y, en ese avance, asediaron y conquistaron Úbeda, para abandonarla después (García Fitz, 2005, pp. 76, 77, con un clarificador mapa sobre el itinerario seguido por los ejércitos y la ubicación de las plazas ocupadas).

Posteriormente, en 1213, el asedio de Baeza y la repoblación del castillo de Milagro, acompañadas de una “epidemia de hambre”, permitirían al generoso Alfonso VIII entregar a Rodrigo Jiménez de Rada, veinte aldeas, a perpetuidad, para su iglesia de Toledo.

A medida que descendemos hacia el sur, la difusión del culto a Becket parece ir pareja con la recuperación y colonización de las nuevas tierras. La ocupación de Úbeda y Baeza por Alfonso VIII le han valido a este monarca ser conocido como “Alfonso el que ganó Úbeda” (Martínez Díez, 2007, p. 172). Desde tierras de Soria podemos proyectar la difusión del culto cantuariense hasta Úbeda. Sin duda, la presencia de un colectivo clerical de origen soriano<sup>5</sup> puede explicar que una de las iglesias de Úbeda esté bajo la titularidad de Santo Tomás<sup>6</sup>, a imitación de la soriana dedicada a San Nicolás, donde hemos hallado el culto a Becket. El primer obispo de la Baeza reconquistada, a la que se añadiría Úbeda, fue el soriano y dominico fray Domingo (1226-1248)<sup>7</sup>. El hilo transmisor lo explica muy bien Rodríguez Molina cuanto señala:

*De los veintidós obispos titulares que ocuparon la sede de Baeza-Jaén desde su restauración en el siglo XIII a finales del siglo XV, todos menos seis tienen sus raíces en el área castellano-leonesa. Pese a las reivindicaciones constantes del grupo de canónigos, autodenominados “naturales de Jaén”,... sólo un hijo de la diócesis consiguió la elección en el siglo XIII... intere-*

<sup>5</sup> Véase, al respecto, las consideraciones que hace J. Rodríguez Molina en relación a la importancia y transcendencia de dicho grupo en la diócesis de Baeza-Jaén (Rodríguez Molina, 1994, pp. 275-283).

<sup>6</sup> Las primeras noticias que tenemos de la iglesia o colación de Santo Tomás de Úbeda son del siglo XIV, y nunca se expresa claramente de que Santo Tomás se trata. Véase Rodríguez Molina, 1994, doc. 19, pp. 58-60, datado en 1316; doc. 24, pp. 70-71, datado en 1320, entre otros documentos.

<sup>7</sup> Sobre este prelado, en concreto, y la diócesis de Baeza-Jaén, remitimos al trabajo de J. Rodríguez Molina, 1986, especialmente las pp. 13-34.



*sante al grupo de clérigos sorianos...* (Rodríguez Molina, 1986, p. 275).

Soria, los eclesiásticos procedentes de su tierra, era nuestra referencia para la difusión del culto al mártir Tomás. Desconocemos el momento en que el culto al cantuariense entró en Úbeda. Martín de Ximena, en su catálogo de los obispos jiennenses, al hacer el registro de las iglesias parroquiales de Úbeda, señala:

*La iglesia de SANTO TOMAS CANTVARIENSE tiene un prioradgo e un beneficio simple servidero e tres prestameras. Partense sus rentas como las de Sant Pablo*<sup>8</sup>.

Su situación ruinoso es puesta ya de manifiesto por la historiografía local a finales del siglo XIX, tal como refleja Alfredo Cazabán, al señalar que sólo quedan algunos muros y que la iglesia es una auténtica ruina. Y añade que lo que se conserva de la fábrica es una magnífica capilla, perteneciente al linaje Cobos (Cazabán, 1887, pp. 203, 204).

Un historiador local de comienzos del siglo XX, Miguel Ruiz Prieto, hace un pequeño estudio sobre la iglesia parroquial de Santo Tomás de Úbeda. El mismo señala que la fecha de su fundación es desconocida, aunque las noticias documentales que expone son del siglo XIII; y añade que, en ese momento en que él escribe, sólo quedaba “un paredón circular” de su fábrica. Pero alude a la época de Fernando III señalando que cuando

*tomó la villa de Úbeda, convirtió en templo católico esta iglesia, que debió ser mezquita muy principal, pues que en su demarcación habitaban familias principales de moros, cuyas numerosas viviendas ocuparon muchos de los ricos hombres y caballeros que asistieron a la conquista, y en mayor número que en las demás collaciones”* (Ruiz Prieto, 1906, p. 73).

De Alfonso VIII a su nieto Fernando III, la ciudad de Úbeda consolidaría la conquista cristiana. La configuración de la geografía eclesiástica haría posible la

organización de las colaciones de la urbe, entre ellas la dedicada al santo cantuariense. Ciertamente, ya desde los primeros años del siglo XIV, la colación de Santo Tomás aparece, bien definida y repetidamente, en la colección documental del archivo municipal ubetense (Rodríguez Molina, 1994, por ejemplo el doc. 19, pp. 58-60; el doc. 24, pp. 70, 71; y doc. 103, pp. 285-288).

Al igual que en otros reinos ibéricos, en Castilla, la Iglesia, especialmente los obispos más comprometidos, en plena colaboración con la monarquía, participó en las tareas militares reconquistadoras, dio solidez a las iglesias catedralicias y sus diócesis, y consolidó su poder económico. La corona castellana, con Alfonso VIII, potenció Toledo, cuyos arzobispos serían cancilleres regios castellanos y reivindicarían sin cesar su primacía en la iglesia hispánica. Entre las personalidades eclesiásticas de gran relevancia que hemos implicado está don Cerebruno (1166-1180), obispo de Toledo, natural de Poitiers y hombre próximo a Alfonso VIII; de él se ha destacado su proyección intelectual, su conducta intachable y su gran prudencia. En el Toledo de sus tareas episcopales estuvo, por ejemplo, el traductor Bernardo de Cremona; su actividad fue elogiada por el propio pontífice Alejandro III; y fue especialmente hábil en tareas diplomáticas (Guglielmi, 1980, p. 105).

Señala J. González que el obispo Joscelmo “se impresionó mucho por la muerte de Santo Tomás Cantuariense” (González, 1960, p. 419). Es otro de los prelados colaboradores de Alfonso VIII en tareas militares y cantuarienses. Joscelmo era de origen aquitano y fue obispo de Sigüenza (1168-1178); recordemos que consagró la capilla cantuariense de la catedral de su iglesia. Pero podríamos también referirnos a don Raimundo, tío de Alfonso VIII, obispo de Palencia, que se rodeó de un círculo clerical catalán que le acompañó al venir a Palencia; don Raimundo tendría como sucesor en la iglesia palentina a Tello Téllez de Meneses, que participó en las Navas de Tolosa y fundaría la universidad palentina. Fray Domingo, abad de Huerta fue obispo de Sigüenza. Martín López (1192-1208), Rodrigo Jiménez de Rada, electo de Osma y después arzobispo de Toledo, y una larga nómina dirigieron las viejas y recuperadas sedes catedralicias. Quiero recordar especialmente a Juan, obispo de Osma, de quien dicen los Anales de Sevilla que consagró la mezquita cordobesa, sustituyendo a

---

<sup>8</sup> Ximena Jurado, (ed. de 1991), p. 194. Agradezco a Don Vicente Miguel Ruiz Fuentes, del Excmo Ayuntamiento de Úbeda, la consulta de varias de las obras referentes a la ciudad, especialmente las de finales del siglo XIX y comienzos del XX, que puso a mi disposición.

Rodrigo, obispo de Toledo, que se hallaba en la corte pontificia (Ortiz de Zúñiga, 1978, vol. 1, p. 118).

A través de sus sedes catedralicias, muchos de estos preladados cercanos a Alfonso VIII, sus consejeros y colaboradores militares, asentaron el culto al mártir cantuariense, secundando posiblemente los intereses de la Corona. En algunas sedes catedralicias, sin embargo, su actuación no parece tan directa, y entraron en escena otros eclesiásticos de inferior nivel. De hecho, al igual que aconteció en las catedrales de Toledo o Sigüenza, sucedió también en otras muchas de las sedes del reino castellano, aunque más tardíamente y sin intervención episcopal. Así, hacia 1202, se data una donación a la catedral de Burgos para fundación de dos capellanías (Garrido Garrido, 1983, doc. num. 363, p. 154). En este caso el donante es el arcediano burgalés Mateo que señala dos misas, una “pro peccatoribus” y otra “pro defunctis”; una en el altar de Santo Tomás mártir y otra en el de San Antonio, abad. Ello nos indica que, a comienzos del siglo XIII, la sede burgalesa tenía también un altar dedicado al cantuariense y, por tanto, se le daba ya culto en ella. El estudio de H. Karge sobre la catedral burgalesa localiza dicha capilla cantuariense en la cabecera de la fábrica catedralicia (en la planta con el número 16). Señala que esta capilla, conocida posteriormente como de San Enrique, acogió el tesoro de las reliquias de la catedral<sup>9</sup>.

Actualmente el museo catedralicio cuenta con un precioso brazo relicario de Becket: ¿había llegado en estos momentos o es una adquisición posterior? Documentalmente nada hemos podido constatar. Sí es cierto que, tanto en Toledo como en Sigüenza, se habla de reliquias, lo que hace pensar que había interés por que los altares y capillas de Tomás mártir dispusieran de ellas.

Muy próximas a la monarquía estaban también las órdenes militares. ¿Colaboran también decididamente en tal difusión? Llama la atención las escasas noticias que hemos hallado de caballeros, integrados

en dichas órdenes, que intervinieran decididamente en la fundación o dotación de altares o legados bajo la titularidad del mártir Tomás. Es más, en el área de frontera que hemos seguido en nuestro análisis, no hemos hallado ningún dato al respecto en la documentación alfonsina o de las propias órdenes.

La excepción viene dada, en este caso, por Gutierre Pérez de Reinoso, quien realiza una donación a la Orden de San Juan hacia 1184. El donante es sin duda un freire de la orden porque, realiza la carta “...cum consilium domini Petro de Areis, Hispaniarum prioris, et tocius capituli...” (Ayala, 1995, documentos 148, pp. 328-330). En dicha donación entrega a los sanjuanistas un total de diecisiete heredades, localizadas en distintos lugares, y da la iglesia de Santa María de Reinoso, en la que reglamenta el culto; es en este capítulo en el que ordena que en dicho lugar de Reinoso se celebre la festividad de Santo Tomás cantuariense, al día siguiente de la festividad de San Juan, es decir el 29 de diciembre. Muy alejado de la frontera se encuentra Reinoso, en Burgos, donde veremos, en cambio, a continuación que se halla muy difundido el culto cantuariense al ser la ciudad sede de la corte castellana.

Finalmente queremos aludir a la proyección de la dinámica de difusión del culto a Becket a través de los hijos de Leonor Plantagenet. Sirva de ejemplo el caso de su hija Berenguela, casada con Alfonso IX de León, padres ambos de Fernando III, unificador de los reinos de Castilla y León. Berenguela expidió algunos de los diplomas leoneses que favorecieron dicho culto. En enero de 1195, un canónigo llamado Pedro Franco fundaba una cofradía y un hospital en Astorga bajo titularidad de Santo Tomás Becket (Cavero, 2009); y ese mismo año Alfonso IX de León los tomaba bajo su protección (Cavero y Martín, 1999, doc. 924). Poco tiempo después del matrimonio de Alfonso IX de León con Berenguela de Castilla, ésta les otorgaba también su amparo (Cavero y Martín, 1999, doc. 941).

### 3. Alfonso VIII y el Císter

Podríamos pensar que esa difusión del culto a Tomás Becket, por parte de los monarcas castellanos, únicamente estaría relacionada con el avance hacia el sur. Sin embargo, hay otra línea de difusión de gran alcance. Nos referimos a las fundaciones y colaboración de Alfonso VIII y Leonor con la orden cisterciense; en

---

<sup>9</sup> Así se expresa Karge: “La capilla de Santa María Magdalena se abría al alteral este del brazo sur del transepto (como pareja de la capilla de San Nicolás), pero a partir de 1670 se unificó con la vecina capilla de San Enrique. Esta capilla vecina, que durante la Edad Media estaba consagrada a Santo Tomás de Canterbury y más tarde acogió el tesoro de las reliquias de la catedral...”, Karge, H., 1995, 49 y láminas 54, 55.

primer lugar, con su fundación de Las Huelgas burgalesas; pero también con otros importantes monasterios como el de Huerta, el cenobio cisterciense masculino más significativo de la época de Alfonso VIII.

Queremos recordar, al respecto, la estrecha relación de Becket con los cistercienses, su reclusión temporal en Pontigny (Dimier, 1975, pp. 49-53), cuando hubo de abandonar la sede de Canterbury, y el papel que los monjes blancos tuvieron en la difusión de su liturgia.

Dos puntos de referencia señalan la trayectoria dotacional y fundacional de Alfonso VIII y Leonor Plantagenet. En primer lugar, la abadía francesa de Fontevrault, a la que los monarcas entregaron una renta, para que sirviese por el alma del rey Enrique II. En segundo lugar, la gran fundación femenina y cisterciense de Las Huelgas, en Burgos.

Una magna exposición celebrada en 1998 en el monasterio de Santa María de Huerta, bajo el título *Monjes y monasterios. El Cister en el Medievo de Castilla y León*, ponía de manifiesto la gran expansión del Cister en dicha comunidad autónoma, donde se documentarían hasta medio centenar de fundaciones cistercienses, masculinas y femeninas (Bango Torviso, 1998, p. 18). Muchas de ellas se hicieron con el apoyo de la monarquía. Sería, sin duda, el monasterio de Las Huelgas de Burgos el que centraría toda la atención de Alfonso VIII y Leonor. Comenzó su andadura el 1 de junio de 1187, cuando Alfonso VIII y su esposa, "Alienor", donaban a la abadesa Misol el monasterio, dotándolo con un generoso patrimonio (Lizoain Garrido, 1985, doc. 11, pp. 19-23). Este gran monasterio estaba llamado a ser la cabeza del Cister femenino hispánico; pero adquirió especial protagonismo porque albergaría el gran panteón regio de la corona castellana, donde reposarían, entre otros, los cuerpos de Alfonso VIII y Leonor, y de sus hijos, muchos de ellos fallecidos cuando todavía eran infantes.

¿Dónde se percibe el culto a Becket dentro de las Huelgas? Desconocemos si hubo alguna capilla o altar dedicado al mártir inglés, ni en este ni en otros monasterios seguidores de san Bernardo. En este caso la difusión del culto se produjo con independencia de la monarquía, siguiendo las propias directrices de Cîteaux, especialmente en las últimas décadas del siglo XII. Desde Francia llegaron las normas y el *corpus* litúrgico a desarrollar para la festividad y el culto de

Becket, y se distribuyeron por los reinos hispánicos, desde Navarra a Portugal. Fue precisamente la gran abadía lusa de Alcobaça la que jugó un papel importante en la fabricación codicológica que había de distribuirse. En esa malla de influencia se encontraban Santa María la Real de las Huelgas, Santa María de Huerta y otros monasterios cistercienses de otros reinos hispánicos. Se trataba de la elaboración de códices en los que se integraban calendarios, martirologios, sacramentarios, misales, evangeliarios o libros de canto litúrgico referentes a Thomas Becket.

La Orden trató de aplicar una cierta unanimidad litúrgica interna, por lo que al culto de Becket se refirió, e impuso disciplina a sus monasterios. El propio culto al cantuariense no era una decisión individual de las comunidades monásticas sino una decisión del Capítulo General. Pero en Las Huelgas de Burgos era posible unir la disciplina cisterciense en sus códices litúrgicos con las decisiones y necesidades penitenciales de su monarquía, es decir en un mismo código podía estar el oficio de Becket y la necesidad de realizar oraciones por el monarca Enrique II de Inglaterra, por decisión de su hija Leonor Plantagenet [Museo Arqueológico Nacional, Departamento de Arqueología Medieval Cristiana de España, Ms. exp. 1962 / 73 / 3 (= *MAN 1962/73/3*), f.112r]. De hecho, tal como recoge Julio González en el martirologio de Las Huelgas, donde se halla el oficio de Becket, se recoge la muerte de Enrique II: "Aniuersarii Rex Henrricus maior Anglie secundus. Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> XXVII", que corresponde con el año 1189 (González, 1960, vol. I, p. 191). Así Las Huelgas burgalesas unirán a Enrique II y a santo Tomás Becket.

Sin necesidad de centrarnos únicamente en un monasterio de fundación regia, podemos también descubrir la relación de los monarcas con importantes monjes cistercienses. El caso más significativo es san Martín de Hinojosa, cisterciense, abad de Huerta y prelado también de Sigüenza. Pero en estas relaciones no se descubre, abiertamente, la intencionalidad cantuariense.

Para concluir queremos recalcar la importancia de la difusión del culto a santo Tomás Becket a medida que se producía el avance cristiano sobre el sur islámico. En dicha difusión se implicó toda la familia real, especialmente Alfonso VIII y Leonor, pero también sus

hijos, el futuro rey Enrique I y la reina Berenguela, que extendería el culto también en León, durante el periodo de su matrimonio con Alfonso IX.

Se implicó especialmente el episcopado, que participaba ampliamente en las tareas militares; al ser recuperadas diócesis, la difusión del culto a Becket se extendió como si de un reflejo del norte castellano se tratara.

Es importante ver igualmente la colaboración estrecha de la nobleza, muy singularmente en el caso de Toledo, al ser sede primada hispánica, como Canterbury, sede primada inglesa, en la que desarrolló su actividad Becket y donde murió defendiendo la supremacía de la Iglesia sobre el Rey y su Estado. La catedral de Toledo, regida por el arzobispo Cerebruno, es la primera que registra, documentalmente, un altar dedicado al santo mártir inglés. En segundo lugar, la diócesis de Sigüenza, regida por Joscelmo; uno y otro preladados, de origen ultrapirenaico, colaboraron decididamente en la política militar de Alfonso VIII, especialmente en el asedio de Cuenca.

Además de las sedes catedralicias, la liturgia de Becket en la Península Ibérica debe mucho a los cistercienses, que comparten esfuerzos con los canónigos regulares. Las Huelgas de Burgos, iniciado como monasterio por Alfonso VIII y Leonor, donde fundaron su panteón, y el monasterio de Santa María de Huerta pueden ser ejemplos de una gran expansión de los cistercienses en el último tercio del siglo XII y primeros años del XIII.

## Bibliografía

- AYALA, C. de (1995) – *Libro de los Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)*, Madrid.
- BANGO TORVISO, I. G., Dir. (1998) – *Monjes y Monasterios. El Císter en Castilla y León*, Valladolid.
- BARTON, S. (1997) – *The Aristocracy in Twelfth-Century Leon and Castile*, Cambridge.
- CAVERO DOMÍNGUEZ, G. (2009) – Pedro Franco y el hospital de Santo Tomás de Astorga, *Astorica*, pp. 15-28.
- CAVERO DOMÍNGUEZ, G.; GALVÁN FREILE, F. (2004) – Un proyecto de búsqueda hagiográfica: el culto a Thomas Becket en la Península Ibérica (1173-1230), *Memoria Ecclesiae*, vol. 24, pp. 105-108.
- CAVERO DOMÍNGUEZ, G.; MARTÍN LÓPEZ, E. (1999) – *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, vol. I, León.
- CAZABÁN LAGUNA, A. (1992) – *Apuntes para la historia de Úbeda*, Úbeda 1887, ed. facsimilar en Úbeda, por la Asociación Cultural Ubetense “Alfredo Cazabán Laguna”, Úbeda.
- DIMIER, M. A. (1975) – Henri II, Thomas Becket et les Cisterciens: Thomas Becket, *Actes du Colloque International de Sédieres (19-24 Août 1973)*, pp. 49-54, Paris.
- FOREVILLE, R. (1970) – *Thomas Becket, 1120-1170: Hommes d'Etat Célèbres*, vol. III, Paris.
- GARCÍA FITZ, F. (2005) – *Las Navas de Tolosa*, Barcelona.
- GARRIDO GARRIDO, J. M. (1983) – *Documentación de la Catedral de Burgos (1184-1222)*, Burgos.
- GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia, 35, Lisboa.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2001) – *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves*, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves, Lisboa.
- GONZÁLEZ, J. (1960) – *El Reino de Castilla en la Época de Alfonso VIII*, 3 vols, Madrid.
- GUGLIELMI, N. (1980) – El sitio de Cuenca en la mecánica vasallático-señorial de Castilla, *Cuadernos de Historia de España*, vols LXIII-LXIV, pp. 104-114.
- HERNÁNDEZ, F. J. (1985) – *Los Cartularios de Toledo. Catálogo documental*, Madrid.
- JIMÉNEZ DE RADA, R. (1989) – *Historia de los Hechos de España (Historia de Rebus Hispanie)*, ed. de Juan Fernández Valverde, Madrid.
- KARGE, H. (1995) – *La Catedral de Burgos y la Arquitectura del Siglo XIII en Francia y España*, Junta de Castilla y León, Madrid.
- KNOWLES, D. (1980) – *Thomas Becket*, Madrid.
- LIZOAIN GARRIDO, J. M. (1985) – *Documentación del Monasterio de las Huelgas de Burgos (116-1230)*, Burgos.
- MARTÍNEZ DÍEZ, G. (2007) – *Alfonso VIII, rey de Castilla y Toledo (1158-1214)*, 2ª ed., Gijón.
- MÁRQUEZ DE LA PLATA, V.; VALERO DE BERNABÉ, L. (2000) - *Reinas Medievales Españolas*, Madrid.
- MINGUELLA, T. (1910) – *Historia de la diócesis de Sigüenza y de sus obispos*, Revista de Arch., Bibl. y Museos, vol. 1, Madrid.
- ORTIZ DE ZÚÑIGA, D. (1978) – *Anales Eclesiásticos y Seculares de la Muy Noble y Muy Leal Ciudad de Sevilla*, Madrid, Imprenta Real, reed. Sevilla.
- PISA, F. de (1974) – *Descripción de la Imperial ciudad de Toledo, y Historia de sus Antigüedades, y Grandeza, y Cosas Memorables que en ella han Acontecido, de los Reyes que la han Señoreado y Gobernado en Sucesión de Tiempos, y de los Arçobispos de Toledo, Principalmente los mas Celebrados*, Toledo, 1605, ed. facsimilar en Madrid.
- REAMES, S. L. (2000) – The Remaking of a Saint: Stephen Langton and the Liturgical Office for Becket's Translation, *Hagiographica*, vol. VII, pp. 17-33.

- ROBERTS, Ph. B. (2000) – The Unmaking of a Saint: the Suppression of the Cult of St Thomas of Canterbury, *Hagiographica*, vol. VII, pp. 35-46.
- RODRÍGUEZ MOLINA, J. (1983) – Procedencia Castellano-Leonesa y Extracción Social de los obispos jiennenses (siglos XIII-XV), *El Pasado Histórico de Castilla y León. Edad Media, I Congreso de Historia de Castilla y León*, vol. 1, pp. 275-283, Junta de Castilla y León, Madrid.
- RODRÍGUEZ MOLINA, J. (1986) – *El Obispado de Baeza-Jaén. Organización y Economía Diocesanas (siglos XIII-XVI)*, Jaén.
- RODRÍGUEZ MOLINA, J. (ed.) (1994) – *Colección Documental del Archivo Municipal de Úbeda, II (siglo XIV)*, Granada.
- RUIZ PRIETO, M. (1906) – *Historia de Úbeda*, 2 vols., Úbeda.
- SLOCUM, K. B. (2000) – The Making, Re-Making and Un-Making of the Cult of Saint Thomas Becket, *Hagiographica*, vol. VII, pp. 3-16.
- SPENCER, B. (1998) – *Pilgrim Souvenirs and Secular Badges*, London.
- XIMENA JURADO, M. de (1991) – *Catálogo de los Obispos de las Iglesias Catedrales de Jaén y Anales Eclesiásticos de este Obispado*, ed. facsimil, con estudio e índices de J. Rodríguez Molina y M<sup>a</sup> José Osorio Pérez, Granada.



# INSÍGNIAS DE PEREGRINAÇÃO ENCONTRADAS EM PORTUGAL

Mário Varela Gomes\*

## Resumo

Estudam-se sete insígnias medievais de peregrinação, de dois tipos distintos, provindas do Sul de Portugal, constituindo artefactos que, entre nós, não têm despertado o interesse dos investigadores. Quatro daquelas correspondem a pequenos recipientes (*ampullae*), muito divulgados nos lugares santos, tanto do Próximo-Oriente como do Ocidente Europeu, relacionados com as relíquias de contacto, enquanto duas outras, reproduzem o arcebispo de Cantuária, S. Tomás Becket, e uma constituiu emblema da Ordem de Santiago. As insígnias mencionadas podem relacionar-se com a presença de peregrinos e de cruzados, sendo então consideradas como possuindo propriedades profiláticas e apotropaicas.

## Abstract

Seven pilgrimage medieval badges, of two distinct typologies, found in southern Portugal are artefacts that have not aroused much interest in Portuguese researchers. Four of them are small vessels (*ampullae*), well represented in Middle East and Western Europe holy places, related with contact relics. Two others show the archbishop of Canterbury, S. Thomas Becket and other the insignia of the Santiago Order. The aforementioned badges can be related with the presence of pilgrims and crusades and considered to have prophylactic and apotropaic properties.

*"Uma centena de ampullae  
Sobre o seu chapéu estão fixadas,  
As insígnias do Sinai,  
E as conchas da Galiza,  
E numerosas conchas sobre a sua capa,  
E as chaves de Roma,  
E a Verónica adiante,  
Para que os homens possam saber  
E ver pelas suas insígnias  
O que ele visitou."*

(Tradução de extracto do poema "Pedro o Lavrador" ou "A Visão de William", de William Langland, ca 1362).

## 1. Palavras prévias

Ainda pouco conhecidas em Portugal, as insígnias de peregrinação constituem importantes documentos, não só de carácter sócio-religioso como artístico, mas informam-nos, também, sobre a circulação de pessoas, de bens e de ideias, através da Europa ou entre esta e o Próximo Oriente, como sobre o culto dos santos, assumindo ainda carácter identitário.

Reflexo da devoção individual e do fervor religioso, que indicavam o caminho para a salvação, as peregrinações, com longínquas origens pré e proto-históricas, difundidas por todos os grandes credos religiosos, constituíam a repetição de percursos primordiais, ligados a cosmogonias, mas igualmente os passos de personagens santas, como do próprio Cristo, sobretudo a caminho da Paixão, pelo que deveriam traduzir comportamentos santificados, sem pecado, com renúncia aos bens materiais, vivendo-se tempo de virtude, devoção, meditação e penitência. Elas eram orientadas pelo fascínio e veneração dos sítios e dos personagens sagrados, ou das relíquias, aspecto defendido, entre outros, por São Jerónimo, Santo Agostinho e São Gregório de Tours.

---

\* Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal, mv.gomes@fcs.h.unl.pt).



**Figura 1.** Peregrinos no Caminho de Santiago (1568).

Afonso X, o Sábio, deixou-nos a seguinte definição de peregrino e as causas da sua existência nas *"Las Siete Partidas"* (1256-1263) (Partidas I, título XIV, ley I, p. 498, I tomo) (Rubio Moreno, 1991, p. 225): "... *Peregrino tanto quer dizer estranho que vai visitar o sepulcro de Jerusalém e os outros santos lugares em que nosso senhor Jesus Cristo nasceu, e viveu e foi morto neste mundo, ou que anda em peregrinação a Santiago ou a outros santuários de afastada e estranha terra (...). E as classes destes romeiros e peregrinos são três: a primeira é quando por sua vontade própria e sem recompensa alguma vai em peregrinação a algum destes santos lugares; a segunda é quando o faz por voto ou por promessa que fez a Deus; a terceira quando alguém é levado a fazê-lo por penitência que lhe foi imposta e que tem de cumprir*".

Os "signos de peregrino", que devemos radicar no culto das relíquias, algumas ditas "de contacto", por constituírem ou conterem parte do elemento sagrado, conferiam estatuto próprio aos seus possuidores, sendo ostentados nos chapéus ou nas capas, como provas das viagens realizadas, mas servindo, também, como elemento de prestígio e, mais prosaicamente, como salvo-

conduto, recordação mas, sobretudo, como talismãs, dado acreditar-se possuírem fortes poderes profilácticos e apotropaicos.

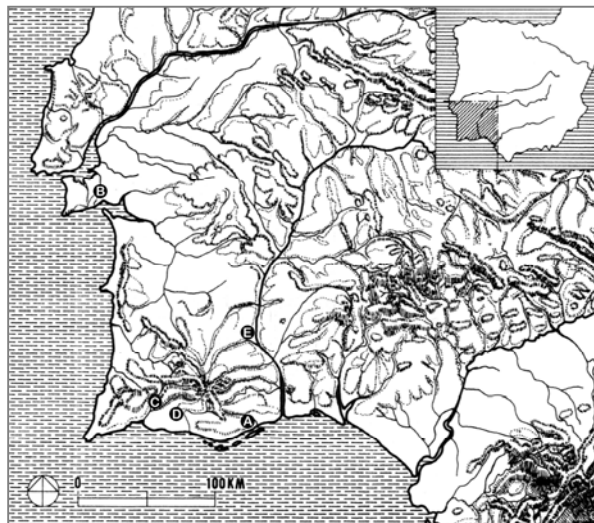
Produzidas e usadas desde meados do século XII e até aos primeiros anos do século XVI, algumas insígnias foram lançadas às águas dos grandes rios (Loire, Sena, Tamisa, Avon), ou depositadas em mananciais, aquando do regresso dos peregrinos, sendo como que devolvidas às origens telúricas do Mundo, de modo a não serem profanadas, enquanto outras foram conservadas em santuários ou nas habitações, havendo ainda bom número que acompanhou os seus possuidores no túmulo, tendo em vista o reconhecimento daqueles por Deus, como tendo realizado a viagem santa, tal exercício penitencial, no Dia do Julgamento Final (Spencer, 1990; Bruna, 1996).

Recentemente W. Anderson (2010, pp. 182, 183, 198) concluiu que muitas das *ampullae*, ou pequenos frascos, com corpo globular achatado e duas asas, de estanho/chumbo, encontradas em Inglaterra e no País de Gales, constituíam a forma dominante das "recordações ou insígnias de peregrino", ali conhecidas a partir do século XIII, mas podendo atingir o século XVI, muitas das quais foram propositadamente danificadas e depositadas nos campos, pelas comunidades rurais, com o objectivo de promover a fertilidade dos terrenos cultivados e proporcionar fartas colheitas, aspecto integrável na prática da bênção dos campos, praticada, embora com variantes, em diferentes pontos da Europa, até tempos recentes.

Uma das insígnias que integrámos no presente estudo corresponde, também, a emblema identificador de ordem militar, a de Santiago, não só ligada ao centro de peregrinação fundado em honra do seu patrono, como ela própria pode ser considerada responsável por o que se denomina de peregrinação militar, ou seja, capaz de proceder a cruzadas contra o infiel, "onde quer que este esteja" (Loxton, 1978, p. 95), tanto na Península Ibérica, como na Terra Santa. Esta atitude reflecte o facto de os muçulmanos terem, desde Maomé, proclamado a *djihad* ou guerra santa, considerando inimigos todos aqueles que professassem outra religião que não a sua, conduzindo à profanação e destruição, em períodos de maior intolerância religiosa, dos principais lugares santos da Cristandade. Assim aconteceu com o Santo Sepulcro, que urgia resgatar com as cruzadas, efectuadas a partir de 1095, ou com a basílica onde se acreditava conservarem-se os restos de Santiago Apóstolo, em Compostela, na



Galiza, arrasada com a cidade e alguns mosteiros, castelos e povoações da região, em 997, por Ibn Abi Amir Almansor. Esta acção foi então considerada, pelo mundo muçulmano, como severa derrota de toda a Cristandade (De la Puente, 2001, p. 16).



**Figura 2.** Localização do achado de insígnias em Portugal. A – Tavira; B Palmela; C – Silves; D – Paderne; E – Mértola.

## 2. Ampulla de Tavira

### 2.1. Proveniência

Identificámos, em 1975, na pequena colecção de objectos romanos e medievais, reunida pelo saudoso Sr. José Agostinho Correia Magro, na sua residência na Quinta do Pinheiro, na Luz de Tavira, pequena *ampulla* metálica, bem conservada e mostrando interessante iconografia<sup>1</sup>.

A “jarrinha” como lhe chamava o saudoso “compadre Agostinho”, sogro de um nosso familiar por afinidade, pela qual, segundo nos confessou, já lhe tinham oferecido bom dinheiro, tinha-lhe sido doada, havia muitos anos, pelo Sr. Madeira, de Tavira, entretanto falecido. Este tê-la-ia encontrado aquando da demolição do arco de portão de antiga fábrica, situada na zona oriental da cidade mencionada.

Tentámos, ainda, reconhecer o local do achado e, com o “compadre Agostinho”, chegámos a falar com os filhos do Sr. Madeira, embora em vão, pois não conse-

<sup>1</sup> Pertencem a esta mesma colecção dois numismas, cunhados em Balsa e em Ossónoba, que, há anos, demos a conhecer (Gomes e Gomes, 1981-1983).

guimos obter quaisquer novas informações sobre este assunto.

### 2.2. Descrição

Apresenta forma típica das *ampullae* metálicas, reproduzindo miniaturalmente um cantil ou garrafa de peregrino, sendo constituída por corpo subcilíndrico, mostrando duas faces planas decoradas, gargalo alto, com secção hexagonal, onde se colam duas pequenas asas opostas, de perfil semicircular. Estas serviam, sobretudo, para a suspensão do pequeno recipiente.

Foi fundida, possivelmente em liga de chumbo e estanho, a partir de duas valvas simétricas, sendo as metades assim obtidas, soldadas ao longo do seu perímetro, conforme denuncia mal disfarçada aresta resultante daquela ligação. Alguns moldes para a produção de tais recipientes, encontrados em Inglaterra (Kent, York, Exeter), foram produzidos em rochas de grão fino, como o mármore (Anderson, 2010, p. 185).

Apresenta cor cinzenta escura, própria do material em que foi fundida, quando oxidado, com as superfícies bastante pátinadas, mostrando apenas pequenas áreas corroídas, nomeadamente no bordo. Não se detectaram restos de pintura ou de dourado, que se conhecem em alguns exemplares semelhantes.

Mede 0,065 m de altura total, 0,036 m de largura máxima e 0,018 m de espessura.

As duas faces do corpo, que denominaremos anverso e reverso, foram decoradas, com motivos definidos por linhas em relevo.



**Figura 3.** Ampulla de Tavira (fotos M. V. Gomes, R VIII/76-15, 16).

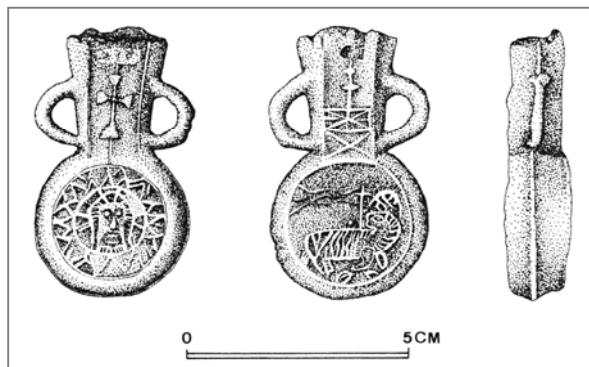


Figura 4. *Ampulla* de Tavira (Des. de M. de Sousa).

O anverso oferece, ocupando quase toda a superfície do corpo do recipiente, composição centrada por cabeça de Cristo, inscrita em nimbo crucífero, por sua vez rodeado por esplendor radiado e também inserido em círculo, que delimita toda a composição. A cabeça é muito sintética, com a face vista de frente, apresentando contorno sub-rectangular, onde se reconhecem os olhos, o nariz, a boca e o queixo, embora sem grande pormenorização. Uma linha curva, emoldurando a face, indica o limite do cabelo, longo e representado por pequenos traços paralelos. Também se observa a barba, representada do mesmo modo que o cabelo.

O anverso exhibe, ainda, sobre o gargalo, cruz com as extremidades dos braços triangulares ou patada. Junto ao bordo detecta-se estreita cartela, rectangular, que poderá ter contido inscrição actualmente irreconhecível. A cruz referida encontra-se ligada, através de dois segmentos rectos, tanto à cartela mencionada como à composição acima descrita.

O reverso contém representação de *Agnus Dei*, algo esquemático, embora simulando certo movimento, integrado em círculo. O Cordeiro de Deus apresenta a cabeça voltada para trás, uma das orelhas erguidas e olho de forma amendoada, enquanto a pelagem foi figurada através de traços sub-paralelos. Um dos membros dianteiros encontra-se semi-erguido. Sobre a cabeça observa-se auréola ou resplendor, com cruz inscrita, e, no dorso, espada cravada a que se liga flâmula, ondulante e disposta horizontalmente.

No gargalo reconhece-se elemento rectangular, com a mediana e ambas diagonais marcadas, sobre o qual existe representação, sintética, de espada.

A figura rectangular foi unida ao círculo que envolve o *Agnus Dei*, através de duas linhas cruzadas e, junto ao

bordo, identificam-se os restos do que parece ser uma cartela, idêntica à registada no anverso.

Este recipiente não conservou a tampa, que seria de cortiça, madeira ou metal, selada por cera.

### 2.3. Comentário

As *ampullae* são recipientes de pequenas dimensões, utilizados pelos primeiros cristãos, ligados ao culto das relíquias, sendo neles recolhido e transportado o sangue de santos e mártires (*ampullae sanguinis*), mas também óleos consagrados, unguentos, perfumes ou água santa e, até, terra.

Aqueles elementos procediam de locais sagrados, habitualmente visitados por peregrinos, como recordação de tais viagens, mas acreditando-se que possuíam virtudes taumátúrgicas, nomeadamente propriedades curativas e apotropaicas, crenças e práticas descritas por São Gregório de Tours, no século VI (*Miraculorum, libri VII*).

As *ampullae* sugerem, dado tanto as formas como os conteúdos para que eram produzidas, entroncarem na longínqua manufactura de recipientes em miniatura, que serviram como contentores de essências ou perfumes, óleos aromatizados e de medicamentos, conhecidos por *alabastra*, *lekythoi* ou *unguentaria*, entre fenícios, cartagineses, gregos e romanos, registando-se, em Plauto, o termo *ampulla* (Camilli, 1999, pp. 9, 10).

Nos tempos paleocristãos foram mais comuns as *ampullae* de cerâmica, fabricando-se outras de vidro ou de metal, em geral com corpo globular, gargalo alto e duas pequenas asas para suspensão.

Foram muito divulgadas, em todo o Mediterrâneo, as *ampullae*, de cerâmica, originárias da zona do santuário de São Ménas (Abu Mena) a sudoeste de Alexandria e onde foi sepultado aquele mártir e patrono do Egipto cristão, decapitado em 296. Elas transportavam água milagrosa ou óleos santificados e testemunham o espírito de peregrinação aos santuários cristãos do Oriente.

Aquelas peças foram produzidas entre os finais do século IV e o século VII. Algumas delas, exumadas em Ampurias (Barcelona), podem ser datadas entre os séculos V e VII, ou seja, até à conquista omíada do Egipto (658), embora o túmulo do mártir, protector dos comerciantes e dos viajantes no deserto, tenha sido conservado até ao século X (Palol, s/d, pp. 336, 348; Kiss, 1989).

Também o Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, conserva cinco *ampullae*, de terracota, alusivas a São Méneas, pertencentes à coleção reunida por Francisco Barros e Sá, onde integravam importante núcleo de objectos egípcios, mas cuja origem precisa se desconhece (Araújo, 1995, p. 158). O Museu do Caramulo mostra duas outras peças idênticas, tendo sido publicado ainda outro exemplar, da coleção particular do pintor Miguel Barbosa (Araújo, 1998-1999, p. 92; 2001, pp. 58, 63).

No santuário de São João Teólogo, de Éfeso, na Anatólia, foram produzidas *ampullae*, de cerâmica, durante o século VI, com a representação da cruz acompanhada por motivos geométricos e inscrição alusiva (Bakirtzis, 2003, 64).

Conhecemos *ampulla*, de chumbo/estanho (?), com a efigie de São Méneas, que pertence ao Museu do Louvre e que deve auferir de cronologia idêntica à das acima referidas.

Encontram-se estudados, monograficamente, por A. Grabar (1958) dois notáveis conjuntos de *ampullae* de prata, ricamente decoradas em relevo, com cenas religiosas da vida de Cristo. Um deles, formado por dezasseis exemplares, guarda-se no tesouro da colegiada de São João de Monza (Milão), e o outro, constituído por vinte fragmentos, pertence à antiga abadia de São Columbano de Bobbio (Piacenza), fundada em 612. Trata-se de recipientes para óleos santos que se crê originários da Palestina (Jerusalém), em torno do ano 600, talvez trazidos por António de Piacenza que ali foi em peregrinação em 570 e, tradicionalmente, ligados ao nome da rainha lombarda Teodolinda (+625), a quem se deve a existência do segundo mosteiro mencionado.

*Ampullae* semelhantes às antes citadas têm vindo a ser descobertas na Ásia Menor, Crimeia e no Egipto, sendo datadas em meados ou na segunda metade do século VI (Grabar, 1958, p. 14; Gerke, 1969, pp. 248-253) e a mesma origem foi atribuída a *ampulla*, de estanho/chumbo, decoradas com cenas, encimadas por cruz, alusivas ao Santo Sepulcro, à Crucificação e ao Anástasis, revelando influência da antiga tradição artística bizantina. Estes exemplares, talvez provindos da capela do Gólgota, transportariam óleos consagrados e foram atribuídos a meados do século XII (1154-1160) (Folda, 1995, pp. 294-297).

Após da tomada dos lugares santos do Oriente pelos muçulmanos, São Pedro de Roma e, depois, Santiago

de Compostela (séculos X e XI), tornaram-se os principais locais de romaria, ou de peregrinação, da Cristandade, ocorrendo na segunda metade do século XII, não só o incremento do espírito de peregrinação, como a difusão de tais centros (Rocamadour, Colónia, Cantuária). E foi nesta conjuntura, que no último quartel do século XII, começaram a ser usadas *ampullae* como insígnias de peregrino (Spencer, 1990, pp. 58, 59).

Têm surgido, em contextos bizantinos, dos finais do século XII e da centúria seguinte, *ampullae* de chumbo (*koutrouvion*) ao que parece destinadas a guardarem mirra, provinda de túmulos santos. Uma delas, encontrada nas ruínas de templo de Gratini (Trácia), integrava enquadramento arqueológico do século XIII e mostra, nas faces, São Demétrio e a Virgem Maria. Outra, semelhante, é oriunda de Mesogeia na Ática (Bakirtzis, 2003, pp. 67, 68, figs 21, 22).



**Figura 5.** Insígnias de Peregrino. A, *Ampulla* do Santo Sepulcro; B, C, *Ampullae* de Gratini (Trácia) e de Mesogeia (Ática); D, E, Santas Faces (Roma); F, São João d'Angély; G, *Agnus Dei* do Tamisa. (A, seg. Folda, 1995, p. 295; B e C seg. H. Bakirtzis, 2003, p. 67; D, E e F seg. D. Bruna, 1996, pp. 50, 51, 157; G seg. J. B. Ward Perkins, 1993, p. 262, est. LXX-23).

A *ampulla* de Tavira apresenta iconografia que cremos conotada com a acção redentora de Cristo, dado oferecer, no anverso, imagem do Santo Rosto, talvez mesmo inspirada na Verónica, encimada pela cruz do Gólgota e, no reverso, *Agnus Dei*, "O Cordeiro de Deus que suporta os pecados do mundo", nas palavras de São João Baptista, e a espada, do Sacrifício ou da Justiça.

Aquele discurso simbólico liga-se aos lugares santos evangélicos e, principalmente, a Jerusalém, onde decorreram os mais significativos episódios da Vida de Cristo. Esta interpretação conduz a aceitarmos como procedente da Palestina ou de Bizâncio, a *ampulla* agora dada a conhecer, contribuindo as suas características estilísticas para a datarmos no século XIV.

Não encontrámos entre as já muitas *ampullae* publicadas de procedência europeia paralelos directos, formais ou decorativos, para o recipiente de Tavira. As formas das produções suas congéneres europeias são algo diferentes, em geral com os gargalos bem mais curtos e largos, apresentando asas menores, unidas ao gargalo e ao corpo. Todavia, conhecem-se insígnias de peregrinação, produzidas em Roma, nos séculos XIII ou XIV, com representações da Santa Face, da Verónica ou do Santo Sudário, que se assemelham à figuração de Tavira. Também o resplendor com grandes raios triangulares encontra paralelo na decoração de *ampulla*, do século XIV, encontrada em Paris, junto à Ponte Nova, e cuja iconografia permitiu atribuí-la à abadia de Vendôme (Bruna, 1996, pp. 47-53).

Importa referir que não detectámos, em nenhuma *ampulla* de peregrinação europeia, imagens de *Agnus Dei*. Todavia, conhecem-se insígnias representando o Cordeiro de Deus ou o Cordeiro Pascal, exumadas no Tamisa, em Londres e Dowgate, uma delas com a inscrição AGNUS DEI, tendo sido atribuídas aos Templários (Ward Perkins, 1993, p. 262, est. LXX-22, 23, 24). Outra insígnia alusiva a São João Baptista, muito possivelmente do santuário de Saint-Jean d'Angély, mas encontrada em Paris e atribuída ao século XV, mostra o cordeiro nimbado (Bruna, 1996, p. 157).

A presença em Tavira, emparedada junto ao arco de uma porta, de *ampulla* muito provavelmente provinda de lugar santo do Oriente (Bizâncio ou Palestina), deve-se, por certo, a peregrino ou a cruzado, dali procedente, que se sabe terem sido responsáveis pela importação para a Europa do conceito de relíquia de contacto (Anderson, 2010, p. 184, nota 16). Ela terá sido usada como

elemento protector, profiláctico e apotropaico, talvez de comunidade religiosa ou de simples célula familiar. A sua localização, junto de vão por onde pode entrar o mal, encontra paralelo em diversos amuletos usados para fins possivelmente semelhantes, desde os machados de pedra polida ou "pedras de raio", às ferraduras e chifres, de diferentes animais, até às imagens de santos ou a simples cruciformes.

### 3. *Ampulla* da rua de Nenhores (Palmela)

#### 3.1. Proveniência

Trabalhos arqueológicos, realizados em 1988 e 2003, sob direcção de Isabel Cristina F. Fernandes e António Rafael Carvalho, detectaram neste local da área urbana de Palmela, importante sequência estratigráfica onde nível habitacional do século XIV continha *ampulla*.

A peça referida foi publicada no catálogo da exposição "Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes" (Fernandes e Santos, 2008, pp. 70, 71, fig. 17).

#### 3.2. Descrição

*Ampulla* (R.NENH.03.03), produzida muito possivelmente em liga de chumbo e estanho, mostra forma muito semelhante à que antes descrevemos.

Oferece corpo com forma subcilíndrica, possuindo duas faces planas decoradas, gargalo alto, de secção hexagonal, sendo provida de duas pequenas asas opostas, que teriam perfil semicircular, arrancando de ponto mesial do gargalo e assentando no corpo.



Figura 6. *Ampulla* da rua de Nenhores (Palmela) (seg. Fernandes e Santos, 2008, fig. 17) (esc. 1/1).

Ao longo do contorno do corpo e do gargalo evidencia a costura de ligação das duas metades com que foi construída.

A decoração de uma das faces do corpo é constituída por motivo hexafólio, inserido em círculo.

Mede 0,054 m de altura, 0,030 m de largura máxima e pesa 55 gr.

### 3.3. Comentário

A atribuição da *ampulla* da rua de Nenhures, através do contexto arqueológico em que se inseria, ao século XIV, é condizente com a conferida à sua homóloga de Tavira, embora entre ambas existam diferenças morfológicas, principalmente nas asas e na decoração.

O hexafólio, definindo seis triângulos equiláteros, inscritos em círculo, representa a perfeição e a harmonia, dado que cada lado de um dos triângulos é igual ao raio do círculo em que eles se inscrevem, mas também a criação do Mundo, como as quatro principais direcções cardeais do espaço, mais o zénite e o nadir (Chevalier e Gheerbrant, 1997, p. 591.).

## 4. Insígnia do Castelo de Palmela

### 4.1. Proveniência

Escavações arqueológicas, efectuadas a partir de 1992 e dirigidas por Isabel Cristina F. Fernandes (1999), conduziram à identificação de necrópole medieval, no lado nascente da alcáçova de Palmela, tendo uma delas (sepultura 2), evidenciado restos de inumação acompanhada por insígnia (C.PAL.97.11 ou CP. ALC. S2.1).

A sepultura, orientada nascente-poente, era estruturada por muro pré-existente e blocos de pedra, jazendo o indivíduo ali inumado em *decubitus* dorsal, com os braços cruzados sobre o ventre, e encontrando-se a insígnia sobre o lado esquerdo do peito.

O inumado corresponde a adulto, do sexo masculino, com idade avançada (Fernandes, 1999, p. 378).

Esta peça, já devidamente publicada, esteve exposta na mostra "*Pera Guerreja*", inaugurada em Abril de 2000, no Museu Nacional de Arqueologia, e transferida para Palmela, no mesmo ano, tendo feito ainda parte da exposição "*Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes*", aberta no Castelo de Palmela, entre Maio de

2008 e Maio do ano seguinte (Fernandes, 1999; 2000, pp. 315-317; Fernandes e Santos, 2008, pp. 54, 55, fig. 19).

### 4.2. Descrição

Trata-se de emblema, produzido em liga de estanho (67, 34%), chumbo (27, 80%) e ferro (4, 86%), através de fundição em molde, mostrando a forma da valva direita, ou côncava, da vieira (*Pecten maximus* Linnaeus 1758, Fam. Pectinidae, Classe *Bivalvia*), tendo-se, esquematicamente, figurado as aurículas, grandes e iguais, e as costelas radiais ou em forma de leque, oferecendo, ao centro, representação de espada e, ao longo do bordo, texto, em relevo e integrado em cartela perlada. Nas aurículas observam-se duas perfurações, tendo em vista a sua fixação ou suspensão.

A espada apresenta modelo recuado, com lâmina curta, larga e de bordos paralelos, sugerindo ser provida de goteira central. As guardas são rectas, têm o pomo de contorno circular, esférico ou cilíndrico, e desproporcionadamente grande, em relação ao comprimento da lâmina.

Na cartela lê-se S. ORDINIS: M. SCI: IACOBI, ou seja, S (*ancta*). Ordinis: M (*ilicie*). S.(*an*)c(ġ) I: Iacobi, no que seguimos a autora acima citada.

No reverso surge, quase ao centro, tosco monograma em relevo, que Isabel C. Fernandes (1999, p. 380; 2000, p. 315) sugere corresponder a marca do artesão ou da oficina produtora da insígnia, mas, também, a representação de arco e flecha, podendo, ainda, tratar-se de sinal de propriedade.

Mede 0,047 m de altura, 0,043 m de largura, 0,065 m de espessura máxima e pesa 30,3 gr.

### 4.3. Discussão

São bem conhecidas as imagens, pintadas ou esculpidas, de São Tiago, ostentando a vieira como insígnia, no chapéu ou na capa, mas que também se usavam no bernal ou dependuradas do bordão (Pereira, 1990; 1998).

Lintel do portal da fachada setentrional da catedral de Saint-Lazare, em Autun (Saône-et-Loire), datado entre 1125 e 1135, mostra peregrino de Jerusalém com cruz sobre o bernal e peregrino de Compostela com vieira sobre o saco, idêntico ao mencionado.

Não são raras, na Europa, as pequenas insígnias de peregrino em forma de vieira, dada a grande difusão experimentada com as concorridas peregrinações a Santiago de Compostela, sobretudo a partir do século XII, tornando-se, aquelas imagens, signo dos peregrinos em geral e não apenas daqueles que rumavam ao Noroeste da Península Ibérica.

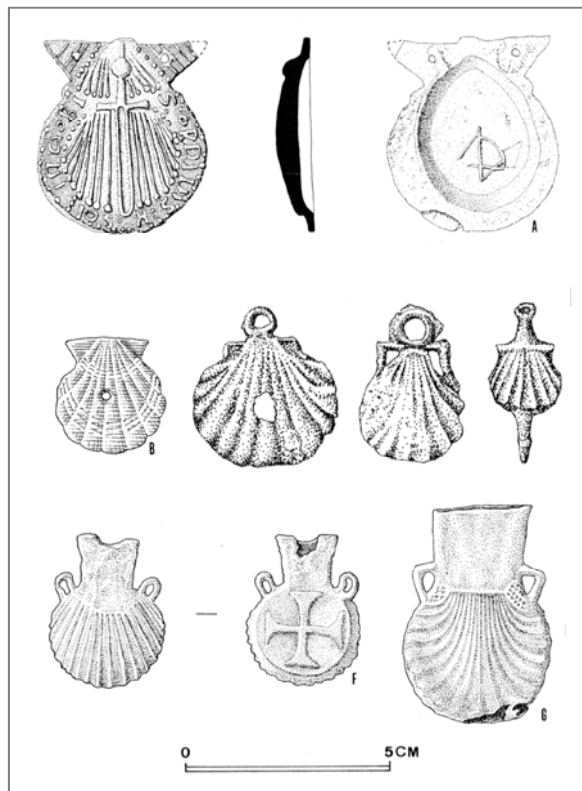
A espada da insígnia de Palmela recorda São Tiago guerreiro, patrono dos espatários, e a legenda confirma a presença da ordem, religiosa e militar, de Santiago da Espada, fundada em Cáceres em 1170 e activa em Portugal no reinado de D. Afonso Henriques, logo em 1172. Todavia, a espada pode, ainda, recordar o martírio do Santo, no ano 42, tal como acontece com insígnias alusivas a São Tomás de Cantuária, onde surge a figura da espada que o assassinou, datadas nos finais do século XIV ou nos inícios da centúria seguinte (Spencer, 1990, pp. 19, 70).

Conhecem-se outros exemplos iconográficos onde se associam a concha da vieira e a espada, nomeadamente em selos do século XIII, em elementos arquitectónicos dos portais das catedrais de Reims e Amiens (Mâle, 1902, p. 353), ou em capitel do claustro do convento de São Francisco de Santarém, do século XIV, aliás situado não longe da denominada Porta de Santiago, conforme foi notado por Isabel C. Fernandes (1999, p. 381).

Segundo Derek W. Lomax (1965, p. 93), a vieira teria sido usada como emblema da Ordem de Santiago, apenas a partir de 1259, ostentada nas capas, pelos freires, sacerdotes e cavaleiros.

No Capítulo da Ordem de Santiago realizado em Mérida, no ano de 1403, surge, ao que parece pela primeira vez, artigo sobre o "uso das insígnias da Ordem". Mais tarde, em 1440, os "Estatutos da Ordem de Santiago", redigidos por decisão de Henrique de Aragão, referem o uso das insígnias, então a cruz-espada de Santiago (Barbosa, 1998, pp. 132, 133, 139).

Apesar do sintetismo formal, a figuração de espada que, conforme referimos, tanto pode aludir ao martírio do Santo por decapitação, como às suas intervenções guerreiras, importa à cronologia da peça em apreço, indicando tipologia comum às produções dos séculos XII-XIII e, até, da centúria seguinte. Recordemos, como principal paralelo na iconografia portuguesa, a representação de espada associada ao busto de D. Afonso Henriques, que pertencia à alcáçova de Santarém e hoje se conserva no



**Figura 7.** A, insígnia do Castelo de Palmela; B, C, D e E, insígnias de Santiago de Compostela; F, G, *ampullae* com uma das faces em forma de vieira (A seg. A. R. Carvalho, 2000; B, F e G, seg. B. Spencer, 1990, p. 80, 88; C-E, seg. D. Bruna, 1996, p. 154).

Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, datável nos séculos XII-XIII (Gomes e Serra, 2001-2002, p. 152). O Museu Militar de Lisboa exhibe espada de guardas rectas e pomo de contorno circular, com goteira, do tipo mais comum dos séculos XIII-XIV, conforme ilustram, sobretudo, diversos jacentes (Barroca, 2000, pp. 321, 322).

Aquelas armas parecem ter tido origem, ou modelos, no Sul de França, nomeadamente na zona de Bordéus, sendo celebradas pelo geógrafo muçulmano Aboulfeda (1273-1331). Também se produziram armas idênticas no Norte de Espanha e, no século XIV, em Valência (Hoffmeyer, 1982, pp. 70-74).

As vieiras, bivalves pertencentes à espécie *Pecten maximus*, identificada por O. Müller em 1776, são conhecidas em todo o infralitoral atlântico da Europa, da Escandinávia ao Algarve e, ainda, nas ilhas da Madeira, Açores e Canárias, ou à espécie *Pecten jacobaeus*, com dispersão mediterrânica. Desde cedo que as vieiras "co-

*quilles Saint Jaques*” ou “*St. Jame’s shells*”, como respectivamente são conhecidas entre franceses e ingleses, estiveram ligadas a simbologia conotada com a fecundidade dos mares, de que é paradigma o mito do nascimento de Afrodite ou de Vénus.

No Ocidente Peninsular, encontram-se valvas de *Pecten* em contextos arqueológicos, de carácter sócio-religioso, que ascendem aos tempos neolíticos, outros da Idade do Bronze ou mais tardios, conforme acontece na numismática de cidades marítimas do Mediterrâneo (Sagunto, sécs II-I a.C.), embora tenha sido no mundo clássico, helenístico e romano, como depois no bizantino, que as imagens de vieiras ganharam importante valor simbólico, retomado por artistas renascentistas, conforme ilustram excepcionais obras de S. Botticelli (*O nascimento de Vénus, ca 1478*) e de Ticiano (*Vénus Anadyomene, ca 1520*, ou aquela que nasce do mar).

O simbolismo da vieira no mundo clássico difundiu-se aos elementos arquitectónicos, religiosos e profanos, à decoração musiva e de diferentes objectos. O Cristianismo integrou na sua gramática simbólica aquele elemento, conotado com a ressurreição, observando-se o mesmo em sarcófagos, associado à figura do defunto, ou em composições evocadoras de passagens do Velho e do Novo Testamento (Wheeler, 1957). Mais tarde, a partir de meados do século XIII, a imagem da vieira seria usada na heráldica europeia, alcançando os dias de hoje abundantes exemplares.

Providas de uma valva plana e outra côncava, estas últimas foram utilizadas como recipientes e serviam no baptismo, ou seja ao renascimento dos indivíduos para a Fé em Deus, mas também como emblema da fertilidade e elemento profiláctico, como para beber durante as longas caminhadas.

Importa recordar que o culto de São Tiago, na Europa, remonta aos séculos VIII e IX, embora tenha sido fomentado a partir do século XI e que a mais antiga evidência de vieira como símbolo daquele apóstolo se encontra no *Liber Sancti Jacobi*, de cerca de 1130. São algo ulteriores as figurações do santo com tal insígnia, do claustro da Catedral de São Domingos de Silos (ca 1130), da Catedral de Arles (1160) ou do já referido portal poente da Catedral de Autun, na Borgonha (1125-1135) (Hohler, 1957, p. 56).

A cronologia proposta para a insígnia de Palmela e o contexto que integrava, situado nos finais do século

XII, inícios do século XIII ou na primeira metade do século XIII (Fernandes, 1999, p. 382; 2000, p. 315; Fernandes e Santos, 2008, p. 54), parece-nos excessivamente recuada. Segundo os paralelos encontrados, nomeadamente em França e Inglaterra, devemos propor datação dos finais daquela última centúria ou mesmo dos inícios do século XIV, de acordo, aliás, com cerâmicas exumadas na mesma necrópole (Fernandes, 2000, p. 316), mas também com a data a partir da qual a vieira terá sido adoptada como emblema da Ordem de Santiago (1259).

Por outro lado, o Castelo de Palmela foi doado aos freires da Ordem de Santiago em 1186, mas apenas em 1194 é que Palmela integrou efectivamente o território cristão e terá sido erguida a alcáçova, que foi sede da Ordem de Santiago até 1217, embora os freires ainda ali residissem no século XIV.

A insígnia do Castelo de Palmela é, por ora, única, dado que não se encontraram outras nas sepulturas escavadas no cemitério de onde ela provém, nem em outro contexto daquela alcáçova. É bem possível que tenha sido produzida no santuário de Compostela, a pedido dos Espatários, sabendo-se que também os membros da realeza, quando em peregrinação, encomendavam insígnias para seu uso e para os elementos das suas casas (Bruna, 1996, p. 257). Não esqueçamos que à Ordem de Santiago competia, entre outras funções, a protecção dos peregrinos e a luta contra os infiéis.

Testemunhos nossos contemporâneos referem que os restos mortais da rainha Santa Isabel, mulher de D. Dinis, conservados no convento de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra, eram acompanhados por pequena insígnia de ouro, colocada sobre o peito, que reproduzia valva de vieira.

Desconhecemos se tal objecto, símbolo das duas peregrinações que a Rainha-Santa efectuou a Santiago de Compostela, ainda se encontra junto do seu corpo, como se é ou não coevo das viagens régias mencionadas e, portanto, dos inícios do século XIV, ou se, pelo contrário, se trata de objecto que terá ali sido colocado ulteriormente. A primeira abertura do túmulo de Isabel de Aragão, que se conhece, ocorreu em 1612, não se registando, no relato então efectuado, qualquer alusão àquele ou a outros objectos que permanecessem junto das santas relíquias. Todavia, Frei António Escobar, que assistiu à reabertura do túmulo em 1617, descreveu que o corpo da Rainha Santa era acompanhado pelas “(...)

*insígnias de Romeira a Santiago de Galiza; uma bolsa e bordão da primeira romaria, uns alforjes de linho da segunda*'. O jacente do túmulo da rainha mostra, de facto, o bernal com a vieira, símbolo de Santiago.

Desde os inícios do século XVII até hoje o túmulo de Isabel de Aragão foi reaberto variadíssimas vezes e, até, o corpo da santa exposto ao público, tendo, em 1852, sido vestido de novo, pelo que a pequena insígnia de ouro pode ter sido colocada em algum daqueles momentos, não remontando, portanto, à deposição inicial (Crespo, 1972, pp. 131-138).

O uso de insígnias de peregrinação por personagens reais encontra paralelo em Luís XI, de França (1423-1483), que utilizava, segundo o historiador Filipe de Cominas, velho chapéu com imagem religiosa de estanho (Ward Perkins, 1993, p. 255).

A importância de Santiago de Compostela como centro de peregrinação europeu secundou, durante a Baixa Idade Média, Roma, onde se presumia encontrarem-se os restos mortais de São Pedro e de São Paulo, constituindo o terceiro grande centro de peregrinação da Cristandade, depois de Jerusalém e da cidade papal.

Conforme mencionámos, desde os inícios do século XII que a vieira era considerada insígnia dos peregrinos que acorriam àquele santuário, do Noroeste da Península Ibérica, tornando-se o mais universal e generalizado de tais emblemas, tendo outros santuários integrado o mesmo símbolo, conforme aconteceu, nos séculos XIV e XV, no Mont de Saint Michel, na Normandia, onde se vendiam valvas de vieiras e insígnias de estanho reproduzindo aquelas (Hohler, 1957, p. 70). A vieira generalizou-se como símbolo de peregrinação. Por isso, conhecem-se exemplares de tais insígnias em diferentes países da Europa, da Dinamarca (Museu de Copenhaga) aos Países-Baixos, em França e em Inglaterra, nomeadamente nas zonas de Londres e Salisbúria.

Um daqueles provém de sepultura, dos finais do século XII, de Keynsham Abbey (Bristol), tendo sido pintado com cores brilhantes. Outro foi detectado em nível datado do século XIII, da rua Lower Brook em Winchester (Spencer, 1990, p. 41). Um terceiro espécimen foi exumado em sepultura, da segunda metade do século XIV, na igreja de Saint Just de Valcabrière (Alto-Garona), onde acompanhava restos de bordão e outros adereços de peregrino, enquanto um outro foi recuperado no fosso que rodeava a torre central do Castelo de

Isle-Bouzon (Gers, Toulouse), auferindo datação nos séculos XII ou XIII (Barrère e Rey-Delqué, 1990, pp. 332, 333).

Registámos, na bibliografia consultada, a existência de duas insígnias, figurando pequenas vieiras, mas de bronze. Uma delas provém de St. Mary Axe (Londres) e a outra foi encontrada perto de forno para cerâmica, do século XIV, em Rye, ainda nas Ilhas Britânicas (Ward Perkins, 1993, pp. 260, 289, fig. 89-4).

As insígnias de São Tiago, de chumbo/estanho, figurando concha de vieira, recortada e de pequenas dimensões, surgindo, por vezes, com argola ou alginete para serem fixadas e, não raro, associadas a outros símbolos, como às imagens do santo ou a um bordão de peregrino, são atribuídas aos séculos XIV a XVI (Spencer, 1990, pp. 41-43; Ward Perkins, 1993, p. 260, est. LXX-28; Bruna, 1996, pp. 153-155).

Também muitas *ampullae*, descobertas em Inglaterra, oferecem no corpo representação de vieira, embora tenham sido produzidas em Cantuária e não em Santiago de Compostela, como à primeira vista poderia parecer, pois, conforme registámos, outros santuários ingleses adoptaram aquele símbolo de peregrinação (Walsingham). Dois de tais exemplares, do Museu de Salisbúria e de Londres (Tamisa), exibem, no reverso a Cruz de Cristo e podem estar relacionados com a ordem militar portuguesa (Spencer, 1990, pp. 58-60, 88)<sup>1</sup>.

Conhecem-se enterramentos, em Inglaterra, dos séculos XIII a XV, acompanhados por valvas de vieiras, as insígnias de São Tiago, indicando a presença de peregrinos, ou apenas de crentes no culto ao santo. Em uma delas surgiram duas de tais conchas, junto à cabeça do defunto e uma junto à perna (St. Nicholas, Aberdeen), em outra, correspondendo a mulher, a concha encontrava-se possivelmente atada a bernal ou a cinto (St. Helen, Fishergate, York) e em uma terceira, a vieira acompanhava restos de bordão, de madeira (Catedral de Worcester).

Nos Países Escandinavos, identificaram-se quatro dezenas de sepulturas contendo emblemas de peregrinação, entre os quais vieiras, colocadas sobre o peito ou um dos braços, de indivíduos do sexo masculino, sendo todas

---

<sup>1</sup> O nosso colega e Amigo, Dr. Guilherme Cardoso, informou-nos, amavelmente, ter encontrado durante escavação em Torres Vedras, duas *ampullae*, com as armas da Ordem de Santiago, integradas em contexto do século XVI.



elas anteriores ao século XV. Também em vinte e quatro sepulturas de Baden-Württemberg, de cerca de 1200, foram detectadas vieiras (Gilchrist, 2008, p. 129). Sepultura, datada de cerca de 1200, localizada perto da Catedral de Roskilde (Dinamarca) continha vieira, tida como símbolo de peregrinação a Santiago de Compostela, calculando-se cerca de duas centenas de tais insígnias espalhadas por toda a Europa (Grinder-Hansen, 1992, p. 355).

## 5. Insígnia do Castelo de Silves

### 5.1. Proveniência

Exumada na alcáçova de Silves, durante escavações arqueológicas ali dirigidas por Rosa Varela Gomes, integrava estrato, atribuído aos meados do século XIII, de complexo de banhos e, mais precisamente, correspondendo ao momento da conquista cristã daquele espaço em 1248 (Cast. Q104/C2-3).

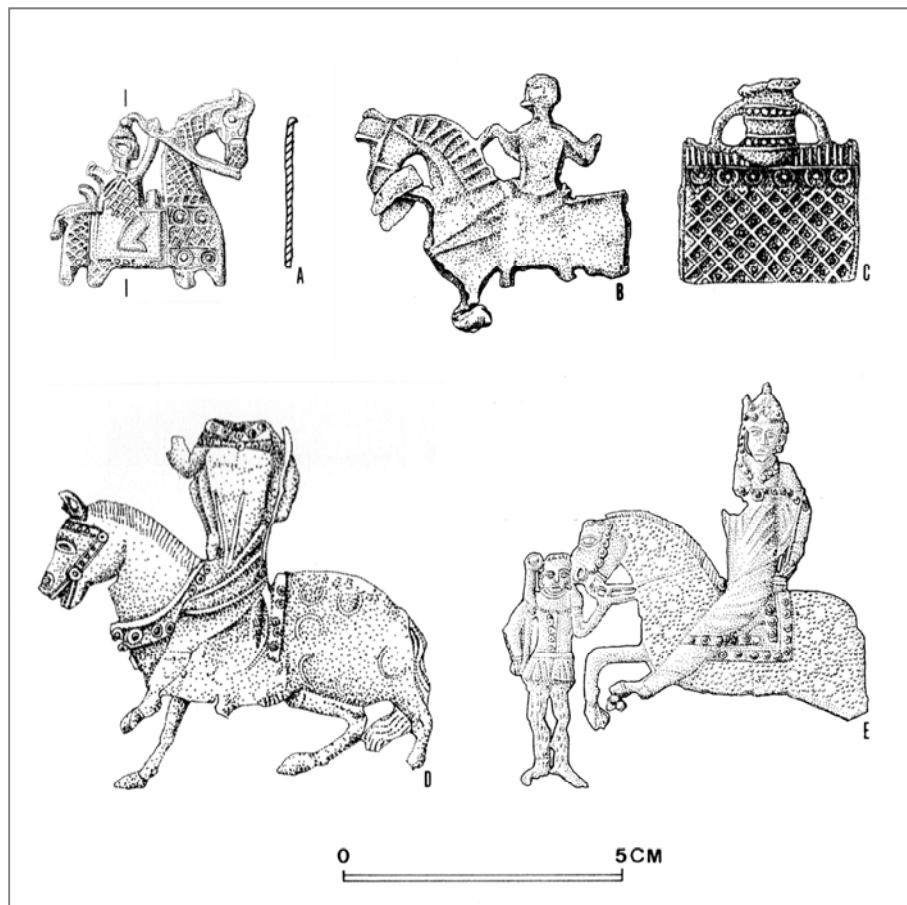
Esteve, recentemente, exposta em duas mostras,

realizadas no Museu Nacional de Arqueologia, e pertence à colecção do Museu Municipal de Arqueologia de Silves (Gomes, 1999, pp. 376, 447, 448, 492, 493; Gomes, 2000; 2003, pp. 91, 162; Gomes e Gomes, 20001, p. 145).

### 5.2. Descrição

Foi fundida em estanho e mostra personagem armado, a cavalo, visto de perfil e com os braços erguidos, um deles fracturado, e a mão do outro segurando as rédeas da montada. Na cabeça reconhece-se capacete cónico ou mitra, encimado por cruz que se encontra dobrada. A túnica que lhe cobre o corpo apresenta decoração reticulada, identificando-se a perna, terminando em pé calçado.

O cavalo apresenta pescoço desproporcionadamente longo, encurvado para diante e cabeça voltada para baixo, que a rédea controla. Encontra-se ajazeado, observando-se a sela e, sobre esta, representação de



**Figura 8.** Insígnias do Castelo de Silves (A), da medina de Mértola (B) e de Cantuária (C-E), representando São Tomás de Cantuária (A, seg. R. V. Gomes, 2003, p. 193; B, seg. C. Torres, 1998, p. 107, fig. 73; C e D, seg. J. B. Ward Perkins, 1993, pp. 257, 261, ests LXVII-12 e LXXIII-56; E, seg. B. Spencer, 1990, p. 70).

tecido, que também envolve o pescoço do animal, decorado por elementos circulares com ponto central, separados para banda reticulada. Sobre a cabeça do cavalo reconhecem-se dois círculos concêntricos que sugerem constituir a testeira daquele.

Conservam-se apenas os arranques dos membros da montada e a cauda desta é curta e curva, estando, também, quebrada.

Mede 0,046 m de altura, 0,035 m de comprimento e 0,001 m de espessura máxima.

### 5.3. Comentário

Tanto a iconografia como alguns paralelos detectados, e o próprio contexto de procedência desta insígnia, indicam tratar-se de representação de São Tomás Becket, arcebispo de Cantuária (1118-1170), figurado no triunfal regresso àquela abadia. Tomás Becket seria, um mês depois, barbaramente assassinado, por sugestão do controverso rei Henrique II, quando oficiava na sede da sua arquidiocese, sendo canonizado em 1173. A sua abadia tornou-se, ainda no terceiro quartel do século XII, em um dos mais importantes centros de peregrinação da Cristandade, alcançando, na centúria seguinte, maior fervor religioso e esplendor.

O arcebispo-santo foi figurado montado e com a mitra episcopal em outras insígnias, nomeadamente em exemplar surgido em Mértola e que adiante estudaremos, como nos muitos exemplares divulgados na Europa Atlântica (Noruega, Suécia, Alemanha, Holanda, França, Irlanda e Inglaterra), pelos devotos e peregrinos que demandavam Cantuária.

Conforme seria de esperar, é em Inglaterra que se regista maior número de insígnias com a imagem de São Tomás Becket, difundidas através do importante centro de peregrinação em que se tornou a abadia de Cantuária, após a morte em 29 de Dezembro de 1170 do arcebispo, e que haveria de sobreviver como um dos principais locais de devoção europeus até meados do século XV. Tais manifestações, e o culto desenvolvido em torno de São Tomás Becket, foram ulteriormente desencorajados e, até, condenados por Henrique VIII, que mandou, em 1538, destruir o relicário do santo ali existente.

Segundo B. Spencer (1990, pp. 16-24), Cantuária terá sido o primeiro dos santuários ingleses a produzir massivamente insígnias e outras recordações. Sabe-se

que em Inglaterra, durante o século XIV, os emblemas foram, entre as insígnias de peregrinação mais comuns que as *ampullae*. Entre todas as insígnias são melhor conhecidas as que figuram São Tomás Becket, como arcebispo, de pé, com a mão levantada, no acto de abençoar, apenas o seu busto ou, até, somente a cabeça, tanto recortadas, como integradas em placas rectangulares, losangulares ou circulares (Ward Perkins, 1993, ests LXVI-LXVIII). Também se produziram *ampullae*, com imagens do mesmo santo, que guardavam a milagrosa “água de São Tomás” e que têm sido encontradas em diferentes pontos de Inglaterra, sobretudo em Cantuária e Londres (Tamisa) (Ward Perkins, 1993, est. LXVIII; Bruna, 1996, pp. 40, 209-211).

As figurações equestres surgem recortadas e as mais recuadas têm vindo a ser atribuídas aos meados do século XIV ou, segundo outros autores, a partir da data do centenário do martírio do Santo (Spencer, 1990, pp. 17, 70; Ward Perkins, 1993, pp. 257, 258, est. LXVII-12; Bruna, 1996, pp. 209, 210). Este aspecto é posto em causa pela insígnia de Silves, dado a sua cronologia fazer recuar as datações propostas para os exemplares ingleses, em mais de uma centúria, datação que, aliás, se encontra de acordo com os aspectos estilísticos das duas representações encontradas em terras portuguesas.

Algumas insígnias, figurando São Tomás Becket a cavalo, mais tardias, associam pajem que conduz a montada e, até, um cão, em geral assentes sobre base, conforme ilustra molde que o *British Museum* conserva (Spencer, 1990, p. 17), sugerindo celebrarem o regresso triunfal do então arcebispo de Cantuária, depois de seis anos de exílio, à sua diocese, em 2 de Dezembro de 1170, apenas quatro semanas antes do seu assassinato, conforme referimos.

Importa ainda assinalar a enorme similitude entre a decoração de *ampullae* de Cantuária, ali encontradas ou em Londres, fabricadas em estanho e apresentando pequenos círculos em relevo, com ponto central, associados a motivos reticulados (Ward Perkins, 1993, p. 261, est. LXXIII-56) e a decoração da insígnia descoberta em Silves.

Aqueles recipientes, que conservavam a água santificada com o sangue do mártir, podem ter surgido ainda em meados do século XII, sabendo-se que os restos mortais de Tomás Becket foram, desde a hora da sua morte, conservados como santas relíquias e a sua canonização foi extremamente rápida, demorando menos de

dois anos após o sangrento acontecimento. Por outro lado, passagem de Giraldu Cambrensis, datada com anterioridade a 1223, refere a existência, em Cantuária, de grupo de peregrinos ostentando emblemas, presumindo-se que daquela abadia e com a imagem do santo seu patrono (Ward Perkins, 1993, p. 250).

É provável que a insígnia recuperada em Silves tenha sido trazida de Inglaterra por cavaleiro peninsular, peregrino e devoto de São Tomás de Cantuária, ou por anglo-normando, talvez participante na Sexta Cruzada (1248-1254) e que tenha ajudado à reconquista da cidade algarvia, em 1248.



Figura 9. *Ampulla* de Paderne (foto J. Gonçalves).

## 6. *Ampulla* de Paderne

### 6.1. Procedência

O Museu Nacional de Arqueologia guarda *ampulla* metálica (nº inv. 15053 ou 983.1207.8) cujas condições de descoberta e de ingresso naquela instituição se desconhecem. Trata-se de aquisição antiga, devido à existência de verbete de entrada escrito pelo punho de José Leite de Vasconcellos.

### 6.2. Descrição

Peça fundida em chumbo e/ou estanho, mostra cor cinzenta escura e as superfícies fissuradas. Possui corpo de forma globular achatada, gargalo cilíndrico e largo, do qual arrancam duas pequenas asas angulares que asentam no corpo. O bordo desapareceu, embora o ver-

bete acima mencionado diga que apresenta duplo bisel. Não oferece decoração em nenhuma das faces, contrariamente ao que acontece com exemplares afins e com os dois acima descritos.

Mede 0,065 m de altura, 0,046 m de largura máxima, no corpo, e 0,025 m de espessura, no gargalo.<sup>2</sup>

### 6.3. Comentário

Destituído de contexto e de decoração, apenas a tipologia e a morfologia deste recipiente permitem não só considerá-lo como *ampulla* ou âmbula de peregrino, como classificá-lo em momento tardio da Idade Média ou quiçá, já nos inícios da Idade Moerna. De facto, as *ampullae* metálicas mais antigas mostram menores dimensões, embora este aspecto não constitua critério inequívoco.

Desconhecemos se este recipiente foi encontrado na povoação de Paderne, nos seus arredores ou no seu Castelo, situado a cerca de 2 km para sul daquela povoação.

Ali foram exumadas estruturas e espólios, dos séculos XIII ao XV, conservando ruínas de templo, cujo orago foi primeiramente São Domingos e depois Nossa Senhora da Assunção, sendo matriz até ao século XVI.

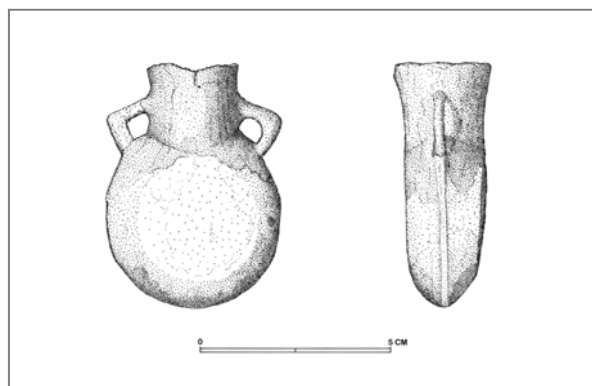


Figura 10. *Ampulla* de Paderne (des. J. Gonçalves).

## 7. Insígnia de Mértola

### 7.1. Procedência

Desconhecemos as circunstâncias em que esta peça foi encontrada na medina de Mértola. Esteve exposta em mostra efectuada no Museu Nacional de Arqueologia,

<sup>2</sup> Cumpre agradecermos ao Dr. Luís Raposo, director do MNA, a autorização para estudarmos a *ampulla* de Paderne.

embora incorrectamente classificada, e guarda-se no Museu de Mértola (CH-Div. 1/1) (Torres, 1998, p. 107; Gomes, 1998, p. 20).

### 7.2. Descrição

Foi possivelmente fundida em liga de chumbo e estanho, representando personagem a cavalo, com o corpo de perfil e os braços semierguidos, um deles segurando as rédeas da montada. O cavalo encontra-se incompleto, devido a fracturas antigas, faltando-lhe os quartos traseiros e um dos membros dianteiros.

Reconhecem-se as orelhas e relevos, muito apagados, parecem querer figurar as crinas, tal como o cabeção. À rédea foi preso fragmento dobrado de metal, idêntico ao da figura descrita.

Mede 0,046 m de altura e 0,050 m de comprimento máximo.

### 7.3. Comentário

Embora a pormenorização iconográfica seja pouco explícita, devido ao acentuado grau de desgaste dos relevos e ao estado fragmentário desta insígnia, trata-se, em nosso entender, de figuração análoga à do Castelo de Silves e que, portanto, deve representar São Tomás Becket de Cantuária.

A sua atribuição cronológica, feita por C. Torres (1998, p. 107), ao século XII parece-nos insustentável devendo, antes, ser classificada na centúria seguinte, sendo contemporânea ou ulterior à conquista cristã daquela povoação, acontecida em 1238. Aliás, os paralelos com a insígnia de Silves, permitem conferir-lhe datação idêntica.

Os achados de insígnias inglesas em território actualmente português deve-se, conforme anteriormente deduzimos, sobretudo à presença de militares com aquela origem. Embora em datas anteriores à morte e canonização de Tomás Becket, sabe-se que participaram numerosos cruzados anglo-flamengos na conquista de Lisboa, em 1147, integrados na Segunda Cruzada. Também Alcácer do Sal foi tomada, se bem que temporariamente, em 1160, com a ajuda de cruzados ingleses, o mesmo acontecendo com a conquista de Silves e de outros castelos do Barlavento Algarvio em 1189, tendo o bispo de Lisboa pregado, em Inglaterra, no ano de 1151, uma cruzada contra os muçulmanos peninsulares, ocor-

rências que terão continuado a verificar-se até à centúria seguinte (Guichard, 2000, p. 189).

## 8. Conclusões

As cinco insígnias de peregrinação, anteriormente analisadas, indicam três origens distintas, duas das quais situadas na Europa Atlântica (Cantuária e Compostela) e outra no Próximo Oriente (Terra Santa ou Bizâncio). As suas cronologias apontam para os séculos XIII e XIV, sugerindo, todas elas, poderem dever a sua existência a empresas militares contra os inimigos da fé em Cristo, ou seja, as cruzadas levadas a cabo tanto na Península Ibérica como na Terra Santa.

A localização estratégica do Sul de Portugal, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, tal como a existência, na Península Ibérica, de territórios sob administração muçulmana até aos finais do século XV, proporcionou a presença de gentes de guerra, que participaram localmente em acções militares contra o Islão, ou que dali demandaram, com o mesmo objectivo, as longínquas terras do Oriente.

Uma das insígnias (Castelo de Palmela), pertenceu a cavaleiro da ordem militar de Santiago, estabelecida no local onde foi encontrada, em contexto funerário, enquanto as duas que aludem a São Tomás Becket da Cantuária parecem ter sido perdidas durante a conquista de duas importantes alcáçovas do Sul de Portugal (Silves e Mértola).

As três insígnias referidas reflectem prática devocional referida a personagens santas específicas do Ocidente.

Por fim, a *ampulla* de Tavira, conservada junto a entrada de edifício cuja função primitiva desconhecemos, poderá ter desempenhado papel apotropaico e parece ligar-se ao Oriente.

É mais difícil determinar as origens das *ampullae* da área urbana de Palmela e de Paderne, provindas por certo de lugares santos exógenos, podendo a existência de ambas encontrar-se ligada, respectivamente, à presença dos cavaleiros de Santiago e da Ordem de Avis, a quem foi doado, por D. Dinis, entre 1300-1309, o Castelo de Paderne.

## Bibliografia

- ANDERSON, W. (2010) – Blessing the fields? A study of Late-medieval *ampullae* from England and Wales, *Medieval Archaeology*, vol. 54, pp. 182-203.
- ARAÚJO, L. M. (1988-1989) – O núcleo egípcio da coleção Miguel Barbosa, *Cadmo*, nºs 8, 9, pp. 79-120.
- ARAÚJO, L. M. (1995) – Coleção Barros e Sá. 1. Núcleo egípcio, *Um Gosto Privado, Um Olhar Público*, pp. 154-176, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- ARAÚJO, L. M. (2001) – A coleção egípcia do Museu do Caramulo, *Cadmo*, nº 11, pp. 55-63.
- BAKIRTZIS, H. (2003) – Viagens e peregrinações, *Aspectos da Vida Quotidiana em Bizâncio*, pp. 63-69, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- BARBOSA, I. M. de C. L. (1998) – A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (Normativa e Prática), *As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna- A Normativa*, pp. 93-288, *Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, Fundação Eng. António de Almeida, Porto.
- BARRÈRE, M.; REY-DELQUÉ, M. (1990) – *Archeologie et Vie Quotidienne aux XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> Siècles en Midi-Pyrénées*, Musée des Augustins, 351 pp., 723 figs, Toulouse.
- BARROCA, M. J. (2000) – Armamento ofensivo, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, pp. 320-338, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- BRÁSIO, A. (1957) – *Novos Documentos para a História da Rainha Santa Isabel*, Coimbra.
- BRUNA, D. (1992) – Les enseignes de pèlerinage et les coquilles Saint-Jacques dans les sépultures du Moyen Âge, valeurs et symbolisme, *Arqueologia Medieval*, vol. 6, pp. 67-70.
- BRUNA, D. (1996) – *Enseignes de Pèlerinage et Enseignes Profanes*, Musée National du Moyen Age-Thermes de Cluny, 384 pp., 694 figs, Paris.
- CAMILLI, A. (1999) – *Ampullae. Balsamari Ceramiche di Età Ellenistica e Romana*, Fratelli Palombi Editori, 151 pp., 24 figs, 42 quadros, Roma.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. (1997) – *Dicionário dos Símbolos*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- CRESPO, J. (1972) – *Santa Isabel, na Doença e na Morte*, Coimbra Editora, 204 pp., 29 figs, Coimbra.
- DE LA PUENTE, C. (2001) – La campaña de Santiago de Compostela (387/997): *Yihād* y legitimación del poder, *Qurtuba*, vol. 6, pp. 7-21.
- FERNANDES, I. C. F. (2000) – Insígnia da Ordem de Santiago, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, pp. 315-317, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- FERNANDES, I. C. F.; ANTUNES, L. P. (1999) – Contributo para o estudo da iconografia santiaguista: uma insígnia proveniente de contexto arqueológico do Castelo de Palmela, *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vol. 2, pp. 373-384, Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, Lisboa.
- FERNANDES, I. C. F.; SANTOS, M. T. (2008) – *Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- FOLDA, J. (1995) – *The Art of the Crusaders in the Holy Land, 1098-1187*, Cambridge University Press, Cambridge.
- GERKE, F. (1969) – *Le Sorgenti dell'Arte Cristiana*, Il Saggiatore di Alberto Mondadori Editore, Milano.
- GILCHRIST, R. (2008) – Magic for the dead? The archaeology of magic in Later Medieval burials, *Medieval Archaeology*, vol. 52, pp. 119-159.
- GOMES, M. V. (1998) – Portugal Islâmico – O estado da arte?, *Al-Madan*, II série, vol. 7, pp. 19, 20.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (2001-2002) – Representação de D. Afonso V, conservada em Loulé, *al-Ulyā*, nº 8, pp. 147-158.
- GOMES, R. V. (1999) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus. Arqueologia e História (Séculos VIII-XIII)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- GOMES, R. V. (2000) – Insígnia de Peregrino, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, p. 319, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb) uma Cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcaçova*, Trabalhos de Arqueologia, Instituto Português de Arqueologia
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1981-1983) – Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossoyoba, *Nummus*, 2ª série, vols IV-VI, pp. 155-182, III ests.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2001) – *Palácio Almoada da Alcaçova de Silves*, Museu Nacional de Arqueologia, 154 pp., Lisboa.
- GRABAR, A. (1958) – *Les Ampoules de Terre Sainte, Monza, Bobbio*, Librairie C. Klincksieck, 70 pp., LVI ests, Paris.
- GRINDER-HANSEN, P. (1992) – Enseigne du pèlerinage de Saint-Jacques-de-Compostelle, *Les Vikings, Les Scandinaves et l'Europe 800-1200*, p. 355, Grand Palais, Paris.
- GUICHARD, P. (2000) – *L'Espagne et la Sicile Musulmanes aux XI<sup>e</sup> et XII<sup>e</sup> Siècles*, Collection d'Histoire et d'Archéologie Médiévales, nº6, Presses Universitaires de Lyon, 240 pp., 8 mapas, Lyon.
- HOFFMEYER, A. B. de (1982) – *Arms and Armour in Spain II. A Short Survey*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 310 pp., 126 figs, Madrid.
- HOHLER, C. (1957) – The badge of St. James, *The Scallop. Studies of a Shell and its Influences on Humankind*, pp. 49-70, The Shell Transport and Trading Company, Ltd., London.
- KISS, Z. (1989) – *Les Ampoules de Saint Ménas Découvertes à Kôm el-Dikka (1961-1981)*, Éditions Scientifiques de Pologne, Warszawa.
- LEITE, F. B. (1993) – *O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*, Livraria Minerva, Coimbra.
- LOMAX, D. W. (1965) – *La Orden de Santiago (1170-1275)*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- LOXTON, H. (1978) – *Pilgrimage to Canterbury*, David & Charles Ltd, 208 pp., London.
- MÂLE, É. (1902) – *L'Art Religieux du XIII<sup>e</sup> siècle en France: Étude sur l'Iconographie du Moyen Âge et sur ses Sources d'Inspiration*, Paris.

- PALOL, P. (s/d) – *Arte Paleocristiano en España*, Ediciones Polígrafa, S. A., 377 pp., 187 figs, Barcelona.
- PEREIRA, F. A. B. (1990) – Iconografia de Santiago, *A Ordem de Santiago- História e Arte*, pp. 141-149, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- PEREIRA, F. A. B. (1998) – Iconografia de São Tiago, *São Thiago Discípulo de Jesus e Fêz Guerra Contra os Mouros*, pp. 19-22, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- RUBINO MORENO, L. M. (1991) – *Leyes de Alfonso X. III – Contribución al Estudio de las Definiciones Léxicas de «Las Partidas» de Alfonso X el Sabio*, Fundación Sánchez Albornoz, Ávila.
- SOLER DEL CAMPO, Á. (1993) – *La evolución del Armamento Medieval en el Reino Castellano-Leones y Al-Andalus (siglos XII-XIV)*, Madrid.
- SPENCER, B. (1990) – *Pilgrim Souvenirs & Secular Badges*, Salisbury & South Wiltshire Museum, Medieval Catalogue, Salisbury.
- TORRES, C. (ed.) (1998) – *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, 335 pp., Lisboa.
- VASCONCELLOS, A. G. R. de (1894) – *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*, Coimbra.
- VASCONCELLOS, A. G. R. de (1930) – *D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal*, Marques Abreu, Porto
- WARD PERKINS, J. B. (1993) – *London Museum Medieval Catalogue 1940*, Anglia Publishing, VIII+319 pp., 90 figs, XCVI ests, Ipswich.
- WHEELER, M. (1957) – A symbol in Ancient Times, *The Scallop. Studies of a Shell and its Influences on Humankind*, pp. 33-48, The Shell Transport and Trading Company, Ltd., London.

# O CASTELO DE ANSIÃES: CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA IDADE MÉDIA NO VALE DO DOURO

António Luis Pereira\*

## Resumo

O Castelo de Ansiães, assim designado localmente desde tempos imemoriais, foi, na verdade, uma bem dimensionada vila medieval, um sítio que em termos arqueológicos está marcado por longa diacronia ocupacional e cujo início se documenta a partir do 3º milénio A.C. Este promontório teve ocupação permanente durante aproximadamente 5000 anos, processo que só foi concluído quando, já no séc. XIX, a última família abandonou o local. O sítio é um alforde de informação, um puzzle onde se mescla um complexo estratigráfico que nos últimos quinze anos tem vindo a constituir o objecto de estudo de equipa multidisciplinar que foi e está a ser enquadrada a partir de projecto de investigação arqueológica. Partindo desses dados arqueológicos, este texto apenas tem como pretensão apresentar o lugar, divulgá-lo através da exposição das principais linhas da investigação aqui efectuada e que, no nosso caso particular, apenas se centra no período que corresponde à ocupação medieval. Pelo carácter sintético que a nossa comunicação assumiu, optámos por tentar expor neste texto a sinopse de algumas temáticas que estamos a trabalhar na Vila Amuralhada de Ansiães. A primeira é o estudo do seu urbanismo; a segunda é a tentativa de reconstituição da sua paleodemografia.

## Abstract

The Ansiães Castle, as known since immemorial times, was in fact a well structured medieval town, a place archaeologically notorious by its long diachrony of occupation, which is documented to have started in the 3<sup>rd</sup> millennium BC. This promontory had a permanent occupation approximately during 5000 years, meeting this process an end when the last family has abandoned it in the 19<sup>th</sup> century. The site is a plot of ground full of information, a puzzling stratigraphic complex which constitutes the object of study of a multidisciplinary team for the last 15 years in the framework of an archaeological research project. Based on these archaeological data, this text only aims to present the site, notice it by exposing the main research avenues taking place there, but focusing in this paper on the period corresponding to the medieval occupation. Given the shortness of our communication to the congress, we have decided to present a synthesis of some of the questions with are working on in Walled Town of Ansiães. The first is the study of its urbanism; the second is an attempt of palaeodemographic reconstitution.

## 1. A localização da Vila Amuralhada de Ansiães

O Castelo de Ansiães situa-se na actual região de Trás-os-Montes e Alto Douro, num promontório granítico que se desenvolve na margem direita do rio Douro, na interface que separa a zona planáltica do encaixado vale onde se serpenteia o curso fluvial. Estas condições naturais de defesa ter-lhe-ão permitido, desde sempre, um efectivo controle geoestratégico sobre amplo trecho da região e condicionado todo o seu processo de evolução histórica.

Os rios Douro e Tua, respectivamente a Sul e Oeste, constituíram desde sempre os limites de área

com acentuada descontinuidade natural, revelada em curto espaço pela paisagem, pelo clima e pela alteração geológica. Aqui, o afloramento xistento do Vale do Douro é interrompido pelo granito do planalto de Ansiães, criando-se mancha de cantaria que se dirige para a margem meridional deste rio, no sentido de S. Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira), dando origem ao Cachão da Valeira. Num diminuto espaço geográfico identificam-se vectores ecológicos que integram entidades de ordenamento físico completamente diversas.

Neste território a fisiografia é condicionada por relevos recortados onde se rasgam vales encaixados e leitos de cursos de água que desenham terra com relevo muito declivoso. Contudo, o Castelo de Ansiães vai implantar-se num promontório granítico que emerge na orla de extensa área a Norte do vale onde

---

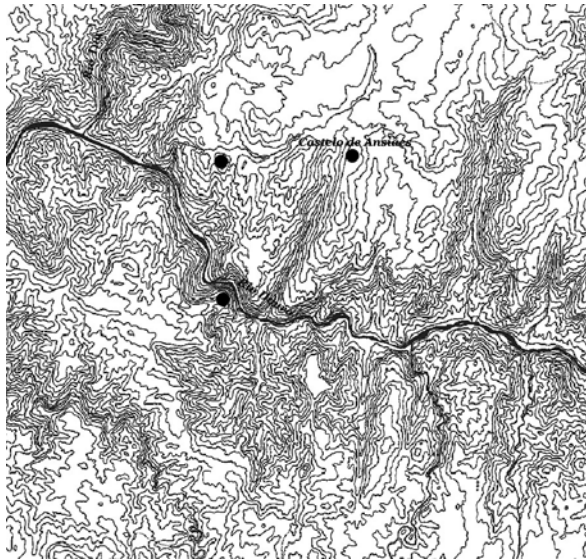
\* Arqueólogo, Extensão do IGESPAR, I.P de Trás-os-Montes; coordenador científico do Projecto Arqueológico do Castelo de Ansiães.



**Figura 1.** Localização de Ansiães na Península Ibérica.



**Figura 3.** Vista aérea da Planta Geral de Ansiães.



**Figura 2.** Localização de Ansiães no Vale do Douro.

se abre, em altitudes mais elevadas, o vasto planalto carzedense.

No fundo, a área geográfica onde se implanta a vila medieval de Ansiães é uma terra de contrastes, de grandes antagonismos geográficos que oscilam entre a terra quente e ribeirinha dos encaixados vales do rio Douro e Tua, e a terra fria e planáltica que se eleva a maiores altitudes. A primeira é a terra da vinha, da oliveira, das árvores de fruto, do xisto; a segunda é a terra do planalto, mais fria, zona de morfologia mais suave, das mais baixas temperaturas, dos cereais, da castanha e do granito.

## 2. Apresentação: Um sítio com 5000 anos de História

O processo de ocupação do morro ter-se-á iniciado durante o Calcolítico, tendo-se prolongado ao longo de 5 milénios consecutivos. Existem provas documentais de longa diacronia de ocupação deste lugar que só é definitivamente abandonado nos finais do séc. XIX. O processo ocupacional teve algumas oscilações consoante os diferentes períodos históricos (Calcolítico / Idade do Bronze – Idade do Ferro – Romanização – Idade Média – Idade Moderna).

Ao que tudo indica a área do Castelo de Ansiães foi submetida a intenso processo de romanização, estendendo-se os vestígios materiais dessa ocupação por vasta área que se desenvolve ao longo do sopé norte e nordeste do promontório granítico.

O templo de São João Baptista (extra-muros) será implantado em zona onde perdura conjunto de estruturas de vincada tipologia romana, sobretudo muretes e interfaces de muretes que na sua quase totalidade foram destruídos pela necessidade de implantação da necrópole exterior situada a norte do templo medieval.

O habitat que habitualmente é designado na bibliografia como povoado romano de Selores, nada mais é do que o prolongamento de um conjunto de vestígios de cronologia romana que se dispersam por espaço situado entre a igreja de S. João Baptista da Vila Amuralhada de Ansiães e as vertentes norte e



nordeste, constituindo o amplo campo abrigado e fértil que se estende próximo da aldeia de Selores. Os vestígios detectados ao longo desta extensa área dão continuidade a um núcleo inicial que se desenvolve na vinha contígua ao templo de S. João Baptista.

Os indícios materiais filiados num horizonte cronológico concomitante com a fase de romanização deste território, constituem-se aqui por uma grande quantidade de fragmentos de *tegula imbrices*, tijolo, *terra sigillata hispânica*, cerâmica de utilização comum, uma fíbula, pesos de tear e alguma pedra aparelhada. Leite de Vasconcelos refere ainda o aparecimento de uma ara e de tesouro de denários republicanos e imperiais que surgiram numa "*vinha situada ao pé do Castelo dos Mouros, arredores de Celouros*" (Vasconcelos, 1918, p. 23).

O povoado romano de Selores constitui o prolongamento do núcleo inicial do assentamento que desde o III milénio A.C se instalou no monte do Castelo de Ansiães, dando-se assim continuidade à longa diacronia da ocupação de todo este espaço, cujo epicentro nunca deixou de ser o morro que mais tarde, durante a Idade Média, veio a dar origem à vila medieval.

Esta vocação para a defesa natural adquire particular importância durante o processo da Reconquista Cristã. Nesta altura Ansiães obtém a sua primeira carta de foral. O documento outorgado em meados do séc. XI pelo rei leonês Fernando Magno, constitui um dos mais antigos forais do espaço geográfico definido pelas actuais fronteiras do território português.

Durante a fase alti-medieval, o local possuía já uma longa e remanescente herança cultural, factor decisivo para se estruturar como centro fulcral na zona fronteira do rio Douro. Os séculos XII, XIII, XIV e XV, definem período exponencial de crescimento deste reduto amuralhado. Afonso Henriques em 1160; Sancho I em 1198; Afonso II em 1219 e finalmente D. Manuel I em 1510 reconhecem ou promulgam forais da Vila amuralhada de Ansiães.

A confirmação do foral pelo primeiro rei português inclui ainda a primeira delimitação do termo de Ansiães que compreendia espaço geográfico situado "*per littore Dorio de cabeza de requeixo usque in fraga de azaiaim et per portela de mauro usque in cima de ualle de torno cum suas teleiras usque in cruce de freisinel*" (PMH, Leges, 347).

Aquela delimitação deixa implícita a confrontação a oeste com Linhares, que pela mesma altura de Ansiães terá também recebido Carta de Foral de Fernando Magno. No entanto, esta segunda circunscrição territorial sofre um processo de decadência crescente e no reinado de D. Sancho II acaba por integrar o termo de Ansiães.

Este primeiro alargamento territorial revela uma consolidação progressiva da importância urbana que a vila teve ao longo de toda a Idade Média. Mas será na Baixa Idade Média que Ansiães se impõe estrategicamente numa região fulcral do expansionismo cristão, adquirindo assim estatuto urbano que atinge o seu apogeu durante os séculos XIII e XIV. A vila impõe-se progressivamente como a cabeça de território que abrange espaço diversificado de recursos e onde vão proliferando pequenos aglomerados e casais agrícolas.

Será nesse contexto que, em 1277, o rei D. Afonso III lhe concede Carta de Feira. Esta realizava-se a meio de cada mês e tinha a duração de um dia completo. A prerrogativa deste monarca atesta, de certa forma, a pujança e a dinâmica de crescimento que durante a Baixa Idade Média Ansiães detém na região de Trás-os-Montes, sendo a sua feira, a par da de Bragança, um dos locais transmontanos onde o comércio estava instituído por diploma régio.

Quase um século mais tarde, em 1372, o rei D. Fernando doou "*a sua terra d'Ansiães do almoxarifado da Torre de Meencorvo a Joham Rodriguez Porto Carreiro em pagamento de sua conthia*" (Alves, 1983, pp. 208, 209, nº 51). Este episódio parece inaugurar uma nova fase da história ansianense. A doação à família Porto Carreiro constituiu uma medida administrativa inserida em conjuntura económica, social, política e militar bastante adversa.

Mesmo assim, o povo de Ansiães revela-se pacífico e exclusivamente norteado em prol do interesse nacional. Os problemas só surgem quando João Rodrigues Porto Carreiro assume posição cada vez mais pro-castelhana, posição essa que vem a revelar integralmente durante a crise de 1383-85. A política seguida por este senhor vai-se incompatibilizar com as aspirações e interesses do velho concelho, e como consequência a população revolta-se, escorraça-o e posteriormente impõe-lhe uma derrota em Vilarinho da Castanheira.



**Figura 4.** Vista aérea da vila amuralhada de Ansiães.

Banidos os Porto Carreiro, o povo de Ansiães ganha prestígio aos olhos da nova dinastia. E quando D. João I chega ao poder, a localidade impõe-se mais uma vez como um dos principais centros “urbanos” na região transmontana.

Datam deste período um conjunto de doações e privilégios. Logo em 1384 são doadas “*pera sempre aos homens boões e concelho dAnciaães*” (Alves, 1983, p. 210, nº 53) as terras que foram de João Rodrigues Porto Carreiro. Esta doação incluía todos os bens móveis ou de raiz, bem como quintas e casais que o dito senhor possuísse dentro da vila e no seu termo, “*os quaees elle perdeo por seer com elrrej de Castella em deserviço destes regnos e senhor*” (Alves, 1983, p. 210, nº 53). Simultaneamente Vilarinho da Castanheira é dada por termo a Ansiães, passando a partir de 12 de Junho de 1384 a enquadrar a sua jurisdição administrativa.

A posição assumida pelo povo ansianense durante a crise de sucessão, ao tomar “*voz por Portugal*”, em detrimento de outros concelhos e senhores que na mesma altura se “*bandearam*” com Castela, foi determinante para construir aos olhos do novo monarca uma forte referência de apoio à sua causa na região de Trás-os-Montes. Por esse motivo e durante o seu reinado sucederam-se privilégios outorgados como nítidos actos de reconhecimento.

Assim, em 1384 um diploma régio obriga os habitantes de Freixiel, Abreiro e Murça a concorrer para o levantamento dos muros e torres de Ansiães. Ao que se sabe, a dita vila estava cercada na maior parte por muros constituídos por pedra miúda, e são os homens bons do concelho que na altura se dirigem

ao monarca para reclamarem um sistema defensivo mais monumental e condizente com o prestígio que a localidade gozava na região. Por isso, esses mesmos homens bons a quiseram fortalecer com pedra de canto talhado e torres, embora para tal não possuíssem “*ajuda de nenhua parte salvo as meas terças das egrejas da dita villa.*” (Alves, 1983, pp. 212, 213, nº 55)

Estas limitações orçamentais levaram a que o monarca da nova dinastia desse por *adua* os lugares de Freixiel, Murça e Abreiro, a fim de com os seus peões participarem na ajuda das obras e trabalhos relacionados com a construção do novo sistema de amuralhamento. Além da prestação da *adua* ou *anú-duva*, os moradores dos referidos lugares estavam obrigados ao pagamento de um imposto em dinheiro, devendo este ser tributado em função dos “*bees que cada huu ouver de guisa que sejam todos iguallados como devem com os da dita villadAnciaães*” (Alves, 1983, pp. 212, 213, nº 55).

Infere-se daqui que o carácter monumental do sistema defensivo que ainda hoje possui a antiga vila foi projectado e construído já muito próximo dos finais do séc. XIV. Antes desta data o local deveria apresentar um aspecto mais modesto com muralhas mais simples e sucessivamente adaptadas às estratégias defensivas que os diferentes períodos cronológicos e respectivas ocupações foram exigindo.

Em 11 de Outubro de 1386 D. João I confirma ao concelho todos os privilégios, foros e liberdades, ao mesmo tempo que isenta os moradores da vila e do termo do pagamento de portagens e costumagens. Em 1422 e em aparente contradição com o anteriormente legislado, D. João doa “*de juro e herdade a Vasco Pires de Sampaio com todos os direitos, rendas, foros e portagens, as vilas de Anciaães, villarinho da Castanheira, villa Flor, Torre de Moncorvo e Mós lugares acastellados com todos seus termos.*” (Alves, 1983, pp. 231, 232, nº 64)

Esta doação permitiu que o controlo efectivo da vila passasse para uma nova família, a família Sampaio, que pelo menos durante os séculos XV e XVI manteve Ansiães em seu domínio por intermédio de conjunto de confirmações régias que permitiram que vários dos seus membros se sucedessem na posse da sua jurisdição.

O processo dinâmico que conduziu à monumentalidade de Ansiães testemunha o seu antigo prestígio dentro da região transmontana, onde ao longo de toda a Idade Média se instituiu como importante espaço concelhio.

A dimensão e imponência desta antiga vila permitem adivinhar áureos momentos do seu secular desenvolvimento. Contudo, os finais do séc. XV, e particularmente o séc. XVI, marcam o início de uma transformação demográfica traduzida na perda, cada vez mais acentuada, da importância urbana do reduto amuralhado, em função do desenvolvimento de outras localidades que constituíam o território concelhio. É certo que em 1443 o rei D. Afonso V atribuiu aos besteiros de Ansiães grandes privilégios e isenções, e que em 1510 o rei D. Manuel I lhe outorga novo foral. Todavia, uma tendência de carácter depressivo atingira já o local, e em 1527 algumas aldeias que constituíam o município contavam com população superior à de Ansiães. Nas centúrias seguintes este movimento acabou por se agudizar, culminando na transferência do Paço do Concelho para Carrazeda, acto que ocorreu em 1734 pelo facto de no antigo reduto residir número bastante reduzido de pessoas. Deste modo acelerou-se o processo de abandono de um local, que foi ininterruptamente ocupado ao longo de 5.000 anos.

### 3. Dados gerais sobre a Estruturação Urbana da Vila Medieval de Ansiães

Quem ainda hoje visitar a vila amuralhada de Ansiães, facilmente se aperceberá que do antigo reduto amuralhado ainda pervive uma monumental estrutura defensiva formada por dupla muralha de alvenaria granítica. São ainda perceptíveis dois espaços distintos que constituem os elementos gerais e caracterizadores do urbanismo medieval. O primeiro espaço, situado a cotas mais elevadas, corresponde à primitiva implantação roqueira. Este perímetro é definido e organizado a partir de sólida muralha de configuração ovalada que se reforça com cinco torreões quadrangulares. Dentro do seu perímetro é possível identificar conjunto de vestígios estruturais em estrita articulação com a torre de menagem e seus respectivos anexos. É também neste espaço que se situa a cisterna do povoado e uma série de alinhamentos de alicerces que fazem adivinhar a presença de antigos edifícios com suposta funcionalidade militar. Trata-se de área com autenticada especialização defensiva definida a partir do traçado de pequena mas consistente muralha que se reforça por cinco torreões quadrangulares. Trata-se de uma espécie de último reduto destinado a albergar os moradores em caso de contenda bélica.

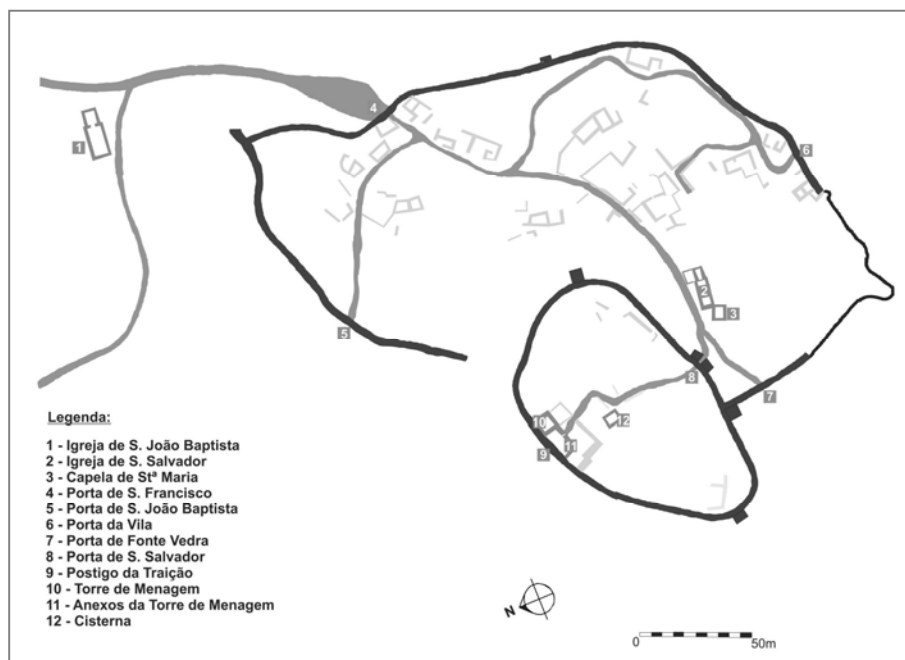


Figura 5. Planta geral da vila amuralhada de Ansiães.

A vila propriamente dita estruturava-se ao longo das pendentes e plataformas que se desenvolvem imediatamente abaixo desse primeiro terraço, formando uma segunda plataforma onde se concentravam as zonas habitacional e produtiva do aglomerado. Esta zona é também cingida por muralha de pedra de cantaria lavrada e esquadriada que cerca o povoado pelos sectores ocidental, sul, oriental e norte. Esta segunda muralha, com extensão superior a 600 metros e apenas três torres quadrangulares, arranca do sector ocidental, junto de torreão que integra a primeira cerca, desenvolve-se com traçado algo sinuoso no sentido oriental, segue posteriormente em direcção a norte e vem ligar-se, já no sector ocidental, ao pano norte da muralha da plataforma superior, dando origem a espaço interno de grande dimensão, mas com um perímetro bastante irregular.

Desta planta geral emerge organização urbana assente em dois eixos estruturantes que acompanham a rota dos pontos cardiais. Um primeiro eixo de ligação interna arranca a Norte, junto da porta de S. Francisco, e dirige-se para Sul, culminando na porta de Fonte de Vedra. O segundo, parte da Porta da Vila, a Oriente, e vem culminar no outro extremo ocidental, junto da porta de São João Baptista. A partir destes fulcros estruturantes partem depois pequenas ruas, vielas e arruamentos que organizam o intrincado da malha urbana.

Nesta organização espacial, ressalta em posição destacada, a igreja de S. Salvador que se ergue impo-nentemente na zona mais alta da área habitacional. O templo é rodeado por largo que integra a antiga necrópole medieval, conforme foi apurado a partir de escavações arqueológicas ali realizadas. Já no exterior, fora do complexo defensivo, vamos deparar com a Igreja de S. João Baptista, templo que exhibe traçado arquitectónico com alguma simplicidade, mas que cronologicamente já foi classificado como o templo mais antigo do povoado.

Na essência, o urbanismo da antiga vila medieval de Ansiães suporta-se em dois espaços distintos que se adaptaram às características morfológicas de morro que se ergue na parte terminal sul do planalto carrazedense, numa zona de interface entre o altiplano e os vales encaixados dos rios Douro e Tua.

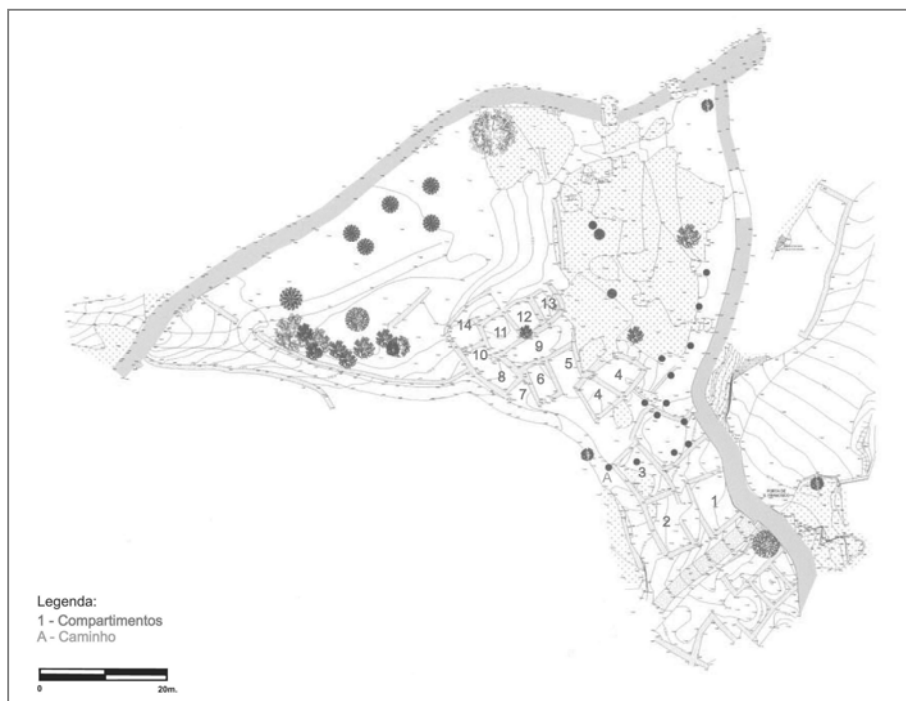
### *3.1. O Bairro 1 como espaço de ensaio para uma intervenção de maior envergadura*

Convém sublinhar, dado a dimensão deste arqueossítio, bem como o estado de ruína que o mesmo atingiu, que a tentativa de avaliar a estruturação urbana de Ansiães está sempre reduzida a um claro exercício de interpretação subjectiva, uma vez que a definição do traçado dos alicerces que sobrevivem no local está também condicionada pela grande quantidade de derrubes pétreos que se foram acumulando ao longo dos tempos. Só uma gigantesca tarefa de trabalhos susceptível de levar à remoção de todos esses derrubres permitiria clara e completa percepção da planta urbana de Ansiães.

Na ânsia de apreender aspectos mais concretos desta realidade, optamos, dentro do processo de intervenção arqueológica, por definir pequena área de intervenção para efectuar metódico levantamento de derrubres, a fim de definir com maior precisão aspectos relacionados com a composição da casa medieval, bem como com os aspectos construtivos com ela relacionados. A área seleccionada localizou-se no extremo norte do recinto amuralhado, entre a porta de S. Francisco e a porta de S. João Baptista. Se para alguma coisa serviu esta operação, antes de mais ajudou a perceber que a empreitada de remoção total dos derrubres que obstaculizam a compreensão geral do urbanismo de Ansiães é uma tarefa que, se um dia se vier a concretizar, poderá demorar anos, uma vez que esta é uma operação que implica e exige metodologia adequada para não colocar em risco os elementos vestigiais que muitas das vezes se resumem a débeis muretes de pedra assente a seco.

Portanto, qualquer operação tendente a tornar a vila de Ansiães numa ruína livre de entulhos, será sempre uma operação lenta e implicará a adopção de onerosas medidas de conservação e restauro dos elementos que com essa acção forem colocados a descoberto.

O nosso trabalho, além de tentar equacionar algumas das questões para a problemática da casa medieval, funcionou ainda como um ensaio geral capaz de pôr à prova o comportamento das estruturas depois de exumadas debaixo da pressão dos amontoados de entulhos. Mais uma vez se recorreu à dinâ-



**Figura 6.** Planta geral do bairro intervenido.

mica da análise e interpretação multidisciplinar, estando envolvidos neste processo alguns técnicos de engenharia e de restauro que presentemente estudam as medidas de preservação mais consentâneas com a realidade material e ambiental da estação arqueológica. Os sistemas de consolidação, de capeamento ou de drenagem de águas pluviais são, entre outros, alguns dos parâmetros que estão a ser avaliados para que no futuro possam ser adoptadas as medidas de restauro mais ajustadas a este caso particular.

Na zona que a partir de agora passaremos a designar por Bairro 1 efectuou-se o levantamento total dos derrubes que se acumulavam em 14 compartimentos estruturantes de quarteirão habitacional que enquadrava algumas estruturas de produção. Para uma descrição mais operativa a nível terminológico vamos aqui adoptar a designação de compartimento para as diferentes áreas que foram sendo libertadas dos derrubes. O termo compartimento aplica-se a todas as estruturas que organizam um espaço fechado, ou provido de uma entrada ou abertura. Nesta primeira análise não se valorizam aspectos de conjunto, tentando apenas captar-se os significados das realidades mais evidentes que emergiram do

registo. Só numa fase posterior tentaremos fazer interpretação mais globalizante do espaço em estudo.

Numa análise de cunho mais globalizante o bairro 1 poderá ser interpretado com alguma variedade de elementos, sendo de sublinhar a coexistência de estruturas de produção como uma forja, lagar e moinho com unidades de habitação familiar. O conjunto habitacional integra declaradamente unidades activas de produção que se intercalam ou incluem directamente na estrutura das unidades habitacionais. No nosso exemplo deparamos com duas casas de estrutura de maior qualidade no início do quarteirão, junto do cruzamento dos dois eixos estruturantes do urbanismo local.

Os exemplos 1 e 2 apresentam aparelho construtivo de melhor qualidade, surgindo com blocos de pedra bem aparelhados que são colocados com recurso a junção por argamassa. Estes dois exemplos habitacionais poderão testemunhar construção em dois pisos, embora esta nossa hipótese esteja desprovida de qualquer prova documental. A tipologia volumétrica da casa em dois pisos, com escada exterior em pedra que conduz ao piso de sobrado, é uma realidade construtiva que surge entre a sociedade camponesa

com maior frequência a partir do Período Medieval. No rés-do-chão organizava-se o espaço que respondia directamente às necessidades económicas do agregado familiar; era um espaço destinado aos gados, funcionado paralelamente como local de armazenamento de produtos e alfaias agrícolas. No piso de sobrado a casa integrava uma ordem divisória que respondia às necessidades da organização social e funcional do agregado familiar.

Importância crucial possui o exemplo do compartimento 9 que parece tratar-se de área comum a este pequeno núcleo de habitações, espaço interno, em forma de U, a partir do qual se organizam as diversas estruturas. A sua planta, que se abre ao exterior pelo lado nascente, confere-lhe a configuração de pátio interno, abrigado, que poderia servir para guardar os gados ou as alfaias das pessoas que à sua volta estruturaram as habitações. Este pátio central surge-nos como o núcleo estruturante de todo o conjunto e que, por certo, foi habitado por mais do que uma família.

Não sabemos se no bairro 1 da vila de Ansiães estaremos perante tipologias construtivas de casas de dois pisos. Os actuais vestígios, constituídos por alicerces que na maioria dos casos não ultrapassam 1 metro de altura, não nos permitem superar o campo das meras hipóteses, tendo estas apenas por base uma análise limitada dos vestígios materiais disponíveis. Quando colocamos a hipótese da estrutura 1 e da estrutura 2 do bairro serem casas que organizavam a sua volumetria em dois pisos, estamos apenas apoiados num elemento considerado como bastante insuficiente. Na verdade, na nossa óptica, e depois de anali-

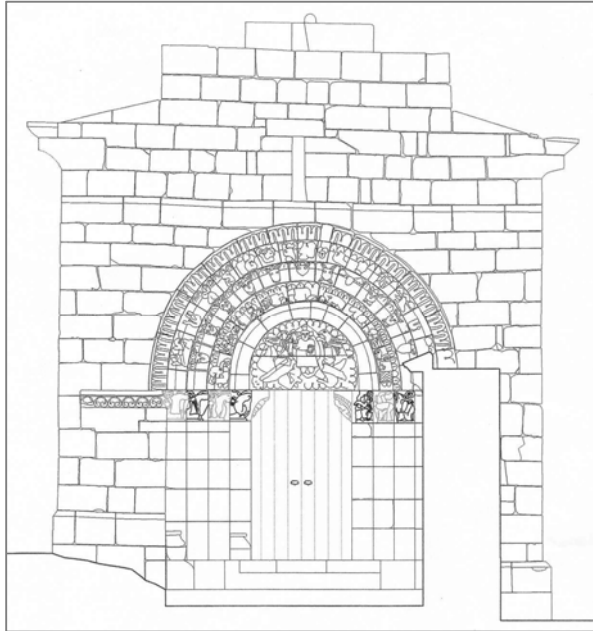
sar com algum cuidado os aparelhos construtivos que permaneceram a nível dos alicerces destas estruturas, apenas os aparelhos das estruturas ou compartimentos 1 e 2 tinham solidez a nível da técnica construtiva capaz de sustentar casa em dois pisos. Os restantes aparelhos são muito menos sólidos, menos espessos e denunciam técnica bastante elementar, que no fundamental consistia na edificação de paredes a partir da colocação directa de pedra a seco, sem qualquer elemento ligante que desse maior consolidação geral à construção. Nestes casos somos obrigados a supor que qualquer tentativa de edificação em dois pisos seria sempre uma empresa arriscada e susceptível de provocar alguns dissabores. Portanto, todas as restantes construções que integram o bairro 1 da vila amuralhada de Ansiães podem ser interpretadas como estruturas simples, de um só piso térreo capaz de satisfazer a estrutura organizacional dos agregados familiares de então.

Tendo por base a análise, ainda que bastante parcelar, das estruturas colocadas a descoberto no Bairro 1, e numa tentativa de começar a colocar as primeiras hipóteses interpretativa para o urbanismo da vila medieval de Ansiães, poderemos, ainda que timidamente, esboçar as primeiras conclusões:

1. A estruturação do bairro 1 integra dentro do conjunto habitado unidades distintas de produção como lagar, moinho e possível forja;
2. Predominam as construções habitacionais de um só piso, que na maior parte dos casos incorporam na sua planta arquitectónica um, dois, ou mais raramente, três divisórias;



**Figura 7.** Fachada Sul da igreja de S. João Baptista.



**Figura 8.** Portal frontal da igreja de S. Salvador.

3. As casas do bairro estendem-se ao longo de uma das principais vias de circulação que existem no interior do povoado, estabelecendo contacto directo com a mesma através de portas que dão acesso ao interior das habitações;

4. Preferencialmente, as habitações e estruturas produtivas organizam-se em função de pátio central, em forma de U, que funciona como núcleo estruturante da área habitada, a partir da qual é colocada, ordem estética e funcional, à edificação geral processada no bairro.

#### 4. Os templos da vila medieval de Ansiães

Marcas indeléveis deste urbanismo são, sem dúvida, os dois templos que se erguem dentro e fora do recinto amuralhado. São duas as igrejas que se encontram associadas ao espaço urbano da antiga vila medieval. De arquitecturas algo diferenciadas, as igrejas de S. João Baptista extra muros e a Igreja de S. Salvador intra-muros, revelam-se como dois exemplares bastante distintos que exibem particularismos próprios quer a nível da natureza plástica / decorativa, quer a nível da cronologia que está inerente a cada um. São estes os espaços centrais do nosso estudo e o principal objecto da análise e da interpretação que pretendemos prioritariamente centrada num variado

leque de espólio material e osteológico que tem sido utilizado na reconstrução de alguns dos vectores da cultura e da demografia do sítio.

Tanto um como o outro templo foram sujeitos a algumas campanhas de escavações arqueológicas, tendo daí resultado pesquisa centrada em espaços bem definidos que coincidiram com as necrópoles que, de forma similar, ocupavam os espaços interiores e exteriores de cada uma das duas igrejas. É desse trabalho que aqui fazemos a tentativa de uma primeira síntese.

#### 5. O espaço dos mortos: uma paleodemografia em construção

A intervenção arqueológica na vila medieval de Ansiães teve como objectivo de fundo o estudo da antiga população medieval. O projecto foi concebido de forma a serem fomentadas várias colaborações em domínios cujas especialidades se tornam indispensáveis num processo de investigação arqueológica.



**Figura 9.** Pormenor do tímpano do tipo pantocrator da igreja de S. Salvador.



**Figura 10.** Vista aérea da igreja de S. João Baptista.

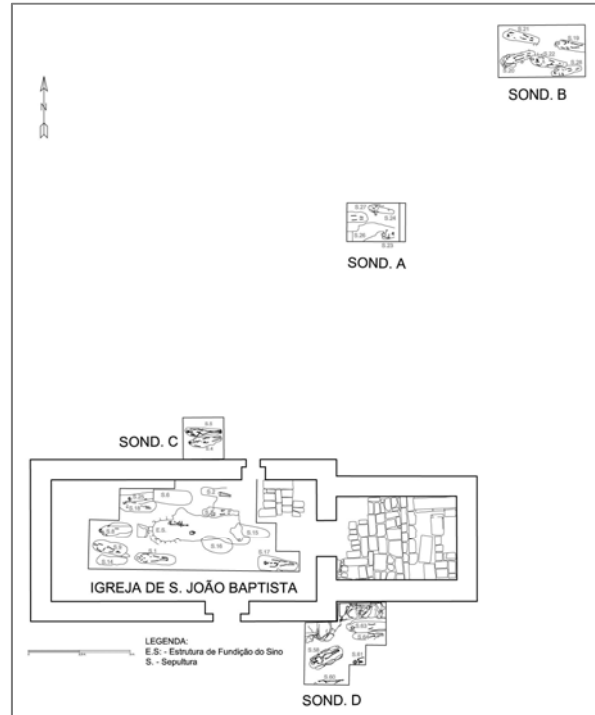
Em colaboração com especialistas nos domínios da Paleobiologia e da Arqueometalurgia, bem como o recurso às ciências exactas onde assentam os métodos de análises químicas, procurou-se conhecer os processos de formação e transição das diversas realidades, com especial destaque para os contextos Baixo-Medievais (sécs. XI a XV), período que correspondeu a uma ascensão e posterior declínio da importância urbana desta vila medieval.

O processo de investigação acabou por levar ao levantamento de algumas características paleodemográficas e paleopatológicas desta população medieval. Com esse propósito definiram-se atempadamente áreas prioritárias de actuação onde foi exercido todo o trabalho de pesquisa. As igrejas de S. João Baptista e de S. Salvador foram o alvo prioritário deste processo que pretendeu definir um quadro relativo de aproximação à estimativa da mortalidade diferencial, à esperança média de vida, à proporção entre os sexos, às características físicas, assim como à extracção de dados sobre as patologias mais frequentes desta antiga população.

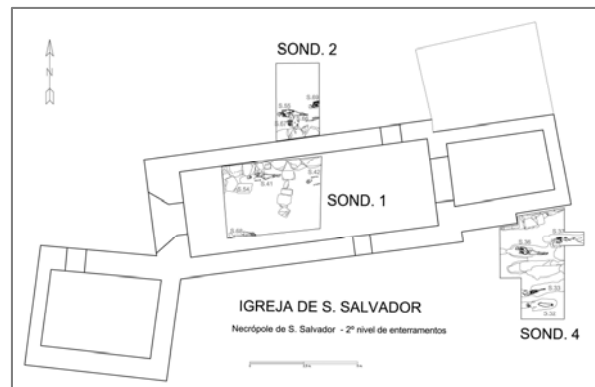
A totalidade do material osteológico até ao momento recolhido e analisado permitiu inferir o quadro geral das principais características demográficas da população medieval de Ansiães. Os elementos arqueológicos recolhidos permitiram constatar a existência de grande variedade tipológica de enterramentos, embora a prática mais comum seja constituída por enterramentos abertos directamente na terra e sem a presença de qualquer tipo de estrutura delimitativa. Este tipo de estruturas coexiste com outras definidas total ou parcialmente por pedras avulsas, com sepulturas escavadas no saibro e com sepulturas abertas na rocha.

O ritual de enterramento também não difere muito dos registados em outros locais estudados. O morto seria inumado em decúbito dorsal, com a face voltada para nascente, envolto por sudário, como se depreende da ausência de espólio relacionado com o vestuário.

A posição de inumação mais usual é com os antebraços colocados paralelamente um ao outro, sobre a zona do tórax, existindo também casos, ainda que mais raros, em que os antebraços se encontravam posicionados lateralmente ao corpo. Relativamente aos membros inferiores encontram-se de forma quase



**Figura 11.** Planta geral da intervenção arqueológica na necrópole de S. João Baptista.



**Figura 12.** Planta geral da intervenção arqueológica na necrópole de S. Salvador.

constante dispostos alongadamente. As únicas excepções dizem respeito a alguns indivíduos que aparecem com os membros inferiores cruzados. Com os dados disponíveis e devido sobretudo à ausência de elementos comparativos, será um pouco difícil conjecturar sobre as razões para esta ocorrência. No entanto, poder-se-á considerar que a falta de espaço pode ter sido factor determinante para que o indivíduo tivesse



sido inumado nessa posição. Outra hipótese que se pode colocar diz respeito a um qualquer ritual, apenas observado nas necrópoles de Ansiães.

Efectivamente, os indivíduos detectados nesta posição dispõem os pés da mesma maneira como os pés de Cristo foram posicionados na cruz, na altura em que foi crucificado. Do ritual de enterramento faz ainda parte a deposição do óbolo a Caronte. Nestes casos, os numismas encontravam-se posicionados junto à pélvis, devendo ter sido colocados por altura da inumação na mão dos indivíduos.

Na necrópole de S. João foi ainda identificado caso em que existe nítida associação de peça de carácter votivo com um sepulcro antropomórfico escavado na rocha. Aqui foi propositadamente escavado pequeno nicho de forma semicircular, no lado direito

da sepultura e logo abaixo da zona do encaixe dos ombros, com o propósito de depositar pequeno recipiente de vidro.

Este tipo de associações são interpretadas como um acto que testemunha a perduração dos costumes pagãos que se encontravam amplamente enraizados entre as populações cristãs mas que tendem a diminuir ao longo da Idade Média.

Se se tentar encontrar uma relação entre os sexos, verifica-se que as amostras estudadas revelaram grande equidade entre homens e mulheres. A nível da mortalidade infantil/juvenil apenas foram detectados vários indivíduos de sexo indeterminado, o que em termos percentuais aponta para elevada mortalidade infantil/juvenil. Os jovens e as crianças são enterrados no mesmo espaço cemiterial dos adultos, não se registando qualquer distinção.

A nível das estaturas, verificou-se que as alturas médias variam entre 153, 64 cm e 158, 20 cm, havendo algumas situações em que estes valores são largamente ultrapassados, chegando a atingir, em alguns casos isolados, os 170 cm.

Nos vestígios osteológicos que constituíram as amostras laboratoriais foram diagnosticadas patologias relacionadas com stress traumático, artroses, entesopatias, fracturas, traumas antemortem, hipertose porótica e *cibra orbitalia* – provocadas pela ocorrência de anemias –, osteocondrose e craniostenoses, lesões pórticas e sinusites. A perda de dentes antemortem é

uma constante e resulta de deficiente higiene oral e de alimentação rica em carboidratos.

No parâmetro da esperança média de vida verificou-se que muito raramente os indivíduos que constituíram a nossa amostra ultrapassaram a idade de 40 anos. A nível do ritual de enterramento verifica-se o comumente observados em outros casos detectados na região. Os indivíduos são inumados com sudário, sem qualquer espólio, com os membros inferiores alongados em disposição paralela, os membros superiores dispostos em forma simétrica, e de cabeça voltada para nascente.

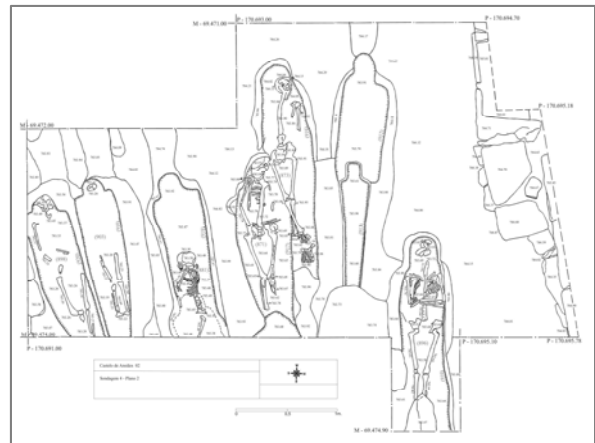


Figura 13. Pormenor do registo efectuado na igreja de S. Salvador.



Figura 14. Vista geral da escavação da igreja de S. João Baptista.



**Figura 15.** Um enterramento.

## Bibliografia:

- ALVES, F. M. (1983) – *Memórias Histórico-Arqueológicas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Bragança.
- COSTA, Pe. A. C. da (1706) – *Corographia Portuguesa*, 3 vols, Lisboa.
- FERNANDES, P. A. (2001) – A Igreja românica de S. Salvador de Ansiães, *Brigantia*, vol. XXI(1/2), pp. 31-51.
- FERREIRA, C. F. (1982) – *Carrazeda de Ansiães. Notas Monográficas*, Lisboa.
- LEMONS, F. S. (1987) – A Vila fortificada de Ansiães; notícia preliminar das sondagens arqueológicas realizadas em 1987, na Vila fortificada de Ansiães, *Cadernos de Arqueologia*, série II, vol. 5, pp. 51-64.
- MESQUITA, J. M. de M. (1857) – *Memórias Etymológicas e Históricas do Concelho de Ansiães*, Typografia Comercial Portuense, Porto.
- MORAIS, J. P. de; MAGALHÃES, A. de S. P. de. (1985) – *Memórias de Ansiães*, Carrazeda de Ansiães.
- PEREIRA, A. L. (2008) – *O Castelo de Ansiães: Contributo para o Estudo da Idade Média no Vale do Douro*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- PEREIRA, A. L.; LOPES, I. A. J. (2008) – *Carrazeda de Ansiães – Terra com Marcas do Tempo*, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Carrazeda de Ansiães.
- PEREIRA, A. L.; LOPES, I. A. J. (2008) – *Castelo de Ansiães – 5000 anos de História*, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Carrazeda de Ansiães.
- PEREIRA, A. L.; SOARES, N. M. (1996) – Intervenção Arqueológica na Vila Medieval de Ansiães, *Douro - Estudos e Documentos*, vol. 1, pp. 281-283.
- PEREIRA, A. L.; SOARES, N. M. (1997) – Ansiães, Um povoado com rupturas no seu processo histórico?, *Douro – Estudo e Documentos*, vol. 4, pp. 63-76.
- PEREIRA, A. L.; LOPES, I. A. (2005) – *Património Arqueológico do Concelho de Carrazeda de Ansiães*, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Carrazeda de Ansiães.
- TABORDA, V. (1987) – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*, Livros Horizonte, Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. de (1918) – Coisas Velhas, 95. Castelo de Moiros (Ansiães), *O Archeologo Português*, vol. 23, p. 356.

# O MUDEJARISMO EM PORTUGAL – O ESTADO DA QUESTÃO

José Custódio Vieira da Silva\*

## Resumo

A mais antiga referência ao “gosto mourisco” em Portugal, no século XVIII, encontra-se no Palácio Nacional de Sintra. As suas remotas alterações na ancestralidade árabe, as quais foram efectuadas ao longo da Idade Média; a sedimentação histórica de todo o peso mítico da Serra de Sintra, desde a remota Antiguidade; o gosto pelo pitoresco e exótico evidenciado pelos escritores românticos – tudo contribuiu para fazer deste palácio um dos mais visíveis ícones do fascínio por estes exotismos orientais. A percepção deste gosto “mourisco” no Palácio de Sintra foi responsável, no final do século XIX, pela atenção dada ao conjunto de manifestações arquitectónicas que, localizadas principalmente na cidade de Évora e nas suas imediações, não deixaram dúvidas quanto à sua ancestralidade árabe. Assim nasceu o estilo manuelino-mourisco. Esta designação foi usada pela primeira vez por Gabriel Pereira (1847-1911) e observava principalmente o facto de que todas estas manifestações respeitavam as primeiras décadas do século XVI. Até à segunda metade do século XX, a visão do problema entre os estudiosos da arte portuguesa continha as seguintes premissas: o “Mourisco” (ou Luso-Mourisco), articulado em dois eixos - o Palácio de Sintra e a cidade de Évora (e seus arredores); uma cronologia, apenas respeitante à arte manuelina, no final da Idade Média; uma total diferenciação em relação ao Mudejarismo de Espanha. Em 1944, F. Pérez Embid elabora a primeira síntese, dando o seu trabalho visibilidade e aceitação ao termo e ao conceito de Mudéjar em Portugal, embora diferente do da restante Península. Contudo, a proposta de F. Pérez Embid entendia o Mudejarismo apenas como uma das variantes da arquitectura Manuelina, restringindo-a apenas aos dois locais já mencionados (Sintra e Évora). É apenas na segunda metade do século XX que o conceito de Mudéjar ganha amplitude, quando Pedro Dias questiona a origem, as manifestações, o âmbito cronológico e a geografia do Mudejarismo. Ao incluir pela primeira vez tectos alfarge no Mudéjar, conservados principalmente no norte do País, ele alarga a conceptualização de F. Pérez Embid e estende a geografia do Mudejarismo ao retirá-lo da área alentejana, onde se encontrava aprisionado; ao aceitar a existência de Mudejarismo em Portugal desde o período românico até à era manuelina, ele dilata os seus pressupostos metodológicos e conceptuais.

## Abstract

The earliest reference to a “Moorish” sensitivity in Portugal, in the 18th century, is in the National Palace of Sintra. Its distant Arab ancestry; changes, which were made throughout the Middle Ages; the historical sedimentation of all the mythical weight of the mountains of Serra de Sintra, from the remote Antiquity; the taste for picturesque and exotic sought by the romantic writers – everything came together to make this palace one of the most visible icon of the fascination for these oriental exotisms. The perception of this “Moorish” sensitivity in the Palace of Sintra was responsible, in late 19th century, for the attention given to the set of architectural manifestations that, located particularly in the city of Évora and the surrounding area, left no doubts about its Arab ancestry. Thus, was born the manuelin-moorish style. This designation was used for the first time by Gabriel Pereira (1847-1911) and regarded mainly the fact that all these manifestations concerned the first decades of the 16th century. Until the second half of the 20th century, the vision of the problem between those studying Portuguese art contained the following statements: a “Moorish” one (or Luso-Moorish), articulated in two outbreaks – the Palace of Sintra and the city of Évora (and their surroundings); a chronology only reported to Manueline art, at the end of the Middle Ages; a total differentiation regarding Mudejarism in Spain. F. Pérez Embid made the first synthesis in 1944, his work having given visibility and acceptance to the word and to the concept of Mudejar in Portugal, although different from the one in the remaining Peninsula. However, the proposal from F. Pérez Embid regarded Mudejarism only as one of the variants of Manueline architecture, restricting it only to two foci already mentioned (Sintra and Évora). It is only in the second half of the 20th century that the concept of Mudejar gains amplitude, when Pedro Dias questions the origin, the manifestations, the chronological scope and geography of Mudejarism. When including for the first time alfarge ceilings, mainly preserved in the north of the country, in Mudejar, he widens the conceptualisation by F. Pérez Embid and extends the geography of Mudejarism by withdrawing it from the area of Alentejo, where it was kept imprisoned; by accepting the existence of Mudejarism in Portugal from the Romanesque period until de Manueline era, he widens his methodological and conceptual assumptions.

---

\* Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

Uma das primeiras alusões, em tempos pós-medievais, relativa à percepção e identificação de um «gosto mourisco» em Portugal, data da primeira metade do século XVIII: em livro editado em Amesterdão no ano de 1738 – *Mémoires instructifs pour un voyageur dans les divers États de l'Europe* – o seu autor, Charles Frédéric Merveilleux, ao caracterizar o Palácio Nacional de Sintra, localizado nas proximidades de Lisboa, designa-o textualmente como sendo «de gosto Mourisco» (Silva, 2002c, p. 45).

Se, de alguma forma, esta identificação estética se pode revelar precoce e até surpreendente, o mesmo não sucede relativamente ao edifício que é objecto de tal apreciação – o Palácio Nacional de Sintra. Com efeito, tanto pela sua localização, nos arredores de Lisboa, quanto pela sua morfologia e pela sua história (Silva, 1998), revelava-se especialmente apto, desde sempre, a desempenhar esse papel de vanguarda na identificação e visibilidade de um gosto que, associado ao exótico de raiz orientalizante e ao pitoresco que lhe andava ligado, homens cultos ou tão só viajantes curiosos da Europa começavam a procurar, por esse século XVIII, de modo muito particular na Península Ibérica. Neste contexto, a singularidade física do Palácio Nacional de Sintra oferecia-se como a resposta procurada por esses viajantes, tanto mais que à sua materialidade arquitectónica se acrescentava toda a magia de que a serra de Sintra era, desde a Antiguidade, possuidora. Ainda bem recentemente o escritor Virgílio Ferreira, fazendo-se eco de toda essa complicitade e mistério, adensava-lhe o significado da sua localização no ponto mais ocidental do continente europeu, caracterizando-a desta forma tão feliz: «Sintra é o mais belo adeus da Europa quando enfim encontra o mar» (Sintra, 1996, p. 35).

A precocidade da observação de Charles Frédéric Merveilleux relativamente ao «gosto Mourisco» do Palácio de Sintra não deixa de conter, apesar de tudo, um certo sentido depreciativo envolvendo particularmente uma ausência de rigor e planificação. É o que se pode depreender das suas palavras, quando afirma que todo o edifício é «construído sem ordem e por fragmentos».

Em 1838, passados exactamente cem anos sobre esta avaliação, um outro autor – o abade A. D. de Castro e Souza – ao referir-se igualmente ao Palácio de Sintra, não só reafirma como também amplia,

aprofundando-a, a caracterização proposta por Charles Frédéric Merveilleux. Agora, porém, fá-lo de uma forma positiva e até mesmo encomiástica. Na verdade, o Palácio de Sintra é, para ele, «um primor de arte na Ordem da Architectura Árabe, ou antes Mourisca. (...) a cada passo está sobressaindo a elegancia, a graça, a fantasia, e delicadeza do antigo cinzel Oriental. Architectura sublime e magestosa, colossal, não monotona e compassada, mas rica de variedade; não silenciosa e muda, mas animada e viva, fazendo fallar as pedras» (Souza, 1838, pp. 11, 12; Juromenha, 1838, pp. 35, 36; Silva, 1998, p. 216).

O que importa ressaltar nesta descrição de Castro e Souza é, por entre o discurso de exaltação das belezas pretensamente orientalizantes do Palácio de Sintra, a utilização de alguns nomes com ressaibos mouriscos que, a dar fé no seu testemunho, designavam determinados espaços daquela morada régia. É o caso, especificamente, do Jardim de Lindaraia e da Sala das Duas Irmãs, denominações que apelam de forma directa ao mundo árabe peninsular e, mais especificamente, ao Alhambra granadino. A invenção destes nomes até aí inexistentes, é bem demonstrativa, quem quer que tenha sido o seu autor, duma imaginação romântica que não recuava perante a recriação fantasiada da história. Aliás, esta capacidade criativa irá conhecer um novo momento com outra invenção, mais directa e apelativa, levada a cabo por alguém que crismou, com o nome de Sala dos Árabes, uma dependência do Palácio descrita por Castro e Souza apenas e só como «a casa de jantar» (Souza, 1838, p. 18). Neste caso, a justificação para tal nome adveio da presença, no pavimento, duma inspiradora fonte de mármore colocada ao centro daquela câmara palatina.

Esta visão «mourisca» do Palácio de Sintra proposta por Castro e Souza, e de que o Visconde de Juromenha, na mesma altura, se fez eco (Juromenha, 1838), ganhou rapidamente adeptos. Quatro anos passados sobre a sua divulgação, o príncipe Félix Lichnowsky não só assume por inteiro tais ideias, dando-as por adquiridas, como também as leva mais longe, baptizando, de forma apressada e sem qualquer pudor crítico, o Palácio Nacional de Sintra como o Alhambra português – pela «arquitectura árabe de algumas partes, especialmente as chaminés, os repuxos e águas correntes (...) e mais particularmente os

nomes árabes que ainda conservam alguns aposentos no palácio» (Lichnowsky, s.d., p. 142).

A identificação avançada por Félix Lichnowsky sobe claramente de tom em 1864, quando, de modo algo leviano, Vilhena Barbosa transforma indícios e sugestões em certezas adquiridas, considerando como demonstrada, sem margem para quaisquer dúvidas, a origem árabe do palácio existente: «a forma geral do monumento, a disposição dos jardins e pateos interiores, a distribuição das fontes e lagos dentro do palácio, revelam de maneira incontroversa uma origem árabe. As pessoas que tiverem visitado a Alhambra de Granada e o paço de Cintra, devem ter notado vários pontos de semelhança que ha entre os dois edifícios» (Barbosa, 1864, p. 225; Silva, 1998, p. 216; Silva, 2002c, pp. 45, 46).

Neste contexto, não admira que, em 1890, tenha sido um outro estrangeiro, estudioso da arte portuguesa – o alemão Albrecht Haupt (1852-1932), a refrear um pouco este excesso imaginativo, escrevendo com alguma circunspeção relativamente, pelo menos, à existência de pretensos vestígios materiais árabes no Palácio de Sintra: «Ainda hoje este palácio é considerado pelos portugueses como a Alhambra portuguesa: tem com efeito no seu perfil, na construção interna o carácter mourisco. Não se queira com isto afirmar que o palácio que hoje vemos possa ter pertencido, mesmo em parte, ao tempo da dominação dos árabes» (Haupt, 1985, p. 113; Silva, 1998, p. 217).

\*

É verdade que o Palácio Nacional de Sintra tem as suas origens em um antigo paço muçulmano abandonado pelos seus ocupantes aquando da conquista de Lisboa, em 1147, pelo primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques (1109?-1185); porém, nenhum vestígio material se conserva desse primitivo edifício, atendendo às transformações e acrescentos que foi sofrendo ao longo da Idade Média. Com efeito, o essencial do edifício que ainda hoje se conserva tem a ver com três intervenções fundamentais: primeiro a do rei D. Dinis (1261-1325), depois a do rei D. João I (1357-1433) e, finalmente, a do rei D. Manuel I (1469-1521).

Desta forma, pode afirmar-se que a lembrança do antigo paço mouro da alcáçova permanece viva,

certamente, mas através da evocação levada a cabo por um mudejarismo, presente, em nosso entender (e segundo já escrevemos), «no intimismo dos seus múltiplos pátios e variados jardins; no revestimento das paredes com composições azulejares de grande sentido decorativista que aproveitam ao máximo as capacidades ilusionísticas e de vibração luminosa que este material, de grande tradição muçulmana, permite; no tecto da capela do paço, onde o trabalho de laço reaviva a memória árabe dos seus primeiros possuidores; e, sobretudo, na presença contínua da água: em fontes, tanques e esguichos, a sua presença refrescante, o som contínuo do jorro a cair nos tanques ou o murmúrio suave dos fios ligeiros recolhidos na taça da Sala dos Árabes, o reflexo dos edifícios na sua superfície lisa, duplicando-lhes a imagem (...) conferem à água um papel de grande destaque na compreensão e vivência do paço de Sintra» (Silva, 1998, p. 217).

São estes valores presentes no Palácio Nacional de Sintra que obrigam a creditar-lhe um papel pioneiro no despertar da atenção dada em Portugal, ao longo do século XIX, às tradições e valores da arte islâmica, reafirmados na autêntica moda de que gozou, através do mudejarismo, sobretudo nos finais da Idade Média.

\*

Dentro deste contexto cultural oitocentista apelativo das manifestações de um passado árabe peninsular, seria quase impossível não se reparar num conjunto de edifícios que, numa região específica do sul de Portugal, o Alentejo, e de modo particular à volta da sua cidade mais representativa, Évora, conservavam visíveis alguns dos sinais identificadores dessa arte, destacando-se, de entre todos, o uso do arco ultrapassado ou em ferradura.

Coube, segundo pensamos, a Gabriel Pereira (1847-1911), publicista e director da Biblioteca Nacional de Lisboa, chamar pela primeira vez a atenção para a especificidade dessa arquitectura, dando-lhe inclusivamente nome próprio. Em 1884, apelida de mourisca ou amouriscada a feição que o manuelino tomou em Évora, cidade onde, segundo as suas próprias palavras, «o elemento 'mourisco' dominou, e é este facto que torna a arte eborense notável comparada com o resto do país» (Pereira, 1947, p. 102).

Alguns anos mais tarde, ao escrever sobre um dos edifícios mais apelativos dessa sensibilidade e que ele havia descoberto – o paço da quinta da Sempre Noiva, em Arraiolos – Gabriel Pereira retoma a designação, insistindo no elemento mourisco que, na referida cidade de Évora, «imprime carácter, que faz diferenciar à primeira vista o estilo das construções eboreses do empregado nos Jerónimos, no paço de Sintra, nas capelas imperfeitas da Batalha...» (Pereira, 1934c, p. 201). O assumir pleno desta designação leva-o, por fim, a questionar-se, em 1893, sobre o porquê de tanto mourisco em Évora, colocando-se, a esse propósito, duas interrogações: «Foram os artistas que vieram à corte portuguesa depois da conquista de Granada? Foram as muitas relações que houve entre Évora e Sevilha?» (Pereira, 1934b, p. 171). Incapaz de dar honestamente qualquer resposta às questões por si próprio formuladas, deixa, no entanto, uma advertência: «Quem tratar da arquitectura em Portugal não deve esquecer o manuelino-mourisco de Évora» (Pereira, 1934b, p. 174).

Com esta última observação e ao usar o termo manuelino, Gabriel Pereira deixa perceber uma das possíveis razões para o aparente insucesso (ou pelo menos para a resistência encontrada) da fixação quer do conceito de mudéjar quer, sobretudo, da respectiva designação na arte portuguesa. De facto, a problemática do «estilo manuelino», desde que o seu conceito fora, em primeira mão, enunciado em meados do século XIX por Francisco Varnhagen (Silva, 1989a, pp. 15-18; Silva, 2002b, pp. 43-46), percorria transversalmente toda a sociedade culta oitocentista, monopolizando, de alguma forma, as muitas discussões e polémicas desse tempo.

É verdade que a designação de mudéjar, proposta por D. José Amador de los Ríos no seu discurso de ingresso na Real Academia de Belas-Artes de S. Fernando, em 19 de Junho de 1859, e que era discutida nos círculos cultos peninsulares e europeus, era também do conhecimento de Gabriel Pereira. Com efeito, utiliza-o, pelo menos num dos seus trabalhos, no sentido estrito proposto por aquele historiador espanhol, ou seja, para designar exclusivamente obras realizadas por artistas mouros: «...em alguns pontos o artista mouro isolado fez o mudéjar, por exemplo o claustro de S. Bento [de Castris]...» (Pereira, 1934b, p. 171). De resto, é dentro do conceito de manuelino que Gabriel Pereira acaba por situar definitivamente a

originalidade apresentada pela arquitectura de Évora nos finais do século XV e inícios do XVI: «O que é certo é que o manuelino teve uma feição especial em Évora: o manuelino-mourisco de Évora é uma das fases dessa extraordinária explosão de arquitectura...» (Pereira, 1934b, p. 171).

Até meados do século XX, foi esta a noção de mudéjar que, associada ao manuelino e sob a designação mais comum de mourisco, predominou, com algumas variantes, entre os historiadores da arte relativamente ao fenómeno verificável em terra portuguesa. Ressalvando-se a posição isolada de E. Berteaux, que defende ter existido em Portugal uma arte idêntica à arte mudéjar espanhola e que pode, segundo ele, denominar-se de mourisca (Pessanha, 1918, p. 10), todos os outros historiadores, portugueses ou estrangeiros, integram as manifestações da arte mudéjar ou mourisca no contexto da arte manuelina.

«O manuelino é um mixto de elementos mouriscos e naturalísticos, postos caoticamente sobre um fundo gótico decadente», afirma, numa linguagem bem datada, Vicente Lampérez y Romea (Pessanha, 1918, p. 15). E mesmo D. José Pessanha, ao fazer criticamente o ponto da situação sobre o manuelino em 1917, não se escusa a adiantar a sua própria interpretação para o fenómeno mudéjar, colocando-o como uma das formas sob que o referido manuelino se expressou e que apelida de gótico-mourisco: «Além das três modalidades definidas pelo Sr. A. A. Gonçalves, uma quarta é mister aceitar: - representada pelo gótico-mourisco de Além Tejo e do paço de Sintra...» (Pessanha, 1918, p. 16). Esta expressão – gótico-mourisco – é exactamente a que Reinaldo dos Santos (1880-1970), um dos historiadores da arte cuja obra maior divulgação conheceu na primeira metade do século XX, começará por adoptar, em 1929, num dos seus primeiros escritos dedicados à caracterização da Arquitectura em Portugal (Santos, 1929, p. 24).

Não sendo esta a ocasião adequada para avançar com quaisquer reflexões sobre a problemática, também ela controversa e polémica, do aparecimento e da definição de estilo manuelino, importa salientar que foi de toda a efervescência vivida na segunda metade do século XIX em torno da explicitação do seu conceito e da identificação das suas realizações concretas que, de qualquer modo, emergiu um olhar

particular sobre as propostas peculiares de cariz mudéjar, particularmente as existentes na região alentejana. O mourisco ganhou, por essa via, uma visibilidade de que até aí não dispunha, embora sempre relegado para uma posição de subalternidade em relação ao mundo mais vasto do manuelino nacional. Tal posição, que nada tem de desprestigiante, deve-se precisamente ao facto de o mourisco ter sido enquadrado dentro do conceito mais abrangente de manuelino, um estilo que, na sua formulação teórica oitocentista, foi entrevisto apenas em manifestações arquitectónicas, ou, querendo ser ainda mais restritivos, na decoração arquitectónica dos edifícios.

Foi, portanto, por o manuelino ter sido entendido como um estilo apenas decorativo que, em consequência, também o mudéjar ou mourisco, ficou de igual modo reduzido tão somente à valorização de formas arquitectónicas muito específicas, nomeadamente os arcos em ferradura, inscritos ou não num alfiz, os arcos quebrados ultrapassados, o ajimez, etc. A única excepção admitida nesta construção teórica elaborada no século XIX e primeira metade do XX dizia respeito ao Palácio de Sintra, cuja ascendência árabe, como vimos, o havia colocado num lugar inicial na formulação do conceito; no entanto, a valorização de toda a sua imagem arquitectónica por inteiro (e não apenas dos seus elementos decorativos) manteve-o sempre apartado do restante mudejarismo. De qualquer modo, o que verdadeiramente terá contribuído para este definitivo isolamento do palácio sintrense em relação ao mudejarismo do Alentejo foi, sem dúvida nenhuma, o facto de não exibir nenhum dos elementos específicos que caracterizam as manifestações arquitectónicas desta região.

Seja como for, é importante sublinhar o facto de o mudejarismo em Portugal, mesmo que sob a designação de mourisco, ter ficado associado desde a sua origem ao manuelino, tendo sido entendido, até bem entrado o século XX, apenas como uma das suas variantes. O próprio Florentino Perez Embid, o primeiro a tentar, em estudo publicado em 1944, uma análise mais aprofundada e consistente do fenómeno mudéjar e das suas propostas exclusivamente arquitectónicas, se move dentro deste conceito, pelo que esse seu estudo, apesar de pioneiro, centra-se exclusivamente nas manifestações isoladas do mudejarismo alentejano dos fins do século XV e princípios do século XVI. Como ele próprio afirma, «o fenómeno do mudejarismo na

arquitectura de Portugal coincide cronologicamente com o momento de maior esplendor da arte lusa, e também com o período-chave da tarefa nacional dos Descobrimentos. Por volta de 1500, erguem-se por todo o lado em Portugal importantes construções, as quais suscitam hoje numerosas questões críticas que, naturalmente, se situam fora dos limites deste estudo. A minha intenção é considerar apenas os caracteres estilísticos de um núcleo monumental – muito interessante e pouco estudado – que se localiza no Alentejo e tem uma manifestação isolada na Estremadura portuguesa. Por este mudejarismo coincidir cronologicamente com a arquitectura já unanimemente conhecida com o nome de D. Manuel o Venturoso, aqueles monumentos costumam ser englobados nesta última; daí que me tenha parecido imprescindível fazer umas quantas considerações prévias sobre as características do estilo manuelino» (Perez Embid, 1944, p. VII).

Numa introdução assaz longa, Florentino Perez Embid procura enquadrar os problemas do gótico final em Portugal (onde, como se acaba de ver, situa exclusivamente o fenómeno mudéjar) de acordo com uma via metodológica que privilegia o aspecto estético, levando-o, por isso, a aceitar, embora introduzindo pequenas alterações, o esquema criado, em 1932, por Vergílio Correia – «... uso desde luego el nombre de gótico mudéjar, que ya había utilizado el Prof. Correia» (Perez Embid, 1944, p. 53) – para quem o manuelino comportava cinco correntes: «1º - o gótico chamejante, ou final, de tipo europeu; 2º - o gótico chamejante iberizado, de acentuação naturalística; 3º - o gótico final indígena e popular; 4º - o gótico mudéjar; e 5º - o gótico final renascentista» (Peres, 1932, p. 444).

Florentino Perez Embid serve-se, pois, do conceito de gótico mudéjar proposto por Vergílio Correia para qualificar as construções alentejanas, embora, ao contrário deste último historiador e entrando mesmo em alguma contradição, as distinga totalmente da arte manuelina, à qual dá também uma autonomia e identidade totais. Segundo as suas próprias palavras, os temas e a inspiração mudéjar representam, afinal, uma terceira influência na formação do manuelino. Explicitando melhor o seu pensamento, acrescenta ainda que, pelas circunstâncias que rodeiam a sua aparição, esta variante é a mais mal compreendida, podendo adiantar-se sobre ela três explicações diferentes: em primeiro lugar, trata-se de um fenómeno

que se produziu espontaneamente, de uma maneira autóctone, no Alentejo e em Sintra, como fruto de profundas raízes étnicas; em segundo, obedece a um influência andaluza, que constituiria uma espécie de repetição da influência nortenha dos biscainhos; por último, aparece por imitação de Marrocos, caso em que não se poderia falar de mudejarismo, tendo com a arquitectura mudéjar andaluza apenas um parentesco indirecto, nascido de uma procedência comum que se teria de procurar na arte almóada (Perez Embid, 1944, p. 28).

Sem querer, como é óbvio, pôr em causa a oportunidade histórica e o valor intrínseco da obra de Florentino Perez Embid, pensamos que ela não responde totalmente quer aos problemas que a arquitectura alentejana do gótico final suscita (em relação ao seu entendimento de per si ou ao seu enquadramento no panorama arquitectónico português do tardo-gótico), quer, sobretudo, ao alcance cronológico e geográfico das manifestações do mudéjar. Reconhecendo-lhe existência apenas no contexto do tempo e da arte manuelinas e restringindo-o a elementos da decoração arquitectónica, entendidos esteticamente, deixa de lado outros (localizados tanto fora do Alentejo quanto de cronologia anterior ou mesmo posterior ao manuelino) que são também, inequivocamente, expressão de uma arte mudéjar: é, por exemplo, o caso dos azulejos, cuja utilização, em aplicações parietais de maior ou menor efeito, recobre todo o país, ou o caso dos tectos de alfarge que, curiosamente, aparecem todos (os que se conservam) fora da geografia alentejana, maioritariamente em edifícios religiosos – em Caminha, Bragança, Coimbra e Beiras, em Santa-rém, em Lisboa, em Sintra, na Madeira.

Quanto a outros elementos que Florentino Perez Embid entende serem tipicamente mudéjares (como é o caso das bases complexas de colunas e colonelos e dos contrafortes cilíndricos e pináculos cónicos das igrejas e ermidas alentejanas, dos próprios capitéis que, de forma curiosa e feliz, baptiza como capitéis de turbante), deixam-nos sérias dúvidas quanto à sua filiação verdadeiramente mudéjar, como Pedro Dias, aliás, havia já opinado (Dias, 1979, p. 16). O próprio Fernando Chueca Goitia, reconhecendo também a importância do trabalho de Fernando Perez Embid, considera pretensioso crer que, nos monumentos por ele estudados, se encerra todo o mudejarismo português: «O que Perez Embid estuda é o mudejarismo na

época do rei D. Manuel e nada mais» (Chueca Goitia, 1962, s/p).

Em 1948, quatro anos após Florentino Perez Embid ter escrito o seu desenvolvido ensaio sobre o mudejarismo na arquitectura portuguesa da época manuelina, o conceito de mudéjar continuava mergulhado em alguma confusão e sujeito às interpretações mais ou menos fundamentadas de cada autor. É o caso (extremo?) de Élie Lambert que, nesse mesmo ano de 1948, nega a existência de mudejarismo em Portugal, considerando ser essa a diferença essencial entre a arte portuguesa e a de Espanha. Para ele, o que existe é uma espécie de moda artística, um estilo que se pode chamar de luso-mourisco, caracterizador de uma escola regional e no qual não se percebe quase nada do que define essencialmente a arte muçulmana e mudéjar. «Este estilo luso-mourisco», segundo as suas próprias palavras, «não é, no princípio do século XVI, senão um dos aspectos desta forma particular de arte em Portugal a que se deu o nome de arte manuelina, a qual se considera ter sido a forma mais tipicamente nacional e a mais poderosamente original da arte portuguesa, no tempo do rei Manuel o Venturoso» (Lambert, 1948, p. 14).

No ano seguinte, em 1949, o mesmo Élie Lambert aprofunda e esclarece ainda mais estas ideias, assumindo um discurso que, embora mantendo algumas das suas convicções em relação à recusa de um mudejarismo português (que ele substitui por uma original arte luso-mourisca), entra em algumas ambiguidades senão mesmo contradições, ao reconhecer afinal alguma influência, pelo menos, do mudéjar espanhol: «esta forma de arte, específica de Portugal, a que se dá o nome de arte mourisca, que traduziríamos boamente pelo termo de arte luso-mourisca é muito diferente, no seu princípio, do mudéjar espanhol. Este, que foi em Espanha desde os fins do século XII e princípios do XIII uma verdadeira arte nacional, aparece muito tarde em Portugal. No entanto, na época do rei D. Manuel torna-se objecto de uma verdadeira moda, visível particularmente na maior parte das fundações deste monarca realizadas depois de uma viagem que ele fez à Andaluzia em 1497 e de que resultou uma multidão de obras na Estremadura e sobretudo no Alentejo. Inspirado a princípio, sem dúvida, no conhecimento dos monumentos hispano-mouriscos de Espanha e, aparentemente, também de Marrocos, ganha rapidamente em Portugal um carácter



original e especificamente português; constitui então uma variedade particularmente importante da arte manuelina» (Lambert, 1949, pp. 18, 19).

Anotando-se, de passagem, a confusão de Élie Lambert em relação à data e ao destino da viagem do rei D. Manuel I, realizada em 1498 não à Andaluzia mas sim a Castela e Aragão, para, com sua esposa, serem jurados herdeiros de todos os reinos peninsulares, a verdade é que, apesar destas posições ambíguas e por vezes mesmo contraditórias, o mudejarismo ganhou, após a publicação da obra de Florentino Perez Embid, carta de alforria em termos da designação e do conceito, ainda que entendido, como se disse, exclusivamente no contexto da arte manuelina.

Neste último aspecto, é particularmente esclarecedora a posição assumida por Reinaldo dos Santos (1880-1970), a personalidade mais influente, em meados do século XX, na análise da arte portuguesa, até pela alargada difusão que as suas obras tiveram a nível nacional e internacional. Em 1952, num dos seus livros mais conhecidos e polémicos – *O Estilo Manuelino* – escrevia o seguinte: «De há muito que se distinguiu na arte manuelina, a par do aspecto essencialmente naturalista da sua decoração, uma outra modalidade «amouriscada», hoje chamada «mudejarismo» e que caracteriza a maior parte da decoração dos palácios e solares do Alentejo» (Santos, 1952, p. 40).

Se compararmos estas palavras com a hesitação e a ambiguidade que apenas três anos antes ainda transparecia de uma sua afirmação, reveladora das controvérsias que, por essa altura, mantinha com outros historiadores – «A modalidade mudéjar do manuelino do Alentejo: de Évora, Alvito, Beja, Sempre-Noiva, Água de Peixes, etc. - constitui um aspecto regional da arte manuelina, mas não é o estilo manuelino autóctone» (Santos, 1949) – torna-se evidente a sua conversão (mesmo com a relutância que as suas palavras subtilmente deixam transparecer) ao termo mudéjar para designar a especificidade do manuelino no Alentejo.

Esta aceitação do termo mudéjar não implicou, no entanto, a atenção de outros historiadores da arte portugueses para a análise e aprofundamento da temática em si mesma. Em 1986, Pedro Dias, no segundo estudo que dedica ao mudejarismo, denuncia precisamente esta situação: «Até hoje o estudo do mudejarismo pouco tem interessado os autores portu-

gueses, havendo apenas dois títulos exclusivamente dedicados a este tema» (Dias, 1988, p. 85, nota 1) – um era o de Florentino Perez Embid, o outro, o primeiro estudo que ele próprio havia realizado.

Pedro Dias, na verdade, publicara em 1979 um desenvolvido artigo sobre a presença do mudejarismo na arte coimbrã dos séculos XV e XVI, no qual, apesar da temática aparentar restringir-se ao estudo do fenómeno na zona de influência da cidade de Coimbra e apenas dentro daquela cronologia precisa, colocava desde logo alguns problemas sobre as origens, as manifestações, o alcance cronológico e a geografia do mudéjar em Portugal. Assim, uma das suas primeiras propostas é a de ampliar a formulação conceptual de Florentino Perez Embid, retirando o mudejarismo do couto alentejano em que este autor o havia de alguma forma aprisionado, para o visionar igualmente na metade norte de Portugal, identificando-o através dos tectos de alfarge localizados em numerosas igrejas. Com esta proposta, Pedro Dias não só alargava de imediato a geografia de implantação do fenómeno mudéjar como lhe atribuía, definitivamente, uma outra manifestação artística tão ou mais definidora quanto a manifestação arquitectónica – o trabalho dos tectos de madeira. É verdade que, em 1948, Mário Tavares Chicó havia referido e descrito vários destes tectos de alfarge – «Denominados mudéjares ou mouriscos, por sua origem muçulmana, da Espanha meridional se importou essa modalidade decorativa, já empregada em edificações portuguesas na segunda metade do século XV» (Chicó, 1948, pp. 483, 484); no entanto, ao não integrá-los no contexto de um fenómeno artístico de contornos mais abrangentes, retirara-lhes protagonismo e entendimento.

Deste modo, a proposta formulada por Pedro Dias acaba por tornar-se pioneira, ao considerar como uma manifestação verdadeiramente integrada no mudejarismo português, independentemente da sua origem, os tectos de alfarge, definíveis pelo «geometrismo da figuração, o realce policrómico, a estrutura alveolar e os remates por meio de florões ou pingentes» (Chicó, 1948, p. 483). Aliás, o mesmo Pedro Dias não se coíbe de afirmar, levando o pioneirismo da sua proposta até às últimas consequências, que «a mais característica das manifestações da arte portuguesa de raiz muçulmana ou muçulmanizante foi a carpintaria» (Dias, 1979, p. 28).

Quanto aos materiais e às formas (ou, segundo a terminologia por ele usada no artigo em questão, os «elementos construtivos e decorativos do mudejarismo»), Pedro Dias enumera, integrando-os no contexto de uma breve panorâmica do mudejarismo peninsular, o ladrilho, a cobertura de madeira, a cobertura de artesoadado, o azulejo, a decoração em gesso, o grafito, o arco ultrapassado (com ajimez) e o alfiz, as ameias, o capitel sevilhano, as adufas, a varanda avançada em relação à fachada, as gelosias. Esta sua proposta suscita algumas dúvidas, uma vez que, sendo genérica, cai em alguma ambiguidade, não permitindo ajuizar da sua aplicação concreta às manifestações específicas do mudejarismo em Portugal que, aparentemente, não incorpora todos aqueles elementos.

De maior importância se reveste uma outra consideração sua, integrada adentro dos parâmetros cronológicos, referente à existência de manifestações mudéjares ao longo de todo o período medieval. Como ele próprio afirma, «aceitamos que tenha havido sempre entre nós alguma actividade artística mudéjar, desde o período românico até à época manuelina, e também que nos fins da centúria de quatrocentos e especialmente no reinado de D. Manuel se tenham importado esquemas de além fronteira, sem relação com a nossa corrente tradicional, mercê de uma moda súbita e passageira, importação que completamente abafou aquela» (Dias, 1979, pp. 19, 20).

Embora se afigure natural e adequada a aceitação, por parte de Pedro Dias, do reconhecimento da importância e da maior visibilidade do surto mudéjar da época manuelina, o que se revela mais notório nesta sua tomada de posição é, em nosso entender, o facto de ela afirmar a existência de um mudejarismo ao longo de todo o período medieval, circunstância que aprofunda a amplitude deste fenómeno e o coloca sob uma perspectiva mais consistente.

Na sequência desta tomada de posição, e inclusive como sua justificação, adianta um conjunto de nomes de artistas mouros documentados desde o ano de 1057 até ao de 1520, responsáveis pela execução de trabalhos variados e com graus diversos de responsabilidade. Um dos exemplos mais expressivos, pelo inesperado da situação, é o mestre Mouro Calvo que, sendo responsável pela reconstrução do castelo do Alandroal, em 1286, deixou nas suas muralhas mais do que uma lápide com inscrições piedosas e identifica-

doras: «Não há vencedor senão Deus. Deus é e Deus será, por quem ele for esse vencerá. Eu Mouro Calvo fui mestre de fazer este castelo de Landroal» – diz uma delas, talvez a mais significativa. À lista de nomes dos artistas mouros Pedro Dias acrescenta, no prosseguimento da sua análise, um conjunto de obras que, desde o românico, pode ser identificado como fazendo parte do mudejarismo.

Estas propostas de reabilitação dos artistas mouros e das respectivas realizações artísticas são retomadas, em 1985, no segundo trabalho que Pedro Dias dedica à temática do mudejarismo. Como o título deixa transparecer – A viagem de D. Manuel a Espanha e o surto mudéjar na arquitectura portuguesa – as suas reflexões, recuperando a polémica inicial da nomenclatura e alcance do fenómeno mudéjar, são de novo guiadas pela procura de uma resposta à maior visibilidade, em número e importância, das manifestações do mudejarismo durante o reinado de D. Manuel I. Coloca, por isso, como primeira causa explicativa de tal sucesso a viagem, já aqui referida, empreendida pelo monarca português, em 1498, a diversos reinos de Espanha e que teve o seu terminus em Saragoça. O respectivo trajecto (cuja descrição, recheada com razoáveis pormenores, foi feita tanto por Garcia de Resende (1470?-1536) quanto por Damião de Góis (1502-1574)), levou a comitiva de Badajoz a Mérida, Guadalupe, Toledo (onde os monarcas portugueses se encontraram com os Reis Católicos), Alcalá, Guadalajara, Calatayud e, finalmente, Saragoça. Nesta última cidade, os reis de Portugal aposentaram-se no palácio da Aljafería – «el Rey noso Senhor e a Raynha vieram pousar em huns singulares paços, e casas de prazer, que el Rey ahy tem fora da Cidade, a que chamam aljofaria, e ahy comeram» (Resende, 1973, p. 310).

A presença fortíssima do mudejarismo em quase todas estas povoações e cidades percorridas pelo séquito de D. Manuel I e sua esposa é razão suficiente para Pedro Dias condescender (embora usando de alguma cautela) com a influência que essas imagens terão tido na mente de D. Manuel I, levando-o à sua imitação: «Julgamos que não será arriscado afirmar que, ao chegar aos seus domínios, o rei português tinha a mente cheia de recordações da luxuosa e refulgente decoração dos palácios e igrejas que havia visitado, muitos deles de cariz mudéjar, e sabemos que em breve começou obras de renovação do paço de alcáçova de Lisboa, não tardando a iniciar outras no

paço da Vila de Sintra, a residência de veraneio da corte e mais mudéjar das construções portuguesas» (Dias, 1988, pp. 89, 90).

De qualquer modo, o que mais preocupa Pedro Dias e que constitui, verdadeiramente, a razão maior destas suas reflexões, é perscrutar as origens de todo o mudejarismo português e não apenas o seu surto mais visível no final da Idade Média, como se depreende da sua afirmação: «O primeiro problema que o estudo do mudejarismo português, numa visão global, levanta, é o da sua origem» (Dias, 1988, p. 90).

Até então, eram três as teses fundamentais relativas às possíveis origens do mudejarismo em Portugal, que Florentino Pérez Embid, no seu ensaio sobre o mudejarismo na arquitectura portuguesa da época manuelina, havia reunido e criticado.

A primeira tese sustentava que, nos fins do século XV, o que se verifica é o ressurgimento, em Portugal, de formas tradicionais de origem muçulmana, presentes desde sempre no território mas mantidas como que em estado letárgico de profunda hibernação. A segunda tese propunha uma influência directa da arte magrebina na formação das manifestações do mudejarismo alentejano, por via dos contactos (comerciais ou de conquista) dos portugueses com as cidades e praças do Norte de África. A terceira tese, finalmente, defendia a possibilidade de uma importação directa de modelos espanhóis, particularmente da Andaluzia.

Excluindo a segunda hipótese, há muito colocada de lado pela análise contundente de Vergílio Correia (Correia, 1923), as outras duas são aceites, mesmo que de forma parcial, por Pedro Dias. A base de entendimento para esta aceitação, convém sublinhá-lo, é a constatação da «existência do mudejarismo ao longo de todo o período medieval» (Dias, 1988, p. 91).

É este último pressuposto metodológico que, integrado na sua terceira reflexão dedicada ao mudejarismo, Pedro Dias leva, finalmente, até às últimas consequências. Em 1995, participando numa obra de reflexão e análise conjunta de vários especialistas sobre todo o mudejarismo peninsular que, aprofundando as bases epistemológicas do conceito, o alarga (surpreendentemente ou talvez não) até ao mundo ibero-americano, Pedro Dias acaba também por assumir, sem quaisquer subterfúgios, a permanência desse

fenómeno ao longo de toda a Idade Média portuguesa, traçando-lhe tanto o percurso quanto o perfil.

É dentro deste contexto que, ampliando a cronologia das evidências mudéjares, faz o elenco das suas manifestações ao longo dos séculos XII, XIII, XIV e XV. Para este último século e para o momento manuelino, introduz algumas subdivisões, justificadas pela quantidade e diversidade das respectivas propostas. Isola, deste modo, o mudéjar de Coimbra nos séculos XV e XVI e, após ele, o ressurgimento desta sensibilidade mourisca na época manuelina, subdividida nos núcleos de Sintra e do Alentejo e no núcleo fronteiriço da Beira interior (Dias, 1995, pp. 179-189).

Importa sublinhar, na linha de pensamento de Pedro Dias, a emergência deste último núcleo autónomo da Beira interior, que passa a constituir uma novidade nas propostas tradicionais de entendimento do mudejarismo português. Baseada, fundamentalmente, no conjunto de tectos de alfarge aí existentes, essa proposta necessitará, eventualmente, de uma fundamentação mais consistente para a sua cabal adopção. Seja como for, ela tem, pelo menos, o mérito de enquadrar de forma mais alargada (e descomplexada) as várias manifestações susceptíveis de serem enquadradas adentro do mudejarismo, rompendo com o reducionismo da visão que, desde o século XIX, o percepcionava apenas nas manifestações arquitectónicas do palácio sintrense e dos edifícios do espaço alentejano.

Após estas reflexões e propostas de entendimento veiculadas por Pedro Dias, a problemática do alcance do conceito do mudejarismo e das suas manifestações em Portugal foi também por nós abordada. Assim, e reafirmando o que já havíamos escrito em 1989 (Silva, 1989a, pp. 18-26), continuamos a sustentar que o mudejarismo em Portugal, tal como Pedro Dias terá sido o primeiro a assumir, é uma constante ao longo da Idade Média. Se bem que detectável mais intensamente a partir dos finais do século XV na arquitectura (mais a civil do que a religiosa) do Alentejo, não se resume apenas a esta região de Portugal nem às suas manifestações puramente arquitectónicas. A sua irrupção pujante, um pouco por todo o país, no final da Idade Média e coincidente com o momento da arte tardo-gótica, designadamente com a sua expressão manuelina, terá de ser entendida dentro de algumas das características que melhor definem a arte

desse período, particularmente as que se traduzem pela regionalização (ou até mesmo nacionalização) de formulários que, não obedecendo mais a um cânone comum, possibilitaram o ressurgimento de elementos latentes em cada país ou região, aparentemente como que adormecidos.

É neste contexto muito alargado que, na esteira de vários outros historiadores, entendemos também que se enquadram as manifestações do mudejarismo português. Dotadas de maior consistência neste período bem delimitado dos fins do século XV e inícios do XVI, tais manifestações, mais do que com influências providas directamente de Marrocos têm a ver, segundo pensamos, com o apelo sempre presente da vizinha Espanha onde o mudejarismo se afirmou como uma constante de extraordinário vigor, visível ainda hoje na multiplicidade e riqueza das suas manifestações. Nisto, porém, se distingue profundamente do caso português, onde os exemplares conservados são raros e esparsos, falhos (ainda que aparentemente) de uma identidade que permita uma mais consistente relação e autonomia frente a outras manifestações artísticas. Dir-se-ia que este é o pecado original que, por circunstâncias diversas, terá roubado quase sempre protagonismo ao fenómeno mudéjar em Portugal.

De qualquer modo, a ligação muito grande do Alentejo a Sevilha e a projecção de Toledo, em toda a Península Ibérica, como cidade capital – cidades onde o mudejarismo tem um acento fortíssimo, ainda que diferenciado – são fontes de influência a considerar para a compreensão do mudejarismo alentejano e português no seu todo. Às cidades de Sevilha e de Toledo ter-se-á de juntar, ao terminar o século XV, a de Granada que, se era já conhecida tanto de artistas quanto de mecenas, ficou de portas escancaradas à admiração das suas maravilhas arquitectónicas por parte dos conquistadores cristãos, em 1492.

Ter-se-á de aceitar também, sem margem para dúvidas, o protagonismo maior ou menor que o rei D. Manuel I (influenciado ou não pela sua viagem a Saragoça) terá tido na adopção dum mudejarismo que é, definitivamente, uma sensibilidade artística caracteristicamente peninsular. Testemunhas desse protagonismo são, ainda hoje, alguns pormenores da sua intervenção na renovação do Palácio de Sintra, e, em Évora, a Galeria das Damas, único vestígio conservado

do desaparecido palácio real, ou os arcos em ferradura e peraltados da galilé da vizinha igreja de S. Francisco, entretanto elevada precisamente à categoria de capela palatina.

Nesta última cidade de Évora, centro da região alentejana onde o mudejarismo ganhou uma tonalidade arquitectónica mais consistente e sem mácula, talvez tenha sido D. Afonso de Bragança, senhor dos paços da Casa Cadaval, um dos primeiros e maiores responsáveis pela difusão desse gosto. Na verdade, o seu interesse e conhecimento directo da arquitectura da Andaluzia, onde, durante anos, exerceu as funções de alcaide-mor dos Alcáceres reais de Sevilha, tendo inclusivamente participado na conquista de Granada, ajustam-se ao desenvolvimento dessa expressão artística na região de Évora, como o parecem comprovar as janelas por ele presumivelmente construídas na torre quadrangular do referido palácio (Espanca, 1960-61, p. 60).

Por sua vez, uma das mais conseguidas realizações do mudejarismo alentejano e português – a porta da casa do capítulo do Convento dos Lóios, em Évora, construída provavelmente na 2ª década do século XVI (Silva, 1989a, pp. 154, 155) –, poderá ter sido encomenda de D. Rodrigo de Melo, neto do fundador do convento, participante na malograda expedição africana a Azamor, onde ficou gravemente ferido. Vale a pena uma referência, ainda que breve, a esta porta por ser um dos exemplares de maior expressividade e por isso mais convincente do mudejarismo alentejano: a variedade de formas, combinando o arco em ferradura com o arco contracurvado definidor do tardo-gótico; a multiplicidade de elementos decorativos; o apelo à técnica têxtil dos bordados e, sobretudo, a combinação, em efeitos inesperados, do severo granito com o luxuoso mármore, de que ressalta uma certa sensualidade própria da translucidez desta pedra branca de Estremoz, conferem a este portal um exotismo orientalizante que o distingue, entre outros semelhantes dispostos sobretudo em edifícios civis, como um dos momentos mais conseguidos do mudejarismo alentejano e português.

\*

Como conclusão destas breves reflexões, importará reconhecer que a compreensão do alcance e validade da herança artística muçulmana em Portugal, ao longo

da Idade Média, continua a necessitar do estudo aprofundado e sistemático de todas as suas manifestações. Tal esforço é agora mais possível por, finalmente, o conceito de mudéjar e respectiva definição, aceites pela maioria dos especialistas, se estenderem a um território bem mais abrangente do que aquele que o seu criador, D. José Amador de los Ríos, a princípio lhe determinou. Um exemplo concreto, e bem sucedido, desse trabalho que urge realizar, é o da análise a que Rui André Alves Trindade procedeu, em dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ao universo dos revestimentos cerâmicos do final da Idade Média. A sua investigação permitiu visionar toda uma produção consistente destes materiais em Portugal, desde os ladrilhos vidrados da segunda metade do século XIII, utilizados em pavimentos da igreja do Mosteiro de Alcobaça e ali mesmo fabricados, aos azulejos hispano-mouriscos dos fins do século XV e princípios do século XVI, também produzidos em Portugal. Pôde, assim, contrariar não só a opinião, unanimemente aceite, da importação exclusiva da Andaluzia destes materiais de revestimento, mas também surpreender uma originalidade portuguesa no fabrico de azulejos de alto relevo de acabamento vidrado policromo, de que os exemplares mais sensíveis serão, sem dúvida, os que se guardam no Palácio Nacional de Sintra (Trindade, 2000, p. 263). Deste modo, a produção azulejar hispano-mourisca – uma das manifestações mais exuberantes da sensibilidade mudéjar e cujo alcance se amplia com a imitação dos seus motivos em revestimentos murais, como os recentemente descobertos na fachada principal da Sé de Braga, no interior da igreja de S. Francisco de Leiria e em paredes e fragmentos vários no Palácio Nacional de Sintra (Afonso, 2006, pp. 142, 143) – ganha uma nova projecção e interesse.

O mesmo acontecerá, estamos certos, aos tectos de alfarge, quando sobre eles (quer os ainda existentes quer os já desaparecidos) se realizar um estudo sistemático e individualizado que ultrapasse a mera referência pontual que, até ao presente, tem sido quase norma no seu estudo: a longevidade da sua utilização, ultrapassando em muito os quadros cronológico, social e mental medievais em que, por sistema, se tem enclausurado a referência ao mudéjar, permitirá perceber um fenómeno com um alcance muito maior do que aquele que até aqui lhe tem sido cometido.

## Bibliografia

- AFONSO, L. U. de O. (2006) – *A Pintura Mural Portuguesa entre o Gótico Internacional e o Fim do Renascimento: Formas, Significados, Funções*. Tese de Doutoramento em História (História da Arte), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa.
- AMARAL, M.-A. (1988) – O Tecto Mudéjar da Capela de Santo António de Arguedeira (Tarouca), *Mundo da Arte*, nº 2, pp. 39-45.
- BARBOSA, I. V. (1864) – Palácio Real de Cintra, *Archivo Pittoresco*, VII, Lisboa.
- CAAMAÑO MARTINEZ, J. (1965) – *El Hispanoflamenco y el Manuelino*, B.S.A.A., Valladolid.
- CARITA, R. (1990) – Os tectos de alfarge na Madeira, séc. XVI, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Funchal.
- CHICÓ, M. T. (1948) – A arquitectura em Portugal na época de D. Manuel e nos princípios do reinado de D. João III. O gótico final português, o estilo manuelino e a introdução da arte do Renascimento, *História da Arte em Portugal*. vol. II, pp. 268-271, 483-495, Portucalense Editora, Porto.
- CHUECA GOITIA, F. (1962) – *Arquitectura Muçulmana Peninsular e sua Influência na Arquitectura Cristã (Exposição de documentação fotográfica)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CORREIA, V. (1943) – *Três Cidades de Marrocos. Azemôr, Mazagão, Çafim*, Porto.
- CORREIA, V. (1949) – *O Contributo Muçulmano na Arte Românica*. *Obras*, vol. II, pp. 39-46, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- DIAS, P. (1979) – *O Mudejarismo na Arte Coimbrã – séculos XV e XVI*, *Arquivo Coimbrão*, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- DIAS, P. (1982) – *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540*, Epartur, Coimbra.
- DIAS, P. (1988) – A Viagem de D. Manuel a Espanha e o Surto Mudéjar na Arquitectura Portuguesa. *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*, pp. 85-112, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- DIAS, P. (1988) – *A Arquitectura Manuelina*, Livraria Civilização, Porto.
- DIAS, P. (1994) – Arquitectura mudéjar portuguesa: tentativa de sistematização, *Mare Liberum*, nº 8, pp. 49-84.
- DIAS, P. (1995) – Geografia Mudéjar: Portugal. El Mudéjar Iberoamericano. *Del Islam al Nuevo Mundo*, pp. 179-190 Lunweg Editores, Barcelona.
- ESPANCA, T. (1960-1961) – História da Casa Cadaval, *CADERNOS de História e Arte Eborense*, vol. XXI (A Cidade de Évora), pp. 43, 44, Évora.
- FRAGA GONZÁLEZ, C. (1982) – Carpintería mudéjar en los archipelagos de Madeira e Canarias, *Actas del II Simpósio*

- Internacional de Mudejarismo: Arte*, Instituto de Estudios Turulenses, Teruel.
- GOMES, R. V. (2002) – O século XX e a Arqueologia Muçulmana em Portugal, *Arqueologia e História*, vol. 54, pp. 203-220.
- GOULÃO, M.-J. (1986) – Alguns problemas ligados ao emprego de azulejos «mudéjares» em Portugal nos séculos XV e XVI, *Relaciones Artísticas entre Portugal e España*, pp. 129-154, Junta de Castilla y León, Salamanca.
- HAUPT, A. (1985) – *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa.
- JUROMENHA, Visconde de (1838) – *Cintra Pinturesca, ou Memoria Descritiva da Villa de Cintra, Collares, e seus Arredores*, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa.
- LAMBERT, É. (1948) – *L'Art Portugais*, Université de Paris, Paris.
- LAMBERT, É. (1949) – L'art manuélín, *XVI<sup>ème</sup> Congrès International d'Histoire de l'Art*, vol. I, pp. 13-20, Lisboa-Porto.
- LAMBERT, É. (1958) – *Art Musulman et Art Chrétien dans la Péninsule Ibérique*, Privat Éditeur, Paris.
- LICHNOWSKY, Príncipe F. (s/d) – *Portugal. Recordações do Ano de 1842*, Edições Ática, Lisboa.
- LINO, R. (1929) – *A Casa Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- LINO, R. (1948) – *Quatro Palavras sobre os Paços Reais da Vila de Sintra*, Valentim de Carvalho, Lisboa.
- LINO, R. (1953) – O Mudejarismo de Sintra, *Boletim da Associação Nacional de Belas Artes*, nº 5.
- LIZARDO, J. (2006) – Algumas reflexões sobre a «Arte Mudéjar» e a sua influência na Madeira, *Islenha*, nº 38, pp. 131-140.
- OLIVEIRA, L. M. M. de (2003) – Estrutura e decoração dos tectos de alfarge, *Monumentos*, nº 19, pp. 41-49.
- PEREIRA, G. (1934a) – No Palácio dos Bastos (carpintaria mourisca), *Estudos Diversos. Colectânea Organizada e Anotada por João Rosa*, pp. 143-146, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- PEREIRA, G. (1934b) – A Varanda da Casa Cordovil (Largo da Porta de Moura), *Estudos Diversos. Colectânea Organizada e Anotada por João Rosa*, pp. 165-174, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- PEREIRA, G. (1934c) – Sempre Noiva, *Estudos Diversos. Colectânea Organizada e Anotada por João Rosa*, pp. 194-201, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- PEREIRA, G. (1947) – Lóios (Antigo Mosteiro ou Casa de S. João Evangelista), *Estudos Eborenses*, 2ª Ed., vol. I, Ed. Nazareth, Évora.
- PERES, D., Dir. (1932) – *História de Portugal*, vol. IV, Portucalese Editora, Barcelos.
- PEREZ EMBID, F. (1955) – *El Mudejarismo en la Arquitectura Portuguesa de la Época Manuelina*, 2ª Ed., C.S.I.C., Madrid.
- PESSANHA, D. J. (1918) – *A Arte Manuelina e os Críticos*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- RESENDE, G. de (1973) – A entrada delrey Dom Manoel em Castella, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, pp. 297-318, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- SANTOS, R. dos (1929) – *A Arquitectura em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- SANTOS, R. dos (1949) – O Estilo Manuelino, *Panorama*, nº 38.
- SANTOS, R. dos (1952) – *O Estilo Manuelino*, Lisboa.
- SILVA, J. C. V. da (1989a) – O Tardo-Gótico em Portugal, *A Arquitectura no Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa.
- SILVA, J. C. V. da (1989b) – Mudejarismo no Tardo-Gótico português: a capela tumular de Garcia de Resende, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, vol. IV, pp. 259-263, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.
- SILVA, J. C. V. da (1998) – Palácio Nacional de Sintra. O Poder de um Lugar. Séculos XV a XIX, *Lugares de Poder. Europa, Séculos XV a XX*, pp. 204-225, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SILVA, J. C. V. da (2002a) – *Paços Medievais Portugueses*, 2ª ed., Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Lisboa.
- SILVA, J. C. V. da (2002b) – Los Viajes de la Época de D. Manuel y su reflejo en las Artes Plásticas, *El Mar de Portugal. Arte e Historia*, pp. 41-55, Ayuntamiento de San Cristóbal de la Laguna e Fundación Canaria Mapfre Guanarteme, La Laguna.
- SILVA, J. C. V. da (2002c) – *O Palácio Nacional de Sintra*, Scala Publishers, Londres.
- Sintra, Património da Humanidade* (1996) – Câmara Municipal de Sintra, Sintra.
- SOUZA, A. D. de C. e (1838) – *Descrição do Palacio Real na Villa de Cintra, que ali teem os S.es Reis de Portugal*, Typographia de A. S. Coelho, Lisboa.
- TRINDADE, R. A. A. (2007) – *Revestimentos Cerâmicos Portugueses. Meados do Século XIV à Primeira Metade do Século XVI*, Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, Lisboa.

<sup>1</sup> Tradução nossa. No original: «El fenómeno del mudéjarismo en la arquitectura de Portugal coincide cronológicamente con el momento de mayor esplendor del arte lusitano, y también con el período clave de la tarea nacional de los descubrimientos. En estos años próximos al 1500, Portugal levanta por todas partes construcciones de importancia, las cuales plantean todavía hoy numerosas cuestiones críticas que, naturalmente, caen fuera de los límites de este estudio. Mi propósito es sólo considerar los caracteres estilísticos de un núcleo monumental – interesantísimo y poco estudiado – que se localiza en el Alentejo y tiene una manifestación aislada en la Extremadura portuguesa. Por coincidir en el tiempo este mudéjarismo con la arquitectura unánimemente conocida ya con el nombre de Don Manuel el Afortunado, aquellos monu-

mentos acostumbran a ser englobados en ésta, y de ahí que me hayan parecido imprescindibles unas cuantas consideraciones previas sobre los rasgos del estilo manuelino»

<sup>2</sup> Tradução nossa. No original: «Hay una tercera influencia [na formação do manuelino], que determina un apartado especial del cuadro de las variantes: es la de los temas y la inspiración mudejáricos.» Em nota de rodapé, explicita melhor o seu pensamento: «Por las circunstancias que rodean su aparición, esta variante es la peor entendida de todas. Sobre ella podrían pensarse tres explicaciones distintas: en primer lugar, que se trata de un fenómeno producido espontáneamente, de una manera autóctona, en el Alentejo y en Sintra, como fruto de hondas raíces étnicas. En segundo, que obedece a una influencia andaluza, la cual constituiría entonces una especie de repetición de la influencia norteña de los vizcaínos. Por último, que aparece por imitación de Marruecos, en cuyo caso no podría hablarse de mudejarismo, y solo tendría con la arquitectura mudéjar andaluza un parentesco indirecto, nacido de la procedencia común, que habría que buscar en la arte almohada».

<sup>3</sup> Tradução nossa. No original : «Ce style luso-mauresque n'est en réalité vers le début du XVI<sup>ème</sup> siècle qu'un des aspects de cette forme d'art particulière au Portugal à laquelle on a donné le nom d'art manuélín, et que l'on considère comme ayant été la forme la plus typiquement nationale et la plus puissamment originale de l'art portugais, au temps du roi Emmanuel le Fortuné».

<sup>4</sup> Tradução nossa. No original : «...cette forme d'art, particulière au Portugal, à laquelle on y donne le nom d'art mourisco, que nous traduirions volontiers par le terme d'art luso-mauresque. Très différent dans son principe du mudéjar espagnol, qui a été en Espagne depuis la fin du XII<sup>e</sup> siècle et le début du XIII<sup>e</sup> siècle un véritable art national, celui-ci n'apparaît au Portugal qu'assez tard (...). Il devient au contraire à l'époque du roi Emmanuel l'objet d'une véritable mode, en particulier dans la plupart des fondations de ce souverain après un voyage fait par lui en Andalousie en 1497, et il produit alors une foule d'œuvres dans les provinces de l'Estremadure et surtout de l'Alentejo. Inspiré sans doute à l'origine par la connaissance des monuments hispano-mauresques d'Espagne et apparemment aussi du Maroc, il prend très vite au Portugal un caractère original et spécifiquement portugais; et il constitue alors, nous semble-t-il, une variété particulièrement importante de l'art manuélín».